

7

nov./dez. • 2011
revista eletrônica semestral

História da Historiografia

número 7 • nov./dez. • 2011
revista eletrônica semestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo (2011-2013)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti Berbert Jr. (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UFJF . Juiz de Fora . MG . Brasil)
Denis Bernardes (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Estados Unidos da América do Norte)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria e diagramação

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Revisão

Rita Abreu

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Contato

Avenida Ipiranga, 8799/307 - Jardim Botânico • Porto Alegre - RS • 91530-001 • Brasil
www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação interinstitucional da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* (UNIRIO) e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto* (UFOP).

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2011, número 7, nov./dez. 2011,
391 p.

Semestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

9

DOSSIÊ
DOSSIER

Historiografia na América Espanhola
Historiography in Spanish America

Apresentação
Presentation

Fabio Muruci dos Santos

11

Historia Atlántica e intelectualidad:
una entrevista con Jorge Cañizares-Esguerra

Atlantic history and intellectuality: an interview with Jorge Cañizares-Esguerra

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes
Luis Guilherme Kalil

14

Sarmiento e seus monstros:
caudilhos, deserto e violência na argentina do século XIX

Sarmiento and his monsters: warlords, desert and violence in argentina of the 19th century

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

29

Argirópolis e as mudanças na concepção histórica de Domingo Faustino Sarmiento

Argirópolis and the changes in the historical conception of Domingo Faustino Sarmiento

Cláudio Luís Quaresma Daflon

56

Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino

Mitre and the building of an argentinean historiographical heritage

José Alves de Freitas Neto

78

A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações
The first phase of the Latin American historiography and the construction of the identity of the new Nations

Claudia Wasserman

94

História, biografia e nação na Argentina no início do século XX:

Sarmiento lido por Ricardo Rojas

History, biography and nation in early 19th century Argentina: Sarmiento read by Ricardo Rojas

Fabio Muruci dos Santos

116

Pacificar a história:

passado, presente e futuro nas formas de pensar a política mexicana na transição do século XIX ao XX

Pacifying history: past, present and future in the ways of thinking Mexican politics, in the transition from the 19th to 20th centuries

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes
Fernanda Bastos Barbosa

134

Relatos de viagem sobre a América Hispânica:
considerações sobre as obras historiográficas de Feliú Cruz e Estuardo Núñez
Travel writing on Hispanic America: an assessment about historiographical works of Feliú Cruz and Estuardo Núñez
Stella Maris Scatena Franco 157

História e literatura na busca pela identidade na América Latina no século XX:
a visão de Richard Morse
History and literature in the search for identity in Latin America in the twentieth century: the vision of Richard Morse
Beatriz Helena Domingues 173

ARTIGOS ARTICLES

A compreensão histórica entre ceticismo e arbitrariedade:
algumas considerações sobre as variantes recentes do relativismo histórico e cultural
Historical understanding between skepticism and arbitrariness: some comments on recent versions of historical and cultural relativism
Karl Acham 201

Nõ soamente tinha elle homrra pello padre, mas per sy mesmo:
genealogia política, serviço e escrita cronística em Portugal (1430-1460)
Nõ soamente tinha elle homrra pello padre, mas per sy mesmo: political genealogy, service and chronicle writing in Portugal (1430-1460)
Daniel Augusto Arpelau Orta 225

O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade
The debate between Hans-Georg Gadamer and Reinhart Koselleck about historical knowledge: tradition and objectivity
Luisa Rauter Pereira 245

Um estilo jesuítico de escrita da história:
notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica
A Jesuit style of writing history: notes on style and history in Jesuit historiography
Paulo Rogério Melo de Oliveira 266

Progresso e decadência na história filosófica de Voltaire
Progress and decadence in the philosophical history of Voltaire
Luiz Francisco Albuquerque Miranda 279

RESENHAS REVIEW ESSAYS

Filme, história e narrativa
Film, history and narrative
ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes / Os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, 264p.
Alexander Martins Vianna 301

- O tempo e a história em torno de Fernand Braudel
Time and history in Fernand Braudel
LOPES, Marcos Antonio (org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, 184 p.
Alessandra Soares Santos 305
- Novas perspectivas sobre as reformas educacionais no Rio de Janeiro (1920-1930)
New perspectives on educational reforms in Rio de Janeiro (1920-1930)
VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930*. Belo Horizonte: Argvmentvm; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008, 176 p.
Alessandra Frota Martinez de Schueler
Ariadne Lopes Ecar 312
- Relações culturais entre Brasil e Portugal: novas perspectivas historiográficas
Cultural relations between Brazil and Portugal: new perspectives on history
GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et al. (orgs.). *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, 240 p.
Maria Aparecida Rezende Mota 318
- A cidade e o mar: o olhar dos viajantes sobre o Rio de Janeiro e os circuitos marítimos entre os séculos XVI e XVIII
The city and the sea: traveller's views on Rio de Janeiro and maritime routes between the 16th and 18th centuries
FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, 356 p.
Luciana Gandelman 325
- O poder dos começos: uma reflexão sobre a autoridade
The power of beginnings: a reflection on the authority
D'ALLONNES, Myriam Revault. *El poder de los comienzos: ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008, 256 p.
Vitor Claret Batalhone Jr. 331
- Qual o lugar da história oficial na história da historiografia?
What's the place of official history in the history of historiography?
KAGAN, Richard L. *Clio and the Crown: the politics of history in Medieval and Early Modern Spain*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009, 376 p.
Pedro Telles da Silveira 338
- Margens e interstícios do espaço
Borders and interstices of space
PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço*. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011, 182 p.
Adriana Mara Vaz de Oliveira 345
- Crítica e opinião na imprensa brasileira dos Setecentos e Oitocentos
Criticism and opinion in the eighteenth and nineteenth centuries Brazilian press
NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, 333 p.
Adriana Pereira Campos 350
- Conflitos e experiências na formação do Estado imperial brasileiro
Conflicts and experiences in the Brazilian imperial State formation
GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 502 p.
Fabiane Popinigis 357

ENTREVISTA
INTERVIEW

Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon
About history, historiography and historians: interview with Francisco José Calazans Falcon
Marcia de Almeida Gonçalves
Rebeca Gontijo

365

PARECERISTAS DESTE NÚMERO
REVIEWERS OF THIS ISSUE

384

NORMAS DE PUBLICAÇÃO
EDITORIAL GUIDELINES

387

DIRETRIZES PARA AUTORES
GUIDELINES FOR AUTHORS

391

Editorial

editorial

Criada em 2008, desde então a revista História da Historiografia tem buscado afirmar-se como testemunha e protagonista da expansão de um domínio de pesquisa que se manifesta pelo aumento de publicações dentro e fora do país e da realização de eventos dedicados a pensar as práticas historiográficas e seus percursos ontem e hoje.

E agora chegamos ao número 7! Continuamos o trabalho iniciado por nossos antecessores, Pedro Caldas (UNIRIO), Sergio da Mata (UFOP) e Valdeci Lopes de Araujo (UFOP), procurando ampliar o alcance da revista e investindo na diversificação do corpo de pareceristas *ad hoc*, dos autores e organizadores dos dossiês, assim como do Conselho Consultivo. Também buscamos novos meios de comunicação e divulgação, como a rede social <http://www.facebook.com/HHistoriografia>, uma forma importante de contato com (potenciais) autores e leitores do periódico.

Reafirmamos o compromisso com um novo modelo de periódico: o multi-institucional. Hoje a revista conta com o apoio da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH - <http://www.sbthh.ufop.br>); de quatro programas de pós-graduação (UFOP, UNIRIO, UFRGS, UFRRJ); e de uma agência governamental de fomento (FAPEMIG), além da colaboração de pesquisadores brasileiros de todas as regiões do território nacional.

Atualmente fazem parte dos Conselhos Executivo, Editorial e Consultivo do periódico quarenta pesquisadores, lotados em vinte e sete instituições de ensino e pesquisa brasileiras e estrangeiras. História da Historiografia também recebe apoio de um vasto grupo de pareceristas, vinculados a diversas instituições do Brasil e do exterior, que garantem um processo sólido de avaliação cega dos textos e contribuem para a qualidade final da publicação.

E são quase 62 mil acessos à revista desde a implementação da atual plataforma (OJS), em junho de 2009! Pode-se afirmar que a iniciativa, embora recente, é bem sucedida, e que História da Historiografia é, hoje, um dos mais significativos *loci* editoriais da discussão teórico-historiográfica no cenário brasileiro, devendo-se destacar seu potencial de internacionalização, visto que sua especialidade ultrapassa questões locais, regionais ou nacionais.

Recentemente, adotamos a chamada aberta para dossiês, organizados por pesquisadores convidados de distintas instituições. Esperamos que essa iniciativa fortaleça os vínculos do periódico com a comunidade acadêmica e democratize o acesso a um espaço importante de divulgação concentrada das pesquisas, que é o dossiê temático. Além disso, afirmamos o compromisso de realizar constante auto-avaliação, de modo a melhorar a interface da revista, facilitando acessos e submissões. Também nos empenhamos no detalhamento das normas editoriais, de modo a atingir o padrão internacional das publicações no gênero. Por isso as novas instruções sobre elaboração de resenhas e resumos.

Por fim, convidamos os leitores a conhecer o novo número e aguardamos críticas e sugestões. Boa leitura!

Os editores
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Julio Bentivoglio (UFES)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Dossiê

dossier

Historiografia na América Espanhola
Historiography in Spanish America

Apresentação

Presentation

Fabio Muruci dos Santos

Professor adjunto
Universidade Federal do Espírito Santo
fmuruci@yahoo.com.br
Avenida Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras
29075-910 - Vitória - ES
Brasil

11

O dossiê *Historiografia na América Espanhola* pretende diminuir a distância entre os pesquisadores de história da América brasileiros e as áreas dedicadas aos estudos historiográficos no país. Esta distância já vem sendo superada em alguns países americanos de fala espanhola, com destaque para a Argentina e o México, onde os estudos de historiografia e cultura histórica hispano-americanas ganharam grande desenvolvimento nas últimas décadas graças aos trabalhos de Elias José Palti, Enrique Florescano, Fabio Wasserman, Natalio Botana, entre muitos outros. No Brasil ainda precisamos investir bastante na consolidação dessa área de pesquisa. Estudos comparativos entre a historiografia brasileira e a hispano-americana ainda são raros. Ainda mais incomuns são as aproximações destas com a produção norte-americana. No entanto, acreditamos que tal diálogo traria novas e interessantes perspectivas sobre a própria historiografia brasileira, vista agora no quadro de um contexto continental que enfrenta muitas questões e dilemas em comum. Os trabalhos aqui reunidos são um passo para essa aproximação, trazendo para um periódico não especializado em história da América um conjunto de problemáticas que vem sendo discutido nos países hispano-americanos.

Em entrevista concedida durante uma passagem pelo Brasil, o historiador equatoriano Jorge Cañizares-Esguerra, que vem se destacando nos últimos anos com um erudito e original conjunto de trabalhos sobre a história cultural da América Colonial, fala sobre uma série de possibilidades de redefinição de nossa compreensão da experiência colonial hispano-americana e propõe alternativas para estudos comparativos com a da América do Norte, como o realizado por ele no livro *Puritan conquistadors*. Cañizares-Esguerra defende, entre outras sugestões, a necessidade de repensar certas visões da história latino-americana que oscilam entre o quase exclusivamente trágico e o folclórico, visões que marcaram muito a visão dos públicos norte-americano e europeu sobre o continente. No mesmo sentido, questiona a oposição centro-periferia, defendendo a originalidade da produção intelectual hispano-americana do período colonial, como no caso dos debates sobre a escrita da história no século XVIII, estudadas no seu livro *How to write the history of the New World*.

Os textos de Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Claudio Luis Quaresma Daflon, José Alves de Freitas Neto e Claudia Wasserman discutem as primeiras tentativas de elaboração de narrativas históricas na América Espanhola do século XIX, com destaque para a Argentina. O primeiro texto propõe uma análise do pensamento de Domingo Sarmiento e suas tentativas de identificar os males fundamentais que gerariam as crises políticas da Argentina oitocentista, destacando a presença de conceitos historiográficos e do pensamento racial europeus e as múltiplas estratégias narrativas e explicativas usadas por Sarmiento, com ligações tanto com o historicismo romântico quanto com diversas linhas de pensamento “científico” do período. Daflon também analisa as formas sarmientinas de tratar a história, argumentando que o uso do passado e as concepções de história presentes na obra de Domingo Sarmiento mudam quando a reflexão sobre os males mais amplos gerados pela história e a geografia do pampa, presente no *Facundo*, cede lugar ao desejo de reconhecer o papel da ação humana na construção de nações em *Argirópolis*. O determinismo anterior passa a dar lugar ao projeto possível, ainda que bastante utópico, de construção nacional. No terceiro texto, o trabalho historiográfico de Bartolomé Mitre é apresentado como um dos primeiros projetos bem sucedidos de oferecer uma narrativa contínua da história argentina, conectando os diversos momentos da genealogia nacional em uma narrativa integradora, ao mesmo tempo em que se acentua a exigência do desenvolvimento de métodos mais rigorosos de pesquisa histórica em seu debate com Vicente Fidel Lopez. O texto de Wasserman procura identificar em autores de diversos contextos nacionais a presença de narrativas historiográficas que tomam as “nações” como entidades originárias, existentes desde o período colonial. Pautados por modelos europeus de nação, os historiadores locais acabavam pensando a história do continente a partir de desvios e deformações de uma trajetória tida como padrão.

Em finais do século XIX, o desejo de superação das crises e conflitos que marcaram a América Espanhola por todo o século assume papel decisivo na configuração das narrativas históricas nacionais. No artigo de minha autoria, proponho que o desejo de produção de uma narrativa totalizadora da história argentina continua presente no século XX, agora com uma tonalidade nacionalista mais intensa, em um momento em que a história é pensada como um meio de combate pela preservação da singularidade nacional contra a ameaça da imigração europeia e a adoção de ideias políticas tidas como contrárias ao espírito nacional. É o que destacamos na biografia de Sarmiento escrita por Ricardo Rojas em meados do século, na qual buscamos identificar as operações biográficas que conectam os diversos aspectos da vida e do pensamento sarmientino com uma narrativa conciliadora do passado argentino que vê no pampa a origem da essência nacional, perspectiva contrária a do próprio Sarmiento. A biografia aparece como gênero capaz de reunir as diversas facetas do homem Sarmiento que haviam sido separadas por ideias importadas, alheias à sua história pessoal. No texto de Luiz Estevam de Oliveira Fernandes e Fernanda Bastos, o uso de narrativas históricas como forma de conciliar o passado nacional

é analisado no caso do México de finais do século XIX e início do XX, onde a centralidade do desejo de estabilidade política e social é tomada como princípio comum entre as diversas, e divergentes, análises do papel do regime de Porfírio Dias na história mexicana. Embora agudamente divergentes em suas posições políticas quanto ao porfiriato, Bernardo Reyes Ogazón, Justo Sierra e Francisco Madero convergiram na prioridade da pacificação como projeto mais urgente para a nação.

Nos trabalhos de Stella Maris Scatena Franco e Beatriz Helena Domingues são discutidos desenvolvimentos do debate historiográfico sobre a América Espanhola das últimas décadas. O primeiro texto enfoca alguns dos primeiros estudos sobre as narrativas de viajantes pela América Espanhola, produzidos pelo chileno Guillermo Feliú Cruz e o peruano Estuardo Núñez. A autora propõe que o trabalho destes autores foi marcado por um esforço erudito e *monumentalista* de compilação de fontes, na crença de que o valor das narrativas de viajantes era sua utilidade documental, já que forneceriam testemunhos de primeira mão sobre as sociedades visitadas. Passagens de diferentes narrativas eram confrontadas em busca da precisão documental, mas pouco esforço analítico era feito. Além disso, sobreviviam dicotomias oitocentistas não trabalhadas, como a oposição romântica entre natureza e civilização, agora com certa inclinação pela valorização das coisas essencialmente americanas, no caso a natureza. O segundo texto examina o último e ambicioso trabalho de Richard Morse sobre a história cultural da América Latina no século XX, "The multiverse of Latin American identity, c.1920 - c.1970", incluído na *The Cambridge history of Latin America*. Muito conhecido no Brasil após o debate gerado pela edição brasileira de seu livro *O espelho de Próspero*, Morse é revisitado neste trabalho posterior, no qual realiza um amplo quadro comparativo sobre o problema da identidade nacional nos *modernismos* brasileiro, argentino e mexicano. A autora examina as análises de Morse de cada caso, procurando identificar, especialmente no caso brasileiro, a importância dos conceitos bakhtinianos de *grotesco* e *carnevalização* para a análise de Morse, buscando apontar algumas das formas específicas pelas quais esses conceitos podem iluminar a forma modernista de tratar o problema da identidade nacional.

Com esse conjunto de textos, tentamos oferecer uma discussão abrangente sobre a historiografia e a cultura histórica na América Espanhola, visitando países e períodos diferentes. Esperamos que essas reflexões ofereçam um ponto de partida para que potenciais interessados venham a investir em um campo de pesquisa com vastas possibilidades de investigação ainda em aberto.

Historia atlántica e intelectualidad: una entrevista con Jorge Cañizares-Esguerra

Atlantic history and intellectuality: an interview with Jorge Cañizares-Esguerra

Luis Guilherme Assis Kalil

Doutorando
Universidade Estadual de Campinas
lgkalil@yahoo.com.br
Avenida dos Pioneiros, 120
13175-668 – Sumaré – SP
Brasil

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes

Professor adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto
leof79@gmail.com
Rua Marquês de Pombal, 285, A
35420-000 – Mariana – MG
Brasil

Palavras-chave

História da América; História da historiografia; Escrita da história.

Keywords

History of America; History of historiography; History writing.

14

Enviado em: 8/10/2011
Aprovado em: 1/11/2011

Jorge Cañizares-Esguerra nasceu no Equador, filho de mãe equatoriana e pai colombiano. Teve vida itinerante, vivendo entre seu país natal, México e Colômbia, seguindo a família que, por conta das tribulações na carreira do pai, teve que se mudar várias vezes.

Fixou-se há 23 anos nos Estados Unidos. Doutorou-se em 1995, pela Universidade de Wisconsin. Desde então, lecionou em Illinois, Nova York e desde 2005, na Universidade do Texas em Austin, um dos centros mais renomados do mundo para a pesquisa em História da América.

Suas áreas de interesse são vastas, passando pela história atlântica, história da ciência e do conhecimento, e histórias coloniais espanhola e britânica.

Dentre sua vasta produção, destacamos *How to write the history of the New World: histories, epistemologies, and identities in the eighteenth century Atlantic World* (2001), sobre o polêmico "Debate do Novo Mundo". Neste livro sustenta a tese que os textos escritos sobre a natureza da América e seus habitantes também eram um debate sobre a autoridade histórica, mostrando quais fontes e fatos deveriam ser utilizados pelos naturalistas e historiadores do período no intuito de pensar e narrar a história do Novo Mundo. O texto será publicado em português ainda este ano pela Edusp, com o título de *Como escrever a história do Novo Mundo*.

Em 2006, publicou outros dois volumes importantes. O primeiro deles, *Nature, empire, and nation: explorations of the history of science in the iberian world*, é uma coletânea de ensaios sobre as formas de interpretar e manipular a natureza no início da Idade Moderna e no século XIX. O segundo, *Puritan conquistadors: iberianizing the Atlantic, 1550-1700*, põe em xeque as interpretações canônicas das colonizações inglesa e ibérica, vistas, até então, como radicalmente antagônicas. Argumenta que ambas viam a colonização como uma "jardinagem espiritual" cujo fim último seria exorcizar o demônio do Novo Mundo. Nesse sentido, as experiências na Nova Inglaterra teriam um aspecto de continuidade das experiências espanholas na América.

Todas as publicações mereceram menções honrosas, prêmios e distinções, além de duas delas terem sido traduzidas para o espanhol.

Atualmente, Cañizares-Esguerra tem pesquisado a presença do Antigo Testamento no mundo espanhol, desde o período colonial até os anos 1820.

A entrevista a seguir foi gentilmente concedida em sua passagem pelo Brasil no ano de 2011. Cañizares-Esguerra, na ocasião, atendeu a um convite feito por um *pool* de universidades brasileiras, organizado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1. *Su libro How to write the history of the New World será publicado en portugués pela editora Edusp. ¿De qué trata esa obra?*

Jorge Cañizares-Esguerra: Lo que hago en este libro es presentar debates del siglo XVIII, acerca de cómo escribir historiando a un mundo; qué fuentes o documentos usar, qué testimonios son válidos, que testimonios no son válidos.

Es un estudio sobre categorías culturales de autoridad, de credibilidad, entre historiadores, o individuos que escriben en la América Española en particular, y particularmente en México, en España y en otros locales como Francia, Escocia, Inglaterra y Berlín, sobre el pasado.

En ese estudio, lo que yo hago es poner la historia intelectual de occidente de cabeza, en el sentido de que las historias tradicionales de la ilustración señalan que el conocimiento viene en el XVIII a América producido en Escocia, con Robertson y otros grandes ilustrados escoceses, o de Voltaire, o de Diderot, Condorcet, grandes ilustrados franceses, o de la academia de letras de Berlín. El conocimiento llegaría a América para ser consumido pasivamente, donde los intelectuales americanos lo adaptan a las actividades locales de una otra forma, pero siempre reaccionando. Lo que demuestro a través de este debate es que la cosa es mucho más complicada. Que los intelectuales del imperio, de la monarquía de España, en Valencia, Madrid, Cantabria, Aragón, México y Lima reciben todas estas ideas y las deconstruyen; no las consumen pasivamente.

En el proceso de deconstruirlas y leerlas críticamente construyen discursos muy diferentes y muy creativos. Yo creo que en el caso de la ilustración europea, escocesa, francesa y alemana, hay un consenso de cómo se debería construir el pasado americano. Se llega a la conclusión que las fuentes tradicionales (crónicas españolas, las fuentes indígenas y los testimonios locales de sociedades hispanoamericanas) no sirven para reconstruir el pasado americano. No tienen autoridad, carecen de autoridad por las múltiples razones típicas de la Ilustración, como el anticlericalismo, el desprecio de los saberes populares y por otras razones como, por ejemplo, la historización de la historia de la escritura, que lleva a pensar que fuentes no escritas, o formas de escrituras no alfabéticas son primitivas y por lo tanto no creíbles.

También se descarta todo un movimiento de hacer historia a partir de fuentes escritas, particularmente la Biblia, al paso en que hay la creación de nuevas ciencias en la ilustración que no dependen más de documentos escritos. Hay nuevas ciencias como la geología por ejemplo, en donde la tierra misma, fósiles, montañas se convierten en fuentes documentales. O la biodistribución, una ciencia que se vale de la utilización de plantas y animales. O la lingüística histórica, que determina migraciones y genealogías de pueblos a partir del estudio de parentesco de estructuras gramaticales. O sea, están creando nuevas ciencias que son conjeturales por excelencia. En la historia se pasa el mismo: es el nacimiento de la historia conjetural en la Ilustración. Es una ciencia que florece alrededor del discurso político, la filosofía política, como la idea del estado de la naturaleza y del origen de la desigualdad, del origen de la propiedad, como lo hace Rousseau, cuyo estudio de la transición del estado natural al político se basa en el estudio de monos y primates, no fuentes bíblicas.

En América todas esas ideas llegan y son asimiladas con muchísimo escepticismo. Son vistas como formas simplistas de ver el pasado americano, y hay un esfuerzo por llegar a las bases epistemológicas de estas ideas europeas. Eso no es un descartar inconsciente o poco crítico de los fundamentos teóricos,

epistemológicos. Es una reducción profunda, en mi opinión, de estos fundamentos epistemológicos.

Y la reacción en la monarquía de España es múltiple; hubo muchísimas formas de acercarse a estas ideas europeas. Una es asimilarlas y crear las mismas historias con los escoceses, franceses o con los berlineses. Por ejemplo, las historias de Campomanes y de gente en la academia de historia en Madrid, que se ven como modernos, como afrancesados, siguen todas estas ideas de modernidad. Pero hay otros grupos que no comparten estas ideas.

Uno de estos otros grupos son sectores asociados a tradiciones humanistas valencianas. Estas tradiciones humanistas valencianas que en el siglo XVI florecen con Vives y que en el siglo XVIII renacen con gente como Gregório Mayans i Síscar, un editor de fuentes del renacimiento español muy activo, y que, en el XVIII, insiste en recompilar documentación, crear archivos, hacer traducciones. Era una actitud de revalorizar el humanismo español del XVI: Arias Montano, Vives y otros. Mayans i Síscar es uno de estos individuos que promueven la creación de historias de un Nuevo Mundo basadas en la documentación de archivos. Comparten del escepticismo francés, ilustrado francés, escocés, berlinés, de que hay que reescribir la historiografía; de que las fuentes documentales, las historias y las crónicas de los frailes etc, publicadas son poco creíbles. Pero la idea de ellos es que la colonización española fue muy sofisticada. Hay estudios mucho más interesantes, mucho más detallados de la historia americana hechos por clérigos. Los valencianos alrededor de Mayans consideran que hay cosas que no llegaron a ser impresas y que se necesita volver a los archivos para rescatar esa documentación.

Es en ese esfuerzo por rescatar materiales de archivos que un individuo valenciano, Juan Bautista Muñoz, funda el Archivo de Indias. El Archivo de Indias es creado bajo esta misión epistemológica, la idea de acumular documentación primaria. No solo documentos notariales, no solo documentos creados por testigos, sin intención de ser publicados, pero también estudios locales, de gente como Sahagún en México. Las fuentes se acumulan y Muñoz las pone juntas. En mi opinión, la reflexión que hace gente como Muñoz es una reflexión muy sofisticada epistemológicamente. Es una respuesta filosófica a la cultura de los escoceses, franceses y berlineses. Y yo argumento en el libro que es una reflexión filosófica, epistemológica, que anticipa en ciertas formas las cuestiones que subyacen la creación de la profesión de historia en el siglo XIX en Alemania.

Y ¿Por qué archivos? Y ¿Por qué documentación primaria? ¿Por qué testigos que no publican? Porque hacer historia a partir de esa documentación no publicada genera narrativas más creíbles. Muñoz anticipa a Von Ranke por cerca de un siglo.

Cuando esto está pasando en España, en lugares como Roma y México, particularmente, jesuitas están creando una visión alternativa a la moda europea y valenciana. Y es una visión que prefigura muchos de los postulados filosóficos, epistemológicos del pos-colonialismo de final del siglo XX, es decir ofrece una crítica filosófica muy sofisticada al conocimiento eurocéntrico. Una crítica que está basada en llamar la atención sobre el desconocimiento de las ideas locales

que promueven los europeos, en los estereotipos, en la manipulación de testimonios locales en manos de los viajeros, la imposibilidad de los viajeros de realmente aproximarse a las realidades locales por limitaciones lingüísticas. Para eso, articulan una historiografía que rescata no solo las fuentes documentales locales, si no particularmente las fuentes indígenas, la escritura indígena que ha sido tan criticada por la epistemología europea. La documentación indígena, las fuentes de escritura no alfabéticas son tan creíbles y tienen tanta autoridad como las fuentes escritas alfabéticamente. En ese sentido es una respuesta profunda y novedosa, por ejemplo a las epistemologías de Giambattista Vico, y otros más que están en la base de la ilustración europea.

Entonces lo que yo hago en el libro es fundamentalmente decir que en América, en la monarquía de España y particularmente en la América española las intelectualidades locales son mucho más sofisticadas que lo que la historiografía sobre historia intelectual siempre nos ha hecho creer. La ilustración hispánica no es reactiva, sino propositiva. Son muy conscientes de las bases y los objetos epistemológicos del conocimiento que quieren descartar o que vienen reemplazar. Y lo reemplazan. Lo reemplazan con una agenda positiva.

2. En el final de este libro, usted afirma: "mientras las interpretaciones como la de Gerbi se consuman si ninguna crítica, y en la medida en que al público de Estados Unidos solo se le ofrezcan historias de violencia, de resistencia a la explotación, de inestabilidad y corrupción en América Latina (unas narrativas que surgen en parte por las geografías culturales que caracterizan a la región como "no occidental", va a haber reconstructores imaginarios del pasado que recreen, como yo, mundos alternativos". ¿Usted podría hablar un poco más sobre esa polarización entre una historiografía eurocéntrica e una de mundos alternativos, en la cual usted se incluye?

JC-E: Afirmo eso en el sentido de romper la dicotomía historiográfica de centro-periferia, que nos han caracterizado no solo en la historia social, en la historia económica y particularmente en la historia intelectual. Es una propuesta metodológica que nace de mi propia experiencia en los Estados Unidos. De ver como en los Estados Unidos se simplifica nuestras realidades hasta el punto de convertirlas en caricaturas. Una historiografía que ha hecho de América Latina una fuente de ejemplos o revolucionarios, o folclóricos. Que crea una narrativa sobre América Latina de venas abiertas. Me estoy refiriendo aquí a Eduardo Galeano, de metáforas de América Latina como un cuerpo desangrado, de una narrativa trágica.

Podríamos imaginar esta región de forma diferente. No como narrativas trágicas, pero como narrativas alternativas. En ese sentido no es solo una respuesta a narrativas eurocéntricas desde América Latina, es una crítica a las narrativas latinoamericanas también, creadas por historiadores latinoamericanos. Hay un evidente daño político que ese tipo de narrativas producen. Se convierten en simplificaciones y caricaturas de nuestra realidad. Entonces se consume la

América Latina de Gabriel García Márquez. Un mundo mágico de *Doña Flor y sus dos maridos*, de Mauricio Babilonia y mariposas amarillas. Hay revoluciones, hay tragedias sí, hay populismo sí, hay dependencia, hay opresión. Todo eso existe, pero no es solo eso, es más complejo. En realidad muchísimo más complejo. A eso me refiero con el final del libro.

3. *¿Es una forma de reubicar el hogar narrativo de América?*

JC-E: Si. De pensar el continente como un hogar de encuentro de muchos pueblos. Estos encuentros también se están dando en otros espacios, como en África, India, Europa. Pero lo que pasa en América es una exageración de esta tendencia, o que la torna única. Los procesos de etnogénesis en las Américas son procesos atlánticos.

Los quilombos son un buen ejemplo de cómo las formas de etnogénesis en América combinan pueblos indígenas y pueblos africanos. En Palmares, en Cartagena, en Jamaica y en otros lados del continente y también en África lo pasa el mismo. O sea: las formas de etnogénesis, de crear nuevas formas de comunidad, en el mundo afroamericano e indígena, realmente nos ayuda a entender formas de etnogénesis en el mundo mestizo y también el proceso que hubo en Europa y en las Américas.

19

Lo que pasa en América no es una cosa diferente de lo que está pasando en Europa o en África. No podemos separar los procesos de etnogénesis de comunidades indígenas en el centro de Arizona, o Texas - que aparentemente no están conectados al mundo atlántico o al mundo pacífico - de lo que está pasando en las costas de Bahía y Pernambuco, o Nueva Inglaterra, o Florida, o Barbados, Bermudas, o en los puertos de Francia, España, Italia, o Inglaterra y Holanda.

La generalización a la que estamos acostumbrados, de que hay una "tradición" portuguesa, una "tradición" española, o una francesa, una británica o una holandesa, es algo a ser repensado. Tenemos que prestar atención a cómo estas transformaciones se producen, cómo estas identidades y nuevas comunidades se crean. Lo que tenemos que hacer es ponerles atención a estos dos ejes, que son tiempo y espacio. Que lo que cuenta son estas realidades locales, que cambian a lo largo del tiempo. Y que si queremos pensar a cerca de una experiencia X no debemos pensar a través del eje de lo nacional. En Bahía no hay la experiencia "portuguesa", en México no hay la experiencia "española", o "azteca". Lo que hay son realidades locales que cambian a lo largo del tiempo. Un eje temporal y espacial... Eso.

4. *Nos parece, por su respuesta, que hay una diferencia clara con lo que propone, por ejemplo, Gruzinski, que también habla en mestizaje, también habla en un proceso mundial, pero habla en una occidentalización. Lo que está proponiendo nos parece un poco distinto a eso ¿no?*

JC-E: Sí, la occidentalización hace de Europa... lo normativo. En realidad la etnogénesis, en otros sentidos, nos permite entender cambios en el mismo corazón europeo ¿no? Pienso, por ejemplo, en mis estudios de arquitectura indígena en el siglo XVIII en el Ecuador, en Quito. En Quito, los jesuitas quiteños tenían una forma espacial de entender lo que está pasando en su mundo católico, en la monarquía católica. Para ellos el espacio de la monarquía española es un espacio que resulta global. Que no respeta diferencia ninguna. Europa, América. Ellos entienden la división del espacio en términos de espacios urbanos donde hay colegios, y aquellos espacios rurales donde hay misiones. Y las misiones en Francia, y en Normandía, para los jesuitas quiteños, son definitivamente las mismas de las Indias. Para ellos los jesuitas que trabajan en Normandía en el siglo XVII son los mismos que están aprendiendo y viendo los mismos procesos que los jesuitas que están en las Indias orientales, de San Francisco Xavier. Y son los mismos que están en Maranhão, tanto en el lado portugués como en el lado español. No hay mayores diferencias. No hay mayores tradiciones este, oeste... occidente, oriente. La portada de la compañía de Quito tiene un santo jesuita francés junto al santo de las Indias orientales Francisco Xavier, me refiero a Francisco Regis, que fue canonizado por su labor misional con los "indios" de Normandía.

La fachada de la iglesia hace una distinción entre un lado institucional, urbano, romano, Petriño, de San Pedro, de colegios de educación de la juventud, y un lado Paulino, misional, femenino, rural, indiano. La división geográfica de los quiteños es en términos de género... De conversión de los gentiles, en espacios urbanos o rurales.

20

5. Entonces no hay una especificidad del mundo Atlántico, las conexiones son mundiales, mucho más grandes, llegando al Pacífico, Índico... ¿Hay más que una historia Atlántica?

JC-E: Son más que una historia Atlántica y son una historia Atlántica. Entretanto, lo que pasa en el mundo Atlántico, costa africana; lo que pasa en el continente americano en general, de Patagonia a Alaska, a Groenlandia, o Nueva Escocia, y lo que pasa en puertos, costas del Mediterráneo, del mar del Norte y del Atlántico europeo es diferente a lo que está pasando en el mundo índico, o en el pacífico. Japón, China, o estas islas como Taiwan y Filipinas, las que juegan el rol del Caribe en el Pacífico. Pero es diferente en términos de la escala de estos cambios. Una creación masiva de nuevas flexibilidades que no se dan en la misma escala en otros asuntos y espacios.

Lo que es normativo, si se quiere entender lo que está pasando en Europa y la creación de nuevas ideas nacionales, es volver a la América. Es importante entender como los procesos de etnogénesis están sucediendo en comunidades indígenas y comunidades africanas y afroamericanas. Que esos modelos de etnogénesis nos pueden resultar mucho más útiles que las ideas y modelos de etnogénesis en Europa. No lo contrario. Que es un poco golpear el... dar de cabeza los modelos historiográficos...

6. *Pensemos un poco en su libro Puritan conquistadors. En el prólogo, usted afirma que el libro va a contestar algunas cuestiones que fueron hechas a su padre, por un médico norteamericano que lo tomara como un latino ignorante. ¿Del punto de vista del historiador, como se funden los aspectos biográficos de su propia vivencia con aspectos de la composición de su propio texto?*

JC-E: Las interpretaciones historiográficas están profundamente imbricadas, conectadas, inseparables. Eso nos lo ha demostrado muy bien la historia de la ciencia. Contextos locales, sociales y personales informan que los individuos crean el conocimiento. No soy diferente en ningún respecto a esos procesos. Y lo que yo trato de hacer en mis introducciones, en mi trabajo, es tratar de hacer evidente y obvio como mi trabajo se conecta con mi historia personal, como mis interpretaciones cuentan mi historia personal. Que tiene dos características: la primera es una historia de itinerancia, de movimiento. Que es un poco la historia de la modernidad, desde la modernidad temprana: individuos que están en mucho lados, que transitan en muchos espacios y en esos espacios se reconstruyen, se recrean y se adaptan. Y eso que me ha pasado a mi muchas veces. Varios cambios, que me han dado cierta flexibilidad cultural que no es única. De cierta forma eso me ayuda a entender o me da mucho más simpatía por aquellos que están pasando esos procesos en períodos anteriores. Esa es una cosa.

21

La otra es mi encuentro con la mala distribución del poder de la representación. Esa misma historia de itinerancia es vista por historiografías que son dominantes, a través de conceptos considerados dominantes (llámense "Revolución Científica", o "Ilustración", o "Renacimiento", o "Reforma", o "Puritanismo"), que mi propia experiencia personal me obliga a no concordar. No encuentro mi historia siendo expresada por esa historiografía. Ya es una cuestión que encuentro ofensiva. La encuentro no solo caricaturizando mi pasado, sino lo simplificando, ¿No? Silencian muchísimas cosas que... no son expresadas no se ven en esas historiografías, guiadas por categorías que enmascaran, que esconden, tanto como iluminan.

Entonces, si, pienso que todo historiador, y toda historia y todo libro de historia, a pesar de ideas de objetividad, de distanciamiento, científicidad, en realidad... manifiestan una historia personal.

7. *En el mismo libro, usted afirma, de una forma muy convincente e innovadora, que hay mucho más en común entre puritanos y católicos, desde el punto de vista de la persecución al demonio, de lo que se creyera hasta entonces. Por otro lado, ¿Cuáles serían las diferencias entre católicos y puritanos en esta experiencia americana?*

JC-E: En esta experiencia americana creo que hay muchas diferencias, y en mi libro inclusive trato de señalarlas. De eso creo que hay una historiografía muy rica, que apunta esas diferencias. La novedad me parece, es la semejanza. En

verdad, lo que es común en esa clase de experiencias. No tanto porque yo crea que no haya diferencias, pues creo que hay, y dentro del mundo puritano las hay muchas: en Maine es una cosa y en Nueva Inglaterra es otra; en la Isla de Providencia cerca a Nicaragua es una cosa, es otra en el mundo puritano de Jamaica, y en el mundo puritano en Virginia es otra... porque hay puritanos en todos esos espacios. Como también lo es en Londres y como lo es en el mundo puritano de Ámsterdam.

Lo que busca este libro de forma paradójica es señalar lo común de todas estas experiencias. Lo que hay es simplemente la experiencia de lo local, lo que hay es este eje de espacio y tiempo, y tenemos que ponerle atenciones a esto, a esta experiencia de lo local, en función de un mundo transnacional. Así lo que hay es la Ciudad del México en el siglo XVI en un contexto global y transnacional. Lo que hay es Boston en el siglo XVII en un contexto local y transnacional. Y que si tú decís las cosas de esa forma te encuentras que ciertos debates intelectuales en Boston en el siglo XVII, de los colonos blancos, tienen sus orígenes y sus genealogías intelectuales en México en el siglo XVI. Eso no significa que México es Boston. Eso significa que están conectados, y que si quieres entender Boston tienes que entender México. El problema es que antes lo creíamos que no había ninguna comunicación posible entre estos espacios y estas historias locales. Y lo que yo estoy argumentando en este caso es que sin México no puedes entender Boston.

22

8. John H. Elliott y David Brading dijeron en sus libros que los ingleses tuvieron como un siglo de experiencias españolas y portuguesas para empezar sus propias experiencias...

JC-E: Sí. Aunque yo tengo mis diferencias con Elliott. Diferencias importantes, epistemológicas y metodológicas. Pienso que es un trabajo muy importante, pero que mantiene esos esencialismos, estas diferencias entre el mundo hispánico y el mundo británico. El mundo británico y el mundo hispánico, en la obra de Elliott terminan siendo, al final, muy similares a lo que la historiografía antes de hoy ya, en el siglo XIX, nos había dicho. Que el Atlántico de Elliott británico es un Atlántico de diversidad religiosa, de pluralidad religiosa, de más participación democrática, un mundo mucho más abierto. El mundo hispánico, en cambio, aparece como un mundo mucho más homogéneo, culturalmente, religiosamente monolítico y carente de experiencias democráticas. Esa es una narrativa de Prescott, del siglo XIX. Políticamente, creo que esto es problemático.

9. Usted considera que, a estudiar esas afinidades, acabamos permitiendo un combate a la idea de jerarquía entre colonizaciones, que son vistas por una parte de la historiografía como una mejor, más avanzada y más moderna que la otra?

JC-E: Sí, esto está claro. Que el mundo británico es más moderno, es más plural, más democrático. El mundo hispánico es un mundo más monolítico más controlador y jerárquico.

Yo, por ejemplo, creo que todos estos puntos dependen. Se podría hacer también un libro donde se da la vuelta a la perspectiva de Elliott. El mundo hispano tiene mucho más diversidad religiosa si se incluyese, además de los colonos blancos, los indígenas y esclavos, y mestizos, y etc. Puedes llegar a una reflexión diferente. Dependiendo de cómo tú organizas tu historia y tu narrativa.

10. *Y eso es válido mismo dentro de una lógica católica, pues lo que los franciscanos están diciendo no es la misma cosa que los dominicanos están diciendo, que por su vez es diferente de los jesuitas...*

JC-E: Exacto. No es lo mismo. Bueno, los franciscanos que llegan al principio del XVIII son distintos de los del XVI, ¿No? Van cambiando. De nuevo, tiempo y espacio, ¿No? El mundo católico en ese sentido es típico, es universal pero es también local. Profundamente local. No hay dos experiencias católicas iguales.

11. *Entonces la historia estaría entre el local y otro nivel de conexiones globales, ¿No?*

JC-E: Exacto. Eso sería así. Un profundo respecto a lo local y al *timing* de un local. Siglo XVI, siglo XVII y el siglo XVIII. Pero también con una consciencia de que este mundo local está formado por itinerancias de personas, objetos, ideas, que están moviéndose y de saberes que no respetan fronteras.

Lo que *Puritan conquistadors*, por ejemplo, busca hacer es un absurdo de esos esencialismos y nacionalizaciones de la historia. De que hay algo español, de que hay algo puritano, de que hay algo esencialmente de Nueva Inglaterra y hay algo esencialmente mexicano. Ve que esas categorías no nos sirven ya, y en ese sentido difiere de Elliott, porque el termina reforzando esos esencialismos. El ser británico termina pesando. Sería esencial para entender el Atlántico británico, que, a su vez, termina siendo diferente al nacionalismo español, monolítico.

12. *Hay como una prefiguración de la nación en eso porque ¿Dónde están las colonias del Caribe, por ejemplo? ¿Dónde está...?*

JC-E: Donde está Portugal? Dónde está ese mundo... ¿No? Es mucho más complejo el sur del Atlántico... Altera las dinámicas del Caribe. Creo que si se ha de hacer un estudio de Atlánticos británico y español, se debe comenzar en el Caribe. Caribe tiene más sentido. Comparar Boston con México es como comparar peras con olmos. Pero es mucho más útil comparar Habana con Puerto Príncipe y Port Royal y... Jamaica, o cosas así...

13. *Sobre su investigación actual, ¿de qué se trata?*

JC-E: Bueno, estoy haciendo dos tipos de proyectos: un proyecto está por salir, que es un libro coordinado y orientado por colegas sobre las ciudades africanas en Atlántico. Presenta estas ciudades en África, como Luanda, Uila, o

Freetown en Sierra Leona, Lisboa, Bahía, Rio, México, el Cabo Francés, ciudades de Jamaica etc. Busca recapitular los procesos de etnogénesis en estas ciudades, la creación de identidades africanas, tanto en África como en América, en el eje local, pero destacar también las similitudes más amplias. O sea, como es un proceso que está pasando en todos lados y particularmente el espacio humano como una especie de frontera dentro, una frontera al interior de los espacios donde existe más control: la creación de mocambos y quilombos dentro de la ciudad, espacio que no es controlado por autoridad, y en zonas urbanas, que son teóricamente las más conectadas y que se sabe ese espacio urbano que permite la creación de nuevas identidades africanas en América. Son procesos que están pasando también en Jamaica, en el mundo francés de Haití, o Saint-Domingue, a pesar de la ausencia de instituciones católicas, pues los tiempos habían cambiado. Sin embargo, hay marginalidad y formas de relaciones institucionales entre las comunidades negras... cofradías... nuevas religiones...

De nuevo, trato de disminuir estas diferencias que han caracterizado la experiencia atlántica. Ciertas historiografías en Brasil y en África son mucho más ideales para entender cosas que asumimos no existieren en el mundo del Caribe francés pero que, en realidad, si existen. La diferencia es una cuestión de fuentes y de formas con que los archivos en el Caribe inglés, francés e español fueran mantenidos... el tipo de documentos que ellos guardaban. Las instituciones creaban ciertos tipos de documentación que nos han llevado a entender que hay diferencias. Esa es una cosa.

Y el otro nuevo proyecto tiene que ver con mi trabajo sobre el Antiguo Testamento en la monarquía de España. Lo que busco en ese trabajo es entrar en un debate con dos historiografías que han oscurecido lo que está pasando en la modernidad temprana. Una es la del Renacimiento y la otra es la de la Reforma. Han afirmado con la categoría del "Renacimiento", que los clásicos informan las cosas de la política, los debates sobre colonización, como se escribe las experiencias coloniales, etc. Y yo señalo que mucho más importante que esas fuentes clásicas es el Antiguo Testamento, libros como Crónicas, Reyes, Jueces, en particular. Y para instituciones coloniales, los libros de Reyes, Samuel, Deuteronomio, Números. Por otro lado, la categoría de la "Reforma" ha creado ese constructo de que el mundo católico realmente no usa la Biblia, a diferencia del mundo protestante. Creo que eso no es cierto. Y que tiene un peso inmenso el Antiguo Testamento en esas sociedades de Antiguo Régimen.

14. Entonces, de esta perspectiva, ¿Qué es el Renacimiento? La tradición nos dice que es un "revival" de los clásicos y que esto de alguna manera empieza con la lógica humanista que en largo tiempo, hasta el XVIII quizá el XIX, va crear un discurso laico que prescinde de predicativas del Antiguo Testamento, en realidad. Entonces ¿cómo es posible reinventar eso, rever el Renacimiento como concepto y también la Reforma?

JC-E: Realmente, eso no es mi preocupación. Realmente no busco reinterpretar el Renacimiento. Creo que hay mucha gente estudiando el Renacimiento ahora

y haciendo muy bien, manteniendo cómo la tradición judaico-cristiana bíblica y la tradición clásica están entrelazadas, profundamente interconectadas. Hay muchos estudios de eso y que también han permitido la interacción del mundo judío, del mundo rabínico a estas narrativas que habían sido excluidas también. Hay nuevos estudios que bautizan los orígenes hebreos, rabínicos... las interacciones entre este humanismo cristiano con influencia rabínica y en particular en Europa. Yo creo que esto lo están haciendo muy bien.

Mi interés es más buscar ver la complejidad de este mundo de la monarquía de España al introducir la Biblia, el Antiguo Testamento en particular.. cómo ciertas cosas que solíamos entender, realmente cambian. Un buen ejemplo de eso son las guerras de independencia. La énfasis ha sido hasta ahora de ver la influencia de la Ilustración francesa europea, o una Ilustración, un liberalismo hispánico local en esos procesos. De mi parte, mi interés es en volver al Antiguo Testamento para entender la historia de los monarcas. Yo creo que el libro de Macabeo, por ejemplo, es mucho más vital para entender el discurso de Simón Bolívar. Simón Macabeo es Simón Bolívar así como muchísimos participantes en esas guerras. El republicanismo, por ejemplo, de Juan Rócio es un republicanismo veterotestamentario. El ataca la categoría de monarquía a partir de lecturas del libro de Samuel. Allí se ve la monarquía como una forma de idolatría y eso se corrobora en manifestaciones visuales del poder, la utilización de imágenes, de escudos de armas.

25

La otra que también busco hacer en mi libro sobre el Antiguo Testamento y la monarquía de España es recrear formas de sensibilidad, formas de entender el pasado que no son las mismas de ahora. Y en esta conexión el Antiguo Testamento funciona no sólo como fuente de ejemplo e inspiración. Funciona también como forma de entender la conexión entre el pasado y el presente, en el sentido tipológico. Esta es una forma de entender el tiempo que se pierde realmente. Empieza a desaparecer a finales del XVIII y a lo largo del XIX. Si queremos entender el XVI, el XVII (y también el XVIII), tenemos que respetar esa forma tipológica de pensar el pasado que prefigura el presente. Un saber profético, que hace que la gente encuentre en el Antiguo Testamento las claves que le permiten descifrar el presente y el futuro. Es una forma diferente de entender el pasado.

15. Usted está afirmando que autores del inicio del siglo XIX, con ese espíritu nacional bíblico, tenían una lectura del Antiguo Testamento igual a la de autores del XVI? ¿Esa lectura no se cambia en tres, cuatro siglos? ¿O, si se altera, cómo se altera?

JC-E: Sí, se altera en general... la cultura en general, sí. Pero eso no impide que desaparezca la lectura. Hay autores que claramente están pensando tipológicamente de la misma forma de antes, como la leía Vieira en el siglo XVII. No hay ninguna diferencia.

Tomemos el caso de los autores jesuitas. Hay una misma sensibilidad de construir el pasado en el chileno Lecunza a principios del XIX que en Vieira; un discurso mesiánico milenarista. Tanto en el contexto de guerras de independencia como en Vieira... hay una continuidad inmensa entre estos dos jesuitas. Uno en Chile el otro en Maranhão, Pernambuco en el siglo XVII... Pero con otros, en Lisboa, en Francia, también en el siglo XVII.

Eso es una cosa: hay continuidades. Pero hay también diferencias. Yo creo que la diferencia tiene que ver más con la Biblia como una fuente de ejemplo heurístico, que se hace más marcado en principios del XIX. En esa época, uno volvía al Antiguo Testamento para clarificar procesos. Se pelea contra Fernando VII de la misma forma en que las diez tribus de Israel pelearon contra Roboán, el hijo de Salomón. Porque la monarquía de David y Salomón se rompe, cuando Salomón le da a su hijo Roboán la corona. Roboán pone más impuestos, y se convierte en un rey idólatra. Salomón ya había se convertido en un idólatra y su hijo continúa esas tendencias. Empieza a cobrar más impuestos de las poblaciones locales. Y la respuesta es que hay una revuelta, y se rompe Israel en dos. La monarquía de Israel y el reino de Judá, al redor de los dos hijos de Salomón, Jeroboán y Roboán. Ese ejemplo es importantísimo para entender como los patriotas entienden la guerra contra Fernando VII, una guerra inspirada en la guerra civil en Israel y en Jeroboán. Es un uso más heurístico del Antiguo Testamento en ese sentido. No es tan tipológico

Lo tipológico tiene mucho más peso en el XVI, XVII. Es como un proceso en donde tienes lo heurístico y lo tipológico desde un principio, pero empiezan a cambiar en cierta proporcionalidad, al punto de que, en el XIX, lo tipológico ya no es tan central, y hay espacio para conceptos de progreso, modernidad, el presente no estaba dado en el pasado, tipológicamente.

Uno tiene que hacer esta relación para entender el presente y eso también se ve en la Iglesia católica. Ella misma empieza a perder las conexiones con el Antiguo Testamento en la arquitectura, la construcción de templos, en los dogmas y en las tradiciones marianas. María empieza a perder conexiones con Judith, con Sara, con Yael, con el Cantar de los cantares... cosas que han sido tan importantes para todos los cultos marianos coloniales se empieza a disolver.

Pero eso, a su vez, empieza a construir una lección del pasado colonial también muy simplista, en cuanto, por ejemplo, a género. En una tradición mariana, la Virgen María de los evangelios de Lucas, es una mujer pasiva, siempre sufridora. Pero, en realidad, en el período colonial, María podría ser una mujer guerrera, una mujer del Antiguo Testamento. Podría ser igual a Yael, que mata a Sisera, el general cananita, o es una mujer prefigurada por Judith, que corta la cabeza a Holofernes. O prefigurada por Elías, que mata a los protectores de Baal. Y cuando perdemos estas raíces veterotestamentarias de las tradiciones marianas, simplificamos las escojas de género en el período. Las mujeres eran vistas, pues, como la infantería de Dios, no como la mujer pasiva. Y sin eso no es posible entender las constituciones de conventos, por ejemplo. No como los conventos o eran: proyectos constitucionales de ciudadanía, de mujeres en la

ciudad de Dios. Donde son ciudadanas, con derechos y responsabilidades, y donde tienen roles centrales.

Una visión del Antiguo Testamento nos da una visión mucho más interesante y rica, por ejemplo, del mundo cortesano, y de cómo se representa la monarquía y sus jerarquías, porque están constantemente mudando con referencias veterotestamentarias al el trono de Dios y a las jerarquías de ángeles. Los ángeles son de varios tipos "serafines", querubines", "potencias", "tronos", "arcángeles", ángeles, etc. Y como ellos se conectan con Dios. Y todo eso se refleja en las jerarquías no solo celestiales, como en las citas de grandes santos, relativos al plano de Dios y los franciscanos, por ejemplo, con sus serafines, querubines etc. Y todas esas jerarquías reflejan la relación entre el monarca y su propia corte, diplomáticos etc.

16. Y ¿cuál es la importancia de la tradición veterotestamentaria frente a la novedad, la experiencia en América?

27

JC-E: La experiencia americana es leída en la monarquía de España, en el mundo católico en general, de la misma forma en que en la tradición rabínica del Midrash. Es decir, como un mundo de ejemplos que pueden ser tomados libremente para crear lo que te dé la gana. Estaba leyendo uno de los sermones de Vieira sobre las hermandades de Bahía. Un lindo sermón, maravilloso. Realmente maravilloso. En ese texto, Vieira pasa a hacer con el Antiguo Testamento lo que le dé la gana. ¿Cómo pueden ser los negros hijos de María, en ese texto de Vieira? El lee ciertos pasajes de Números y Éxodo donde conecta ciertos hijos de Israel con los etíopes. Usa, salmos de David que se convierten en los salmos del Rosario, Vieira argumenta que David ya había prefigurado la idea de que hay salmos que deben ser cantados en canteras o espacios parecidos a infiernos. Los negros de las hermandades de Bahía deben rezar esos pocos rezos del rosario (no los 150) porque David ya lo había decretado así. Los negros deben cantar y rezar mientras trabajan para poder sobrevivir a estos infiernos.

Eso para los negros conversos. No los que viven en la gentilidad en África, si para los conversos que vinieron a América. ¡Estos son los hijos preferidos de María, a la altura de Cristo y de Juan Evangelista! Eso puede ser herético... Pero el concepto de herejía es un poco curioso. Es un acto creativo de lectura, que lleva a conclusiones nuevas, y teológicamente raras. Esto que hace Vieira con los negros y el Antiguo Testamento está pasando todo el tiempo en América. Lecturas peculiares y creativas del Antiguo Testamento.

Lo que yo estoy tratando de decir es que los sermones son espacios de creatividad y de creación que realmente no hemos sabido leer con cuidado y con respeto. La sociología colonial, la filosofía política colonial, se encuentra en los sermones. Algunos historiadores ya lo han señalado, y para casos muy puntuales. Cuatro o cinco sermones en caso de la Virgen de Guadalupe, el caso de Miguel Sánchez, en 1648, sobre Guadalupe. Un sermón es un momento intelectual único, de gran creatividad y sofisticación que le permite a Miguel Sánchez

convertir el México en una iglesia elegida... que hace con que todos los criollos encuentren en Guadalupe nueva inspiración y que expliquen el interés por ese culto, uno de muchos cultos marianos en Méjico que de repente va a tomar una importancia que no tenían hasta este momento. En parte por el ejercicio teológico de Miguel Sánchez, aquel ejercicio de gran creatividad. Pero este es uno, un caso de creatividad teológica. Hay cientos de estos ejemplos. Y yo creo que si queremos realmente destacar la creatividad de nuestras comunidades intelectuales tenemos que tratar ese tipo de documentos. Y que ahí está la riqueza intelectual colonial.

Sarmiento e seus monstros: caudilhos, deserto e violência na Argentina do século XIX

Sarmiento and his monsters: warlords, desert and violence in Argentina of the 19th Century

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Professor associado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

cguazza@terra.com.br

Avenida Mariland, 1719/301 - São João

90440-191 - Porto Alegre - RS

Brasil

Resumo

O escritor argentino Domingo Faustino Sarmiento foi um dos mais importantes intelectuais latino-americanos do século XIX, além de ter participado ativamente dos principais movimentos políticos do seu país. Sua principal preocupação era explicar e buscar soluções para os crônicos problemas que identificava como responsáveis pelo atraso da Argentina e da América do Sul como um todo. A primeira parte deste artigo constará da análise das causalidades que o autor levantava para justificar este atraso da sociedade argentina, onde aparece claramente o que eles supunham fossem razões naturais; a segunda parte procurará destacar a forma como se desenvolveu o pensamento político de Sarmiento, tendo em vista a maneira como via e propunha soluções para os "males" do país; finalmente, serão tratados as inovações e limites desta produção intelectual. Para este texto serão usados alguns dos principais livros de Sarmiento.

29

Palavras-chave

Ideias políticas; Argentina; Estado.

Abstract

The Argentine writer Domingo Faustino Sarmiento was one of the most important Latin-American intellectuals of the nineteenth century, besides having actively taken part in the major political movements of his country. His main concern was to explain and seek solutions to the chronic problems which he identified as responsible for the backwardness in Argentina and South America as a whole. The first part of this article will consist in the analysis of the causalities that the author brought up to justify this backwardness of the Argentine society, in which clearly appears what they assumed as natural reasons; the second part will seek to highlight how Sarmiento's political thought has developed, considering the way he saw and proposed solutions to the "ills" of the country; finally, will be considered the innovations and limits of this intellectual production. To this text will be used some of Sarmiento's most important books.

Keywords

Political ideas; Argentina; State.

Enviado em: 30/9/2011

Aprovado em: 3/12/2011

O argentino Domingo Faustino Sarmiento nasceu na província de San Juan em 1811 e faleceu em 1888 em Assunção. Foi jornalista e escritor, pertencente aos intelectuais da famosa Geração de 1837, exercendo também atividades públicas significativas: participou do *Ejército Grande* que lutou e derrubou o governo de Rosas, e mais tarde seria sucessivamente governador da província de San Juan, embaixador da Argentina nos Estados Unidos e presidente da Argentina. Apesar da enorme importância intelectual e política que teve em seu tempo, ainda é um autor pouco estudado em nosso meio. O propósito deste texto é abordar os aspectos mais chamativos na produção escrita de Domingo Faustino Sarmiento, um intelectual e político multifacetado que ao longo de muitos anos publicou uma vasta obra buscando explicações para “atraso” e “barbárie” da Argentina, e por extensão para a América Latina como um todo; a compreensão destes “males” de origem seria condição fundamental para que se chegasse àquela situação contrária, o “progresso” e a “civilização” desenvolvidos nos grandes centros europeus, e que se encaminhavam a passos largos nos Estados Unidos.

O artigo está constituído em quatro partes. A primeira traz alguns aspectos da formação intelectual de Sarmiento. Na sequência serão abordadas as suas concepções acerca da história e como procurava no passado as explicações para o real. A terceira parte tratará das causalidades que o autor levantava para justificar o atraso da sociedade argentina, onde aparece claramente o que eles supunham fossem razões naturais. A quarta parte salientará como Sarmiento propunha soluções para os “males” do país.

Para tanto, a escolha de um número limitado de textos é arriscada, a obra de Sarmiento têm dimensões gigantescas¹. Para atender aos objetivos propostos, dois livros servirão como eixo principal deste artigo: sua obra mais conhecida, *Facundo*, quando se afirmou como escritor em 1845 (SARMIENTO 1952); *Conflicto y armonías de las razas*, uma obra de “su vejez”, de 1883 (SARMIENTO 1883). O exame de livros escritos com quase quarenta anos de interregno permitirá observar que os “males” que afligiam Sarmiento eram os mesmos, mas que havia mudanças sutis nas suas interpretações sobre eles. Apoiando estes textos principais serão eventualmente trabalhados outros livros, contemporâneos daqueles: *Facundo* será cotejado algumas vezes com *El Fray Aldao*, também de 1845 (SARMIENTO 1889); *Recuerdos de província*, de 1850 (SARMIENTO 2001); *Argirópolis o la capital de los estados confederados del Río de la Plata*, também de 1850 (SARMIENTO 2011) e *Campaña del Ejército Grande*, de 1852 (SARMIENTO 1852). Já *Conflicto y armonías de las razas*, terá eventualmente a companhia de *El Chacho*, de 1868 (SARMIENTO 1973) e *Conferencia sobre Darwin*, de 1882 (SARMIENTO 2009).

¹ Boa parte dos principais livros de Sarmiento em suas edições originais está disponibilizada *on line* através do *Proyecto Sarmiento obras completas en Internet edición bicentenario*: <http://www.proyectosarmiento.com.ar/>.

Sarmiento: o autodidata e seus "cursos"

Domingo Faustino Sarmiento foi um dos tantos intelectuais americanos dos anos Oitocentos que procuraram "diagnosticar os males" do continente para buscarem a partir daí as soluções cabíveis. Este autor foi um pioneiro – foi a partir de 1845 que produziu seus textos mais consistentes – na formulação de uma matriz explicativa para os problemas da Confederação Argentina e, por extensão, da América Latina, que foram muito bem representadas pelo binômio "civilização e barbárie", que ele também criou. A interpretação de Sarmiento influenciou o pensamento de muitos intelectuais contemporâneos, não apenas na Argentina, mas em países onde viveu e escreveu artigos jornalísticos ou livros, como no Uruguai, no Chile e no Brasil. Mesmo nos Estados Unidos, que se tornou um modelo para os projetos que tinha em relação à Argentina, editou alguns dos seus principais escritos.

Salientando a importância ainda presente de Sarmiento, Diana Quattrochi-Woisson observa que a procura de uma identidade para o país ainda passa pelo binômio "civilização-barbárie" tão caro ao autor, e que seus questionamentos sobre os "males" ainda se fazem presentes entre políticos e intelectuais (QUATTROCHI-WOISSON 1995, p. 38-39). Outros autores salientam os "combates" às ideias de Sarmiento desde distintas correntes políticas, desde o chamado Revisionismo Histórico (STORTINI 2004) às facções de esquerda de inspiração marxista (DEVOTO 2004). Mesmo fora do país, Sarmiento serve como exemplo de intelectual que "renegou" sua identidade americana, professando sua escolha pelo paradigma civilizatório europeu; é o caso do cubano Roberto Fernández Retamar, que em *Caliban*, seu estudo sobre Martí, traz justamente Sarmiento como seu contraponto: "Los interlocutores no se llamaban entonces Próspero y Caliban, sino *civilización* y barbarie, título que el argentino Domingo Faustino Sarmiento dio a la primera edición (1845) de su gran libro sobre Facundo Quiroga" (FERNÁNDEZ RETAMAR 2004, p. 44).

Nascido na cidade de San Juan, capital da província argentina de mesmo nome, em 15 de fevereiro de 1811, e falecido em Assunção do Paraguai em 11 de setembro de 1888, Sarmiento foi contemporâneo de quase todo o longo ciclo de guerras civis que assolaram o Rio da Prata durante o século XIX. Neste período de transição, as sociedades platinas que se haviam desvencilhado da dominação colonial, passavam por sérias dificuldades para se reorganizarem politicamente. As tentativas dos produtores de Buenos Aires, articulados ao mercado, externo em impor seus interesses, enfrentavam a resistência das oligarquias fundiárias não exportadoras à construção de um Estado nacional, e as lutas internas foram ininterruptas praticamente de 1810 a 1862, quando se sacramentaria o pacto político conhecido por Estado Oligárquico. A elite pecuária de região portenha detinha a produção de maior valor comercial, e almejava um Estado centralizado – ou *unitario* – ao passo que as demais províncias procuravam sobreviver autonomamente, defendendo projetos *federales* nas disputas contra os portenhos.

Foi nesse meio que se destacou Domingo Faustino. Pertencendo a um grupo importante de jovens intelectuais, que se tornaram conhecidos como *La Generación de 1837*, desde muito cedo se envolveu e participou das principais discussões políticas do seu tempo (SHUMWAY 1975, p. 131-187). Carlos Altamirano também salienta a importância que os homens daquela geração, especialmente os que eram ligados ao *Salón Literario* de Buenos Aires (ALTAMIRANO 2005, p. 30). O próprio Sarmiento mencionou a importância que teve seu amigo Manuel Quiroga Rosas, que em 1838 o entusiasmara com "las nuevas ideas que agitaban el mundo literario en Francia", citando autores como "Villemain y Schlegel en literatura, Jouffroi, Lerminnier, Guizot, Cousin, en filosofía e historia; Tocqueville, Pedro Leroux en democracia" (SARMIENTO 2001, p. 147). Este convívio de dois anos com os amigos Cortinez, Aberastain, Quiroga Rosas, Rodriguez e outros, Sarmiento considerou um "curso" de filosofia e história, uma forma retórica de referir-se a seu autodidatismo (SARMIENTO 2001, p. 148). Os intelectuais do *Salón Literario* são mencionados também em outras obras para marcar a presença de um pensamento "civilizatório" no país que seria ferreamente perseguido e exterminado pelo governo de Rosas (SARMIENTO 1952, p. 157).

Dono de uma formação intelectual tão diversificada, e apreendida de forma pouco sistemática pelas dificuldades para uma formação acadêmica convencional, é difícil classificá-lo em relação aos movimentos culturais de seu tempo: dizer que ele se identificava com o Romantismo, com o Historicismo, com o Ecletismo, com o Liberalismo, entre outros, a partir dos autores que privilegiava, traz o risco de interpretá-lo de maneira esquemática (ALTAMIRANO 2005, p. 39). Para este autor, não se pode simplesmente abordar Sarmiento enquanto portador de uma doutrina explicativa da história, do pensamento e da sociedade argentina, tampouco tratar das propriedades literárias do seu texto sem contextualizá-lo. Assim, se é inegável que ele fez parte de um movimento progressista num país dividido entre caudilhos da campanha e *doctores* da cidade, ele procurou obstinadamente uma interpretação consistente para o passado (ALTAMIRANO 2005, p. 40). Neste sentido, Carlos Altamirano afirma que a história escrita por Sarmiento era "iluminada con el auxilio de una teoría", como descreve: "Para Sarmiento, que en esto adoptaba uno de los preceptos de la concepción romántica de la historia, entre el personaje y su medio existía una unidad orgánica: se reflejaban mutuamente" (ALTAMIRANO 2005, p. 46).

Outros autores, como Celina Lacay, discutem se esta influência do Romantismo sobre Sarmiento foi tão importante. Salienta a autora que todas as ilações que se fazem entre Sarmiento e o Romantismo se baseiam nas afirmações que ele mesmo presta em seus textos, como no caso de *Recuerdos de provincia* (LACAY 1986, p. 47); quando ele publicou o livro em 1850 ele certamente já havia lido os autores românticos, mas isto não afiança que estes já estivessem presentes na sua formação (LACAY 1986, p. 49). Para um autor que possibilita interpretações múltiplas, como sugere Natalio Botana (SARMIENTO 2011, p. 13), provavelmente a que melhor lhe cabe é aquela tão inspirada que

Ihe atribuiu, em *Historia de Sarmiento*, o escritor Leopoldo Lugones: "*Facundo y Recuerdos de provincia son nuestra Ilíada y nuestra Odisea*" (apud ALTAMIRANO 2005, p. 39).

História: explicar com o auxílio de uma teoria!

Ciente de que a luta pela independência não trouxera o desenvolvimento para as jovens nações latino-americanas, procurou pelas causas que explicassem o atraso da sociedade argentina em relação às nações desenvolvidas. O significado de suas obras teria uma importância enorme para justificar o modelo liberal como forma de desenvolvimento nacional, e pode-se observar nos seus textos uma vasta erudição em relação às principais contribuições científicas, literárias e artísticas dos países europeus "civilizados". Foi, além disto, um homem de enorme atuação política a exemplo de seus contemporâneos. Conforme alerta Leandro Losada, "No por casualidad se há señalado que la Generación del '37 estuvo más atenta a la reflexión sobre la sociedad que a los debates más puramente estéticos." (LOSADA 2009, p. 98). Esta análise da sociedade inicialmente não foi pensada com propósitos propriamente políticos, como continua o autor:

En su momento de surgimiento, la Generación del '37 pensó una intervención en la sociedad desde un lugar propiamente intelectual, como lo condensa después de todo, su objetivo de máxima: "completar" el proceso iniciado en mayo de 1810 con una renovación cultural y de ideas (LOSADA 2009, p. 98).

33

Uma característica deste grupo era uma composição "nacional", com representantes de outras províncias além de Buenos Aires; se Echeverría e Lopez eram portenhos, Alberdi vinha de Tucumán e Sarmiento de San Juan, por exemplo (LOSADA 2009, p. 99).

Assim, a trajetória que no futuro teriam alguns dos seus membros – como os casos exemplares de Sarmiento, Alberdi e Mitre – mostra que a participação política nas questões nacionais não estava distante dos seus interesses, mas para este autor "un carácter más definido de "grupo de acción" fué una respuesta al tenso panorama que se delineó después de 1838-1840" (LOSADA 2009, p. 98).

Sarmiento afirma nos seus *Recuerdos de provincia* que ainda muito jovem assistira e as manifestações fanáticas do Cônego Castro Barros, que em 1827 defendia a campanha de Facundo Quiroga contra o presidente Rivadavia, identificando-a como uma luta da religião contra a impiedade dos governantes portenhos: "Furibundo, frenético, andaba de pueblo en pueblo, encendiendo las pasiones populares contra Rivadavia y la reforma, y ensanxhando los caminos para bandidos, como Quiroga y otros, a quienes llamaba los Macabeos" (SARMIENTO 2001, p. 141). O historiador Ariel de la Fuente ao tratar das guerras civis em La Rioja destaca o papel que teve esta pretensa defesa da religião católica pelos caudilhos como forma de associá-los ao atraso e à "barbárie" (FUENTE 2007, p. 208-209).

Quase ao final deste mesmo livro, Sarmiento adianta que, além de ser

protagonista na identificação dos principais problemas argentinos e sul-americanos, foi também aquele que propôs as soluções mais arrojadas:

Sin duda que nadie me disputará en América Latina la triste gloria de Haber ajado más la presunción, el orgullo y la inmoralidad hispanoamericana, persuadido de que menos en las instituciones que en las ideas y los sentimientos nacionales, es preciso obrar en América Latina una profunda revolución [...] De ahí también el doble remedio indicado con igual anticipación, emigración europea y educación popular [...] (SARMIENTO 2001, p. 181).

Parte desta “descoberta” que Sarmiento alega ser sua aparece numa de suas formas prediletas de escrever, a biografia. Se, como escreveu Natalio Botana, em *Facundo* ele afirmara que a autoridade política se fundamentava “en el asentimiento indeliberado que una nación da a un hecho permanente”, residia na relação de Rosas com a sociedade de seu tempo a presença da “barbárie” (SARMIENTO 2011, p. 13). Além da biografia de Facundo Quiroga, forma encontrada para explicar a Argentina de Rosas, ele ainda escreveu as dos caudilhos Fray Aldao e Chacho Peñaloza, além de nomes internacionais importantes como Franklin e San Martín. Aqui estaria para ele o grande mérito da biografia: explicar as tendências de uma sociedade em seu tempo através de uma história de vida, e também divulgar bons exemplos e ideias (ALTAMIRANO 2005, p. 61). Para este historiador, esta associação feita por Sarmiento entre biografia e história, aparte sua originalidade, não teve muitos seguidores, o que já tinha sido observado por Martínez Estrada (ALTAMIRANO 2005, p. 25). *Facundo* além de tudo foi um sucesso editorial: sua apresentação inicial foi em formato de folhetim no jornal chileno *El Progreso*, com o título de “*La vida de Quiroga*”.

Também Celina Lacay observara que em *Facundo* e *El General Fray Aldao*, ambas de 1845, já apareciam os elementos que ela julgava essenciais para a ideia de história de Sarmiento:

a) La historia como inteligibilidad; b) Cada individualidad histórica aparece como representación de una sociedad. Establece una relación entre los hechos históricos, tendencias dentro de una sociedad e individualidades; c) Señala la existencia de partidos que expresan tendencias sociales irreconciliables entre sí; d) Universalidad de la historia; e) La historia es un encadenamiento de distintas etapas cuyo resultado es el progreso (LACAY 1986, p. 54).

Esta tentativa de mostrar que homem e sociedade estabelecem uma relação biunívoca foi captada por Natalio Botana de forma arguta que, “atribuyendo a Rosas el papel de quien practicando un vicio genera, sin quererla, la consecuencia de recrar alguna virtud”, Sarmiento não percebe a sociedade de forma estática (SARMIENTO 2011, p. 15). Assim,

Parecía entonces que la historia, en una suerte de desenvolvimiento dialéctico, había dispuesto los elementos constitutivos de un poder de hecho, sin duda necesario, para limitarlo posteriormente o, sin más vueltas, destituirlo [...] la hipótesis de que desde el seno de la guerra civil entre unitários y federales se había formado un poder de facto sin el cual nopodrian desarrollarse la sociedad política y la libertad civil (SARMIENTO 2011, p. 16).

A noção de que Sarmiento não fazia uma simples compilação de documentos ou que simplesmente arrolava diatribes contra os representantes da “barbárie” já seria visível em afirmações do próprio escritor, que confessava sua admiração por Michelet. Neste sentido, Carlos Altamirano cita uma frase lapidar de Sarmiento em *Los estudios históricos en Francia*: “El historiador de nuestra época va a explicar con el auxilio de una teoría, los hechos que la historia há transmitido sin que los mismos que la describían alcanzasen a comprenderlos” (apud ALTAMIRANO 2005, p. 31). O mesmo autor observa ainda que na obra referencial já de 1883, tida coma a mais amadurecida e ambiciosa, *Conflicto y armonías de las razas en América Latina* (SARMIENTO 1883), “revela el tributo que paga al clima positivista, pero no está a altura de aquellos” (ALTAMIRANO 2005, p. 37). Isto muito provavelmente se relacione já com a afirmação da Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin, que Sarmiento tratou de apropriar (SARMIENTO 2009).

Mas para o argentino a história era fundamentalmente um território de combate. Para ela, os europeus em geral, e os franceses em particular, não compreendiam a América Latina, incapazes, portanto, para avaliar a “barbárie” presente em Rosas e no caudilhismo. Além de polemizar, Sarmiento também se propunha como capaz de planejar soluções para a Argentina depois da eventual queda de Juan Manuel de Rosas. Em 1850, renunciando as guerras de 1851 contra Oribe e de 1852 contra o próprio Rosas, o escritor lançou dois livros que apontam isto: *Recuerdos de provincia* (SARMIENTO 2001), ao menos nas páginas finais, e mais claramente *Argirópolis o la capital de los estados confederados del Río de la Plata* (SARMIENTO 2011), onde antecipa a futura “federalização” de Buenos Aires (ALTAMIRANO 2005, p. 37).

Esses “combates” de Sarmiento sugerem a Carlos Altamirano uma insólita comparação sobre a defesa obstinada que Sarmiento fazia de suas ideias junto aos seus pares na França com a mentalidade dos caudilhos platinos: “Hagamos aquí un paralelo: Sarmiento procederá a desafiar en el terreno intelectual, como lo había hecho Rosas en el terreno militar, a los sabios y políticos europeos” (ALTAMIRANO 2005, p. 42-43). Esta analogia também havia ocorrido a Félix Luna no capítulo sobre Juan Facundo Quiroga de seu livro *Los Caudillos*: “Sarmiento acertó en la condición sustancial de Quiroga porque en el fondo era tan bárbaro como él. Tenía su misma pasión, su misma desmesura” (LUNA 1971, p. 137).

Sintomático desta contradição interna, quando de certa forma ele se comporta como aqueles a quem combate – mesmo que noutro campo de batalha – pode ser a epígrafe que escreveu justamente para seu *Recuerdos de provincia*, um dos mais célebres trechos de *Macbeth* de Shakespeare (que ele, aliás, atribuiu erradamente a *Hamlet*): “Es este un cuento que, con aspavientos y gritos, refiere un loco, y no significa nada” (SARMIENTO 2001, p. 13). No prólogo do livro, Susana Zanetti e Margarita Pontieri chamam a atenção para que estas contradições se traduziriam em uma tensão em aparentemente três condições em que Sarmiento se apresenta no texto: ao mesmo tempo ele é autor, narrador e protagonista (SARMIENTO 2001, p. 10).

Na sequência serão apresentados alguns dos principais aspectos desenvolvidos pelo escritor para explicar os “males” da Argentina, por extensão da América Latina. Em que pese a importância das referências que faz ao “despotismo” do Oriente, tanto em seu passado histórico ou mitológico (muitas referências ao Antigo Testamento) quanto nas nações contemporâneas, chama a atenção a insistência no mundo feudal da Europa, como se fosse uma etapa já ultrapassada pela “civilização”, um modelo a ser buscado também para a América do seu tempo (ALTAMIRANO 2005, p. 57).

Um diagnóstico “feudal” para a América: civilização e barbárie

O antagonismo expresso pelo binômio “civilização e barbárie” parte de uma visão paradigmática das sociedades europeias, interpretando os casos distintos como desvios deste paradigma (CHIARAMONTE 1983, p. 52-63). Nesse sentido, para os autores românticos do século XIX, entre eles Sarmiento, as sociedades latino-americanas estariam “atrasadas” em relação às europeias, com elementos que as aproximavam delas e outros que teriam um caráter desviante. A ausência de “progresso” das antigas colônias após a independência inspirou Sarmiento a buscar relações de causalidade que justificasse aquele “atraso”, apoiando o raciocínio numa interpretação evolutiva. Mais tarde, os Estados Unidos entrariam nesta comparação com a América Latina, o que mudaria esta ideia de uma progressão linear das sociedades. Assim, os problemas que apresentava a Argentina – e a América Latina por extensão – se deviam a causas naturais (ZORRILLA s/d, p. 9-10): uma relacionada às origens étnicas, e outra ao meio ambiente; derivadas delas sobrepunham-se a oposição entre campo e cidade, e a persistência do “feudalismo”.

36

O problema das raças

No início de sua obra mais madura, *Conflicto y armonías de las razas en América Latina* (SARMIENTO 1883), o autor inicia o texto com questões que servem de mote para o seguimento do texto. À pergunta “¿Qué es la América?” que intitula os prolegômenos do livro, seguem-se as seguintes:

Es acaso ésta la vez primera que vamos a preguntarnos quiénes éramos cuando nos llamaron americanos, y quiénes somos cuando argentinos nos llamamos.

¿Somos europeos?- ¡Tantas caras cobrizas nos desmienten!

¿Somos indígenas?- Sonrisas de desdén de nuestras blondas damas nos dan acaso la única respuesta.

¿Mixtos?- Nadie quiere serlo, y hay millares que ni americanos ni argentinos querrían ser llamados.

¿Somos Nación? - ¿Nación sin amalgama de materiales acumulados sin ajuste ni cimientó?

¿Argentinos? - Hasta dónde y desde cuándo, bueno es darse cuenta de ello. Ejerce tan poderosa influencia el medio en que vivimos los seres animados, que a la aptitud misma para soportarlo se atribuyen las variaciones de razas, de especies y aun de género.

Es nuestro ánimo descender a las profundidades de la composición social de nuestras poblaciones; y si por medio del examen hallásemos que

procedemos de distintos orígenes, apenas confundidos en una masa común, subiríamos hacia las alturas lejanas de donde estas corrientes bajaron, para estimar su fuerza de impulsión, o la salubridad de las aguas que las forman, o los sedimentos que arrastran consigo (SARMIENTO 1883, p. 14).

De alguma forma, estas tantas perguntas acompanhavam Sarmiento desde seu despontar como pensador dos problemas nacionais. Desde seu *Facundo* (SARMIENTO 1952) a natureza do homem americano se fez muito presente. Assim, a dicotomia entre “civilização e barbárie” tem na questão racial uma ampla relação de equivalências que termina necessariamente em “homem europeu” e “homem americano”. Neste ensaio de etnologia – a expressão é do próprio Sarmiento – o branco europeu é um tipo humano “superior” ao ameríndio, ao negro e ao asiático, sendo esta a contingência última de seu crescimento intelectual, e conseqüentemente social e político. Além da presença das raças inferiores, o autor salienta os indesejáveis efeitos da miscigenação havida desde os tempos coloniais:

El pueblo que habita estas extensas comarcas, se compone de dos razas diversas, que mezclándose forman medios tintes imperceptibles, españoles y indígenas [...] La raza negra [...] ha dejado sus zambos y mulatos [...] eslabón que liga al hombre civilizado con el palurdo [...] Por lo demás, de la fusión de estas tres familias ha resultado un todo homogéneo, que se distingue por el amor a la ociosidad y incapacidad industrial (SARMIENTO 1952, p. 23-24).

37

Aqui Sarmiento observa que foi o próprio sistema de exploração colonial que causou este problema, na medida em que a necessidade de braços fez com que os espanhóis obrigassem os naturais da terra ao trabalho; dada à incapacidade inata destes, houve a opção pela escravidão africana, o que se somaria a uma trajetória destinada ao fracasso das sociedades latino-americanas:

Mucho debe haber contribuido a producir este resultado desgraciado la incorporación de indígenas que hizo la colonización. Las razas americanas viven en la ociosidad, y se muestran incapaces, aun por medio de la compulsión, para dedicarse a un trabajo duro y seguido. Esto sugirió la idea de introducir negros en América, que tan fatales resultados ha producido. Pero no se ha mostrado mejor dotada de acción la raza española cuando se ha visto en los desiertos americanos abandonada a sus propios instintos (SARMIENTO 1952, p. 24).

Além da concepção da superioridade dos brancos em relação aos demais, aparece de uma maneira mais velada, uma relativa inferioridade do europeu meridional em relação ao do norte. Esta questão será mais tarde de suma importância para a apreensão que Sarmiento buscaria no evolucionismo de Darwin como apoio para suas ideias (SARMIENTO 2009). A mistura das raças – o que estava bem de acordo com as principais correntes etnológicas da época – seria ainda mais nefasta, provocando “degeneração” dos descendentes de espanhóis, sem trazer benefícios para os “inferiores”.

Já a ausência de misturas raciais seria destacada como uma das explicações para o sucesso da colonização na América do Norte, na esteira da qual se construía o poderio dos Estados Unidos da América:

El norteamericano es, pues, el anglosajón, exento de toda mezcla con razas inferiores en energía, conservadas sus tradiciones políticas, sin que se degraden con la adopción de las ineptitudes de raza para el gobierno, que son orgánicas del hombre prehistórico, bravo como un oso gris, su compañero en los bosques de los Estados Unidos, amansado como una llama en la vasta extensión del Perú, perezoso, sucio y ladrón, como en las Pampas, y ebrio y cruel como en todo el mundo, incluso en las antiguas misiones, sino era hipócrita consumado, no obstante los idilios y consejas que esparcía por el mundo una sociedad de sabios, la cual daba la tónica de los cantos que debía entonar la orden en todas las lenguas para glorificación de Dios y de su propio engrandecimiento (SARMIENTO 1883, p. 128).

Por mais irônica que pareça esta passagem, havia real admiração do autor pelo trabalho realizado pelos jesuítas; no entanto, o seu “fracasso” se deveu a uma ausência das condições necessárias aos indígenas para o progresso e, além disto, “porque los jesuítas hicieron más, y fue estimular por motivos religiosos el odio natural del salvaje al hombre civilizado, del índio al blanco, del vencido al vencedor” (SARMIENTO 1883, p. 165).

A respeito dos negros, Sarmiento não é menos mordaz, atribuindo sua presença na América a partir de uma avaliação equivocada – inspirada por uma ideia caridosa de Las Casas – que nos tempos contemporâneos ao autor cobrava seus efeitos. Neste sentido, fazia eco aos cientistas que percorriam as selvas africanas preocupados com a preservação dos nativos. Assim como em relação aos indígenas, o contato inter-racial com os negros deveria ser evitado:

Los negros figuran ya en la política americana como los indios en América; y acaso los negros allá, en el Sur al menos, en sus hijos, tendrán que expiar el error de sus antecesores de haber sacado del África y de su modo de ser, razas que Dios reserva para mundos futuros, acaso para el que preparan Livingstone, Stanley y Brazza en el Río Congo, el Zambrezi y sus tributarios (SARMIENTO 1883, p. 39).

Neste mesmo trecho, o autor informa que Buenos Aires em 1770 tinha uma população ao redor de 16.000 habitantes, dos quais três ou quatro mil eram *criollos*, mais uns mil peninsulares. “Todos los otros habitantes (once mil) son mulatos, mestizos y negros” (SARMIENTO 1883, p. 39). Para o autor, pois, a tarefa de um governo realmente preocupado com o “progresso” passaria necessariamente por um redimensionamento da população. Antecipava-se a justificativa para uma nova imigração europeia, que se daria no apogeu do Estado oligárquico. Tal imigração tinha uma conotação de “depuração” racial, essencial dentro da tarefa “civilizadora” do Estado. Papel análogo também era reservado – e isto desde os tempos de Rivadavia – para a *Conquista del Desierto*, com a ocupação militar da Patagônia e extermínio dos indígenas, aos moldes da ocupação das Grandes Planícies nos Estados Unidos.

A determinação pelo meio ambiente

Sarmiento era um voraz leitor dos naturalistas de seu tempo: Lineu, Agassiz, Cuvier, os visitantes Bompland, Humboldt e Bravard, e mais tarde o próprio Darwin. As apreciações que desenvolvia sobre estes autores eram quase

sempre muito apropriadas, mostrando o caráter realmente “científico” que buscava para apoiar suas teses. Neste sentido, ele assumira como que o meio ambiente era o determinante em última instância da infinita variedade da vida na Terra: “Ejerce tan poderosa influencia el medio en que vivimos los seres animados, que a la aptitud mismo para soportarlo se atribuyen las variaciones de las razas, de espécies y aun de gênero” (SARMIENTO 1883, p. 14).

De acordo com esta óptica que é própria da visão historicista romântica de seu tempo, a interdependência de homem e paisagem, no exame do caso argentino entrariam em jogo duas variáveis que se somavam: a extensão territorial que implicava num vazio populacional relativo, e a hostilidade característica do ambiente natural na região pampiana:

El mal que aqueja a la Republica Argentina es la extensión; el desierto la rodea por todas partes, se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana [...] Esta extensión de las llanuras imprime, por otra parte, a la vida del interior cierta tintura asiática que no deja de ser bien pronunciada [...] Así es como en la vida argentina empieza a establecerse por estas peculiaridades el predominio de la fuerza brutal, la preponderancia del más fuerte, la autoridad sin límites y sin responsabilidad de los límites y sin responsabilidad de los que mandan, la justicia administrada sin formas y sin debates (SARMIENTO 1952, p. 23).

39

Neste sentido, Facundo poderia ser pensado como portador de um “espírito” da natureza que o rodeava, expressão de uma época e de seu povo (ALTAMIRANO 2005, p. 57). Assim, não é de estranhar que Sarmiento, vez por outra, se apoie em romancistas, como faz nas diversas vezes em que equipara a dura vida dos habitantes dos pampas argentinos com aquelas dos norte-americanos, descrita nos romances, como a série *The leatherstocking tales*, de James Fenimore Cooper. Para Carlos Altamirano, haveria aqui até certa curiosidade pelo aspecto “poético”, ou até “romântico” desta “barbárie” trazida pela literatura (ALTAMIRANO 2005, p. 51). Para Adolfo Prieto, a consagração de Cooper com os romances *O último dos moicanos* e *A pradaria*, de grande difusão nos Estados Unidos e fora deles, “permitieran directas analogías con las modalidades de la vida pastoril em la Argentina, se proponía como una combinación de atractivos irrenunciables en las circunstancias y en el contexto en los que Sarmiento decidía sus opciones de escritor” (PRIETO 2003, p. 168). Neste sentido, é exemplar o que escreveu Sarmiento:

Cuando leía en el *Último de los mohicanos* de Cooper, que Ojo de Halcón y Uncas habían perdido el rastro de los Mingos en un arroyo, dije para mí: van a tapar el arroyo. Cuando en *La pradaria* el Trampero mantiene la incertidumbre y la agonía mientras el fuego los amenaza, un argentino habría aconsejado lo mismo que el Trampero sugiere al fin, que es limpiar un lugar para guarnecerse, e incendiar a su vez, para poder retirarse del fuego que invade sobre las cenizas del punto que ha incendiado. Tal es la práctica de los que atraviesan la Pampa para salvarse de los incendios del pasto (PRIETO 2003, p. 33).

Da mesma forma que Cooper, Adolfo Prieto destaca a importância igualmente cobrada pelo poema *La cautiva* de Estebán Echeverría que, incorporado

em *Facundo* (SARMIENTO 1952), reconheceria uma continuidade entre estes escritores românticos do século XIX que se empenhavam, não apenas no desenvolvimento das respectivas literaturas nacionais, como atribuíam a elas a possibilidade de divulgação das peculiaridades dos seus países. Sarmiento, em relação a isto, “establecía, de paso, un estatuto de excelência desde el que podía saludar la aparición de los primeros escritos distintivos de los miembros de su generación” (PRIETO 2003, p. 169-170).

A vida no *desierto* – e que praticamente não se alterou quando se estabeleceram as estâncias de criação – obrigara seus povoadores ao convívio com o sacrifício dos animais, habituando-os ao sangue derramado, o que se estenderia mais tarde aos inimigos nos campos de batalha. Também o uso dos cavalos, muito prolíficos nos pampas, formava outra das bases para as *montoneras*² nas guerras civis; neste sentido, Sarmiento salienta a precocidade com que iniciava esta a intimidade dos homens da campanha com as montarias e com os instrumentos de trabalho das grandes propriedades pecuárias:

Los niños ejercitan sus fuerzas y se adiestran por placer en el manejo del lazo y de las boleadoras [...]; cuando son jinetes, y esto sucede luego de aprender a caminar, sirven a caballo algunos quehaceres; [...] cuando la pubertad asoma, se consagran a domar potros salvajes [...]. Aquí principia la vida pública, diré, del gaucho, pues que su educación ya está terminada (SARMIENTO 1952, p. 29).

A referência aos cavalos como inseparáveis das plebes rurais se estendeu aos demais habitantes do “deserto”. Neste sentido, o papel dos homens brancos que se haviam “degenerado” nestes espaços, ao invés de trazer hábitos “civilizados” contribuirá para aumentar o caráter indômito dos indígenas. Comparando com as áreas andinas, onde o uso do cavalo pelos indígenas era impossível, Sarmiento adverte:

Por el contrario, en Venezuela y la Republica Argentina los llaneros y la montonera han ejercido suprema influencia en las guerras civiles, habilitando a las antiguas razas a mezclarse y a refundirse, ejerciendo como masas populares de a caballo la más violenta acción contra la civilización colonial y las instituciones de origen europeo, poniendo barreras a la introducción de las formas en que reposa hoy el gobierno de los pueblos cultos (SARMIENTO 1883, p. 158).

Percebe-se, pois, que somada à “natural” inferioridade das raças que povoavam a América Latina, acrescentar-se-ia a negatividade do meio ambiente, que torna os homens selvagens, ociosos e virtualmente irredutíveis à “civilização”.

Finalmente, além do efeito que exerce diretamente sobre os homens, a geografia do país permite outra dedução sagazmente feita por Sarmiento para justificar a necessidade de um governo *unitario*, centralizado em Buenos Aires: a própria natureza assim o exigia, já que se tratava da única abertura para o

² *Montonera* era uma palavra pejorativa criada pelos espanhóis com referência às tropas irregulares de Artigas durante o cerco de Montevidéu em 1811; é derivada de *montón*: a rala (ANSALDI 1973).

Atlântico, sendo o Rio da Prata a confluência “natural” de todos os principais rios, vale dizer de todo o país:

Norte América está llamada a ser una federación, menos por la primitiva independencia de las plantaciones, que por su ancha exposición al Atlántico y las diversas salidas que al interior dan en San Lorenzo al Norte, el Misisipi al sur y las inmensas canalizaciones al centro. La Republica Argentina es una y indivisible (SARMIENTO 1952, p. 22).

Portanto, os Estados Unidos – quase sempre citados como modelo para a organização política da Argentina – tinha razões para adotar um sistema federalista a partir de características naturais que não se repetiam no Rio da Prata.

O campo contra a cidade

Algumas considerações são pertinentes antes de considerarmos os escritos de Sarmiento em relação ao contraponto entre campo e cidade no espaço platino. No início de suas atividades literárias e jornalísticas, Sarmiento não tinha a mesma repulsa ao Federalismo que já caracterizava contemporâneos seus, Juan Bautista Alberdi e Estebán Echeverría em particular. Provavelmente isto se deva pela amizade que desfrutava com Nazario Benavidez, o governador de San Juan que pertencia ao *Partido Federal*; mesmo alinhado com Rosas, Benavidez era tolerante com Sarmiento, e não o perseguiu apesar dele defender suas ideias liberais (ALTAMIRANO 2005, p. 32). Por outro, não foi ele o criador da célebre antinomia “civilização e barbárie”, que já fazia parte do vocabulário intelectual da Ilustração, e que na Argentina estava presente desde o início do século XIX; a Sarmiento de pode atribuir a ênfase no uso desta fórmula e sua disseminação no pensamento americano, e mesmo ocidental (ALTAMIRANO 2005, p. 50).

Há uma contradição no “diagnóstico” da barbárie feito por Sarmiento: o mesmo ambiente hostil que serviu para justificar a rusticidade e brutalidade dos habitantes do pampa, também se mostra farto e generoso, pois o gado “alçado” supria todas as necessidades imediatas. Aquelas planícies que constituíam o *desierto* por um lado, de outra parte não estimulavam o desenvolvimento da inteligência humana e o trabalho coletivo na luta contra as adversidades:

La procreación espontánea forma y acrece indefinidamente la fortuna; la mano del hombre está por demás; su trabajo, su inteligencia, su tiempo no son necesarios para la conservación y aumento de los medios de vivir. Pero sin nada de esto necesita para lo material de la vida, las fuerzas que economiza no puede emplearlas como el romano: fáltale la ciudad, el municipio, la asociación íntima, y por tanto, fáltale la base de todo desarrollo social; no estando reunidos los estancieros, no tienen necesidades públicas que satisfacer: en una palabra, no hay ‘res pública’ (ALTAMIRANO 2005, p. 27).

Torna-se interessante aqui um paralelo entre estas observações de Sarmiento com diagnóstico análogo feito pelo “ilustrado” espanhol Félix de Azara em sua célebre “memória” de 1800 (AZARA 1943).³ A abundância do gado

³ Azara será mais tarde citado por Sarmiento como um dos grandes naturalistas e etnólogos do espaço platino, comparando-o mesmo a Lineu (SARMIENTO 2009, p. 17).

bovino era responsável pela ociosidade nas áreas rurais, pois todos os escassos bens de que a plebe rural dispunha para a vida frugal que levava provinham do abate das reses xucas.

Desta forma, a campanha argentina apresenta um atraso que precisa ser revertido através de uma modificação levada em dois sentidos: desenvolvimento de comunicações que desfizessem o isolamento, e mudanças na atividade econômica, trazendo populações "superiores" que vejam no trabalho da terra uma possibilidade de riqueza, e buscando sua riqueza individual tragam o bem da coletividade – uma síntese quase do pensamento liberal.

Por outro lado, se na campanha se localiza todo o atraso, é nas cidades portuárias que se concentrava quase uma transposição da civilização europeia. As múltiplas atividades proporcionadas pela cidade, beneficiada com o contato fácil com o exterior, faziam dela a antítese do que se operava no interior. Sarmiento é explícito quando atribui aos governos *unitarios* o projeto "civilizador" com bases na cidade:

El año 1820 se empieza a organizar la sociedad, según las nuevas ideas de que está impregnada; y el movimiento continúa hasta que Rivadavia se pone a la cabeza del gobierno. Hasta este momento Rodríguez y Las-Heras han estado echando los cimientos ordinarios del gobierno libre (SARMIENTO 1952, p. 79).

Neste sentido, os anseios por modernidade e superação do passado colonial seriam tão generalizados que a capital portenha poderia avançar em relação aos modelos europeus. A conjuntura da Restauração se constituía num obstáculo que não era vivido pela jovem nação que se organizava, sob a liderança de Buenos Aires:

Rivadavia viene de Europa, se trae a la Europa; mas todavía desprecia a la Europa; Buenos Aires (y por supuesto, decían, la Republica Argentina) realizará lo que la Francia republicana no ha podido, lo que la aristocracia inglesa no quiere, lo que la Europa despotizada echa de menos. Esta no era una ilusión de Rivadavia; era el pensamiento general de la ciudad, era su espíritu, su tendencia (SARMIENTO 1952, p. 79).

Para Sarmiento não existia qualquer possibilidade de chegar ao progresso que não passasse pelo desenvolvimento urbano. Neste sentido, o avanço da "civilização" se confundia com refinamento e elegância, o que se coadunava com os padrões parisienses e londrinos. Assim escreveu ele:

La ciudad es el centro de la civilización argentina, española, europea; allí están los talleres de las artes, las tiendas del comercio, las escuelas y colegios, los juzgados, todo lo que caracteriza, en fin, los pueblos cultos. La elegancia en los modales, las comodidades del lujo, los vestidos europeos, el frac y la levita, tienen allí su teatro y su lugar conveniente (SARMIENTO 1952, p. 25).

No entanto, como salienta Adolfo Prieto, o escritor exagerou ao atribuir às *ciudades* provinciais argentinas as características que eram próprias a Buenos Aires. Ao identificar uma "ruralização" (CHIARAMONTE 1991, p. 21-54) – que

efetivamente ocorreu como consequência ao processo de descolonização – nas antigas *ciudades* coloniais das províncias, Sarmiento as eleva a um grau de desenvolvimento urbano que nunca haviam ostentado. Escreve Prieto:

Al extender el estatuto de Buenos Aires, ciudad comercial, al resto de las ciudades del país, que no lo eran, impresiona tanto como una decisión política tendiente a analizar un frente de oposición neto a todo lo significado por la campaña, como una determinación literaria de trabajar con los efectos simplificadores del contraste (PRIETO 1996, p.163).

Fica assim bem caracterizada uma dualidade observada por Sarmiento; conviviam simultaneamente duas sociedades, e aquela que se inseria no mundo moderno, necessariamente transformaria a outra. Esta é a base para o raciocínio de Sarmiento de que existem etapas históricas a serem transpostas: o mundo moderno está presente “objetivamente” nas cidades ou no litoral, mas o interior, onde predominam as atividades rurais ainda aos moldes coloniais, está atrasado em relação a este desenvolvimento, pertencendo a uma etapa ainda “feudal”.

Carlos Altamirano atenta para outra condição atribuída por Sarmiento às cidades do espaço platino, além daquela mais visível de que na campanha e nos seus caudilhos residia a “barbárie”, por incompatibilidade com o caráter agregador dos espaços urbanos, oposto à dispersão do “deserto”, que favorecia os poderes pessoais. Sarmiento referia-se a duas guerras sustentadas pelas cidades – especialmente Buenos Aires – ao longo do século XIX: uma vitória delas contra a ordem colonial espanhola; e uma guerra inconclusa dos caudilhos provincianos e suas *montoneras* que se dirigia contra qualquer tipo de ordem social (ALTAMIRANO 2005, p. 49).

Este é o aspecto central da sua obra, pois é a primeira vez que surge o “diagnóstico feudal” (CHIARAMONTE 1983) como explicativo para os problemas da Argentina no rumo da “civilização”.

As *montoneras* e o feudalismo

Para Sarmiento, os *gauchos* eram homens abarbarados, que formavam as *montoneras* a serviço dos caudilhos, atuando como se fossem milícias pessoais. Ele acentuava que estes campeiros viviam em meio ao morticínio dos animais, ao uso das armas brancas e ao correr de sangue, nas tarefas cotidianas do pastoreio, o que traria um condicionamento “natural” a uma vida voltada para a violência. Após o “aprendizado” nas estâncias, o uso das armas brancas passaria a ser motivo de muitos conflitos nas reuniões em *boliches* e *pulperias*, lugares frequentados pelos ociosos e *malentretenidos* que buscavam diversão e confusões:

El gaucho, a la par de jinete, hace alarde de valiente, y el cuchillo brilla a cada momento, describiendo círculos en el aire, a la menor provocación, o sin provocación alguna, sin otro interés que medirse con un desconocido; juega a las puñaladas, como jugaría a los dados. [...] Su objeto es sólo ‘marcarlo’, darle una tajada a la cara, dejarle una señal indeleble (SARMIENTO 1952, p. 42).

Nos casos em que ocorriam homicídios – fossem eles intencionais ou involuntários – os criminosos habitualmente encontravam guarida em lugares mais afastados, pois sempre haveria algum caudilho precisando de homens adequados para suas forças irregulares. As autoridades legais não tinham, assim, possibilidades de punirem ou sequer capturarem estes foragidos da justiça:

Si sucede una "desgracia", las simpatías están por el que desgració; el mejor caballo le sirve para salvarse a parajes lejanos, y allí lo acoge el respeto o la compasión. Si la justicia le da alcance, no es raro que haga frente, y si "corre la partida", adquiere un renombre desde entonces, que se dilata sobre una ancha circunferencia (SARMIENTO 1952, p. 43).

Os chefes destes bandos, formados por "bárbaros" que resultaram do condicionamento combinado de fatores raciais e ambientais, passando pela criação no meio das carnificinas das estâncias de criação, seriam os responsáveis por associações que se dispersavam na vastidão dos pampas, ciosos de seus interesses privados e avessos a programas centralizadores que afetassem suas prerrogativas.

Para Sarmiento – mesmo "sin buscar tipos históricos como los Borgias" (SARMIENTO, 1883 p. 167) – estas características definiam estas sociedades como "medievais" ou "feudais", e os caudilhos das *montoneras* provinciais seriam as versões contemporâneas dos "barões" da Europa medieval:

Ignoro si el mundo moderno presenta un género de asociación tan monstruoso como este. [...] Es, en fin, algo parecido a la feudalidad de la Edad Media, en que los barones residían en el campo, y desde allí hostilizaban las ciudades y asolaban las campañas, pero aquí faltan el barón y el castillo feudal. Si el poder se levanta, es momentáneamente, es democrático: ni se hereda, ni puede conservarse, por falta de montañas y poblaciones fuertes (SARMIENTO 1883, p. 27).

44

O caudilho exercia um poder pessoal em relação aos seus comandados sem a intermediação de quaisquer instituições sociais "civilizadas" tais como partidos políticos, eleições ou formas democráticas de representação. Num outro texto estas relações de natureza "feudal" são bem explicitadas, e a popularidade de caudilhos como Facundo Quiroga ou Chacho Peñaloza só era compreensível pela "barbárie" no campo:

La tradición es, por otra parte, el arma colectiva de estas estólicas muchedumbres embrutecidas por el aislamiento y la ignorancia. Facundo Quiroga había creado desde 1825 el espíritu gregario; al llamado suyo, reaparecía el levantamiento en masa de los varones a simple orden del comandante o jefe: la primitiva organización humana de la tribu nómada, en país que había vuelto a la condición primitiva del Asia pastora. El sentimiento de obediencia se transmite de padres a hijos y al fin se convierte en segunda naturaleza. El Chacho no uso la coerción que casi siempre es necesaria para los gobiernos cultos llamar varones a la guerra (SARMIENTO 1973, p. 75).

Já foi destacado neste artigo o papel que tiveram as biografias na obra histórica de Sarmiento. No entanto, muitas vezes de discute porque a suas escolhas em relação a Aldao e Facundo se – como ele mesmo salienta nestes livros – o alvo de seus ataques era Rosas. Adolfo Prieto oferece uma interessante

interpretação, ligada ao próprio ato de escrever uma biografia, que teria muito menos cuidados quando o personagem tratado já tivesse falecido:

También en el reemplazo de la figura de Rosas por la de Quiroga parece advertirse esta práctica de acomodación. Rosas, la obsesión por Rosas, es transparente a lo largo del texto, pero el gobernador de Buenos Aires, en la plenitud de su ciclo vital, era improbable sujeto de una biografía. Quiroga, en cambio, lo era, porque, muerto desde hacía diez años, tenía clausuradas sobre su memoria, su historia y su leyenda, todas las llaves de interpretación y fabulación disponible (PRIETO 1996, p. 164).

Desta determinação não fugiam sequer representantes do clero. Muitas vezes houve párocos e capelães envolvidos nas *montoneras*, na medida em que os principais líderes *unitarios* preconizavam governos laicos, com separação da Igreja do Estado; no entanto, o caso do Padre Aldao foi muito significativo para este diagnóstico “feudal” que Sarmiento imputava ao mundo rural argentino. Filho de importantes proprietários de terras de Mendoza, o religioso Félix Aldao ainda muito jovem esteve presente de forma ativa na batalha da *Guarda Vieja* em 1817, nas tropas de Las Heras:

Era el capellán segundo de la división que, arrastrado por el movimiento de las tropas, exaltado por el fuego del combate, había obedecido al fatídico grito de ¡a la carga! precursor de matanza y exterminio de San Lorenzo. Al regresar la vanguardia victoriosa al campamento fortificado que ocupaba el coronel Las Heras con el resto de su división, las chorreras de sangre que cubrían el escapulario del capellán, revelaron a los ojos del jefe, que menos se había ocupado en auxiliar a los moribundos, que en aumentar el número de los muertos (SARMIENTO 1889, p. 3).

45

O envolvimento do padre Aldao com a política de sua província, que resultou mais tarde no cargo de governador, tornou-o um dos principais seguidores de Rosas. Assim, suas funções religiosas tornaram-se praticamente nulas, obscurecidas pela sua atuação militar e pela adoção de hábitos pouco adequados aos seus votos, como o alcoolismo e o concubinato. Sarmiento é implacável: “El desprecio que concitaba su posición equívoca estaba presente en sus ojos, y aun en la época de su tiranía, la palabra fraile lo hería como una mordedura”. Aldao, então, escondia suas relações excusas: “Allí, lejos de las miradas del publico, en seno de su familia, podía verse llamado de *padre* por sus hijos, sin más zozobra que el recuerdo amargo de que en otro sentido se le había llamado el *padre* Aldao” (SARMIENTO 1889, p. 7). Na biografia de Aldao, Sarmiento procura associá-lo àquela imagem do alto clero oriundo das famílias da aristocracia na Europa medieval.

Numa das tantas arengas contra Rosas, Sarmiento acentua que a violência do caudilho tinha fortes raízes na sociedade rural do Rio da Prata, da qual ele não era mais do que seu representante mais evidente: “Rosas no ha inventado nada; su talento ha consistido sólo en plagiar a sus antecesores, y hacer de los instintos brutales de las masas ignorantes un sistema meditado y coordinado fríamente”. No mesmo parágrafo, no entanto, Sarmiento atribui a Rosas a

disseminação e o uso corriqueiro da degola como uma forma de atrair o apoio da plebe adotando um dos seus “bárbaros” costumes:

El ejecutar con el cuchillo, “degollando” y no fusilando, es un instinto de carnicero que Rosas ha sabido aprovechar para dar todavía a la muerte formas gauchas, y al asesino placeres horribles; sobre todo, para cambiar las formas “legales” y admitidas en las sociedades cultas, por otras que él llama americanas y en nombre de las cuales invita a la América a que salga en su defensa [...] (SARMIENTO 1952, p. 48).

De acordo com sua ojeriza aos projetos radicais havidos no início do Movimento de Maio de 1810, Sarmiento foi obrigado a fazer uma comparação da selvageria praticada pelos partidários de Rosas com o período em que os jacobinos dominaram a Convenção, impondo o chamado Terror durante as jornadas de 1793: “En Francia en 1793 se guillotinaba a los que *sabian leer* por aristocratas; en la Argentina se los degüella por *salvajes*, y aunque el chiste parezca ridículo, no lo es cuando el asesino que os burla así, tenga el cuchillo fatal en la mano” (SARMIENTO 1883, p. 11).

Deste fascínio exercido por Rosas sobre as multidões não estiveram ausentes os negros. Sarmiento dá conta do papel dos negros na Guerra de Independência, tomando parte ativa nos batalhões de Belgrano e San Martín; os remanescentes formaram coletividades periféricas na cidade portenha conhecidas por *candombes*, por associação aos tambores homônimos que rufavam nas suas festas. Sobre eles escreveu Sarmiento:

Los *candombes* fueron el terror de Buenos Aires durante la tiranía de Rosas, que hizo de Manuelita [filha de Rosas] la patrona de la institución. Un día se pasearon las calles de Buenos Aires, ebrios de entusiasmo, precedidos por sus *candombes* y marimbas, aquellos africanos reunidos en Clubs patrióticos, tras de banderas rojas, como hoy las sociedades francesas, españolas e italianas, banda de música al frente. Día de pavor para los blancos, hijos de españoles, que prepararon, ejecutaron y llevaron a término la Independencia, proscritos ahora, y entregues a los dioses infernales, a los gritos de imueran los salvajes unitarios ¡viva el ilustre Restaurador! que lanzaban mil bocas de semblantes negros y brillantes (SARMIENTO 1883, p. 40-41).

Assim como fizera em relação a James Fenimore Cooper, o autor utiliza o romance *Uncle Tom’s cabin*, de Harriet Beecher Stowe, como parâmetro de comparação com a situação dos negros nos Estados Unidos. Esta é uma das poucas críticas que o autor fez em relação ao país do norte, lembrando que o problema dos negros escravos só seria resolvido pela Guerra da Secessão (SARMIENTO 1883, p. 41).⁴

A criação em 1836 do uso obrigatório das insígnias *coloradas* representativas do *Partido Federal*⁵ motivou uma original interpretação de Sarmiento sobre o significado desta escolha, que seria relacionada ao sangue

⁴ Este terror aos negros que aderiram a Rosas foi demonstrado por Echeverría, outro escritor da *Generación de 1837*, na novela *El matadero* (ECHEVERRÍA 1999).

⁵ Usavam-se faixas, lenços ou *vinchas* vermelhas, muitas vezes com os dizeres *¡Viva la Federación, Mueran los Salvajes Unitarios!*

derramado nas guerras civis pelas *montoneras*, numa apologia aos usos da “barbárie”. Na mesma ocasião, o autor faz referência à Bandeira Nacional desenhada por Belgrano e adotada na assembleia que proclamou a Independência em 1816:

Los colores argentinos son el celeste y el blanco; el cielo transparente de un día sereno, y la luz nítida del disco del sol; la paz y la justicia para todos. [...] ¿Sabéis lo que es el color colorado? [...] ¿No es el “colorado” el símbolo que expresa violencia, sangre y barbarie? (SARMIENTO 1952 p. 87-88).

Espertamente Sarmiento não fez alusão ao Escudo Nacional também desenhado por Belgrano, que contém no centro um “barrete frígio” vermelho, símbolo herdado da Revolução Francesa. Ao contrário, o autor associa a cor vermelha às “hordas bárbaras” da Ásia e da África, não por acaso presente nos pavilhões dos países islâmicos, que já haviam deixado suas marcas de violência na Espanha antes da Reconquista. Segundo uma tradição que ainda persiste, apontava Artigas – um dos caudilhos mais vilipendiados por ele – como o introdutor do uso do vermelho como representação política da “barbárie” no Rio da Prata:

Artigas agrega al pabellón argentino una faja diagonal “colorada”.
Los ejércitos de Rosas visten de “colorado”.
Su retrato se estampa en una cinta “colorada”.

[...] La reacción encabezada por Facundo y aprovechada por Rosas se simboliza en una cinta colorada que dice: iterror, sangre, barbarie!
[...] Últimamente [Rosas] consagra este color oficialmente, y lo impone como una medida de Estado (SARMIENTO 1952,. p. 88-89).⁶

47

Muitos anos depois ainda afirmava que Artigas era um precursor da “barbárie” nas suas campanhas militares contra Buenos Aires, atribuindo tais características ao passado criminoso que teria levado: “Artigas, como se ha visto era um salteador, nada más nada menos. La tradición de salteadores, tan antigua como la abundancia de ganados alzados, le servia de base de operaciones” (SARMIENTO 1883, p. 170-171).

Em Sarmiento, as conotações depreciativas de “barbárie” e “selvageria” derivadas deste ambiente, terminam por qualificar uma forma de vida que já foi ultrapassada pela civilização europeia, cabendo aos organizadores da nova sociedade argentina – representantes legitimados pelo projeto civilizador – a superação desta etapa. Desta forma, caberia à intelectualidade das cidades dar estas diretrizes, para os executores políticos do programa liberal.

Soluções drásticas para os grandes males

O diagnóstico de que a situação da Argentina se devia a que um importante contingente populacional se encontrasse num estágio atrasado do desenvolvimento – caracterizado a partir do político como “feudal” – é de suma

⁶ Ao que parece não foi Artigas quem primeiro usou o vermelho, mas Mariano Moreno e seus seguidores durante as Invasões Inglesas de 1806; de qualquer forma, este grupo se identificava com os Jacobinos, e esta simbologia do radicalismo de 1893 tampouco era cara para Sarmiento.

importância como marco da historiografia latino-americana. Paula Bruno salienta que após a queda de Rosas em 1852, os antigos componentes da famosa "Generación del 1837" procuraram seus lugares na nova organização política: "su formación en tiempos rivadavianos, la sociabilidad en Buenos Aires primero y en el exilio después, la elaboración de textos programáticos, el antirrosismo ferviente y la voluntad de proyectar la nación" seriam características suficientes para atribuir-lhes o caráter de "padres fundadores" (BRUNO 2011, p. 13). Deste grupo, certamente foi Sarmiento aquele que reivindicou para si a primazia na discussão e propostas para o mundo que se abria com o fim da Confederação de Rosas, como salientou em *Recuerdos de provincia* (SARMIENTO 2001, p. 181).

A desarticulação do "feudalismo" em que se encontrava o país passava necessariamente pelo fim dos caudilhos e suas *montoneras*, especialmente o principal deles, o poderoso Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires. Talvez a principal questão fosse a interdição para a navegação dos rios tributários do Rio da Prata: ela afetava as províncias não apenas do *litoral* argentino como também as do centro e norte do país, além dos países vizinhos (Brasil, Uruguai e Paraguai), e as grandes potências europeias que tinham disputavam as vantagens comerciais do espaço platino (França e Inglaterra). Sobre este aspecto, Sarmiento foi muito enfático em *Argirópolis* (SARMIENTO 2011), espécie de "projeto" nacional que escreveu em 1850:

La más ligera inspección de la carta geográfica nuestra que el Paraguay, Corrientes, Entre Ríos y Santa Fé tienen en los ríos que atraviesan su territorio, medios fáciles de exportación y de contacto con el comercio europeo. [...] del viaje de exploración del Bermejo, resulta que Tucuman, Salta y Jujuy encontrarían en aquella vía acuática exportación provechosa de sus productos. La provincia de Córdoba, limítrofe de Santa Fé, encontraría en la canalización del Tercero y en su inmediación al Paraná una vía de exportación menos costosa y que puede hacerse común a Santiago del Estero y Catamarca, no excluyéndose de esta vía las provincias de Cuyo (SARMIENTO 2011, p. 82).

48

Impressiona mais esta insistência de Sarmiento em terminar com o "desierto" através do estímulo aos transportes, quando é possível constatar hoje que, mais de trinta anos depois daquele livro, ele tivesse no seu canônico *Conflicto y armonías de las razas* (SARMIENTO 1883) quase repetido suas palavras:

La cuestión de la libre navegación de los ríos que desembocan en el Plata es hoy una cuestión europea, americana y argentina a la vez, y Rosas tiene en ella guerra interior y exterior hasta que caiga, y los ríos sean navegados libremente. Así lo que no consiguió por la importancia que los unitarios daban a la navegación de los ríos se consigue hoy por la torpeza del gaucho de la Pampa (SARMIENTO 1883, p. 167).

Uma das mais esperadas transformações nas comunicações que terminariam com o *desierto* eram as ferrovias. Obcecado pelo rápido progresso na ocupação dos espaços "vazios" nos Estados Unidos, que desenvolviam sistemas de canais e estradas de ferro, Sarmiento no final da década de 1860 escreveria que o papel da educação era central, devendo ser uma atribuição governamental o estímulo ao ensino generalizado. Para o início deste processo,

Sarmiento contava com o regresso de todos quantos no exílio puderam, não apenas frequentar cursos e universidade, como observarem as sociedades mais avançadas para terem modelos para as mudanças necessárias na Argentina:

Los jóvenes estudiosos que Rosas ha perseguido se han desparramado por toda la América, examinado las diversas costumbres, penetrado en la vida íntima de los pueblos, estudiado sus Gobiernos, y visto los resortes que en unas partes mantienen el orden sin detrimento de la libertad y del progreso, notando en otros los obstáculos que se oponen a una buena organización (SARMIENTO 1952, p. 169).

Esta era uma tarefa que exigia a participação de todos aqueles que haviam sido oprimidos pela ditadura de Rosas, especialmente porque a recuperação do país passava pela implantação de uma “civilização” que até então fora negada. Neste sentido, os trabalhos que vinham pela frente poderiam ser árduos:

Tal es la obra que nos queda por realizar en la Republica Argentina. Puede ser que tantos bienes no se obtengan de pronto, y que después de una subversión tan radical como la que ha obrado Rosas, cueste todavía un año o más de oscilaciones el hacer la sociedad entrar en sus verdaderos quicios (SARMIENTO 1952, p. 172).⁷

49

Para Sarmiento isto só seria uma possibilidade se fosse constituído um governo *unitario* forte, centralizado na região mais rica e civilizada da Argentina. Para tanto, ele próprio participou da grande campanha militar que se concertou para a derrubada de Rosas. Em 1851 o Império do Brasil, em aliança com os *unitarios* argentinos exilados e a adesão de Urquiza, governador de Entre Rios, interveio no Estado Oriental a favor dos *colorados*, que desde 1843 enfrentavam em Montevideú o assédio dos *blancos*, aliados de Rosas. No ano seguinte, a mesma aliança seria dirigida contra o governador de Buenos Aires, que seria derrotado na Batalha de Caseros em 3 de fevereiro de 1852.

Participando das atividades diplomáticas do novo governo de Justo José de Urquiza, Sarmiento escreveu para Mitre em abril de 1852 elogiando a ordem que via na capital do Império. Na busca de exemplos “civilizados” admirou a erudição do Imperador Pedro II, deixando de lado o problema da escravidão, que tanto criticara em obras anteriores:

El Emperador, joven de veintiséis años, estudioso y dotado de cualidades de espíritu y corazón que lo harían un hombre distinguido en cualquiera posición de la vida, se ha entregado con pasión al estudio de nuestros poetas, publicistas y escritores sobre costumbres y caracteres nacionales. Echeverría, Mármol, Alberdi, Gutiérrez, Alsina etc, etc. Son nombres familiares a su oído, y por lo que a mi respecta, habíame introducido favorablemente Civilización y barbarie, hace tiempo, y en primera edición, habiéndose procurado después Sud América, Argirópolis, Educación popular etc (SARMIENTO 1852, p. 87).

⁷ Mais tarde, como governador de San Juan e como presidente da Argentina Sarmiento destacou-se pela disseminação de escolas públicas e estímulo ao ensino.

Mais tarde, Sarmiento abandonou o vencedor Urquiza, que procurava organizar um governo *federal* com apoio das províncias, legitimando-o com um projeto de Constituição de um dos principais representantes da *Generación de 1837*, Juan Bautista Alberdi.⁸ Agregou-se ao governador de Buenos Aires, o *unitario* Bartolomé Mitre, que após manter por alguns anos a província separada da Confederação Argentina, terminaria por derrotar militarmente Urquiza, procurando uma pacificação com os caudilhos provincianos. Ainda enfrentaria as *montoneras* de Angel Vicente Peñaloza, o Chacho, em 1863, e de Felipe Varela em 1867, mas lançou as bases de uma organização nacional.

Manteve sempre a opinião de que o governo deveria destruir totalmente as sobrevivências da “barbárie” nas províncias interioranas, resistentes aos rumos do progresso. Foi dele uma famosa carta dirigida a Mitre em 20 de setembro de 1861: “Pero déjese de ser mesquino. No trate de economizar sangre de gaúchos. Esto es un abono que es preciso hacer útil al país. La sangre es lo único que tienen de seres humanos”. Na biografia que escreveu de Chacho Peñaloza logo após o assassinato deste pelas tropas de Mitre, retomou a questão da guerra sem quartel que deveria ser movida contra as *montoneras* e seus caudilhos:

El bárbaro es insensible de cuerpo, como es poco impresionable por la reflexión, que es la facultad que predomina en el hombre culto; es por tanto poco susceptible de escarmiento. Repetirá cien veces el mismo hecho si no ha recibido el castigo en la primera.
En las revoluciones políticas con gobiernos y ejércitos revolucionarios, las leyes de la guerra entre naciones, protegen a los rebeldes.
Los “guerrillas” desde que obran fuera de la protección de gobiernos y ejércitos, están fuera de la ley y pueden ser ejecutados por los jefes en campaña (SARMIENTO 1973, p. 74).⁹

50

É, pois, nítida no autor a preocupação com uma modificação da sociedade por via do político, já que a avaliação de ambos quanto ao atraso se define por peculiaridades políticas. Todo o encadeamento lógico montado a partir de causas “naturais” e, portanto, passíveis de compreensão, serve como justificativa para a implantação de uma forma liberal de governo que fosse capaz de atualizar o desenvolvimento da república.

Muitos anos depois Sarmiento teria a ocasião de apoiar-se na Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin – vitoriosa contra o criacionismo remanescente do Antigo Regime – que para ele era uma corroboração bem acabada das ideias que havia apreendido em suas profusas leituras. Em 19 de maio de 1882 pronunciou uma conferência para o *Círculo Médico* em Buenos Aires em homenagem ao cientista recentemente falecido. No início de sua fala, cita Félix de Azara – que reunira uma coleção de espécies equivalente àquela do grande Lineu – e os cientistas que fizeram dos pampas seus objetos de

⁸ Com este intelectual seu contemporâneo, Sarmiento manteve uma longa polêmica por artigos e livros.

⁹ Esta era uma criação do final do século XVIII. Aos exércitos regulares e seus soldados, o tratamento dos vencedores deve ser digno e respeitoso. As milícias irregulares eram passíveis de execuções sumárias. A palavra *guerrilla* foi criada na resistência espanhola à ocupação napoleônica, mantendo este caráter pejorativo até as lutas por libertação no século XX.

pesquisa: Bompland, o primeiro francês que, junto a Humboldt, permaneceu toda sua vida na Argentina; depois D'Orbigny e Bravard, que realizaram importantes estudos geológicos e paleontológicos; finalmente, não poderia deixar de lado a presença àquelas alturas de cientistas nacionais, como os casos pioneiros de Burmeister e Gould (SARMIENTO 2009, p. 17).

Após abordar diversos pensadores que antecederam e forneceram com suas investigações subsídios importantes para a Teoria da Evolução, e de discorrer sobre as andanças do homenageado, Sarmiento ao final da primeira parte da conferência afirma:

[...] y yo, señores, adhiero á la doctrina de la Evolución así generalizada, como procedimiento del espíritu, porque necesito reposar sobre un principio armonioso y bello á la vez, á fin de acallar la duda, que es el tormento del alma. Y aquí me acerco ya al terreno adonde quería llevar la teoría de Darwin, para explicar la influencia social que tales movimientos en las ideas ejercen en nuestra época (SARMIENTO 2009, p. 36).

Na segunda parte assevera que a teoria para ser boa tinha necessariamente que ser bela! Além disto, ela provava que a própria evolução se dava em direção ao mais belo, portanto ao que de melhor poderia ser encontrado na natureza, fossem flores ou as mais variadas criações derivadas do desenvolvimento do pensamento humano:

51

Los que contemplan el espectáculo de un baile aristocrático, pueden verificar si entre armonías de la música y la cadencia e los movimientos, las jóvenes confirman de instinto la teoría de Darwin, para la mejora y embellecimiento, revistiéndose de todos los atractivos y seducciones de las bellas artes, en colores, formas y apéndices (SARMIENTO 2009, p. 51).

Deve-se salientar que o “encontro” de Sarmiento com Darwin foi o coroamento de uma trajetória intelectual na qual foi um precursor na América Latina, se no for considerado um dos principais pensadores do século XIX. As contribuições que ele trouxe para o debate com desassombro, poderiam ser consideradas como um “positivismo” *avant la lettre*, ou mesmo como uma antecipação do que viria a ser denominado “darwinismo social”, algo que o próprio Darwin recusou-se a aceitar. Neste sentido, vale citar os últimos parágrafos escritos na biografia de Chacho:

Las costumbres que Rugendas y Pallière diseñaron con tanto talento, desaparecerán con el medio ambiente que las produjo, y estas biografías de los caudillos de la montonera figurarán en nuestra historia como los megaterios y gliptodontes que Bravard desenterró del terreno pampeano. *Monstruos inexplicables, pero reales* (SARMIENTO 1973, p. 75, grifos do autor).

Conclusão

Talvez não coubesse nesta conclusão discorrer sobre meu “encontro” com Sarmiento! No entanto, foi esta aproximação que provavelmente me encaminhou na direção dos estudos sobre o Rio da Prata do século, e especialmente sobre os caudilhos e suas *montoneras*. No início dos anos 1970, num breve interregno democrático entre duas ditaduras, os *monstruos inexplicables*

havam sido novamente “desenterrados” e seus fantasmas assombravam o cenário político de então: não por casualidade, o grupo armado da esquerda peronista se chamava *Montoneros*, numa alusão aos “guerrilheiros” que no século anterior haviam “resistido” ao liberalismo dos *vendepatrias* defendidos por Sarmiento. Procurar no passado compreender aquele presente tão turbulento propiciou, naquele distante ano de 1974, minha primeira leitura do *Facundo*, o que depois se repetiria muitas e muitas vezes; logo a seguir vieram *El Chacho* e outros mais. Mas tão importantes quanto as leituras de Sarmiento foram aquelas de seus críticos. Sim, porque, não apenas a importância, como também a virulência dos escritos de Sarmiento não permitem “meios-termos”: se por um lado ele foi praticamente o criador de uma matriz de interpretação do passado argentino sobre o qual se fundou a historiografia liberal, ou seja, aquela considerada “oficial”, por outro, ele recebeu as mais duras diatribes de variados autores e de diferentes correntes políticas. O espaço deste texto permite que eu aborde apenas algumas delas, que a meu juízo são significativas.

A primeira foi a do então jornalista José Hernández, futuro autor do célebre *Martín Fierro*, no livro *Vida del Chacho* (HERNANDEZ 1973) que é uma resposta à biografia de Sarmiento no mesmo ano de 1863, onde rebate ponto por ponto as opiniões deste sobre o caudilho de La Rioja; para Hernández, os verdadeiros criminosos eram os *unitarios* que governavam o país – o presidente Mitre e seus oficiais, além do próprio Sarmiento – fazendo no seu texto um libelo a favor dos *gauchos* perseguidos e condenados pela “civilização”.¹⁰ Em tempos mais contemporâneos, um dos maiores apologistas dos caudilhos, o escritor e historiador Félix Luna, atribui a Sarmiento o mesmo grau de violência que ele atribuía aos caudilhos, interpretando esta postura como um resquício da sua origem provinciana que procurava exorcizar (LUNA 1971).

Dentre os muitos autores estrangeiros que abordaram Sarmiento, o escritor Fernández Retamar no seu *Caliban* (FERNÁNDEZ 1988) retrata o argentino como o contraponto por excelência de José Martí; se o poeta cubano havia feito ao longo de sua obra poética e jornalística o resgate das raízes mestiças do continente americano, motivando a apologia da *Nuestra América*, o argentino representaria a negação desta mesma América, fazendo da defesa da “civilização” europeia uma justificativa para a sociedade internamente excludente, e defensora da dominação estrangeira criada pelas oligarquias exportadoras. Não muito diversa é a opinião de Eduardo Galeano: em seu livro *As caras e as máscaras* (GALEANO 2004), Sarmiento mereceu três citações, todas elas acusando-o de entreguista: a caracterização de Artigas como criminoso, a defesa da abertura aos estrangeiros, e o racismo e preconceito que justificavam a defesa da “civilização” europeia. Mesmo o norte-americano Shumway, um estudioso da literatura platina que procura fazer uma análise mais isenta, não interpreta de forma muito diferente a obra de Sarmiento (SHUMWAY 1995, p.131-187).

¹⁰ Este tema seria retomado por José Hernández em 1972, no poema canônico *El gaucho Martín Fierro*, a mais importante criação da literatura gauchesca.

Finalmente, os escritos do polêmico autor argentino exerceram influências entre os autores brasileiros. Bastaria lembrar que uma obra tão significativa como *Os sertões* de Euclides da Cunha (CUNHA 2009) tem sua estrutura montada sobre uma determinação a partir do ambiente – “A terra” – e da população que vive nestes sertões – “A gente” – que inicia com a célebre frase: “O sertanejo, é, antes de tudo, um forte.” Já a sua leitura entre os autores rio-grandenses, preocupados com a gênese e o papel histórico dos gaúchos do passado, motivou a procura da origem lusitana dos campeiros do Rio Grande do Sul, que os faria muito diferentes dos *gauchos* castelhanos (VELLINHO 1973).

Portanto, os estudos sobre Sarmiento mantêm-se atuais, e ainda referenciais para a compreensão das identidades nacionais e regionais no espaço platino. Além disto, este autor é um exemplo acabado daqueles poderosos intelectuais do século XIX, cuja erudição abarcava os mais variados campos do conhecimento e das artes. Assim sendo, quem se interesse pelo processo de construção dos Estados nacionais na América Latina, que tenha gosto pela historiografia do século XIX, ou mesmo procure mapear algumas das relações entre a história e a literatura não pode passar ao largo da obra de Domingo Faustino Sarmiento!

Nos seus últimos dias opôs-se aos governos Celman e Rocca, pouco interessados em desenvolver o potencial econômico do país, resumindo suas críticas na célebre frase: “La oligarquía con olor a bosta de vaca gobierna el país”.

53

Referências bibliográficas

- ACHA, Omar. **Historia crítica de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- _____; SARLO, Beatriz. **Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia**. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- ANSALDI, Waldo. “Montoneras”. In: ANSALDI, Wando et al.(org.) **Términos latinoamericanos para el diccionario de ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO-ILDIS, 1976.
- AZARA, Félix de. **Memoria sobre el estado rural del Rio de la Plata y otros ensayos**. Buenos Aires: Editorial Bajel, 1943.
- BOTANA, Natalio R. **La tradición republicana**. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.
- _____. Prólogo. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. **Argirópolis o la capital de los estados confederados del Río de la Plata**. Buenos Aires: Emecé, 2011, p. 13-31.
- BRUNO, Paula. **Pioneros culturales de la Argentina: biografías de una época**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

- CHIARAMONTI, José Carlos. **Formas de sociedad y economía en Hispano-América**. México: Editorial Grijalbo, 1983.
- _____. **Mercaderes del litoral**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- DEVOTO, Fernando J. Reflexiones en torno de la izquierda nacional y la historiografía argentina. In: DEVOTO, Fernando J.; PAGANO, Nora. **La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay**. Buenos Aires: Biblos, 2004, p. 107-131.
- _____, Fernando; PÁGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- ECHEVERRÍA, Estebán. **La cautiva**: el Matadero. Buenos Aires: Emecé, 1999.
- FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. **Todo caliban**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- FUENTE, Ariel de la. **Los hijos de Facundo**: caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del estado nacional argentino (1853-1870). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- GALASSO, Norberto. **La larga lucha de los argentinos**: y cómo la cuentan las diversas corrientes historiográficas. Buenos Aires: Colihue, 2006.
- _____ et al. **Los hombres que reescribieron la historia**. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2010.
- GALEANO, Eduardo. As caras e as máscaras In: _____. **Memória do fogo**. V. 2. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (comp.). **Caudillismos rioplatenses**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.
- HERNÁNDEZ, José. **Vidas del Chacho**. Buenos Aires: Rodolfo Alonso, 1973.
- LACAY, Celina. **Sarmiento y la formación de la ideología de la clase dominante**. Buenos Aires: Contrapunto, 1986.
- LOSADA, Leandro. **Historia de las elites en Argentina**: desde la conquista hasta el surgimiento del peronismo. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- LUNA, Félix. **Los caudillos**. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1971.
- PALTI, Elias José. **El tiempo de la política**: el siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- PONCE, Aníbal. **Sarmiento**: constructor de la nueva Argentina y la vejez de Sarmiento. Buenos Aires: Solar / Hachette, 1976.
- PRIETO, Adolfo. **Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- QUATTROCHI-WOISSON, Diana. **Los males de la memoria: historia y política en la Argentina**. BA, Emecé, 1995.

- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Campaña del ejército grande**. Rio de Janeiro: J. Villeneuve & Cia., 1852.
- _____. **Conflicto y armonía de las razas en América**. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883.
- _____. **De la educación popular**. Buenos Aires: Ed. Nuevo Extremo, 2010.
- _____. **El general Fray Félix Aldao gobernador de Mendoza**. Santiago de Chile: Imprenta Gutemberg, 1889.
- _____. **Facundo o civilización y barbarie**. Buenos Aires: Editorial Sopena Argentina, 1952.
- _____. **Facundo ou civilização e barbárie**. Tradução de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- _____. El Chacho, ultimo caudillo de la montonera de Los Llanos. In: HERNÁNDEZ, José. **Vidas del Chacho**. Buenos Aires: Rodolfo Alonso Editor, 1973.
- _____. **Recuerdos de provincia**. Buenos Aires: Clarín/Sol, 2001.
- _____. **Darwin**: conferencia leída en el Teatro Nacional tras la muerte de Darwin. Córdoba (Argentina): Universidad Nacional de Córdoba, 2009.
- _____. **Argirópolis o la capital de los estados confederados del Río de la Plata**. Buenos Aires: Emecé, 2011.
- SHUMWAY, Nicolás. **La invención de la Argentina**. Buenos Aires: Emecé, 1995.
- STORTINI, Julio. Polémicas y crisis en el revisionismo argentino: el caso del Instituto de Investigaciones Históricas "Juan Manuel de Rosas" (1955-1971). In: DEVOTO, Fernando J.; PAGANO, Nora. **La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay**. Buenos Aires: Biblos, 2004, p. 81-106.
- VELLINHO, Moyses. **Fronteira**. Porto Alegre: Globo, 1973.
- VERDEVOYE, Paul. **Domingo Faustino Sarmiento**: educar y escribir opinando (1839-1852). Buenos Aires: Plus Ultra, 1988.
- ZANETTI, Susana; PONTIERI, Margarita B. Prólogo. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. **Recuerdos de provincia**. Buenos Aires: Clarín/Sol, 2001.
- ZORRILLA, Rubén H. **Extracción social de los caudillos: 1810-1870**. Buenos Aires: La Pleyade, s/d.

Argirópolis e as mudanças na concepção histórica de Domingo Faustino Sarmiento

Argirópolis and the changes in the historical conception of Domingo Faustino Sarmiento

Cláudio Luís Quaresma Daflon

Mestre

Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro

cldaflon@gmail.com

Rua Passaíndu 155/701 - Flamengo

22210-085 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

O início da década de 1850 marca o momento em que os intelectuais da Geração de 1837 disputavam qual seria o melhor projeto para civilizar e organizar a incipiente nação argentina. Este artigo pretende explorar as redefinições conceituais que ocorrem naquele momento, no discurso político de Domingo Faustino Sarmiento, através da análise de *Facundo* e *Argirópolis*, duas de suas principais obras. A principal hipótese é a de que as alterações na sua maneira de pensar e narrar a história, se relacionam com a expansão do espaço para a ação humana no seu projeto para civilizar a região do Prata. Assim, *Argirópolis* expressaria utopia de transformar o deserto de sociabilidade descrito no *Facundo*, em uma civilização.

56

Palavras-chave

Argentina; História; Civilização.

Abstract

The beginning of the 1850's marks the moment when several intellectuals of the *1837 Generation* disputed, on the Plata region context, which project was the best to civilize and organize the emerging Argentine nation. This article intends to explore the conceptual redefinitions which occurred at that moment in Sarmiento's political discourse, through the analysis of *Facundo* and *Argirópolis* – two of his most important works. The main hypothesis is that the changes in his way of dealing with history were related to an expansion of the role of human actions in his project to civilize the Plata region. Thus, *Argirópolis* expresses the utopia of turning what he describes in *Facundo* as a desert of nonexistent sociability, into a civilization.

Keywords

Argentina; History; Civilization.

Enviado em: 10/10/2011

Aprovado em: 10/11/2011

A partir do diálogo com o Romantismo europeu, a geração de intelectuais rio-platenses, que se tornou conhecida como Geração de 1837, buscou e desempenhou um importante protagonismo a partir do sonho de civilizar e construir uma nação. Aqueles jovens românticos encaravam essa construção como um longo caminho, no qual seria sua “missão” completar a emancipação política realizada pela geração que fez a independência política, com a libertação também no plano intelectual, levando assim ao rompimento definitivo com a mentalidade dominante no período colonial.

Ideias como a importância da subjetividade – com a valorização do que é específico e original – e a admissão do campo da irracionalidade – pela consideração da imaginação e das emoções como parte essencial do estudo do que compunha o homem e a sociedade – foram algumas das que ajudaram na gênese de um “historicismo romântico rio platense”, em cuja invenção e protagonismo a Geração de 1837 foi fundamental.¹

A disseminação do historicismo² na região do Rio da Prata esteve condicionada pelas grandes transformações conceituais mais gerais que tangenciamos anteriormente. O próprio conceito de *história*, que estivera até então acoplado ao *topos* “história mestra da vida” – portanto relacionado a noção de que toda experiência existente ou por vir poderia ser reduzida de algum modo a outra já ocorrida – passava a significar, desde a metade do século XVIII – e em particular a partir da Revolução Francesa – uma “expresión de la totalidad de la experiencia humana y fuerza que anima su ser, constituyéndose así en un metaconcepto que oficia como condición de posibilidad de todas las historias acontecidas” (WASSERMAN 2008, p. 21).

É claro que a maneira pela qual a Geração de 1837 lidou com a história, esteve balizada por esse novo significado do conceito. A proximidade temporal com o momento da independência, a que se seguiu uma decidida negação do passado colonial, tornou muito difícil que aqueles intelectuais conseguissem se livrar da perspectiva desenvolvida naquele período, da necessidade de investigar as suas origens a fim de formar uma identidade e definir o que os legitimaria como *nação*.

O historicismo rio-platense e as dificuldades em elaborar uma história nacional

A perspectiva de substanciar a nação esbarrava na impossibilidade de explicá-la através dos elementos aos quais era possível recorrer, como na Europa,

¹ Um bom mapa introdutório sobre a influência do romantismo europeu sobre a Geração de 1837 foi elaborado por Bernardo Ricupero, em capítulo de seu livro *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil*. Um estudo mais detalhado pode ser encontrado em *La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas*, de Jorge Myers, listado nas referências bibliográficas. Para uma boa análise introdutória sobre a relação daqueles intelectuais com o contexto político do rosismo, ver *Historia de la Argentina, 1806-1852*, de Marcela Ternavasio (2009).

² Entendido aqui como uma concepção em que a essência dos fenômenos sociais seria a sua historicidade, o que passa a exigir o conhecimento histórico como condição para fazê-los inteligíveis.

para definir ao mesmo tempo a unidade e a exclusividade exigidas para formalizar uma *identidade nacional*. Jorge Myers (2008) lembra, por exemplo, das dificuldades em se estabelecer uma identidade cultural comum; primeiramente, em função da tradicional divisão cultural entre a cidade e o campo, e na maneira pela qual a elite argentina lamentava o contraste com os *gaúchos*. Myers aponta em segundo lugar a predominância das unidades provinciais – inspiradas em patriotismos regionais potencializados pela experiência de autonomia política vivida até 1853; e por último, a questão do *deserto*, ou seja, o fato de que as elites culpavam a escassez de população pelo atraso econômico e pela “falta de sociabilidade” e “violência” dos habitantes do campo. O fato de que seria apenas após as décadas de 1860 e 1870 – em última análise como consequência dos esforços do sistema de educação do Estado – que o termo “argentino” viria a se transformar no indicativo de todos os habitantes da República Argentina, corroboraria essa dificuldade em estabelecer identidades.

A partir da independência, sob a pressão de encontrar um lugar e uma origem para as novas entidades políticas da região do Rio da Prata, se desenvolveu a ideia de que os novos Estados deram formas institucionais às nações preexistentes cujas histórias a historiografia teria o dever de revelar. Essas histórias seriam escritas durante o século XIX, caracterizadas por um curso unitário e evolutivo, no qual os princípios particulares de cada nacionalidade se desenvolviam progressivamente em fases movidas pela lógica; portanto passíveis de serem decifradas pela razão. É claro que – hoje é fácil constatar – naquele contexto específico pós-revolucionário das sociedades latino-americanas não seria nada fácil realizar tal esforço; afinal já tratamos dos obstáculos que atravessavam a busca de identidades em comum, além do poder das entidades mais locais e a capacidade que mostraram de se institucionalizar, constituindo-se nas províncias como expressões locais de poder.

Este quadro passou a sofrer mudanças devido a dois conjuntos de fatores principais; o primeiro mais ligado à torrente de eventos que modificou profundamente a realidade daqueles intelectuais. Fundamentalmente estamos considerando aqui o acirramento da repressão e o exílio como resultado desta, quando o regime rosista passou a ser representado como “bárbaro”, ainda que tenha continuado até o início da década de 1840 a ser identificado por muitos dos românticos como a expressão da realidade local e encarnação da nacionalidade. A partir de então, a história local se ergueu definitivamente contra aquelas leis universais, afinal Rosas havia levado o país numa direção contrária ao que o curso evolutivo baseado na filosofia da história iluminista pregava e previa; e desta forma, já não seria possível uma elaboração historiográfica do passado argentino que seguisse o conceito de “nacionalismo genealógico” – como empregado pelo historiador Elías Palti (2003; 2009) – baseado na justificação racional do caráter nacional, através da autocelebração de construções preexistentes como língua, etnia ou tradições.

O que se pode apreender dos escritos dos jovens românticos daquele momento é que havia uma sensação geral entre eles de que o curso da história não teria levado o seu país a lugar algum, e pior ainda, teria desencadeado a tragédia do rosismo. Como alcançar a civilização se as leis do progresso parecem não existir, visto que o que a realidade apresentava era o crescimento arrebatador do poder de Rosas? Eis a questão que se colocava à frente daqueles intelectuais ao longo da década de 1840 com a confirmação da hegemonia rosista.

O “*romanticismo sin historia nacional*” (WASSERMAN 2008, p. 248), teria sido desenvolvido por intelectuais que encontraram dificuldades em imaginar e narrar uma experiência histórica local, separada do restante da América Hispânica; e mais, que desprezavam tanto o passado indígena, quanto o colonial. A situação de conflito constante entre os românticos rio-platenses e o rosismo, e a disputa entre diversos projetos de organização – que quase nunca buscavam se legitimar em comunidades pre-existentes com um passado em comum – são fatores que fornecem pistas sobre o porquê da escrita de uma história nacional ser algo extremamente problemático e raro naquele momento.

Terá importância fundamental nesse momento o conceito de *progreso*, que se articulará nos discursos dos intelectuais do século XIX como um princípio que permitia uma articulação dotada de sentido, abrangendo fenômenos que de outro modo se ergueriam como inexplicáveis, como a Revolução de 1810 e o rosismo. Isto porque aquele conceito carregava consigo a possibilidade de “dar legalidad a todo lo existente” (WASSERMAN 2008, p. 22), inclusive à dimensão das mudanças, cujo horizonte estará cada vez mais aberto e afastado do que o passado ou o presente teriam determinado.

Veremos que a partir de uma série de redefinições conceituais,³ que ocorrem no curto período de tempo entre *Facundo* e *Argirópolis*, é possível perceber no discurso de Sarmiento mudanças importantes, sobretudo a expansão do espaço para a ação e das possibilidades na projeção de uma nação. É certo que essas redefinições se relacionam com uma mudança também na forma pela qual Sarmiento se relacionava com o passado. Conforme veremos, *Facundo* trazia uma visão providencial e circular de tempo, o que contribuía para que essa obra não representasse efetivamente uma “história nacional”, apesar de ter buscado desvendar o processo histórico entre a Revolução de 1810 e a ascensão de Rosas ao poder. Em *Argirópolis*, por sua vez, Sarmiento se preocupou, sobretudo, em resolver os conflitos da região do Prata, propondo uma solução centrada em um projeto nacional utópico; entretanto, para substanciar e legitimar tal projeto, recupera a história constitucional daquela região, e se esforça para dar um sentido a ela, propondo um curso evolutivo que culminaria com a união das províncias em um Estado-nacional, regido por uma constituição capaz de civilizar e organizar aquele território.

³ Nesse trabalho não será possível explorar essas redefinições, mas é importante pontuar o deslocamento do paradigma civilizacional de Sarmiento, antes localizado na Europa – mais especificamente na França – para os Estados Unidos; mudança que tem como marco a sua viagem aquele país, patrocinada pelo governo chileno.

O esforço em escrever uma história do desenvolvimento constitucional argentino

Argirópolis é, simultaneamente, um diagnóstico e um projeto, através do qual Sarmiento buscou – a partir de uma análise histórica dos “frágeis esboços institucionais” de seu país – propor um “meio de pacificação” capaz de pôr fim aos males de seu presente e de impedir que novas complicações ocorressem, “deixando definitivamente constituídos aqueles países” (SARMIENTO 2011, p. 9). O livro trata de como terminar a guerra, conciliando os interesses entre as regiões envolvidas; de como criar uma Constituição, que fosse capaz de preservar a paz alcançada e lançar as bases para o desenvolvimento das riquezas – todos estes fins que dependeriam do equilíbrio entre as províncias, e ainda da conservação e aprimoramento de alguns instrumentos legais de autoridade vigentes no regime pré-constitucional. Ao afirmar que “nenhum sentimento de hostilidade abriga estas páginas”, Sarmiento busca claramente convencer os seus leitores de que as suas críticas e proposições estariam baseadas no estudo do “direito escrito”; e será fundamentalmente a partir de tal estudo que ele apresentará o diagnóstico a ser resolvido por uma Constituição, na qual deverão constar pontos específicos e “conformes ao direito federal que serve de base a todos os poderes atuais da Confederação” (SARMIENTO 2011, p. 9).

É clara, portanto, a preocupação em legitimar o seu exame e as suas propostas, ligando-os a uma legalidade preexistente, à geografia do país e à ideia de que o seu projeto leva em conta “o interesse de todos os atores” em conflito. A escolha da ilha de Martín Garcia – como a capital da República projetada – é outro aspecto que chama bastante atenção, entre os vários pontos e propostas que compõem a obra. A ilha – que se encontrava ocupada pela França, e às vias de retornar às mãos de Rosas – parece ser proposta por Sarmiento como centro de poder justamente para contrabalançar a desconfiança em relação ao poderio àquela altura exercido por Buenos Aires, um risco à proposta de organizar uma unidade entre as províncias que compunham a Confederação Argentina, e que sonhava incorporar também – como veremos adiante – o Paraguai e o Uruguai.

Muitos eminentes estudiosos já escreveram sobre *Argirópolis* como uma obra que não é fruto de um mero improviso de Sarmiento. É precisamente neste sentido, que os capítulos iniciais apresentam um estudo dos pactos firmados até então, desde que o governador de Buenos Aires Manuel Dorrego solicitou a condição de Encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina em 1827. Assim, Sarmiento tratará de traçar a história do cargo de Encarregado das Relações Exteriores, assumido por Rosas em 1829, afirmando que era ele “el actor más conspicuo de la larga y ruidosa cuestión del Plata” (SARMIENTO 2011, p. 13). A pergunta através da qual ele retoricamente introduz a análise que virá adiante será: *de onde surgiu aquele cargo?*

Em um primeiro momento, no período imediatamente posterior à luta de independência, as Províncias Unidas – explica Sarmiento – não eram reconhecidas, e, portanto, as relações exteriores eram ainda insignificantes.

Entretanto, após o governo de Bernardino Rivadavia, Buenos Aires já atraía certa atenção de algumas nações europeias. Com a sua renúncia e a subsequente dissolução do Congresso em 1827, o resultado foi um estado de acefalia na nação. Para Sarmiento, isto gerou a necessidade de que enquanto se constituísse a república, fosse dado poder a algum dos governos provinciais, para que o seu representante se encarregasse da manutenção das relações exteriores em nome de todas as províncias.

É nesse sentido que Sarmiento cita acordos de Buenos Aires com as províncias de Córdoba, Santa Fe e Entre Ríos. Segundo ele, tais acordos bilaterais ou multilaterais, sempre continham uma aceitação das províncias em ceder poderes a Buenos Aires, para que o governador desta dirigisse os assuntos de guerra e relações exteriores. O cuidado do autor em amparar e legitimar a narrativa da história constitucional de seu país fica explícito na transcrição da nota transmitida ao governo de San Juan por Don Juan de la Cruz Vargas, enviado por Manuel Dorrego para negociar o reconhecimento daquela província à ideia de que Buenos Aires funcionasse provisoriamente como o centro de unidade da República, sendo que o mesmo documento propunha ainda o governador bonaerense – o próprio Dorrego – como representante deste poder central, até que houvesse a reunião de um corpo nacional deliberante.

O compromisso estabelecido por Dorrego seria o de não separar Buenos Aires

61

un punto de la voluntad y opinión general, nivelando su conducta con la de toda la República, respetando religiosamente lo que se sancionare por mayoría de los pueblos que la integran, y que está pronta a dar todas las pruebas de franqueza y confraternidad que sean necesarias para convencer que en sus consejos no entran ideas interesadas ni mezquinas, y que el bien general, el honor y la dignidad de la República es el punto céntrico, siendo de ello una prueba dada el haberse puesto a la par de todas las provincias, tratándolas de igual a igual, así como el digno jefe que la preside tiene adoptada la misma marcha con respecto a los Excmos. gobiernos de toda la nación [...] (SARMIENTO 2011, p. 9).

É recorrendo a este tipo de proposição do governo de Buenos Aires, e aos acordos realizados a partir dele, enfatizando o comprometimento de Dorrego em respeitar as soberanias locais, que Sarmiento prepara a base para uma crítica institucional à legitimidade do Encarregado das Relações Exteriores. A aceitação da centralidade de Buenos Aires que derivava da concessão daquele cargo ao seu governador, dependeria da contraparte exigida pelas províncias, ou seja, a condição *sine qua non* da convocação de uma convenção ou congresso geral capaz de reorganizar a nação em torno de uma constituição aceita por elas.

Buscando fortalecer tal argumento, Sarmiento cita artigos sancionados pelo governo de San Juan na mesma data da concessão, que revelam um receio daquele governo em relação a um possível atraso na convocação de um congresso. Recorre ainda a outro documento, de 1836, em que a Sala de Representantes daquela província renovou a concessão de Rosas – então

governador de Buenos Aires – mas não sem reproduzir no mesmo documento o *tratado cuadrilátero*,⁴ o que para Sarmiento reforçaria o desejo de uma constituição como prerrogativa mínima à legitimidade do acordo.

Nesse sentido, a história constitucional que Sarmiento organiza tem o claro sentido de deslegitimar Rosas. Nessa obra, no entanto, a crítica não será através de um ataque mais incisivo à sua figura ou aos chefes federais caudilhos em geral, a exemplo do que fora feito em *Facundo*, obra em que o chefe federal aparece como encarnação da barbárie e como o grande responsável por um desvio na história da civilização argentina. Em *Argirópolis*, o cerne da sua crítica estará na ideia da ilegitimidade do próprio Encargo das Relações Exteriores, cuja perenidade contrariaria o “espírito de dependencia de la convocación del congreso general de las provincias” (SARMIENTO 2011, p. 20). Nela está em jogo o uso da história e do direito, no intuito de justificar a impossibilidade da manutenção de Rosas no comando dos rumos da incipiente nação argentina. Criando uma narrativa que organiza a história do direito natural e escrito do Encargo das relações exteriores, Sarmiento estava simultaneamente definindo as bases legais sobre a qual a civilização deveria ser construída, e deslegitimando o poder concedido a Rosas, em função da total recusa que este manifestaria em relação à convocação de um congresso constituinte: “la palabra congreso parece haber sido abolida de nuestro lenguaje político, y lo que se dio como provisorio y de las circunstancias del momento tomarse por definitivo y normal” (SARMIENTO 2011, p. 22).

A sua interpretação é a de que a República Argentina estaria atravessando um momento de anomalia, pois a vontade do povo, desde 1827,⁵ seria a convocação de um congresso – conforme Sarmiento procura provar reproduzindo uma série de documentos a exemplo do citado aqui anteriormente. Para ele, a inexistência de uma constituição contrariaria a própria condição republicana e representativa da nação, e seria responsável pelo seu atraso em relação a outras repúblicas americanas.

Um novo tipo de crítica a Rosas

Com esse tipo de argumentação, Sarmiento busca criticar a conduta da República Argentina por sua dependência exagerada do encarregado das relações exteriores. A “prudência” e o “interesse nacional” estariam sendo deixados de lado em favor de decisões de “carácter personal” (SARMIENTO 2011, p. 25). Na construção de uma crítica de tom conciliatório, o seu foco estará na necessidade de se controlar institucionalmente o responsável pelas relações exteriores – que naquela conjuntura também comandava, desde Buenos Aires,

⁴ Pacto firmado em janeiro de 1822 entre representantes das províncias de Buenos Aires, Santa Fe, Entre Ríos e Corrientes. Através dele, essas quatro províncias buscaram estabelecer a paz e se unir ante a ameaça de invasão luso-brasileira, que percebiam como bastante provável em função dos conflitos relacionados à Banda Oriental.

⁵ Ano em que governo de Buenos Aires anunciou a disposição em convocar um congresso constituinte.

as relações entre as províncias da Confederação. A sua argumentação inicial ecoa aqui, pois Sarmiento acreditava que seria a partir da elaboração de uma constituição – mesmo com a manutenção das relações exteriores sob o governo de Buenos Aires – que estariam assegurados poderes às províncias para que estas fossem capazes de delimitar responsabilidades e de regular as ações do encarregado, direcionando-as para que convergissem com os interesses da nação.

Essa mudança para um tipo de crítica mais institucional certamente tem relação com um movimento comum aos intelectuais da Geração de 1837, em direção à negação do que o historiador Elías Palti trata como “nacionalismo genealógico”. Seguindo o que foi abordado anteriormente, os acontecimentos daquela época, à maneira como estavam sendo experimentados por homens como Sarmiento, colocavam em xeque a possibilidade da valorização de uma história e tradição local; pois se no início do rosismo ainda havia uma confiança total nas leis do progresso universal e na sua irresistibilidade – evidente na ideia daquela geração de que Rosas poderia funcionar como agente involuntário da razão – após a afirmação e fortalecimento do regime tal crença sofreu alterações importantes. A história local – afirma Palti – “se les apareceria entonces como empeñada en contradecir las más elementales exigencias de la razón y obstinada en burlar las leyes universales que guían su transcurso” (PALTÍ 2009, p. 27). Narrar o passado argentino, a partir de um conceito genealógico, se tornava uma tarefa progressivamente mais problemática. Afinal, aos olhos da geração romântica, aquela história teria levado ao domínio despótico de um representante da barbárie.

63

A proposta, aqui, é a de que será a partir do agravamento dessa tensão – derivada simultaneamente da necessidade e impossibilidade de dar expressão a um curso histórico que não parecia seguir nenhuma ordem racional ou lei universal de progresso – que Sarmiento irá construir a crítica ao rosismo em *Argirópolis*. Tratará de conferir menos importância à ideia de Rosas como personagem que expressaria a barbárie de certa forma intrínseca à Argentina, em favor da elaboração de um diagnóstico centrado no questionamento da legitimidade do cargo que ele ocupava. A tradição valorizada aqui será a ordem institucional, que mesmo assim é caracterizada como “frágil”, enquanto o que pudesse remeter a um espírito ou cultura local é suprimido por estar fora dos trilhos da civilização.

A análise de Elías Palti é extremamente útil, pois trata o momento do recrudescimento do regime rosista como coincidente com o epicentro da crise daquele modelo genético. A influência do romantismo havia estimulado a busca de forças imanentes – e não mais apenas causas eternas transcendentais – para explicar a constituição de uma nação. Junto a este aspecto, a luta entre civilização e barbárie como esquema interpretativo essencial constituía o núcleo deste “nacionalismo genético”, e a partir dele derivavam oposições que em função das alterações na própria realidade histórica, foram se tornando menos rígidas na medida em que essa crise se aprofundava – apesar da própria historiografia tradicional ter insistido nelas por muitos anos – como razão/

emoção; cidade/campaña; litoral/interior; unitário/federal. O que daria sentido a todos esses pares em oposição seria a noção romântica de *nação*, sendo que a síntese desses elementos, que constituiriam a genealogia da insurgente nação argentina, teria que ser realizada a partir do polo dito "civilizado" do esquema interpretativo antinômico.

O paradoxo, que perpassa todo o *Facundo* de Sarmiento, é justamente que na Região do Prata, o polo da barbárie teria funcionado como princípio ativo. Naquela obra, Facundo Quiroga aparece como um caudilho – personagem colocado à margem do desenvolvimento histórico – que, no entanto, é protagonista, ainda que o seu papel seja desempenhado desde a barbárie. Apesar de narrar a trajetória do chefe federal desde a sua infância, Sarmiento enfatiza o momento em que ele se torna comandante de campanha em La Rioja, afirmando: "Começa neste momento a vida pública de Facundo" (SARMIENTO 1996, p. 146). Utiliza-se ainda de uma comparação com Artigas, pois como este o fora em Montevidéu, Quiroga seria "O elemento pastoril, bárbaro, daquela província [La Rioja], aquela terceira entidade" (SARMIENTO 1996, p. 146), funcionando como a expressão de um antagonismo entre as cidades e os caudilhos. Para Sarmiento, é essa ideia do surgimento de uma "terceira entidade" que explica como os comandantes de campanha – heróis da revolução de 1810 – se elevam a caudilhos em suas províncias, e através do desenrolar natural de um processo mecânico mais amplo, a nível nacional, Quiroga se ergue como líder dos primeiros esforços de unificação do país.

No capítulo 'Sociabilidade: Córdoba, Buenos Aires', Sarmiento busca expor como esse antagonismo, interno às cidades, passa a ser reproduzido em escala nacional. Córdoba – considerada por Sarmiento como ainda presa ao passado colonial – ao se rebelar contra Buenos Aires – litorânea e já em contato com as ideias civilizatórias europeias – teria iniciado essa "nacionalização do antagonismo entre civilização e a barbárie" expressa nos poderes dos caudilhos em suas províncias. A continuidade desse processo seria a expansão dos poderes de um desses caudilhos, de restrito à sua província, para todo o país, o que resultaria na ascensão de um em líder nacional.

Seria Quiroga esse líder? No capítulo 'Ensaio: ações de Tala e de Rincón', Sarmiento narra a ação do caudilho em Tucumán em 1825 – momento em que Buenos Aires buscava a reunião de todas as províncias em um Congresso. Sob a insistência de Rivadavia, Facundo invade a província para depor o coronel Lamadrid, mal visto por Buenos Aires e por outras províncias, depois de ter se aproveitado da conjuntura da guerra com o Brasil para subir ao governo, sem o consentimento da capital. "Eis aí – escreve Sarmiento – o primeiro ensaio de Quiroga fora dos limites da província" (SARMIENTO 1996, p. 180). A partir de suas primeiras expedições, o caudilho teria conseguido não só se constituir como mais importante que o próprio governo legítimo de La Rioja, como também dar os primeiros passos na direção de uma unificação.

Nesse impulso, antes de uma identificação federal, que implicaria em ódio aos unitários, haveria uma espécie de força interior quase automática –

comum aos caudilhos poderosos das províncias – que impulsionaria Quiroga contra as cidades:

Sentia-se forte e com vontade de agir; a isso impelia-o um instinto cego, indefinido, e obedecia a ele; era o comandante de campanha, o gaúcho mau, inimigo da justiça civil, do homem educado, do sábio, do fraque, numa palavra, da *cidade*. A destruição de tudo isso lhe fora encomendada do alto e não podia abandonar sua missão (SARMIENTO 1996, p. 186, grifo do autor).

Entretanto, Facundo não teria sido capaz de completar a fusão entre os dois mundos – a cidade civilizada e as províncias bárbaras – e de assim se erguer como o líder nacional que se imporia ao país. Sarmiento aponta para isto ao concluir a sua narração das primeiras investidas do caudilho para fora de sua província:

Estes são os acontecimentos principais que ocorrem durante os primeiros ensaios de fusão da República que Facundo faz; porque este é um ensaio; ainda não chegou o momento da aliança de todas as forças pastoras para que saia da luta a nova organização da República. Rosas já é grande nas campanhas de Buenos Aires, mas ainda não tem nome nem títulos; trabalha, porém; agita, subleva (SARMIENTO 1996, p. 191).

65

Fica evidente em *Facundo* a crença de Sarmiento numa marcha que empurrava aquele caudilho em direção ao seu trágico fim em Barranca-Yaco. A Providência teria o levado irresistivelmente a morte. Somente então surge o personagem que deverá ser a síntese entre campo e cidade. Com ele nasce o que pode se considerar uma “ordem bárbara”, ou seja, um oximoro que expressa um tipo de ordem diferente da idealizada pelo dito polo da civilização. Essa é a vingança das províncias contra Buenos Aires na qual insiste Sarmiento. Não se trata de pensar a barbárie apenas como um hiato da própria marcha da história – conforme Halperin Donghi (2005), por exemplo, estabelece – mas sim que, paradoxalmente, a barbárie toma o lugar da civilização como elemento ativo da sua condução.

O que ocorre no caso específico de *Facundo*, é que a civilização como fim iluminista, teve paradoxalmente Rosas como um protagonista. A unificação, etapa importante da civilização, estaria sendo promovida – ainda que sob a égide da barbárie e do seu líder. O próprio Sarmiento classifica Rosas, naquela obra, como um “híbrido”, no sentido em que reúne elementos que a princípio seriam incompatíveis. Mas seria exatamente a partir dessa mescla de elementos heterogêneos – constante em todos esses personagens – que Rosas teria erguido o seu poder hegemônico; afinal a região do Prata seria constituída por elementos igualmente híbridos. A expressão “ordem bárbara” – que Sarmiento poderia perfeitamente ter se utilizado⁶ – traz, na sua própria estrutura de oximoro, o hibridismo que caracteriza Rosas – personagem que é ao mesmo tempo produto e artífice da barbárie gaúcha e do racionalismo civilizatório europeu.

⁶ Afinal, ainda no *Facundo*, chega a caracterizar Rosas através de outro oximoro: “el legislador de la civilización tártara”.

A questão colocada anteriormente – sobre a prevalência de uma crítica distinta em *Argirópolis* – exige uma resposta complexa porque implica na necessidade de repensar toda a generalização normalmente feita em torno do que a figura de Rosas representa em *Facundo*. A “ordem bárbara” não aparece nesse texto como uma construção alheia ao que indicaria a Providência. A crença de Sarmiento no papel desta última gera um fatalismo que seria incompatível com uma interpretação do rosismo, como um desvio tão abrupto na linha da história pelas mãos de apenas um homem, ainda que este tenha sido um herói. Assim, a impressão inicial, causada pelo tom institucional e pelo pouco enfoque à figura de Rosas – de que em *Argirópolis* haveria um reconhecimento maior de Rosas e do rosismo como elementos importantes da história argentina e do caminho civilizatório – é desfeita pela conclusão de que já no *Facundo* tais ideias estavam de alguma forma presentes. Afinal, Rosas já aparecia nessa obra como um híbrido do qual a Argentina, e o seu território dominado pelo hibridismo, parecia precisar.

O que há de diferente na natureza da crítica de *Argirópolis* é que ela não mais se concentra nas causas determinantes da barbárie e do surgimento de Rosas como o seu “herói”, mas na legitimidade do cargo que ele ocupava. Esta nova crítica, de tom institucional e conciliatório, certamente guarda relações diretas com a crise do modelo genético de nação e o aspecto circular que marcava o conceito de história em *Facundo*; modelo pelo qual – conforme vimos – Sarmiento não dava conta de explicar numa mesma linha de progresso a ascensão e a queda de Rosas. A impossibilidade de um progresso constante seria a explicação do predomínio da barbárie; mas a questão que certamente atormentava Sarmiento (a ponto de fazê-lo forjar nos últimos capítulos uma explicação incoerente com o próprio modelo determinista sustentado na maior parte do *Facundo*) seria como explicar racionalmente o processo que poria fim ao rosismo, e encaminharia o país para a civilização. A solução encontrada por Sarmiento só ganharia corpo a partir do momento em que a própria natureza e importância dessa questão perdiam força.

Ao invés do foco em desvendar o enigma argentino, Sarmiento passaria progressivamente, ao longo de suas obras posteriores, a adotar uma preocupação maior com os meios através dos quais poderia levar a civilização ao seu país. A sua obra *Viajes* (SARMIENTO 1997), uma espécie de diário das viagens que fez patrocinadas pelo governo chileno a partir de 1846, expressa um marco essencial para a série de redefinições em seu marco conceptual. Nela, Sarmiento ressignificaria o seu conceito de história, incorporando cada vez mais em seu campo semântico noções de linearidade e progresso constante. Tais redefinições, por sua vez, abriram espaço para a subjetivação da realidade histórica, fazendo com que o determinismo do território e de uma realidade histórica sobre os homens desse lugar a uma postura ativa de grandes homens capazes de dar curso a novos processos. Nesse sentido, *Viajes* representaria o núcleo de um movimento progressivo de Sarmiento na superação do domínio do determinismo e do providencialismo em seu pensamento.

Em *Argirópolis*, Sarmiento alerta para o risco de que o encarregado provisório apresentasse obstáculos à cessação do poder que ele exercia “pues aunque provisorio, es tan extenso e ilimitado, como no sería si fuese duradero y regular” (SARMIENTO 2011, p. 36). Tal postura – insiste – iria totalmente contra aos propósitos do coronel Dorrego ao solicitar o encargo provisório, e significaria a continuidade da usurpação do poder. A denúncia dessa ilegitimidade – conforme já analisamos – é o que está no cerne da sua crítica em *Argirópolis* e a partir dela, é construído um diagnóstico que aponta para a debilidade institucional da Confederação Argentina.

Nesta denúncia, a expressão “desejos desordenados”, mal do qual sofreriam a confederação e as repúblicas vizinhas do Uruguai e Paraguai, deve ser ressaltada porque traz consigo uma dupla problemática: indica a crença de Sarmiento de que a Argentina já se inseria em algum lugar, de um caminho comum às outras nações rumo à civilização – cuja ordem e normalidade estariam comprometidas; como também aponta para a necessidade da ordenação deste caminho, através da institucionalização das relações internas e externas da confederação, no sentido de trazer a pronta pacificação do Rio da Prata e a organização definitiva da Confederação.

Por último, é interessante notar que poucas vezes no texto de *Argirópolis* o seu autor se refere a Rosas pelo seu nome. Sarmiento utiliza preferencialmente “Governador da província de Buenos Aires” ou “encarregado pelas/das relações exteriores da Confederação”, com esta última forma aparecendo muitas das vezes acompanhada do adjetivo “provisório” – um truque retórico implícito. A natureza do cargo, que para ele não deveria mais existir, é o que o seu discurso combate.

Essa alteração no objeto da crítica e a própria metodologia adotada em *Argirópolis* acabam representando no discurso de Sarmiento o reconhecimento de alguma legitimidade do governo Rosas, afinal o seu diagnóstico e o projeto que elabora a partir dele em muito se apoiarão em acordos, convenções e leis realizadas durante o rosismo. Halperin Donghi já escreveu sobre a valorização por Sarmiento de uma “red de intereses consolidados por la moderada prosperidad alcanzada gracias a la dura paz que Rosas impuso al país” (HALPERIN DONGHI 2005, p. 45). *Argirópolis* parece corroborar tal raciocínio, pois valoriza e quer expandir a paz interna e externa; e nesta obra Rosas – utilizando expressões da autoria do próprio Donghi – aparece já não mais como o “monstro demoníaco” do discurso de Sarmiento em anos anteriores, mas sim com uma “sobrevivência” a ser superada pela via da institucionalização.

O discurso em defesa da urgência de uma constituição e o fulgor institucionalista que perpassam toda a narrativa de *Argirópolis* são em larga medida tributárias àquelas redefinições que se iniciam em *Viajes*. É a partir dessa tensão que marca a crise do modelo genético de nacionalidade – “que emanaba de la simultánea necesidad e imposibilidad de dar expresión a un curso histórico que no parecería ceñirse a ningún orden racional, que desafiaría las leyes que presiden el desarrollo de las sociedades” (PALTI 2009, p. 28) – e de toda a

ressignificação semântica no seu discurso, nos anos seguintes à publicação de *Facundo*, que ele irá construir a crítica ao rosismo em *Argirópolis*. Assim, muito mais que buscar – como na primeira obra – a explicação “genética” da barbárie e de seus artífices e tentar resolver “o enigma” do rosismo como única forma de vislumbrar a sua destruição, Sarmiento se preocupará – naquela segunda – com a ação – ou seja – em propor meios que trouxessem em definitivo a possibilidade de se construir uma civilização argentina. Analisaremos adiante parte dessas torções conceituais que ocorreram no seu discurso e que são fundamentais não só para esclarecer essa mudança na maneira de perceber Rosas e o rosismo, como também, principalmente, para compreender o processo através do qual a concepção histórica de Sarmiento passou a abranger um sentido de futuro utópico, dotado de possibilidades cada vez mais distantes do presente para organizar e civilizar a região do Prata.

“Divina Providencia”, “progresso” e os “deseos desordenados”

Para dar conta de reconstruir a história dessa transformação no discurso de Sarmiento, é fundamental analisar como funciona a noção de Providência em *Facundo* e o que se altera até chegar a *Argirópolis*. Apesar do risco de excesso de rigidez – intrínseco a esse tipo de formulação – é útil ao que se discute aqui, classificar a visão de Sarmiento na primeira obra como dependente de um forte determinismo natural, enquanto na segunda se eleva drasticamente a importância da ação racional. Dentre as redefinições que *Viajes* marca, a expansão do espaço para a ação do sujeito, no sentido da construção de um horizonte ideal, passando pela superação da condição híbrida daquele território e dos indivíduos que o habitam, é um aspecto fundamental para entendermos as mudanças na maneira pela qual Sarmiento passará a lidar com a história.

A crise do conceito genético de nação não supõe, por certo, nem um desprezo total desta perspectiva, nem um retorno ao ideal iluminista da nação como um resultado da vontade e ação dos homens. Consideramos aqui, que desde a narrativa de *Viajes*, Sarmiento realiza – no que pode ser considerado um movimento de originalidade – um deslocamento da matriz genética do meio físico para o homem. A subjetivação do mundo histórico abre espaço para que a ação intencional fosse identificada como uma força determinante para o progresso. Será assim que o mundo híbrido, onde até então a barbárie estaria vencendo, passará paulatinamente a ser tratado no discurso de Sarmiento como passível de ser modificado pela ação racional humana.

É fundamental para este trabalho – ainda que não seja possível desenvolver o assunto de maneira mais aprofundada – ressaltar que a Providência se manteve como força atuante no conceito moderno de história. Os aspectos positivos enxergados por Sarmiento em relação a Rosas desde *Facundo*, e reforçados em *Argirópolis*, podem ser relacionados à ideia hegeliana da “astúcia da razão”.

O que Hegel propõe em *Filosofia da história* é que a história universal resulta das ações humanas – responsáveis por traduzir o que é geral e interior

para a objetividade concreta do mundo. No entanto, os fins particulares dos homens sempre resultam em algo além do que foi intencionado; algo que de alguma forma existiria ocultamente nas ações, mas não estaria ao alcance da consciência da intenção. É assim que os homens históricos, ou administradores do espírito universal, que em seus fins particulares e paixões (como sede pelo poder) abrigariam o substancial – a vontade do espírito universal – atuariam inconscientemente no sentido da realização do objetivo geral da história ocidental. O espírito que está mais adiante já constituiria a alma interior de todos os indivíduos, e seria tarefa dos grandes homens exteriorizarem este conteúdo (HEGEL 2005).

Aqui, portanto, a ideia da existência de uma providência cristã não entra em conflito com o princípio do predomínio da razão. Isto porque Hegel percebe a filosofia da história como um conhecimento conciliador, que precisaria ser capaz de desvendar os desígnios do mundo ou dos caminhos de Deus. A história do que é imediatamente observável se tornaria história filosófica somente ao se harmonizar com aqueles desígnios. O mecanismo da “astúcia da razão”, proposto por Hegel e tratado por Löwith como “uma expressão racional para a providência divina” (LÖWITH 1991) é um exemplo importante para percebermos a impossibilidade em se descolar totalmente o que se convencionou conceituar “filosofia da história”, das concepções “providencialistas” da história.

69

Afinal, uma visão simplificadora desse processo pode estabelecer uma simples ruptura, a partir do Renascimento ou do Iluminismo, que teria criado uma concepção de história livre do elemento providencial; ou seja, exatamente o contrário do que se procura mostrar aqui, já que estamos considerando que o discurso de Sarmiento apresenta esse tipo de tensão entre um providencialismo baseado na fé e um conceito de progresso centrado na razão e na perfectibilidade. A hipótese aqui, é que a presença da Providência enfraquece, na mesma proporção em que o espaço para a ação se amplia no seu discurso, e isso pode ser percebido ao longo dos anos que separam *Facundo* de *Argirópolis*.

A ata original de reunião do *Salón Literario* – que Sarmiento recupera no *Facundo* – explicita a crença da Geração de 37 “en el progreso de la humanidad” e a sua “fe en el porvenir” (SARMIENTO 1985, p. 228). O documento se relaciona com o momento característico na história do conceito de *progreso*, do qual tratamos anteriormente. Corroborando o que se discute até aqui sobre o processo de racionalização da Providência, as reflexões de Reinhart Koselleck são extremamente úteis para dar conta da tarefa de investigar as continuidades e descontinuidades, entre uma concepção de tempo baseada na Providência e outra – característica da modernidade – observada pela dinâmica constante entre experiência e expectativa.

Ao tratar especificamente dos conceitos *progreso* e *declínio*, Koselleck desenvolve a tese de que aquele primeiro conceito se torna moderno exatamente quando o seu significado passa a prescindir de contextos naturais e espaciais para ser compreendido. Em outras palavras, o seu raciocínio tem relação com o

de Löwith, se consideramos que para ele, categorias relacionadas à ascensão, durante toda a Antiguidade Clássica, se limitam a "conceitos de sucessão", e no máximo, "conceitos de oposição", verificados, por exemplo, na descrição cíclica, e presa a "metáforas biológicas", de formas de governo. Agora, se Löwith reforça a dependência mantida pelas concepções modernas de tempo histórico com relação à concepção cristã, Koselleck marca que esta última, ainda que de fato abra um novo horizonte de futuro – inegavelmente fundamental à filosofia da história – o restringe a realização de um Reino de Deus que se realizaria apenas após o fim da história. Logo, no tempo histórico do "mundo", nada de fundamentalmente novo poderia ocorrer; os "dois mundos", o de Deus e o secular, estariam antes de qualquer coisa separados, e é assim que entendemos a formulação de Koselleck sobre esses dois tempos "assimétricos": "Spiritual progress and the decline of the world were to this extent correlational concepts that obstructed the interpretation of the earthly future in progressive terms" (KOSELLECK 2002, p. 225).

Até o início dos tempos modernos, o termo "profecia" – ligado à esfera religiosa – foi substituído pelo termo mundano "progresso". O crescente domínio do mundo natural pelo homem, relacionado ao uso autônomo da razão, lançou uma também crescente interpretação do futuro, possibilitando que um único termo passasse a condensar uma série de fenômenos característicos da modernidade; nas palavras de Koselleck, "the experience of a new time condensed into a word" (KOSELLECK 2002, p. 226).

Koselleck chama a atenção para alguns aspectos fundamentais na formação desse conceito. A *desnaturalização das metáforas de idades* seria um deles. Da antiguidade até o início da modernidade, a "metáfora biológica", de um mundo que conforme avança no tempo, estaria caminhando para o seu fim, era predominante. Somente a partir da dissipação dessa noção de declínio – que durante o século XVIII foi sendo cada vez mais compreendido como uma exceção no constante desenvolvimento da humanidade – passaria a ser possível um sentido de progresso que apontasse para um futuro realmente aberto.

Ao lado desse primeiro aspecto, Koselleck discorre também sobre a *temporalização*, através da qual os objetivos a serem atingidos pela ação do "aperfeiçoamento" passam a fazer parte da "performance da história humana". A palavra "perfection", que implica numa ideia de objetivo, meta é lentamente substituída por "*perfectionnement*", um termo que remete a uma noção de um processo, de um movimento. Este é o momento ao qual corresponderia, por exemplo, a já citada *Filosofia da história* de Hegel, que traz a expressão "astúcia da razão"; o momento em que "The experience of the past and the expectation of the future moved apart; they were progressively dismantled, and this difference was finally conceptualized by a common word, 'progress'" (KOSELLECK 2002, p. 228).

Um último aspecto que abordaremos aqui a respeito deste conceito, tem a ver exatamente com a temporalização da história e com a expansão do horizonte de expectativas. Koselleck faz a ressalva de que o conceito de

“progresso” surge apenas em fins do século XVIII. Antes disso, por exemplo, o termo ainda nem existia no caso alemão, por exemplo, enquanto na França e na Inglaterra, o seu uso ainda era muito mais comum na forma plural. Kant é apontado pelo autor como o responsável por inaugurar uma multiplicidade de sentidos, seja do campo científico, tecnológico, ou industrial, somados àqueles significados oriundos da moralidade social e até mesmo da totalidade da história, todos dentro de um mesmo conceito comum; um “*coletivo singular*”:

It lies together numerous experiences into a single term. It is one of those collective singulars (they abruptly increased toward the end of the eighteenth century) that condense ever more complex experiences on a higher level of abstraction. In terms of etymology, this involved a process corresponding to the French Revolution in politics and to a world commerce and the Industrial Revolution in economics in a way that still has to be investigated (KOSELLECK 2002, p. 229).

Seguindo a argumentação de Koselleck, é possível afirmar que o coletivo singular “progresso”, desde a nova concepção de tempo inaugurada pela modernidade, passava a trazer um sentido voltado para a universalização de “progressos” anteriormente entendidos como restritos a campos específicos dentro das narrativas históricas. Esse processo continua com um segundo momento, no qual uma dimensão de movimento também se agrega ao conceito, com o progresso se tornando ele mesmo um agente histórico e totalizador. Por último, adquire um viés de certa forma autossuficiente e autoexplicativo, quando passa a significar “*progress purely and simply*”, e a orientar o curso evolutivo da história da humanidade, até se impor como indispensável ao vocabulário político dos mais variados grupos políticos durante o século XIX.

Neste ponto, é de muito valor a chave para a qual chama a atenção o historiador Fabio Wasserman, de que os homens da Geração de 1837 consideravam todos os progressos da humanidade inter-relacionados “como parte de un único proceso civilizatorio” (WASSERMAN 2008, p. 171). Assim, a ainda inacabada Revolução de Maio estaria inscrita em um processo mais amplo de transformação mundial, como parte do destino possível através de certa inspiração da Providência, mas, sobretudo voltado para um futuro comum aos povos, que deveria ser garantido pela ação daquela geração, que se autodefinia “*revolucionária*”.

Ainda assim, não deve ser surpreendente a constatação de que seja relativamente fácil observar a permanência de uma visão predominantemente providencialista no discurso de Sarmiento em *Facundo*, por exemplo, no reconhecimento de virtudes do rosismo; pois seguindo esta concepção a rigor, chega-se a conclusão de que Rosas teria feito o bem mesmo sem sabê-lo. Esse parece ser também o raciocínio de Oscar Terán, quando afirma que

Esa providencia há operado para que el mismo Rosas, independientemente de sus deseos, haya realizado acciones por las cuales en la República

Argentina no todo es vacío, desierto, sino que hay un comienzo de institucionalidad política imprescindible para la construcción de una nación (TERÁN 2009, p. 85).

O progresso teria ocorrido, ainda que Rosas não tivesse trabalhado efetivamente para isso, ou intencionado promovê-lo. Nesse mesmo sentido pode-se entender a afirmação feita no *Facundo*, de que

no se vaya a creer que Rosas no ha conseguido hacer progresar la República que despedaza, no; es un grande y poderoso instrumento de la Providencia que realiza todo lo que al porvenir de la patria interesa (SARMIENTO 1985, p. 234).

A “astúcia da razão” e a “perfectibilidade” se manifestam no discurso de Sarmiento sobre Rosas e Quiroga; pois ainda que o seu juízo quanto ao papel desses caudilhos na história argentina se mantenha sempre negativo, ele não nega que a ação daqueles princípios seja uma constante. Pode-se perceber na continuidade desses elementos, característico das continuidades do providencialismo no seu conceito de “progresso”, uma explicação plausível para que “salte à frente” no seu discurso em *Facundo*, ainda que de maneira abrupta e paradoxal, essa crença numa civilização que se alimenta de progressos apresentados – ao menos na maior parte da narrativa – como não definitivos.

Vimos anteriormente – concordando neste ponto com o argumento de Elías Palti – que no *Facundo*, o providencialismo aparece de maneira problemática, pois o seu discurso traz um apelo pela superação da barbárie, apesar desta ser um resultado quase que inexorável conforme a própria narrativa. Naquela obra, Sarmiento tratava o meio natural como o grande eixo do processo histórico, restringindo-o a uma circularidade que operaria como um empecilho para os progressos substanciais; também era evidente a obsessão por alocar rigidamente os diversos personagens e fenômenos narrados dentro de um dos dois universos de sentido: a civilização ou a barbárie, sem estabelecer um caráter de evolução com um tempo próprio e um fim específico e superior, ou seja, um *telos* capaz de oferecer uma dimensão temporal maior àquela história. Tal ausência é nítida na sequência que se inicia com Quiroga, chega à Paz e termina com Rosas, sem um vencedor definitivo ou uma explicação – minimamente racional e coerente com a história que o próprio Sarmiento constrói – de como se daria a vitória da civilização.

O que ocorre nas obras posteriores é que essa tensão passa a ser menos problemática na medida em que Sarmiento constrói em seu discurso um *telos* mais definido e aumenta a ênfase e a confiança na possibilidade deste ser alcançado; o seu esforço passa a ser localizar cada um deles dentro de uma sequência que passa a comportar distintos patamares civilizatórios. A impressão é a de que um progresso efetivo rumo à civilização só se torna possível em seu discurso quando ocorre “a temporalização da luta entre civilização e a barbárie”, que é o que primeiramente se detecta a partir de *Viajes*, e irá se manifestar, de formas distintas em *Recuerdos de Provincia* e *Argirópolis*.

Em *Argirópolis*, em função dessa mesma temporalização, os “progressos” almejados serão substituídos por “meios para o progresso”, a serem alcançados dentro de um processo civilizatório pontuado por uma Constituição. O diagnóstico de Sarmiento é bastante claro neste sentido:

Con un continente inmenso y una población escasa; con ríos navegables, sin naves, ni el hábito de navegarlos; con una tierra fértil y sin ciencia para cultivarla; con ciudades en el interior sin comunicación fácil con los puertos; con un pueblo habituado a los usos y necesidades de la vida civilizada y sin industria para satisfacerlos. Dados estos antecedentes, cuya verdad nadie pone en duda, el tiempo por sí solo no puede producir una mejora de situación sensible; porque no hay progreso sino donde hay rudimentos que desenvolver, como ciencia, industria etcétera. La independencia conquistada no podía ser un bien sino a condición de darnos libertad para corregir los defectos que había negado la colonización; la independencia, para perpetuar el mal existente, podría traer por consecuencia la destrucción de lo que existía, por la pereza y las pasiones desencadenadas (SARMIENTO 2011, p. 88).

Argirópolis traz, sob uma modalidade distinta, o mesmo Sarmiento “herói” e “grande homem” da civilização já bastante estudado pela historiografia em *Recuerdos*. A diferença – importantíssima para este trabalho – é que aqui ele se mostra já propondo um esboço constitucional, se colocando definitivamente como mais próximo da razão e dos ideais de progresso e civilização que Facundo, Paz ou Rosas. O que sintetizaria mais todo este processo de redefinições conceituais – que terá como resultado uma abertura do espaço para a ação e uma possibilidade real da civilização capaz de construir a nação – do que a elaboração de uma Constituição? E, para Sarmiento, que homem melhor que ele próprio – híbrido evoluído, “equilíbrio perfeito” entre o patriotismo e o cálculo racional – para arquitetar e comandar essa marcha?

Há um trecho de *Argirópolis* em que aparece claramente uma concepção de progresso ainda muito vinculada ao providencialismo. Trata-se da discussão que Sarmiento faz sobre o contexto conflituoso da região do Prata, quando pondera sobre a influência dos erros cometidos pelos rioplatenses como fundamentais para se entender aquela situação de conflito perene. Lá, ainda que a sua análise ofereça algum espaço para a ação humana com vista a um *telos*, é evidente a presença da Providência como uma “força” tão real, quanto importante:

No maldigamos de la Providencia, que dispone y dirige los acontecimientos humanos. Deploremos nuestros propios extravíos, que han concitado contra nosotros tantos intereses y tantas pasiones; pero antes de entregarnos al desaliento, busquemos el medio de conciliar nuestra dignidad nacional con los intereses de los demás, y sacar del mal mismo de que somos víctimas el remedio que ha de estorbar en lo sucesivo la repetición de iguales calamidades. Acaso la Providencia ha querido favorecernos, poniendo límites forzosos a nuestros deseos desordenados, y ligando de tal manera intereses diversos, que de la solución que las circunstancias del momento exigen resulte la prosperidad de los Estados del Río de la Plata y la libertad de los pueblos que los forman (SARMIENTO 2011, p. 30).

Esse fragmento aponta precisamente para a tensão existente entre a permanência do significado de Providência como uma força responsável por avanços – à revelia da irracionalidade que reinava nas decisões dos governos da região, e dos erros que Sarmiento percebe no trato das questões internacionais pelo governo de Rosas – e um chamado a ação que enxerga possibilidades típicas de um conceito de progresso com claro sentido de futuro em aberto.

A dinâmica dessa tensão – que existe não só no fragmento citado acima, como também em toda a argumentação de Sarmiento sobre os *deseos desordenados* – revela uma mudança importante de sentido em seu discurso. Isto porque, se por um lado a aparição desses *deseos* é uma formulação que expressa na filosofia da história de Sarmiento, a continuidade da coexistência de uma força providencial junto à outra crença em um futuro a ser construído; por outro, se considerado o percurso entre *Facundo* e *Argirópolis*, há um aspecto de ruptura evidenciado justamente na perda de espaço do providencialismo em favor de um discurso que enfatiza mais a possibilidade – e necessidade até – da ação civilizadora rumo a um futuro civilizado. Rompendo com o aspecto circular e determinista de tempo, ainda presente em *Facundo*, *Argirópolis* dá continuidade a expansão da perspectiva de ação, sob a forma de um *telos* definido – conforme já se observava em *Recuerdos* – agora nos moldes de um projeto explícito para ordenar e civilizar.

A formulação *deseos desordenados* implica basicamente no reconhecimento de Sarmiento da necessidade de que os homens agissem para solucionar as circunstâncias de momento de uma maneira mais decisiva para a promoção da civilização. Os *deseos desordenados* dos governos da região do Prata aparecem como elementos que estariam fora do parâmetro civilizacional definido em *Argirópolis*. Seguindo o que vimos até aqui, esses elementos nocivos à civilização foram tratados por Sarmiento como intrínsecos ao progresso, que, movido por uma lei universal, teria garantido a possibilidade da promoção da civilização mesmo nos momentos de maior repúdio a Rosas e ao rosismo.

Sarmiento parte da noção exposta de que haveria uma interdependência entre as repúblicas da região do Prata e esta, mesmo que não desejada pelas partes, favoreceria, na prática, à Confederação Argentina, assim como era cômoda ao encarregado das relações exteriores. A solução proposta é no sentido de introduzir o projeto da criação de uma federação⁷ que associasse o Uruguai e o Paraguai à República Argentina, e fosse capaz de romper com a condição de “independência ilusória”, responsável em larga medida pela desigualdade entre aquelas repúblicas. Se antes propunha a extirpação de Rosas do poder, agora Sarmiento propõe o fim da própria Confederação Argentina, que permitiria “al poder provisional, pero terrible e ilimitado, de que está investido el encargo de las relaciones exteriores”(SARMIENTO 2011, p. 33).

74

⁷ A inspiração decorrente dos norte-americanos é evidente até no nome escolhido como exemplo, “Estados Unidos de la América de Sur” (SARMIENTO 2011, p. 33).

A “transação” que ele propõe seria realizada através de um pacto de união e federação. Se o exame da situação de fato mostra “un caos de confusión y de desastres”, seria tarefa de um congresso geral harmonizar o desequilíbrio existente, elaborando uma constituição que respeitasse os interesses comerciais e a liberdade política das partes contratantes. Derivando da vontade do povo e sendo reconhecida pela maioria – a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos – seria dever dos outros governos reconhecê-la. Do contrário, o uso da violência seria perfeitamente legítimo.

Sarmiento alerta para o risco de que o encarregado provisório apresentasse obstáculos à cessação do poder que ele exercia, “pues aunque provisorio, es tan extenso e ilimitado, como no sería si fuese duradero y regular”(SARMIENTO 2011, p. 36) – repetindo a ironia que já havia marcado o tom do capítulo “Gobierno Unitario” no *Facundo*. Tal postura iria totalmente contra os propósitos do coronel Dorrego ao solicitar o encargo provisório e significaria a continuidade da usurpação do poder. Relembremos que a denúncia desta ilegitimidade é o que, conforme vimos, está no cerne da sua crítica ao rosismo em *Argirópolis* e é a partir dela que ele constrói o diagnóstico que aponta para debilidade institucional da Confederação Argentina.

A expressão *deseos desordenados*, mal do qual sofreriam a confederação e as repúblicas vizinhas do Uruguai e Paraguai, deve ser ressaltada porque traz consigo uma dupla problemática: indica a crença de Sarmiento num caminho minimamente universal rumo à civilização¹ – cuja ordem e normalidade estariam comprometidas; como também aponta para a necessidade da ordenação deste caminho, através da institucionalização das relações internas e externas da confederação, no sentido de trazer a pronta pacificação do Rio da Prata e a sua organização definitiva baseada numa Constituição.

A presença em seu discurso de uma expectativa pela ação institucionalizada, que acreditava ser capaz de ordenar os conflitos e as paixões, se relaciona certamente com a redefinição da sua maneira de pensar e narrar a história. Percebe-se, por exemplo, que o sentido de Providência, ainda que permaneça presente em *Argirópolis* associado à lei de desenvolvimento contínuo, perde parte da sua força na medida em que aumenta o espaço para a ação humana. Trata-se de um movimento que se repete ao analisarmos conceitos que também mantêm em suas cargas semânticas o sentido de futuro oferecido pelo providencialismo – como “progresso”, “revolução” e “civilização” – mas que lentamente sofrem mudanças conceptuais que tem em comum – retomando o ponto de maneira sintética – um caráter de afirmação qualitativa deste futuro como um espaço aberto e suscetível de ser alterado pela ação humana. No uso de todos esses conceitos por Sarmiento e pelos outros intelectuais da sua geração, verifica-se um alargamento do horizonte de expectativas, expresso na possibilidade

⁸ Ainda que, conforme o paradigma historicista da geração romântica, Sarmiento acreditasse que as características da civilização projetada devessem ser necessariamente balizadas pelas particularidades locais.

– e mais que isso, na necessidade – de que os homens letrados agissem para ordenar os desejos e, conseqüentemente, os rumos da incipiente nação argentina de forma a posicioná-la nos mesmos trilhos das civilizações europeias. São essas redefinições que tornam possíveis, em *Argirópolis*, a identificação dos *deseos desordenados* e a proposição de soluções para ordená-los.

Referências bibliográficas

- HALPERIN DONGHI, Tulio. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- HEGEL. G. W. F. **Filosofia da história**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual history**. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- LÖWITH, Karl. **O sentido da história**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: GOLDMAN, Noemí (org.). **Nueva historia argentina - Revolución, república, confederación: 1806-1852**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 381-445.
- _____. Língua, história e política na identidade argentina, 1840- 1880. In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE, D. (orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 179 -212.
- PALTI, Elías. **El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- _____. **La nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional"**. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de nação no Brasil**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Argirópolis**. Disponível em www.elaleph.com. Acesso em: 16 de ago. 2011.
- _____. **Facundo**. 2ª. ed. Barcelona: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- _____. **Facundo: civilização e barbárie**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- _____. **Viajes por Europa, África y América: 1845-1847**. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997.
- TERÁN, Oscar. **Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina, 1806-1852**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

WASSERMAN, Fabio. **Entre clio y la polis**: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

_____. Revolución. In: GOLDMAN, Noemí (org.). **Lenguaje y revolución**: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 159 -175.

Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino

Mitre and the building of an Argentinean historiographical heritage

José Alves de Freitas Neto

Professor adjunto

Universidade Estadual de Campinas

jafneto@uol.com.br

Rua Cora Coralina, s/n – Cidade Universitária Zeferino Vaz

13083-970 – Campinas – SP

Brasil

Resumo

O artigo analisa o trabalho histórico de Bartolomé Mitre na Argentina da segunda metade do século XX. São apresentadas as polêmicas em torno da escrita da história, o debate em torno do rigor erudito, a composição do acervo documental e alguns temas enunciados em suas obras principais, a *Historia de Belgrano y de la independencia argentina* (1887) e a *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* (1888). Nesse processo, busca-se abordar as relações entre política e história, assim como elementos que justificam a presença de Mitre no centro do debate historiográfico argentino, as contradições e paradoxos que o historiador sinaliza, assim como sua condição de patrimônio da cultura historiográfica platina.

Palavras-chave

Cultura historiográfica; História política; Argentina.

Abstract

This article analyses the historical work of Bartolomé Mitre from Argentina on the second half of XX century. This study presents controversial issues about his writing way of history, the erudite rigor, the documentary collection composition and some themes enunciated on his most important works, such as *Historia de Belgrano y de La independencia argentina* (1887) and *Historia de San Martín y de La emacipación sudamericana* (1888). In this process there is an aim for broaching the relations between Politics and History, as well the reasons which justify his presence in the center of the Argentinean historiographical debate, his contradictions and paradoxes which he made statements, additionally his condition of a particular person who belongs to Platine historiographical culture.

Keywords

Historiographical culture; Political history; Argentina.

78

Enviado em: 16/7/2011

Aprovado em: 19/10/2011

As frequentes críticas à historiografia vigente no século XIX revelam mais sobre o potencial das fundamentações teóricas, pressupostos políticos e domínios metodológicos que marcaram a construção daqueles discursos do que os equívocos e juízos atribuídos em tempos posteriores. As obras fundacionais de um modelo histórico-científico que emergiram em diferentes localidades e que se apresentavam como uma tarefa cívico-nacional converteram-se em verdadeiros patrimônios da cultura historiográfica oitocentista. As dinâmicas do conhecimento histórico em suas sucessivas tendências e propostas fazem com que reconheçamos grandes distâncias em relação aos textos do século XIX. A contínua e necessária revisão de fundamentos e pressupostos teóricos, originadas tanto pelas críticas realizadas pelos historiadores como pelas contribuições recebidas de outras áreas, não apagam alguns princípios estabelecidos pela historiografia do século XIX. Conceitos centrais como verdade, intencionalidades e disputas políticas, dentre outros, alimentaram os discursos produzidos por gerações de historiadores que, de alguma maneira, contribuíram para que verdadeiros monumentos historiográficos fossem constituídos nas origens dos Estados contemporâneos. Na Argentina, os textos de Bartolomé Mitre (1821-1906) ocupam esse lugar monumental.

O objetivo deste artigo é discutir como a obra de Mitre ocupa a centralidade no debate historiográfico argentino oitocentista a partir de dois fundamentos que se entrelaçam: os temas escolhidos pelo autor em suas narrativas históricas e a operação de escrita da história em seus aspectos teórico-metodológicos. Com isso, não se pretende potencializar a narrativa mitreana como ação modelar, mas discutir aspectos de sua historicidade e de sua perpetuação que ultrapassem a crítica a um modo de escrita problematizado por historiadores.¹

No trabalho sobre a historiografia argentina, escrito por Nora Pagano e Fernando Devoto, os autores afirmam o lugar central de Mitre entre tantos memorialistas, viajantes, ensaístas e todo tipo de gente que se dedicou a alguma abordagem do passado. Trata-se, segundo eles, de uma escolha convencional e não arbitrária, pois Mitre é tido como o primeiro que produziu obras históricas em seu sentido mais estrito, incluindo uma convergência entre esquemas gerais de interpretação do passado e uma série de instrumentos para operar com os vestígios deixados ao longo dos tempos (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 8-10).

Mitre, um homem com intensa participação na vida política portenha e com produção vasta, tinha erudição e linguagens que permitem localizá-lo em

¹ O grande número de estudos dedicados a Mitre, em diferentes vertentes, pode ser utilizado como argumento que embasa a centralidade do autor no debate argentino. O propósito do artigo, reitero, é observar a edificação de um patrimônio argumentativo, como se observa na sequência do texto. Desta forma, algumas indicações importantes de trabalhos recentes, mas que não são problematizados no presente texto pelo escopo do trabalho e pela limitação de páginas, oferecem pistas para pensar a trama historiográfica que enreda a figura de Bartolomé Mitre. Dentre as pesquisas recentes destaco a análise de Fernando Devoto (2008), que entrelaça estudos comparativos entre Mitre, Bauzá e Varnhagen, considerando a representatividade dos autores nos estudos sobre as origens da Argentina, Uruguai e Brasil; o trabalho de Fabio Wasserman (2008) que debate, num sentido mais amplo, a formulação do conhecimento histórico, suas condições de produção, para além das polêmicas relacionadas aos temas apresentados na obra da historiografia argentina do período; a pesquisa desenvolvida por Alejandro Eujanián que discute sobre a profissionalização da historiografia argentina e os debates com outros polemistas que ajudaram a marcar a crítica historiográfica daquele país.

diferentes gêneros de escrita. Mas é na escrita da história que se reconhece um dos seus traços mais distintivos: não apenas a história é uma arma na luta política, como suas operações de escrita devem ser compreendidas como elemento central na legitimação do que teria sido o passado e as explicações oferecidas no momento que ele escrevia.

Vislumbra-se na obra mitreana a organização de uma narrativa total e suas sequências que abarcam temporalidades amplas que se estendem desde os povos pré-colombianos até o seu tempo. Ao estabelecer esse modo de escrita, como historiador, ele estabelece os feitos, as explicações plausíveis e uma interpretação global subordinada a uma concepção progressiva, que se ampara numa abordagem considerada, à época, consistente. A heterogeneidade dos processos estava subordinada a uma proposta de narrativa que se integra às lógicas que a tradição política liberal portenha queria estabelecer para a nação em formação. As multiplicidades são levadas a uma forma de síntese que auxilia a produção de marcos cronológicos (colonização, revolução, anarquia, governo Rosas, organização nacional) e articulações em torno de temas que se tornaram centrais, como a ênfase na história política e a concepção de uma história feita a partir de biografias de grandes personagens, como na *Galería de Celebridades Argentinas* (1857) e nas obras mais detalhadas como a *Historia de Belgrano y de la independencia argentina* (com quadro edições revistas 1857, 1859, 1876/7, sendo a definitiva de 1887) e a *Historia de San Martin y de la emancipación sudamericana* (1888).

80

Quando um argumento constitui-se num patrimônio...

A obra histórica de Bartolomé Mitre é definidora de um conjunto de argumentos que marcaram a historiografia argentina da segunda metade do século XIX e adentrou os primeiros anos do século XX. Ao esboçar tradições que se legitimaram nos campos político e social, criou-se uma forma de narrar os acontecimentos argentinos a partir de um rigor metodológico que outras obras, mesmo tendo maior amplitude e divulgação, não possuem o mesmo paralelo para a tradição historiográfica argentina.²

A produção historiográfica proposta por Mitre incluía uma abordagem rigorosa sobre as fontes documentais e se diferenciava de relatos orais e de apelos à tradição. O argumento da comprovação histórica instaurava-se como um verdadeiro monumento que poderia elucidar e decifrar o passado, por meio dos registros deixados por antepassados e se distanciava da tradição ensaística

² Pensar e interpretar o passado, buscar explicações e relações que pudessem decifrar os problemas da sociedade argentina no século XIX foi um ofício ao qual muitos se dedicaram. Dentre os quais, Domingo Faustino Sarmiento e seu clássico *Facundo: civilização e barbárie* (1845) que é referência na tradição ensaística latino-americana, como observou Carlos Altamirano. "Digamos más: leímos con la perspectiva del tiempo transcurrido, muchos de los textos que nacieron de ese nuevo espíritu científico pueden ser colocados en el anaquel de los ensayos de interpretación de la realidad de nuestros países que inauguró en gran estilo el *Facundo* de Sarmiento. En otras palabras, pueden ser leídos como sus grandes ancestros, es decir, también como textos de la imaginación social y política de las elites intelectuales. de, de forma extraordinariamente reconocida na cultura letrada daquele país" (ALTAMIRANO 2005, p. 24).

ou literária, representada por próceres da chamada *Geração de 1837*, que incluía o próprio Sarmiento, Juan Bautista Alberdi e Estebán Echeverría, dentre outros escritores.

O problema em tal abordagem, como se depreende, é que se cristalizam alguns textos canônicos, como fontes históricas, que se tornaram verdadeiros patrimônios, que enquanto tais e numa visão antiga, rememoram certas tradições e processos, mas que também podem ser vistos de forma reverenciada por aquilo que supostamente significaram e, de certa forma, interdita uma abordagem crítica. A própria produção histórica valorizada é daqueles que registraram seus esforços e que, de alguma maneira, encobriram práticas sociais coletivas em meio à conformação da história pátria que estava sendo erigida sobre os escombros do antigo vice-reino do Rio da Prata, nas décadas de 1850 a 1880.

Para não transformar Mitre em um ato fundacional da historiografia argentina sem contestação, faz-se necessário registrar as polêmicas e embates surgidos à época. As idas e vindas da política local, à qual Mitre estava profundamente envolvido, permitiram que o debate sobre o passado e os "métodos" da produção deste saber, ocupasse um lugar relevante na Argentina da segunda metade do século XIX. As contradições entre as elites ilustradas e suas vinculações com as tradições e legados históricos oferecia uma matriz epistêmica no interior do debate historiográfico e, de certa forma, contribuiu para tonar a nação uma realidade autoevidente (PALTÍ 2009, p. 93).

81

A principal polêmica sobre as origens da história protagonizada por Mitre foi com Vicente Fidel López (1815-1903), entre 1881 e 1882. No trabalho de Roberto Madero ficam evidenciadas as tensões do que significava "escrever a história". Mitre propunha uma ordem objetiva que contemplasse os "mandamentos da natureza, da razão e do ideal", buscando um conhecimento experimental a partir dos modelos das ciências físicas. Para ele seria possível, mediante os documentos recolhidos, "buscar uma totalidade evidente e necessária, a verdade e o bem" (MADERO 2001, p. 42). De forma mais enfática, Mitre afirmava que a investigação do historiador devia "constituir uma crônica dos sucessos passados, não como uma encarnação de uma capacidade adivinatória ou intuitiva do historiador, mas como um produto do trabalho de comprovação" (MADERO 2001, p. 43).

Fidel López, por sua vez, passou para a tradição historiográfica chamada "erudita" ou "científica" e representada por Mitre, como um oponente que expressaria um jogo simplificador, com "sentimento, paixão e subjetividade", um modelo "filosófico" (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 16). Nesse jogo de dualidades supostamente definidas, Mitre representaria o futuro e o modelo de uma história que tem o seu encontro com a modernidade; López, a expressão arcaica da tradição. O embate entre os dois eruditos, ocorrido pelas páginas dos jornais, levou a mútuas acusações de imprecisões sobre os "feitos históricos". As respostas de Mitre eram sempre acompanhadas do argumento de que "em sua história não há um único episódio que não pudesse ser documentado"; para López, por sua vez,

os nossos arquivos não contêm verdadeiros segredos, nem encerram nenhum problema histórico ou social a ser resolvido; contêm, quando muito, ínfimos ou curiosos detalhes sobre incidentes pessoais que em nada podem mudar a noção viva e geral que temos de nossa recente história e de nossa tradição de ontem (MADERO 2001, p. 24).

A discussão do método poderia parecer menos relevante se não considerarmos que era um exercício de consolidação de qual história seria “legítima” e “verdadeira” e, dessa forma, silenciava opositores e relacionava temas e “ensinamentos” que conferiam autoridade ao relato histórico. O relato de Mitre, que em 1854 fundou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, foi editado e considerado ideal por gerações do início do século XX,³ pois com ele triunfaram a estratégia de que a ciência é o único modo possível de se conhecer, e a nação era o único objeto da memória. Ao propor uma história científica, Mitre abriu caminho para uma tradição que inclui a história das ideias e a história heroica. Ao partir das biografias como um elemento fundante de um modo de narrar, como o fez na *Historia de Belgrano*, o autor entrelaça biografia e “grandes acontecimentos”: “la historia contemporánea servirá de fondo a la figura principal del cuadro, y em otros aparecerá confundida entre las grandes masas o perdiéndose em la penumbra del grande escenario” (MITRE 1971, p. 56).

Identificar as operações e recuperar o calor da disputa em torno do passado a ser escrito foi objeto de importantes historiadores desde o início do século XX. Destacam-se na historiografia argentina sobre o embate, as obras de Ricardo Rojas (1916), de Rómulo Carbia (1925), de José Luis Romero (1943), Tulio Halperin Donghi (1980) e os trabalhos mais recentes dos citados Nora Pagano, Fernando Devoto, Roberto Madero e Elías J. Palti. Porém, mais do que fazer um inventário das diferenças entre Mitre e Fidel López, é possível perceber as vinculações entre os contendores e, porque a obra de Mitre sobressaiu-se num primeiro instante. Ambos tinham a preocupação em avaliar o passado e identificar legados, mas os modos de fazê-lo se distinguiam e as polêmicas tomaram ares de divisões irreversíveis. Como afirma Elías J. Palti, as duas perspectivas não eram tão díspares, pois nem López era alheio ao rigor heurístico, nem Mitre carecia de uma dimensão filosófica (PALTI 2009, p. 95).

O ponto que nos interessa retomar sobre o argumento historiográfico mitreano que se converte em algo intocável, que se “patrimonializa”, relaciona-se aos temas que compõem o argumento de suas obras. A avaliação do passado colonial e o estabelecimento de algum grau de previsibilidade em meio às incertezas políticas da chamada organização nacional são alguns dos pontos expostos por Mitre com grande domínio documental e operacional de escrita histórica. As tramas da história argentina são expostas como referências que

³ A *Nueva Escuela Histórica* (NEH) surgiu na segunda década do século XX tendo entre suas principais inspirações as considerações metodológicas de Mitre. Dentre os integrantes do grupo, embora com diferenças entre eles, destacavam-se Ricardo Levene, Rómulo Carbia e Emilio Ravignani (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 140).

devem ser permanentemente discutidas e que, de alguma forma, se solidificaram como algo a ser conservado, a despeito de terem ou não pertinência em relação ao que originalmente significaram. É a própria herança em diálogo com o XIX e repetida em vários momentos do século XX como a matriz fundante intocável.

A formação do acervo do historiador Mitre: livros e documentos

As referências sobre o rigor historiográfico devem ser relacionadas a outro aspecto importante para o reconhecimento de Mitre como grande historiador: a sua relação com as fontes. A advertência inicial na *Historia de Belgrano* de que não há feito que não possa ser comprovado por documentos em seu relato, instiga-nos a observar minimamente a composição do acervo documental e bibliográfico de Mitre. As correspondências com amigos e diplomatas em outros países da América do Sul, nos Estados Unidos e na Europa, indicam um dado pouco debatido no trabalho de Mitre, mas que se relaciona com a autoridade que seu relato adquiriu na última metade do século XIX: a coleção de documentos que Mitre teve acesso.

Para Mitre dois aspectos interligados deveriam estar presentes num trabalho histórico: a investigação a partir de fontes inéditas e a relação destes com a bibliografia. Aspectos novos poderiam surgir a partir desta simbiose. Para tanto, ao longo de décadas, Mitre buscou adquirir documentos e livros em toda parte, sempre com o propósito de conhecer, como um homem das ciências dos Oitocentos, a verdade.

Para obter cópias de documentos e acesso a livros sobre a América, Mitre manteve uma intensa correspondência com personalidades eruditas e alguns arquivos. Dentre as primeiras destacam-se os historiadores chilenos Benjamín Vicuña Mackenna e Diego Barros Arana, o uruguaio Andrés Lamas e com o francês Martín de Moussy. Quanto aos arquivos e instituições destacam-se as buscas realizadas por terceiros até o Archivo General de Indias, a Real Academia de la Historia, de Madri e bibliotecas em Madri, Roma, Paris. Além do contato com colecionadores que circulavam pela Europa. A circulação de documentos, a confiabilidade sobre eles, é um tema a parte nesse percurso. Mas desde 1842, ou seja, desde os 21 anos de idade, Mitre começou a organizar sua biblioteca dividida em quatro grandes temas: história, ciências e artes, belas letras e viagens (ACADEMIA NACIONAL 1957, p. 207)

As primeiras cópias de documentos originais foram obtidas do Archivo General de Indias, em 1859, e referiam-se ao vice-rei Baltasar de Cisneros e aos acontecimentos relativos à Revolução de Maio de 1810. Todo conjunto documental foi base para a fundação do Museu Mitre. De documentos do período colonial coligidos sob as ordens de Mitre registram-se, 138 documentos do período entre 1514-1603. Os documentos sobre as obras *Belgrano* e *San Martín* eram muito mais volumosos: mais de 10 mil manuscritos teriam sido utilizados por Mitre na composição de suas obras mais conhecidas. Trata-se de respeitável conjunto documental que atendia a um duplo papel: permitia conhecer e relatar as histórias, ao mesmo tempo em que inviabilizava a crítica ao trabalho, por

conta da robustez e qualidade das fontes. Ou ainda, de um patrimônio que se exhibe na cultura historiográfica argentina.

A riqueza do material que ele manuseava, as críticas que realizava às suas fontes, os planos de trabalho, as notas explicativas, as correspondências e a sua biblioteca particular compõem um itinerário que pode ser ordenado para compreender as obras realizadas, seus momentos de escrita, as longas interrupções e até as obras desejadas e nunca realizadas, como a *Historia del descubrimiento, conquista y población del Río de la Plata*.

A grande obra ausente foi mencionada em carta ao historiador chileno Barros Arana, em 07 de setembro de 1864, e que o perseguiu por mais de uma década, como se verifica em outra carta ao mesmo destinatário em 20 de outubro de 1875. Para Mitre, a conquista do Rio da Prata era a única que não havia sido escrita sobre as regiões principais do domínio espanhol. O motivo, segundo o missivista, é que talvez fosse uma história menos dramática que a do México, Peru e Chile, mas que mesmo assim era um livro faltante, pois indicaria outro percurso da conquista, aquele que teria se realizado sem o apelo das minas de ouro e prata, mostrando como se ocupou o território e se desenvolveram as sociedades e os poderes locais. Nesse projeto haveria uma ideia cara a Mitre e que se propagou na historiografia argentina: a excepcionalidade *rio-platense* na história da América do Sul.

Para Mitre, havia muitos documentos ignorados por cronistas e que a história do Rio da Prata, estava por ser “feita e refeita” conforme indicavam as informações que ele obteve em suas fontes. A história, antes do início do processo de independência em 1810, estava por ser narrada. Ele tinha a convicção de que os documentos indicavam algo distinto do que a crônica realizara. Porém, a obra não foi executada: a sedução em torno da figura de San Martín, as sugestões de amigos e o dever político, indicava que a obra sobre o Libertador deveria ser prioritária.

84

Política e história em Mitre

Os extensos volumes das *Historias* de Mitre permitem identificar aspectos que ultrapassam a questão do método da escrita e lança olhar sobre temas importantes. A obra do historiador não permaneceu como patrimônio da cultura argentina apenas por seu rigor, mas insere-se numa gramática de temas que pretendemos esboçar de forma sucinta. Suas posições políticas, inseridas no ideário liberal do século XIX, destacam-se no conjunto de sua obra, assim como o otimismo em relação à história sul-americana e ao providencialismo que o justificaria, como observou Halperin Donghi (1987, p. 123).

A junção entre as visões política e histórica de Mitre é parte das tensões que sua obra demonstra e que permite observar a continuidade de algumas polêmicas, assim como de seus usos, ao longo do século XX. Se Mitre é apontado como o historiador rigoroso que comprova e marca o debate a partir de critérios “científicos”, como ele pode não ser influenciado diretamente pelas disputas políticas que protagonizava? A *Historia de Belgrano*, por exemplo, demorou

trinta anos para encontrar sua versão definitiva, ou seja, sua escrita iniciou-se em campo de batalha e encerrou-se após Mitre ter ocupado a presidência da Argentina (1862-1868). A resposta não é tão simples como aparenta, pois Mitre transita entre esses dois polos, política e história, sem pensá-los de forma separada. Uma, a história, tem um rigor a ser cobrado, é científica, mas não está desligada das condições de sua própria produção; a política, por sua vez, tem nos feitos passados e nas demandas constitutivas do discurso nacional, uma de suas linguagens. Por isso, a crença romântica de Mitre permite a construção de um largo caminho, no qual o ideal e a realidade vão se encontrar em algum ponto. As vicissitudes da construção do país, desde o processo de independência iniciado em 1810, a luta contra o caudilho Juan Manuel de Rosas e a organização da nação após a batalha de Pavón, inserem-se numa lógica que fazia sentido para Mitre e sua forma de conceber a história.

O historiador e o político, na tessitura mitrista, não seriam figuras opostas, mas um alimentaria o outro, por critérios de autoridade e rigor que supostamente seriam reconhecidos. Em tempos mais recentes, outros historiadores retomam essa vinculação entre o político e o historiador.

Durante as homenagens ao cinquentenário da morte de Mitre, em 1956, logo após a queda de Juan Domingo Perón, o presidente da tradicional Academia Nacional de Historia, Ricardo Levene afirmou que "Mitre sobrevive en sus ideas y esta vigencia constituye un legado que ha enriquecido el patrimonio moral argentino, ideas que siguen impulsando la marcha del país con su poder irradiante" (ACADEMIA NACIONAL 1957, p. 252). Nas palavras de Levene, o espírito de Mitre é o daqueles que defendem a unidade política do país e o respeito constitucional, mesmo após "lutas, lágrimas e sangue". Reconhece-se a violência, mas que o espírito de liberdade dos argentinos era um valor indestrutível, mesmo que ele se ocultasse em certos períodos da história do país.

Numa visão mais crítica, mas reconhecendo as vinculações entre a história e a política, Nicolás Shumway observa as escolhas dos biografados por Mitre, como um espelho das características gloriosas que Mitre atribuiria para si. "Mitre se justifica a si mesmo e a suas ambições como pensador-escritor-político-militar que aspirava em sua geração o papel que projetara sobre os predecessores cuidadosamente escolhidos" (SHUMWAY 2005, p. 212). Belgrano e San Martín, seus dois principais personagens, representam as forças políticas e militares do predomínio de Buenos Aires sobre o interior.

A história argentina do XIX é marcada por um repertório de conflagrações e de embates que tornavam comuns a ameaça da violência, da insurgência anárquica e dos riscos das convulsões. As *Historias* mitreanas são pródigas na reprodução de batalhas, no engenho militar e no domínio que estas deveriam ser enfrentadas para obter a vitória dos ideais que os líderes expressavam. Pensando uma vez mais nas relações entre o passado que foi vivido e seus usos políticos, podemos identificar uma clivagem posta a serviço dos projetos da chamada tradição liberal argentina, que não é homogênea, mas que está vinculada aos grupos unitários ao qual Mitre era um dos expoentes. A clivagem

está na distância entre os que viveram as histórias das independências e os que estavam lendo as obras publicadas nos anos 1870-1880. Os vestígios reconstruídos por Mitre, com os cuidados no manuseio da documentação já registrados, serviam para criar a linearidade e transpor para o projeto político pós-1862 a tarefa de concluir os ideários de libertação e consolidação da nação argentina, durante a chamada "organização nacional". As ameaças de conflagração não deixavam de existir, mas eram vistas como uma etapa superada que apenas por deslizos poderia voltar a repetir, pois o traço evolutivo-providencialista da história argentina tinha, após alguns desvios, reencontrado o seu lugar na história universal.

O argumento histórico, em outra perspectiva, é usado para criticar a visão de Mitre como um dos artífices da nação. Sob o argumento da "necessidade histórica", a violência da presidência de Mitre e a repressão às províncias são pouco questionadas, segundo Eduardo Luis Duhalde. As leituras das ações de Belgrano para assegurar os limites territoriais são observadas ou mesmo instrumentalizadas como sendo desdobramentos de uma mesma história, como se os rumos do país fossem fruto de uma ação alheia à vontade dos homens que as produziram, redundando numa espécie de fatalismo (DUHALDE 2005, p. 17). A questão da violência, tema importante para a historiografia argentina pós-última ditadura militar (1976-1983), é enaltecida na crítica de Duhalde, pois segundo o historiador, a leitura do consenso liberal em torno de Mitre criou uma conformação entre a história e a cultura política que justificaria o crime praticado pelo Estado, em vários momentos posteriores.

Mesmo que a crítica de Duhalde seja mais por sua leitura política do que pelo debate em torno da escrita da história que estamos analisando, trata-se de reconhecer que há uma cultura historiográfica, referenciada no legado de Mitre, que se relaciona diretamente com as visões do historiador-militar-presidente. Há, na leitura do século XIX, e na avaliação que Mitre realizou dos passados mais longínquos, a ênfase numa memória predominantemente liberal e o ocultamento de outras possibilidades dentro da tradição argentina. As raízes para tal êxito não parecem oriundos de um simples rigor ou superioridade metodológica, mas se entrelaçam com outras variáveis.

Temas das *Historias*

O complemento dos títulos das duas obras sobre Belgrano e San Martín é preciso em seu propósito de indicar os conteúdos que entrelaçam a biografia com a "independência argentina" e com a "emancipação sul-americana", respectivamente. O tema das independências é o grande mote do século XIX para os países de colonização hispano-americana. Questões relativas às legitimidades políticas, às formas de organização, à participação de diferentes atores sociais e às disputas em torno do poder se associam a outras como as características dos povos, heranças que são assimiladas e os aspectos rejeitados e criticados em torno da nova realidade política e territorial das Américas. Com esse conjunto de temas, Mitre dedica-se a escrever as duas grandes histórias.

Os planos das duas obras seriam suficientes para indicar o modo como Mitre concebeu as obras. Nas reedições da *Historia de Belgrano*, após ser criticado, ele não ocultou as imprecisões e agregou capítulos a fim de dirimir dúvidas e, de certa forma, reforçar sua interpretação como mais criteriosa e digna de respeito.

Na impossibilidade de esgotar os temas e as descrições realizadas pelo historiador podemos vislumbrar dois aspectos que nos parecem dignos de nota e elucidativos de sua escrita da história e da forma como articula documentos e argumentos em torno de algumas premissas. Os dois aspectos destacados são o processo de independência e seu quadro anárquico e o americanismo de Mitre.

A Revolução de independência e o quadro anárquico

No capítulo XXX da *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*, Mitre dedica-se a analisar o período entre 1816-1817 sob o título "La anarquia". As disputas entre federalistas e unitários, após o Congresso de Tucumán, as insurreições que ocorrem no interior do país e a fragilidade do processo emancipatório são os temas do capítulo. O político-historiador expressa uma concepção que impede uma leitura simplificada do processo: a revolução argentina era um acontecimento múltiplo e complexo, com contraditórias manifestações. O que poderia ser lido como uma reprovação é ilustrado como o desenvolvimento das forças sociais que se defrontavam nos embates político e militar, pois há um duplo movimento, segundo Mitre: a luta pela independência e a regeneração política que produziria soberania de fato e de direito.

Na distância entre os acontecimentos do período e o que Mitre registra estão algumas considerações sobre as tensões observadas pelo historiador. Para ele, o vice-reino do Rio da Prata não era um organismo articulado e, mesmo assim, avançava numa velocidade que se concatenava das questões menores às causas amplas. A Revolução foi:

Local y municipal en su origen ostensible, guerrera en los primeros pasos de su propaganda, popular en su desenvolvimiento, americana en sus tendencias, y nacional en su fórmula concreta, esa revolución fué complicándose gradualmente en sus elementos constitutivos, y al acelerarse en su movimiento, puso en actividad todas las fuerzas, todos los intereses, todas las pasiones, todos los instintos y todas las ideas que de ella surgían, hasta revestir una forma nativa, y revelar un vitalismo próprio, obrando con la espontaneidad de su naturaleza, que dió origen a una vida múltiple y colectiva a la vez (MITRE 1971, p. 38).

A partir da constatação de tensões existentes no vasto território do vice-reino, com seus distintos elementos sociais e políticos, Mitre explica os motivos pelos quais o Paraguai e a Banda Oriental se separaram das demais províncias, assim como as disputas que resultaram na guerra civil na região platina. A ação apaixonada de camponeses, o papel de caudilhos que lideravam povos e que se perpetuavam no poder através de métodos violentos, a participação das massas sem preparação são alguns juízos feitos por Mitre que, dessa forma, expunha

as fissuras existentes e enunciava o seu lugar como historiador e analista dos processos da década de 1810.

A visão de Mitre, no entanto, não se restringia aos aspectos negativos. Dentro de sua concepção política e na lógica de justificar os erros dos liberais-unitários, Mitre articula-se a um domínio do historiador que é a noção de percurso. As incertezas do presente eram encobertas pela garantia de êxito futuro, assim, podemos ler na *Historia de Belgrano*, que aqueles que defendiam a democracia não poderiam evitar o quadro anárquico. Quando muito, poderiam prevenir e regularizar parte da situação, mas não tinham condições de eliminar o quadro de agitação. E isso deve-se “precisamente porque fué una revolución y no una simple mutación de escena o evolución normal; porque era condición de vida y de progreso destruir lo viejo y crear lo nuevo” (MITRE 1971, p. 41).

Além do domínio dos processos que são apresentados, a escrita histórica mitreana expressa a ambiguidade acerca do que estava em curso. A condenação à conflagração está articulada ao elogio das vontades e atuações em prol da libertação. A suposta imaturidade política dos organismos é acompanhada pela observação de um louvável espírito democrático que emergia entre a população. A lógica de Mitre, contrariando parte da leitura teleológica e linear que se atribui a ele, inclui a observação de que deve se observar “la historia tal como es, y no tal como pudo o debió ser” (MITRE 1971, p. 42).

A participação popular, outro elemento instigante nos processos de formação da Argentina, é descrita dentro da mesma ambiguidade discursiva. O povo, categoria essencializada e normativa das histórias emergentes no século XIX, é possuidor de qualidades e defeitos que devem ser vistos por uma perspectiva das contradições que estimulam os processos histórico-sociais. Da mesma forma, as cidades e *pueblos* oscilavam entre o patriotismo local e as experiências que a revolução fazia surgir, nos quais a tradição colonial sucumbia em meio a um quadro paradoxal: em nome da liberdade, tinham que se fragmentar. Nas palavras de Mitre, levados por um “instinto cego de exagerada independência”, de “individualismo quase selvagem” e de “desagregação brutal”, a Banda Oriental, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e La Rioja, se opunham a Buenos Aires, ainda nos anos 1816-1817. Esse movimento, entretanto, fez avançar o movimento pela Confederação e, nesse quadro, destacam-se os líderes como Belgrano e San Martín, que coordenando exércitos asfixiaram várias insurreições no interior argentino. Mais uma ambiguidade daqueles processos emerge dos relatos de Mitre: a Confederação surge, em grande medida, pela força da espada.

A visão americana de Mitre

Na *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* o tema da independência ultrapassa as fronteiras de cada país. As páginas iniciais remontam aos processos coletivos que inclui uma visão sobre as Américas e sua inserção na história universal, que estando de acordo com o pensamento historiográfico oitocentista, equivalia à história europeia. No pêndulo Europa-América, Mitre

observa que o Novo Mundo, ao menos três vezes, significou o estabelecimento do equilíbrio europeu e assegurou seus valores políticos. O primeiro teria sido durante as viagens marítimas e o processo das descobertas e colonização; o segundo na independência dos Estados Unidos, em 1776; e o terceiro, durante as independências na América do Sul.

As contribuições para a Europa reencontrar seus equilíbrios, a partir da América, estão relacionadas a conceitos como Estado moderno, liberdade democrática e o fim do Antigo Regime. No primeiro caso, segundo Mitre, as descobertas de Colombo contribuíram para a consolidação dos Estados modernos: Espanha e Portugal lideraram um processo que obrigou outros países a se organizarem para conquistar e dominar as terras do novo continente. Para o escritor portenho, a civilização europeia estava a ponto de desmoronar e não havia uma única nação coerente e com capacidade produtiva para se sustentar. O segundo, foi a independência das Treze Colônias inglesas, em 1776: a vitória dos colonos era, de alguma forma, a vitória do espírito democrático e do iluminismo inglês. O fato de terem prosperado no Novo Mundo, impulsionou o respeito a leis e ao limite do poder monárquico. O terceiro episódio, após a batalha de Ayacucho, em 1824, consolidava a independência sul-americana e era uma resposta às propostas de Restauração empreendidas por monarcas europeus que queriam restabelecer o absolutismo na Europa e o domínio monárquico sobre a América.

89

O preâmbulo foi uma forma encontrada por Mitre para entrelaçar ideias políticas, processos emancipatórios e uma história continental. As Américas, reconhecidas suas diferenças sociais, políticas, culturais e históricas, teriam uma unidade que se realizava no amor à liberdade. Em *San Martín*, o autor expõe que a história não é um processo isolado: ela possui vínculos com os acontecimentos em outros países. O mesmo se aplica na obra *Belgrano*, quando dedica os primeiros capítulos da história argentina para explicar o funcionamento da economia colonial, a sociabilidade platina e a cidade de Buenos como "mercado americano". São referências que se cruzam para relatar os processos coloniais, as ações dos libertadores como George Washington, Simón Bolívar e José de San Martín.

Mitre expõe, no argumento que justifica o livro, que há um caráter único nas independências sul-americanas, em meio a aparentes dissonâncias. Excluindo a independência mexicana, que não se liga ao sistema militar da América do Sul, Mitre identifica nos dois grandes focos revolucionários, sob as lideranças de San Martín e de Bolívar, a presença da "espada libertadora", a partir da qual se desenvolvem as ações política e militar (MITRE 1946, p. 9).

Pensando de forma mais ampla e se distanciando dos processos similares da América do Sul, Mitre compara as independências dos EUA e da América do Sul. Para o autor há alguns pontos comuns, dentre os quais destacamos a questão da legitimidade política: na América inglesa, havia o pressuposto de que os homens possuíam direitos inalienáveis, recebidos do Criador, e que ninguém, nem mesmo um governante, poderia retirá-los; na América espanhola,

havia o pressuposto de que a soberania regressava aos povos, quando o monarca não estivesse no poder. Em ambos os casos, observa-se a afirmação de vontades políticas nos processos de independência, além do pressuposto de que os povos poderiam se autogovernar, sem a anuência de uma metrópole. Outro aspecto que aproxima as duas Américas, segundo Mitre, são as relações econômicas que acabavam convertendo-se em um problema político de autonomia, por conta da dinâmica do funcionamento colonial.

As independências da América do Sul, concatenadas entre elas em seus desafios, foram para Mitre:

el fenómeno político más considerable del siglo XIX, así por su magnitud y originalidad como por la extensión probable de sus consecuencias futuras. En efecto: la aparición de un grupo de naciones independientes, surgidas de un embrión colonial que yacía en la inercia, y que con elementos nuevos suministran nuevas individualidades a la historia, interviniendo desde luego en la dinámica del mundo: la unificación política de todo un continente, que ocupa la mitad del orbe, proclamando por instinto genial los principios lógicos de la democracia como ley natural y regla universal del porvenir (MITRE 1971, p. 11).

O americanismo possuiria uma expressão valorizada nas democracias. Porém, antes de chegar a esta característica de similaridade, Mitre expôs as diferenças entre os grupos populacionais, as capacidades de cada um e, sobretudo, a aptidão das lideranças *criollas* em conduzir os processos de independência e, extensivamente, do direito delas exercerem o poder político nas jovens nações americanas. As características observadas em San Martín, dessa forma, não seriam exclusivas de uma figura heroica, mas poderiam ser reconhecidas nas elites políticas que partilhavam do ideário da libertação, mesmo que asfixiando divergências e impondo pela força, tais valores. Tal como no relato sobre Belgrano, Mitre articula as informações sobre os processos históricos e defende premissas que se conjugam com sua perspectiva política que, como afirmou Halperin Donghi, Mitre imaginava ser os valores que seriam revelados a todos os homens durante a marcha histórica. A aproximação dos povos americanos, nessa acepção de uma terra propícia à democracia, só é compreensível dentro desse intuito quase missionário, no qual a história tem um valor magistral.

90

Conclusão

Os significados das leituras de Mitre diferem-se ao longo do tempo. As sucessivas gerações que se dedicaram e se dedicam ao estudo do Rio da Prata ou, especificamente, da Argentina do século XIX, depararam-se obrigatoriamente com os textos mitristas. A condição de clássico da historiografia pode afugentar e torná-lo inacessível ao historiador dos tempos atuais. Entretanto, se a leitura não se restringir a indicar aspectos supostamente ultrapassados para a historiografia, será uma oportunidade de conhecer as variações e incertezas dos processos políticos apresentados, ao mesmo tempo em que são apresentados numa escrita vigorosa que exala certezas. As *Historias* de Mitre

possuem tensões que remetem às escritas do século XIX, demonstrando as influências das grandes correntes historiográficas europeias e diante de um desafio de organizar documentos que pudessem evidenciar as peculiaridades e autonomias dos povos e líderes americanos.

A carreira política de Mitre se confunde com sua atuação como historiador. Por mais que o rigor e a visão científica fossem suas bandeiras na escrita da história, apenas os que ignoram sua atuação como militar e político, podem não estar atentos aos juízos morais e políticos que ele defendeu na interpretação dos processos históricos relatados. Esse aspecto, longe de ser um registro sobre a busca da imparcialidade do texto, é ilustrativo das dificuldades metodológicas encontrados pelos historiadores do XIX: não bastava fixar os episódios a serem narrados, mas tinham que justificá-los por meio de uma interpretação e de uma correlação. Pautado pela normatividade do rigor científico, Mitre não poderia simplesmente evidenciar suas propostas políticas: se assim o fizesse, sem a demonstração, sem a comprovação que os documentos indicavam, sua obra seria um manifesto, um panfleto, mas não uma contribuição historiográfica. Tampouco ele necessitava esconder suas aspirações, mas aquelas deveriam vir num contexto que relacionava longos processos e que pudesse indicar algum grau de previsibilidade na história, num jogo refinado de interpretação de um processo que se encerrava algumas décadas antes, mas que se concatenava com o momento da produção e da leitura da obra.

91

É digno de nota que, associada à emergência dos Estados-nação, a história do século XIX foi essencialmente política, mas esse procedimento não era a simples adequação à retórica ou aos embates entre grupos que disputavam o poder político. O discurso histórico tinha que ser revestido de uma pretensão à veracidade e à universalidade. Generalizações, jogos discursivos que inseriam a temporalidade e as ações de sujeitos específicos, como os líderes biografados por Mitre, eram apresentados como um dado nas decisões coletivas. Escrever história no XIX não era uma tarefa simples, como muitas vezes parece aos historiadores do século XXI: a ausência de uma pluralidade de temas e abordagens, comuns nos dias de hoje, não tornava menos árduo o exercício da escrita. Os cânones da época, tão criticados na atualidade, conservam tantas ambiguidades como as certezas que supostamente enunciavam.

Enfrentar os embates entre um discurso científico que se procurava estabelecer para a história e os usos políticos de uma moral republicana não era uma tarefa a ser exercida sem algum tipo de crise ou de sujeição a alguma crítica que ultrapassasse o limite do próprio texto e das fontes articuladas. Mitre, como homem das letras e político hábil que foi, experimentou duras críticas à *Historia de Belgrano* e um reconhecimento grandioso com a de *San Martín*. Entre as duas obras, mais do que uma diferença de estilo ou método, há uma diferença do tempo político, indicando que não era simples a relação entre o político e a história.

Ler e recuperar argumentos e tensões em obras como as de Mitre são atos de reconhecimento a uma cultura historiográfica que é a premissa de

algumas operações que parecem distantes, mas que são próximas. Identificar as contradições e não tomar tais obras como intocáveis é a melhor maneira de fazer com que continuem a nos incomodar com seus limites e potencialidades, evitando o estéril reconhecimento como um patrimônio, mas desconectado da prática dos historiadores do presente.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Mitre**: homenaje de la Academia Nacional de la Historia en el cincuentenario de su muerte (1906-1956). Buenos Aires, 1957.
- ALTAMIRANO, Carlos. **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- CAMPOBASSI, José S. **Mitre y su época**. Buenos Aires: Eudeba, 1980.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, estados**: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DEVOTO, Fernando. La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: MYERS, J. (ed.) **Historia de los intelectuales en América Latina**: la ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Vol. 1. Buenos Aires: Katz editores, 2008.
- DUHALDE, Eduardo Luis. **Contra Mitre**: los intelectuales y el poder – de Caseros al 80. Buenos Aires: Punto Critico, 2005.
- EUJANIÁN, Alejandro. Polémicas por la historia.: el surgimiento de la crítica en la historiografía argentina, 1864-1882. **Entrepassados**: revista de historia. Buenos Aires, nº 16, 1999.
- FREITAS NETO, José Alves de. *As Histórias de Mitre: a Argentina e seus outros*. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel (org.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, p. 389-410, 2009.
- HALPERIN DONGUI, Túlio. **Revolución y guerra**: formación de una elite dirigente em la Argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.
- _____. **El espejo de la historia**: problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1987.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. **Trilogia do controle**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- MADERO, Roberto. **El origen de la historia**: sobre el debate entre Vicente Fidel López y Bartolomé Mitre. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

- MITRE, Bartolomé. **Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana**. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1946. [1888]
- _____. **Historia de Belgrano y de la independencia argentina**. 3 vol. Buenos Aires: Editorial Estrada, 1971. [1887]
- MYERS, Jorge. **Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- PALTI, Elías José. **El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- _____. **El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- SÁBATO, Hilda (coord.). **Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina**. México: FCE, Colmex, FHA, 1999.
- SHUMWAY, Nicolas. **La invención de la Argentina: historia de una idea**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.
- TENORIO TRILLO, Mauricio. **Argúcias de la historia: siglo XIX, cultura y América Latina**. México: Paidós, 1999.
- WASSERMANN, Fabio. **Entre clío y la polís: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.
- _____. La historia como concepto y como práctica: conocimiento histórico en el Río de la Plata (1780-1840). **Historia da Historiografia**. Ouro Preto, nº 4, p. 15-36, 2010.

A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações

The first phase of the Latin American historiography and the construction of the identity of the new Nations

Claudia Wasserman

Professora associada
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
claudia.wasserman@ufrgs.br
Av. Bento Gonçalves, 9500 – Agronomia
900540-000 – Porto Alegre – RS
Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar as propostas e afirmações a respeito da identidade nacional na historiografia latino-americana a partir do movimento da independência no começo do século XIX e no período imediatamente pós-emancipação. Com base em excertos das obras produzidas por autores clássicos a respeito das origens da nação e das identidades nacionais na América Latina do século XIX, o artigo pretende encontrar regularidades no discurso historiográfico da região. Serão abordadas especialmente as questões sobre as origens das nações, os obstáculos a serem transpostos para sua constituição plena e a adoção de modelos externos.

Palavras-chave

Historiografia hispano-americana; Identidade nacional; América Latina.

Abstract

The aim of this paper is to examine the proposals and statements regarding the national identity in Latin American historiography, from the independence movement, in the early nineteenth century, and the period immediately after independence. The article intends to reveal regularities in the region's historiographical discourse, taking into consideration some excerpts of documents produced by classical authors, concerning of the origins of nation and national identities in Latin American 19th century. The questions about the origins of Nations, the obstacles to be overcome by to its full establishment and adoption of external models will be especially considered.

Keywords

Spanish-American historiography; National identity; Latin America.

94

Enviado em: 27/10/2011

Aprovado em: 3/12/2011

O objetivo deste artigo é examinar as propostas e afirmações a respeito da identidade nacional na historiografia latino-americana a partir do movimento da independência no começo do século XIX e no período imediatamente pós-emancipação. O grupo de autores abordados neste artigo é composto por “personalidades que geralmente foram atores da gesta emancipatória, formado por cronistas, memorialistas e historiadores autodidatas, criadores de uma historiografia descritiva de fatos políticos e militares” (JARAMILLO URIBE 1986, p. 23), seguido por outro grupo “ligado às academias de história, nacionais ou locais, aos centros e institutos de história, geralmente sem caráter oficial, que se formaram em quase todos os países latino-americanos na segunda metade do século XIX” (JARAMILLO URIBE 1986, p. 24).

A amplitude da abordagem e o recorte abrangente são propositais. Se, de um lado, corre-se o risco de perder o detalhamento de cada autor estudado, por outro, permite compreender regularidades que existem no discurso acerca da questão nacional no subcontinente latino-americano. A abordagem simultânea de vários autores, localizados em diversos países da América Latina permite ainda compreender a região como totalidade articulada, para além das especificidades.¹

Segundo Carlos Aguirre, a historiografia latino-americana não está suficientemente estudada para constituir uma síntese de sua trajetória que possa consolidar uma “história global da historiografia da América Latina” (AGUIRRE ROJAS 2001, p. 73), ou mesmo para produzir uma satisfatória história intelectual latino-americana. É certo, porém, que o período proposto para a análise constitui a primeira etapa do que poderíamos chamar de historiografia latino-americana. Momento das primeiras elaborações intelectuais que indagam acerca da identidade das nascentes nações e que exploram as raízes históricas daqueles que se supõe serem os valores e as características específicas de cada país.

A questão nacional na América Latina e os problemas de identidade nacional, das origens da nação e da nacionalidade são temas consagrados há muito pelos intelectuais e pelos historiadores latino-americanos. A busca do caráter nacional e das origens da nação está evidentemente relacionada às dificuldades de construção de ordenamentos políticos estáveis na região. A isso, somou-se o fato de constituir-se um contingente populacional “transplantado”, com origens variadas, conforme o país. Também, por muito tempo, as elites latino-americanas consideraram uma “fatalidade” o nascimento extraeuropeu (ANDERSON 1989, p. 74) e desprezavam as características particulares de cada país e sua população.

As primeiras discussões a respeito da identidade nacional, do surgimento das nações e dos obstáculos para a sua constituição plena, surgiram a partir das independências e foram pautadas por uma preocupação política, manifestada por parte dos protagonistas do processo. Depois das independências, os países

¹ Embora muitos dos autores citados sejam clássicos e exista uma bibliografia considerável sobre as suas obras e histórias de vida, o objetivo deste artigo é verificar suas observações e comentários acerca das origens e das características das nações e nacionalidades nascentes. Não se trata, portanto, de detalhar suas obras sobre outras temáticas.

da América Latina foram palco dos debates sobre a questão constitucional, sobre o povoamento e acerca das medidas necessárias para implantação dos ordenamentos políticos e administrativos não metropolitanos. Estas discussões também foram realizadas por políticos e intelectuais que se propunham a compor as administrações estatais.

Na segunda metade do século XIX, apareceram os primeiros “historiadores”, intelectuais ligados a academias de história ou centros e institutos de pesquisa histórica. Embora sem profissionalização, estes sujeitos tiveram uma preocupação com a investigação histórica e suas obras transformaram-se em um legado de valor documental para futuros historiadores de ofício. Além disso, o processo de repercussão daquele conhecimento sugere que, “*monumentalizado*”, o discurso sobre a nacionalidade transformou-se na própria história.

Grande parte desta primeira historiografia latino-americana considera as identidades nacionais como dados ontológicos, e as nações, como entidades sociais originárias, que estiveram presentes desde o período pré-colonial para alguns, desde a colônia para outros ou, mais frequentemente, desde as independências.

Concretamente indefinida, a identidade nacional aparece como um dado para autores do século XIX. Mais do que isso, a nação faz parte do horizonte de expectativas destes autores e vinha sendo construída por estas versões que se consagraram como a historiografia da região. A crença disseminada sobre a ontologia da questão nacional está bem delimitada teoricamente pelos autores europeus que discutiram o tema.² Entretanto, não existem estudos de síntese do pensamento latino-americano acerca da questão nacional, ainda mais no que se refere ao século XIX.

Ainda sobre a temática das origens das nacionalidades no subcontinente latino-americano, não se pode concluir apressadamente por um suposto reconhecimento dos estudiosos do tema acerca deste aspecto. Somente um estudo empírico das manifestações acerca das origens das nacionalidades é que permite concluir sobre os aspectos mais recorrentes. Este estudo permite delimitar empiricamente a historiografia latino-americana do século XIX, a partir de suas expectativas acerca das entidades políticas em formação.

Muitas vezes, como no caso dos militares que participaram nos processos de independência, essas ideias de existência prévia de identidades nacionais emanavam de um desejo de que existissem nações e nacionalidades nestes territórios, mais do que fruto da observação empírica objetiva destes políticos.

² A questão teórica acerca do nacionalismo, dos precursores da questão nacional e do protonacionalismo, bem como sobre o grau de inventividade e de engenharia política presente na constituição das nações está presente em autores como Anderson (1989), Hobsbawm (1990), Gellner (1993) e foram elaborados a partir da observação da realidade predominantemente europeia. O paradoxo entre a modernidade da nação aos olhos dos cientistas sociais contemporâneos e sua antiguidade diante dos nacionalistas foi desvendado a partir da interpretação desta realidade europeia e das leituras dos precursores da questão nacional nesta região. O exame desta problemática na América Latina é recente e envolve temas novos; os precursores da questão nacional na América Latina tiveram que lidar com problemas inexistentes na “era dos nacionalismos” na Europa. A possibilidade de reconstituir a história da historiografia latino-americana será possível apenas a partir da seleção de temas e de autores nas regiões representativas da diversidade subcontinental. Neste caso, trata-se de selecionar o tema das origens da nação e seus problemas correlatos, no século XIX, em autores clássicos de alguns países da América Latina.

Em outros casos, os políticos e pensadores que formularam estas ideias de identidades nacionais originárias estavam atraídos pelos modelos francês, inglês ou norte-americano. Diante do padrão estrangeiro, ao se deparar com a realidade latino-americana e com as dificuldades de implantação de ordenamentos políticos estáveis em todo o subcontinente, estes intelectuais acabavam acreditando que a América Latina tinha *desvios* e *deformações* no processo de formação nacional, ou que esses processos estavam ainda *inacabados*.

Estas características do pensamento latino-americano em relação à questão nacional – existência ontológica de nações, atração por modelos externos, identificação de desvios e deformações no processo de formação das nações e as ideias de incompletude e de frustração – estão presentes em toda a história do subcontinente e trouxeram consequências no campo da historiografia, bem como, implicações político-sociais.

A ideia de que existem e sempre existiram os *inimigos da nação*, responsáveis pela imposição de obstáculos ao processo de formação nacional, responsáveis pela incompletude do processo, pelos desvios e pelas deformações, foi uma decorrência destas análises.

A história é uma construção, instauradora de sentido, cujo agente, o historiador, desempenha um papel na criação da narrativa, conferindo ao passado uma identidade que não existia antes da produção historiográfica. Mesmo sem pertencerem às academias de história, os sujeitos, transformadores de uma tradição em objeto do passado, realizam essa operação a partir de um determinado *lugar social*, de *práticas científicas* e de uma *escrita* que organiza os dados (DE CERTEAU 2000, p. 55-56).

O exame da escrita da história no âmbito da questão nacional implicará na dessacralização de mitos arraigados, em uma tentativa de desnaturalizar a relação entre história e identidade, demonstrando o quanto a primeira serviu, muitas vezes, para legitimar e respaldar a segunda, encontrando “em tempos remotos as provas necessárias que pudessem sustentar uma memória acerca de identidades de construção recente” (GUIMARÃES 2000, p. 21-36).

Na América Latina, os escritos de Bolívar, Mariano Moreno, José Bonifácio, entre outros militares e políticos que participaram ativamente dos processos de emancipação colonial, foram consagrados como o início da historiografia.

Ao longo do século XIX, temos a história como disciplina acadêmica, com legitimidade para tratar o passado. E neste período, os historiadores atuaram, de fato, como legitimadores dos projetos de construção nacional propugnados pelas elites oligárquicas.

A cada época, pode-se constatar de que modo historiadores e intelectuais dedicados à escrita da história nacional foram agentes de uma versão da nação e das identidades nacionais. Estas “versões” não são falsas ou descoladas de um passado de fato ocorrido, mas estão relacionadas diretamente com os problemas da época e que fornecia a explicação razoavelmente segura para um futuro que poderia parecer incerto.

A escrita da história revela, sobretudo no que se refere à narrativa da “história nacional”, o que Reinhart Koselleck chama de “*espaço de experiências*”

e, simultaneamente, aponta para o “*horizonte de expectativas*” dos sujeitos-historiadores e de toda uma época (KOSELLECK 2006). As transformações de narrativas consagradas, a dessacralização dos mitos, denotam a existência de uma crise, acompanhado da mudança do regime de historicidade da época, que será evidenciado pela alteração nos enredos da história nacional, sem que, com isso, os “novos” historiadores perdessem de vista as regras de cientificidade, preconizadas desde o século XIX.

O contexto das independências e as identidades

Esta “primeira” historiografia latino-americana produziu afirmações acerca da identidade das regiões recém-emancipadas das metrópoles ibéricas que contrastavam com o contexto político-social concreto. Uma análise minuciosa dos processos empíricos que estiveram presentes na formação desses países como unidades independentes das respectivas metrópoles é suficiente para comprovar que o sentimento nacional estava escassamente delineado. Em primeiro lugar, existiam, no período anterior às emancipações políticas, muitas opiniões contrárias às independências, justamente pelo temor das elites coloniais em perder a unidade imposta rigidamente pelas metrópoles ibéricas.

Também se revela muito difícil definir as fases através dos quais os portugueses nascidos no Brasil ou espanhóis nascidos no México e na Argentina começaram a tomar consciência de si mesmos como americanos, quanto mais como mexicanos, brasileiros ou argentinos. As ideias de fatalidade no nascimento extra-espanhol acompanharam por muito tempo, e após os processos de independência, os descendentes de portugueses e espanhóis na América. A transição – modificação do sentimento de pertencimento de peninsulares ou europeus para americanos, mexicanos, peruanos, brasileiros – foi obstaculizada por diferenças étnicas e sociais que separavam a grande massa de índios e negros, com variadas manifestações de mestiçagem, das elites coloniais proprietárias. Os sentimentos antilusitanos e antiespanhóis – o sentir-se “americano” – estiveram de fato presentes nos processos de emancipação, mas somente foram incorporadas pelas elites coloniais quando esses processos emancipacionistas demonstraram-se irreversíveis.

No Brasil, por exemplo, o Visconde de Cairu protestava em 1821 contra as intenções recolonizadoras das cortes portuguesas, mas era favorável à manutenção da união com a metrópole. Cairu defendia a independência econômica e a adoção dos princípios do “*laissez-faire*”, mas mesmo, em 1822, quando já parecia aceitar resignadamente a separação do Brasil e Portugal, “ainda preferia que a União se mantivesse, considerando-a como possível, economicamente viável e lucrativa para ambos”.³

A situação mundial que antecedeu a emancipação política das colônias espanholas da América era muito particular. Após a invasão napoleônica na Península Ibérica, enquanto as cortes portuguesas vieram para o Brasil, os espanhóis

³ As considerações sobre o Visconde do Cairu foram extraídas do estudo feito por Déa Felon (1983).

resistiram até o aprisionamento do Rei Fernando VII, da dinastia Bourbon, e sua substituição pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte. No Rio da Prata, uma das primeiras manifestações à especial situação metropolitana foi a fidelidade à dinastia dos Bourbons, a resistência aos franceses e a substituição do vice-rei Santiago de Liniers, que era francês. As alternativas, frente à peculiar situação metropolitana, eram entregar-se ao domínio francês, esperar para ver o que aconteceria nos campos de batalha do Velho Mundo ou formar uma junta de governo local e iniciar o processo de independência colonial. Não se pode afirmar com exatidão que os primeiros líderes das Jornadas de Maio, formadores da junta de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, tinham o objetivo definido de iniciar um processo de emancipação. Muitos espanhóis pensavam que o mais conveniente era formar a junta de governo, defender o rei cativo e esperar.

A iniciativa de Buenos Aires – fruto de seu prestígio como cidade mais importante do vice-reinado – em convocar as províncias e os cabildos e decidir pela substituição do vice-rei por uma junta, não foi recebida com entusiasmo por muitos. A resistência vinha de vários lados, como de Córdoba, onde Liniers havia se refugiado, de Mendoza e de Salta, além da contrarrevolução que veio do Alto Peru, Paraguai e Montevideo. Felix Luna fez o seguinte comentário acerca desse tema:

99

Lo que había sucedido en Buenos Aires, en efecto, era demasiado escandaloso como para que se aceptara pacíficamente. El derrocamiento de un delegado del rey o de la Junta que decía representarlo, y su sustitución por una Junta, era realmente algo difícil de tragar en las regiones más fidelistas del virreinato (LUNA 1995, p. 63).

O mesmo autor descreve as desgraças de D. Faustino Ansái, que não tendo reconhecido a legitimidade da Junta de Buenos Aires, foi derrotado em Mendoza, preso e mandado para Las Bruscas, de onde conseguiu fugir para Montevideo, mas foi capturado novamente quando as tropas de Buenos Aires tomaram essa cidade. Além disso, ressalta o fato dos habitantes de Jujuy não submeterem-se ao domínio de Salta e quererem aproveitar a ocasião para declararem seu governo próprio (LUNA 1995, p. 70-79). Esses relatos dimensionam muito bem o tipo de resistência ao processo de independência no Rio da Prata e as campanhas militares que foram necessárias para somente em julho de 1816 formalizar juridicamente a independência argentina, que mesmo assim, não foi reconhecida por muitos a não ser depois da Batalha de Cepeda, em 1820.

A independência mexicana, proclamada em 1821, foi denominada “restauração”. Significa que, através desse processo, a elite colonial tentava reestabelecer os privilégios que tinha antes de 1810, quando o padre Miguel Hidalgo e o sacerdote J. M. Morelos tentaram transformar o processo de independência em processo de libertação indígena. Com a prisão de Fernando VII, enquanto as elites proprietárias mantiveram-se fiéis ao rei cativo, os sacerdotes aproveitaram-se da situação para acabarem com a opressão, a escravidão, os tributos e a expropriação de terras. Não nutriam sentimentos mexicanos ou americanos, nem diferenciavam os “ricos” nascidos na América, dos “ricos”

nascidos na Espanha: passaram a considerar “inimigos da Nação e agregados ao partido da tirania todos os ricos, nobres e guachupines (espanhóis)”. Transformaram-se em “símbolos da independência” e da “nacionalidade” (MORELOS apud BRADING 1991, p. 623), embora tivessem de ser considerados símbolos da resistência indígena contra a usurpação. Foram brutalmente reprimidos e a independência de 1821 restaurava os poderes da elite *criolla* que, ainda inconformada com a separação da metrópole, convidara Fernando VII da Espanha para ocupar o trono como imperador do México.

Por esse contexto, repetido nas mais diversas regiões ibero-americanas, constata-se que, no momento das independências, não existiam as identificações nacionais e mesmo subcontinentais que existem atualmente. A ausência destas identificações nacionais permitia, inclusive, que os militares e líderes da independência de um “país” atuassem em vários pontos do subcontinente. Sobre isso, Edelberto Torres Rivas observa que “a crise do Estado colonial foi o fim da nação hispânica ou hispano-americana. O sonho de Bolívar foi apenas isso, um sonho” (TORRES RIVAS 1977, p. 65).

Os próceres das independências: a nação latino-americana como dado ontológico

Simon Bolívar, San Martín, José Bonifácio e Mariano Moreno foram líderes dos processos de independência que, diante da necessidade de afirmar os novos Estados, resultados do fim da dominação metropolitana, ficaram fascinados com o modelo norte-americano como protótipo de uma grande nação. Os exemplos da França e da Inglaterra também estimularam o desejo de construção de uma só nação latino-americana ou, pelo menos, de várias nações de grande porte.

Os passos do processo emancipacionista explicam essa adesão aos modelos. Em um primeiro momento, os líderes da independência acreditavam na possibilidade de defesa da monarquia espanhola simbolizada na figura do rei Fernando VII, preso por Napoleão Bonaparte. Diante da mudança do panorama internacional e das tentativas de restauração do sistema colonial, surgiram soldados dispostos a enfrentar os riscos da independência sem a proteção do rei espanhol.

A partir de 1815, o rei passou a ser o símbolo da ameaçadora restauração do Antigo Regime e os discursos, proclamas e manifestos dos líderes do processo de emancipação passaram a identificar países virtuais, repletos de sentimento antiespanhol. Não se tratava de um sentimento de nacionalidade reprimido por longos anos de dominação colonial, mas sim da percepção que tiveram os líderes da independência americana acerca da rápida mudança na situação internacional. Aquilo que poucos anos antes parecia impensável passou a ser defendido por todos com fervor apaixonado. A ideia de preservar os direitos do monarca cativo foi prontamente substituída pela crença de que havia chegado a hora de consagrar o desígnio emancipador.

O conteúdo do Plano Revolucionário de Operações de 1810, atribuído a Mariano Moreno, e do Manifesto de Cartagena e da Carta da Jamaica, escritos por Bolívar em 1812 e 1815, respectivamente, são documentos históricos que atestam a adoção de ideias anti-hispânicas e o forte desejo de transpor a experiência

norte-americana ao subcontinente. Os documentos revelam também que esses autores estavam convictos a respeito da existência de uma comunidade nacional, com uma identidade cultural própria, presente mesmo antes da emancipação.

No Plano Revolucionário de Operações, encomendado a Mariano Moreno pela Junta de Governo instalada na região platina, escrito em 1810, aparece com clareza a tentativa de identificação de um modelo ideal:

El emprendimiento de la obra de nuestra libertad, a la verdad, es tan grande, que por su aspecto tiene similitud con los palacios de Siam, que con tan magníficas entradas, no presentan en su interior sino edificios bajos y débiles; pela la Providencia que desde lo alto examina la justicia de nuestra causa, la protegerá, sin duda, permitiendo que de los desastres saquemos lecciones las más importantes. Porque aunque algunos años antes de la instalación del nuevo gobierno se pensó, se habló, y se hicieron algunas combinaciones para realizar la obra de nuestra independencia; diremos que fueron medios capaces y suficientes para realizar la obra de la independencia del Sud, pensarlo, hablarlo y prevenirlo? [...]

Permítaseme decir aquí, que a veces la casualidad es la madre de los acontecimientos, pues si no se dirige bien una revolución, si el espíritu de intriga y ambición sofoca el espíritu público, entonces vuelve otra vez el estado a caer en la más horrible anarquía. Patria mía, cuántas mutaciones tienes que sufrir! *Dónde están, noble y grande Wáshington, las lecciones de tu político? Dónde las reglas laboriosas de la arquitectura de tu grande obra? Tus principios y tu régimen serían capaces de conducirnos, proporcionándonos tus luces, a conseguir los fines que nos hemos propuesto.*

En esta verdad las historias antiguas y modernas de las revoluciones nos instruyen muy completamente de sus hechos, y debemos seguirlos para consolidar nuestro sistema, [...] (MORENO 1975, p. 24-26, grifos meus).

101

Bolívar escreveu as Cartas de Jamaica no exílio, quando fracassaram as tentativas de proteção do Rei Fernando VII, e ao invés de evocar o exemplo norte-americano, desdenhava do sistema federativo e propunha a centralização política como forma de conter o caos e anarquia do período. Ao mesmo tempo, apontava os critérios que serviam de guia para a identificação dos povos americanos e sua união em uma só nação:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Mundo Novo uma só nação com um único vínculo que ligue as suas diversas partes ao todo. *Visto que têm uma única origem, uma língua, idênticos costumes e uma mesma religião deveria, muito naturalmente, ter um único governo que confederasse os diferentes estados que venham a formar-se; mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres dissemelhantes dividem a América. Como seria belo se o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto era para os gregos! Oxalá tivéssemos a sorte de instalar ali um augusto congresso dos representantes das repúblicas, reinos e impérios, para tratar e discutir os altos interesses da paz e da guerra com as nações das outras três partes do mundo [...]* (BOLÍVAR 1977, p. 98, grifos meus).

Os critérios apontados por Bolívar que remetem para a ideia de existência prévia de uma nacionalidade americana - origem, língua, costumes e religião - não poderiam ser tomados como os únicos elementos para a identificação de uma comunidade nacional. Além do mais, essas ideias da preexistência de uma

identidade e, como diz Moreno, “*da justicia de nuestra causa*”, são resultados do anseio dos militares envolvidos na gesta emancipatória e não correspondem à existência concreta desses ou de outros elementos que pudessem comprovar os laços entre essas regiões. Bolívar inclusive assinala os obstáculos concretos que se apresentavam ao seu desejo inicial e antecipava, de certa maneira, as ideias de determinismo geoclimático que seriam a tônica do período pós-independência.

A luta de independência iniciada no Sul do México pelo padre José Maria Morelos tinha ingredientes mais radicais, pois propunha mudanças na propriedade da terra. Mas, no tocante à identificação coletiva, seu alvo principal eram os *inimigos europeos*:

[...] a excepción de los europeos, todos los demás habitantes no se nombrarán en calidad de indios, mulatos ni otras castas, sino todos generalmente americanos. Nadie pagará tributo, ni habrá esclavos en lo sucesivo [...] (MORELOS apud BRADING 1991, p. 623).

Nesta passagem, identifica-se a ideia de preexistência de uma identidade coletiva, mas também o indício da confusão espacial que acompanhou o pensamento dos homens do século XIX: qual a dimensão da identidade existente? Continental, nacional ou provincial? Neste momento, é importante ressaltar que a rebelião de Morelos no México tinha fortes ingredientes jacobinos e foi sufocada em 1815, adiando por mais seis anos o processo de independência do México.

A versão desses líderes dos processos de emancipação latino-americanos estava carregada de subjetividade; os textos são impregnados de adjetivos e imagens com forte conteúdo valorativo na medida em que seus autores se propunham metas políticas e militares que lhes pareciam inadiáveis. Na narrativa desses militares é possível observar aquela autoveneração indicada por Pierre Nora na introdução do livro *Les lieux de mémoire*: “Quanto mais grandiosas fossem as origens tanto mais elas nos tornariam maiores. Somos nós que somos venerados através do passado” (NORA 1984, p. 31).

Na realidade, entretanto, o incremento dos localismos e a ruralização, iniciada no final do século XVIII e aprofundada na época das reformas borbônicas, tornavam mais difícil a aproximação entre as diversas regiões do subcontinente ou mesmo a implantação de ordenamentos estáveis em países que no período colonial se constituíam como unidades administrativas.

Embora a realidade concreta dos países latino-americanos insistisse em contrariar as afirmações de Bolívar, San Martín, Hidalgo, Morelos e Moreno, entre outros, todas essas ideias acerca dos traços de identificação desses povos passaram a fazer parte do repertório principal do pensamento político da América Latina. Esse pensamento político e mesmo o científico e o filosófico passaram, então, a considerações sobre quais eram os obstáculos que impediam a concretização daquilo que era considerado como um dado, cujos elementos principais estavam presentes e que só faltava a conclusão do processo: a constituição das novas nações.

Os sentimentos nacionais também não estavam consolidados na América portuguesa. A historiografia brasileira do século XIX chegou a considerar a Insurreição

Pernambucana como o prenúncio de um sentimento identitário.⁴ No entanto, a luta dos “brasileiros”, ao lado dos portugueses, com o objetivo de expulsar a Companhia das Índias Ocidentais envolvia interesses econômicos e políticos, sem que estivessem presentes demandas nacionalistas.

As chamadas “revoltas nativistas”, protagonizadas por colonos nascidos no Brasil, ocorridas em várias regiões da colônia, no final do século XVII e início do XVIII, reivindicavam questões relativas ao monopólio, à escravização dos índios, aos impostos da mineração ou à administração; não eram manifestações contundentes contra o sistema colonial; opunham, em geral, grupos com interesses diferenciados entre os próprios colonos e problemáticas regionais.

As revoltas do final do século XVIII e início do XIX, em Minas, na Bahia e em Pernambuco tiveram um caráter diferente. Nesses processos já se encontrava presente um sentimento antimetropolitano; as ideias das Revoluções burguesas e da Independência dos Estados Unidos já se faziam sentir entre os “inconfidentes”, porém a identidade entre as elites coloniais e a monarquia, forjada no período da estadia da família real no Brasil, foi responsável por uma simbiose que adiava as perspectivas de constituição de uma identidade nacional em oposição à metropolitana. Somente durante o período monárquico, a formação de um partido brasileiro e um partido português, as críticas ao autoritarismo de D. Pedro I e revoltas como a Confederação do Equador foram fatores e processos que ajudaram a constituir o que se poderia chamar de perspectivas verdadeiramente nacionalistas.

103

José Bonifácio de Andrade e Silva, conhecido como o “patriarca da independência” do Brasil, que atuou, desde 1822, como conselheiro de D. Pedro I e, depois, como tutor de D. Pedro II revelava, durante as reuniões da Constituinte de 1823, suas preferências pela identidade ibérica: “Os políticos da moda querem que o Brasil se torne Inglaterra ou França: eu quisera que ele nunca perdesse os seus usos e costumes simples e naturais, e antes retrogradasse do que se corrompesse”. Além disso, para José Bonifácio era fundamental insistir na existência de uma nação brasileira, mesmo antes do processo de independência, principalmente porque foi ele um dos articuladores do reconhecimento português: “O Brasil é uma nação e como tal ocupará seu posto sem ter que esperar ou solicitar o reconhecimento das demais potências” (BONIFÁCIO 2004, p. 1).

Nesse sentido, os próceres, articuladores ou militares das independências dos países da América Espanhola ou Portuguesa, além de sonharem com a existência de vínculos fraternos que justificassem o processo de emancipação, também lidavam com problemas práticos referentes ao reconhecimento da independência, às guerras de resistência e às novas constituições. Por isso, algumas de suas narrativas são mais explícitas e revelam interesses políticos imediatos.

⁴ Estas alusões à Insurreição Pernambucana são perceptíveis, por exemplo, em Capistrano de Abreu (1969), conforme mencionado no subitem seguinte deste artigo.

Cientificismo e determinismo: os males da nação nos países da América independente

A historiografia latino-americana do século XIX esteve marcada pela caracterização dos obstáculos à consolidação das nações latino-americanas e pelas tentativas de solucionar os problemas que se apresentavam à construção das novas nacionalidades.

Uma das características centrais do pensamento político e intelectual desse período pós-independência foi a apreciação de modelos que tinham sido capazes de superar as dificuldades de união nacional, de centralização política ou da constituição de ordenamentos estáveis. Liberais ou conservadores, os intelectuais e políticos preocupados com os problemas constitucionais e com a orientação econômica foram influenciados pelo cientificismo, predominante entre os pensadores europeus, e atribuíam aos fatores raciais e aos fenômenos da natureza, como geografia e clima, todas as causas dos problemas dos países latino-americanos.

Terra, paisagem, clima e raça constituíam-se como chaves interpretativas dos movimentos políticos, culturais e sociais e como explicações dos infortúnios dos novos países e eram considerados como razões de seu desenvolvimento inferior frente aos Estados Unidos, por exemplo, povoado por colonos anglo-saxões.

Os autores da época propugnavam o branqueamento da população, através do extermínio do elemento índio ou negro e da imigração massiva de europeus. As ideias de superioridade da raça branca eram tão marcantes no pensamento da época que mesmo os espanhóis ou latinos eram preteridos em relação ao tipo anglo-saxão.

Uma das principais temáticas desses historiadores era o problema do caudilhismo. O argentino Domingos Faustino Sarmiento, por exemplo, serviu-se de Facundo Quiroga para caracterizar o que ele considerava fruto da desordem e da barbárie:

Sombra terrible de Facundo, voy a evocarte, para que, sacudiendo el ensangrentado polvo que cubre tus cenizas, te levantes a explicarnos la vida secreta y las convulsiones internas que desgarran las entrañas de un noble pueblo (SARMIENTO 1952, p. 5).

Segundo Sarmiento, Facundo que era "provinciano, bárbaro valente e audaz" foi destituído por Rosas: "falso, coração gelado, espírito calculista, que faz o mal sem paixão e organiza lentamente o despotismo". Essa definição de Rosas o leva ao questionamento de como "vencer al monstruo que nos propone el enigma de la organización política de la República" (SARMIENTO 1952, p. 6). Existia, para Sarmiento, um "enigma", quais eram os problemas que levaram o país às dificuldades de unificação. Sarmiento procurava explicar a Argentina e compreender as origens desses problemas:

El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión; el desierto la rodea por todas las partes, se insinua en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana, son por lo general los límites incuestionables entre unas y otras provincias...Si no es la proximidad del

selvaje lo que inquieta al hombre del campo, es el temor de un tigre que lo acecha, de una vibora que puede pisar. Esta inseguridad de la vida, que es habitual y permanente en las campañas, imprime, a mi parecer, en el carácter argentino cierta resignación estoica para la muerte violenta [...] (SARMIENTO 1952, p. 19-20).

A introdução de Sarmiento ao seu *Facundo* constitui-se numa descrição detalhada dos problemas encontrados no país para organização nacional e é elemento exemplar das questões que preocupavam esta geração: clima, terra, raça e paisagem. Se a paisagem ajudava, em alguma medida, no progresso, como no caso da abundância de rios navegáveis, Sarmiento distinguia o homem como responsável pela não utilização desse formidável recurso. Imbricados, esses quatro elementos eram tidos como responsáveis pelo atraso argentino.

Alberdi, intelectual da Geração de 1837, também ele opositor de Rosas, escreveu no exílio, em Valparaíso, depois da queda do caudilho portenho, um documento destinado a pautar as principais discussões da Assembleia Constituinte. Ele atribuía à geografia as dificuldades da união nacional. O deserto e a escassez populacional eram quase uma obsessão para essa geração de pensadores argentinos:

El enemigo capital de la unidad pura en la República Argentina, no es don Juan Manuel Rosas, sino el espacio de doscientas mil leguas cuadradas en que se deslíe, como gota de carmín en el Río Parana, el puñadito de nuestra población de un millón escaso (ALBERDI 1981, p. 136).

105

No tocante às origens dessa *unidade*, Alberdi enumerou mais de vinte antecedentes históricos que revelavam o caráter ontológico: *religião, costumes, idioma, território (vice-reinado do Prata), unidad de sacrificios en la guerra de la Independencia, cores simbólicas da república, armas e escudos*, e, finalmente, segundo suas palavras:

La unidad implícita, intuitiva, que se revela cada vez que se dice sin pensarlo: República Argentina, Territorio Argentino, Pueblo Argentino y no Republica Sanjuanina, Nación Porteña, Estado Santafecino (ALBERDI 1981, p. 115-116).

E sua conclusão foi a seguinte:

En fuerza de esos antecedentes, la República Argentina ha formado un solo pueblo, un grande y solo Estado consolidado, una colonia unitaria, por más de doscientos años, bajo el nombre de Vice Reinado de la Plata; [...] Guardémonos, pues, de creer que la unidad de gobierno haya sido un episodio de la vida de la República Argentina; ella por el contrario, forma el rasgo distintivo de su existencia de más de dos siglos (ALBERDI 1981, p. 116).

Mas, apesar de referir-se aos *antecedentes*, Alberdi também insistia na aplicação de modelos estrangeiros:

Si queremos ver agrandados nuestros Estados en corto tiempo, traigamos de fuera sus elementos ya formados y preparados.

Sin grandes poblaciones no hay desarrollo de cultura, no hay progreso considerable; todo es mezquino y pequeño. Naciones de medio millón de habitantes, pueden serlo por su territorio; por su población serán provincias, aldeas; y todas sus cosas llevarán siempre el sello mezquino de provincia (ALBERDI 1981, p. 90).

A preexistência de uma Nação Argentina era indiscutível nesses textos do século XIX. No entanto, seus autores acreditavam que a unidade ontológica poderia florescer através de uma mudança substancial no que dizia respeito à navegação dos rios, à introdução de estradas de ferro e, principalmente, à imigração.

A partir da batalha de Caseros, que pôs fim à ditadura de Rosas, o país começou a se modificar, resultado da participação política daqueles que criticavam o caudilho portenho (Sarmiento, por exemplo, foi presidente da Argentina entre 1868 e 1874). A geração de intelectuais argentinos do final do século XIX, chamada Geração de 1880, influenciada pelas leituras de Comte e Spencer, tornou-se politicamente dominante sem a presença de Rosas, considerado o "*espejo da barbárie*". Puderam repudiar o amor aos hábitos *criollos* e à vida rural dos tempos anteriores a 1852 e converter as modas, os hábitos e gostos aqueles semelhantes aos das grandes capitais europeias.

Os pensadores da Geração de 1880 levavam às últimas consequências os princípios da política civilizadora que Sarmiento havia idealizado. Atacavam com veemência a mentalidade colonial e a tradição *criolla*, mas encontravam resistência por parte dos que deveriam ser civilizados.

O próprio Sarmiento em "*Conflicto y harmonia de las razas en América*", de 1883, advertia que, devido à imigração, antes tão desejada, a população "se mesclou com caracteres não previstos: o país perdera, certamente, o primitivo estilo *criollo*, mas não oferecia outro, adquirindo uma fisionomia imprecisa" (SARMIENTO 1995, p. 587).

José Manuel Estrada, um dos intelectuais que defendia posições do catolicismo, alertava para a situação em que viviam as massas camponesas as quais ele se referia como "*masa ignorante*", "*heterogênea*", "*supersticiosa e bárbara*". Dizia que a esperança de que essas condições mudassem com a imigração tinham sido mera ilusão e acrescentava:

Poco o nada ha alterado la inmigración extranjera estas condiciones morales de la masa campesina [...] Por lo demás, las masas europeas que se instalan en nuestras campañas, antes bajan al nivel de los gauchos que los elevan a la altura de civilización que gratuitamente se les atribuye. [...] Nada, en una palabra, ha progresado ni progresará en lo porvenir la cultura de los gauchos por el ejemplo e influencia de la inmigración extranjera (ESTRADA 1995, p. 603-604).

Para Manuel Estrada, a nação Argentina também existia desde tempos remotos. Ele avaliava que a solução para os problemas da nacionalidade estava no "*ensino*" – educação primária e educação política – e também no retorno aos valores cristãos.

Essa geração de intelectuais argentinos repudiava os valores espanhóis e preferia leituras francesas e inglesas, mas o afastamento cultural das antigas

metrópoles não ocorreu com facilidade em todos os casos. Em relação às antigas metrópoles, os autores do século passado dividiam-se entre o alinhamento ou rompimento definitivo com os valores da cultura ibérica. Os liberais, influenciados pelos escritos da Ilustração francesa, consideravam a independência como um processo necessário e justificado, por isso pretendiam o rompimento definitivo com os valores da cultura ibérica. Por outra parte, os conservadores, católicos e tradicionalistas, tinham considerado os processos de independência como algo inevitável, mas não aceitavam a ruptura com os valores e tradições ibéricos, tidos como a essência da nacionalidade.

Lucas Alamán, político mexicano ultraconservador, considerava a cultura dos conquistadores como a única válida: “[...] la conquista [...] ha venido a crear una nueva nación en la cual no queda rastro alguno de lo que antes existió: religión, lengua, costumbres, leyes, habitantes, todo es el resultado de la conquista” (ALAMÁN 1991, p. 692).

Lucas Alamán desqualificava o período pré-colonial, a cultura indígena e distinguia a conquista como o marco inicial da construção nacional. Assim como Sarmiento, Alamán achava que seu país era presa fácil para caudilhos bárbaros. No livro *História de Méjico*, acusava a luta pela independência travada por Hidalgo e Morelos como responsável pelas desgraças que assolavam o país:

Estos años de guerra no fueron otra cosa que el esfuerzo que la parte ilustrada y los propietarios, unidos al gobierno español, hicieron para reprimir una revolución vandálica que hubiera acabado con la civilización y la prosperidad del país [...] fué, sí, un levantamiento de la clase proletaria contra la prosperidad y la civilización (ALAMÁN 1969, p. 461).

107

Para ele, como se observa no excerto, estava reservado ao México um futuro brilhante - com civilização e prosperidade -, mas que o projeto de Hidalgo e Morelos havia destruído, ou pelo menos, adiara. Alamán estava convencido ainda que a solução para os problemas do país poderia chegar através de “un príncipe europeo que le diera un gobierno estable y el progreso económico” (ALAMÁN 1969, p. 568). Neste sentido, no horizonte conservador de Alamán também se delineava um modelo ideal que pudesse impor ordenamentos estáveis e levar o país ao futuro previamente determinado: próspero e civilizado. Para ele, o principal legado da Espanha ao México havia sido a Igreja e afirmava que esta instituição constituía a base da sobrevivência nacional.

Em meados do século XIX, valorizar a cultura ibérica ou qualquer outra em detrimento dos valores locais significava, em todos os casos, corroborar a ideia de que, em meio ao caos ocasionado pelas guerras de independência, existia algo de identificação coletiva entre esses povos a preservar, fosse retomando os valores ofuscados pela colonização ou recuperando os valores perdidos pela independência.

A quantidade de intrigas políticas e golpes que assolavam os países latino-americanos, neste período, levavam liberais e conservadores a assumir posturas semelhantes em relação à ordem pública.

Um dos expoentes máximos do liberalismo mexicano, José María Luis Mora, era tido como radical ao apontar a Igreja como o principal obstáculo para

o progresso do país, a ponto de provocar a ira dos conservadores e ter passado grande parte da sua existência exilado na Europa. No entanto, quando se tratava de analisar os precursores da Independência mexicana, Mora considerava Hidalgo como um político sem princípios ou objetivos claros, e quanto à rebelião, considerava-a “tan necesaria para la consecución de la independencia, como perniciosa y destructora del país” (MORA 1950, p. 230). No mesmo livro, Mora aclamava Cortés como um grande homem e como o autêntico fundador da nação. Nesta linha, muitos liberais do século passado, influenciados pelo iluminismo espanhol, consideravam o momento da conquista como crucial na formação da nacionalidade, apesar de combaterem ardentemente o papel da Igreja no desenvolvimento socioeconômico.

Mora combatia especialmente os privilégios, a imunidade legal e o poder ideológico (educação) que o clero conservava no México, desde o período da conquista até depois da independência, e apontava a Igreja como principal obstáculo para as transformações liberais idealizadas para o país, como por exemplo, a desamortização das terras eclesiásticas. Além das acusações feitas aos privilégios eclesiásticos, Mora também combatia a proteção legal oferecida pelo Estado às comunidades indígenas. Negava-se a reconhecer qualquer distinção entre índios e não índios, a ponto de propor: “apresurar la fusión de la raza asteca en la masa general, ya que la existencia de diferentes razas en una misma sociedad era y debía ser un principio eterno de discordia” (MORA 1963, p. 280).

Em outras palavras, os liberais de meados do século no México, estavam preocupados com a amortização das terras nas mãos da Igreja e das comunidades indígenas; desejavam a criação de um mercado de terras disponível aos “*intereses individuales*” dos grandes proprietários. Segundo Brading, em seu trabalho sobre o patriotismo *criollo*: “la insistencia de los liberales en la supremacía del interés individual dejaba poco espacio a la teoría positiva de la nación, el Estado y la política” (BRADING 1991, p. 706).

Para Brading, o liberalismo de Mora era cauteloso e compartilhava com os conservadores as noções de estabelecimento de uma ordem pública capaz de levar o país ao progresso e à civilização (BRADING 1991, p. 706).

Liberais e conservadores também compartilhavam a ideia da preexistência de uma identificação coletiva. Os liberais achavam que a “nacionalidade” fora ofuscada pela presença opressora dos países metropolitanos, ao passo que os conservadores pensavam que os elementos de identificação coletiva seriam perdidos pela ausência das tradições. Estes observavam nos valores da cultura ibérica o caminho para que os países da América conservassem sua autenticidade frente às influências de outras culturas.

No século XIX, os pensadores latino-americanos conservavam a ideia da existência ontológica de nacionalidades e buscavam nos modelos estrangeiros, fossem eles tradicionais (ibéricos) ou progressistas (norte-americano, inglês ou francês), a solução dos problemas enfrentados pelos novos países.

As *deformações* e *desvios* eram atribuídos aos fatores climáticos, geográficos e raciais ou à história da dominação espanhola e portuguesa. Embora

concordassem na existência prévia de nacionalidades, em relação ao período histórico em que viviam, uns pensavam que essas nacionalidades eram frutos do período pré-colonial e por isso valorizavam o elemento indígena; outros as consideravam como resultado da fusão de vários elementos no período colonial, mas com o predomínio indiscutível do colonizador.

Assim mesmo, ao longo do século XIX, a defesa dos índios era discreta. Lorenzo Zavala, José Maria Luis Mora e Justo Sierra adotaram, por exemplo, uma atitude paternalista e aceitação resignada em relação à presença massiva de populações indígenas no México. Enquanto isso, na Argentina, Alberdi e Sarmiento propunham simplesmente o extermínio ou *branqueamento* dessas populações para a promoção do desenvolvimento das culturas superiores e para a eliminação dos obstáculos à unidade da nação.

No Brasil, o historiador oficial da monarquia, Francisco Adolfo de Varnhagen, desqualificava as raças nativas como possíveis portadoras de um apego ao seu próprio *habitat*. Segundo ele:

Nos selvagens, não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria (VARNHAGEN 1959, v. I, p. 24).

109

A defesa que Varnhagen fazia da monarquia era tão forte que no prefácio ao último tomo (sobre a independência) de sua coleção sobre a história do Brasil, lançado somente em 1875 (23 anos depois de lançados os volumes sobre história colonial), ele ensaiava uma desculpa pela ousadia de escrevê-lo e chegou a expressar o temor de ser acometido por *desassossegos, desgostos e trabalhos*. Por um lado, afirmava que “todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários, como escritores ou simples pensadores, consideravam... possível e até vantajosa a continuação, ao menos ainda por algum tempo, da união a Portugal” (VARNHAGEN 1959, v. VI, p. 87.). Mas, em outro momento, manifestou abertamente a ideia da preexistência de um sentimento anti-lusitano fervoroso:

Os sentimentos em favor da Independência manifestaram-se desde logo tão fortes nos corações brasileiros, à chegada das primeiras notícias dos planos meditados pelas Côrtes, no mês de julho, de dividir o Brasil, que conceberam desde logo a ideia, *por certo ainda então demasiado prematura*, de aclamarem o próprio príncipe imperador do Brasil... (VARNHAGEN 1959, v. VI, p, 86, grifos meus).

Ou seja, Varnhagen considerava prematura a empresa da independência, mas também não podia admitir, assim como os *corações brasileiros*, um processo de recolonização. Note-se que o ideal de Varnhagen, de difícil apreensão, era sustentar o Brasil unido a Portugal, situação onde a “ex-colônia” mantivesse condições de igualdade jurídica e política com a antiga metrópole. Em Varnhagen, a ideia de existência originária de uma nação estava ligada ao esquecimento dos índios como parte integrante do país e respondia ao estreito vínculo construído entre a elite local e as cortes portuguesas.

Capistrano de Abreu concebeu seu livro *Capítulos de história colonial (1500-1800)* a partir dos últimos anos do século, quando começou a recolher documentos na Biblioteca Nacional e chegou à conclusão de que a formação do sentimento nacional brasileiro tinha sido fruto de guerras e de movimentos como o dos bandeirantes paulistas. Essas revoltas e movimentos teriam forjado a consciência nacional indispensável ao “sete de setembro”. Em 1875 ele escreveu:

Os holandeses foram derrotados; os paulistas transportaram para o seio das florestas as epopéias que os portugueses tinham cinzelado nos seios dos mares; em Pernambuco houve a guerra dos Mascates e alhures revoltas mais ou menos sangrentas; os interesses reinóis e coloniais bifurcaram-se e tornaram-se antagônicos; o sentimento de fraternidade começou a germinar [...] A pouco e pouco a emoção antiga foi desaparecendo; a emoção de superioridade rebentou, cresceu e deu-nos o sete de setembro, o dia-século de nossa história (ABREU 1969, p. 75-76).

A identificação de um *sentimento de fraternidade* entre os brasileiros, ou quaisquer outros habitantes de colônias ibéricas no período imediatamente anterior aos movimentos de independência não podem, como no excerto acima, ser concebidos como indícios da existência de nacionalidades. No entanto, essa constatação é muito frequente nos autores do século XIX.

Seria plausível afirmar que começavam a existir interesses diferenciados e não necessariamente “antagônicos” entre as elites comerciais coloniais (portugueses e descendentes de portugueses nascidos no Brasil) e as exigências exclusivistas da metrópole, mas isso não resultava na emergência de uma *emoção nova* ou *espírito nacional*, como o autor os classificou ao tratar da guerra contra o domínio holandês nos *Capítulos de história colonial* (ABREU 1969, p. 131).

Além de conceber a nação brasileira como um dado cuja origem encontrava-se em guerras e movimentos coloniais, ao final dos *Capítulos de história colonial*, Capistrano de Abreu seguia a mesma linha de seus contemporâneos para demonstrar os problemas e dificuldades de consolidar a nação. Descreveu a terra, o clima e os tipos característicos das mais diversas regiões do país para concluir:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam [...] É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se patricio e paisano.

[...]

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular - eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos (ABREU 1969, p. 247).

O mais interessante no pensamento de Capistrano de Abreu é que quando ele se referia às elites coloniais no período imediatamente anterior à independência, ele identificava os sentimentos de consciência e espírito nacionais,

mas ao descrever os povos, o clima e a terra, ele parecia decepcionar-se com os resultados obtidos com a emancipação. Era, em verdade, uma forma de culpar o clima, a terra e as etnias pela inatingibilidade da unidade da nação.

Outro autor brasileiro desse mesmo período, e bem mais explícito que Capistrano de Abreu no tocante aos obstáculos à organização nacional foi Euclides da Cunha (1866-1909). Capitão reformado do Exército brasileiro, Euclides da Cunha era jornalista quando foi convocado para fazer a cobertura da rebelião de Canudos em 1897, para *O Estado de São Paulo*. A observação e as notas resultaram no livro clássico da literatura brasileira, *Os sertões*.

A crença no progresso, na civilização e nos determinismos de todas as ordens são as características mais marcantes desse documento. Euclides da Cunha insistiu na descrição das secas como uma "*fatalidade inexorável*". Em relação à terra, dizia que, "O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida. Nasce do martírio secular da Terra[...]". Quanto às raças formadoras da nacionalidade, mencionava a "*mestiçagem embaralhada*" e dizia que "a mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos prejudicial" ou que a "mestiçagem extremada é um retrocesso" e "o mestiço é um desequilibrado... desequilíbrio nervoso incurável", de modo que "o mestiço – mulato, mameluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores" (CUNHA 1979, p. 30-89).

111

Para ele, o sertanejo – tipo arquétipo do texto de Cunha – "é um retrógrado, não um degenerado" (CUNHA 1979, p. 30-89). Para Euclides da Cunha, clima, terra e raça eram responsáveis pelas "*falhas da nossa evolução*" e pelas "*dificuldades de integração nacional*". Tinha como Sarmiento, na Argentina, e Alamán, no México, ideias de um porvir próspero e civilizado para o Brasil, mas identificou em Canudos o "*afloramento originalíssimo do passado*" e uma dualidade no desenvolvimento da nação brasileira, incapaz de permitir a continuidade daquele destino brilhante,

Não temos *contraste* maior na nossa história (falava entre os contrastes do norte e do sul do país). Está nele a sua *feição verdadeiramente nacional*. Ante o que vimos a formação brasileira do norte é mui diversa da do sul. As circunstâncias históricas, em grande parte oriundas das circunstâncias físicas, originaram *diferenças iniciais* no enlace das raças, prolongando-as até ao nosso tempo (CUNHA 1979, p.73, grifos meus).

Em outra passagem, Euclides da Cunha afirmava que a República foi inesperada, feita de improviso e que a ela (república) "ascendemos de chofre, arrebatados no caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente", mas que isso, foi "uma exigência de nossa nacionalidade" e que acentuou "mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa" (CUNHA 1979, p, 152-153).

Ou seja, Euclides da Cunha entendia que a nacionalidade brasileira tinha *diferenças iniciais*, que refletiam sua *feição verdadeiramente nacional* e que as *circunstâncias históricas* determinadas pelas *circunstâncias físicas* eram responsáveis

pelo *retrocesso*, *desequilíbrio*, *organização intelectual imperfeita* etc. Sendo que o momento no qual ele situa as *diferenças iniciais* é o momento da colonização, onde ele identifica a formação nacional brasileira.

O problema racial, em especial, a questão da mestiçagem, era tratado de forma diferenciada no México. Enquanto os políticos conservadores tinham uma posição semelhante aos intelectuais brasileiros e argentinos, sendo favoráveis ao branqueamento da população, os intelectuais liberais mexicanos que trabalhavam para o governo reformista de Benito Juárez, eram influenciados pelas ideias de José María Luis Mora acerca do problema indígena. Ignacio Ramírez, por exemplo, ministro da Justiça no governo de Benito Juárez, em 1861, e no primeiro gabinete de Porfirio Díaz, em 1879, considerava a sobrevivência do povo indígena como obstáculo a própria integração social dos índios, pensava que devido ao isolamento ao qual estavam submetidos, os índios não podiam definir-se como mexicanos:

[...] esas razas conservan todavía su nacionalidad, protegidos por la familia y la lengua [...] para contar con ellos como ciudadanos, tenemos necesidad de comenzar por hacerlos hombre [...] Tenemos instituciones republicanas y no tenemos ciudadanos, porque ni siquiera tenemos hombre [...] (RAMÍREZ 1966, v I, p.190-191).

Os liberais radicais, aqueles que participaram ativamente do processo de reformas no México, insistiam na necessidade de integração social do índio ou do mestiço à sociedade mexicana, quase sempre através da educação e do fim dos privilégios, para favorecer o ideal liberal: constituição de uma sociedade formada por homens que, em busca de seus interesses individuais, tem a obrigação de engrandecer a nação. Retomavam os ideais da Rebelião de 1810 e abraçavam Hidalgo e Morelos como heróis da pátria, assim como insistiam na descrição heroica das lutas contra o Império de Maximiliano e contra os Estados Unidos na guerra de 1846. Eram admiradores da Revolução Francesa e inspiravam-se nas ideias de Michelet sobre a deificação dos heróis nacionais. Se autointitulavam herdeiros desses heróis anônimos e insistiam que as metas desses movimentos ainda estavam por serem alcançadas.

Esses momentos da história do México - Rebelião de Hidalgo e Morelos, luta contra Iturbide e anexação dos territórios em 1848 - eram vistos como momentos fundadores do sentimento de nacionalidade e as palavras de Ignacio Altamirano: "Mueran los gachupines! Hay algún mexicano que no haya proferido en su vida esas palabras sacramentales?", eram tidas como prova da existência ontológica da nação e dos obstáculos a transpor para sua efetivação.⁵

Assim como os liberais mexicanos, os liberais argentinos e brasileiros também depositaram suas esperanças na construção de uma sociedade baseada no poder do pequeno proprietário e no individualismo socioeconômico. Entretanto, a partir de 1870, pensadores da geração de 1880 na Argentina, membros da elite porfiriana no México e mesmo intelectuais do porte de Joaquim

⁵ I. Altamirano era discípulo de I. Ramírez e trabalhou em jornais, como professor, juiz da Suprema Corte no governo Díaz e vários cargos públicos a partir de 1880. Frase citada por BRADING 1991, p. 715.

Nabuco e André Rebouças no Brasil,⁶ começavam a perceber que essas teorias inspiradas no pequeno proprietário norte-americano e na burguesia rural da França pós-revolucionária, não tinham equivalência com as economias latino-americanas, dependentes das oscilações de preço e demanda dos produtos primários no mercado internacional, com base na grande propriedade. O liberalismo nesses países acabou limitando-se à adaptação da economia primária às demandas do capital internacional. Esse processo envolveu a liberação da mão de obra (escrava ou servil) e a constituição de um mercado de terras (nacionalização dos bens do clero ou leis de terras).

Algumas conclusões

A temática da identidade nacional, da nossa especificidade, das dificuldades de ordenamento de identidades consideradas como originárias foi uma constante na historiografia e nas discussões políticas latino-americanas nesse final de século XIX. Todos procuravam os culpados pela situação. Tanto liberais como conservadores, recorriam aos modelos externos e a influência dos modelos era considerada como positiva ou negativa, dependendo da época e do viés ideológico do autor.

Durante o século XIX, acabou prevalecendo a ideia de que os modelos estrangeiros só poderiam ser benéficos aos problemas enfrentados pelos países latino-americanos. A ideia de negação dos modelos externos só se concretizou realmente como questão de princípios no período de absorção orgânica do marxismo-leninismo (décadas de 20 e 30 do século XX).

113

Os próceres das independências insistiam na existência prévia de nações e nacionalidades, obedecendo a um profundo subjetivismo, fruto do desejo que alimentavam de ver os países latino-americanos libertos do jugo econômico e político das antigas metrópoles. No século XIX, prevaleceu a ideia de que existiam nações, frutos do passado pré-colonial, colonial, ou, mais comumente, resultado dos processos de independência. No entanto, ao admirar os modelos externos para oferecer uma forma constitucional aos novos países, os intelectuais do século XIX encontravam problemas e obstáculos que passaram a ser interpretados como *desvios* e *deformações* de nossa formação nacional.

A identificação desses obstáculos estava relacionada, principalmente com a formação superior que esses intelectuais haviam recebido na Europa. Acreditavam que as raças formadoras, o clima e a particular geografia das regiões latino-americanas não favoreciam o progresso e o acesso à civilização, em oposição ao que eles consideravam barbárie. Influenciados pelas teorias deterministas, cientificistas e pelo positivismo, sonhavam com a possibilidade de progresso ilimitado a exemplo dos países centrais do capitalismo.

Por muito tempo ainda, na quase totalidade do século XX, se observará a persistência de uma historiografia que apregoa a existência originária de nações, atraída por modelos externos e que identifica desvios e deformações e observa incompletudes e frustrações no processo de formação das nações. No começo do

⁶ André Rebouças (*Agricultura Nacional*, 1883) e Joaquim Nabuco (*Abolicionismo*, 1883) pensavam que o progresso econômico e moral do país era retardado por uma sociedade de latifundiários decadentes que se apoiava na escravidão, mas depois de 1888 (emancipação da escravidão) foram aceitando progressivamente o *status quo* rural.

século XX, as ideias deterministas não desapareceriam e continuariam por muito tempo influenciando os pensadores latino-americanos. Mas, o apogeu das economias primário-exportadoras e o desenvolvimento mais acelerado de tecnologias capazes de "driblar" os problemas geo-climáticos acabariam cedendo espaço para a identificação de outras causas para os males das nações latino-americanas. A partir das primeiras décadas do século XX, as histórias peculiares dos países da América Latina, a política mal orientada e a falta de educação foram consideradas como alguns dos problemas de origem desses países. Os anos de 1920-1930 inauguram o que poderíamos chamar de a nossa "era dos nacionalismos".

Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1969.
- ABREU, J. Capistrano de. **Ensaio e estudos 1ª série**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1931.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: história y presente**. Morelia: Red Utopia & Jitanjáfora Morelia Editorial, 2001.
- ALAMÁN, L. Disertaciones. In: BRADING, David A. **Orbe indiano: de la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867**. México: Fondo de Cultura económica, 1991.
- ALAMÁN, Lucas. **Historia de Méjico**. Vol. IV. México, 1969.
- ALBERDI, J. B. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República argentina**. 4ª. ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1981.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BLOCH, M. **Apología para la historia o el oficio de historiador**. México: Fondo de cultura económica, 1996.
- BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. Lisboa: Ed. Estampa, 1977.
- BONIFÁCIO, José de Andrada e Silva. Perfil histórico de José Bonifácio. **Revista Bonifácio**, número 2, jan/mar, 2004. In: <http://www.bonifacio.org.br/revista/htmls/edicao02/PerfilHistorico03.htm> (acesso em setembro de 2008)
- BRADING, D. A. **Orbe indiano: de la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867**. México: Fondo de Cultura económica, 1991.
- CHIARAMONTE, José Carlos. **El problema de los orígenes de los Estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Rio de la Plata**. Porto Alegre: Anos 90, UFRGS, n. 1, maio de 1993.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ESTRADA, J. M. Problemas argentinos. In: HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.
- FENELON, Dea R. **50 Textos de história do Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1983.
- GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo: trajectos**. Lisboa: Gradiva, 1993.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Usos da história**: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista, Pelotas*, v. 6, p. 21-36, dezembro de 2000.
- HALE, Charles A. Ideas políticas y sociales en América Latina, 1870-1930 In: BETHELL, L. **História de América Latina** (cultura y sociedad, 1830-1930). Barcelona: Crítica, 1991, vol. 8, p. 1-64.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JARAMILLO URIBE, Jaime. Frecuencias temáticas de la historiografía latinoamericana In: ZEA, Leopoldo (cord.). **América Latina en sus ideas**. México: Siglo XXI, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: EdiPUC/Contraponto, 2006.
- LUNA, Felix. **Breve história de los argentinos**. 8ª ed. Buenos Aires, Planeta, 1995.
- MORA, J. M. L. **México y sus revoluciones**. II Vol. México: Ed. Agustín Yáñez, 1950.
- _____. **Obras sueltas**. México, BP 26, 1963, p. 280, escritos de 1937.
- MORENO, Mariano. **Plan revolucionario de operaciones**. 3ª. ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1975.
- NORA, Pierre (org.). **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.
- RAMA, Carlos M. **Nacionalismo e historiografía en América Latina**. Madrid: Tecnos, 1981.
- ROMERO, José Luis. **Las ideas en la Argentina del siglo XX**. Buenos Aires: Biblioteca actual, 1987.
- SAFFORD, F. Política, ideología y sociedad. In: BETHELL, L. (org.). **Historia da América Latina - 06 - c. 1820-1870**. Barcelona: Crítica, 1992.
- SARMIENTO, D. F. Conflito e harmonia de raças em América. In: HALPERÍN DONGHI, T. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.
- SARMIENTO, D. F. **Facundo o civilización y barbarie**. 5ª. ed. Buenos Aires: Editorial Sopena, 1952.
- SOLER, R. **Idea y cuestión nacional latinoamericanas**. México: Siglo XXI, 1980.
- SOLER, Ricaurte. **Clase y nación**. Barcelona: Fontamara, 1981.
- TORRES RIVAS, E. Sobre a formação do Estado na América Central (hipóteses e questões fundamentais para seu estudo). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Estado na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

História, biografia e nação na Argentina no início do século XX: Sarmiento lido por Ricardo Rojas

History, biography and nation in early 19th century Argentina:
Sarmiento read by Ricardo Rojas

Fabio Muruci dos Santos

Professor adjunto
Universidade Federal do Espírito Santo
fmuruci@yahoo.com.br
Avenida Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras
29075-910 - Vitória - ES
Brasil

Resumo

A escrita de biografias e autobiografias é uma parte importante da historiografia argentina. No século XIX, elas procuravam apresentar a vida e as virtudes de potenciais candidatos à liderança nacional, conectando-os a uma experiência histórica diferente daquela dos *caudillos* e *montoneras*. Porém, é notável nessas narrativas as sérias dificuldades enfrentadas pelos intelectuais argentinos em formular uma narrativa histórica que pudesse conciliar os universos da cidade e do *pampa*. Historiadores nacionalistas do século XX, como Ricardo Rojas, assumiram esse projeto, produzindo biografias de "grandes homens" da história argentina que tivessem sintetizado e harmonizado em si mesmos os elementos em conflito da história nacional. Este artigo procura discutir a biografia de Domingo Sarmiento, *El profeta de la pampa*, examinando as estratégias usadas por Rojas para mostrar Sarmiento como um homem representativo, que traz em si elementos indígenas, gaúchos e *criollos*.

116

Palavras-chave

Historiografia; Historiografia hispano-americana; Biografia.

Abstract

The writing of biographies and autobiographies is an important part of Argentinean historiography. In the nineteenth century, they sought to present the life and virtues of potential candidates for national leadership, connecting them to a historical experience different from that of the *caudillos* and *montoneras*. However, it is remarkable in these works some of the hard difficulties faced by the Argentinean intellectuals to formulate an historical narrative which could conciliate the universes of the cities and the *pampas*. Twentieth century nationalist historians such as Ricardo Rojas embraced this project, producing biographies of "great men" of Argentinean history who synthesized and harmonized in themselves the conflicting elements of national history. This article discusses the biography of Domingo Sarmiento, *El profeta de la pampa*, examining the strategies used by Rojas to show Sarmiento as a representative man who brings in himself indigenous, *gaucho* and *criollo* components.

Keywords

Historiography; Spanish American historiography; Biography.

Enviado em: 12/7/2011

Aprovado em: 29/8/2011

As primeiras tentativas de narrar a história da nação na Argentina de meados do século XIX enfrentaram diversos problemas. Em um contexto de conflito político intenso, a construção de uma genealogia histórica que encontrasse a origem remota da identidade nacional se apresentava como um desafio extremamente difícil para os letrados da região platina, especialmente durante o longo regime de Juan Manuel de Rosas (1829-1852). Aliados do poder político e, em sua maioria, precocemente exilados do país, os letrados que vieram a ser conhecidos como "Generación de 1837" desenvolveram uma reflexão sobre a história e o futuro do país permeada de tensões, geradas pelo choque entre seus projetos de organização nacional e a realidade de seu tempo. Como aponta Elias José Palti, escritores como Domingo Sarmiento, Estebán Echeverría e Juan Baustista Alberdi oscilavam entre, por um lado, uma abordagem historicista que buscava desvelar a singularidade da história nacional e, por outro, uma perspectiva universalista que inserisse a experiência local em uma história maior do progresso humano. Mas sua percepção era que a experiência local dificilmente era compatível com essa história maior. Extremamente pessimistas sobre a capacidade das populações platinas, especialmente indígenas e gaúchas, de formarem uma comunidade cívica moderna e participativa, esses letrados duvidavam igualmente de que elas poderiam servir como personagens de uma história nacional que satisfizesse as exigências de integração do país na modernidade ocidental. A ausência de um material histórico adequado para preencher os requisitos de uma genealogia da nação causou um significativo atraso no desenvolvimento da narrativa e da pesquisa histórica na Argentina, mesmo em comparação com outros países latino-americanos (PALTI 1996).

A visão dessas elites sobre o passado da região foi amplamente influenciada pela oposição entre "civilização" e "barbárie" desenvolvida por Domingo Sarmiento, representação de um universo geográfico e humano irremediavelmente fraturado: conflito permanente entre cidade e campo; populações de gaúchos e indígenas nômades e dispersas, incapazes de desenvolver instituições estáveis e respeito pela autoridade; líderes regionais personalistas e agressivos, empenhados em rejeitar a influência civilizadora do Ocidente moderno. Na perspectiva sarmientina, a formação histórica local não havia desenvolvido condições para a edificação da desejada unidade nacional. Como tal, a narrativa histórica só poderia oferecer mais um diagnóstico desse insucesso e não uma trajetória coerente que ligasse passado e presente. Um dos resultados desse diagnóstico foi a percepção do momento da independência como um processo traumático e originário, que rompe com o passado e deixa um "vazio" de matéria histórica, carente de bases para a genealogia da nação (BOTANA 1997).

Como consequência dessa visão pessimista, as narrativas históricas argentinas investiram tardiamente no desenvolvimento de categorias de origem romântica como "povo" e "espírito nacional". Os projetos para uma "nação no deserto argentino" frequentemente se direcionaram para políticas de imigração europeia em massa, intervenções militares para conter, ou mesmo exterminar,

as populações migrantes e planos de educação com teor nacionalista e cívico, especialmente no caso de Sarmiento. Em todos esses casos, a "nação" era assumida como uma obra da ação de elites ilustradas agindo a partir do Estado. Somente com o fortalecimento progressivo, embora conflituoso, do Estado nacional é que visões de uma história nacional mais contínua e coerente começaram a aparecer, especialmente a partir da obra de Bartolomé Mitre.

O esforço em compor a genealogia da nação argentina ganhou mais ênfase no novo contexto das primeiras décadas do século XX, quando o crescimento econômico e o fim dos conflitos regionais estimularam uma abordagem diferente da "questão nacional". Historiadores com origens e perspectivas diferentes apontaram um novo quadro da vida do país, onde os temas clássicos da fragmentação e do vazio começam a ser revistos. Com a sistemática ação militar sobre as populações rurais nas décadas anteriores, a ameaça do campo deixou de ser percebida como o maior perigo à unidade nacional. Os novos temas que emergem no debate sobre a unidade nacional incluem a revalorização do papel do interior na formação do caráter argentino, o problema das massas de imigrantes urbanos que estariam ameaçando a língua e as tradições locais e a crítica ao centralismo de Buenos Aires (BERTONI 2001). Uma nova preocupação com a genealogia da nação atrai historiadores do período como Ricardo Rojas e Leopoldo Lugones, ambos de origem interiorana. O papel dos caudilhos, indígenas e gaúchos passa a ser revalorizado como parte da crítica contra a visão centralista das elites portenhas. Em seus projetos para reescrever a história da nação, o tema da conciliação nacional ganha destaque (SVAMPA 2006).

No contexto das comemorações pelo centenário da independência, em 1910, Rojas publicou uma proposta de reforma educacional, *La Restauración Nacionalista*, que enfatizava o papel educador, moral e cívico, dos estudos históricos. Sua preocupação imediata era o efeito da presença de imigrantes sobre a unidade nacional argentina. Temia o efeito que a má compreensão do espanhol, a difusão de símbolos nacionais estrangeiros e a entrada de militantes anarquistas e socialistas teriam sobre a identidade do país. Como resposta a estes males, defendeu o estudo da história nacional, a disseminação de estátuas dos heróis da pátria (junto com a proibição de monumentos de heróis estrangeiros) e a criação de institutos de pesquisa do folclore. O período das lutas pela independência deveria receber maior espaço nos currículos da educação básica porque era o momento decisivo de revelação da nação e de seus principais heróis. Mas a valorização desse período teria que passar por toda uma revisão das explicações produzidas no século XIX.

Um primeiro passo fundamental para esta revisão foi o questionamento dos princípios básicos da interpretação sarmientina, entre eles o conflito entre campo e cidade durante o processo de independência, refutado por Rojas desde seus primeiros escritos:

Esa barbarie, tan calumniada por los historiadores, fué el más genuino fruto de nuestro territorio y de nuestro carácter. La montonera no fué sino el ejército de la independencia luchando en el interior; y casi todos los caudillos que la capitaneaban habían hecho su aprendizaje en la guerra contra los realistas. Había más afinidades entre Rosas y su pampa o entre Facundo y su montaña, que entre el señor Rivadavia o el señor García y el país que querían gobernar. La Barbarie, siendo gaucha, y puesto que iba a caballo, era más argentina, era más nuestra. Ella no había pensado en entregar la soberanía del país a una dinastía europea. Por lo contrario, la defendió. Su obra sangrienta fué el complemento indispensable de la Revolución, pues elaboró con sangre argentina el concepto del gobierno y de la nacionalidad, dando base más sólida a la obra de los constituyentes (ROJAS 1922, p. 135).

Mais do que apenas rever os cânones vigentes da historiografia argentina, Rojas desejava redefinir o papel da própria narrativa histórica no fortalecimento da identidade nacional. Considerava a história nacional como um instrumento fundamental de coesão e autorreconhecimento em um contexto de maciça presença de imigrantes estrangeiros. Caberia ao ensino da história o papel de conectar os argentinos com seu passado, valores cívicos e personagens notáveis. A inclinação da historiografia moderna para a objetividade científica não deveria resultar no desprezo pelas capacidades da história de oferecer educação moral, especialmente para os jovens: "La Historia, en la enseñanza sobre todo, tiene una gran influencia como disciplina moral; tiene la influencia del ejemplo" (ROJAS 1922, p. 48). Da mesma forma, o privilégio dado ao estudo da história dos grandes coletivos a partir do Enciclopedismo não deveria afastar o interesse pelo conhecimento dos homens exemplares do passado, que ofereciam o melhor instrumento para a educação moral.

As narrativas biográficas têm papel de destaque em seus planos de reorganização da pesquisa e do ensino de história na Argentina. O gênero vinha perdendo espaço na historiografia europeia desde meados do século XIX diante da emergência da história social influenciada por positivistas e darwinistas. A antiga historiografia dos "heróis" parecia um gênero superado e anacrônico para muitos (DOSSE 2009). Mas o debate sobre a relação dos "grandes homens" com a história e sobre o papel das elites virtuosas na política suscitava vívidos debates. A figura do "príncipe" conquistador havia sido duramente criticada pela Ilustração do século XVIII e aparecia como inadequada para época de ascensão da democracia. No lugar do conquistador, benfeitores da humanidade, homens com virtudes cívicas compatíveis com os valores do homem comum, embora com talentos notáveis, eram tidos como mais adequados para os tempos modernos. No século XIX, porém, muitas teorias sobre o papel dos indivíduos excepcionais na história e na política foram produzidas. A preocupação com modelos seletivos de governo que contivessem a democracia de massa foi um dos principais estímulos para a difusão do conceito de "grande homem". Dentre as diversas concepções desse personagem, uma das mais difundidas foi o destaque de seu caráter "exemplar", um ser grandioso porque representativo de uma época ou povo e não um tirano superior e/ou indiferente ao homem comum. Portador de uma missão, seu poder deveria terminar junto com a realização de seu destino (GÉRARD 1998).

O “grande homem” também atuava como figura síntese da nação, assimilando e harmonizando elementos em conflito. Definir um panteão dos grandes homens muitas vezes era uma forma de canonizar certo conjunto de valores a partir dos quais a nação deveria ser educada, além de permitir diversos processos conciliatórios da memória nacional. No momento em que a história dos coletivos cada vez mais se identifica com a história da nação, os grandes homens passam a ser estudados e justificados por sua contribuição para a realização do destino da pátria (OLIVEIRA 2010). A figura do “grande homem” era uma forma de conciliar a história coletiva gerada pela era revolucionária com as preocupações políticas de liberais de perfil mais aristocrático. Assim, permitia também a conciliação de dois gêneros de narrativa histórica que pareciam fadados ao aniquilamento mútuo.

A já citada problemática relação entre elites letradas e história tornou a Argentina um lugar propício para o desenvolvimento dessas questões. Ali, a escrita de biografias e autobiografias já tinha certa tradição na época de Rojas, em parte fruto das condições de produção do conhecimento histórico na região. Tanto Sarmiento (*Recuerdos de Provincia*) quanto Alberdi (*Autobiografía; Palabras de un ausente*) escreveram importantes trabalhos autobiográficos e alguns estudos biográficos. Mitre ganhou fama como historiador com uma *Vida de Belgrano*. O gênero oferecia alguns recursos interessantes para o trabalho com as realidades conflituosas enfrentadas por esses intelectuais. Diante do papel limitado dos personagens coletivos nas narrativas históricas da nação, pelas razões já comentadas, a biografia aparecia como um meio de forjar a figura de homens “exemplares”, que pudessem fornecer modelos de unidade e conduta que o “povo” não oferecia. Ao selecionar certos personagens e contextos, estas narrativas incluem aqueles potencialmente mais aptos para participar de um pacto fundador que instaure a comunidade política ordenada, raiz do futuro Estado, ao mesmo tempo em que exclui elementos considerados como intrinsecamente instáveis, irracionais e desordenados. Uma das funções da escrita nesse contexto é, exatamente, o ordenamento de um universo social que parece incompreensível e caótico (RAMOS 1989).

Diante da situação de exílio em que muitos desses letrados trabalharam durante boa parte de suas vidas, a autobiografia aparecia como gênero particularmente interessante para explorar o drama e a promessa de homens virtuosos que encarnavam o futuro da nação. Dessa posição de excluídos, elaboraram diferentes representações de si mesmos para divulgar as particularidades de sua trajetória pessoal, idiosincrasias, formação cultural e visão política. O personagem apresentado nessas narrativas podia promover os diferentes perfis políticos cultivados por cada autor, desde aquele destinado por suas origens para ser o líder necessário até o sábio sem vocação para a política prática, mas com habilidade crítica e visionária superior. A condição de exilados, porém, não influenciava suas visões de si apenas do ponto de vista da propaganda política. O exílio era mais profundo pois abrangia a distância destes líderes em potencial da nação a qual eles deveriam supostamente representar

e exprimir, tarefa difícil diante do desinteresse do mundo dos caudilhos e gaúchos pelo saber dos letrados. Cenas de incomunicabilidade entre os jovens intelectuais e os senhores da guerra são dramatizadas nessas narrativas. Incapazes de se ver como parte de uma totalidade nacional, os letrados transformavam suas autobiografias numa busca, às vezes angustiada, de caminhos de inserção em uma história nacional possível, diferente daquela dos *caudillos* e *montoneras*.

Em países recentemente autonomizados, um dos grandes desafios para a formulação de ícones nacionais é mostrá-los como representativos de uma história contínua, que ligue o passado colonial com a nova situação. Nesse caso, a narrativa autobiográfica também constitui parte da genealogia da nação já que o indivíduo traz consigo as marcas de uma história coletiva, é agente de uma possível continuidade no trabalho das gerações. Como figura representativa, conecta, em sua trajetória, passado e presente. Os exilados argentinos também buscaram se apresentar como articuladores entre as eras da nação, mas produziram uma genealogia inevitavelmente parcial e altamente seletiva, narrativa restrita às partes da experiência nacional cuja virtude tinha caráter exemplar em potencial. *Recuerdos de Provincia*, por exemplo, pode ser lido como uma tentativa de Sarmiento de apresentar a si mesmo como uma alternativa de liderança ao regime rosista e aos caudilhos, em grande parte possível por sua origem e formação dentro de uma história radicalmente diferente da deles (ALTAMIRANO; SARLO 1997).

121

Segundo a análise de Elias Palti, Sarmiento procurou estabelecer em sua autobiografia uma genealogia para ele mesmo que o conectasse com um passado nacional diferente daquele que havia gerado o fenômeno do caudilhismo. Sua origem estaria no ambiente das pequenas cidades do interior, representadas na narrativa pela San Juan natal do próprio Sarmiento. Inspirado pela vida política municipal que observou em sua viagem aos Estados Unidos em 1847, Sarmiento descreveu a pequena cidade pampiana como um ambiente singular, não dominado nem pela "tirania" nem pela "anarquia" que se alastravam pelo "deserto". A sociedade local teria desenvolvido, no período colonial, um nível considerável de cultura e virtude cívica, com um sentido de comunidade e integração que a atomizada sociedade dos gaúchos desconhecia. Clérigos ilustrados cultivavam as letras e a educação. O movimento de independência estimulou ainda mais esse espírito na forma da virtude republicana, o que forneceria o modelo exemplar de cultura política para Sarmiento. Este pequeno mundo ofereceria um passado mais adequado para fundamentar uma genealogia da nação baseada na virtude e ilustração. Mas a forma destrutiva com que o Antigo Regime caiu, abriu caminho para o acirramento dos conflitos que haviam permanecido latentes anteriormente, causando a destruição da aristocracia colonial que poderia ter guiado o país para a nova situação. Novos personagens precisariam retomar essa história, sendo que, diante do quadro de conflito acirrado e desordem dos personagens coletivos, a preeminência caberá aos líderes ilustrados, aos "grandes homens"

de virtude. Em suas leituras juvenis, Sarmiento havia se encantado com os heróis e legisladores da Antiguidade que lutavam contra a tirania. Para encontrar esses valores em seu mundo, traça uma série de curtos perfis biográficos das personalidades dessa virtuosa aristocracia regional perdida e reconstitui uma genealogia privada que mostra sua conexão com ela pela descendência materna. A seguir, descreve cuidadosamente seus esforços educacionais, amplamente direcionados para o estudo dos clássicos da história política como Cícero. Segundo Palti, esta narrativa procurava construir uma genealogia possível para a nação que não fora alcançada na análise empreendida no *Facundo* (PALTI 2009). Origem familiar e formação educacional seriam qualificações que o tornariam um candidato a líder da futura Argentina unificada. Sua genealogia individual caminha passo a passo com uma história recuperada da nação e uma promessa de futuro que a ultrapassa:

Aquí termina la historia colonial, llamaré así, de mi familia. Lo que sigue es la transición lenta y penosa de un modo de ser a otro; la vida de la República naciente, la lucha de los partidos, la guerra civil, la proscripción y el destierro. A la historia de la familia se sucede, como teatro de acción y atmósfera, la historia de la patria. A mi progenie, me sucedo yo; y creo que, siguiendo mis huellas, como las de cualquier otro en aquel camino, puede el curioso detener su consideración en los acontecimientos que forman el paisaje común, accidentes del terreno que de todos es conocido, objetos de interés general, y para cuyo examen mis apuntes *biográficos*, sin valor por sí mismos, servirán de pretexto y de vínculo, pues que en mi vida tan destituida, tan contrariada, y sin embargo tan perseverante en la aspiración de un no sé qué elevado y noble, me parece ver retratarse esta pobre América del Sur, agitándose en su nada, haciendo esfuerzos supremos por desplegar las alas, y lacerándose a cada tentativa contra los hierros de la jaula que la retiene encadenada (SARMIENTO 1916, p. 201, grifo do autor).

122

Apesar desses esforços, estas narrativas frequentemente exacerbam o mal-estar com a nação real, dando expressão às complexas relações desses letrados com o passado. Elas acabam assumindo muito do caráter de narrativas utópicas da nação desejada. Como aponta Rodriguez Persico, os discursos autobiográfico e utópico se alimentaram mutuamente na Argentina oitocentista pois procuravam oferecer, através das vidas individuais, perspectivas para um futuro feliz que a história coletiva parecia não garantir. As lutas coletivas são narradas a partir da oposição entre os indivíduos excepcionais que representam cada universo (RODRIGUEZ PERSICO 1993). A genealogia sarmientina se apresenta como parte de uma história, em confronto com aquela que gerou os caudilhos. Rosas seria fruto da "barbárie" rural, Sarmiento seria filho da "virtude" da cidade, nenhum dos dois conseguindo sintetizar uma narrativa totalizadora da nação. Cada história produz seus "homens representativos", o que estabelece um quadro de conflito entre duas trajetórias nacionais que lutam pela destruição uma da outra. A versão sarmientina justifica si a mesma como sendo a única capaz de integrar a história local com o progresso universal. Porém, não é capaz de

oferecer uma promessa de inclusão para aqueles que são irremediavelmente parte da barbárie. A dificuldade de fornecer uma perspectiva totalizadora fazia com que os exilados buscassem, em suas narrativas autobiográficas, fios de conexão com algum aspecto ou experiência particularmente promissora para exercer o papel de raiz de uma nação possível, que satisfizesse as expectativas utópicas ao preço da destruição de uma história bárbara e atrasada. Cada “grande homem” só poderia representar o seu universo particular. Uma narrativa que conciliasse o indivíduo exemplar com a totalidade da nação da qual ele deveria ser expressão só seria tentada posteriormente.

Um dos propósitos da narrativa biográfica, para Rojas, era exatamente conciliar os elementos conflituosos da história local na figura de indivíduos exemplares e representativos da nação. O estudo das grandes personalidades visaria essencialmente à educação moral. Para dar apoio a suas ideias, cita entusiasticamente a seguinte passagem de Ernest Lavisse, que havia elaborado um projeto de reforma educacional na França que serviu de inspiração para Rojas:

El Profesor de Historia tiene, pues, el derecho de ser un moralista: *tiene hasta el deber de serlo*. Evitará dogmatizar, el declamar, el predicar, pero se detendrá ante las gentes honestas cuando las encuentre a su paso. Se extenderá sobre la caridad de un San Vicente de Paúl y economizará en los detalles de las campañas de Luis XIV el tiempo que necesite para hacer amar las personas de Corneille, de Molière, de Turenne, de Vauban. Deberá elogiar las acciones virtuosas y los hombres de bien (ROJAS 1922, p. 48-49, grifo na fonte).

123

Rojas criticava o abandono da história dos “heróis” pelo Enciclopedismo do século XVIII em favor da “tragedia de innumerables protagonistas” (ROJAS 1922, p. 29). Contra esta visão materialista, defendia que a história tem valor educativo, embora não propriamente na linha da *historia magistra vitae*. Defensor de um historicismo de tendências nacionalistas, não acreditava que grandes heróis tivessem uma mensagem universal para oferecer, mas apenas no âmbito nacional em que atuaram. Somente os grandes artistas e pensadores poderiam superar seu contexto nacional. Nesse sentido, as biografias dos heróis nacionais seriam ainda mais necessárias porque elas se direcionavam especificamente para os povos do qual fizeram parte, não tendo interesse equivalente para outras nações. Sua perspectiva não era a da valorização sobre-humana de grandes líderes militares ou políticos capazes de fazer a história com as próprias mãos. Estava mais próximo da historiografia dos “grandes homens”, a qual considerava o herói como personagem síntese de uma época ou nação, representativo dos diversos elementos do momento em que viveu.

A partir dessas considerações, desenvolveu um primeiro projeto desse tipo em sua biografia de San Martín, *El santo de la espada* (1933), bastante popular na Argentina de meados do século XX. Ali, Rojas refutava as biografias que mostravam San Martín como líder alienado da nação e defendia a raiz

essencialmente pampiana do Libertador. Desde sua origem com traços indígenas até suas técnicas militares impregnadas de elementos gaúchos, San Martín seria o exemplo mais pleno de líder que reuniu em si todos os constituintes da nação sob a liderança do espírito *criollo*, da civilização europeia transformada pela terra e pela história singular da região do rio da Prata (SANTOS 2009).

Seu segundo projeto biográfico de fôlego foi apresentar uma versão revisionista da vida de Domingo Sarmiento, *El profeta de la pampa* (1945). O debate sobre o significado da obra e da vida de Sarmiento já era, em si mesmo, uma tradição argentina naquela altura. Por décadas, Sarmiento forneceu, para diversas gerações de intelectuais argentinos, um campo de debates para os problemas de cada momento, onde suas categorias eram retrabalhadas no contexto das últimas mudanças ideológicas. A discussão sobre o papel do *Facundo* na criação da literatura nacional e as razões para sua inclusão ou não no cânone literário nacional também oscilavam de acordo com a vida ideológica do país (GOODDRICH 1996).

Uma biografia de Sarmiento poderia se apresentar como um objetivo tentador, já que permitiria a integração dos dois procedimentos que Rojas vinha adotando em sua carreira: uma narrativa de conciliação das forças coletivas da história argentina e o exame de uma figura individual com grande papel nos rumos da nação. A vida de San Martín havia se prestado exemplarmente para esse objetivo, mas o mesmo não seria tão certo no caso de Sarmiento. No caso de San Martín, Rojas teve que refutar os críticos que apontavam o "Libertador" como um líder afastado de sua nação e reintegrar sua figura com a terra e a população do pampa. No caso de Sarmiento, ele mesmo, Rojas, era o principal crítico das interpretações sarmientinas da história nacional. Além disso, uma das principais versões da vida de Sarmiento a ser revisada era a do próprio Sarmiento, *Recuerdos de Provincia*. Essa situação complexa torna *El profeta de la pampa* menos realizado como narrativa mítica de conciliação nacional do que *El santo de la espada* embora mais pleno de tensões significativas.

Rojas começa esta segunda biografia com o mesmo clamor que fizera na anterior em favor de uma leitura mais objetiva e equilibrada do personagem do que seria comum na historiografia da época:

Hay un Sarmiento para las escuelas, otro para las apoteosis oficiales, otro para la erudición monográfica, otro para la polémica sectaria; pero hoy necesitamos un Sarmiento vivo, total y para todos. Buscamos en él lo universal, sin ocultar defectos y errores, porque su grandeza es tan firme que la crítica no lo disminuye (ROJAS 1962, p. VIII).

Em sua revisão, Rojas transfere o tema da fragmentação nacional analisado no *Facundo* para o próprio Sarmiento. A fragmentação dominaria a mente de Sarmiento, dividida entre as influências da terra e as ideias absorvidas da Europa. Sua estratégia então será reconhecer e denunciar as divisões como reais, mas desnecessárias, propondo que há uma unidade maior

e mais profunda na vida de Sarmiento a despeito dele mesmo. Também seguindo procedimento já usado em seu livro sobre San Martín, Rojas se apresenta como alguém em situação propícia para entender e encontrar a unidade de seu herói, negada por muitos: "En Sarmiento, el indio y el español coexisten y pelean; mas como el español y el indio se han reconciliado en mí, yo he podido entenderlo en sus desarmonías y compadecerlo en su dolor " (ROJAS 1962, p. XII).

A reconciliação citada na passagem é possível porque Rojas propõe um ângulo diferente para narrar a história da região platina, projeto exposto em um de seus primeiros livros, *Blasón de plata* (1910). Ali, explora um quadro de princípios deterministas sobre o poder do solo na definição dos caracteres nacionais. Os aspectos telúricos seriam os mais decisivos para explicar a transformação de um povo em uma entidade unificada na medida em que seus componentes compartilham condições comuns de desenvolvimento. Apesar das referências constantes às origens raciais de seus biografados, a influência da terra aparece claramente como fator prioritário no pensamento de Rojas. As condições determinadas pelo ambiente moldariam progressivamente as "raças" povoadoras, homogeneizando-as até formarem uma nação. Sendo uma região de história recente, a Argentina ainda estaria completando seu perfil como nação. Sendo produto da fusão de europeus e indígenas, com a predominância do primeiro grupo, o país não deveria perder sua singularidade copiando modelos externos, como teriam proposto as elites modernizadoras do século XIX. O privilégio do fator ambiental sobre o racial era importante para justificar a relação hierárquica entre os grupos raciais componentes da nação, já que índios e gaúchos teriam contribuído com elementos culturais particulares de cada grupo para uma síntese em que a influência da cultura europeia presente nos *criollos* claramente predomina (DELANEY 2002).

Neste livro, Rojas questiona a precisão das análises históricas de Sarmiento no *Facundo*, propondo que o pampa foi, na verdade, ocupado por populações indígenas sedentárias, que teriam aceitado de bom grado a ação educativa das missões evangelizadoras. As tribos mais rebeldes e violentas viveriam em regiões mais distantes e isoladas, com pouco contato com os espanhóis. Seriam populações minoritárias, não representativas da região pampiana como um todo. Seguindo alguns aspectos da abordagem mitrista, defende um tipo de "excepcionalismo" platino, o qual funciona como elemento de conexão entre os diversos momentos da história local (SANTOS 2010). A inexistência de impérios indígenas ricos e hierárquicos, como os do México e Peru, que impunham pesado fardo sobre suas populações, seria um aspecto positivo, pois teria evitado a formação de castas raciais, facilitando algum grau de miscigenação cultural entre espanhóis e índios. Por gerações, os *criollos* teriam escutado narrativas indígenas desde a infância e absorvido parte da sensibilidade indígena. A relativa pobreza da região do rio da Prata seria propícia para experimentos democráticos rudimentares, que amadureceram nas lutas de independência. Isto seria visível na forma como o ambiente e os costumes do pampa moldaram os hábitos de

vestir, montar e guerrear da própria elite *criolla* que liderou as lutas de independência. A singularidade do contexto local delimitou boa parte da personalidade da futura nação.

Sarmiento seria fruto dessa sociedade mais flexível e aberta às influências do ambiente pampiano. Contra este fundo, se tornariam visíveis as aparentes clivagens de sua mente bem como sua unidade fundamental mais profunda:

A este primer tema, que llamaremos del acorde telúrico, síguete otro, que llamaremos del acorde racial, porque Sarmiento es un prototipo de criollo, en quien cuaja la estirpe ibérica tras varias generaciones de asimilación a la tierra americana (ROJAS 1962, p. XI-XII).

Apesar de sua pregação em favor de uma história objetiva, as intenções míticas de Rojas se tornam evidentes em passagens como a acima citada. Já no início, Sarmiento é apresentado, em oposição a sua representação autobiográfica, como um "modelo" acabado do *criollo*, integração do solo, da raça e da história. Um "grande homem" que incorpora e harmoniza as diversas forças da nação. Para transformar esta vocação em um potencial mito das origens, Rojas explora alguns indícios de influência indígena em sua história pessoal, embora afirme que este tópico é controverso entre os biógrafos anteriores. Segundo seu próprio testemunho autobiográfico, Sarmiento costumava ter visões de "seres fantásticos" em sua infância. Em outros momentos de sua vida, teria vivenciado premonições, visões e sonhos com frequência. Porém, contra aqueles que o consideravam louco, Rojas afirma que este comportamento era fruto de sua descendência dos índios huarpes habitantes da região, conquistados no período colonial e posteriormente extintos. Seguindo o vocabulário cientificista em voga, considera tais manifestações como uma sobrevivência da "mente pré-histórica". No esforço de aproximar Sarmiento desta herança indígena, Rojas força uma tentativa de revisão um tanto superficial, citando mais de uma vez uma curta passagem da produção tardia de seu biografado para sugerir que ele reconhecia a importância histórica dos índios locais: "[...] ninguno de sus glosadores recuerda que Sarmiento dijo: '[...] Los indios son nuestros padres pre-históricos' " (ROJAS 1962, p. XI). Evidência pouco significativa diante de inúmeras outras passagens que poderiam ser citadas com sentido contrário.

Em uma estratégia curiosa, Rojas propõe que as mesmas raízes indígenas que ligariam Sarmiento à história coletiva dos pampas são também aquelas que lhe deram uma personalidade "visionária", tendente aos delírios de imaginação que iriam turvar seu entendimento da realidade local: "En realidad, era un hombre de sensibilidad esotérica, como la de un brujo huarpe, y muchas de sus aventuras provinieron de evidencias irrazonadas" (ROJAS 1962, p. 5). Teria passado a infância ouvindo lendas da índia Ña Cleme, formando sua sensibilidade a partir delas. Os clérigos locais o ajudaram a combater essa inclinação: "Cuidábase don José de expurgar mi tierno espíritu de toda preocupación dañina, y las candelillas, los duendes y las ánimas desaparecieron

después de largas dudas y aun resistencias de mi parte” (SARMIENTO 1916, p. 66). Rojas propõe que não foram bem sucedidos nesse objetivo, pois os delírios deixaram marcas indeléveis em sua personalidade. Apresenta um Sarmiento cercado de fantasmas e alucinações, crente em um ‘duende tutelar’ que lhe indicava os caminhos na vida e na política. Sem negar o potencial visionário das ideias políticas sarmientinas, considera que suas concepções foram bastante afetadas por uma mente demasiadamente imaginativa: “Sus verdades son subjetivas, estados de alma, alucinación y visión” (ROJAS 1962, p. 207).

Explorando ao máximo este recurso biográfico, Rojas sustenta que muito das ilusões de Sarmiento sobre o pampa e sobre si mesmo seriam produto de experiências biográficas. Os temas do deserto e do exílio, fundamentais nas autobiografias dessa geração como anteriormente comentado, são retomados com outras implicações:

Hay, en efecto, una neurosis de los destierros, en la cual se mezcla la nostalgia de la patria perdida, los pequeños disgustos diarios que irritan al proscrito, y las esperanzas de un porvenir mejor; extraña mezcla de melancolía romántica, de pesimismo realista y de heroica alucinación, que conduce la sensibilidad a una tensión morbosa y la mente a razonamientos sistematizados, como en un delirio (ROJAS 1962, p. 206).

127

Apesar de pouco desenvolvidas, estas conexões têm grande efeito na narrativa como um todo. O perfil simultaneamente visionário e delirante da personalidade de Sarmiento o torna um líder apto para profetizar o futuro da Argentina, mas o transforma, igualmente, em uma vítima fácil das ilusões que dominam a vida política nacional do período. Nesse ponto, Rojas inicia um segundo movimento de sua estratégia revisionista, buscando caracterizar a identidade gaúcha de Sarmiento e as ilusões que o impedem de percebê-la. Propõe uma versão em que a trajetória pessoal sarmientina e a história dos caudilhos teriam uma relação muito mais íntima do que o próprio Sarmiento acreditava. Para isso, começa criticando a historiografia argentina por ter reproduzido acriticamente o vocabulário da época, o qual expressaria muito menos as realidades da vida política do momento do que se costumava crer. Conceitos aparentemente importantes como “federalismo” e “unitarismo” não passariam de artefatos retóricos de resultado nefasto, porque dividiram a nação em forças empenhadas em uma luta sangrenta, quando o solo, a raça e a história de fato as uniam:

Las campañas habían vivido en paz [...]. En esos ranchos habitaban gauchos ingenuos, honrados, trabajadores. El alzamiento partió de las ciudades: militares, clérigos y doctores fueron los que salieron de ellas a incendiar los pajonales del desierto y a hacer levas de jinetes para sus quimeras políticas. ¿Unitarios y federales? No era cierto eso. ¿Alzamiento de las campañas contra las ciudades? Tampoco era cierto eso.

La ingeniosa fórmula de “civilización y barbarie” – de momentánea eficacia polémica – fundábase en un sofisma al afirmar que la guerra civil se originó en un alzamiento gaucho, y contenía el error de haber dejado en pie el lema de “unitarios y federales”, que Rosas explotaba. En la nueva fórmula, el partido de la civilización vino a ser el de los llamados “unitarios”, y el de la barbarie el de los llamados “federales”, con lo que esas dos viejas palabras

continuaron extraviando la discusión en las mentes fanatizadas. A consecuencia de ello, Sarmiento calificó de gaucho a Rosas, que no era gaucho ni federal [...] (ROJAS 1962, p. 206).

O próprio Sarmiento teria sido vítima dessas ilusões ideológicas ao adotar o unitarismo contra toda a sua formação federal da juventude. Ainda mais decisivo, essas abstrações estariam na origem da prejudicial distinção entre “civilização” e “barbárie”, a qual transformaria as escaramuças políticas do período em uma suposta divisão essencial da nação. Este quadro de oposição entre as determinações profundas da terra e a superficialidade das escolas ideológicas propicia a Rojas uma redefinição das relações entre os diversos personagens da nação. Ao trabalhar com a dicotomia entre “civilização” e “barbárie”, Sarmiento localizava a si mesmo no lado oposto ao do universo dos caudilhos e *montoneras*, considerando Rosas como a expressão deste último. Rojas redistribui essa configuração. Começa negando que as cidades sejam a única fonte civilizadora da região platina. Membro da intelectualidade de origem provincial, Rojas atacava a preponderância de Buenos Aires nos assuntos nacionais, desproporcional, ao seu ver, com a real importância econômica da capital:

En el estado de nuestro país, los campos son asiento de civilización, por su trabajo esforzado que mantiene a las ciudades, por la salud moral de los que en ellos viven, y porque sus paisajes y tradiciones inspiran nuestro arte naciente, en tanto que las ciudades son parásitos de la burocracia, el comercio, la sensualidad ociosa, el cosmopolitismo sin patria, la barbarie, en fin. Los términos del problema que planteó Sarmiento se han invertido (ROJAS 1962, p. 209).

128

A refutação da imagem do pampa como um deserto rasgado por populações instáveis e violentas também fora tema de *Blasón de plata*, onde havia questionado a sustentação histórica das teses que defendiam que a pacificação nacional só poderia vir das cidades. Radicalizando sua análise, propõe agora que as cidades seriam mesmo elementos estranhos à índole nacional:

[...] las ciudades de América fueron fortines de conquista, y sus puertos se transformaron luego en factorías de explotación económica, a expensas del agro y de los nativos. Centros exóticos, hostiles y “bárbaros” en su origen, puesto que eran extraños a la tierra los que venían. Sarmiento nada vió de esa verdad [...] (ROJAS 1962, p. 208).

Um traço significativo da relação difícil entre indivíduo e história coletiva nas narrativas argentinas é a constância com que as diversas leituras revisionistas estiveram focadas nas relações entre alguns indivíduos notáveis. Comparações entre Sarmiento e Rosas ocupam lugar de destaque, refletindo as alterações ideológicas de cada momento. Apesar das diversas releituras, o tema-chave é a relação nacionalismo-cosmopolitismo e as diversas posições que cada personagem ocupou nesse conflito em cada leitura. Rojas segue a mesma linha. Em mais uma virada interpretativa, procura redefinir a relação entre os dois “grandes homens”. No momento em que escreve,

diversas propostas de teor nacionalista haviam defendido os compromissos nacionalistas de Rosas, exemplificados por sua luta contra potências estrangeiras interventoras e pela defesa dos interesses provinciais. Sarmiento, ao contrário, foi apresentado como parte de uma elite europeizada, indiferente aos valores autenticamente argentinos, em uma leitura mais à direita, ou agente dos interesses do capitalismo internacional, mais à esquerda. A maioria das leituras pró-rosismo foram desenvolvidas por intelectuais de perfil autoritário-nacionalista, interessados em propor a adequação dos métodos rosistas com a índole nacional (PALTÍ 1997). Rojas, ao contrário, havia se oposto publicamente ao golpe militar de 1930 (CATTARUZZA 2007). Em meados dos anos 1940, após mais de uma década de governo autoritário, se propôs a refutar as leituras do nacionalismo autoritário que tentavam garantir um lugar para Rosas no panteão nacional. Porém, diferente de outros intérpretes anteriores de simpatias liberais, não aderiu aos valores e visão da história sarmientinos. Daí sua condição um tanto tortuosa de defensor do legado de Sarmiento contra o nacionalismo rosista.

Em primeiro lugar, seguindo os mesmos procedimentos com relação à herança indígena, busca fornecer indícios de caráter racial que mostrariam a afinidade de Sarmiento com o universo do pampa. Como filho das províncias, teria sido formado na cultura política do federalismo. Mas o trauma da guerra caudilhesca, após um ataque a sua cidade natal, o teria lançado de forma impulsiva para o lado unitário, mais um efeito de seu subjetivismo: "Sintió el empujón del destino, y echó a andar, sin saber hacia donde. Mezclóse a las guerrillas con frenesí dionisiaco, salvándose varias veces de perecer" (ROJAS 1962, p. 95). Mas Rojas destaca que pouca coisa parecia realmente dividir os combatentes, que usavam os mesmos ponchos, a mesma forma de cavalgar e possuíam o mesmo temperamento. Lutariam da mesma forma, como cavaleiros medievais em batalhas de lanças. Sarmiento era parte desse universo:

Nótese en sus confidencias cómo palpitaba en Sarmiento el temple gaucho. Su genio original era análogo al de Facundo. Estas analogías esenciales sugieren que en esa lucha había algo telúrico y fatal, más verdadero que la simple divisa o la dialéctica de los bandos (ROJAS 1962, p. 96).

Após estabelecer as identidades telúricas de Sarmiento com o pampa, Rojas segue caminho contrário para abordar Rosas. Partindo de suas origens biográficas, informa que Rosas teve origem nas elites estancieiras da província de Buenos Aires e não no pampa. Teria evitado participar das lutas de independência até o momento em que elas afetaram os privilégios de sua classe de origem. Mesmo então, sua prioridade seria a manutenção da ordem e controle das aspirações democráticas. Para isso, manipulou a relativa ingenuidade dos caudilhos regionais, jogando uns contra os outros, estimulando as vinganças e execuções que viriam a caracterizar seu governo despótico. Daí que as proclamações rosistas em favor do federalismo e dos direitos provinciais não passariam de artifícios retóricos para atrair a simpatia dos caudilhos enquanto seu regime trabalhava pelos interesses das elites portenhas.

Junto com a origem social, as características raciais também seriam decisivas para denunciar sua alienação da terra e da história local:

El Restaurador no es sino un realista sin doctrina, de horizonte intelectual limitadísimo, como el de un primitivo, lo cual no excluye la astucia del primitivo. Su acción histórica se mueve exclusivamente en el campo del instinto o de la voluntad; pero no es federal sino centralista y burócrata como los virreyes y los unitarios. Rosas no es gaucho tampoco, porque es un aristócrata feudal, un señor visigótico atávicamente redivivo hasta en su tipo germánico de hombre rubio trasplantado a la pampa con caballo y todo. Visigodo, lo es por su tipo y por su espíritu. Nadie hay en nuestra historia tan anacrónico por sus hechos y tan exótico por su raza, a pesar de las habilidades ecuestres que adquirió en sus latifundios, habilidades comunes a todo estanciero y señor feudal. Como él, los visigodos eran rubios, despóticos, fanáticos, rudos, y buenos jinetes (ROJAS 1962, p. 234).

Aqui podemos entender porque o destaque para os aspectos raciais e de classe de Rosas são fundamentais para Rojas. Inverter a polaridade da relação, tornando Rosas um representante do antinacionalismo e Sarmiento um pampiano, não resolveria o problema das múltiplas genealogias nacionais em conflito discutidas anteriormente. Eles continuariam representativos de frações da experiência nacional. Rosas tem que ser identificado como carente não só dos valores cívicos como também dos aspectos telúricos e raciais que unem a nação e que estão presentes em Sarmiento. Embora inconsciente disso, Sarmiento seria parte de uma história integral da nação, que inclui o pampa e a "civilização" europeia para ali transplantada e adaptada. Rosas estaria inteiramente fora dessa história. Ao sugerir esse quadro, Rojas propõe uma narrativa diferente da versão autobiográfica de Sarmiento. Sem negar que as origens interioranas sejam fundamentais para transformar Sarmiento em um homem representativo de certa genealogia nacional, defende que não é necessário criar uma narrativa que o exclua da história que ele teria em comum com os caudilhos. Ao contrário, essa exclusão o tornaria menos representativo da nação em sua inteireza, dificultando a consolidação de uma narrativa verdadeiramente conciliadora. Tais processos de exclusão apenas denunciariam a fragmentação da própria personalidade sarmientina. Uma narrativa biográfica que permitisse o reencontro de Sarmiento com suas origens mais profundas o tornaria verdadeiramente representativo e uma inspiração para a nação unida:

Tal es nuestro héroe: hispanoamericano del siglo XVIII, a quien la revolución de América en el siglo XIX da nuevo destino. En él se corta y se reanuda la historia. Sarmiento es simplemente un prototipo criollo del almácigo ibérico recreado en tierra americana (ROJAS 1962, p. 31).

Como figura exemplar de uma nação que não reconhece sua própria unidade essencial, Sarmiento seria também gaúcho e índio, embora predominando a identidade *criolla*, fornecendo um modelo para os futuros homens de letras americanos:

Su sensibilidad de criollo secular, identifícalo con la vida en la Colonia, dejándonos entrever que acaso una gota de sangre huarpe corre por sus venas como por las de Rubén Darío un gota de sangre chorotega, según sobre sí mismo dice el nicaragüense. Tal es nuestra América en su raíz, que es la raíz de sus genios (ROJAS 1962, p. 27).

Nestas passagens Rojas estabelece, como já fizera em textos anteriores, a hierarquia que presidirá essa narrativa de conciliação nacional. As raízes indígenas e gaúchas dos heróis nacionais fornecem elementos simbólicos importantes para garantir a representatividade deles diante da nação e encerrar através da narrativa histórica uma longa trajetória de discórdia. Mas não fica dúvida sobre a hierarquia entre as contribuições que cada elemento constituinte tem a oferecer para a grande síntese. A nação foi feita, e deve continuar sendo feita, sob a direção do espírito *criollo*, da "civilização" espanhola transformada pelo solo americano, que civiliza e democratiza o espírito aguerrido tanto das populações autóctones quanto daquelas produzidas pelos diversos tipos de miscigenação. Rojas não pretendia oferecer qualquer projeto de afirmação política para essas populações ou restauração de sua passada importância:

Cuidemos, sin embargo, de que nuestro afán moralizante no se convierta en fanatismo dogmático y nuestro nacionalismo en regresión a la bota de potro, hostilidad a lo extranjero o simple patriotería litúrgica. No preconiza el autor de este libro una restauración de las costumbres gauchas que el *progreso* suprime por necesidades políticas y económicas, sino la restauración del espíritu indígena que la *civilización* debe salvar en todos los países por razones estéticas y religiosas (ROJAS 1922, p. 199, grifos do autor).

131

Os heróis são representantes da nação, mas também fazem parte de uma história evolutiva que não hesita em deixar para trás os elementos que já se tornaram anacrônicos. A presença das populações do passado, praticamente extintas na época de Rojas, tem função simbólica em um mito das origens nacionais que permitisse conciliar a memória nacional, sem implicar em redefinições de seu papel político ou cultural no presente.

Referências bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. Una vida ejemplar: la estrategia de *Recuerdos de Provincia*. In: _____ **Ensayos argentinos:** de Sarmiento a la vanguardia. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- BERTONI, Lilia. **Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas:** la construcción de la nacionalidad a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BOTANA, Natalio. **La tradición republicana:** Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

- CATTARUZZA, Alejandro. **Los usos del pasado:** la historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- DELANEY, Jean H. Imagining *El Ser Argentino*: cultural nationalism and romantic concepts of nationhood in early twentieth-century Argentina. **Journal of Latin American Studies**, nº 34, p. 625-658, 2002.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Norma. **Historia de la historiografía argentina.** Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.
- GÉRARD, Alice. Le grand homme et la conception de l'histoire au XIXe siècle. **Romantisme**, nº 100, p. 31-48, 1998.
- GOODDRICH, Diana Sorensen. **Facundo and the construction of Argentine culture.** Austin: The University of Texas Press, 1996.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, vol. 26, nº 43, p. 283-298, 2010.
- PALTI, Elías José. Imaginación histórica e identidad nacional en Brasil y Argentina: un estudio comparativo. **Revista Iberoamericana**, nº. 174, p. 47-69, 1996.
- _____. Argentina en el espejo: el "pretexto" Sarmiento. **Prismas:** revista de historia intelectual, nº 1, p.13-34, 1997.
- _____. La nación como enigma: la aventura intelectual de Sarmiento. In: _____. **El momento romántico:** nación, historia y lenguajes políticos. Buenos Aires: EUDEBA, 2009.
- RAMOS, Julio. **Desencuentros de la modernidad en América Latina:** literatura y política en el siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- RODRIGUEZ PERSICO, Adriana. **Un huracán llamado progreso:** utopía y autobiografía en Sarmiento y Alberdi. Washington, D. C.: Secretaría General de la OEA, 1993.
- ROJAS, Ricardo. **La restauración nacionalista.** Buenos Aires: Talleres de Juan Pueyo, 1922.
- _____. **Blasón de plata.** Buenos Aires: Losada, 1946.
- _____. **El santo de la espada.** Buenos Aires: Editorial Kraft, 1961.
- _____. **El profeta de la pampa:** vida de Sarmiento. Buenos Aires: Editorial Kraft, 1962.
- SANTOS, Fabio Muruci dos. Ricardo Rojas e a construção biográfica de um herói nacional: San Martín, *el santo de la espada*. **Revista Eletrônica da Anphlac**, nº 8, p. 1-26, 2009.

_____. *Blasón de Plata* e a problemática indígena na narrativa histórica de Ricardo Rojas. **Latinidade**: revista do Núcleo de Estudos das Américas, vol. 2, nº 1, 2010, p. 53-70, 2010.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Recuerdos de Provincia**. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916.

SVAMPA, Maristella. **El dilema argentino**: civilización o barbarie. Buenos Aires: Taurus, 2006.

Pacificar a história: passado, presente e futuro nas formas de pensar a política mexicana na transição do século XIX ao XX

Pacifying history: past, present and future in the ways of thinking Mexican politics, in the transition from the 19th to 20th centuries

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes

Professor adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto
leof79@gmail.com
Rua Marquês de Pombal, 285, A
35420-000 – Mariana – MG
Brasil

Fernanda Bastos Barbosa

Graduanda
Universidade Federal de Ouro Preto
fernanda.ichs@yahoo.com.br
Travessa Salomão de Vasconcelos, 80
35420-000 – Mariana – MG
Brasil

Resumo

Durante o Porfiriato (1876-1911), houve uma intensa produção sobre o momento de estabilidade política que o México atravessava. O objetivo deste texto é discutir como, entre os séculos XIX e XX, polígrafos mexicanos utilizaram a História e concepções de tempo em suas obras políticas sobre a Paz porfiriana. Escolhemos os textos de Bernardo Reyes, Justo Sierra e Francisco Madero. A intenção é explicitar como, a partir da memória de um passado anárquico mexicano pós-independência, marcado por guerras civis e intervenções estrangeiras, criou-se no México uma imagem de Díaz como o regenerador da nação, que conseguiu estabelecer a paz interna durante sua ocupação da primeira magistratura do país. Desse presente pacificado, um futuro emergiria. Mas tal futuro, por sua vez, dependia de escolhas políticas que seus autores buscavam defender.

Palavras-chave

História da historiografia; Temporalidades; América Latina.

Abstract

During the Porfiriato (1876-1911), there was an intense moment of production on the political stability that Mexico was going through. The aim of this paper is to discuss how, between the nineteenth and twentieth centuries, Mexicans polygraphs have used history and conceptions of time in their political works on the *Porfirian peace*. We have chosen the texts of Bernardo Reyes, Justo Sierra and Francisco Madero. The intention is to explain how, from the memory of an anarchic post-independence Mexican past, marked by civil wars and foreign interventions, an image of Díaz as the regenerator of the nation was created; Díaz was portrayed as someone who managed to establish that internal peace during his presidency. From this pacified present, a future would emerge. But such a future, in turn, depended on political choices that its authors sought to defend.

Keywords

History of historiography; Temporalities; Latin America.

Enviado em: 8/10/2011

Aprovado em: 1/11/2011

Desde a proclamação oficial da independência, em 1821, o México passou por um longo período de experimentos políticos. Depois de um curto período imperial, o país ingressou na vida republicana e, em poucos anos, teve vários presidentes, muitos deles ficando apenas alguns meses no poder. Houve outras experiências políticas, como triunviratos e ditaduras.

Em meio a tais mudanças, algumas tendências puderam ser observadas. Ao mesmo tempo em que se deu uma relativa centralização, o poder passou a ser disputado por dois grandes setores, o liberal e o conservador. Como tipos ideais, tinham propostas ideológicas opostas. O partido conservador era marcadamente centralista e corporativo, defendendo uma nação católica dividida em estamentos, cuja unidade deveria repousar nas tradições e nos costumes. Já o partido liberal era federalista e, por sua vez, defendia que o Estado deveria ser laico e dar-se através da igualdade jurídica dos cidadãos, excluindo qualquer divisão em estamentos. Mas essa pureza ideológica não era sempre observada, tendo os ideais moderados um maior número de seguidores.¹

Durante o governo de Ignacio Comonfort, eleito em 1857, os conflitos entre esses setores rivais ficaram mais candentes, desembocando na promulgação de nova Constituição, marcadamente liberal.

Para além de questões estritamente internas, houve também invasões estrangeiras, como a americana (que resultou na perda de algo mais da metade do território da nação em 1848) e a francesa, que gerou um segundo interregno imperial na história oitocentista mexicana.

Da soma de tais eventos, internos e externos, eclodiu uma sangrenta guerra civil, que restaurou a República, expulsando os franceses, mas que também deu vazão às dissensões entre conservadores e liberais na chamada "Guerra da Reforma", bem como a outras escaramuças locais. A vitória liberal fez-se sentir quando, no primeiro governo de Benito Juárez, entre meados de 1859 e finais de 1860, foram promulgadas cinco leis (Leis da Reforma) que separavam Igreja e Estado; tais leis fizeram com que a Igreja perdesse muita força no México.

Por conta de tantos conflitos, um dos grandes projetos liberais quando de seu triunfo na condução do país era o de "pacificar o México". Tal projeto visava ao ingresso do país no rol de nações civilizadas, assinalando o progresso que disso adviria. Para que isso ocorresse, acreditava-se necessário que as instituições e leis fossem respeitadas, e que um governo justo dissesse, mantendo-se em conformidade com a legislação.

Foi então que, desde 1876, e durante mais de 30 anos, o país ficou nas mãos de apenas um homem. Embora tenha havido outros presidentes até o estalar da Revolução Mexicana, o México gravitou ao redor de Porfirio Díaz. Naquelas décadas, esse momento de estabilidade política que os anos do Porfiriato pareciam significar não passou despercebido. O objetivo deste texto é discutir

¹ Para um aprofundamento da questão ver: FERNANDES 2009. Josefina Zoraida Vázquez também escreveu que: "las tendencias políticas mexicanas del siglo XIX tuvieron, por supuesto, una amplia gama de matices, lo que dificulta su clasificación. El conservadurismo mexicano a menudo se caracteriza en forma simplista, como defensa de la tradición hispánica y, por tanto, centralista, corporativo, clerical, militarista y monárquico frente a un liberalismo también monolítico, al que sólo se le reconoce la división

como, entre os séculos XIX e XX, polígrafos mexicanos representaram tal estabilidade e os anos de Porfiriato em suas obras. Para isso, dirigiremos nossa atenção ao uso da história e da passagem do tempo para os textos de três importantes indivíduos.

O primeiro deles, Bernardo Reyes Ogazón (1850-1913) nasceu em Guadalajara e iniciou sua carreira militar ainda jovem, lutando sempre a favor do grupo liberal. Participou como soldado da guerra contra a intervenção francesa no México (1864-1867), contestando o governo do imperador Maximiliano de Habsburgo. Durante a presidência de Porfirio Díaz, assumiu o cargo de governador do estado de Nueva León e, em 1900, foi nomeado ministro de Guerra. Para esse artigo, verificaremos em seu livro *El General Porfirio Díaz*, escrito em 1902, como o governo de Díaz foi retratado como um período de estabilidade necessário ao crescimento do país, mas que, temerariamente, poderia se perder e perpetuar-se como uma ditadura.

Depois, passaremos à produção de Justo Sierra Méndez (1848-1912). Literato e político, foi Ministro da Suprema Corte mexicana e, posteriormente, ocupou o cargo de ministro de Instrução Pública e Belas Artes de Díaz. *Científico*, acreditava que a educação era sinônimo de fortificar o país. Publicou *México: su evolución social* (1900-1902),² obra em três volumes, fartamente ilustrada, “que era un catálogo del progresismo porfiriano, fenómeno que abarcaba de la modernización del transporte a la reforma educativa, sanitaria, policial y carcelaria” (LOMNITZ 2008, p. 450).

Com isso, verificaremos como Sierra criou outra forma de representar a tensão entre o passado turbulento do país, o presente pacificado e o futuro incerto entre o progresso absoluto advindo da pacificação ou dos perigos de uma ditadura. Para aquele intelectual positivista, o México fincara raízes de uma árvore da paz que só poderia dar bons frutos.

O terceiro, a exemplo de Reyes, tornou-se adversário político de Díaz. Francisco Ignacio Madero (1873-1913) vinha de uma família de fazendeiros importantes de Coahuila e, a partir de 1908, passou a fomentar críticas ao governo. Lançou uma campanha antirreeleição para o pleito de 1910 e foi preso. Fugiu para tornar-se um dos líderes da Revolução Mexicana, sendo nomeado primeiro presidente após a renúncia de Díaz, em 1911. Seu principal trabalho foi *La sucesión presidencial en 1910: el partido nacional democrático*, escrito em 1908 e publicado em 1909. Embora durante o referido período histórico tenham existido vários outros trabalhos que versaram sobre o governo de Díaz, a escolha das obras analisadas justifica-se pela contribuição que deram para mudanças de matizes e matrizes historiográficas sobre o porfirismo. Ainda que não sejam trabalhos de história propriamente, mas um misto de história

en radicales y moderados. Esta visión pasa por alto que todas las tendencias se nutrieron en las mismas fuentes, por lo que los “partidos” coincidieron en muchas temáticas [...]” VÁZQUEZ 1997.

² É importante elucidar que entre 1900 e 1902 foi publicada no México uma obra organizada por Justo Sierra intitulada *México: su evolución social*. Ele próprio possuiu dois capítulos no livro, denominados “Historia política” e “La era actual” que, posteriormente, foram reeditados em 1940 sob o nome de “Evolución política del pueblo mexicano”, juntamente com o ensaio “*México social y político*”. Neste artigo utilizaremos a reedição da década de quarenta do século XX.

contemporânea e de análise da situação política da época, são estudos recorrentemente citados no âmbito historiográfico profissional; ou seja, tornaram-se canônicos, formaram opinião e instituíram uma memória sobre o presidente.

Embora alguns pontos da biografia desses autores sejam mencionados ao longo do trabalho, nosso escopo não é reduzir o sentido dessas obras, pensando-as apenas como um mero resultado de aspectos biográficos particulares. A intenção é explicitar de que modo, a partir da memória de um passado caótico mexicano pós-independência, marcado por guerras civis e intervenções estrangeiras, criou-se no México uma imagem de Porfirio Díaz como o regenerador da nação mexicana, construtor de um país moderno, que conseguiu estabelecer a paz interna durante sua ocupação da primeira magistratura do país. Desse presente pacificado, um futuro emergiria. Mas isso, por sua vez, dependia de escolhas políticas que seus autores buscavam defender.

Em comum, os três autores, tão diferentes entre si, tinham a crença na paz durante o Porfiriato. Essa chave de leitura foi sintetizada por François-Xavier Guerra:

El porfiriato, antes de ser para los historiadores un período de crecimiento económico y de cambios sociales fue primero que nada, para aquellos que lo vivieron, la paz recobrada. La "perspectiva histórica" tan necesaria, falsea a veces la realidad; para nosotros y para los actores de la Revolución, la paz porfirista es a menudo un dato de base que sirve para explicar otros fenómenos de los que, efectivamente, fue el origen. Pero, ¿quién podría decir lo que la paz representó verdaderamente para los habitantes del México de fines del siglo XIX? ¿Y por qué y cómo se alcanzo esta paz? Para los mexicanos de la época, la paz fue él término de un período de disturbios en la historia del país, mientras que para nosotros no es frecuentemente, más que una premisa (GUERRA 1991, p. 212).

137

México regenerado: passado anárquico e o governo da lei na obra de Bernardo Reyes

O livro *El General Porfirio Díaz* de Reyes pode ser dividido claramente em duas grandes partes. A primeira menciona os feitos militares de Díaz antes de tornar-se presidente da República, descrevendo detalhadamente a participação do general em vários conflitos. A outra aborda o tempo em que ele já havia se tornado o primeiro magistrado do país. As fontes utilizadas por Don Bernardo para dar legitimidade ao seu trabalho foram as memórias do próprio presidente publicadas em 1892,³ bem como os discursos de abertura das sessões ordinárias do Congresso Nacional mexicano, proferidos semestralmente por Díaz.

Logo no início de seu trabalho, Reyes, ao escrever sobre o nascimento de Porfirio Díaz, uniu a vida deste à própria trajetória da história do México, tendo como chave a remissão ao evento conhecido como "Grito de Dolores". O dia 15 de setembro de 1810 era considerado pelos republicanos como o início da luta pela independência, data do Grito de Dolores proferido por padre Miguel Hidalgo.⁴

³ As memórias de Porfirio Díaz não se referem aos seus feitos como presidente, mas sim como militar, pelo menos, até a época da República Restaurada (1867).

⁴ Como escreveu Luis Villoro, em tom apologético, "[...] la noche del 15 de Septiembre, en la villa de

Acerca do nascimento de Díaz, Don Bernardo escreveu:

Viene el general Díaz á la vida en el año de 1830; nace en Oaxaca el 15 de Septiembre de ese año, día que es aniversario de aquel en que Hidalgo profiriera, con fulminante inspirado acento, en 1810, en el pueblo de Dolores, el sublime grito de *Independencia*, que repercutiendo atronador por valles y montañas, hasta los más apartados confines del virreinato del México, levantó en armas á un pueblo siervo, que tras de once años de lucha heroica, rompió las cadenas que lo ataran por trescientos años á la metrópoli española, para así formar una nación independiente y soberana. ¡Coincidencias inexplicables, pero que por su enlace magnífico hablan de algo inescrutable y grande! Aparece el predestinado para defender y transformar brillantemente á México, en ese aniversario glorioso del grito heroico por su independencia (REYES 1960, p. 9, grifo no original).

Nota-se na citação acima que Reyes mobilizou dois conceitos opostos ao referir-se ao nascimento do futuro presidente: “coincidências” e “predestinação”. Uma expressão que se remete ao acaso, ao acidente. Outra é oposta e liga-se ao destino, a uma intervenção metafísica e divina na trajetória humana na Terra.

Apesar de serem opostos, Reyes aproxima os dois conceitos como sinônimos apenas para, ao final, optar pelo caráter predestinado do nascimento de Díaz no mesmo dia do aniversário do grito de Independência do México. A emancipação da nação, que nascera naquele 1810, tinha continuidade providencial no nascimento de Porfirio Díaz. Para Reyes, Díaz era homem cujo destino seria regenerar um país cindido por guerras intestinas e intervenções norte-americanas e francesas, que por tempos ameaçaram a soberania do país. O livro apresenta Díaz, portanto, como uma espécie de profeta, um homem escolhido providencialmente para evitar que a Independência se perdesse.

Em todo o livro, tanto como militar, quanto como presidente, Porfirio Díaz se colocou *pela* nação. Ou seja, para Reyes, foi o patriotismo de Díaz que o moveu e o fez tomar suas atitudes. O próprio episódio da renúncia do general ao Exército, em 1867, no dia em que Benito Juárez, então presidente, entrou triunfante na cidade do México após a vitória das tropas oficiais contra o imperador europeu Maximiliano de Habsburgo, foi justificado pelo tapatío devido ao fato do general não estar mais satisfeito com os rumos da administração juarista. Além disto, quando Díaz se levantou contra o segundo mandato de Juárez, na chamada “Revolução de La Noria” e, principalmente, na de “Tuxtepec”⁵

138

Dolores, de la que es párroco, llama en su auxilio a todo el pueblo, libera a los presos y se hace de las armas de la pequeña guarnición local. El movimiento ha dado un vuelco. La insurrección ya no se restringe a los criollos letrados. A la voz del cura ilustrada, estalla súbitamente la cólera contenida de los oprimidos. La primera gran revolución popular de la América hispana se ha iniciado” (VILLORO 2000, p. 504).

⁵ Segundo Bernardo Reyes, Benito Juárez, ao entrar na cidade do México em 1867, tomou a medida de reduzir o contingente militar, retirando alguns importantes indivíduos de seus cargos no Exército. Além disto, no dia 14 de agosto do mesmo ano o presidente expediu um plebiscito convocando o povo mexicano a votar pelo aumento do poder Executivo, o que acabou gerando uma divisão entre os membros do grupo liberal, e uma consequente guerra civil entre eles. Diante deste cenário conflituoso, em 1871 Díaz expediu seu Plano de La Noria contra o segundo mandato governamental de Juárez alegando “que se había falseado el voto público” (REYES 1960, p. 261). Contudo, nesta mesma época o presidente morreu e o Plano de Díaz perdeu razão de ser. No ano de 1876, já sob o governo de Sebastián Lerdo de Tejada, presidente da Suprema Corte que, à morte de Juárez, tomou posse da primeira magistratura, Díaz novamente lançou um Plano que desconhecia

(esta contra a reeleição de Sebastián Lerdo de Tejada), o discurso também pregou que o motivo foi o amor pela pátria do futuro presidente, que tudo fizera em benefício da nação.

Um dos momentos mais importantes do livro diz respeito à ascensão de Díaz à primeira magistratura mexicana. Como demonstra o trecho abaixo, Reyes acreditava em um bom futuro mexicano, um porvir feliz sob o governo de Porfirio Díaz, indivíduo que traria prosperidade ao país. Com todos os conflitos e problemas por que passava o México, só mesmo o “predestinado” poderia gerar estabilidade e paz à nação. Escreveu o autor:

A fin de dar ser constitucional al Gobierno, el vencedor [Porfirio Díaz] expidió la convocatoria para las elecciones de los poderes; y á virtud de ella se reunió en el mes de Abril el Congreso electo, declarándolo Presidente de la República en Mayo de 1877, previa la computación de los votos respectivos.

Ya estaba al frente de los destinos de la nación aquel hombre que había aspirado á ello, con el fin de procurar su engrandecimiento: habíase confirmado en los comicios la posición que le diera el triunfo del Plan de Tuxtepec.

¡Inmensa deuda había contraído para con sus conciudadanos, y llegaba la hora de satisfacerla![...]

El compromiso era solemne é imponía tareas titánicas, ante cuya perspectiva se hubiera sentido anonadado cualquier estadista ilustre, cualquier afortunado vencedor, pero no quien con el genio del vidente, con la energía del gladiador, desarrollada en grandes luchas; con la fe del triunfador, con la iniciativa del gobernador providente, y con el amor á la patria del que hiciérase glorioso combatiendo á muerte por ella, había medido de antemano, con olímpica serenidad y con intuición profética, lo formidable de la empresa á que se arrojava, y entrevisto con los ojos de la mente la realización feliz de sus proyectos colosales[...]

Al solitario de Oaxaca en 1870, á fuerza de encender su pensamiento en los grandes ideales patrióticos, habíase mostrado la visión de la República feliz. Y el vidente se sintió impulsado, volando á realizar los propios destinos, en busca de aquella anhelada prosperidad para México (REYES 1960, p. 267).

139

O futuro era certo. A nação tinha um destino a cumprir: também ela estava predestinada à paz e à ordem. Essa fórmula da história nacional, na qual o próprio país era personagem histórico central e que se punha como um cenário, um palco no qual os fatos se desenrolavam, não era novidade. Tal forma de narrar a história, de valores nacionalistas, precisava de grandes homens, heróis perpetradores de façanhas incríveis. Em outras palavras, livros como o de Reyes manifestavam a crença na capacidade de um líder em guiar massas e civilizá-las. Na história nacional, o prócer narrado é um pró-homem a serviço da nação e da humanidade (ROZAT 2001, p. 127): a Nação era a nova verdade. E Díaz, no texto de Reyes, era este pró-homem.

Sobre o período governamental de Díaz, Reyes destacou o amor à pátria do presidente pelo México, a transformação do país em uma nação moderna

Lerdo como presidente, sendo um dos principais artigos a proposta de não-reeleição. Porfirio Díaz, portanto, saíra vencedor contra as forças lerdistas na batalha em Tecocac, estado de Puebla.

que, sob seu governo, passou a vivenciar uma situação de paz, ordem e grande progresso material. Reproduzindo trechos dos documentos oficiais, Don Bernardo destacou os grandes feitos materiais do país, como a construção das estradas de ferro, dos telégrafos, a construção de hospícios, bancos, escolas, entre outros, como o *Desagüe del Valle*, canal para evitar enchentes na capital, cuja drenagem era tida como símbolo de salubridade pública na época.⁶ Além disto, foi dada ênfase à organização da “Hacienda” pública, ou seja, ao equilíbrio econômico dos egressos e ingressos do país conseguido pelo presidente entre os anos de 1895-1896. Nas palavras de Reyes,

La obra estaba hecha, *la nación regenerada*; el México moderno saludó gozoso á los pueblos cultos al entrar de lleno en la nueva era de su historia, que señala la época de la gestión administrativa de que nos hemos ocupado en los tres últimos capítulos de esta biografía; biografía que ha necesitado extensas páginas, ya que se ha tratado escribir la vida de un héroe y de un estadista que con sus proezas en la guerra y en la paz ha fatigado los ecos de la Fama (REYES 1960, p. 313, grifo nosso).

Percebe-se que Reyes utilizou a noção de “nação regenerada”, indicando que, para ele, Don Porfirio conseguira durante seu governo gerar novamente a nação mexicana, criando um país estável, pacífico e moderno. O autor aponta ainda que a primeira metade do século XIX, pós-independência, teria sido conflituosa. O governo de Benito Juárez, antes da República Restaurada, por exemplo, fora itinerante, tendo que se instalar em vários estados devido às disputas entre o grupo liberal e o setor conservador do país. Assim, a partir de 1876, a nação renascia depois de nova e tumultuada gesta; isso podia ser percebido na estrutura organizada de governo: no governo da lei e na firmeza das instituições, bases para o desenvolvimento nacional.

Quando Reyes escreveu a respeito da reeleição de Don Porfirio, em 1884, ficou clara a justificativa de que aquela era uma vontade popular. Em nenhum momento do livro o autor denominou o presidente de ambicioso ou egoísta, como veremos, por exemplo, na obra de Francisco Madero.⁷ Para o tapatío, Díaz foi chamado pelo voto público⁸ para retornar à primeira magistratura do

⁶ “Los tiempos en que para tener noticia de alguna parte del país se demandaba el transcurso de medio mes, y de uno ó dos meses más para que alguna fuerza puesta en campaña llegara á ella, eran propicios, naturalmente, á las revueltas; pero el telégrafo y el ferrocarril las hicieron difíciles y contribuyeron á consolidar la paz y tranquilidad públicas, que atraieron el capital extranjero para que viniera á derramarse en nuestro territorio, erigiendo fábricas y talleres é innúmeras industrias” (REYES 1960, p. 298).

⁷ Neste ponto achamos importante destacar que, mesmo Bernardo Reyes não sendo um crítico do governo porfirista, existiu no México um movimento popular conhecido como “Reyismo”. Reyes possuía grande popularidade no país e quando da notícia, em abril de 1909, de que eram candidatos para as eleições de 1910 Porfirio Díaz e Ramón Corral, muitos indivíduos passaram a almejar Reyes para o cargo, pedindo que Don Porfirio reconsiderasse sua escolha. Segundo Artemio Benavides Hinojosa (1998), entre maio e junho do mesmo ano vários clubes foram organizados tanto na capital, quanto nos estados, com a proposta de que Reyes fosse o vice-presidente. Contudo, diante desta situação o próprio Reyes não tomou nenhuma atitude, negando-se a encabeçar o movimento e partindo para Paris (a pedido do presidente) em novembro de 1909. Como escreveu Benavides, “frente a la elección presidencial de 1910, son los reyistas loas más importantes protagonistas, no el general Reyes que ‘no hizo entonces –ni nunca– acto público de candidatura. Todo el episodio reyista permanece caracterizado por esta ambigüedad permanente: la de un movimiento extremadamente popular, en que el candidato jamás quiso ponerse a la cabeza de sus tropas” (BENAVIDES 1998, p. 292).

⁸ Claudio Lomnitz nos lembra que as eleições, em si, não gozavam de muito prestígio popular e não

país, posteriormente ao mandato de Manuel González.⁹ As várias reeleições do presidente também se justificaram por uma vontade popular. Em nenhum momento Reyes classificou o governo porfirista de ditador ou despótico. Como escreveu,

La Carta fundamental, que había sido reformada en el sentido de que no fuese aceptada la reelección del Presidente de la República, sufrió nuevas reformas, desde Octubre de 1887, contrariando aquel principio; y en 1888 el General Díaz fue agraciado por el voto público para seguir al frente de los destinos de la nación, sucediendo lo mismo en cada uno de los períodos subsecuentes.

La opinión se pronunció resueltamente por la reelección, cuando estuvo al frente del Gobierno el hombre que llegó a ser un símbolo de prosperidad nacional (REYES 1960, p. 286).

Portanto, para Bernardo Reyes, Porfirio Díaz é representado como um herói, o indivíduo que conseguiu pacificar o México ou, como dito acima, tornar a gerar um país que por tempos foi ameaçado de perder sua independência e soberania. A todo o momento da obra percebemos como Don Bernardo expôs uma noção de que houve uma “segunda independência” mexicana sob o Porfiriato. Como explicou,

México en paz, ofreció tales seguridades al hombre y á sus intereses que ello le dio fama, y llegó á todas partes del globo la noticia de las garantías que en el país se disfrutaban.

Se extendió la buena nueva, y el país aquel, de abolengo anárquico, se presentó de forma tal ante la consideración de los otros pueblos, que sabían de improviso el estado de su florecencia, que se reputó su progreso maravilloso; y todas las miradas buscaron al promotor de sus adelantos, al autor de la transformación nacional, y vieron al héroe de una leyenda que sobre el removido, sangriento campos de luchas, venía regando bienes, y hacía surgir del antiguo al brillante México moderno (REYES 1960, p. 299).

Ou seja, no concerto internacional das nações civilizadas, o México podia, ao livrar-se de seu “avoengo passado anárquico”, gozar um merecido lugar. Era local de leis e instituições sólidas. Isso se devia ao herói Díaz e o povo anuava com isso. Não só a população mexicana aplaudia a pacificação do passado e projetava um “brilhante México moderno”, como também todos os povos do mundo já tinham ciência disso.

eram vistas como indicador da vontade do povo. Justamente, por isso, na opinião do mesmo autor, surgem os científicos: um grupo de jovens intelectuais liberais que cria para a campanha da terceira reeleição de Díaz um modelo de prévias eleitorais e um partido político com manifesto, inspirado no modelo norte-americano. No texto do manifesto, a plataforma porfiriana era descrita como uma maneira “científica” de organizar as finanças e o modelo tributário do México, força das leituras de autores como Augusto Comte. Os signatários do manifesto, que incluíam Sierra e José Yves Limantour, passaram, então, a ser conhecidos como “científicos”. O vocábulo extrapolou seu significado original e passou ser usado como crítica a todos os que estavam assessorando Díaz (LOMNITZ 2008, p. 447-448).

⁹ “Cuando tanto anhelo había manifestado por la prosecución del General Díaz en el poder, desde que se efectuara anteriormente el cambio de personal en el supremo gobierno, en 1880, era de esperarse que en la renovación de 1884 fuese llamado por el voto público, nuevamente, á la Presidencia de la República aquel ilustre gobernante.

Cierto malestar, que fue rápidamente tomando creces, hubo de experimentarse en la nación en los últimos tiempos del período del General González; pero la esperanza en el general Díaz tuvo en suspenso los ánimos, y su vuelta á la primera magistratura de la nación era esperada con ansiedades que parecían desbordarse” (REYES 1960, p. 282).

A árvore da paz definitiva: Justo Sierra e a visão evolucionista da nação mexicana sob o governo de Díaz

Justo Sierra foi membro da chamada elite científica porfirista. Participou ativamente da União Liberal Nacional, grupo criado no ano de 1892 que, mesmo apoiando e propagandeando as reeleições do presidente, não deixou de criticar algumas posturas adotadas por ele. Como escreveu Luis González, os *Científicos* foram “un grupo que más de una vez censuró con mucha mano izquierda la obra de Porfirio Díaz desde una plataforma política dada a conocer desde 1892 en famosa convención” (GONZÁLEZ 2000, p. 674). Segundo o historiador inglês Paul Garner,

El vehículo de desafío al poder ejecutivo, desde el interior del círculo de asesores más allegados, fue la Unión Liberal Nacional, formada en 1892, que surgió del Consejo central porfirista que se formó el mismo año para promover la tercera reelección de Díaz. [...] Como lo afirmó Justo Sierra, abogado, periodista, primer secretario de Instrucción pública después de 1905 y uno de los intelectuales más destacados de la época, en el manifiesto de la Unión Liberal: “Si la paz efectiva se ha conquistado por medio de la vigorización de la autoridad, la paz definitiva se conquistará por medio de su asimilación con la libertad” (GARNER 2003, p. 206).¹⁰

Embora tenha formulado críticas a Díaz, principalmente nos últimos mandatos, procuraremos compreender como em seu ensaio “La era actual”, contido em *México: su evolución social*, Sierra legitimou a concentração de poder nas mãos do presidente, embora acreditasse ser tal medida perigosa para o desenvolvimento de um governo democrático. Don Justo Sierra não deixou de criticar a falta de liberdade política que existiu no México porfirista, já que acreditava que tal medida era perigosa para o desenvolvimento de um governo democrático. Julgava que a concentração de poder nas mãos do presidente era, no entanto, necessária para acabar com os conflitos no país. Mais uma vez, o controle do passado era a chave para entender o presente pacificado.

O autor iniciou o ensaio falando como a situação de guerra civil deixou o país destruído até o período anterior a 1876. Escreveu o advogado, “el país estaba desquiciado; la guerra civil había, entre grandes charcos de sangre, amontonado escombros y miserias por todas partes; todo había venido por tierra [...]” (SIERRA 1940, p. 280). Ou seja, Sierra não acreditava que o quadro do passado antes de Díaz era apenas caótico, como defendia Reyes, mas que havia destruído o México fisicamente. O texto de Sierra reduz o país pré-Díaz a

142

¹⁰ Este trecho do manifesto de Justo Sierra foi retirado por Paul Garner da obra de Charles Hale: *The transformation of liberalism in late nineteenth-century Mexico*. Hale é autor de uma trilogia muito conhecida sobre o liberalismo mexicano: *Mexican liberalism in the age of Mora 1821-1853* (1968), *The transformation of liberalism in late nineteenth-century Mexico* (1989) e *Emilio Rabasa and the survival of porfirian liberalism* (2008). Diferentemente do que Jesús Reyes Heróles afirmou anos antes em *El liberalismo mexicano* (1957-1961), Hale acreditava o liberalismo e o positivismo não eram totalmente opostos, sendo as ideias do segundo adotadas pelo primeiro durante a segunda metade do século XIX. Criticando a proposta de Reyes Heróles, para quem o Porfiriato seria a negação do liberalismo, Hale defendeu que, a partir de 1867 até 1878, o liberalismo no México se estabeleceu principalmente como “mito político unificador” (HALE 1991, p. 15), sendo posteriormente agregadas ideias positivistas a ele.

escombros e miséria, a um local onde nada mais parava de pé. Como em um romance, o prólogo prenunciava o que estava por vir: a reconstrução e regeneração ocorridas durante o porfiriato.

Sierra, pelo que percebemos, preocupava-se com a situação de guerra civil por que passou o México. No prólogo feito ao seu livro, Abelardo Villegas escreveu que, em 1878, o advogado, juntamente com alguns conhecidos, organizou um periódico intitulado *La libertad*, que propunha justamente o fim das disputas entre o setor conservador e liberal do país. Segundo o historiador, “el periódico mismo eleva[va] el epíteto de ‘diario liberal conservador’ y enfoca[va] la cuestión nacional con las armas del positivismo comtiano y del organicismo spenceriano [...]” (VILLEGAS 1985, p. XIV).

Além do cenário interno descrito por Sierra devido às disputas abaixo do Rio Grande, a imagem que se formava do México no exterior, principalmente no vizinho do norte, também era preocupante. De novo, o México era imaginado em uma relação especular para com o resto do mundo: sua imagem, boa ou má, seria refletida em outras partes civilizadas do orbe. Logo, uma imagem de fraqueza e destruição podia elevar o temor de mais uma invasão dos Estados Unidos no país.¹¹ Escreveu o autor,

Estaba probado; México era un país ingobernable, los Estados Unidos debían poner coto a tanto desmán, ya que Europa era impotente para renovar la tentativa. Los sociólogos nos tomaban como ejemplo de la incapacidad orgánica de los grupos nacionales que se habían formado en América con los despojos del dominio colonial de España, y el ministro de los Estados Unidos asumía una actitud de tutor altivo y descontento ante el Ejecutivo revolucionario (SIERRA 1940, p. 281).

143

Referindo-se a esta situação, Sierra escreveu que a vontade do povo mexicano era a de que existisse paz interna.¹² A paz, por conseguinte, fortaleceria o país e evitaria o mau julgamento que a comunidade internacional poderia dele fazer. Assim, tal como Reyes, Sierra também tangeu a mesma questão da necessidade de pacificar o México, embora em seu trabalho já encontremos certas críticas direcionadas ao governo, ainda que sutis.

Ao falar sobre o regime presidencial de Porfirio Díaz, o autor escreveu que o presidente estabeleceu seu poder sobre esse desejo popular, unânime, de paz interna. Argumentou,

Sobre ese sentimiento bien percibido, bien analizado por el jefe de la revolución triunfante [desejo de paz], fundó este su autoridad; ese sentimiento coincidía con un propósito tan hondo y tan firme como la aspiración nacional: hacer imposible otra revuelta general. Con la consecución de este propósito, que consideraba, ya lo dijimos antes, como un servicio y un deber supremo a un tiempo, pensaba rescatar ante la historia la terrible responsabilidad contraída en dos tremendas luchas fratricidas [revolta

¹¹ Percebemos em Sierra, como em Reyes e no próprio Madero, a preocupação de perda de soberania do México frente aos Estados Unidos.

¹² “Pocas veces se habrá visto en la historia de un pueblo una aspiración más premiosa, más unánime, más resuelta” (SIERRA 1940, p. 281).

de La Noria e revolução de Tuxtepec]: la sangre de sus hermanos le sería perdonada si en ella e de ella hacía brotar *el árbol de la paz definitiva* (SIERRA 1940, p. 282, grifo nosso).

Se o México estava reduzido a escombros, desolado, a vontade da nação por paz era diametralmente oposta. Sólida, firme, mas representada por um buraco profundo que deveria ser preenchido pela paz. Logo, a “árvore da paz definitiva” tinha, por conseguinte, raízes igualmente profundas, capazes de ocupar esse enorme espaço de expectativa e ansiedade pela própria pacificação. Para que ela se enraizasse, mesmo os pecados de origem que a geraram, como o “sangue derramado dos irmãos”, haveriam de ser perdoados. Com Díaz, o México chegara a uma encruzilhada: pacificação completa ou caos absoluto.

Para que Díaz tivesse logrado êxito em estabilizar o país o autor explicou que o presidente fundou sua autoridade na fé e no temor dos mexicanos para com ele. Ou seja, segundo as ideias que Sierra atribuiu a Don Porfirio, era necessário que, ao mesmo tempo em que a população do país tivesse fé em sua figura e em seu governo, não poderiam, em momento algum, deixar de temê-lo.¹³ Nesse axioma maquiavélico, o autor deixou clara a diferença entre temor e terror, sendo este último um “instrumento de despotismo puro” (SIERRA 1940, p. 282-283).

Don Justo não definiu o conceito de temor de forma direta, mas, através de exemplos, podemos inferir do que se tratava. Escreve que os mexicanos deveriam temer o presidente em episódios como o da conspiração dos partidários lerdistas (contrários ao Porfiriato) durante o início do primeiro mandato. Na ocasião, Díaz sufocou a possibilidade de eclosão de qualquer manifestação contrária a si. Descrevendo o episódio, sublinhou o autor,

[...] a punto de estallar en terrible conflagración, fueron [os conspiradores] apagados en sangre: el siniestro estaba conjurado. La emoción fue extraordinaria: hubo protestas y dolor; muchos inocentes perecieron sacrificados, pero la actitud del presidente sorprendió; el temor, gran resorte de gobierno [...] se generalizó en el país. La paz era un hecho; ¿sería duradera? (SIERRA 1940, p. 282-283).

Dessa forma, chegamos à conclusão que o temor era algo que deveria ser perene como sentimento, mas não deveria ser exercido como poder o tempo todo. Em momentos de tribulação, o presidente deveria ser implacável, até mesmo impiedoso. Mas, passado o perigo, a normalidade deveria se instalar. O temor de um novo momento no qual o rigor governamental tivesse que ser acionado encarregar-se-ia de manter a paz.

Ao falar sobre a volta de Díaz ao poder em 1884, Sierra também expôs, como Reyes, a noção de que o ex-presidente voltou a ocupar a primeira magistratura devido à vontade nacional, já que havia um receio no país de que

¹³ “La fe y el temor, dos sentimientos que, por ser profundamente humanos, han sido el fundamento de todas las religiones tenían que ser los resortes de la política nueva. Sin desperdiciar un día ni descuidar una oportunidad, hacia allá ha marchado durante veinticinco años el presidente Díaz; ha fundado la religión política de la paz” (SIERRA 1940, p. 282).

este passasse novamente por conflitos civis. Mais uma vez, era o passado quem justificava uma ação no presente. Por sua vez, uma alteração no presente (em direção à situação caótica do passado) poderia desestabilizar o projeto de futuro.

A justificativa para a população ter outra vez escolhido Díaz, segundo Sierra, foi a expectativa de que Don Porfirio restabelecesse a ordem e procurasse nivelar as finanças do país, ações que não foram efetivadas durante o governo anterior, do general Manuel González. Como escreveu,

Algo así como una colérica unanimidad había vuelto al antiguo caudillo de la revolución al poder; los acontecimientos de la capital parecían indicio cierto del estado precario de la paz y de la facilidad con que podría caerse en las viejas rodadas de la guerra civil; la anarquía administrativa y la penuria financiera daban a la situación visos de semejanza con la del período final de la legalidad de 76, y a todos parecía que se habían perdido ocho años y que abría que recomenzarlo todo; la opinión imponía el poder al presidente Díaz como quien exige el cumplimiento de un deber, como una responsabilidad que se hacía efectiva (SIERRA 1940, p. 287).

Para que Díaz conseguisse realizar as tarefas que o país necessitava, era necessário que ele concentrasse a maior soma de poderes em suas mãos.¹⁴ O presente de paz era uma efemeridade diante do passado anárquico. Nesse sentido, o passado tinha mais força como polo atrativo: um descuido do presente e o futuro poderia ser atraído para o grande ímã do pretérito; a história poderia dar um passo para trás.

145

O autor destacou, portanto, quatro autoridades que seriam necessárias ao presidente para que os rumos da nação continuassem na trajetória correta: a autoridade legal, ou seja, o respaldo constitucional que ele possuía, uma vez que tinha sido eleito primeiro magistrado mexicano; a autoridade política, que para Sierra seria o poder de dirigir as câmaras responsáveis pelas leis do país, bem como o governo dos estados mexicanos; a autoridade social, que como escreveu, o constituiria “en supremo juez de paz de la sociedad mexicana con el asentimiento general, ese que no se ordena, sino que sólo puede fluir de la fe de todos en a rectitud arbitral del ciudadano a quien se confía la facultad de dirimir los conflictos” (SIERRA 1940, p. 288); a quarta autoridade seria a moral, que consistia em um *modus vivendi* de uma pessoa que se manifesta, externaliza-se, por um lugar, que no caso de Don Porfirio, seria o México.

Para Sierra, portanto, o presidente, munido das quatro autoridades, estabeleceu a paz no país:

¹⁴ Sobre as atitudes que precisavam ser tomadas no país escreveu Sierra: “En la enorme bancarrota política de ochenta y cuatro, el pasivo era abrumador; había que rehacer nuestro crédito en el exterior, sin el cual no habríamos podido encontrar las sumas necesarias para llevar a cabo las grandes obras del porvenir, haciendo recaer la obligación principal sobre el porvenir así favorecido, y esa obra parecía imposible vista la impopularidad ciega del reconocimiento de la deuda inglesa, clave de ese crédito; había que rehacer la desorganizada Hacienda y era preciso comenzar por una suspensión parcial de pagos; había que prestigiar la justicia, que imponer el respecto a la ley, que deshacer ciertas vagas coaliciones de los gobiernos locales, señal segura de debilidad morbosa en la autoridad del centro; había que dar garantías serias, tangibles, constantes al trabajo en su forma industrial, agrícola y mercantil... tal era el pasivo” (SIERRA 1940, p. 288).

[...] y era está, no huelga decirlo aquí, la última de las tres grandes desamortizaciones de nuestra historia: la de la Independencia, que dio vida a nuestra personalidad nacional; la de la Reforma, que dio vida a nuestra personalidad social, y a la de la Paz que dio vida a nuestra evolución total. Para realizar la última, que dio todo su valor a las anteriores, hubimos de necesitar, lo repetiremos siempre, como todos los pueblos en las horas de las crisis supremas, como los pueblos de Cromwell y Napoleón, es cierto, pero también como los pueblos de Washington y Lincoln y de Bismarck, de Cavour y de Juárez, un hombre, una conciencia, una voluntad que unificase las fuerzas morales y las trasmutase en impulso normal; este hombre fue el presidente Díaz (SIERRA 1940, p. 289).

Sierra estabelecia relações entre essa visão evolutiva da história mexicana e eventos da história universal. A Nação, em qualquer lugar, conforme já afirmamos, era o sujeito histórico, e precisava de guias, heróis. Especialmente em momentos de crise. Assim, Juárez e Díaz eram equiparados entre si, mas também com Cromwell e as tribulações da história inglesa do XVII; com Napoleão e a França revolucionária do início do XIX, bem como a Washington (e a independência americana) e Lincoln (durante a Guerra Civil no mesmo país); Bismarck e Cavour para a formação da Alemanha e da Itália, respectivamente. Grandes homens guiam os seus países em momentos de crise, fazendo surgir do caos uma regeneração capaz de dar sentido à história, na medida em que a fazem avançar para um estágio mais evoluído que o anterior. No caso mexicano, a terceira etapa histórica, a Paz, teria validado os degraus anteriores na escada da formação da Nação. Díaz coroava um longo processo. Mais que coroar, dava sentido a eles.

Sendo assim, o governo de Don Porfirio foi legitimado pela Nação mexicana. Mas, é imprescindível destacar que percebemos por parte do autor um receio de que estes poderes delegados ao presidente prejudicassem a realização de um governo democrático. Citamos,

Y esa nación que en masa aclama al hombre, ha compuesto el poder de este hombre con una serie de delegaciones, de abdicaciones si se quiere, extralegales, pues pertenecen al orden social, sin que él lo solicitase, pero sin que equivocase esta formidable responsabilidad ni un momento; y ¿eso es peligroso? Terriblemente peligroso para lo porvenir, porque imprime hábitos contrarios al gobierno de sí mismos, sin los cuales puede haber grandes hombres, pero no grandes pueblos. Pero México tiene confianza en ese porvenir, como en su estrella el presidente; y cree que, realizada sin temor posible de que se altere y desvanezca la condición suprema de la paz, todo vendrá luego, vendrá á su hora *iQue no se equivoque!* (SIERRA 1940, p. 289, grifo nosso).

Em outras palavras, Sierra via o decurso histórico como um tratado de política: o povo abdicara de uma série de direitos, delegando seus poderes a um homem forte, capaz de reordenar o mundo passado. No presente, este povo continuava a investir o presidente de poderes extraordinários. Fica implícito no texto do autor um receio de Sierra que essa concentração do poder pudesse gerar despotismo (e, nesse sentido, inverter o rumo do futuro de volta ao passado). A única garantia de que isso não ocorreria era o próprio Díaz, a

estrela. A aposta era alta: o México podia tornar-se uma nação de grandes homens, mas não de um grande povo. Ainda assim, entre o receio e a fé, Sierra torcia para que a escolha política do presente mexicano não estivesse equivocada e que não comprometesse o futuro.

A conclusão a que o autor chega, após toda a explicitação da situação política do atual governo, é a de que o regime de Díaz não podia ser considerado, devido a suas várias reeleições, uma forma de despotismo clássico, como muitos se referiam, mas sim uma "ditadura social" ou um "cesarismo espontâneo". Ou seja, a ditadura que havia (e isso Sierra não negava) não era uma necessidade de seu governante, mas de seus governados. O novo "César" não pedia para estar no poder. A nação espontaneamente o desejava lá, uma vez que seu governo era respaldado pelos cidadãos do país e coerente com a constituição.¹⁵ Segundo Sierra, "para justificar la omnímoda autoridad del jefe actual de la República, habrá que aplicarle, como metro, la diferencia entre lo que se ha exigido de ella y lo que se ha obtenido" (SIERRA 1940, p. 290).

Para Don Justo, durante o governo de Don Porfirio, não houve uma evolução política, já que foram suprimidos os partidos e a dinâmica dos mesmos no cenário público do país. Concomitantemente, o que o autor argumentou, é que o México, em vista do período caótico anterior, passou por grandes transformações, tanto econômicas como sociais, e isso deveria ser levado em consideração. Assim, é possível notar que, para Sierra, a nação estava em paz e havia um quadro de evolução social. Era um entendimento positivista do que Bernardo Reyes descrevera como a regeneração do povo mexicano. Escreveu o advogado,

Pero si comparamos la situación de México precisamente en el instante en que se abrió el paréntesis de su evolución política y el momento actual, habrá que convenir, y en estos nos anticipamos con firme seguridad al fallo de nuestros pósteros, en que la transformación ha sido sorprendente. Sólo para los que hemos sido testigos del cambio, tiene todo su valor: las páginas del gran libro que hoy cerramos lo demuestran copiosamente: era un ensueño, – al que los más optimistas asignaban un siglo para pasar a la realidad –, una paz de diez a veinte años; la nuestra lleva largo un cuarto de siglo; era un ensueño cubrir al país con un sistema ferroviario que uniera los puertos y el centro con el interior y lo ligara con el mundo, que sirviera de surco infinito de fierro en donde arrojado como semiente el capital extraño, produjese mieses opimas de riqueza propia; era un ensueño la aparición de una industria nacional en condiciones de crecimiento rápido, y todo se ha realizado, y todo se mueve, y todo está en marcha y *México: su evolución social* se ha escrito para demostrar así, y queda demostrado (SIERRA 1940, p. 290).

¹⁵ Como argumentou o autor, "es un gobierno personal que amplía, defiende y robustece al gobierno legal; no se trata de un poder que se ve alto por la creciente depresión del país, como parecen afirmar los fantaseadores de sociología hispanoamericana, sino de un poder que se ha elevado, no sólo en el orden material, sino en el moral, porque ese fenómeno es hijo de la voluntad nacional de salir definitivamente de la anarquía" (SIERRA 1940, p. 289).

O historiador Guy Rozat Dupeyron, em *Los orígenes de la nación* (2001), argumentou que, para Sierra, o México estava indubitavelmente entrando na modernidade. Mas, por outro lado, nem tudo era perfeito: "reconoce que 'no hemos logrado aclimatar aquí la libertad política por completo, aunque gozamos de gran libertad social, por el contrario de los americanos'; pero pregunta con justa razón '¿lo habían logrado hasta hace veinte años los franceses?'" (ROZAT 2001, p. 463). De novo, o México se punha diante das demais nações civilizadas e ponderava seu lugar entre elas, sua própria evolução social com a de seus compatriotas.

O passado como heurística: *La sucesión presidencial de 1910, de Francisco I. Madero*

Francisco Ignacio Madero descendia de uma importante família do estado de Coahuila, ligada ao governo local. Sua principal obra, *La sucesión presidencial de 1910*, é um trabalho de crítica ao governo porfirista, no qual o governo do presidente era definido como uma ditadura. Díaz era descrito como um indivíduo ambicioso, que tomava suas atitudes devido ao seu grande objetivo de manter-se no poder presidencial, e não mais aquele patriota que se movia em prol da nação, como representado por Bernardo Reyes e Justo Sierra.

Logo no início do livro, ao apresentar seus objetivos ao publicar a obra, Madero discorreu sobre a existência de duas naturezas de ditaduras. A primeira era caracterizada como "franca e audaz" (1909, p. 16), tendo como característica paralisar o funcionamento democrático. O destino dela era ser derrubada por uma forte reação que restabeleceria a liberdade no país. A segunda classe de ditadura era a que se passava no México durante o porfiriato: baseada na retórica de acatamento aos aspectos constitucionais, este segundo tipo aparentava manter a normalidade democrática. Mas isso se passava apenas na forma, uma vez que, no fundo, o México passava por um momento inequívoco de ditadura que ia minando cada vez mais a liberdade da população, sem que esta se desse conta, satisfeita que estava com os progressos materiais.

O objetivo do livro, portanto, era discutir esta situação pela qual passava o México e fazer com que os próprios cidadãos compreendessem e tentassem modificar o futuro do país.¹⁶ A legitimidade construída por Madero em seu trabalho adveio tanto da utilização de fontes oficiais, como do que dizia o povo mexicano, já que: "en estos casos [quando faltavam dados oficiais para comprovar algo] tendré que atenerme á lo que dice la voz pública y en vez de hacer afirmaciones rotundas, sentaré los hechos como muy probables" (MADERO 1909, p. 27). Ou seja, lançaria mão, heurísticamente, do senso comum e da história.

¹⁶ É importante explicar que, no final do governo de Díaz, os intelectuais começaram a discutir o fator biográfico que era a idade do presidente, tendo 78 anos em 1908. Colocamos futuro porque, como veremos, Francisco Madero tinha o receio de que Ramón Corral, candidato a assumir a vice-presidência da República em 1910, ascendesse à primeira magistratura caso Díaz morresse. Se isso ocorresse, Madero cria que se perduraria o princípio de poder absoluto no México.

Antes de escrever propriamente sobre o governo presidencial porfirista, ao analisar ainda a "Revolução de la Noria" e a de "Tuxtepec", diferentemente do que escreveu Don Bernardo, Madero entendeu estes acontecimentos como o resultado da ambição pessoal do general e dos militares que o apoiavam. Explicou o coahuilense que mesmo havendo o acordo conhecido como convênio de Capilla, após a vitória das forças porfiristas em Tecoac, estado de Puebla – em que o presidente da Suprema Corte mexicana, José María Iglesias, assumiria o governo até serem marcadas as eleições –, Díaz tornou-se presidente. E assim concluiu, "había dejado de subsistir el Gobierno Constitucional que existía desde el año de 1857 y se había establecido en su lugar, una dictadura militar, un gobierno de hecho, á la cabeza del cual se encontraba el General Porfirio Díaz." (MADERO 1909, p. 109-110).

A partir desse ponto, o autor argumentou que os feitos de Don Porfirio se justificariam por essa "ideia fixa" do presidente em manter-se no poder. Ao contrário do que fizeram Reyes e Sierra, Madero afirmou que os progressos materiais do México, bem como o momento de paz que desfrutava o país, eram resultados não do patriotismo de Díaz ou de sua vontade de ver um México moderno, mas sim devido a sua sede de glória e ambição pessoal.

Díaz tornara-se a encarnação do poder absoluto, suprimindo os partidos políticos e a dinâmica governamental fomentada pelos mesmos. E o fizera não sustentado pelo poder delegado pelos cidadãos mexicanos, mas sim pelas armas. Enquanto Bernardo Reyes uniu em sua obra a trajetória de vida do presidente à trajetória de vida do México, ligando-a ao episódio conhecido como Grito de Dolores, Madero remeteu-se ao padre José María Morelos¹⁷ para deslegitimar o governo de Díaz:

Pues bien, el poder absoluto del General Díaz, ha creado en México una situación muy distinta á la soñada por Morelos. El Jefe de la Nación en vez de ser siervo y de acatar los decretos del pueblo, se ha declarado superior a él y ha desconocido su soberanía, así es que el gobierno que tenemos actualmente, ni está nombrado por el pueblo, ni sostenido por él. Su fuerza dinamita de las bayonetas que después de Tecoac lo llevaron al Palacio Nacional, y que aún lo sostienen allí (MADERO 1909, p. 232).

Apesar do autoritarismo definir seu governo, Madero acreditava que o vilão Díaz poderia ser redimido ante o tribunal da história e se tornar um dos maiores indivíduos lembrados pela humanidade. Isso porque, apesar de seu desejo pelo poder, a paz conquistada no México há mais de 30 anos "fincara profundas raíces no solo nacional, de forma que seu florescimento" no país "parecia assegurado", o que dava crédito a Díaz: "General Díaz, con su mano de hierro ha acabado con nuestro espíritu turbulento é inquieto y ahora que tenemos la calma necesaria y comprendemos cuan deseable es el reino de la ley, ahora si

¹⁷ O padre José María Morelos é considerado o "segundo herói da independência", já que assumiu a luta depois da morte de Hidalgo.

estamos aptos para concurrir pacíficamente á las urnas electorales para depositar nuestro voto” (MADERO 1909, p. 287-288).

Para o historiador inglês Paul Garner, mesmo não apoiando politicamente o presidente, Madero não deixou de tecer elogios ao governo do mesmo (GARNER 2003, p. 22). Sua crítica não era a de pacificação do presente, mas a transformação deste estado de paz em uma ditadura não apoiada na vontade popular. Argumentou que o governo de Don Porfirio não podia ser considerado um despotismo vulgar, pois gozava de prestígio no concerto internacional e também dentro do país (MADERO 1909, p. 287).

Desta forma, a crítica de Madero foi direcionada a falta de liberdade política que passou a existir no México porfirista. Para solucionar aquela situação denunciada, a proposta era, portanto, a criação de um partido político, o Partido Nacional Democrático. Seus princípios eram o de não reeleição e liberdade de sufrágio, para que pudesse concorrer nas eleições de 1910 e fomentar, com isso, um ambiente de disputa com os governantes nomeados pelo presidente. O país já estava estável, pacífico, bastava agora passar para a etapa da liberdade, do funcionamento, no fundo, das leis e ao respeito à constituição.

Toda essa argumentação política tinha base na sua interpretação heurística da História. Para Madero, Clio abençoava ditaduras consideradas legítimas: aquelas que se erguiam quando um povo pegava em armas para conquistar um princípio e o chefe de tal movimento podia ser investido de poderes extraordinários para guiar a Nação na turbulência (MADERO 1909, p. 120). Esses ditadores tinham “grandeza de alma”.

Nesse sentido, Díaz tivera lastro no início de seu governo. Mas sua “ideia fixa” pelo poder mostrava que ele não tinha “grandeza de alma”, mas “astúcia, paciência, hipocrisia”. Díaz emulava a Augusto, primeiro imperador romano:

Frecuentes ejemplos de esta naturaleza nos presenta la historia, pero el que tiene más semejanza con el método seguido por el General Díaz para absorber en sus manos todo el poder, lo encontramos en la vida de Augusto, que acabó con las libertades romanas, á la vez que con las causas de su grandeza y dio principio, con su despotismo, á la era de la decadencia de aquel gran imperio (MADERO 1909, p. 122).

A leitura condenatória de Díaz a partir do exemplo de Augusto era embasada por Tácito, citado explicitamente. O historiador romano narrou a concentração de poderes nas mãos do príncipe, afirmando que Otávio conquistara o exército com dádivas; o povo, com trigo e a todos (incluindo ao Senado, magistrados e leis) com a paz que instaurou. Madero segue sua argumentação colado ao texto de Tácito e afirma que não houve oposição à contração de poderes, uma vez que

los republicanos más dignos habían sucumbido en las batallas y en los proscripciones; los nobles que quedaban, se elevaban en riquezas y en honores á medida que aumentaba su servilismo; aquellos que habían sido elevados por los nuevos acontecimientos, amaban más el presente y su seguridad, que el pasado con sus peligros (MADERO 1909, p. 122).

Para continuar seu paralelo, Madero recorre às interpretações que Montesquieu e Charles Ernest Beulé fizeram de Augusto, reafirmando que o romano fora um “astuto tirano”, que conduzira os romanos à servidão. A conclusão era a de que César tentara, mas apenas Otávio, com “sua habilidade, sua astúcia e sua hipocrisia”, estabelecera um império (MADERO 1909, p. 124).

Se repararmos, o autor apresenta os mesmos adjetivos, bem como os mesmíssimos mecanismos de tomadas de poder: Díaz era um novo Augusto. Essa espécie de narrativa muito similar às *Vidas dos césares* de Suetônio não era, obviamente, uma escolha casual. O historiador romano compartilha o pressuposto da historiografia senatorial “de que o governo de um imperador só é legítimo na medida em que contemple outros grupos sociais, sobretudo o Senado, mas também a plebe e o exército” (JOLY 2005, p. 125). Deliberadamente, Madero sugere a seus leitores que leiam aquele autor latino para entenderem o que se passava no México como um espelho de fatos que se repetiam pela história (MADERO 1909, p. 276). Segundo o autor, Augusto – e, por extensão, Díaz – podia até ser um bom governante (ao assegurar a paz), mas, usava do controle do exército, do Senado e do povo para perpetuar-se no poder.

Na verdade, os *exempla* voltavam à Grécia antiga. De novo, baseava-se na leitura de Montesquieu para afirmar que as leis antigas eram feitas para “formar um grande povo e não para governá-lo”,

151

resultando de esto que cuando llegó á un alto grado de grandeza, de poder, de riqueza y que su territorio había aumentado considerablemente por medio de la conquista, volvió á caer en manos del despotismo y vino Alejandro, el Grande, aprovechando todos los elementos acumulados por la fuerza de la democracia, á asombrar al mundo con sus épicas gloriosas, fundando el más grande imperio de la tierra, pero cuya grandeza no le impidió desmembrarse á la muerte de su fundador (MADERO 1909, p. 128).

Mais uma vez, as metáforas arborescentes voltavam para caracterizar a reflexão do passado. Para Madero, mesmo com o despotismo alexandrino, as “ideias democráticas estavam tão arraigadas na Grécia”, que depois do general macedônico e de mais guerras civis, a região retomou o modelo de pequenas repúblicas até cair sob jugo romano. Como as metáforas de árvore nos revelam filiação, caminho único entre a raiz profunda grega, o autor prossegue afirmando que a “semente da liberdade” que gerara “ótimos frutos na Grécia” foi levada por ondas até as praias itálicas, “onde floresceu” (MADERO 1909, p. 159). O ciclo repetiu-se em Roma: a força das instituições republicanas, que envolvia todos os cidadãos, acabou por gerar um imenso império, “que conquistou todo o mundo civilizado”. Mas o peso do império trazia outra semente: a da ruína. Montesquieu era mais uma vez a fonte do raciocínio, pois no *Espírito das Leis* ele afirmara que as repúblicas deviam se manter pequenas; que seu formato político não subsiste a existência de largos territórios.

Tal como a Grécia tivera Alexandre, Roma tivera César e depois Augusto. E, como já abordamos, a visão de Madero sobre o principado era a de uma fase de início de ditadura, centralização de poder e solapamento da democracia

romana. O pior, no entanto, viria depois e seria consequência do período dos Césares:

Roma, acostumbrada á la servidumbre por Augusto, admitió á la muerte de éste, el yugo de Tiberio, austero y valeroso militar; pero una vez este en el poder, dio rienda suelta á sus más bajas pasiones, las cuales había ocultado antes, porque se distinguía en el arte del disimulo, tan en boga en nuestros días. ¡Cuidémonos de esos que tan bien saben disimular! (MADERO 1909, p. 276).

E, assim como Otávio legou o poder a Tibério, Díaz escolheria fatalmente entre Reyistas ou, mais provavelmente, entre os *Científicos*. Logo, o México repetiria a história romana e o “poder absoluto” se concentraria cada vez mais até que, “como um vasto organismo carcomido pela gangrena”, cairia “prostrado por sua própria doença”: “a esto se debió la Ruina de Roma y no a las invasiones de los bárbaros”, concluiu Madero. Para um país com histórico recente de invasões, lembrar o fim de Roma ganhava outra dimensão. Valia lembrar que, contudo, o México não era uma Roma rediviva e que seu destino seria mais funesto:

Hay que desengañarse, vamos por una pendiente fatal, y nosotros no podremos sufrir tantos años de decadencia como resistió Roma, porque aquella gran República tenía una vitalidad asombrosa, y había conquistado á todo el mundo, así es que no existía ninguna Nación que pudiera atacarla; mientras que nosotros, somos un pueblo débil, que tenemos por vecino á un pueblo poderoso que bien puede desear ensanchar sus fronteras, invocando algún pretexto como lo sería el de regenerar á nuestro país. En este caso, nuestra resistencia sería muy débil y la pérdida de nuestra independencia segura (MADERO 1909, p. 277).

152

O espelho da História refletia *exempla* mais recentes de como, em momentos de distração, nações civilizadas sucumbiam diante de déspotas:

Ningún escritor reconoce grandes virtudes á Napoleón III, y sin embargo, logró establecer el poder absoluto en Francia, país republicano por excelencia y el más adelantado en el mundo en instituciones y prácticas democráticas. ¡Los franceses nunca se cansaron de lamentar las funestas consecuencias que trajo á su patria ese gobierno! (MADERO 1909, p. 125).

Por outro lado, a história também carregava exemplos de virtude e boa conduta política. Nas “irmãs repúblicas da América do Sul”, era possível observar o que fizera Bolívar, que não teria visto motivos para perpetuar-se no poder. O Libertador dissera e Madero o citava: “La Nación cuya existencia depende de uno solo hombre, no puede tener vida duradera”. Outro exemplo eram os Estados Unidos, um dos poucos lugares que, através do federalismo, contradisseram com sucesso o previsto por Montesquieu sobre grandes repúblicas, aliando grande território ao funcionamento republicano pleno. Dessa forma, o exemplo de George Washington que, mesmo sendo um herói incontestado da independência americana, não aceitou se reeleger uma segunda vez adquiria

um significativo valor ao ser utilizado para se referir a Díaz. O passado recente também mostrava Theodore Roosevelt, que

prefirió la gloria de imitar el ejemplo del padre de la patria, en vez de seguir el consejo de sus amigos y los impulsos de su ambición personal. Estos ejemplos son cada vez más frecuentes en las naciones civilizadas, en donde todo el mundo respeta la ley y en donde impera la fuerza, como en los pueblos atrasados (MADERO 1909, p. 126).

Parece possível postular que, por avançados, Madero se referia aos vizinhos do Norte, ao passo que os atrasados eram os irmãos do sul. Fato é que o México, nessa citação, tornara-se uma ilha de falta de virtude e civilidade, rodeada de bons exemplos de conduta pública e de grandes homens a frente de grandes povos. E tal presente funesto ameaçava seu futuro: "México pasa por uno de los períodos de su historia más peligroso y sólo el patriotismo de todos los mexicanos podrá salvarlo de las tempestades que lo amenazan" (MADERO 1909, p. 278).

Aspectos historiográficos atuais: continuamos a pacificar o passado mexicano?

As análises políticas criadas ainda durante o Porfiriato centraram-se na ideia da "paz porfiriana" e o que ela rendia para o presente e para o futuro do país. Mas que seria essa "paz" que estes indivíduos tanto descreveram? Como pudemos perceber, a memória desta geração foi marcada por uma imagem de guerras civis e intervenções estrangeiras que cindiram o país pós-1810. Além disto, havia um grande temor frente à potência vizinha de que esta, achando o México em situação de ingovernabilidade por causa de todos esses conflitos, acabasse invadindo o país e destituindo a soberania nacional. Dessa forma, é possível concluir que, ao construir uma representação do Porfiriato estes escritores estavam pautados em uma ideia de passado caótico, de um presente pacificado e de um futuro que dependia do que o presente faria da paz.

Nesse sentido, a obra de Madero contribuiu para uma mudança de matriz discursiva sobre o Porfiriato, que se consolidou a partir da eclosão da Revolução Mexicana. Principalmente na década de 1920, intelectuais que buscavam legitimar o projeto revolucionário, deslegitimariam o governo de Don Porfirio. Um exemplo disto é o livro de Luis Lara Pardo que em 1921 escreveu *De Porfirio Díaz a Madero* em que caracterizou o presidente como cruel, egoísta, indivíduo que muito fez para prostituir o povo mexicano.¹⁸

De uma forma geral, a historiografia sobre o Porfiriato durante as primeiras décadas do período revolucionário mexicano passou a censurar veementemente o governo de Porfirio Díaz. De construtor da nação mexicana, o presidente foi

¹⁸ "Bajo los oropeles de la abundancia y la prosperidad, comenzaron a aparecer la crueldad, la intransigencia, la ambición sin límites y el egoísmo del César. Entonces pudo verse que las verdaderas características de su régimen eran dos: exterminio y prostitución [...]. El general Díaz creía firmemente en el exterminio como arma principal de gobierno [...]. Pocos gobernadores, aún entre los reyes, emperadores, faraones, sultanes y califa, han hecho más para prostituir un pueblo que el general Díaz para degradar a los mexicanos" (PARDO *apud* GARNER 2003, p. 18).

representado como um ditador tirânico, que concentrou em suas mãos uma grande parcela de poderes políticos e suprimiu a dinâmica partidária existente no cenário público do país. Como escreveram Gómez Galvarriato e Tenorio Trillo, “la más de las veces el apego involuntario a la historiografía de la Revolución ha producido o que John Womack (1971) denominó *precursorismo*: todo en el Porfiriato era visto o ignorado en tanto antecedente a la Revolución.” (TENORIO TRILLO; GÓMEZ GALVARRIATO 2006, p. 13). A geração de historiadores da década de 1950/1960 ainda admitia esse enfoque historiográfico antiporfirista pós-revolucionário.¹⁹

As gerações seguintes marcaram-se pela querela entre a descrição de um governo “modernizador” ou “arcaizante”. Os defensores do primeiro modelo mostravam os progressos materiais no país e citavam a criação de um Estado moderno forte. O segundo grupo apontava para a crescente concentração de poderes nas mãos de Díaz, ao passo que a população mexicana era marginalizada. Citamos,

Lo que dejaron escrito Ricardo García Granados, José C. Valadés o don Daniel y su equipo fue, primero, una valiosa colección de datos y cronología; segundo, una suerte de “acto contrición” casi personal, siempre comenzado con la premisa de la maldad o incorrección del Porfiriato y terminado con un insospechado respeto y indecisión ante la nota moral del régimen. Por ello, aún hoy, todo lo nuevo que se escribe difícilmente podría caracterizarse como revisionismo. Todo es, por más post esto y post lo otro que se presente, una simple aclaración, un apunte o una acotación a esos datos y a esta indecisión moral de los viejos maestros: en total un conjunto de trabajos que no le quitan al periodo en cuestión su sitio todavía marginal en el total de la historiografía mexicana.

Si la ambigüedad política y moral frente al Porfiriato ha permanecido es porque no es fácil aceptar las dolorosas lecciones de la historia (TENORIO TRILLO; GÓMEZ GALVARRIATO 2006, p. 16-17).

Apenas a partir da década de 1990, o Porfiriato passou por mudanças historiográficas que repensaram tal herança. Com a pulverização de trabalhos na área da história cultural e regional, além das questões políticas como o desencantamento com o paraíso revolucionário que mostraria o verdadeiro México mascarado pelos anos de porfirismo, e a permanência por setenta anos no governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI),²⁰ os historiadores passaram a reavaliar os anos entre 1876 e 1911. Para estudiosos como Mauricio Tenorio Trillo e Aurora Gómez Gavarriato, houve uma permanência, e não completa ruptura, de muitos aspectos do Porfiriato durante a Revolução Mexicana.²¹

¹⁹ Daniel Cosío Villegas foi um dos mais proeminentes escritores desse período. Seu principal trabalho foi *História moderna do México*, referente à República Restaurada e ao Porfiriato.

²⁰ O PRI- Partido Revolucionário Institucional governou o México desde o ano de 1929 até 2000, sendo, portanto, 71 anos de poder hegemônico. Em 2000 quem ganhou para ocupar a presidência do país foi Vicente Fox Quesada do PAN- Partido da Ação Nacional do México.

²¹ Como explicaram Tenorio Trillo e Gómez Galvarriato: “Las columnas que sostenían la leyenda negra del Porfiriato [...] han ido cayendo poco a poco. No porque el Porfiriato fuera en verdad el paraíso perdido, sino porque él régimen posrevolucionario gradualmente se alejó del éden prometido” (TENORIO TRILLO; GÓMEZ GALVARRIATO 2006, p. 14).

Do ponto de vista da leitura da historiografia sobre o período, contudo, como pudemos demonstrar, a base sobre a qual se ergueu a clivagem historiográfica entre um Díaz modernizante e um arcaizante, entre um déspota ou um herói da nação é bem anterior à geração dos “*viejos maestros*”. Ela foi construída retoricamente ainda durante o governo do próprio presidente.

Referências Bibliográficas

BENAVIDES Hinojosa, Artemio. **El general Bernardo Reyes**: vida de un liberal porfirista. Monterrey: Ediciones Castillo, 1998.

COSÍO Villegas, Daniel. **Historia moderna de México**: el Porfiriato, vida económica. Cidade do México: Editorial Hermes, 1965.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Patria mestiza**: memória e história na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

GARNER, Paul. **Porfirio Díaz**: del héroe al dictador, una biografía política. Cidade do México: Planeta, 2003.

GONZÁLEZ, Luis. El liberalismo triunfante. In: COSÍO Villegas, Daniel. et al. **Historia general de México**. Cidade do México: El Colégio de México, 2000.

GUERRA, François-Xavier. **México**: del Antiguo Régimen a la Revolución, I. Cidade do México: FCE, 1991.

HALE, Charles. **La transformación del liberalismo en México a fines del siglo XIX**. Cidade do México: Vuelta, 1991.

JOLY, Fábio Duarte. Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero. **História**, São Paulo, v. 24, Nº. 2, p. 111-127, 2005.

LOMNITZ, Claudio. Los intelectuales y el poder político: la representación de los científicos en México del porfiriato a la revolución. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (dir. do volume). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. I. Buenos Aires: Katz Ediciones, 2008.

MADERO, Francisco I. **La sucesión presidencial en 1910**: el partido nacional democrático. San Pedro: Coahuila, 1908.

PARDO, Luis Lara. **De Porfirio Díaz à Francisco Madero**: la sucesión dictatorial de 1911. Nova York: Polyglot Publishing and Commercial Co., 1912.

REYES, Bernardo. **El general Porfirio Díaz**. Cidade do México: Editora Nacional, 1960.

REYES Heróles, Jesús. **El liberalismo mexicano**. 3 vols. Cidade do México: UNAM, 1957-1961.

ROZAT Dupeyron, Guy. **Las orígenes de la nación**: pasado indígena e historia nacional. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2001.

- SIERRA, Justo. **Evolución política del pueblo mexicano**. México: La Casa de España en México, 1940.
- TENORIO TRILLO, Mauricio; GÓMEZ GALVARRIATO, Aurora. **El Porfiriato: herramientas para la historia**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. **El primer liberalismo mexicano, 1808-1855**. INAH-Porrúa, 1995.
- VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. Liberales y conservadores en México: diferencias y similitudes. **EIAL**, Vol. 8, Nº. 1, 1997.
- VILLORO, Luis. La revolución de independencia. In: COSÍO, Daniel Villegas et al. **Historia general de México**. Cidade do México: El Colégio de México, 2000.
- WOMACK, John. **Mexican political historiography: investigaciones contemporáneas sobre historia de México: memorias de la tercera reunión de historiadores mexicanos y norteamericanos**, Oaxtepec, Morelos, 4-7 de noviembre de 1969. Austin: University of Texas Press, 1971.

Relatos de viagem sobre a América Hispânica: considerações sobre as obras historiográficas de Feliú Cruz e Estuardo Núñez

Travel writing on Hispanic America: an assessment about historiographical works of Feliú Cruz and Estuardo Núñez

Stella Maris Scatena Franco

Professora adjunta
Universidade Federal de São Paulo
stellafv@gmail.com
Rua Vieira da Silva, 116 - Vila Gertudes
04705-060 - São Paulo - SP
Brasil

Resumo

Este artigo aborda trabalhos de dois autores latino-americanos que se dedicaram a estudos de relatos de viagem sobre as Américas. São eles, o historiador chileno Guillermo Feliú Cruz (1900-1973) e o crítico literário e historiador peruano Estuardo Núñez (1908). Eles estão entre os primeiros, na América Latina, a compilar e inventariar com maior sistematicidade essa documentação, de maneira a propor classificações e abordagens. Seus trabalhos, ainda que seminais, apresentam perspectivas que são questionadas nas reflexões de autores contemporâneos que lidam com as mesmas fontes. O fato de se nortear pela crença de que tais documentos reproduzem fidedignamente a realidade os atrela a uma concepção dominante no passado, mas hoje considerada limitada e insatisfatória. Tal enfoque é explorado neste artigo, que também apresenta as singularidades e aspectos em comum entre esses dois autores no que se refere aos usos dos relatos como fontes documentais.

157

Palavras-chave

América Latina; Relatos de viajantes; Narrativas.

Abstract

This paper aims to present the works of two Latin American authors who dedicated to study travel writings on the Americas: Chilean historian Guillermo Feliú Cruz (1900-1973) and Peruvian literary critic and historian Estuardo Núñez (1908). They were the first ones in Latin America to compile and inventory such documentation in a more systematic way so that to propose classifications and approaches. Despite being seminal, their works present perspectives which are questioned in the reflections of contemporary authors who use the same sources. Both authors were guided by the belief that those documents reproduce reality faithfully - which relates them to a prevailing conception in the past considered limited and unsatisfactory today. Such an approach is explored in this paper which also presents singularities and aspects in common to both authors concerning the use of reports as documental sources.

Keywords

Latin America; Travel writing; Narratives.

Enviado em: 15/6/2011

Aprovado em: 23/8/2011

Relatos de viagem na historiografia contemporânea

Nas três últimas décadas os relatos de viagem entraram definitivamente no universo de trabalho do historiador e de estudiosos de outras áreas das Ciências Humanas, como antropólogos e críticos literários, passando a ser exaustivamente explorados. Este uso intenso fomentou o surgimento de reflexões críticas em relação à abordagem dessas fontes, reflexões estas atravessadas pelos próprios debates historiográficos ocorridos nesse mesmo período, que apresentavam novos problemas ao historiador, ao mesmo tempo em que ampliavam o universo documental e alertavam para a possibilidade de exploração de novos objetos (LE GOFF; NORA 1978). À já recorrente crítica da perspectiva política tradicional somou-se o questionamento das abordagens macroeconômicas, dando vazão a interpretações mais voltadas para o âmbito cultural, das representações, dos imaginários e das relações entre a política e a cultura (RÉMOND 2003). No bojo deste processo os relatos foram alçados a um patamar privilegiado, sendo valorizados como um rico material de trabalho não só para se acessar informações sobre o passado, mas principalmente para se analisar o olhar estrangeiro sobre as diferentes nações, para se refletir sobre o lugar de enunciação, cultura de origem e interesses particulares expressos no discurso do viajante.

Neste processo de valorização e reinterpretação das fontes emergiu a preocupação de se discutir novas formas conceituais na análise da literatura de viagem. Esta é uma perspectiva que se encontra presente em pesquisa que se tornou referência, na década de 1990, para os estudos sobre relatos. Trata-se do trabalho de Mary Louise Pratt, *Imperial eyes: travel writing and transculturation*, livro que ganhou sua primeira edição em 1992 e no qual a autora desenvolveu certos conceitos que foram bastante utilizados nas pesquisas, estando entre os mais citados "zona de contato" e "transculturação".¹

158

¹ A versão traduzida e publicada no Brasil é de 1999. Esta é a edição utilizada neste artigo. Em sua perspectiva, o viajante situa-se num espaço social, caracterizada como "zona de contato", no qual se dá o encontro de culturas díspares que continuamente se chocam e se entrelaçam. Ao mesmo tempo, remarca as relações de dominação e subordinação que atravessam esses encontros (PRATT 1999, p. 27). Cabe lembrar que ela não analisa apenas os autores oriundos do império, mas dedica também uma atenção a alguns latino-americanos. Ademais, não estuda só os relatos produzidos por homens, mas aborda ainda os textos resultantes das viagens femininas, buscando perceber se os "olhos imperiais" acompanharam todos os sujeitos, independente das suas origens espaciais ou de gênero. Realiza uma crítica às perspectivas que tomam como ponto de partida as ideias de "influência" e "cópia", pautadas numa postura eurocêntrica, segundo a qual Europa é representada como centro de difusão de ideias e modelos, e a América é caracterizada como um polo de recepção dos mesmos. Para a autora, a "reimaginação" entre o Velho e o Novo Mundo no contexto do século XIX não resultou apenas das formulações metropolitanas projetadas sobre os povos subordinados, mas do contato e interação entre as duas partes. Em sua concepção, ela se deu por um processo "transcultural": assim como a periferia se apropria dos modos metropolitanos de representação, "as construções europeias sobre os outros subordinados teriam sido moldadas por estes últimos, através da construção de si próprios e de seu ambiente, tal como eles os apresentaram aos europeus" (PRATT 1999, p. 32). Alguns autores apontam certos problemas presentes na obra de Mary Louise Pratt, como é o caso da brasileira Luciana de Lima Martins, em *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico*. De acordo com as apreciações críticas desta autora, Pratt trata os europeus sob o rótulo do "olhar imperial", anulando as particularidades individuais dos viajantes e fazendo com que as vicissitudes e a heterogeneidade das representações permaneçam obscurecidas (MARTINS 2001, p. 21-33). Do meu ponto de vista, ainda que a ressalva seja válida, é preciso cuidar para que as críticas ao "olhar imperial" não cheguem ao ponto de deixar na sombra as implicações políticas possíveis de serem evidenciadas nas trajetórias e discursos dos sujeitos diretamente envolvidos com os projetos de imposição imperialista das potências europeias.

Ponderações recentes acrescentam novas discussões e questionam a ideia de objetividade supostamente guardada pelo relato, pelo fato dele ter sido escrito, presumidamente, por um espectador ocular de certos eventos históricos. Este tipo de confiança nas fontes vem sendo jogado por terra na medida em que vão sendo identificadas narrações confeccionadas a partir da reprodução ou apropriação de outros relatos; isto, por outro lado, lança instigantes desafios metodológicos, como a ampliação para uma análise que ultrapassa a concepção de produção autoral individual - projetando-a para uma perspectiva coletiva -, bem como a abordagem pelo viés da recepção.²

Outras avaliações, também contemporâneas, são desenvolvidas no sentido de problematizar a caracterização destas fontes de forma muito rígida, seja porque são extremamente carregadas de subjetividade ou porque são muito heterogêneas e podem adquirir formas diversificadas (autobiografia, cartas, relatórios, memórias etc.). Nesse sentido, o tratamento da literatura de viagem enquanto um gênero específico chega até mesmo a ser questionado.³

Uma série de problematizações está presente também em trabalhos realizados no âmbito da historiografia latino-americana. No Brasil, uma fértil produção historiográfica vem se desenvolvendo desde a década de 1970.⁴ Um dos primeiros trabalhos a discutir a necessidade de se analisar tais fontes sob nova abordagem é a obra *Livros de viagem*, de Miriam Moreira Leite, na qual estuda, por meio dos relatos, a condição feminina e de trabalho dos naturalistas no Rio de Janeiro no século XIX. No exame que a autora faz sobre a produção resultante das análises de relatos até a década de 1970 destaca a ausência de uma leitura crítica das fontes.⁵ Posteriormente a este trabalho, várias teses acadêmicas centradas especificamente na análise de relatos de viagens foram realizadas, livros foram publicados e revistas especializadas reuniram artigos em formato de dossiês dedicados a sínteses de pesquisas que exploraram estas fontes (FRANCO 2011). Não cabe aqui me alongar sobre esses trabalhos, mas vale destacar a importância de uma obra produzida no âmbito da crítica literária,

² Para uma discussão sobre desafios metodológicos colocados pela análise de texto sem autoria comprovada, ver estudo sobre Jean de Mandeville (FRANÇA 2007).

³ Sobre o hibridismo e o questionamento do relato enquanto gênero, ver BORM 2004. Para uma apresentação das tendências contemporâneas de trabalhos com relatos de viagem e outras problematizações metodológicas, ver JUNQUEIRA 2011.

⁴ Não seria possível abarcar aqui toda a abundante produção historiográfica brasileira sobre relatos de viagem. Seleccionamos algumas obras que têm como fontes principais os relatos de viagens do século XIX. Para uma análise mais abrangente, remetemos a outro trabalho nosso, recentemente publicado (FRANCO 2011). Para viajantes do período colonial, ver os trabalhos de Jean Marcel de Carvalho França (FRANÇA 1999; FRANÇA 2000; FRANÇA; RAMINELLI 2009).

⁵ Segundo Leite "os relatos de viajantes estrangeiros têm sido utilizados como documentação em trabalhos de História, Sociologia, Economia e Antropologia. Até 1970, contudo, tinham sido aceitos sem maiores análises críticas ou fora de uma perspectiva histórica. Embora sejam fontes promissoras de dados qualitativos (principalmente) para a História Social, a documentação que fornecem precisa passar por um crivo analítico, que torne válida a sua contribuição (LEITE 1997, p. 9). Ainda que alertando para a necessidade de se analisar o relato sob o viés da representação, a autora privilegia a dimensão do cotidiano. Para ela, apesar do viajante muitas vezes resvalar em estereótipos, ele possui um olhar privilegiado, pois como "ator de passagem" coloca-se como observador atento da realidade visitada (Idem, p. 17). Entre os aportes metodológicos, em seu trabalho com viajantes, iniciado em meados da década de 1970, a autora sistematiza séries de dados, estabelece diferenças entre as diversas formas de relatos, delimita recorte espacial e temporal; elege tema central e subtemas relacionados, os organiza em forma de índice e, enfim, indexa todos estes dados.

que se tornou referência para o estudo das imbricações entre os relatos de viagem e a produção cultural do país no século XIX. Trata-se de *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, de Flora Süssekind, publicado em 1990, no qual mostra a intertextualidade entre a prosa de ficção brasileira nos 1830 e 1840 e os relatos dos estrangeiros, bem como a contribuição dos últimos na projeção das imagens de Brasil forjadas na produção nacional.⁶

No que concerne à produção hispano-americana recente, efetuada com base na literatura de viagem, as análises tendem igualmente a discutir as representações, as imagens e as projeções simbólicas presentes nos discursos, envolvendo ainda, fortemente, as questões de identidade. Esta última é explorada a partir de diferentes dimensões. As formas de configuração de identidades em meio às viagens podem se encontrar aliadas às representações do nacional em conexão com o universo europeu. Nesta linha, exemplos importantes da produção historiográfica recente sobre as viagens enfocaram o Chile⁷ e a Colômbia.⁸ Numa outra chave, é pelas relações de gênero e de

⁶ Neste livro, a autora analisa os "diálogos" entre os relatos dos estrangeiros e os escritos da prosa de ficção brasileira nos 1830 e 1840, e como isso colabora para a formação de uma dada ideia de nação com exaltação de uma paisagem natural brasileira. Ela pretende mostrar que a noção de Brasil projetada por nossos românticos foi perpassada pelo olhar estrangeiro. Muito mais do que buscar um "Brasil real", se propõe a analisar as imagens construídas nestes cruzamentos entre "crônicas, relatos, notícias, romances, por uma sucessão de miradas, estrangeiras ou não, que lhe demarcam os contornos, tonalidades, sombreados" (SÜSSEKIND 1990, p. 32).

⁷ Carlos Sanhueza Cerda, em *Chilenos en Alemania y Alemanes en Chile: viaje y nación en el siglo XIX*, realiza uma pesquisa a respeito do que chama de "experiências cruzadas". A despeito das dificuldades de estudar personagens oriundos de diferentes realidades, afirma ser o resultado mais desafiador. Para ele, a própria análise de personagens em situação da viagem traz contribuições para compreensões mais complexas das representações do nacional, já que os sujeitos "que estão distantes" e em constante vivência em situações de alteridade, produzem imagens não estáticas, que se reconstruem de acordo com o próprio trajeto. O autor remarca o peso da historiografia tradicional, segundo a qual o Chile desponta como um país "ordenado, homogêneo, tempranamente identificado con una nación", o que geralmente é associado à figura de Diego Portales, como garantidor da ordem e estabilidade. Esta é, para Sanhueza, uma noção estatal (e estática) que se construiu da nação (SANHUEZA CERDA 2006, p. 139). Ao analisar os viajantes chilenos, afirma que os relatos, com as representações de nação forjadas à distância, permitem outras apreensões. Por um lado, os chilenos se incluem em meio a uma representação mais abrangente de "latinidade", quando certos estereótipos são projetados em relação aos povos germânicos; em outros contextos, valorizam a "chilenidade", ao inverterem pré-concepções negativas projetadas por europeus em relação ao Chile e à América, ressaltando as qualidades e potencialidades naturais e materiais do país, apontadas como ainda desconhecidas e inexploradas. Procedem, neste caso, a uma inversão da relação centro-periferia (Idem, p. 178). Sanhueza identifica ainda nuances de viajante para viajante, verificando desde pendores religiosos até tendências utilitárias.

⁸ Frédéric Martínez, em *El nacionalismo cosmopolita: la referencia europea en la construcción nacional en Colombia, 1845-1900*, trata das viagens de colombianos para a Europa. Seu trabalho não se circunscreve apenas nas viagens. O propósito é bem mais amplo, almejando compreender o nacionalismo colombiano, entendido como instrumento de conquista do poder; os mitos políticos construídos no país ao longo do século XIX; o papel dos grupos dirigentes na construção da nova nação; a história de uma geração política que passou do radicalismo liberal do pós-independência ao tradicionalismo no final do século; e as dificuldades de constituição do Estado colombiano (MARTÍNEZ 2001, p. 14). Por trás de tudo isso está a pretensão - negando a lógica difusionista e eurocêntrica da cópia dos modelos - de dar historicidade à forma como a "referência europeia", apropriada ou rechaçada pelas elites, operou nas relações políticas ao longo do século. Para o autor, no pós-independência o cosmopolitismo era reinante, mas com o passar do tempo este cedeu espaço para um viés nacionalista que chegou a rechaçar as influências externas (MARTÍNEZ 2001, p. 38). Vale notar que, de certa maneira, o que Carlos Sanhueza entende como inversão das relações centro-periferia, é observado aqui como uma construção do nacional realizada por meio da resistência ao estrangeiro e na contramão do cosmopolitismo. De qualquer maneira, a referência europeia é para o autor uma constante, e um dos mecanismos de acesso (ou de rechaço) a ela é a viagem (MARTÍNEZ 2001, p. 203-239). Os que viajavam ajudavam a criar um imaginário em relação à Europa, e este era compartilhado pelos que ficavam, por meio das leituras.

etnicidade que a questão das identidades é abordada. Para este caso, uma pesquisa sobre as viagens de mulheres da (e para a) Argentina traz contribuições importantes.⁹

Trabalhos inaugurais no âmbito das viagens e suas contribuições

Essas novas vertentes são devedoras de alguns trabalhos produzidos em perspectivas mais tradicionais, de autores que se dedicaram profundamente ao estudo dos viajantes e de seus relatos. Dentro dessa perspectiva, selecionamos, para tratar neste artigo, a produção de dois latino-americanos. São eles, o historiador chileno Guillermo Feliú Cruz (1900-1973) e o crítico literário e historiador peruano Estuardo Núñez (1908). Eles exploraram estas fontes em um momento em que elas não tinham tanta visibilidade, pois ocupavam um lugar secundário no rol de documentos mais visados pelos historiadores. Atualmente, em meio à especialização que atinge a atividade profissional do historiador e em decorrência da atenção acentuada que os relatos receberam, o tema das viagens suscitou um quadro significativo de leituras críticas e reflexões sobre pressupostos metodológicos. Penso que um olhar sobre a produção historiográfica mais antiga, permite avaliar o que certos trabalhos inaugurais apresentaram em termos de contribuições, bem como o que entendemos ser hoje os seus limites. É por este viés que abordaremos alguns textos dos autores mencionados. Antes disso, entretanto, apresento-os brevemente.

161

Estes dois autores guardam algumas semelhanças em suas trajetórias. Ambos estiveram atrelados a instituições de âmbito educacional e cultural dos seus países, o que se deu particularmente por meio do ensino. Feliú Cruz atuou em estabelecimentos como o Instituto Pedagógico e Faculdade de Filosofia e Educação da Universidade do Chile, lecionando sobre História Americana e Chilena. Núñez foi docente de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidad Nacional Mayor de San Marcos, onde se doutorou em Letras, em 1932. Tem formação de crítico literário e é também considerado historiador, sendo membro da Academia Nacional de História no Peru. Os dois dirigiram instituições importantes no âmbito da educação e cultura, cabendo destacar suas vinculações com as Bibliotecas Nacionais de seus países. Feliú Cruz foi por muito tempo conservador da Biblioteca Nacional do Chile, tendo cuidado do acervo doado à instituição pelo historiador José Toribio Medina.¹⁰ Presidiu a Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (DIBAM), entre 1960 e 1967. Núñez, por sua

⁹ Tal perspectiva é encontrada no trabalho de Mónica Szurmuk, originalmente publicado em inglês, como *Women in Argentina: early travel narratives* (University Press of Florida, 2000). A versão aqui utilizada é a publicada em espanhol, em 2007. A autora analisou relatos de viagem de mulheres europeias e norte-americanas na Argentina, bem como argentinas que circularam pelo interior do país e para os Estados Unidos e países europeus. Em sua pesquisa, mostra que no processo de formação da nação argentina o ideal civilizador foi projetado em torno das figuras brancas e femininas, ao passo que o homem mestiço foi interpretado como símbolo da barbárie. Defende a tese de que as mulheres brancas aproveitaram este lugar privilegiado para intervir no projeto de constituição da "nação civilizada", chegando a criticar os pressupostos que estavam na base deste discurso, como era o caso, por exemplo, da exclusão dos indígenas (SZURMUK 2007, p. 12).

¹⁰ Trata-se da atual "Sala Medina" da Biblioteca Nacional do Chile.

vez, dirigiu a Biblioteca Nacional do Peru entre 1969-1973. Referências comuns nas letras hispano-americanas marcaram parte da produção dos autores, que escreveram textos sobre, por exemplo, Andrés Bello e Ricardo Palma.

Em termos da produção, entretanto, é possível apontar algumas singularidades. É fácil constatar que os trabalhos sobre viagem, apesar de significativos, não correspondem ao grosso da obra de Feliú Cruz, enquanto Núñez faz deles o grande eixo de sua produção. O historiador chileno elaborou uma obra com diferentes enfoques: escreveu biografias¹¹ e ensaios bibliográficos;¹² desenvolveu estudos com enfoque histórico-social ou com ênfase no pensamento político;¹³ empenhou-se, finalmente, na compilação de fontes.¹⁴ A “porta de entrada” para a realização dos estudos sobre viagens feitos por Feliú foi a atuação na Biblioteca Nacional, onde teve acesso às coleções de livros doadas por importantes historiadores chilenos. Ao contrário, o caminho aberto para Núñez para o estudo dos textos de viagem foi seu desempenho como especialista em Literatura Comparada, campo no qual desenvolveu trabalhos de análise sobre as influências da literatura estrangeira na literatura peruana.¹⁵

O principal trabalho de Feliú Cruz no âmbito das viagens foi publicado como adendo a um livro do importante historiador chileno José Toríbio Medina e intitula-se “Notas para uma bibliografia sobre viajeros relativos a Chile” (FELIÚ CRUZ 1962). Estas precedem seis relatos produzidos entre 1615 e 1814, traduzidos e prologados por Medina. Feliú Cruz realizou um inventário dos viajantes que passaram pelo Chile e também dos que partiram dali para outras regiões. Para tanto, utilizou obras da historiografia chilena dos séculos XIX e XX, bem como catálogos de bibliotecas públicas e particulares. Suas “Notas...” compõem um pioneiro exame historiográfico, relativo ao uso dos relatos pelos historiadores. Há que se reconhecer a importância de seus trabalhos, lembrando que realizou uma excelente compilação de fontes. A obra de Feliú Cruz mostra que as viagens foram consideradas como tema de primeira importância para os historiadores chilenos desde o século XIX, podendo-se concluir, pelos levantamentos do autor, que a produção historiográfica chilena daquele período foi construída na intertextualidade com os relatos dos viajantes.

¹¹ Dentre os biografados por ele estão Matta Vial, Ricardo Palma, Manuel Antonio Talavera e Vicente Pérez Rosales.

¹² Com estudos sobre as obras de Benjamín Vicuña Mackenna, Francisco Encina, Claudio Gay, Amunátegui Solar, José Toríbio Medina, Diego Barros Arana e Ramón Laval.

¹³ Trabalho sobre a abolição da escravidão no Chile e sobre as ideias de O’Higgins.

¹⁴ Organizou epistolário de Diego Portales e publicação com documentos sobre José de San Martín.

¹⁵ Patricia B. Vilcapuma Vincés chama a atenção para o pioneirismo do autor na área de estudos dos relatos de viagem no Peru, sendo seu trabalho uma contribuição à literatura de viagem e à literatura comparada. De acordo com ela, Núñez pesquisou em duas frentes: uma mais antiga, que iniciou nos anos 1930, de investigar os estrangeiros no Peru, buscando as marcas dos viajantes na literatura peruana; e outra focada na busca dos textos de viajantes peruanos, para fora e dentro do próprio país (VILCAPUMA VINCÉS 2008). As relações entre a literatura comparada e as viagens podem ser observadas pelos títulos de alguns de seus livros: *Literatura comparada en hispanoamérica* (1964); *Las letras de Itália en el Peru* (1968); *Las relaciones entre la literatura alemana y peruana* (1977); *El Japón y el lejano Oriente en la literatura peruana* (1968).

Publicou ainda, em 1970, *Santiago a comienzos del siglo XIX: crónicas de los viajeros*. O objetivo é retratar a cidade de Santiago no começo do século XIX, por meio de relatos de dezesseis viajantes estrangeiros, de origens inglesa, francesa, alemã e norte-americana (FELIÚ CRUZ 2001). Somou à sua documentação duas memórias de chilenos, alguns textos de periódicos e cartas. Ao longo da obra, desenvolvem-se descrições da cidade, desde a estrutura urbana até os serviços; os costumes, do vestuário à vida religiosa; e as estratificações sociais. Este livro também cumpre o papel de um material de consulta para o especialista. Entretanto, traz um apelo diferenciado em relação ao trabalho anteriormente citado. Em sua concepção visualiza-se a pretensão a que o livro seja destinado a um público mais amplo. O autor explica que seu objetivo é apresentar ao leitor uma obra que “le sea grata, sencilla, acogedora, recordatoria de una ciudad como Santiago, que tuvo en su pasado una existencia que la hizo virtualmente feliz, paradisíaca, al decir general de los viajeros consultados” (FELIÚ CRUZ 2001, p. 23). Continua explicando que de cada viajante extraiu uma parte referente aos diversos temas que pretendia abordar nos capítulos, fazendo adaptações aos textos, “para dar al libro el tono que nos hemos propuesto, es decir, de una lectura fácil, eminentemente atractiva...” (FELIÚ 2001, p. 22-23). O livro tem, portanto, a finalidade de entreter, sem perder o caráter compilativo. Grosso modo, ainda que haja nos trabalhos citados alguma análise das fontes, o que sobressai é um esforço de reunião de textos de viajantes em forma de antologias ou listagens e de publicações de relatos na íntegra, em geral em versões pela primeira vez traduzidas para o espanhol. Com isso contribuiu, sistematizando um material relativamente disperso.

Estuardo Núñez também cumpriu este papel de organizar grandes compilações, como, por exemplo, a realizada para a Comissão do Sesquicentenário da Independência, que é uma antologia de viajantes, em quatro volumes, com textos de estrangeiros no Peru no período das lutas pela emancipação, entre 1808 e 1824.¹⁶ Concordo com Vilcapuma Vincés quando afirma que o estudioso se esforçou para obter maior sistematicidade em torno da reunião do então disperso material, mas que não se limitou a “juntar” as obras. A autora mostra que em alguns trabalhos Núñez estabeleceu também certas classificações e tipologias, elegendo critérios cronológicos e de procedência e buscando definir os perfis dos viajantes que aportaram no Peru.¹⁷

Núñez procurou evidenciar as conexões do Peru com o “estrangeiro” publicando textos sobre o retrato do país na obra de viajantes alemães, como denotam seus estudos, por exemplo, das obras de Humboldt e Rugendas. Em

¹⁶ Intitula-se *Relaciones de viajeros* e foi publicado entre 1971 e 1973.

¹⁷ Estes estudos do autor resultaram nas seguintes classificações: os viajantes de finais do XVIII e início do XIX eram marcados por um perfil ilustrado e realizavam viagens científicas, como as de Alexander Von Humboldt; descreviam a situação social e o clima político às vésperas da independência. Os que vieram na sequência, nas primeiras décadas do século XIX, eram sobretudo periodistas. Os ingleses eram majoritários e se interessavam mais pelas questões econômicas; os franceses vinham em segundo lugar em termos numéricos e se voltavam mais para as descrições dos aspectos políticos, históricos e sociológicos. A preocupação com aspectos etnográficos e antropológicos seria uma presença em viajantes da segunda metade do século XIX (VILCAPUMA VINCÉS 2008).

coletâneas, enfocou ainda presença de viajantes de outras regiões, como italianos, ingleses, norte-americanos e brasileiros no Peru.

Em relação aos viajantes hispano-americanos, cabe indicar dois trabalhos: organizou a publicação do relato, na íntegra, do peruano Pedro Paz Soldán y Unanue, intitulado *Memorias de um viajero peruano: apuntes y recuerdos de Europa y Oriente* (1859-63), e publicou, na prestigiosa Coleção da Biblioteca Ayacucho, uma antología de textos de viagens escritos por hispano-americanos. Na apresentação a este livro faz uma discussão sobre o gênero literatura de viagem, na qual identifica uma aproximação da "crônica" com a "viagem", ao mesmo tempo em que evidencia os contrastes. A crônica, segundo o autor, é ancorada no tempo, enquanto a viagem, o é no espaço e na descrição da realidade; ou seja, o autor alude a uma relação estreita entre a viagem e a geografia e a crônica e a história (NÚÑEZ 1989, p. XI; VILCAPUMA VINCES 2008).

Não cabe citar toda a produção do autor, mas não quero deixar de mencionar uma ação que mostra, do meu ponto de vista, sua atualidade. Atentou para experiências de deslocamento de personagens com uma marcada presença na história peruana, como são os casos de José Carlos Mariátegui e Flora Tristán. Em relação a esta última, publicou e fez um estudo preliminar ao seu relato *Paseos en Londres* (1972), muito antes de Mary Louise Pratt dar à autora uma visibilidade maior com a análise de outro relato seu, *Peregrinações de uma pária* (PRATT 1999, p. 267-293). Pelo volume e abrangência diversa dos textos sobre viagem escritos por este autor, nota-se o olhar atento às situações de deslocamentos, às experiências no estrangeiro, às circulações entre o Novo e o Velho mundo, os extremos Ocidente e Oriente e os trânsitos entre as Américas - da espanhola à portuguesa e vice-versa, de norte a sul, de sul a norte, pelo Atlântico ou pelo Pacífico. Estas são algumas contribuições deixadas nos seus trabalhos.

164

Identificações de limites e apreciações críticas

Se as compilações e classificações trazem como aspecto positivo a disponibilização de um material antes disperso, por outro lado, sabemos que elas apresentam também os seus limites e problemas. No caso de Feliú Cruz, o esforço de compilar obras se liga a uma inspiração em práticas da historiografia positivista do século XIX. A tese central das "Notas..." é a de que desde o início da historiografia chilena, em meados do século XIX, os historiadores (e outros letrados) do país utilizaram-se fartamente dos relatos de viagem para escrever a história nacional.

Na primeira parte da obra Feliú Cruz percorre os trabalhos de vários autores e acaba por fazer um inventário dos relatos que eram utilizados. Chega até mesmo a checar se os relatos usados pelos historiadores estavam em suas versões originais ou traduzidas (FELIÚ CRUZ 1962, p. LII). Examina as obras do frei José Javier de Guzmán, do naturalista Claudio Gay, do escritor Andrés Bello e de diversos historiadores, dentre os quais destaco apenas alguns, como

Diego Barros Arana, Benjamín Vicuña Mackenna, Miguel Luis Amunátegui, José Toríbio Medina e Enrique Matta Vial. Cruz faz uma verdadeira defesa dos autores que utilizaram amplamente os relatos, criticando aqueles que deles se aproveitaram de forma mais sucinta. Estão entre os seus preferidos, Barros Arana, Vicuña Mackenna e Toríbio Medina. Este último teria superado os dois primeiros - considerados fundadores da historiografia chilena - por ter traduzido alguns viajantes, o que ajudaria na difusão destas obras (FELIÚ CRUZ 1962, p. LXXXII). Matta Vial também está entre os que figuram positivamente em seu conceito, sobretudo pelo empenho em publicar coleções de viajantes estrangeiros ao Chile, ato que está na origem de projetos ambiciosos que contaram com apoio governamental e resultaram na fundação da *Sociedad Chilena de Historia y Geografía* e da *Revista Chilena de História e Geografía* (1911) (FELIÚ CRUZ 1962, p. CVI- CXIII).

Na segunda parte das "Notas..." o autor investiga as coleções de livros doados por importantes escritores chilenos à Biblioteca Nacional e também algumas coleções particulares; na terceira e última traz uma relação de títulos das obras dos viajantes nelas constantes organizando-os pelas origens nacionais dos mesmos. Lista ainda alguns trabalhos bibliográficos sobre viajantes.

Apesar de ter escrito menos sobre viagens do que Núñez, um traço a ser destacado no trabalho de Feliú Cruz é a monumentalidade. Suas compilações são grandiosas, como são volumosas também as obras dos autores que considerava seus grandes mestres. Na introdução, o autor lamenta a existência das tantas lacunas presentes nas "Notas...", mas ao mesmo tempo abandona a modéstia afirmando ser o seu trabalho o estudo até então mais acabado sobre o tema:

Con toda franqueza reconocemos y decimos que nuestra bibliografía es un ensayo incompleto. Más todavía: incompletísimo, deficiente. [...] Pero al no existir algo mejor de lo que entregamos, hemos aventurado este ensayo para incitar a que se haga outro mucho mejor todavía (FELIÚ CRUZ 1962, p. XI).

Superando outras compilações, o autor reuniu nesta obra mais de quinhentos títulos de relatos, entre viajantes que vieram da Europa para a América Latina (particularmente ao Chile) e os próprios americanos (da América Latina e anglo-saxã) que realizaram viagens para dentro e fora do continente. A pretensão à monumentalidade, mais do que uma veleidade pessoal, era a marca dos historiadores do século XIX, dos quais Feliú Cruz considerava-se herdeiro. Vicuña Mackenna e Diego Barros Arana foram, eles próprios viajantes, tendo compilado, nos arquivos europeus, fontes que julgavam necessárias à escrita da História nacional. De acordo com as palavras de Feliú Cruz, estes autores eram propensos à arte da narração e se empenharam nos trabalhos de erudição bibliográfica e documental.¹⁸ Os relatos podem, para Feliú, ser usados como "notas explicativas

¹⁸ A *historia general de Chile*, de Diego Barros Arana, levou 26 anos de preparação e 18 de publicação (FELIÚ CRUZ 1962, p. XLV).

destinadas a discutir “los accidentes de la narración, el valor de las fuentes bibliográficas o documentales y la crítica de los materiales” (FELIÚ CRUZ 1962, p. LXXV). Aqueles que abrem mão deste recurso ou que o utilizam escassamente - como ocorre, em sua opinião, com José Luis Amunátegui, autor de *La dictadura de O´Higgins*, em 3 volumes - acabam por realizar um trabalho “en un estilo literário en el cual la oración es corta, a veces demasiado breve”, e cujo resultado é “pobre” (FELIÚ CRUZ 1962, p. LXXV). Seu juízo crítico recai ainda sobre Carlos María Sayago, autor de *História de Copiapó*, de 1874, que também teria usado brevemente os relatos.

...el lector siente casi siempre verse privado del placer de comprobar lo que dice Sayago. Es demasiado parco para dar las fuentes en que apoya sus aseveraciones, aunque ellas se encuentren bien establecidas. Sayago, como Concha [Manuel], sentía una profunda aversión a las manifestaciones externas del aparato erudito (FELIÚ CRUZ 1962, p. LXXIX).

Como se pode notar, o autor projeta o uso do relato visando conferir à obra historiográfica uma *erudição*. Também procura, por intermédio destas fontes, *comprovar* certos eventos. Nesta perspectiva a problematização parece acabar ficando em segundo plano. A própria ideia de comprovação mostra que o autor deposita uma grande confiança no documento como transmissor de uma verdade indiscutível. De fato, a concepção que permeia o trabalho de Feliú Cruz é de que os relatos de viajantes devem ser utilizados como “fontes de informações”. De forma complementar, prepondera a visão de que estas são “imparciais”, porque oriundas de testemunhos oculares da história:

El impacto de esta sociedad sencilla, patriarcal y bondadosa, por otra parte, fue grande en la imaginación de casi todos los viajeros, y al sorprenderse del estilo primitivo de ella, les pareció de tiempos bíblicos. Sin embargo, la describieron con exactitud. En razón de ser testimonios imparciales, en cierto modo, pero en todo caso directos, la historiografía chilena, al igual que la de los otros países americanos, les reconoció el valor de fuentes de imprescindible información, e incorporó su relato como material de primera mano (FELIÚ CRUZ 1962, p. XVI).

Não chega a descartar a presença de algum grau de “idealização”, mas isso não parece ser incompatível, na leitura do autor, com a ideia de fidedignidade destas fontes:

Románticamente, cogieron un mundo extraño para ellos, haciendo de la lectura de sus libros una de las más gratas para el hombre de nuestro tiempo, y aunque se pueda encontrar en estos autores idealizaciones, el fondo de la descripción, el juicio, la opinión, la forma de interpretar, es siempre real, verídica, fidedigna (FELIÚ CRUZ 2001, p. 22).

A visão de América Latina por Feliú Cruz acaba por padecer de uma pré-concepção derivada da própria leitura das fontes, sem que as mesmas passem por um viés crítico. Isso é identificável na incapacidade de romper um discurso tão presente nos relatos europeus, segundo o qual a América é retratada como lugar por excelência da natureza, ao passo que a Europa (sobretudo a França e

a Inglaterra) o é pelo seu elevado grau civilizacional e pela modernidade (FELIÚ CRUZ 1962, p. XIV). Ainda que a natureza seja por vezes um valor enaltecido pelos viajantes - justamente o que atraía os espíritos mais "românticos" - e a civilização seja criticada, a dicotomia e a dualidade representam traços muito comuns ao discurso imperial oitocentista, de modo que a simples inversão dos termos não chega a representar uma postura mais radical de implosão destas polaridades. O enaltecimento, por alguns dos viajantes, da natureza do continente, ao contrário de ser entendido como parte de um discurso imperial, acaba por ser apropriado pelo autor como um dado de reforço a uma visão afirmativa das "cosas americanas" (FELIÚ CRUZ 1962, p. XVI).

Com o objetivo de mostrar como é problemática a ideia de veracidade absoluta das fontes, serão mobilizadas aqui duas passagens do livro *Santiago a comienzos del siglo XIX*, escrito por Feliú Cruz. A primeira localiza-se na introdução. Ali o autor explica que fez parte de seu método colocar lado a lado as opiniões diversas dos viajantes no caso de discrepâncias (FELIÚ CRUZ 2001, p. 23). Saltando desta abertura para uma parte no interior do livro, dedicada à descrição do *Paseo de la Cañada*, o autor contrasta a opinião de um memorialista chileno, José Zapiola, com a de outros autores viajantes. A lembrança do chileno é a de um lugar sujo, desorganizado e com animais mortos pelo caminho (FELIÚ CRUZ 2001, p. 79). A dos viajantes consultados difere integralmente:

167

Ninguno de los viajeros citados contempló lo descrito por Zapiola. Haigh dice que la Cañada comenzó en 1817, cuando él estaba en Santiago. No observó nada de lo que Zapiola puntualiza. En 1821 describieron la Cañada Bladh y Longville-Lowell, y en 1822, Lafond de Lurcy y Graham, sin que el estado de abandono del lugar les llamara la atención. Sólo un viajero, Schmidt-meyer, dice que la belleza de situación del paraje está completamente recompensada con lo que se debe pasar alto, la falta de mayor cultura de los vendedores, que es una cosa distinta de las inmundicias, caballos y burros muertos que encuentro Zapiola en el lugar (FELIÚ CRUZ 2001, p. 306, nota 170).

O que se pode evidenciar na passagem é que, primeiramente, o autor "elege" uma voz autorizada, que é a dos viajantes estrangeiros, colocados, em sua escala de valor, num patamar superior aos próprios testemunhos nacionais. Esta voz ratifica a imagem da América como "paraíso natural", que foi propalada por parte dos viajantes e ressignificada, neste caso, pela historiografia nacional, da qual Feliú Cruz é representante. Tal imagem é a de uma paisagem idílica, romântica, sem conflitos. Sabemos que esta visão favorável não foi o único tipo de representação dos viajantes em relação aos cenários latino-americanos conhecidos e visitados. Ao contrário, muitos deles também criticavam a América Latina pela falta de civilização e pela "barbárie dos costumes", localizada sobretudo nos atos das populações indígenas e mestiças.¹⁹ Mas, na perspectiva

¹⁹ Para uma visão negativa da América Latina pelos viajantes europeus do século XIX, consultar PRATT 1999, particularmente análise do que a autora chama de "vanguarda capitalista".

do autor, não são as representações (CHARTIER 1990; 1991) que estão em questão – e não poderia ser diferente, já que esta discussão estava ausente daquele horizonte de expectativas. De qualquer maneira, a situação ilustra as opções que se apresentam diante da consideração das fontes como retratos da verdade histórica. Neste caso restou ao historiador apelar à frequência e aos números, vencendo a versão com maior quantidade de apreciações coincidentes. Este argumento também é, em minha visão, bastante frágil, tendo em vista que se poderia sempre alegar que a quantidade de relatos não foi esgotada. Ademais, no leque de opções que possuía, escolheu eleger como “verdadeiro” o testemunho estrangeiro, respaldado como voz autorizada do discurso, em detrimento do nacional.

O fato de o viajante vivenciar *in loco* certas circunstâncias sem dúvida fortalece a ideia de que seu testemunho corresponde à verdade. De maneira um pouco mais relativizada do que Feliú Cruz, este aspecto também se encontra presente nas considerações de Estuardo Núñez. Ao comentar um texto de um missionário jesuíta bávaro (Wolfgang Meyer) no Vice-Reino do Peru em meados do século XVIII, afirma que o viajante retrata em minúcias, um quadro de “color local y estampas muy vívidas de los usos de los habitantes, sus vicios y virtudes. Aunque adolece de algunas inexactitudes, el relato es vívido y ameno, e sus observaciones resultan útiles y acertadas” (NÚÑEZ 1969, p. 11-12). Para o autor, um critério positivo de avaliação do relato de viagem é o grau de detalhamento na descrição. Referindo-se a este mesmo missionário, afirma ressentir-se apenas do fato de seu relato não ser tão “detalhado” quando narra sobre o altiplano do Peru e a selva da Bolívia (NÚÑEZ 1969, p. 12). Outro critério para diferenciar um bom de um mau relato é a “precisão” atingida pelo narrador. Tratando do romancista hamburguês do século XIX, Friedrich Gerstaecker, afirma: “[...] es verdad que su expresión adolece de descuido y que a veces su prosa se hace abigarrada e imprecisa” (NÚÑEZ 1969, p. 15). É possível perceber a expectativa que o autor nutre em relação à narrativa do viajante: ela deve ser o mais detalhada, minuciosa, precisa e uniforme possível.

Espera também que o estrangeiro seja imparcial, o que garantiria a veracidade de seu relato. Para tratar da veracidade, entretanto, o autor escolheu um exemplo questionável, por ser extremamente suscetível a parcialidades. Faz elogios ao alemão Hugo Zöllner, pelo fato deste tecer considerações favoráveis aos peruanos quando de sua visita ao país, durante a Guerra do Pacífico, que entre 1879 e 1883 opôs peruanos e chilenos, reservando a vitória a estes últimos e fomentando o nacionalismo de ambos os lados:

El periodista veraz rinde toda su pleitesía a los héroes peruanos de la Guerra [...] Por lo demás, son de primera mano y de gran interés histórico las apreciaciones tan ponderadas sobre la dolorosa situación observada en Lima durante la ocupación chilena, que lo embarga de preocupación en los días que le tocó vivir en la capital, en el mes de diciembre de 1883, época de la cual existen escasos testimonios y nunca tan imparciales como el de Zöllner (NÚÑEZ 1969, p. 27).

Se neste caso encontra um relato “veraz” da situação de Lima no fim da guerra, chega a desconfiar da parcialidade dos viajantes e algumas descrições, particularmente as descrições que faziam dos indígenas. Em relação a Bayer, afirma que é preciso “reconocer su intolerancia característica y su incompreensión del indígena, derivada de su prejuicio racista” (NÚÑEZ 1969, p. 13). Da mesma maneira, critica o médico e naturalista vienês Karl Scherzer por defender a existência de diferenças raciais a partir de critérios valorativos, superiores e inferiores, usados para situar, respectivamente, os brancos e os indígenas/mestiços (NÚÑEZ 1969, p. 22-23).

A crítica social presente em Núñez o leva, em última instância, a relativizar a ideia de veracidade das fontes. Por outro lado, o fato de encontrar uma suposta veracidade no relato da guerra escrito por Zöllner, denuncia a sua própria parcialidade. De qualquer maneira, alcança uma distância em relação à leitura que Feliú Cruz faz dos viajantes, sendo este último muito mais tendente à reprodução das imagens ali presentes, justamente porque mais apegado à ideia do relato enquanto verdade. Não há propriamente uma descrição dos índios no livro sobre Santiago escrito por Feliú Cruz, mas uma passagem sobre a população pobre e mestiça dá uma boa dimensão de como a ausência da leitura crítica da documentação torna a análise permeável aos preconceitos e estereótipos já presentes no relato dos viajantes:

169

Los rotos o rotosos. Así eran llamados los hombres del pueblo que andaban con sus vestidos hechos pedazos. Eran fornidos, vagabundos, sin Dios ni ley, ni con medios ostensibles de vivir. Rara vez se les veía en épocas de tranquilidad, pero permanecían en acecho en los Barrios como La Chimba, pululando como lobos por las calles, a la expectativa de un saqueo cuando podía ofrecerse una reyerta o revolución. La presencia de sus figuras escuálidas y de aspecto salvaje en la Plaza de Armas, o en otros sitios públicos concurridos, era seguro indicio para los habitantes de Santiago de que se aproximaba alguna revuelta política, pues se sabía de tiempo atrás que eran gentes siempre listas para tomar parte en cualquiera tropelía que se proyectaba (FELIÚ CRUZ 2001, p. 118, grifos do autor).²⁰

Um relativo questionamento da documentação por parte do autor peruano faz com que nos sintamos mais próximos à sua perspectiva do que à do historiador chileno. Ao inserir-se na tradição dos historiadores do século XIX, que privilegiavam a erudição e a monumentalidade, Feliú Cruz atribuiu aos relatos papéis como os de ilustrar e comprovar, tratando as fontes como se elas pudessem transmitir a “realidade pura dos fatos”. Reproduziu um discurso marcado pelo lugar social e ideológico de origem do viajante, fazendo as apropriações e seleções na medida em que buscou preservar uma visão positiva nas descrições das paisagens que reiterassem a imagem da América Latina como “lugar paradisíaco”. Esta imagem, entretanto, não se mantém intacta, como demonstra a presença daqueles que no discurso (dos viajantes e do autor) aparecem como sujeitos “indesejáveis”, “selvagens” ou grupos a serem civilizados.

²⁰ Sobre a transformação da imagem do *roto* entre os séculos XIX e XX, ver: GUTIERREZ 2008.

Não é preocupação central dos dois autores aqui abordados discutir sobre as intencionalidades presentes nas entrelinhas do discurso, atentar para o lugar de enunciação - nacional, social e ideológico - do viajante ou identificar os interesses particulares que mobilizaram suas representações. Entretanto, a despeito da ausência da aludida leitura crítica é preciso ponderar sobre a consciência possível da época e fazer uma análise à luz dos instrumentais teórico-metodológicos do período. Os limites encontrados hoje na leitura de suas obras não são incompatíveis com o reconhecimento da importância de seus trabalhos. Como aponte, foram responsáveis pela compilação, organização e publicização das fontes. Outra contribuição dada por eles e que é importante de ser destacada é o fato de terem colocado os viajantes latino-americanos no horizonte de suas pesquisas. Seus textos e inventários de relatos abarcaram desde europeus e norte-americanos que circularam pela América Latina, até latino-americanos que viajaram pelo próprio continente e para fora. Pelas razões elencadas, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas neste campo cada vez mais fértil do estudo dos relatos de viagem, bem como os trabalhos vindouros, podem se beneficiar em muito da consulta a este rico material, que dá a conhecer diferentes viajantes e os relatos os mais diversificados.

Referências bibliográficas

- BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BORM, Jam. Defining travel: on the travel book, travel writing and terminology. In: YOUNGS, Tim; HOPPER, Glenn. **Perspectives on travel writing**. London: Ashgate, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990.
- _____. "O mundo como representação". **Estudos Avançados**. 11(5), 1991.
- FELIÚ CRUZ, Guillermo. Notas para una bibliografía sobre viajeros relativos a Chile. In: TORÍBIO MEDINA, José. **Viajes relativos a Chile**. T. I. Santiago de Chile: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toríbio Medina, 1962.
- FELIÚ CRUZ, Guillermo. **La literatura de viajes sobre América y Chile y Andrés Bello**. Santiago: Universitária, 1966.
- _____. **Santiago a comienzos del siglo XIX: crónicas de los viajeros**. Barcelona. Buenos Aires; México; Santiago: Editorial Andrés Bellos, 2001.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. Vol. II. São Paulo: Humanitas, 2011. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/leha/>

- FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil colonial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1581-1808). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- _____. **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro: EDUERJ; José Olympio, 1999.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Introdução. In: _____. **Viagens de Jean de Mandeville**. Bauru: Edusc, 2007.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Exaltação do mestiço: a invenção do roto chileno. **Esboços** (UFSC), v. 20, p. 139-153, 2008.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. Vol. II. São Paulo: Humanitas, 2011. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/leha/>
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de viagem**. São Paulo: Edusp, 1997.
- LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTÍNEZ, Frédéric. **El nacionalismo cosmopolita**: la referencia europea en la construcción nacional en Colômbia, 1845-1900. Bogotá: Banco de la República; Instituto Francés de Estudios Andinos, 2001.
- MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes**: o olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- NUÑEZ, Estuardo. **Viajeros alemanes al Peru**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1969.
- _____. **El Peru visto por viajeros brasileños**. Lima: Centro de Estudios Brasileños, 1980.
- _____. **Viajeros hispanoamericanos**. Temas continentales. Vol. 140. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1989.
- PEREIRA SALAS, Eugenio. Discurso del Presidente de la Academia Chilena de la Historia. **Boletín de la Academia Chilena de la Historia Santiago**, nº 86. Santiago: Universitaria, 1972.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SANHUEZA CERDA, Carlos. **Chilenos en Alemania y alemanes en Chile**: viaje y nación en el siglo XIX. Santiago de Chile: LOM Editores, 2006.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador; a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SZURMUK, Mónica. **Miradas cruzadas**: narrativas de viaje de mujeres en Argentina (1850-1930). México: Instituto Mora, 2007.

VILCAPUMA VINCES, Patricia B. La ruta de Estuardo Núñez y otras miradas en la literatura de viaje del Perú. **Revista Fikr de estudios árabes, africanos e sul-americanos**. São Paulo: Edições Bibliaspa/ Lei de Incentivo à Cultura/ Ministério da Cultura - Brasil, 2008.

Documento eletrônico:

Portal *Memoria chilena*

http://www.memoriachilena.cl/temas/index.asp?id_ut=guillermofeliucruz,1900-1973.

História e literatura na busca pela identidade na América Latina no século XX: a visão de Richard Morse*

History and literature in the search for identity in Latin America in the twentieth century: the vision of Richard Morse

Beatriz Helena Domingues

Professora adjunta
Universidade Federal de Juiz de Fora
biahdomingues@gmail.com
Avenida Rio Branco, 4115/601 - Bom Pastor
36026-500 - Juiz de Fora - MG
Brasil

Resumo

Este ensaio aborda a produção latino-americanista e brasilianista dos anos 1990 sobre a problemática da identidade na América Latina e no Brasil com ênfase na interpretação do historiador norte-americano Richard Morse em "The Multiverse of Latin American Identity, c.1920-c. 1970", publicado em 1995 e ainda inédito em português. Neste estudo, Morse faz uma instigante interpretação panorâmica e analítica dos diversos momentos e formas estéticas empregadas na busca de identidade no Brasil e na América Latina. Discuto aqui suas interpretações sobre o Modernismo, que ele faz comparando os casos brasileiro, argentino e mexicano, chamando atenção para o diálogo entre história e literatura que caracterizou o movimento nesses diferentes contextos.

173

Palavras-chave

América Latina; Historiografia comparada; Richard Morse.

Abstract

This essay focuses on the Latin Americanist and Brazilianist production of the 1990s on the issue of identity in Latin America and Brazil, with emphasis on the interpretation of the North American historian Richard Morse in "The Multiverse of Latin American Identity, c.1920-c. 1970", published in 1995, and as yet unpublished in Portuguese. In this study, Morse composes a compelling panoramic and analytical interpretation of the various moments and aesthetic forms employed in the search for identity in Brazil and Latin America. Here I discuss his interpretations of Modernism, which he forms by comparing the cases of Brazil, Argentina, and Mexico, calling attention to the dialogue between history and literature that characterized the movement in these different contexts.

Keywords

Latin America; Comparative historiography; Richard Morse.

Enviado em: 15/7/2011

Aprovado em: 7/10/2011

* Este artigo é resultado parcial de pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG.

Introdução

Nas décadas de 1960 e 1970, em grande parte devido ao temor despertado pela Revolução Cubana, houve um verdadeiro *boom* de latino-americanistas e brasilianistas financiados por prestigiosas instituições norte-americanas. Já nos anos 1980, e principalmente nos 1990, houve uma significativa diminuição de recursos e, portanto, de pesquisas, sobre o tema. Isto não quer dizer que elas tenham desaparecido. Apesar da redução da quantidade, foram escritos importantes e instigantes ensaios sobre o subcontinente. Dentre eles certamente destacam-se os do historiador norte-americano Richard Morse.¹ Em seu último texto - um longo ensaio, "The Multiverse of Latin American Identity, c.1920-c. 1970", publicado em 1995 e ainda inédito em português -, o autor abordou a problemática da identidade nacional na América Latina com a erudição e criatividade que lhe são características (MORSE 1995, p. 1-129).

Esta obra, pouco conhecida no Brasil, enfoca a problemática da identidade brasileira e latino-americana de forma panorâmica e comparativa detendo-se nas formulações de pensadores brasileiros e latino-americanos considerados como os mais expressivos, desde o Modernismo dos anos 1920 até a década de 1970. Algumas interpretações são desdobramentos de teses formuladas pelo autor em estudos anteriores, desde os anos 1940 até os 1990. Embora Morse tenha percorrido meio século de produção literária e histórica sobre o tema da identidade, neste ensaio centro minha análise na contribuição que este estudo pode oferecer à historiografia sobre a problemática da identidade nacional na América Latina na década de 1920, com destaque para o período modernista. Além de ocupar um papel privilegiado na análise de Morse, o Modernismo abre grandes possibilidades de diálogo entre os estudos históricos e os literários. O Modernismo é importante porque, no entender de Morse, é com ele que começa a se gestar a busca da identidade brasileira e latino-americana, que continua até os dias atuais. Segundo ele, a eleição do Modernismo enquanto marco de um tipo de busca por nossa identidade realça a singular e original interação que então foi estabelecida entre a literatura, a cultura e a história da região, distinta da que ocorria na Europa e nos Estados Unidos.

Nos próximos itens discuto a abordagem de Morse sobre a literatura e a história relacionada com a problemática da identidade na América Latina no ensaio "The Multiverse of Latin American Identity 1920's to 1970s". Concentro minha análise no que ele considerava o primeiro estágio de uma busca por identidade latino-americana nas primeiras décadas do século XX, apesar de exemplos isolados no século XIX. A abordagem desse período se dá através da comparação entre os movimentos modernistas nas cidades de São Paulo, Buenos Aires e México. Morse diagnostica, nos três casos, os primeiros passos ou *insights* de formulações sobre as identidades brasileira, argentina e mexicana.

¹ A obra mais conhecida do autor no país é *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*.

Além de destacar semelhanças, o autor realça as especificidades dos três contextos, conforme requerido de uma boa abordagem comparativa (BARROS 2007). Seguindo também a linha comparatista, estabeleço algumas analogias entre os autores modernistas abordados e o próprio Morse. Ou seja, tento desvendar possíveis influências destes autores brasileiros, argentinos e mexicanos em suas próprias formulações. Finalizo com algumas considerações sobre afinidades entre a abordagem de Morse do Modernismo brasileiro e as categorias bakhtinianas de carnavalização e grotesco.

Morse e a América Latina: entre a literatura e a história

O diálogo entre história e literatura é parte da biografia de Richard M. Morse. Nascido nos Estados Unidos em 1922, ele completou seus estudos de Humanidades na Universidade de Columbia, onde foi orientado por Frank Tannenbaum. Sua carreira já começou de forma não convencional. Seus primeiros escritos foram literários, resultantes de sua primeira experiência na América Latina, em Cuba, onde teve início sua paixão pela cultura ibérica no Novo Mundo.² Após dois artigos sobre Cuba, escreveu uma peça de teatro em um ato, *The Narrowest Street*, publicado em 1945. Pouco depois, fazendo eco talvez ao clima de aproximação cultural e econômica que marcou as relações entre Estados Unidos e Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, mudou seu foco para a América do Sul, mais especificamente para a formação histórica da cidade que lhe parecia a mais intrigante: São Paulo (MORSE 1958, p. 419-444).³ Nos anos 1950, escreveu um curto, porém bastante instigante ensaio, tentando elaborar uma teoria que lhe permitisse compreender a situação do governo espanhol em suas colônias transatlânticas: encontrou-a em uma delicada coexistência entre maquiavelismo e tomismo (MORSE 1954, p. 71-93).⁴ Na década de 1960, deu sequência a seu interesse pelo estudo de cidades, iniciado com São Paulo, agora centrado nas cidades hispano-americanas (MORSE 1962, p. 317-338; MORSE 1964; MORSE 1972, p. 359-394). Nos anos 1980, tornou-se conhecido e polêmico no Brasil e em alguns países latino-americanos como México e Argentina quando da publicação de *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. O livro foi traduzido pioneiramente para o espanhol em 1982, para o português em 1988 e segue inédito em inglês (MORSE 1982; MORSE 1988).

No Brasil, houve um intenso debate em torno das teses defendidas no livro, com reações positivas e negativas à provocante interpretação morsiana da nossa supostamente famigerada tradição ibérica.⁵ Este ensaio constitui a aposta mais forte de Richard Morse na riqueza cultural ibérica e ibero-americana.

² Um percurso semelhante teve o pensador Ángel Rama, muito admirado por Morse.

³ Foi traduzido para o português em 1970 pela Difel com o título: *Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole*. Segundo Antonio Candido, este é um livro já considerado clássico de muitas maneiras, em especial como um exercício de história urbana, que abriu o campo de estudos sobre cidades da América Latina em uma perspectiva cultural.

⁴ A tese central deste ensaio foi posteriormente desenvolvida na primeira parte de *O espelho de Próspero*.

⁵ O mais polêmico, por colocar em cheque as ideias centrais de Morse, foi Simon Schwartzman, ver: SCHWARTZMAN 1988; 1989; 1997.

Começa com Pedro Abelardo no décimo segundo século e termina com um invulgar e arriscado exercício de observação do futuro de ambas as Américas, favorecido por sua erudição filosófica e por sua situação privilegiada de observador externo.

Dois anos mais tarde, a irreverência do brasilianista Richard Morse transparece no próprio título da obra: *A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria* (MORSE 1990). Trata-se de uma coletânea de artigos do próprio autor sobre assuntos diversos: uma comparação entre modernistas brasileiros e norte-americanos, um estudo sobre as linguagens do Novo Mundo, considerações sobre a delicada profissão dos brasilianistas (como ele mesmo) e, como capítulo final, uma versão brasilianista de *Macunaíma*, "McLuhanaíma: Macunaíma na era da comunicação global!" Apesar de o título remeter ao conhecidíssimo *Macunaíma* e de Morse aprofundar alguns temas polêmicos já contidos em *O espelho*, a obra não desencadeou maiores reações. Talvez o impacto da obra antecessora tenha sido grande o suficiente para que aqueles que se identificaram ou acharam interessantes suas teses continuassem a lê-lo e para que seus oponentes não lessem ou simplesmente não se manifestassem a respeito.

Em 1995, Morse publicou seu último texto, um longo ensaio em forma de artigo, intitulado "The Multiverse of Latin American Identity, c.1920-c. 1970," do qual me ocupo aqui (MORSE 1995). O estudo lhe havia sido encomendado por Leslie Bethell, editor da *Cambridge History of Latin America*, em 1975, mas somente finalizado por Morse em 1995, ou seja, vinte anos depois. A história da produção deste ensaio, documentada com trechos da correspondência entre Morse e Bethell, foi recentemente publicada por Bethell em um belo artigo (BETHELL 2010, p. 47-68).

Além de ter passado vinte anos escrevendo este ensaio, o período coberto por sua análise praticamente coincide com o seu nascimento e formação intelectual: desde o Modernismo dos anos 1920 (Morse nasceu em 1922) passando pela época de predomínio das ciências sociais e do *boom* literário do Realismo Maravilhoso nos anos 1960 e 70 (quando residiu no Rio de Janeiro na condição de presidente da Fundação Ford). Ele começou a escrever "The Multiverse" mais ou menos na mesma época em que finaliza sua análise de novelas e outros estudos de autores latino-americanos neste texto, ou seja, em meados dos anos 1970.⁶ A mistura dos aspectos biográfico e cronológico nos autoriza a considerar este ensaio uma obra especial da maturidade de Morse. Pois ela pode oferecer chaves para a compreensão de outras obras escritas concomitantemente, como é o caso de *O espelho de Próspero* (1988) e *A volta de McLuhanaíma* (1990). Neste ensaio, concentro minha atenção na importância de "Multiverse" para os estudiosos da problemática da identidade

⁶ A partir daqui utilizo apenas "The Multiverse" para referir-me a "The Multiverse of Latin American Identity since 1920 to 1970's."

em nosso continente do ponto de vista do diálogo entre história e literatura durante o período modernista.⁷

O interesse do autor pelo Modernismo latino-americano e brasileiro, nos quais tal diálogo é particularmente visível, vem desde o início de sua carreira e permanece até o fim. É de Morse o primeiro verbete em inglês sobre o Modernismo brasileiro (1950). Ele faz também referências ao movimento em sua tese sobre a formação de São Paulo e nos estudos sobre cidades latino-americanas. Mas trabalhou mais detalhadamente sobre o tema em dois artigos incluídos em *A volta de McLuhanaíma*⁸ e, posteriormente, em "The Multiverse". O diálogo de Morse com o Modernismo brasileiro foi recentemente explorado por Pedro Meira Monteiro (2010) e por mim (2010) em ensaios publicados em *O código Morse* (2010). O primeiro aborda continuidades entre as formulações de Sérgio Buarque de Holanda e Morse; o segundo entre Oswald de Andrade e o "americano intranquilo".⁹ Monteiro argumenta que *O espelho de Próspero* seria como que um espelho de *Raízes do Brasil*: "um espelho que deforma e estende o que, no ensaio de Sérgio Buarque, permanece subentendido, ou talvez simplesmente desentendido" (MONTEIRO 2010, p. 189). Morse teria sido aquele que mais longe levou a reescrita de *Raízes do Brasil*, embora não exista uma única alusão a esta obra em *O espelho de Próspero*. Eu sigo raciocínio semelhante ao diagnosticar desdobramentos de tese oswaldiana sobre os méritos da Contrarreforma contrastada com a Reforma no mesmo *O espelho de Próspero*, no qual tampouco são feitas referências diretas a Oswald.

Os dois artigos convergem ao acentuar como as formulações de Morse deram continuidade à vertente interpretativa que questionou profundamente algumas tradicionais interpretações de nossa famigerada herança ibérica e à qual pertenceram, cada um a seu modo, Oswald de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda. Conforme veremos adiante, algumas teses ou premissas abraçadas por Morse podem ter sido também influenciadas por autores argentinos e mexicanos.

A importância de "The Multiverse of latin american identity since 1920 to 1970's"

"The Multiverse" é uma obra muito pouco conhecida no Brasil, inclusive por não ter sido ainda traduzida para o português. Como *O espelho de McLuhanaíma*, trata-se de um texto denso e erudito, que analisa e compara muitos autores brasileiros e hispano-americanos, dentre os quais estão alguns mais conhecidos e outros relativamente ou totalmente desconhecidos do público brasileiro, lado a lado a alguns clássicos da cultura ocidental que influenciaram na formação destes pensadores e do próprio Morse.

⁷ Dentre ensaios publicados recentemente inspirados na proposta de Morse de diálogo entre literatura e história ver KRISTAL 2010; KRAUZE 2010.

⁸ Os artigos são: "A linguagem na América" (p. 23-86) e "Quatro poetas americanos: uma cama de gato" (p. 87-131).

⁹ Esta foi uma forma carinhosa dos brasileiros se referirem a Morse. Ver: BOMENY 1992.

O autor abre o ensaio explicando o que entende por identidade e as limitações e obstáculos enfrentados por autores brasileiros e latino-americanos. Com era de seu feitio, Morse recorre a comparações. Neste caso, com as sociedades europeias nas quais foi tardia a unificação e, conseqüentemente, a construção de uma identidade nacional. Daí em diante predominam as comparações entre contextos e pensadores latino-americanos. Morse começa a análise com os modernistas dos anos 1920 comparando paulistas, portenhos e mexicanos; seguem-se suas interpretações sobre os ensaístas e romancistas da década de 1930 e, então, dos filósofos da década de 1950, com destaque para os mexicanos. Conclui o texto com interessantes considerações sobre a hegemonia das ciências sociais nas universidades na década de 1950, coincidindo com o início do *boom* literário.

Na leitura deste longo ensaio ficam claras influências como as de Michel Foucault e Friedrich Nietzsche, autores que reforçam exatamente a opção por genealogias ao invés de origem, ou origens, abraçada por Morse (FOUCAULT 1971, p. 260-281). Outra referência guia do autor é bem menos conhecida por nós: Alfred North Whitehead (1949).¹⁰ Em livro intitulado *The aims of education and other essays*, o pedagogo elaborou uma genealogia do conhecimento humano que, segundo ele, é *ad hoc* e gradual. Morse toma este pressuposto para perseguir a produção intelectual latino-americana sobre a questão da identidade desde os anos 1920 até os 1970. Assim como os estágios de Whitehead não estavam restritos ou confinados a idades específicas, tampouco o são para Morse os momentos de gestação da problemática da identidade no pensamento latino-americano, para cuja compreensão considera muito mais válido o diálogo e a interdisciplinaridade do que a especialização em "disciplinas" que se excluem entre si.

O primeiro estágio de Whitehead é o do romance. Seria, segundo ele, uma primeira apreensão que se tem de um assunto (tema) ainda com o viço da novidade, quando suas possibilidades são apenas parcialmente reveladas por ideias um tanto vagas e não muito demarcadas. A assimilação de fatos (fontes, informações) pela consciência opera então predominantemente por meio das emoções. Este estágio é associado por Morse ao Modernismo no Brasil e na América Latina, época de grandes *insights*.

O segundo estágio é o da precisão, quando o pensamento subordina a amplitude de ideias ainda meio desconexas à exatidão das formulações. Segundo Whitehead, proporciona gramáticas de linguagem e de ciência juntamente com um modo de análise que digere fatos na medida em que eles se acumulam. Morse os equipara aos trabalhos dos romancistas e ensaístas latino-americanos. Finalmente, o terceiro estágio, o da generalização, corresponderia à renovação

¹⁰ Morse também recorre a Whitehead em um artigo sobre a questão da identidade em Porto Rico - "Puerto Rico: eternal crossroads" - incluído em *New World Soundings*, p. 201-225 (não há tradução para o português).

do romantismo (primeiro estágio), porém agora com a ajuda de ideias ordenadas e de técnicas pertinentes. Morse o identifica com os trabalhos filosóficos dos anos 1940 e 1950.

Em suma, Morse optou por relacionar o Modernismo, o ensaio/novela e a filosofia, respectivamente, aos três estágios do crescimento mental identificados por Alfred North Whitehead. Estes três momentos/facetos da busca da identidade na América Latina sugeririam, como os estágios de Whitehead, formas de entender como o pensamento humano pode, a partir de vários ângulos e suposições, atingir um reconhecimento tácito de experiências compartilhadas.

Para os propósitos de Morse, os três estágios são aplicados não como grandes sistemas evolutivos, “mas para tratar a história cultural da ‘periferia’ menos como uma importação de modelos do que uma gestação doméstica” (MORSE 1995, p. 16). Longe de se excluírem, conforme já assinalado, eles se complementam e entrecruzam, seja em um mesmo pensador, ou mesmo em uma só obra. Alguns exemplos citados por ele são: José de Vasconcelos (México), José Carlos Mariátegui (Peru), Martínez Estrada (Argentina) e Mário de Andrade (Brasil).

A tese de Morse neste estudo é que os modernistas desempenharam um papel fundamental modelando a sensibilidade dos anos 1920, que tomou contornos mais definidos com os ensaístas e romancistas dos anos 1930. Ideias decisivas sobre a identidade foram gestadas durante o Modernismo, adquiriram maior precisão com os ensaístas e romancistas e atingiram um maior grau de generalização com os filósofos. Em fins da década de 1940 e início da de 1950, destacaram-se os filósofos, particularmente aqueles ligados à fenomenologia e ao existencialismo, na reabilitação da imagem intelectual do continente, ainda que fossem desconhecidos de significativa parte do público. Eles teriam antecipado os cientistas sociais por duas décadas na profissionalização de suas disciplinas com um vocabulário que explicitou alguns *insights* dos modernistas, bem como os dos romancistas e dos ensaístas, elevando-os a altos planos de generalização (MORSE 1995, p. 17).

O ponto realçado por Morse é que atividades nestas áreas – do Modernismo, do ensaio/novela e da filosofia – fizeram diferentes contribuições para a questão da identidade no sentido amplo do termo. Elas teriam usos heurísticos: conduziram à descoberta, à invenção e à resolução de problemas.

Ele centra sua análise em literatos, ensaístas e poetas selecionados em cada um destes momentos, mas não se restringe a eles. Constrói uma espécie de “rede,” remetendo tanto às conjunturas internacionais como às nacionais, bem como às possíveis afinidades ou não entre eles. Ao mesmo tempo, tece várias interessantes comparações entre estes pensadores ou, algumas vezes, também com alguns clássicos do pensamento ocidental. Para melhor equacionar suas reflexões sobre estes três momentos de tomada de identidade no século XX, Morse recua à segunda metade do século XIX para justificar porque não havia ainda aí elementos suficientes para localizar uma busca pela identidade tal qual ocorria em alguns países europeus e no Japão.

A busca por identidade na Alemanha e na América Latina em fins do século XIX

A questão da identidade é tratada por Morse como uma construção humana e universal, ao mesmo tempo emocional e racional, que assumiu características especiais com a constituição dos Estados modernos. Na Europa, a busca por identidade começou no século XVI, mas, até o fim do XIX, países como a Alemanha, Rússia e Itália ainda estavam se debatendo para construir as suas próprias. Fora da Europa, um caso interessante naquele momento foi o Japão. Levando-se em conta que o principal significado de identidade relaciona-se com sociedades nacionais, na América Latina é possível encontrar referências também a agregados de sociedades nacionais (América Latina), bem como a sociedades ou grupos subnacionais. É importante também distinguir identidade de 'caráter nacional':¹¹ identidade é muito mais "uma consciência coletiva de vocação histórica. Realidade relaciona-se com o ambiente ao redor, identidade com reconhecimento tácito" (MORSE 1995, p. 3). Em outras palavras, identidade diz respeito a um tipo de conhecimento que necessariamente envolve emoções, consciência.¹²

Morse começa argumentando que a Alemanha, a Rússia e o Japão poderiam ser tomados como possíveis inspirações para a América Latina em sua busca pela própria identidade, iniciada em 1920. Tanto no Japão quanto na Rússia havia uma nítida divisão da elite/intelectualidade entre pró-ocidentalização e tradicionalistas. A "pérola" da Universidade de Tóquio na segunda metade do século XIX era um instituto de "estudos bárbaros", cujo objetivo era traduzir textos ocidentais que parecessem úteis ao projeto nacional do Japão. Também na Rússia era possível detectar uma "civilização doméstica" consciente do que deveria ser importado e do que deveria ser "protegido".

A singularidade latino-americana começaria pela forma como suas elites e intelectuais lidavam com o que seria uma cultura original. Os japoneses reconheciam uma cultura doméstica para e pela qual os elementos exógenos deveriam ser assimilados seletivamente; e os russos nacionalistas sonhavam recuperar "um comunalismo rural e um cristianismo não ocidental". Já a América Latina do século XIX não era uma única nação, ainda que suas partes fragmentadas compartilhassem uma língua e uma religião vindas da Península Ibérica, naquela ocasião considerada uma região "atrasada" na Europa ocidental. Se na Rússia os críticos das sociedades francesa e inglesa tendiam a considerá-las exemplos de um atomismo desprovido de alma, as elites da América Latina tinham-nas como referências de culturas europeias bem sucedidas a serem tomadas como paradigmas. Depois de 1848, muitos russos, fossem eles eslavófilos

¹¹ Críticas à categoria "caráter nacional" por apresentar aspectos psicológicos de um povo sem relacioná-los com fatores econômicos, políticos e sociais que neles interferem podem ser encontradas no estudo de Dante Moreira Leite, dos anos 1950, mas somente publicado em 1968. Leite procura mostrar como as formulações do caráter nacional são pseudocientíficas e constituem ideologias conservadoras ou burguesas que deformam a realidade no intuito de fortalecer e manter o *status quo*.

¹² Um exemplo bem recente pode ser encontrado nas novelas do autor angolano Pepetela tratando dos obstáculos à construção de uma identidade nacional em Angola na década de 1950. Ver: RAMOS, no prelo.

ou europeizantes, sentiam que o socialismo jamais regeneraria um "equilíbrio" burguês no ocidente europeu e que, então, o primitivo coletivismo russo talvez oferecesse mais possibilidades na direção de uma transição para um socialismo moderno. Já as elites latino-americanas - excetuadas pelas intransigentes facções conservadoras ou por poucos e ocasionais livre-espíritos - não estavam preparadas nem para as implicações da tecnologia, racionalização ou imperialismo ocidentais, nem para promover um amplo consenso sobre temas como cultura nacional e tradição.

Dentre os exemplos mencionados, Morse encontra mais sintonias entre a América Latina e o caso alemão do que com os demais. Pois, quando os líderes, pensadores, músicos e artistas germanos começaram a vislumbrar uma "nação" alemã, eles foram buscar ideias que inspirassem a identidade na etnicidade, no folclore e nas premissas filosóficas da história e da fé religiosa. Neste sentido, a Alemanha teria sido o primeiro "país subdesenvolvido", ou seja, seu advento ao palco mundial requereu não meramente sabedoria, poder militar e riqueza econômica, mas afirmação de um reconhecimento coletivo.¹³ Como a Inglaterra e a França tornaram-se (não necessariamente de forma consciente) os primeiros países desenvolvidos, com o advento da era industrial sua *intelligentsia* sentia-se mais preocupada e confortável com temáticas econômicas e políticas do que com os prodigiosos interesses metafísicos da Alemanha (MORSE 1995, p. 4).

181

Morse se questiona por que este contraste entre França e Inglaterra, de um lado, e Alemanha (e Rússia), de outro, forneceria analogias ao caso latino-americano? Por que o caso alemão se aproximaria mais da situação cultural da América Latina do que a Rússia (ou o Japão), embora lidasse com conflitos entre tendências modernizantes e tradicionalistas? Qual a singularidade do caso latino-americano em relação a todos eles? Ele responde que tal singularidade adviria, antes de tudo, de uma constatação cronológica. Em ambos os casos tratou-se de um processo tardio e que tratou da temática sob uma perspectiva holista. As primeiras tentativas de construir uma identidade na América Latina datariam do início do século XX, coincidindo com o início do movimento modernista em ambos os continentes.

A Alemanha produziu uma visão holista de mundo que misturava emoção e razão para tentar compreender sua identidade. Ela foi compartilhada pelos modernistas latino-americanos, grandemente influenciados por autores como

¹³ A caracterização, por Morse, da Alemanha como um país europeu "subdesenvolvido" no século XIX ecoa na análise de Marshall Berman (1982). Berman assinala que o *Fausto*, de Goethe, teve repercussão em toda a sociedade europeia, mas teve uma ressonância especial em países social, econômica e politicamente "subdesenvolvidos". Segundo ele: "Os intelectuais alemães do tempo de Goethe foram os primeiros a ver as coisas deste modo, comparando a Alemanha com a Inglaterra e a França, e com a América [EUA] em processo de expansão. Esta identidade 'subdesenvolvida' foi às vezes fonte de vergonha; outras vezes (como no conservadorismo romântico alemão), fonte de orgulho; muitas vezes, uma volátil mistura de ambas." Esta mistura ocorreu em seguida na Rússia e, no século XX, contagiou os intelectuais do terceiro mundo: "foi a hora destes 'portadores de cultura de vanguarda em sociedades atrasadas experimentarem a cisão fáustica com invulgar intensidade'." Na Alemanha, que é considerado por Morse o caso mais significativo e paradigmático para entender o latino-americano, o dilema, segundo Berman, era: deveria a sociedade germânica lançar-se à atividade "judaica" material e prática, à maneira da Inglaterra, da França e da América (EUA)? Ou deveria manter-se à margem destas tendências "mundiais" e cultivar um estilo de vida "germano-cristão", "autocêntrico"?

Nietzsche e Freud. Como a Alemanha em fins do século XIX, os intelectuais latino-americanos da década de 1920 adotavam uma visão holística na forma como buscaram por sua identidade durante o Modernismo. Louis Dumont foi provavelmente, segundo Morse, um pioneiro ao reconhecer que a América Latina, se aceita como uma das grandes famílias de sociedades holísticas do mundo, não poderia jamais digerir as ideologias individualistas que vieram a se tornar a dieta principal da Europa industrial, e que entraram em colapso depois de 1918 (DUMONT 1986). Morse aceita seus argumentos e acrescenta que, desde 1920, artistas e intelectuais latino-americanos têm sido mais bem-sucedidos em estabelecer um "diálogo cumulativo." Isto pode ser visto em esferas como a da literatura, a do ensaio, a da filosofia e a das ciências sociais.¹⁴ No século XIX, os escritores românticos queriam criar um imaginário de povo (de nação) a partir da invenção de uma narração, de uma linguagem, ou mesmo de uma língua nacionais: estavam especialmente empenhados em "revelar" "mistérios" de nossas "origens," criando grandes narrativas épicas de fundação. O caráter essencialista do movimento levou seus mais variados representantes a buscarem a identidade nacional em um nativismo/indianismo posteriormente contestado pelos modernistas (MONTEIRO 2011).

A busca pela identidade latino-americana nas primeiras décadas do século XX

Segundo Morse, os modernistas latino-americanos se tinham como vanguardistas em relação ao Romantismo não no sentido de inventarem algo novo, mas porque se propunham, pelo contrário, a retomar uma tradição que sempre fez parte de nossa história e cultura e que fora negligenciada pelos românticos.¹⁵ Morse atenua as interpretações que diagnosticam um rompimento radical entre Romantismo e Modernismo em nosso continente. Vê também continuidades entre o naturalismo das novelas da década de 1930 e aquelas do fim do século XIX.¹⁶ Conforme visto no item anterior, Morse encontra no Romantismo alemão um paradigma para o Modernismo entre brasileiros, portenhos e mexicanos. Dentre os modernistas brasileiros, Morse escolheu "os Andrade": Oswald (1890-1954) e Mário (1893-1945); dentre os modernistas argentinos, Jorge Luís Borges (1899-1986) e Roberto Arlt (1900-1942); e dentre os mexicanos, considerados um caso único em função da Revolução Mexicana, Martín Luís Guzmán (1887-1976) e Alfonso Reyes (1889-1950).

182

¹⁴ Só para citar os mais conhecidos, este era o caso de Oswald de Andrade (1890-1954), Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Eles exemplificariam, dentre outros pensadores brasileiros dos anos 1920 e 1930, a premissa - compartilhada por Octavio Paz, Ángel Rama, Richard Morse, Pablo Neruda, García Márques, dentre outros - de que a cultura e a história da América Latina podem ser melhor compreendidas por seus poetas, ensaístas e filósofos do que por seus sociólogos e economistas.

¹⁵ Naturalmente se trata de uma generalização, necessariamente estereotipante, pois a rigor devemos reconhecer a existência de Romantismos, Modernismos etc. (todos no plural). Interpretação semelhante foi abraçada por latino-americanistas do fim do século XX, como Morse, ao acentuar as singularidades do Modernismo latino-americano e brasileiro em relação ao europeu e ao nova-iorquino.

¹⁶ Esta continuidade é discutida por Dain Borges analisando uma obra literária da juventude de Morse. Ver: BORGES 2010.

O Modernismo paulista

Morse considera a Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922 comparável ao *Armory Show* de Nova York em 1913, que se tornou um divisor de águas na história da arte norte-americana. As duas diferem, contudo, em sua amplitude: enquanto o *Armory Show* contava apenas com as artes visuais, a semana paulista incluiu também leituras de poesias, palestras e concertos. Embora a intenção fosse chocar o público, como em Paris, o Modernismo paulista não era uma versão mimética do parisiense (cubismo e similares) ou do Modernismo nova-iorquino.¹⁷

Como bem observado por Morse, a impressão inicial do Modernismo paulista como uma brincadeira obscureceu o reconhecimento da importância da década anterior à Semana de Arte Moderna, quando os princípios modernistas teriam tomado forma a partir de exemplos estrangeiros bem como de mensagens internas (MORSE 1995, p. 18). Os paulistas não podiam nem tentaram imitar os colegas europeus porque, na Europa, a crítica feita à sociedade industrial e “sem poesia” do pós-Primeira Guerra Mundial era congênita. A repercussão da descrença no progresso e na racionalidade não foi a mesma no Brasil.

Em escritos anteriores Morse já acentuava o fato de o Modernismo brasileiro demonstrar sintonias com o Ocidente industrial, mas sem mimetizá-lo e sem sentir a crise da mesma forma. Na Europa, os antecedentes do Modernismo apontavam para uma atitude crítica e ao mesmo tempo comemorativa da “modernização.” Morse sugere clamá-lo “um assalto cognitivo às contradições da modernidade”, uma vez que, neste momento, a Europa vivia sua “crise de nervos” associada à tecnização, mercantilização, alienação e violência desenfreadas. A tomada de consciência no Brasil e na América Latina reclamava justamente a dissolução dessa lógica evolutiva e de crença no progresso. “A Europa oferecia agora patologias e não simplesmente modelos. O desencanto no centro deu motivos para a reabilitação na periferia” (MORSE 1989, p. 148). Ainda nas palavras de Morse, “São Paulo estava predestinada a tornar-se um centro modernista”. Aqui, os jovens estavam aptos a adotar técnicas modernistas e, em manifestos como o *Pau-Brasil* (1924) e *Antropófago* (1928), usá-las para codificar mensagens dirigidas aos países metropolitanos. Após séculos enchendo os bolsos do Ocidente capitalista com as exportações de pau-brasil, ouro e café, era chegado o momento para o Brasil exportar poesia, a fim de enriquecer e pluralizar a mentalidade e a sensibilidade ocidentais (MORSE 1989, p. 148).

Morse assina embaixo à tese dos próprios modernistas de que objetivo da Semana não era mistificar uma burguesia provinciana com as últimas novidades europeias, mas sim utilizá-las como explosivos para desmistificar os pilares de um sistema de classes. Mas não considerava o Modernismo brasileiro como um movimento engajado em um sentido restrito. Concorda com Luis Lafetá que o

¹⁷ Esta é também a opinião do latino-americanista britânico Gerald Martin em: MARTIN 1998.

Modernismo aqui foi, ao mesmo tempo, um projeto estético (visando renovar o meio de expressão e romper com a linguagem tradicional) e ideológico (uma autêntica expressão brasileira) (LAFETÁ 1974). Tais projetos não eram mutuamente exclusivos. Contudo, o projeto estético predominou sobre o ideológico durante os anos 1920, perdendo paulatinamente sua primazia nos anos 1930 e 1940, quando a situação se inverteu. Esta mudança é exemplificada pelas carreiras de Oswald e Mário de Andrade, dois expoentes da antropofagia.¹⁸

A fase inicial foi marcada pelas orientações estéticas de Mário de Andrade, pela irreverência e audácia da revista *Klaxon* (1922) e por uma peregrinação às Minas Gerais como um preâmbulo para uma descoberta coletiva do Brasil. Enquanto Oswald mergulhou no Modernismo parisiense bem cedo (1912), Mário nunca deixou o Brasil, exceto para uma excursão ao Peru amazônico. Nos poemas e manifestos de ambos encontram-se diversos temas históricos: a Igreja, o aparato estatal que moldou a civilização brasileira; a sociedade patriarcal e suas normas morais, os sonhos messiânicos, a retórica dos intelectuais eurofílicos e um indianismo que camuflou as perspectivas dos colonizadores e as frustrações do colonizado. Postumamente, Oswald não apenas inspirou o movimento da Tropicália de fins dos anos 1960 como também antecipou alguns temas que vieram a atrair também historiadores acadêmicos.

Morse concorda com Antonio Candido que *Serafim Ponte Grande* de Oswald é a contrapartida do *Macunaíma* de Mário. Ambos conduzem o leitor por uma jornada mitológica dentro de um acurado trauma cultural. No primeiro, a burguesia paulista paroquial estaria imersa na Europa sofisticada e, no outro, um nativo da Amazônia na São Paulo industrial. Ambos apresentam situações grotescas (rabelaisianas) ao colocarem seus princípios antropofágicos à prova em um ato de devoração; porque desafiam a literatura equilibrada do fim do século XIX, na qual o excesso estilístico tomou as castigadas formas de sentimentalismo e grandiloquência (MORSE 1995, p. 23). O canibalismo reconhecia as propriedades nutritivas da cultura europeia, porém confiava no processo transformador de sua apropriação deles.¹⁹

No primeiro livro modernista de Mário de Andrade, *Pauliceia desvairada* (1922), Morse detecta um ponto de vista mais sereno para contemplar a arte de todas as épocas se comparado com aqueles que escreviam do então centro [Europa, EUA] e que se sentiam compelidos a destronar e refazer. Mário não se percebia do mesmo modo pressionado a denegrir os parnasianos e outros predecessores imediatos, prossegue ele, porque estava interessado em construir um passado, não meramente um futuro, o que ajuda a explicar sua recusa ao

¹⁸ O grupo que participou da Semana, contrariamente às suas intenções iniciais, não permaneceu um movimento unificado. Surgiram vários segmentos, constituindo-se em duas vertentes principais: o Antropofágico, liderado por Oswald de Andrade, quis fazer uso da influência de artistas europeus e americanos, porém criando livremente sua própria arte a partir das regurgitações do que haviam ingerido do estrangeiro (daí o termo Antropofagia). Os nacionalistas negavam as influências estrangeiras e buscavam formas de arte "genuinamente brasileiras." Este grupo era liderado pelo escritor Plínio Salgado.

¹⁹ Voltarei a este ponto na conclusão.

futurismo. Sob o ponto de vista ideológico, a jornada intelectual de Mário retrata um pouco de uma mente ingênua tateando entre influências contraditórias: o catolicismo familiar, o positivismo, o unanimismo, o liberalismo, o nacionalismo, o freudismo e diversos troncos do marxismo.

Em *Macunaíma* e no *Manifesto Antropófago*, ambos de 1928, coexistem os aspectos estético e ideológico. Embora adotando a forma de manifesto então em voga na Europa, Oswald teria radicalizado e “primitivizado” sua tese do Pau-Brasil, assimilando elementos do fauvismo, do futurismo e do dadaísmo. O *Manifesto Antropófago* compartilha com alguns pensadores europeus como, Freud, Nietzsche, Marx e Keyserling, dentre outros, a crítica à repressão e à racionalização, com um senso de humor singular que combinava a inovação estética e a crítica política.

Quando da inversão de prioridades entre os projetos estético e ideológico nos anos 1930 e 1940, Morse assinala que Oswald optou pelo engajamento político e Mário pelo estético, mantendo-se em sua busca por uma linguagem brasileira adequada para expressar o cosmos do povo (MORSE 1995, p. 26).²⁰ Nos anos 1930, Mário tornou-se diretor fundador do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e teve a oportunidade de transpor suas ideias sobre educação, tradições brasileiras e sobre as permeações entre a cultura popular e a intelectual para um programa público. Já Oswald não se mostrou capaz de manter o mesmo equilíbrio entre arte e política e filiou-se ao Partido Comunista. Ainda bem, celebra Morse, a passagem de Oswald pelo Partido Comunista foi breve e não ortodoxa. Isso lhe possibilitou, nos anos 1940, retornar aos *insights* dos manifestos, dando-lhes então uma forma filosófica. Ou seja, se o estilo e impulso iconoclastas e rabelaisianos de Oswald nos anos 1920 foram de certa forma atenuados nos anos 1930, suas inspiradoras ideias da juventude foram revisitadas e tomaram forma filosófica no final dos anos 1940 e 1950. Estariam aqui reproduzidos os três estágios de Whitehead.

185

O Modernismo em Buenos Aires

Ao examinar o Modernismo portenho, Morse começa acentuando as diferenças em relação ao Brasil. O relevo plano e transponível da Argentina, com um quarto da população vivendo em Buenos Aires, era bem diferente da geografia tropical e “primitiva” brasileira. Mesmo não sendo ainda uma sociedade amplamente industrializada, se comparada com suas congêneres latino-americanas estava mais próxima dos padrões de modernização ocidental. Isto, longe de eliminar os problemas de identidade, apenas os modifica. O que Morse quer salientar é que não se trata de dizer que os escritores argentinos fossem blasé ou alienados, mas que o mundo urbano em que viviam instilava uma série de ambivalências:

²⁰ Outros grupos modernistas, como Verde-Amarelismo e a Anta, já haviam priorizado a opção ideológica desde, respectivamente, 1945 e 1927. A opção ideológica do período pode também ser visualizada em Gilberto Freyre, que foi o maior representante do grupo dos modernistas regionalistas (nordestinos). Em *Região e tradição* (1941), ampliou o significado de regionalismo dando sequência às críticas feitas ao Modernismo paulista desde os anos 1920.

Um sentimento de um passado irrecuperável e mítico, fosse cultural ou econômico, que embora fosse eminentemente 'respeitável' na condição de sul-americano, coexistia com um sentimento assombrador de que o sucesso era ilusório (MORSE 1995, p. 27).

Os escritores argentinos não eram, em seu entender, mais cosmopolitas do que os paulistas, mas o seu sentido de uma fase histórica concluída, a sua aceitação de Buenos Aires como uma Paris ou Londres subequatorial, a falta do desafio de 'exotismo' ou de problemas de sobrevivência "permitiram-lhes exercer sua inquirição em termos mais familiares com o Ocidente".

Como em São Paulo havia tomado como referências para seu estudo Mário e Oswald de Andrade, em Buenos Aires Morse selecionou Jorge Luís Borges (1899-1986) e Robert Arlt (1901-1942). O contraste realça a forte afiliação de Borges à Florida, região rica de Buenos Aires, e o de Arlt ao Boedo, zona portuária, boêmia, de imigrantes. Os primeiros eram adeptos da 'revolução estética' e conhecidos como 'poetas de gabinete' em oposição aos 'poetas de asfalto' do Boedo, engajados com a Revolução Russa. Os floristas estavam afinados com as vanguardas europeias do início do século e os boedistas com as novelas naturalistas francesas e russas do século anterior.

Seria lógico pensar que, em Buenos Aires, os referidos projetos estéticos e ideológicos, ao invés de coexistirem, como em São Paulo, se bifurcavam entre eles: os floristas abraçam o projeto estético e os boedistas o ideológico. Mas Morse entende que, a rigor, o debate entre os componentes do Grupo Martin Fierro e os boedistas carecia de engajamento com as circunstâncias dos projetos estéticos e ideológicos de São Paulo. Ilustra isto com uma comparação entre o *Manifesto Pau-Brasil* e o *Manifesto Martin Fierro*, ambos de 1924. O argentino protestava "contra a hipopotâmica impermeabilidade de nosso honrado público" ou "o mimetismo da alta cultura argentina" e propugnava uma nova sensibilidade: "Martin Fierro tem fé em nossa fonética, em nossa visão, em nossa forma de viver, em nossa capacidade de digerir e assimilar" (MORSE 1995, p. 30). Já o *Manifesto Pau-Brasil* é imbuído de um senso de humor e irreverência desconhecidos do argentino:

O Carnaval no Rio é o acontecimento religioso da raça. Pau-Brasil. Wagner submerge ante os cordões de Botafogo. Bárbaro e nosso. A formação étnica rica. Riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança.

A poesia anda oculta nos cipós maliciosos da sabedoria. Nas lianas da saudade universitária (*Manifesto Pau-Brasil* 1924).

Se no caso paulista a comparação era entre dois 'antropófagos', os Andrade, em Buenos Aires Morse optou por comparar pensadores tidos como emblemáticos de polos opostos. Jorge Luís Borges nasceu na Argentina, mas se mudou com a família para a Europa, onde acompanhou a Primeira Guerra Mundial e o clima cultural do período. A forma como fora "arrancado" de sua terra natal teria influenciado sobremaneira seu desenvolvimento mental e sua subsequente atuação na cena literária portenha. Durante sua estadia na Europa,

“teve contato com a condição moderna”: simbolismo francês, expressionismo alemão, entre outros. Eles o prepararam para apreciar outros modernismos ainda mais que o cubismo, o surrealismo ou o dadaísmo. O tempo que passou na Espanha o aproximou do ultraísmo de Gómez de la Serna, do qual se tornou adepto. Quando retorna a Buenos Aires aos vinte e um anos, já tendo assimilado as tendências recentes da literatura ocidental, optou pela poesia. Talvez em função desta biografia, especula Morse, a identidade cultural argentina permaneceu sendo, para ele, uma premissa quase mítica (MORSE 1995, p. 27).

O primeiro livro de versos de Borges foi, como o de Mário, uma ode à cidade. Mas, enquanto na *Pauliceia desvairada* (1922) São Paulo era a “cidade de seu coração,” em *Fervor de Buenos Aires* (1923) a capital argentina era sentida simplesmente como “mi entraña”. Segundo o tradutor francês de Borges, prossegue Morse, com este primeiro poema ultraísta ele deixou de ser ultraísta. “Seu *Fervor de Buenos Aires* estava tão impregnado de sentimentos pessoais que ele confessou, muitos anos depois, sentir como se durante toda a vida tivesse reescrito um único texto” (MORSE 1995, p. 32). Emblemático disto é sua descrição de Buenos Aires em *Fundação mitológica de Buenos Aires* como “uma cidade em eterno recomeço”. Esta afinidade de Borges pelas explicações mitológicas que suspendem a história aproxima-o, segundo Morse, de Freud em *O mal-estar da civilização* (1930). Buenos Aires e Roma são cidades eternas, “concebidas como uma entidade psicológica com um passado copioso no qual nada que veio a existir passa e onde todas as fases do desenvolvimento continuavam a existir lado a lado” (MORSE 1995, p. 33).

A ênfase na coexistência entre as fases do desenvolvimento de cidades, lado a lado umas das outras, remete à própria proposta de seu texto: analisar a busca pela identidade em pensadores latino-americanos tendo como parâmetro as etapas do desenvolvimento mental de Whitehead. É sintomático, a meu ver, o destaque dado por Morse a esta confissão de Borges a seu tradutor em função da semelhança com a forma como o próprio Morse se via. Gostava de dizer que enquanto alguns autores escrevem livros sobre temas bastante diferenciados, outros parecem, ou têm a impressão de, estar sempre reescrevendo o mesmo texto. Este era o seu caso, o de Borges e o de Octavio Paz (BOMENY 1989).

Se, como estamos vendo, Borges ligava à Argentina contemporânea a um passado mitificado, Robert Arlt sintetizava em sua vida e em seus escritos a dissolução de uma comunidade. Enquanto Borges traçou a genealogia de seus antepassados até os conquistadores, uma linhagem sustentada pelas atitudes vitorianas sólidas de sua avó inglesa, a produção de Arlt foi marcada pelo improvisado étnico. Nascido de imigrantes e morador do Boedo, ele é tido como o primeiro argentino a escrever sobre imigrantes de uma perspectiva interna, como parte da literatura que escreve. Ainda assim, Morse consegue estabelecer comparações nada óbvias entre eles: a concepção de ‘aparência’ e ‘realidade’ é uma delas. O erudito Borges era, segundo Morse, possuidor de uma lógica bastante peculiar e amadureceu como poeta e contador de contos trabalhando

com o desafio filosófico de distinguir a 'aparência' da 'realidade'. O 'real' de Arlt começou consistindo apenas da sociedade urbana de seu tempo e lugar. Contudo, o poeta teria transcendido a ficção naturalista para chegar, como Borges, no domínio do paradoxo.

O universo social de Arlt encontra-se dividido em três partes: o *lumpen* (pobres), a pequena burguesia e 'los ricos'. A criatividade do boedista estaria, segundo Morse, em estabelecer a identificação com as referidas classes não somente pelo critério da riqueza, poder e prestígio, que seriam os óbvios, mas pelo que denomina "disposição para a humilhação." Arlt foi cativado pelo homem do subterrâneo, oprimido e isolado por uma sociedade que não conseguia entender. Mas esse homem ostenta uma 'humilhação preciosa' frente à sociedade que o exclui. Mas, "tanto o *lumpen* quanto os ricos, por motivos opostos, vivem além da humilhação: os primeiros porque já estão irreversivelmente desumanizados e os últimos porque são os que humilham, por sua existência, a pequena-burguesia" (MORSE 1995, p. 35). A pior situação, por esses critérios de hipocrisia, seria a da pequena-burguesia, pois abdicar da contradição entre sua situação real e seus valores professados significaria escorregar na escala social e reconhecer que não há possibilidade de entrar no mundo dos ricos, apenas de descer para o dos pobres.

A falência da civilização, a traição, como na cultura popular do tango e no casamento, visto como uma derrota por expressar os valores pequeno-burgueses, são os temas recorrentes nos contos de Arlt. O universo de imigrantes reforçaria essa concepção pessimista, uma vez que os filhos de imigrantes representariam outra "realidade": se por um lado eles traíam a pátria nova assumindo ideais de seus pais, por outro traíam os ideais de seus pais ao aceitar a nova pátria. Neste *insight* e em outros Arlt vislumbraria "uma ponte entre a cultura do tango portenho com a alienação dostoiévskiana do homem urbano ocidental." Daí Morse concluir que a distância ou oposição entre Borges e Arlt não era tão grande quanto possa parecer à primeira vista:

Os paradoxos e labirintos extraídos por Arlt da vida de Buenos Aires, juntamente com os paradoxos de Borges, emergem das fronteiras da epistemologia e formam uma amedrontadora simetria (MORSE 1995, p. 35).

Como veremos a seguir, uma conclusão similar aparece em sua análise do peculiar Modernismo mexicano.

O Modernismo mexicano

Ao abordar o Modernismo na capital mexicana, Morse confessa ser forçado, em função da Revolução Mexicana de 1910, a adotar uma abordagem mais permissiva do que a adotada com os dois anteriores. Como nem Brasil nem Argentina passaram por revoluções ou vivenciaram expectativas revolucionárias nos anos 1920, sua análise havia se centrado nos *insights* de Oswald ou Borges sobre diversos temas:

Mas, uma vez que a revolução ocorre, ela própria se torna um evento 'modernista' influenciando em ensaios e na expansão dos sentidos e das sensibilidades. No México, desde então, o discurso e imagem revolucionários trouxeram à tona elementos que os modernistas europeus admiravam como 'exóticos'. E, por um acidente cronológico, a geração modernista era ainda jovem para assumir a liderança do país (MORSE 1995, p. 35).

Morse considera relevantes, neste caso, três aspectos: as manifestações culturais da revolução, notadamente as novelas, crônicas e pinturas murais; a recepção do Modernismo ocidental na década de 1920 (no México o movimento modernista ocorrera desde fins do século XIX) e os intercâmbios entre o impulso revolucionário e o espírito modernista. Estes fatores concorrem para que, no México, o diálogo entre o projeto ideológico e estético do Modernismo fosse diferente tanto daquele do Brasil quanto do da Argentina. A primeira geração de modernistas mexicanos, imbuída de liberalismo, positivismo e naturalismo, passou sua maturidade reajustando sua visão ideológica de mundo. O projeto de renovação estético teve que ser empreendido por pensadores mais ou menos envolvidos com a construção de um novo estado e de uma nova sociedade. Tinham que lidar com os fatos e as ironias decorrentes da situação revolucionária.

Para melhor equacioná-lo, Morse procede à comparação entre a Revolução Mexicana, de 1910, e a Revolução Russa, de 1917. Para seus propósitos julga importante salientar o fato de ambas se situarem entre as invocações modernistas nas artes desde 1880 e a 'grande mudança' promovida pelo stalinismo a partir de 1928.²¹ Como na Rússia, os novos impulsos modernistas mexicanos em artes e literatura foram ambivalentes em relação à revolução. Mas, diferentemente da Rússia, a década de 1930 foi uma espécie de 'Idade de ouro da Revolução Mexicana': enquanto as coisas esmoreciam na Rússia, chegavam ao México os exilados da Guerra Civil espanhola com uma interpretação inovadora da tradição ibérica. A principal diferença foi que no México, embora o Estado tenha defendido uma cultura oficial, o intelectual foi desafiado a apropriar-se da cultura do passado como pré-condição de uma identidade nacional. No México pós-revolucionário, Enrique Krauze distingue três gerações sobrepostas na década de 1910: os ateneístas, os estridentistas e os contemporâneos (KRAUZE 1976).²² Morse faz uma análise dos três grupos enquanto momentos de busca pela identidade.

O 'Ateneu da Juventude' correspondeu a um momento de combinação entre humanismo, espiritualismo, antipositivismo e reverência à tradição clássica. A ruptura com o século anterior não foi decisiva. Os ateneístas se dispersaram no momento revolucionário e quando reapareceram raramente ocuparam cargos de liderança, com exceção de José Vasconcelos (1882-1959). A constituição revolucionária mexicana de 1917 foi muito mais influenciada pelos economistas políticos da geração positivista (1891-1905). Morse concorda com Octavio Paz

²¹ A Rússia teve um movimento modernista que durou 30 anos, com forte repercussão mundial. "Sua decadência começou em 1928, com um regime obsessivo com o controle do pensamento e expressão" (MORSE 1995, p. 36).

²² O mexicano Enrique Krauze era grande admirador de Morse e escreveu o ensaio em *O código Morse* mencionado anteriormente.

que a Geração de 1915 não teve mentores e vocações literárias. Obedeceram ao chamado da ação e à ordem que se impunha.²³ Nos anos 1930 se solidarizam com os exilados que retornam da Espanha e cujo pacifismo contribui para a institucionalização da vida acadêmica.

Com a dispersão dos ateneístas, a revolução caiu no esforço comum de construir o que o porfiriato destruíra. Vieram então os estridentistas (Manuel Marples Arce) introduzindo uma nova estética (dadaísmo, criacionismo, futurismo), mas, como os experimentais 'agoristas', não deixaram obras marcantes. O grupo de maior projeção estética do período foi o dos "contemporâneos" que, ainda estudantes, reinventaram o Ateneu sob o nome original, mas sem o idealismo de seus predecessores. Isolados em mundos privados, eles se constituíram mais em uma geração do que em um 'grupo'. Deixaram sua marca na narrativa, no ensaio, no teatro, mas especialmente na poesia, segundo Octavio Paz, extraída dos domínios do popular (PAZ 1956). Morse atribui a Paz o reconhecimento dos contemporâneos em 1966 quando assentiu que, "no sentido estritamente intelectual, quase tudo que tinha sido feito até então no México estava em dívida com os contemporâneos, com seu exemplo, seu vigor e seu zelo" (MORSE 1995, p. 9).

Os contemporâneos equivaleriam mais ou menos, segundo Morse, às correntes estéticas de São Paulo e à Florida de Buenos Aires. Mas, no México, a posição ideológica, ao invés de comandada pela esquerda (boedista), o foi por um Estado triunfante. Isto trouxe um resultado paradoxal: a identidade mexicana acabou por ser em grande parte definida pelo entusiasmo de europeus e americanos pelos muralismos, novelas e arte popular mexicanos (MORSE 1995, p. 38).

Deste complexo contexto, Morse selecionou dois pensadores para centrar suas reflexões comparativas sobre o Modernismo mexicano: Luís Guzmán (1887-1976) e Alfonso Reyes (1889-1950). Guzmán começou sua carreira ligado organicamente com o início da revolução e, no curso do movimento, deslocou seu foco para o mundo. Repudiou a apologia do positivismo do regime de Porfírio Díaz e frequentou o Ateneu. Em 1911 apoiou Madero expressando seu compromisso com os princípios liberais e com uma vaga, porém engajada visão de um México emergente. Em *Querrela do México*, escrito durante exílio na Espanha, resume em duas as causas para a angústia de seu país: a imitação e o diletantismo dos intelectuais, que nunca haviam cultivado qualquer filosofia, ciência ou análise da história nacional; e a apatia e obstrução dos índios, cujo desespero espiritual datava da conquista espanhola. Quando veio a revolução, prossegue ele, os crioulos, ao invés de cultivar uma liderança, sacrificaram seu herói Madero, estabelecendo um caos de diversas facções em disputa e clamando por reconhecimento estrangeiro. Como redimir o índio se o crioulo não se regenera? Em *La sombra del caudillo*, de 1929, retrata um país carente de lideranças e virtudes. Nas palavras de Morse:

²³ Dentre eles se destacaram Samuel Ramos, Daniel Cosío Villegas e Vicente Lombardo Toledano.

Ideologias e objetivos políticos mais amplos e os clamores da história perdem espaço para os instintos primordiais e paixões fugidias. A alma coletiva não passa de um sentimento. A massa humana se move como um corpo, murmurando, como um grande réptil bêbado pelas ruas cavernosas de uma cidade vazia. O sentimento é de opressão política (MORSE 1995, p. 39).

Pancho Villa e Carranza aparecem como figuras que se projetaram sobre as massas anônimas. O elogio de Gusmán a Villas deve-se à sua ingenuidade, ao seu encantamento com os processos simples da vida, como o dormir: embora incapaz de etiqueta, teria ternura. Sob a pena de Gusmán Villa tornou-se a figura emblemática emergida das massas deserdadas e despreparadas para os sofisticados códigos ideológicos ou políticos. A futura sociedade mexicana seria conformada por instintos 'primitivos' e por convicções por vezes contraditórias. Carranza, por outro lado, seria como que o resumo de um homem velho e teimoso com todas as artimanhas e mesquinharias da senilidade (MORSE 1995, p. 40).

A importância de Gusmán para a problemática da identidade mexicana, tal qual perseguida por Morse, é que ele, como Mariano Azuela ('pai da novela revolucionária'), "para além de seu desencantamento ou pessimismo com a situação, coloca de lado sua ideologia e reduz seu objetivo aos elementos diretamente vivenciados" (MORSE 1995, p. 41). Gradualmente desiste de incluir atores e/ou elementos em categorias políticas como fizera no início de sua carreira e foi tornando cada vez mais explícitas suas simpatias pelo cubismo e outras tendências parisienses. Ou seja, gradualmente o projeto estético tende a se sobrepor ao ideológico. Este ponto o aproxima de seu conterrâneo Alfonso Reyes, escolhido por Morse como sua contraparte no Modernismo mexicano. Nas palavras de Morse, "ambos aprenderam lições do modernismo sem adotarem suas táticas". O entrecruzamento entre estes pensadores se aproxima, a meu ver, àquele detectado por Morse entre Arlt e Borges, em Buenos Aires, e revela o que é mais valorizado pelo próprio Morse: a visão a longo prazo.

Outros pontos, contudo, os distinguem. Reyes nunca abraçou a causa ideológica. Por sua lealdade ao humanismo ocidental e distanciamento dos eventos cotidianos, Reyes teria adotado, segundo Morse, um anacronismo que aproximou mais o México da cultura ocidental do que afirmou suas particularidades espaço-temporais (MORSE 1995, p. 39). Enquanto Gusmán tentou recuperar a tradição liberal eclipsada e penetrar em uma 'discreta realidade mexicana', Reyes dedicou-se ao caso geral de uma sociedade que chegou tarde ao banquete da civilização, no que seria seguido por Octavio Paz.

A procura do lugar do México na cultura ocidental passaria pela redenção dos usos autoritários do positivismo no país. Desde a juventude, começa a traçar o caminho para a moralização da sociedade e cultura mexicanas amparando-se em estudos clássicos e naqueles do 'Século do Ouro espanhol', reforçados por leituras de novelas inglesas e francesas e pelas tendências contemporâneas da filosofia e crítica literária. Elas lhe permitiram, segundo Morse, uma apreciação menos comprometida da cultura mexicana. "Sua agenda não se centrava em problemas políticos locais de raça ou pobreza. A questão

era assimilar o pensamento mexicano aos cânones das experiências do ocidente” (MORSE 1995, p. 42). Em suma, por motivos biográficos e geracionais, Reyes não se sentia “seduzido pelos curtos-circuitos de vanguarda.” Morse claramente se identifica com esta postura crítica de nacionalismos e de perspectivas de curto prazo.

No tempo em que Gusmán procurava por novas lideranças, Reyes se alicerçava no velho. Mesmo reconhecendo a inexistência de democracia política na era porfirista, encontrava em suas hostes exemplos de heroísmo, como o de seu pai, executado pela revolução por lealdade ao regime deposto quando Porfírio Díaz já havia fugido do país. Na ocasião foi-lhe oferecido um cargo no novo governo, mas ele declinou e se exilou na Europa. Reyes chegou a Paris em 1913, como Oswald, porém em circunstâncias muito diferentes. “Como Reyes chegou à cidade de Picasso e Gertrude Stein sem um tostão no bolso, a torrente de ideias e imagens dissolventes não o tocou como havia feito com Oswald um ano antes” (MORSE 1995, p. 43). Logo em seguida, Reyes se mudou para a Espanha onde, como Borges, juntou-se ao cenáculo dos protossurrealistas de Ramón Gómez de la Serna.²⁴

Conforme estamos vendo, Morse não somente compara modernistas de uma mesma cidade ou cultura como os entrecruza com bastante originalidade e erudição. Ele conclui a comparação entre os Modernismos mexicano, portenho e brasileiro ilustrando uma interação entre eles através da biografia de Alfonso Reyes. Ele foi embaixador do México na Argentina (1927-1930), no Brasil (1930-1936) e de novo na Argentina (1936-1938). Tendo usufruído desta posição, foi muitas vezes criticado por não publicar as literaturas nacionais destes países. Morse o defende pelo fato de ter escrito profundos e penetrantes comentários sobre o temperamento argentino. O próprio Borges o teria agradecido “por tê-lo salvo de ser simplesmente o filho de Leonor Azevedo.” No que se refere ao Brasil, Jorge Ruedas de la Serna (1989) afirmara que “nem mesmo uma mente afiada como a de Reyes estava preparada para entender o Modernismo cacofônico de São Paulo e a ficção telúrica do Nordeste. Tampouco estava a literatura brasileira madura para exportação apesar do ‘aforismo’ do *Manifesto Pau-Brasil*” (MORSE 1995, p. 44).

Morse não se incomoda com isto e parabeniza o pensador mexicano por ter refletido sobre a vida social brasileira, aprendido a falar português sem sotaque e por ter publicado um jornal literário chamado Monterrey (sua terra natal), entre 1930 e 1937, “que nem tentava introduzir os mexicanos na cultura brasileira, nem vice-versa.” “Como em todos os seus escritos, Reyes não estava preocupado com jornalismo ou fórmulas intelectuais, mas com compreensões iluminadas.” Sua missão, segundo Morse, “foi a iluminação, não a reinterpretação.” Se há uma chave para Reyes, ela está, segundo Morse, em sua opção pela leitura dos clássicos:

²⁴ Parece-me plausível supor que, na capital francesa ou na espanhola, Reyes tenha cruzado com Oswald de Andrade e/ou com Borges. Especialmente sua filiação ao ultraísmo na mesma época que Borges é sugestiva. Conforme veremos, ele fez comentários elogiosos a ambos depois de suas estadias no Brasil e no México.

Durante toda sua vida Reyes reafirmou o precedente grego, em parte como inspiração para o México ideal, em parte como fonte para uma visão de mundo transmitida ao México de uma forma menos distorcida do que a da Europa do Norte direcionada pelas revoluções científica e religiosa (MORSE 1995, p. 45).

Uma vez mais Morse se revela através de suas personagens. Este comentário sobre a obra de Reyes é precisamente a premissa de sua pré-história das Américas na primeira parte de *O espelho de Próspero*. Ela estava presente também, a meu ver, nos escritos da maturidade de Oswald de Andrade, especialmente em "A marcha das utopias" (DOMINGUES 2010). Não saberia afirmar se os dois chegaram ou não a se conhecer, mas a reconhecida admiração de Reyes pela antropofagia brasileira e a afirmação positiva da herança ibérica por Oswald nos anos 1940, e especialmente nos anos 1950, sugerem aproximações entre eles. O importante a salientar, por hora, é a forte presença de pensadores modernistas admirados por Morse em sua própria visão de mundo.

Conclusão: grotesco, carnavalização e Modernismo

Parece-me que um aspecto que atrai Morse em todos os modernistas por ele selecionados em "The Multiverse" foi o interesse, em algum momento de suas vidas, senão durante todas elas, pelo que é humano e transcende o curto prazo. Conforme expressou Helena Bomeny, "o ponto fundamental é que a criatividade humana continua em qualquer circunstância. É esta visão 'civilizacional' que estou procurando, não uma visão de conjunturas" (BOMENY 1989, p. 82).

Esta opção de Morse transparece em sua seleção e análise de modernistas paulistas, portenhos e mexicanos. Tanto no caso argentino como no mexicano, são nítidas suas preferências, respectivamente, por Borges e Reyes. Mas, com muita competência e erudição, mostra como os supostos contrapontos – Borges *versus* Arlt, Gusmám *versus* Reyes – não o são de fato. Ou seja, de alguma forma eles se encontram em suas formulações mais universalistas, quer versem sobre suas cidades, seus habitantes ou simplesmente sobre as desventuras do ser humano em algum ponto do espectro.

O caso brasileiro é, neste aspecto, singular, pois nem mesmo à primeira vista seria possível uma oposição deste tipo entre Oswald e Mário de Andrade. O que não implica em relevar as diferenças entre eles. Pelo contrário, Morse tendia a concordar com seu amigo Antonio Candido:

Mário seria o revolucionário e Oswald o terrorista. Pois, enquanto Oswald buscava uma linguagem que rompesse com o mimetismo tradicional, Mário perseguia uma linguagem para uma visão de mundo brasileiro. Qual é o mais importante? É o momento histórico que continua a determinar a reputação de cada um (MORSE 1995, p. 26).

Ele mesmo se confessava fascinado por ambos. Um aspecto que me parece presente em sua abordagem de Oswald e Mário é o recurso às categorias de 'carnavalização' e 'grotesco' do linguista e crítico literário russo Mikhail Bakhtin.

Morse parece, ao mesmo tempo, referendar e amenizar as teses deste sobre o estilo grotesco no século XX ao abordar o Modernismo brasileiro. Segundo Bakhtin, o século XX assiste a um novo e poderoso renascimento do grotesco. Embora a linha geral de evolução seja bastante complicada e contraditória, pode-se, no geral, distinguir duas linhas principais.²⁵ O "grotesco modernista" (Alfred Jarry, os surrealistas, os expressionistas) teria retomado, em graus diferentes, as tradições do grotesco romântico e se desenvolvido sob a influência de diferentes correntes existencialistas. Já o "grotesco realista" (Thomas Mann, Bertolt Brecht, Pablo Neruda) retomou as tradições do realismo grotesco do Renascimento e da cultura popular e, às vezes, refletiu também a influência direta de formas carnavalescas (Pablo Neruda) (BAKHTIN 1993, p. 40).

Penso que a utilização do grotesco pelo Modernismo brasileiro não se assemelha ao que Bakhtin denomina de "grotesco modernista", pois, ao invés de dar continuidade ao Romantismo, nosso Modernismo estaria empenhado em retomar, como o realismo do grotesco medieval, as tradições, em especial aquelas vinculadas às tradições populares. Estaria, neste sentido, bem mais próximo do "grotesco realista", embora tampouco se confunda com ele. O Modernismo brasileiro, como o "grotesco realista", certamente retoma as tradições, como o fez aquele do Renascimento, dialogando com a cultura popular e assumindo por vezes formas carnavalescas. Seja pela leitura de obras como *Macunaíma* ou *Serafim Ponte Grande* ou pela análise panorâmica e comparativa de Morse, fica evidente sua proximidade com as definições bakhtinianas de grotesco e de carnavalização, mais precisamente do 'grotesco realista':

194

Na realidade, a função do grotesco é liberar o homem das formas de necessidade inumana em que se baseiam as ideias dominantes sobre o mundo. O grotesco derruba essa necessidade e descobre seu caráter relativo e limitado. A necessidade apresenta-se em um determinado momento como algo sério, incondicional e peremptório. Mas historicamente as ideias de necessidade são sempre relativas e versáteis. O riso e a visão carnavalesca do mundo, que estão na base do grotesco, destroem a seriedade unilateral e as pretensões de significação incondicional e intemporal e liberam a consciência, o pensamento e a imaginação humana, que ficam assim disponíveis para o desenvolvimento de novas potencialidades.

Daí que uma certa "carnavalização" da consciência precede e prepara sempre as grandes transformações, mesmo no domínio científico.[....]

No mundo grotesco, qualquer "id" é desmistificado e transforma-se em "espantinho cômico"; ao penetrar nesse mundo, mesmo no mundo do grotesco romântico, sentimos uma alegria especial e "licenciosa" do pensamento e da imaginação (BAKHTIN 1993, p. 43).

Não era assim que parecia perceber o mundo a maioria dos nossos modernistas e, talvez, alguns de outros países da América Latina? O único exemplo americano de carnavalização e grotesco dado pelo próprio Bakhtin foi

²⁵ É importante levar em conta que, como Bakhtin finalizou seu PhD em 1940, é até este período que ele teoriza. Devemos também ter em mente o fato de Bakhtin ter sido parte do expurgo promovido por Stalin na Rússia na década de 1930.

o poeta chileno Pablo Neruda, embora sem dizer precisamente por que ou como. Ainda assim, minhas inferências finais neste ensaio se restringem ao cenário brasileiro.

A meu ver, a análise de Bakhtin contrastando o grotesco modernista (subjativizante) com o (neo)grotesco realista transparece nas interpretações de Morse realçando as singularidades (positivas) do Modernismo brasileiro em relação ao europeu e/ou norte-americano.²⁶ Segundo o mesmo, longe de ter sido somente um estilo de época, ele teria resgatado algo orgânico à nossa tradição, como o fez a obra de Rabelais, segundo Bakhtin. Morse frequentemente se referia, brincando, a Oswald como Rabelais. Os textos de Oswald e Mário mencionados por Morse valem-se do riso, do humor, da mistura e da incompletude, que constituem partes imprescindíveis dos conceitos de grotesco e carnavalização bakhtinianas. Embora não tenha aludido diretamente a Bakhtin em "The Multiverse", Morse foi um assumido admirador e reconhecido discípulo seu, conforme enunciado em entrevista a Helena Bomeny, em 1989.

Alejo Carpentier, sem utilizar o termo carnavalização, faz análise semelhante sobre o papel do barroco em nossa formação cultural: o barroco seria um componente a-histórico e orgânico, mas somente no sentido de ter estado presente em todas as fases da nossa história (CARPENTIER 1987). Tal qual definido por Carpentier, o barroco aproxima-se, incorpora as categorias de grotesco e carnavalização.²⁷

195

Se nem Morse ou Carpentier fizeram alusão direta aos conceitos bakhtinianos, tampouco Bakhtin havia feito referências à América Latina. Ainda assim, o norte-americano e brasilianista Robert Stam demonstrou, de forma brilhante, a afinidade entre as categorias do teórico russo - com destaque para o grotesco e a carnavalização - para o nosso subcontinente e, mais especificamente, para o "país do carnaval" (STAM 1992).²⁸ Embora Stam tenha restringido sua reflexão à cultura cinematográfica (que escapa o escopo deste ensaio), suas considerações são, a meu ver, bastante pertinentes também para o estudo de obras literárias e ensaísticas. Um ótimo exemplo seria a "brincadeira séria" do próprio Morse: "McLuhanaíma: the solid gold hero", ou O herói sem nenhum caráter (MORSE 1990, p. 247-274). Neste, como em outros escritos, é perceptível uma influência difusa de Bakhtin. Quando da publicação de *New world soundings* nos Estados Unidos, em 1990, o crítico literário Gerald Martin escreveu uma resenha muito positiva da coletânea. Chamou então atenção para a peculiar combinação de bom humor e erudição em "McLuhanaíma". Talvez possamos inclusive ir além e pontuar neste texto, de forma ainda mais explícita que nos demais, a presença do riso regenerador, do baixo corporal e material e da carnavalização típicos do 'grotesco do renascimento'.²⁹

²⁶ Acho também plausível supor que o crítico literário Gerald Martin tenha se valido delas em "Narrative since 1920" (1998).

²⁷ Sobre a influência do barroco em Morse, ver FILHO 2010.

²⁸ Robert Stam incorpora, em especial, a categoria "carnavalização" para abordar a produção cinematográfica brasileira do século XX.

²⁹ O aprofundamento deste *insight*, que venho desenvolvendo com meu grupo de pesquisa, fica para outra oportunidade.

Por todas as razões expostas neste texto e muitas outras que não mencionei ou que outros venham a pesquisar, penso que os estudos são lapidares para historiadores interessados em um diálogo efetivo com a literatura, mesmo para aqueles que não concordarem com o caráter pioneiro e singular do Modernismo latino-americano e brasileiro ou com outras interpretações do autor. Conforme espero ter mostrado, tal diálogo foi especialmente vivo durante o Modernismo e para a gestação da busca da identidade brasileira e latino-americana, que continua até os dias atuais. Neste ponto, Morse faz coro a autores latino-americanos como Octavio Paz, Ángel Rama e Emir Rodríguez Monegal, que tomam as novelas e poesias latino-americanas em diálogo com a história como formas privilegiadas de compreender a cultura e a história da região.³⁰

Referências Bibliográficas

- BAKTHIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: um estudo sobre a obra de François Rabelais. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1993.
- BARROS, José D'Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. **Revista História**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315/jul./dez., 2007.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.
- BETHELL, Leslie. Richard Morse e a *Cambridge History of Latin America*. In: DOMINGUES, Beatriz H; BLASENHEIM, Peter L (org.). **O código Morse**: ensaios sobre Richard Morse. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____ (org.). **A cultural history of Latin America**: literature, music and visual arts in the 19th and 20th Century. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BOMENY, Helena. Entrevista com Richard Morse. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 77-93.
- _____. (org.). **Um americano intranquilo**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1992.
- BORGES, Dain. O naturalismo e a cidade no século XX: *The narrowest street* de Richard Morse. In: DOMINGUES, Beatriz H; BLASENHEIM, Peter L (org.). **O código Morse**: ensaios sobre Richard Morse. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- CARPENTIER, Alejo. O barroco e o real maravilhoso. In: _____. **A literatura do maravilhoso**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/Edições vértice, 1987.

³⁰ Sobre estes autores, ver especialmente: MONEGAL 1977, RAMA 1987; 2008.

- DOMINGUES, Beatriz H. Próspero devorando Caliban: Richard Morse e o Modernismo brasileiro. In: DOMINGUES, Beatriz H; BLASENHEIM, Peter (org.). **O código Morse: ensaios sobre Richard Morse**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- DUMONT, Louis. **Essays on individualism modern ideology in anthropological perspective**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- ECHEVARRIA, Roberto González. **Myth and archive: a theory of Latin American narrative**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- FILHO, Rubem Barboza. A tradição perdida. Morse, Carpeaux e o barroco. In: DOMINGUES, Beatriz H; BLASENHEIM, Peter L (org.). **O código Morse: ensaios sobre Richard Morse**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- FOUCAULT, Michel de. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: _____. **Ditos e escritos: estética, literatura e pintura**. Forense Universitária, 1971.
- GELADO, Viviana. **Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.
- HUIZINGA, Joham. **America: a dutch historian vision, from afar and near**. New York/Evanston/San Francisco/London: Harper & Row Publishers, 1972.
- KRAUZE, Enrique. Morse e a chave para Melville. In: DOMINGUES, Beatriz H; BLASENHEIM, Peter L (org.). **O código Morse: ensaios sobre Richard Morse**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- KRAUZE, Enrique. **Caudillos culturales de la Revolución Mexicana**. México D.F: Siglo XXI, 1976.
- KRISTAL, Efrain. Interseções interamericanas: cativo, incesto e reconstrução histórica. In: DOMINGUES, Beatriz H; BLASENHEIM, Peter L (org.). **O código Morse: ensaios sobre Richard Morse**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MARTIN, Gerald. Narrative since 1920. In: BETHEL, Leslie (org.). **A cultural history of Latin America: literature, music and visual arts in the 19th and 20th century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MONEGAL, Emir Rodríguez. The New Latin American novelist. **Partisan Review**, 44 I, 1977.
- _____. La novela histórica: otra perspectiva. In: ECHEVARRÍA, Roberto Gonzalez (org.) **Historia y ficción em la narrativa hispanoamericana**. Caracas: Monte Ávila Editores 1984.
- _____. **El boom de la novela latino-americana**. Caracas: Editorial Tiempo Nuevo, 1972.

- _____. **Jorge Luis Borges**: uma biografia literária. Montevideo: Editorial de la Plaza, 1994.
- _____. **Narradores de esta América**. Vol.1. Caracas: Alfadil, 1992.
- MONTEIRO, André. Iracema: história e f(r)icção. **Locus**: revista de história. Dossiê história e literatura. vol. 32, 2011 (no prelo).
- MONTEIRO, Pedro Meira. As raízes do Brasil no espelho de Próspero. **Novos Estudos CEBRAP**, Março, n.83, 2009, p.159-182.
- MORSE, Richard M. The multiverse of Latin American identity, c. 1920-c. 1970. In: BETHELL, Leslie. **Ideas and ideologies in twentieth Century Latin America**: the Cambridge history of Latin America. Vol. 10. New York: Cambridge University Press, 1995.
- _____. **From community to metropolis**: a biography of São Paulo, Brazil. Gainesville: University of Florida Press, 1958.
- _____. **Formação histórica de São Paulo**: da comunidade à metrópole. São Paulo: Difel, 1970.
- _____. Toward a Theory of Spanish American Government, **Journal of the History of Ideas**, 15, 1954, p. 71-93.
- _____. Some characteristics of Latin American urban history. **American Historical Review**, 67, 1962, p. 317-38.
- _____. Peripheral cities as cultural crenas (Russia, Austria, Latin America), **Journal of Urban History**, 10:4 (aug.), 1984.
- _____. **El espejo de Próspero: un estudio de la dialéctica del Nuevo Mundo**. México: Veintiuno, 1982.
- _____. Brazilian Modernism, **Hudson Review**, vol. 3, n. 3, Autumn 1950, p. 447-452
- _____. **O espelho de Próspero**: cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. **New world soundings. culture and ideology in the Americas**. Baltimore/London: John Hopkins University Press, 1989.
- _____. **A volta de McLuhanaíma**: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Nova Fronteira, 1982.
- _____. **O labirinto da solidão e post-scriptum**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. **Os filhos do barro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. **Los hijos del limo**. Barcelona: Seix Barral, 1990.

- _____. **O labirinto da solidão e post-Scriptum**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Terra sem Mapa**. São Paulo: Grua Livros, 2008.
- _____. **Transculturación narrativa en América Latina**. México: Siglo XXI, 1987.
- RAMOS, Dernival Venâncio. Nação e Narrativa em Pepetela. **Locus**: revista de história. Departamento de História da UFJF, Dossiê História e literatura, vol. 32 (no prelo).
- SCHWARTZMAN, Simon. Resenha de Richard M. Morse, O Espelho de Próspero. **Novos Estudos CEBRAP**, 22, out., 1988.
- _____. O Espelho de Morse. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 25, out., 1989.
- _____. O Espelho de Morse. In: _____. **A Redescoberta da Cultura**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- STAM, Robert. **Subversive pleasures**: Bakhtin, cultural criticism and film. Baltimore/ London: John Hopkins University Press, 1992.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- WHITEHEAD, Alfred North. **The aims of education and other essays**. New York: MacMillan, 1949.

Artigos

articles

A compreensão histórica entre ceticismo e arbitrariedade: algumas considerações sobre as variantes recentes do relativismo histórico e cultural

Historical understanding between skepticism and arbitrariness: some comments on recent versions of historical and cultural relativism

Karl Acham

Professor titular emérito
Karl-Franzens-Universität
karl.acham@uni-graz.at
Universitätsstraße 15
8010 - Graz
Áustria

Resumo

Apresenta-se componentes básicos da crítica à teoria tradicional da história característica de representantes do pensamento pós-moderno e dos filósofos que lhe estão próximos: a centralidade dos textos simultânea ao ceticismo linguístico, a correlação entre apresentação artístico-literária e apresentação histórica, a crítica ao ideal da objetividade e às concepções da compreensão histórica conexas com esses aspectos. Abordam-se as questões decorrentes desses pontos de vista para a compreensão intercultural, de modo a evidenciar criticamente os limites de um entendimento particularista radical da cultura. As considerações deste artigo vão, pois, dos problemas da metodologia das ciências humanas à abordagem de temas da antropologia filosófica.

201

Palavras-chave

Compreensão histórica; Ceticismo; Pós-modernismo.

Abstract

This article presents some basic elements of the critique on the traditional theory of history made by representatives of post-modern thought and of philosophers close to them: the centrality of texts simultaneously to linguistic skepticism, the correlation between artistic and literary presentation and presentation of history, criticism on the ideal of objectivity and the conceptions of historical understanding related to these aspects. It addresses the issues arising from these views to intercultural understanding, in order to demonstrate a critical understanding of the limits of radical individualistic culture. The considerations of this paper go, therefore, from the problems of the methodology of the humanities to the issues of philosophical anthropology.

Keywords

Historical understanding; Skepticism; Postmodernism.

Enviado em: 7/7/2011
Autor convidado

No que segue trata-se de apresentar, de início e brevemente, alguns componentes básicos da crítica à teoria tradicional da história característica de determinados representantes do pensamento pós-moderno e dos filósofos que lhe estão próximos. Dedicar-se-á atenção especial a alguns aspectos desse pensamento: a centralidade dos textos simultânea ao ceticismo linguístico, a correlação entre apresentação artístico-literária e apresentação histórica, a crítica ao ideal da objetividade e, por fim, as concepções da compreensão histórica conexas com esses aspectos. Abordam-se em seguida as questões decorrentes desses pontos de vista para a compreensão intercultural, com o fito de evidenciar criticamente os limites de um entendimento particularista radical da cultura. Com isso, as considerações deste artigo vão dos problemas da metodologia das ciências humanas à abordagem de temas da antropologia filosófica.

Introdução

Nas três últimas décadas, com intensidade variável, discutiu-se o significado do pós-modernismo para a historiografia e para a investigação científica da história.¹ Mesmo tendo presente a grande diversidade de posições dos diferentes representantes dessa corrente intelectual, que classifica alguns autores com as etiquetas de “construtivismo” ou “desconstrutivismo”, constata-se um elemento comum a todos: o que atribui à linguagem o primado na elaboração de nossa visão do mundo. Devemos, é o que ensinam, considerar como uma arena de descrições em competição não apenas o mundo das teorias mas igualmente os próprios fatos. A distinção entre a descrição do mundo e um mundo existente de forma independente de qualquer descrição seria um dos erros mais teimosos da filosofia acadêmica. Promover tal separação já seria ideologia, pois faria atuar os propagandistas da verdade, que pretenderiam generalizar sua visão das coisas. Toda compreensão é sempre compreensão de texto, já que afinal toda interpretação de estados de coisas não linguísticos se dá sempre de forma linguística (oral ou escrita). Havendo êxito em impor a outros a forma própria de falar sobre as coisas, não apenas se mudaria a visão dos fatos, mas os próprios “fatos” mudariam. Toda verdade é “fabricada”. Aliás, nunca se lidaria com verdade, mas sempre só com “tomar por verdadeiro”. Alguns pensam assim ainda hoje. No entanto, não seria de se perguntar primeiro se esse pensamento não é ele mesmo um tomar por verdadeiro e uma verdade fabricada? Vejamos isso mais de perto!

202

A epistemologia histórica do pós-modernismo

Deve-se observar de início que muitos filósofos, historiadores e cientistas sociais vinculados ao pós-modernismo se recusam a aceitar ser vistos como seguidores de Jean-François Lyotard e mesmo como representantes dessa corrente de pensamento. Isso vale, por exemplo, para Michel Foucault, Jacques

¹ Ver, a esse respeito, IGGERS 2000, p. 335-346.

Derrida, como também para Hayden White,² enquanto o teórico da história holandês Frank Ankersmit se identifica expressamente com o pós-modernismo. Seu livro *History and Tropology* (ANKERSMIT 1994) apresenta com nitidez as visões de história, historiografia e ciência da história alteradas pelos pensadores pós-modernos: primeiramente é negado sentido (na acepção de fim) à *história* (enquanto acontecimento); em segundo lugar, nega-se a possibilidade de uma compreensão consistente da *historiografia* (como apresentação desse acontecimento); em terceiro lugar, afasta-se a possibilidade de *uma interpretação e explicação histórico-científica fundamentada e objetiva* de ocorrências na história com base em sua apresentação historiográfica.

A propósito da relação entre as apresentações historiográficas pode-se reconhecer, para começar, que Ankersmit, com efeito, tem razão em ponderar que as fontes obtidas pelos métodos histórico-científicos e os fatos reconstruídos a partir delas, o "material comprobatório, se referem não ao *passado*, mas a *interpretações do passado*" (ANKERSMIT 1994, p. 172). Pode-se ainda concordar, com reservas, quando ele afirma que "contar ou escrever uma história [...] [é] uma construção que impomos aos fatos" (ANKERSMIT 1994, p. 6). Nada diferente do que pensaram muitos outros historiadores e sociólogos do passado – inclusive "modernos". Vejamos o estado dessa discussão.

Tomemos o exemplo do historiador francês Marc Bloch. Diz ele, em sua *Apologia da história*:

203

Ora, *homo religiosus, homo oeconomicus, homo politicus*, toda essa ladainha de homens em *us*, cuja lista poderíamos estender à vontade, evitemos tomá-los por outra coisa do que na verdade são: fantasmas cômodos, com a condição de não se tornarem um estorvo (BLOCH 2002, p. 132).

Por isso, após a análise, vem a reconstituição, que é sua continuação natural, tanto quanto sua legitimação. No entanto, concentrar a análise de uma sociedade em um ou mais de seus aspectos próprios é indispensável.

Na imagem primitiva, antes contemplada do que observada, como teriam sido discernidas as ligações, já que nada se distinguia? Sua rede delicada só podia aparecer quando os fatos classificados inicialmente por linhagens específicas. [...] Por meio dessa escolha meditada, de modo geral, não apenas os problemas são colocados com mais firmeza, mas também os fatos de contato e de troca se destacam com mais clareza. Com a condição, simplesmente, de se querer descobri-los (BLOCH 1997).

De qualquer maneira, o perspectivismo de Marc Bloch de modo algum considera obsoleto o postulado da objetividade histórica, e tampouco a possibilidade da síntese histórica.

Isso vale igualmente para certa corrente tradicional da sociologia alemã. A sociologia do conhecimento, desenvolvida, sobretudo, a partir de Wilhelm Jerusalem e Max Scheler, complementou as perspectivas seletivas adotadas

² Por certo essa recusa depende também do que significa a etiqueta "pós-moderno" em contraposição ao respectivo conceito de "moderno" a que os representantes da tendência "pós-moderna" se oporiam.

pelos historiadores (como, por exemplo, em Marc Bloch) para tratar campos sócio-históricos como religião, economia e política. Tais abordagens recorrem à análise de percepções da realidade e formas de conhecimento perspectivistas, diretamente correlatas ao pertencimento dos respectivos analistas a determinadas camadas sociais. Para Karl Mannheim, contudo, essa “vinculação existencial do conhecimento”, em seu cerne, não deveria levar a um relativismo de aspectos e conteúdos da percepção inconciliáveis entre si. Antes, o “relacionismo” por ele proclamado tornaria possível a compreensão recíproca entre os representantes de visões distintas. Com respeito às “estruturas de aspectos” alternativas, todas corretas, mas vistas cada uma de modo diverso, é característica do pensamento de Mannheim, a busca por, “compreender a partir da diferença estrutural de ambos modos de ver [...] e encontrar uma fórmula da correlação e transposição, uma na outra, dessas formas perspectivistas de ver” (MANNHEIM 1969, p. 258).³

A situação em Ankersmit é completamente diferente da que encontramos em Bloch ou em Mannheim. Como Ankersmit recusa qualquer ligação entre a narrativa histórica e a realidade empírica, sínteses à maneira de Marc Bloch ou correlações no sentido de Karl Mannheim são incompatíveis com sua epistemologia. Mesmo Hayden White, a cujos escritos (WHITE 1973; 1978) recorre frequentemente, parece demasiado cientificista a Ankersmit.

Hayden White lembra, de certo modo, o “relacionismo” de Karl Mannheim. Também para White existem diversas apresentações históricas possíveis de conteúdos sócio-históricos idênticos. Com sua “Tropologia”, a teoria das estratégias narrativas, ele quer justamente demonstrar como as narrativas estão estruturadas e como as estratégias coordenam e arranjam os fatos. Cada uma dessas diversas apresentações possui, de acordo com White, uma pretensão genuína de verdade, pelo menos enquanto não contradiga fatos comprovados ou os falsifique. A eficácia e o conteúdo informativo de cada narrativa são, por conseguinte, diversos. White admite, assim, que os fatos históricos podem ser controlados, ou seja: verificados ou ao menos falseados. Na opinião de Ankersmit, tudo isso ainda está pensado no âmbito de um empirismo ingênuo.

Como observa Chris Lorenz, cujo livro *Konstruktion der Vergangenheit* (*Construção do passado*) discute intensamente diversas teses da teoria pós-moderna da história (LORENZ 1997), a realidade nunca é percebida diretamente, mas sempre mediada pela linguagem e estruturada por conceitos, o que não

³ Mannheim busca aqui superar a impossibilidade de mediação das visões de mundo defendida por Dilthey em sua *Doutrina das Visões de Mundo*. Dilthey considerava, com efeito, que toda visão de mundo requer o conhecimento da carência de complementaridade mediante o outro, de modo a não cair numa consideração unilateral e, por isso, dogmática do mundo. Não via, contudo, possibilidade alguma de sintetizar os diferentes pontos de vista. Como as perspectivas não se deixam mesclar, Dilthey afirma, sobre as três visões fundamentais de mundo analisadas por ele: “Cada uma exprime, nos limites de seu pensamento, uma dimensão do universo. Cada uma é verdadeira nesse ponto. Mas cada uma é unilateral. É-nos vedado contemplar o conjunto desses lados. A luz pura da verdade só nos é visível em um raio muito fragmentado” (DILTHEY 1931, p. 222).

implica a inexistência da realidade objetiva. Conhecimento significa busca de fatos, mesmo quando esses não sejam diretamente acessíveis e a verdade das sentenças a eles referentes não seja facilmente demonstrável. Por outro lado, não são os fatos isolados que interessam os historiadores, mas as relações existentes entre eles, para o que “teoria e interpretação desempenham um papel constitutivo” (LORENZ 1997, p. 76). É bom lembrar, como Max Weber repetidamente o fez, que é impossível impedir orientações valorativas na lida com a história, que condicionam, em muitos casos, a escolha das causas determinantes da orientação em teoria da história. No entanto, extrair daí a consequência de que a história seja fruto de aspirações subjetivas e de que nela inexista qualquer objetividade é falso tanto para Weber quanto para Lorenz.

A superstição, na historiografia e na ciência histórica, de que existiria uma única “causa” relevante – em contraste com as supostas “condições” secundárias – de um acontecimento ou de um processo histórico (amiúde mero disfarce para encontrar responsáveis morais ou para absolvê-los), não passa de um juízo moral capcioso. Isso fica claro sempre que as fontes admitem diversas interpretações. Para os médicos, afirma o sociólogo e economista francês François Simiand,

uma epidemia tem por causa a disseminação de um vírus e por condição a falta de higiene e de saúde causada pela pobreza; para o sociólogo e o filantropo, a causa é o pauperismo e a condição os fatores biológicos (*apud* BLOCH 1985, p. 147).

205

A decisão sobre que fatores devem ser levados em conta, e quais não, é tomada de início no plano da teoria, sendo perfeitamente possível que as fontes admitam a possibilidade de diferentes abordagens do acontecimento histórico. Então, que uma história deva ser interpretada, como no exemplo de Simiand, biológica ou socioeconomicamente, não é primeiramente uma questão do acervo de fontes, mas sim de uma decisão teórica prévia. Assim que essa decisão for tomada, as fontes começam a falar. Dessa forma, como exprimiu Reinhart Koselleck, o primado da teoria exige a coragem de formular hipóteses, sem as quais uma pesquisa histórica simplesmente não acontece:

Com isso não se expede à pesquisa um alvará de alforria. A crítica das fontes mantém sua inarredável função. [...] A rigor, fonte alguma pode nos ditar o que dizer. Ela nos impede, todavia, de enunciar sentenças que as fontes não nos autorizam dizer. As fontes têm o direito de veto (KOSELLECK 1977, p. 45).

Malgrado todas as possíveis divergências sobre as formas teóricas de acesso ao objeto da análise, reina na ciência da história consenso sobre o que não se admite nas respectivas interpretações e explicações, na medida em que não seja adequado ao conteúdo das fontes disponíveis. Assim, para Chris Lorenz, é insustentável substituir a realidade por sua “(re)apresentação” em textos, tal como sugerido – dentre outros – por White, e depois mantido por Ankersmit (cf. LORENZ 1997, p. 38-57; 177-188). Tal substituição tem como consequência

a relação (referencial) entre narrativa e realidade deixar de ser considerada, já que apenas textos, suas relações mútuas e seu sentido seriam investigados:

Essa *textualização* da imagem do mundo leva a se abandonar o pensamento de que o conhecimento contido nas narrativas históricas possa ser sustentado por argumentos concretos. Argumentos concretos remetem, com efeito, à realidade – com respeito à qual, dizem os pós-modernos, a narrativa histórica seria autônoma. O textualismo na teoria da história significaria, pois, o *abandono do problema tradicional da verdade*, o *abandono do princípio da casualidade* e, também, o *abandono da teoria do conhecimento*. A lacuna teórica que surge assim seria preenchida de modo direto e genérico pela *estética* e pela *retórica* (cf. LORENZ 1997, p. 178).

E, de fato, segundo Ankersmit, trata-se de reconhecer o caráter metafórico de qualquer ciência, inclusive da ciência do passado: “No futuro, nossa relação com o passado e nosso conhecimento dele será de tipo metafórico e não literal” (ANKERSMIT 1994, p. 180). Indo mais além, Ankersmit quer libertar a metáfora do que considera sua relação, ainda demasiado estreita, com uma realidade concebida de forma abstrata e cientificista, e utilizá-la não como recurso heurístico da experiência do mundo exterior, mas como modo de produzir uma *experiência imediata*. Dessa maneira ele efetua a passagem da ciência à arte⁴ – mas a uma arte na qual parece não se cuidar mais, como nas palavras de Robert Musil, de “exatidão e alma”, mas exclusivamente de “alma”, sem nenhum controle lógico-empírico.

206

Sobre a relação entre ciência e arte

Pensamentos sobre a historiografia como arte não têm nada de novo e podem ser encontrados nas obras de Arthur Schopenhauer, Thomas Carlyle, Ralph Waldo Emerson, Friedrich Nietzsche e Benedetto Croce. Mesmo que, segundo esses autores, a estrutura narrativa dos textos históricos remeta ao perspectivismo da visão de história, assim como defenda que o conteúdo da história (como acontecimento) é tão *encontrado* quanto *inventado*,⁵ não se constata uma predisposição generalizada a negar toda e qualquer correspondência entre as palavras e as coisas. A concepção da historiografia e da ciência da história, por Hayden White, é semelhante a esta última, na medida em que considera possíveis a arquitetura e a dramaturgia das narrativas históricas por serem compatíveis com as fontes históricas. Para White, é dentro dos limites postos pelos dados históricos que se dá o espaço de uma “história possível”, que tem mais a ver com uma história provável ou improvável do que com uma história verdadeira ou falsa. Para ele, “os fatos impõem limites aos tipos de narrativas que podem ser contadas” (WHITE 1992, p. 38). Contrariamente a essa posição, para Ankersmit a historiografia não possui função cognitiva alguma, mas meramente estética. Abandona-se assim, intencionalmente, o campo da cientificidade – e simplesmente porque a história, como ciência, não seria realizável.

⁴ Ver também, a esse respeito, ANKERSMIT 1997.

⁵ Assim também WHITE 1990, p. X.

Para Ankersmit trata-se apenas, por conseguinte, de evocar “vivências históricas” por meio da metáfora, e não mais de compreender e explicar o passado por meio da palavra com função denotativa. Alguns autores pós-modernos, no entender de Ankersmit, não vão longe o bastante em sua recusa do realismo, pois ainda atribuiriam uma função cognitiva à historiografia e à ciência da história, o que para ele não passaria de uma mera significação estética. O objetivo da arte que é então aplicada, como ele afirma, não consiste na “reprodução mimética da realidade, mas em sua substituição” (ANKERSMIT 1994). Como a relação vivencial só poderia ser estabelecida com acontecimentos concretos, e não com estruturas e processos macro-históricos, Ankersmit considera válida apenas a apresentação histórica que se dedique ao marginal, deixando de lado estruturas e processos: ou seja, uma “micro-história” como “uma totalidade anárquica de pequenas narrativas independentes” (ANKERSMIT 1994, p. 224). O que se deve pensar de tais concepções?

As mentalidades e as ações dos homens sempre foram apreendidas de forma mais viva e impactante por poetas e romancistas do que pela maioria dos cientistas que se ocupam da história e da sociedade. De Shakespeare, passando por Balzac e Leon Tolstói, até Heimito von Doderer,⁶ Kurt Vonnegut e Alexander Solschenizyn, a lista desses autores é longa. Em certos casos, também historiadores são agraciados com a maestria literária. Isso vale de modo especial para Theodor Mommsen, cuja *História de Roma* lhe valeu em 1902 o Prêmio Nobel de Literatura e de quem Adolf Harnack pode dizer, à beira do túmulo em 1903, ter reunido em sua obra tudo o que viveu por si mesmo: “o filólogo, o jurista, o político e o não menos poeta. Aqui um artista apreendeu uma ingente massa de informações e lhe conferiu medida e ordem, dinâmica e beleza”.⁷

A arte da apresentação histórica relaciona acontecimentos situados em épocas distintas. De um lado, o anterior aparece à luz do posterior (retrospectiva); de outro lado, o acontecimento posterior é concebido como uma de muitas opções possíveis dentre uma determinada constelação histórica (prospectiva). Ademais, o historiador compõe a perspectiva não apenas com respeito à linha do tempo, mas também relativamente à distância da observação. Cada eventual distância adequada ao objeto tem seus efeitos sobre a forma linguística utilizada. O panorama da estrutura e dos processos se vale da descrição, a visão de perto não se faz sem a narrativa. Nesta encontram-se a história e a arte.

Dada a circunstância de que fontes sempre estão incompletas e de que há o incontornável requisito da redação, a história em boa medida resulta de um ato de fantasia produtiva. “O que construo historicamente”, disse certa feita Jakob Burckhardt,

⁶ Escritor austríaco (1896-1966) tornado muito popular após sua conversão ao catolicismo e o sucesso do romance *Die Strudlhofstiege* (1951) – *A escada de Strudlhof*. (N. do T.)

⁷ Citado de acordo com a contracapa do terceiro volume da *História de Roma* de Theodor MOMMSEN, Munique, 1976. Adolf von Harnack (1851-1930), eminente teólogo e historiador da Igreja. (N. do T.)

não é resultado de crítica e especulação, mas da fantasia, que tenciona preencher as lacunas da observação. A história é ainda, para mim, em grande parte, poesia; ela é para mim uma série das mais belas composições pictóricas (*apud* JOEL 1918, p. 73).

Algo semelhante pensava Theodor Mommsen em seu discurso de posse na reitoria da Universidade e Berlim, em 1874, ao afirmar que o historiador talvez pertença “mais aos artistas do que aos intelectuais” (MARTINS 2010, p. 118).

Obviamente não se trata da defesa de uma retórica desenfreada. Mesmo que a retórica possua algumas vantagens na história – ela pode encantar, assustar, mover emocionalmente o leitor – ela não atinge o objetivo se apenas mobiliza as emoções, sem conduzir a um conhecimento pertinente e a um ajuizamento autônomo dos acontecimentos e fatos. Nesse sentido escreveu uma vez Ernst Cassirer:

À luz da historiografia, a vida continua um grande drama realista, com suas tensões e conflitos, com sua grandeza e miséria, com suas esperanças e ilusões, e com todas as forças e paixões que nela intervêm. Esse drama não é, contudo, meramente sentido, mas conhecido pela observação (CASSIRER 1990, p. 313).

Jakob Burckhardt exprimiu essa situação, nas *Reflexões sobre a história*, em termos tornados célebres: para o historiador, “o que outrora foi júbilo e lamentação [...] tem de tornar-se conhecimento” (BURCKHARDT 1978, p. 10). O drama histórico, diversamente do que pensem os pós-modernos, é um *acontecimento real*, e não um *acontecimento fictício*, imaginado. Por certo, a “história é também uma arte”, como pensou Golo Mann, mas uma arte “que se funda em *conhecimentos*” que, por sua vez, se baseiam em fatos (1979, p. 53).

Defende-se amiúde a concepção de ser necessária, à apreensão intuitiva dos conteúdos artísticos, a unidade imediata do sujeito e do objeto da experiência, ou seja, a identificação do receptor vivencial e cognoscente com o objeto de arte vivido e a ser conhecido. Assim, no passado – além de não poucos artistas –, certos filósofos da vida ou fenomenólogos adotaram a tese de que o conhecimento intuitivo iria além do conhecimento científico. Seria, pois, também “mais profundo”, no sentido de que as relações entre o cognoscente e o conhecido se tornariam cada vez mais íntimas, ao ponto de o sujeito da observação artística afinal fundir-se com o objeto de arte. Precisaríamos entrar em um estado de comunhão, ou mesmo de fusão, com o objeto que queiramos conhecer.⁸

Deve-se recordar aqui, no entanto, as diferentes formas de proceder, objetivos e funções da arte e da ciência. Ambas, a ciência e a arte, fornecem

⁸ No pensar de outros artistas, filósofos e teóricos da Arte, a situação é justamente oposta; veem-se os pormenores na totalidade dos fatos tanto mais claramente quanto mais distante se estiver do objeto. O distanciamento de uma vivência egocêntrica ou “oceânica”, como diria Freud, assim como a prática do comportamento aloccêntrico típico da ciência sempre impressionam praticantes das artes plásticas ou da poesia. Ezra Pound, Gottfried Benn e Robert Musil seriam aqui bons exemplos.

imagens do mundo interno e do mundo externo.⁹ O que é então próprio a essas imagens ou reproduções? Por um lado, na arte, trata-se, sobretudo, de *apreensão intuitiva* do conteúdo expressivo e simbólico. Por outro lado, na ciência, trata-se de *conhecimento discursivo*. Em ambos os casos busca-se antes de mais nada a mediação de uma experiência do que é o caso, do que ocorre. Importa então saber *em que sentido*, no caso da arte, diversamente da ciência, *algo é o caso* (algo ocorre) e se torna objeto de observação. Cabe ter presente que o característico de qualquer expressão de vivência – inclusive da artística – se enquadra na circunstância já descrita por Dilthey, que a relação entre essa expressão e o conteúdo intelectual por ela expressada “não está submetida ao juízo de verdade ou falsidade, [...] mas ao juízo de verossimilhança ou inverossimilhança” (DILTHEY 1927, p. 206).

A diferença categorial entre os procedimentos de busca, os conteúdos e as formas de apresentação da arte e da ciência, assim como entre seus modos de apreender o mundo, tem seu fundamento na seguinte circunstância: a apreensão intuitiva de conteúdos vivenciais pela arte e o conhecimento discursivo da ciência perseguem objetivos completamente diferentes. Isso porque a matéria da arte – mas não a da estética ou da teoria da arte – é a mediação de percepções e vivências de algo, todavia não é a de dados descritivos *das* percepções e vivências. Por isso a vivência tornada possível (também) pela arte não é o objetivo do conhecimento científico, tanto quanto a vivência não se realiza plenamente no conhecimento.¹⁰

Nas duas partes que vêm a seguir busca-se mostrar como, no pensamento pós-moderno, se põe em dúvida ou mesmo exclui a transformação de vivência em conhecimento, de *informações em conhecimento*, que ocorre ao longo do exame científico realizado pela história, cuja possibilidade jamais pareceu duvidosa à prática histórica usual. Os pós-modernos alegam, sobretudo, três razões para sustentar a posição oposta:

- a exclusão de determinados campos de objetos como consequência da limitação à micro-história ainda revivenciável;
- a concentração na linguagem desvinculada da realidade e do ceticismo linguístico correlato;
- o desmonte dos fundamentos da compreensão do outro assegurada intersubjetivamente.

Realidade e representação da realidade: sobre a relação entre linguagem e mundo no pensamento pós-moderno

Sob influxo do funcionalismo estrutural sociológico, também a ciência da história dedicou atenção, com frequência, às estruturas e aos processos, muito

⁹ A multiplicidade dos modos de apresentação artístico ou científico não contradiz as pretensões de verdade próprias à arte ou à ciência, mas é com elas perfeitamente compatível. “Doctrina multiplex, veritas una” (Doutrina múltipla, verdade una) é o belo lema da Universidade de Rostock.

¹⁰ Ver as posições semelhantes, embora desenvolvidas em outro contexto, de SCHLICK 1986, p. 104.

menos do que aos atores e a suas ações no plano dos acontecimentos. Os pós-modernos não foram os primeiros a criticar esse fato. Enquanto o historiador Golo Mann ou o sociólogo George Caspar Homans, por exemplo, clamavam que suas disciplinas, marcadas por tal influência, deveriam ocupar-se mais dos motivos, das razões de agir e das intenções das pessoas, Ankersmit, como representante do pós-modernismo, defende a *vivência* de micro-histórias, mas não a reconstrução analítica, pela história, dos motivos e das razões de agir, que considera vã. O que subjaz a isso tudo é nada menos do que a substituição da unilateralidade estruturalista e processualista da história por um psicologismo com verniz artístico. Além do abandono do cognitivo pelo estético, tem-se uma drástica redução do campo de objetos da história, com a perda do nível do acontecimento processual e estrutural, inacessível diretamente pela vivência. E o que poderia ser dito em favor de uma historiografia que cuidasse, por exemplo, da análise das organizações burocráticas ou da história dos desdobramentos do direito romano na constituição do sistema europeu de Estados, excluída que seria somente porque tais temas escapam à vivência subjetiva?

É de importância metodológica – e também antropológica, como se há de ver – a restrição da compreensão à compreensão linguística, ocorrida sob influência da *virada linguística* nas ciências humanas e sociais. Essa restrição caracteriza igualmente o pensamento de autores pós-modernos. Ela teve o efeito de restringir novamente, em prejuízo do conhecimento histórico, a ampliação da hermenêutica, já operada por Wilhelm Dilthey, da compreensão do texto à compreensão do agir. Tudo isso foi precedido, ainda antes dos pós-modernos, pela redução dos problemas filosóficos – na tradição de Ludwig Wittgenstein – a problemas de linguagem. Justamente em contraste com essa tendência, Wilhelm Dilthey superara a função linguística imanente dos conceitos de “sentido” e “significado” ao transpô-los do plano analítico da linguagem para o plano analítico do agir. “O caso mais simples em que aparece o significado”, escreve ele na *Construção do mundo histórico*, “é a compreensão de uma frase. Cada palavra possui um significado e na relação entre elas se lê o sentido da frase [...]”. A mesma relação, afirma ele, subsiste entre “as partes e o todo do curso de uma vida”:

Cada acontecimento que forma [esse curso], o modo como está presente no mundo dos sentidos, possui – como as palavras de uma frase – uma relação com o que significam. Nessa relação cada vivência particular possui significado a partir de um todo. E como as palavras estão juntas na frase para a compreensão desta, assim também o contexto dessas vivências produz o significado do curso da vida. Tal se dá da mesma forma na história (DILTHEY 1927, p. 235).

A “relação de um exterior, que faça sentido para um interior, que é sua expressão”, é fundamental para Dilthey para a compreensão da frase, e deve ser distinguida da relação semântica, pois tal compreensão “não procura um sentido de sinais, mas um muito mais profundo, o sentido das manifestações

da vida”.¹¹ Por isso Dilthey pode ainda acrescentar: “significado é o tipo especial de relação que as partes têm com o todo, no interior da vida” (DILTHEY 1927, p. 233). E, logo em seguida, constata: “O significado da parte está determinado, aqui [...], por sua relação com o todo, visto esse todo como objetivação da vida, entendido a partir dessa relação” (DILTHEY 1927, p. 241).

Essa relação do todo com suas partes, tal como exposta por Dilthey, deve ser entendida tanto estática quanto dinamicamente. Por um lado, trata-se de uma *estrutura* acumulada de determinado modo, em que a relação entre os elementos se dá de forma sincrônica. De outro lado, tem-se um ordenamento consecutivo de situações, ações e acontecimentos, ou seja, um *processo*. Do entendimento dessa relação do todo com suas partes resulta, para Dilthey, o círculo hermenêutico característico dessa compreensão: “De cada parte o todo, e do todo de novo a parte [...]. Do todo, pois, [advém] a compreensão, mas o todo depende da parte” (DILTHEY 1927, p. 334; ver também p. 330).

Para Dilthey estava claro que não apenas as realidades da natureza e da sociedade são históricas, mas igualmente o são, em certa medida, as categorias e os conceitos, por recurso aos quais descrevemos, ordenamos e explicamos os respectivos todos dessas histórias. Abordagens categorialmente diferenciadas requerem, ademais, modos distintos de *controle* dos juízos por eles formulados e dos fatos por eles apresentados. Assim, o controle de determinado resultado de um exame médico de uma pessoa exige outras formas de controle empírico do que o controle de sua reputação ou de seu gosto artístico. Tal pessoa aparece, dessarte, em perspectivas totalmente diferentes e com propriedades categorialmente distintas. Os próprios controles se modificam ao longo da história, nem que seja por força do avanço do conhecimento e dos procedimentos de teste assim alterados. Nada disso quer dizer, no entanto, que o indivíduo examinado seja composto de pessoas diversas, nem que seja um “construto” fictício, nem tampouco que a forma historicamente modificada de falar desse indivíduo o dissolva no banho ácido do historicismo linguístico.

Pode perfeitamente ocorrer que, pela ênfase a algum aspecto ou por sua omissão, a imagem que façamos de uma pessoa ao longo da história se torne uma hagiografia canônica convencional ou quiçá uma distorção. Disso não decorre, sem mais nem menos, a validação de uma teoria convencionalista do conhecimento. Certamente não teria passado, por exemplo, pela cabeça de Dilthey, o filósofo da historicidade, que a historicidade da abordagem categorial dos dados da experiência interna e externa, assim como das determinações conceituais dos fatos ou ainda da mutabilidade do controle dos conteúdos dos juízos, conduza necessariamente a uma epistemologia do arbitrário. Os representantes do pós-modernismo, entretanto, tiram, de forma curiosamente assertória, uma conclusão cética tanto quanto às mudanças intensionais e

¹¹ Algo semelhante é dito sobre a relação entre “individualidade” e “natureza humana geral”, em suas *Monografias sobre o fundamento das ciências humanas*: “A natureza humana geral efetiva as possibilidades de um sistema tonal e a individualidade a melodia criada nesse sistema” (DILTHEY 1927, p. 425).

extensionais dos conceitos ao longo do tempo como quanto ao sentido historicamente mutável das proposições, como se pode constatar dentre as que são enunciadas com a qualidade de autor. Com isso, não há intérprete que fosse capaz de determinar com segurança o sentido de um texto, como intencionado pelo autor, e o dos conceitos nele empregados. Até Hayden White se manifestou certa vez sobre o assunto, de maneira que radicaliza o historicismo metódico até às raias do relativismo histórico, embora em outros contextos, como já se viu, defenda a crítica histórica das fontes:

As formas de 'honestidade' e 'objetividade', que o historiador reivindica para si, referem-se afinal a *convencões* da academia, praticadas em determinados lugares, em determinados tempos, em determinados campos, por *diversas* comunidades científicas. Com outras palavras: a 'honestidade' e a 'objetividade' dos historiadores são, como os fatos, 'relativas' às ideias culturais aceitas em seu tempo, que prevalecem no tempo e no lugar de sua formulação (WHITE 1995, p. 65)

Na medida em que tais constatações não vão além do fato de o conhecimento e a possibilidade de seu avanço dependerem efetivamente das circunstâncias em que são produzidos, não há porque discordar delas. Entretanto alguns autores situados no círculo da teoria pós-moderna da história vão mesmo mais longe. Defendem o abandono das regras da análise conceitual e da interpretação, em nome da libertação das coerções do pensamento.

Com isso instaura-se a valorização, já antes mencionada, da vivência e do emotivo como elemento ou mesmo como substituto das análises e sínteses científicas. A isso corresponde o hábito, amplamente difundido entre os linguistas que lidam com análise e interpretação do discurso, de supor por trás de toda manifestação linguística uma atitude emocional (conotação) ou uma predisposição ao agir (conação), inconsciente ou até camuflada ideologicamente. Essa hipervalorização de uma determinada função da linguagem no discurso científico deixa qualquer um pelo menos pensativo.

Por certo, como já o disse Ernst Topitsch (1988), a linguagem é um "sistema plurifuncional de orientação", no qual se correlacionam mediação de informações, orientação do comportamento e reação emocional. A isso corresponde virem as designações das coisas e dos seres amiúde acompanhadas por tons emocionais e indicações de como alguém se deve comportar com relação aos ditos objetos. Nesse contexto é relevante a crença em uma conexão essencial íntima ou mesmo identidade entre palavra e coisa:

Isso leva não apenas às mais diversas formas de palavras mágicas, mas também, ao fim e ao cabo, ao realismo linguístico, ou seja, à convicção de que a existência da palavra coincide com a existência do objeto com ela correlacionado. Com isso pode-se passar à construção de mundos inteiros de entidades linguísticas imaginárias, no mais das vezes impregnadas de fortes conteúdos emocionais [...] (TOPITSCH 1988, p. 8).¹²

¹² Mais e mais ocorre a dissociação das três funções antes mencionadas. A teoria da retórica explica que já na Antiguidade se conhece o poder do hábito no uso da linguagem, mas que se sabe também ser no âmbito da linguagem que se apreende o significado das palavras e dos enunciados. Horácio, por exemplo, se refere ao *usus* – ao hábito, costume ou prática dominante – e está convencido de que

Pensamentos desse tipo acarretam as mais diversas reações. Enquanto Topitsch os toma como ocasião para analisar as visões de mundo desde a perspectiva do empirismo lógico e da teoria genética do conhecimento, os representantes do pós-modernismo tiram deles outras consequências.

Para Jacques Derrida, um dos semasiólogos mais influentes do pós-modernismo (mesmo se ele recusa a aceitar-se como tal), tais pensamentos ensejaram uma crítica ao “logocentrismo” e o questionamento direto da ideia mesma de uma interpretação válida de texto. Chegou até a afirmar que somente existiriam más interpretações de texto.¹³ O fato de as palavras se referirem a objetos do mundo conduz, segundo ele, a uma “metafísica da presença”, ou seja, à ilusão de que a verdadeira natureza do mundo passa ser revelada ao leitor por intermédio da linguagem. Com o jogo de sua plurivocidade, contudo, a linguagem se opõe a qualquer intenção denotativa do intérprete hermenêutico e torna impossível firmar definitiva e seguramente tanto o sentido de um texto intencionado por seu autor quanto o sentido das palavras.

Outra tentativa de superar a teoria tradicional da compreensão foi empreendida por Quentin Skinner. Um dos mais apreciados integrantes da escola de pensamento político de Cambridge, Skinner criticou a variante da hermenêutica que parte do suposto de que somente pela empatia com o caráter do autor é que se lograria aproximar do sentido dos textos e do significado das expressões. Seria necessário, no sentido da análise de John L. Austin da força “ilocucionária” e “perlocucionária” da linguagem, entender que determinada asserção deve ser concebida não só *como* asserção, mas também como “ato de fala”: como uma tomada de posição reconstrutível a partir de determinado contexto situacional, ou ainda como uma finta em determinada discussão entre autores. Distingue-se, pois, *que* digamos alguma coisa, com certo sentido (semântico), do que possamos acarretar *com o fato de o dizermos* (pela pragmática da linguagem) (AUSTIN 1979).¹⁴ “Por isso”, diz Skinner (2009), “devemos nos ocupar do texto e não do autor e de suas intenções. A performatividade se ancora, pois, no próprio texto [...]”. Unicamente assim se pode fazer de forma correta a história das ideias. “Somente ao contextualizarmos o texto de modo que torne cognoscível seu sentido no interior de determinado discurso é que podemos constatar o que os autores fizeram ao escrever esses textos” (SKINNER 2009, p. 16).

Skinner não encontra, em Derrida, a predisposição para admitir tal possibilidade. Derrida consideraria impossível tanto formular um critério para a intenção comunicativa de um autor quanto reconstruir o contexto necessário

o uso dispõe da linguagem e lhe confere direito e regra, quando diz: “usus quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi”. (HORÁCIO. *Ars poetica*, 71).

¹³ Ver por exemplo DERRIDA 2008.

¹⁴ Qualquer um sabe que a palavra “fogo” tem a ver com incêndio ou com faísca. No entanto, no sentido de uma relação designativa ou denotativa unívoca, não se pode decidir, logo de início, se a exclamação “Fogo!” remete a fogos de artifício, à ordem de abrir fogo a um destacamento na frente de batalha, ao alarme para os bombeiros vestirem os uniformes e correrem para o carro, ou se seria só alguém querendo assustar.

ao estabelecimento do sentido de um texto (SKINNER 2009, p. 13). Em mais de um aspecto, porém, Skinner está mais próximo do ceticismo de Derrida quanto à história do que está disposto a reconhecer. Trata-se certamente de uma visão unilateral das coisas, quando concorda com R. G. Collingwood, ao aceitar que só existem respostas particulares a perguntas particulares, e que “potencialmente [...], há tantas perguntas quando perguntadores”. De modo semelhante parece haver exagero na afirmação:

Aprender da história do pensamento que, na realidade, não existem conceitos atemporais, mas apenas conceitos totalmente diversos, que surgem em sociedades completamente diferentes, significa conceber uma verdade universal – não somente com respeito ao passado, mas igualmente com relação a nós mesmos (SKINNER 2009, p. 62).

Este é o momento de se dirigir a Skinner algumas perguntas críticas, pois ele mesmo considera que o relativismo de certos teóricos pós-modernos da história vai longe demais.¹⁵ As objeções mais importantes dizem respeito à afirmação de Skinner de que a “realidade” social fora do texto – que inclui afinal também o autor – é sempre mediada linguisticamente. Em sua hermenêutica inspirada pela teoria dos atos de fala, Skinner pressupõe uma multiplicidade de atores de fala, cujos produtos ele reúne em contexto, no qual lhe interessa a inserção do produto-texto no discurso linguístico. Diversamente dos sociólogos do conhecimento Jerusalem, Scheler ou Mannheim, não lhe interessa a inserção do autor em um contexto social extralinguístico. Em contraste com outros autores da história dos conceitos, como Reinhart Koselleck por exemplo, Skinner deixa de lado ver como a posição social e política dos atores de fala determina-lhes o comportamento discursivo.¹⁶ Por via de consequência, fica obviamente obscuro, porque e como certas linguagens e certos conceitos tenham alcançado mais penetração e difusão do que outros. Como uma linguagem é mais do que um mero veículo de informações, seu predomínio ou sua perda de significado é um acontecimento cultural de primeira importância.

O centralismo da linguagem de certos teóricos recentes da linguagem e do discurso, anglo-saxões e franceses, confronta o historiador com uma versão linguístico-filosófica radical do historicismo, já apontada pela afirmação de Skinner, de que “na realidade, não existem conceitos atemporais, mas apenas conceitos totalmente diversos, que surgem em sociedades completamente diferentes” (SKINNER 2009, p. 67). Tal pensamento desafia o filósofo e sociólogo da cultura a debruçar-se sobre a questão da possibilidade de uma compreensão que vá além de uma comunidade de discurso social e culturalmente fechada.

¹⁵ Ver o posfácio de Marion HEINZ e Martin RUEHL em SKINNER 2009.

¹⁶ Até Wilhelm Dilthey, frequentemente contado entre os defensores da hermenêutica idealista, se comparado com os teóricos recentes da História ou da linguagem, anglo-saxões ou franceses, soa quase materialista: “Vontade, luta, trabalho, carência, satisfação são elementos centrais que estão sempre presentes, constituindo a estrutura do acontecimento intelectual” (DILTHEY 1924, p. 131).

A caminho do relativismo sociológico e cultural: da crítica da objetividade à compreensão segmentada do outro

Qualquer abordagem do particular e do individual só faz sentido se posta contra o pano de fundo de uma generalidade pressuposta. Se a diferença for absolutizada e toda identidade do significado das palavras e do sentido das sentenças for desprezada, como nas teorias de Derrida e de Skinner, o princípio da diferença se transmuta em afirmação da singularidade, da incomparabilidade e da incomensurabilidade. No caso desses dois autores, tudo se passa no mundo politicamente inconsequente do individualismo radical, e não se pode atribuir-lhes nenhum partidarismo político em sentido estrito. Com a orientação que adotam na teoria do conhecimento, vale dizer, com o princípio da diferença e com a afirmação da individualidade, contudo, podem ser relacionadas aspirações típicas dos defensores das ideologias coletivistas, como no caso exemplar da mitologia nazista da incompatibilidade entre o "próprio a si" e o "alheio a si", ou da doutrina marxista da impossibilidade de conciliar as perspectivas das posições "burguesa-reacionária" e "proletária-progressista".

Ernst Bloch, um dos ícones do movimento estudantil alemão dos anos 1960, publicou em 1951 um artigo na revista *Aufbau*, de Berlim Oriental, no qual afirmava que todo e qualquer pensamento é e tem de ser partidário; o que importaria é saber qual partidarismo está correto. Com tais pressupostos, fustiga o "pretenso apartidarismo" da ideologia do "objetivismo".¹⁷ Para ele, o "objetivismo",

215

está em correlação ideológica direta com a assim chamada verdade por si mesma, tal como abusivamente defendida no Ocidente. Partindo de uma objetividade aparente, desde há muito desmistificada como mera aparência, o objetivismo é insípido, irrelevante, teimosamente neutro (BLOCH 1951, p. 597).

Ciência objetiva também pareceu, por outro lado, a Carl Schmitt, o líder dos teóricos alemães do Direito nos primeiros anos após 1933, como uma posição ilusória entre o "próprio a si" e o "alheio a si". Para ele, o semelhante é imediatamente dissolvido no heterogêneo:

Trata-se de uma verdade gnosiológica que só está apto a ver corretamente os fatos, ouvir corretamente as sentenças, entender corretamente as palavras e avaliar corretamente as impressões das pessoas aquele que participe, pelo modo próprio a seu ser, da comunidade instituidora do direito a que pertença existencialmente. Nos movimentos mais profundos e inconscientes do humor, mas também nos menores vasos do cérebro, qualquer pessoa se encontra nesse pertencimento a um povo e a uma raça. Não é objetivo qualquer um que o deseje ser, ou que creia subjetivamente com a melhor das boas consciências, ter-se esforçado o suficiente para ser objetivo (SCHMITT 1933, p. 45).

¹⁷ Muito semelhantes são os ataques de Lênin à "ciência social apartidária" e os "fabricantes do apartidarismo" no artigo "As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo", publicado em 1913 na revista *Prosweschtschenije (O Iluminismo)*.

O que na época do romantismo começara como consideração pelo particular e como encobrimento do sentido da diferença, torna-se aqui estigmatização do outro e relevo positivo da própria singularidade.

As duas concepções, aqui brevemente esboçadas, de dois intelectuais destacados, um marxista e outro nazista, correspondem ao que, no âmbito da etnologia e da antropologia cultural, se denomina posição particularista. Os representantes do universalismo radical – contra o qual já se elevava o protesto do romantismo – pensavam poder reconhecer o “próprio” e, com isso, negar a experiência da diferença. Os representantes do particularismo radical veem no vínculo de qualquer pessoa a uma determinada cultura (ou subcultura) a razão da impossibilidade de entender qualquer “outro” a partir de seu ponto de vista. O particularismo radical postula, por conseguinte, uma contradição entre o conhecimento da verdade e o perspectivismo.

O sociólogo Robert King Merton levou esse relativismo até seu extremo aporético no artigo intitulado “Insiders and Outsiders” e no livro *On Social Structure and Science*. Se o particularismo radical for generalizado, por via de consequência somente serão possíveis a grupos sociais determinados certos tipos de percepções, e outros não. Com isso esvai-se qualquer forma de reciprocidade na compreensão. Isso porque a formulação de juízos que pretendam produzir conhecimento, vira dessa maneira assunto do pertencimento a determinados grupos. A referência enfática à perspectiva própria implica simultaneamente um obstáculo cognitivo insuperável. Para uma feminista radical, esse obstáculo está no outro sexo, para o socialista radical, no pertencimento a classes diferentes no processo de produção, para o relativista cultural radical, no pertencimento a uma “cultura mestra”, com frequência pensada como vínculo étnico.¹⁸

Ainda que se leve em consideração o pertencimento das pessoas a diversos círculos sociais, por exemplo, não apenas a determinadas etnias ou raças, mas também a determinadas religiões, classes sociais, grupos de gênero, comunidades acadêmicas, têm-se duas consequências. Primeiramente, somente muçulmanos poderiam obter conhecimentos pertinentes sobre muçulmanos, cristãos sobre cristãos, trabalhadores sobre trabalhadores, gerentes sobre gerentes, mulheres sobre mulheres, homens sobre homens, assim como – por absurdo que pareça, mas consequente – sociólogos sobre sociólogos, historiadores sobre historiadores. Em segundo lugar, tem-se também o paradoxo do *insider*, como bem indica Robert Merton. Ou seja: se, por exemplo, somente intelectuais brancos podem entender outros brancos, e se somente intelectuais negros podem entender outros negros, e, ainda, se somente homens podem entender homens, e somente mulheres podem entender mulheres, chega-se à situação bizarra de ambas as suposições se limitarem tanto que se inviabilizam:

disso resulta, por implicação, que alguns *insiders* são excluídos do entendimento de outros *insiders*, ficando as mulheres brancas condenadas

¹⁸ Ver MERTON 1996, p. 245; ver também SOLLORS 1996, p. 325-369.

a não entender homens brancos e homens negros a não entender mulheres negras, e assim por diante nas diversas combinações de subconjuntos (MERTON 1996, p. 252).

De modo semelhante à crítica exercida por Merton à concepção de formas heterogêneas de experiência do mundo e de obtenção do conhecimento, fechadas em si mesmo se em princípio equivalentes, o historiador britânico Richard Evans (1997) se eleva contra concepções análogas de certos historiadores pós-modernos, em seu livro *In Defence of History*. Evans se opõe à tese de que exista uma pluralidade incomensurável de métodos, nenhum dos quais capaz de se aproximar da verdade histórica. Por essa razão diverge de Keith Jenkins, defensor da equivalência entre os métodos marxista, weberiano, estruturalista ou feminista. Evans entende que se trata, na verdade, de teorias, cujas questões geram resultados de valor cognitivo diferenciado, enquanto o método histórico se funda em “regras de verificação”, firmadas por Leopoldo von Ranke e desenvolvidas desde então de diversos modos (EVANS 1997, p. 127).¹⁹

Praticamente em todas as formas de aplicação do princípio hermenêutico da exclusividade encontra-se algum tipo de atitude de crença. Isso porque a respeitabilidade de um intérprete compreensivo ou de um cientista explicativo advém não de seus eventuais méritos metódicos, mas de uma aptidão prévia: a capacidade de compreender, que adviria do pertencimento a determinada comunidade, tal como o conhecimento obtido com base nessa compreensão. Os integrantes de uma tal comunidade adquirem o estatuto de *insiders*, enquanto os *outsiders* são incapazes de compreender ou conhecer outros grupos, classes, sociedades ou culturas.²⁰ Desarma-se, dessa maneira, a convicção que se encontra, por exemplo, no *Tratado da Natureza Humana* (1739-1740), de David Hume, ou no *Essência e formas da simpatia* (1923), de Max Scheler, de que o princípio dinâmico que ordena nossas afeições seja a simpatia, o sentimento de compaixão que, em certa medida, se sobrepõe à comunidade própria imediata.

217

Sobre a antropologia do pós-modernismo

A importância da abordagem linguística com respeito à compreensão histórica está fora de dúvida. É fato que a posteridade dispõe não apenas de monumentos escritos da história passada. Também é certo que outras objetivações, não linguísticas, da ação humana, a que se atribui o caráter de fontes históricas, necessitam ser interpretadas, ou seja, verbalizadas.²¹ Não foi preciso esperar os pós-modernos, no entanto, para entender-se que manifestações

¹⁹ Dentre outras, a crítica de Evans se dirige contra JENKINS 1991; 1997.

²⁰ A essas concepções se opõe hoje uma espécie de solipsismo de pequenos grupos, como se pode constatar nas diversas reações defensivas à globalização econômica e cultural. De um lado tem-se a perda de confiança cultural no mundo que se transforma rapidamente por força da atuação dos conglomerados internacionais de comunicação social. De outro, o receio dos processos econômicos que ultrapassam em muito o âmbito das economias nacionais, que se sente como opacos e ameaçadores. A isso respondem, de certa maneira, a busca crescente de “identidade” social e regional e as diversas formas de refúgio escapista no plano privado.

²¹ Trata-se em especial das informações sobre instrumentos, obras de arte, prédios etc. por intermédio das quais o acesso aos motivos, razões de agir e intenções dos respectivos agentes existe de modo apenas indireto.

linguísticas são plurívocas. Está claro, ao mesmo tempo, como diz Richard Evans, “que não nos é dado atribuir-lhes sentido arbitrário. Estamos restritos aos termos contidos no texto, palavras que não possuem um número infinito de significados, como supõem os pós-modernos” (EVANS 1998, p. 106). De outra forma, não se teria sequer a possibilidade, por exemplo, de entender o sentido da observação de Derrida (mas não seu acerto), que a linguagem ultrapassa qualquer intenção denotativa do autor por sua plurivocidade intrínseca.²²

A restrição ao linguístico, porém, como já se demonstrou, não faz jus à vastidão do material historicamente relevante nem à variedade das formas não verbais de se expressar, como é fundamental, por exemplo, na psicologia ou na antropologia cultural.²³ Na observação da psique de outrem, têm-se duas formas de apreensão: transpor-se para o interior do outro ou considerar os elementos da expressão da vivência, em seu conjunto e em sua consecução, como meros dados, sem compreender seu contexto por meio da transposição. Se isso nos é vedado, então “entendemos” esses contextos apenas da mesma maneira como entendemos os contextos do mundo físico.

A transposição pode dar-se de duas maneiras. Por um lado, podemos – como propõe Max Weber em seus *Conceitos fundamentais da sociologia* (WEBER 1968, p. 541-581) e, como ele, Karl Jaspers (1990) – compreender “racionalmente” as ações humanas. Com isso é possível, em um processo judicial, por exemplo, a partir do fim buscado por um criminoso, e com base no que sabemos do seu grau de conhecimento dos meios a serem utilizados para alcançar tal fim, julgar seus atos como vinculados ou não (para ele) à obtenção de tal fim:²⁴

O dito cujo tinha de agir, não por força de leis naturais psicológicas, mas com base no conhecimento de certas relações causais, de normas lógicas de seu ponto de vista, se tencionasse alcançar seu fim. Um tal agir é plenamente entendido como racional (JASPERS 1990, p. 113).²⁵

Deve-se distinguir desse procedimento a outra forma da compreensão, a da empatia. No caso de alguém tomar conhecimento de que foi traído, como amante ou como amigo, e perder o controle, se desesperar ou explodir de raiva, não se tem um contexto racional. Não se tem a busca de um fim, a escolha racional de meios para sua prossecução; tudo corre pela expressão emocional. Mesmo assim achamos que somos capazes de tudo entender,

²² Ver DERRIDA 1983, especialmente Parte I, Caps. 1 e 2; ver também DERRIDA 1972, especialmente p. 422-442.

²³ Dilthey, em sua obra tardia, sobretudo no *Aufbau der geschichtlichen Welt*, voltou-se para a análise da compreensão dos modos de expressão.

²⁴ Mesmo que não nos seja dado afirmar o valor supra-histórico próprio do conhecimento, esse argumento parece atribuir efetivamente um caráter supra-histórico ao valor instrumental do conhecimento.

²⁵ Exatamente nesse sentido, para Max Weber, o “agir racional por fins” está determinado “pelas expectativas do comportamento de objetos do mundo exterior como de outras pessoas”, e utiliza essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para a obtenção de fins próprios, almejados e projetados racionalmente. Diferente desse agir é o “agir racional por valores”, caracterizado “pela crença consciente no valor próprio – por pouco que seja ético, estético, religioso ou mais de que tipo – de um determinado comportamento por si mesmo, independente de sua obtenção” (WEBER 1968, p. 565-566).

justamente pela empatia. “Em determinadas circunstâncias acompanhamos as menores nuances da mímica e dos sentimentos, e se percorrermos todas as suas propriedades, nenhuma nos é incompreensível. Todas se fundem em uma unidade [...]” (JASPERS 1990, p. 113).²⁶ Tudo isso não pode ser esclarecido pela reação fim-meios, nem tampouco remetendo ao amor como “estímulo” e à raiva, por exemplo, como “reação”.

Para Quentin Skinner, no entanto, o espírito da linguagem, intersubjetivamente mediado, substitui a subjetividade da empatia, aparentemente inverificável. É esse o sentido dos “jogos de linguagem”, visto desde Wittgenstein como elemento e expressão de uma “forma de vida”, a ser interpretado dentro dos respectivos atos de fala. Entretanto, como parece, é justamente na empatia que se evidenciam os limites da interpretação de textos vinculada aos jogos de linguagem. Do mesmo modo constata-se as possibilidades de uma superação crítica da afirmação de que textos valem somente quando restritos étnica, regional ou historicamente. A antropologia cultural, em especial, fornece demonstrações cabais de formas de compreensão intercultural que vão além da linguagem. Ela nos remete sobretudo ao pré-linguístico e ao extralinguístico. Se é correto afirmar que os limites da linguagem são também os limites do mundo (comunicável), é incorreta a suposição de que os limites da linguagem sejam também os limites da compreensão do mundo. Pois compreensão do mundo – compreensão no sentido amplo do termo – não coincide com o *entendimento sobre* o mundo, ou melhor: com o entendimento acerca dos juízos sobre o mundo, que obviamente são formulados pela linguagem.

219

O pré-linguístico e extralinguístico querem exprimir a condição elementar da existência humana, a *condition humaine* comum a todos os homens. Ela diz respeito a uma compreensão fundamental do que significam vida, alegria, sofrimento e morte. Essa compreensão constitui o pressuposto fundamental de uma atitude básica comum, condicionada só secundariamente pelas interpretações e práticas rituais, que informa o comportamento com relação a essas circunstâncias elementares da vida humana. Alfred Stern descreveu essa situação da seguinte maneira: “As situações históricas e as capacidades intelectuais e morais das pessoas se modificam. O que, ao longo da história, *não* se modifica, é que toda pessoa é um ser consciente de sua existência, que vive no mundo, que precisa agir para manter-se vivo, que ama e odeia, que se reproduz, que cai doente, que procura escapar ao sofrimento, que sabe dever morrer, que teme a morte e que acaba por sofrê-la. Vejo nessa condição da existência humana *a única constante da história*” (STERN 1967, p. 240).

Certamente seria equivocados supor que esses componentes essenciais da condição da existência humana possuam nas diversas culturas *significado* idêntico, no sentido semiótico completo, que deveria incluir a denotação, a conotação e a performática desses conceitos. Tanto as representações conexas

²⁶ A pesquisa biológica dos comportamentos está também repleta de tais constatações. Ver, a título de exemplo, EIBL-EIBESFELDT 1997.

(conotações) quanto as predisposições para o agir (conações), como também as ações reais, que se relacionam com os conceitos, são evidentemente muito diversas. Mesmo assim trata-se de um exagero descabido afirmar que a linguagem dos historiadores e dos antropólogos culturais só contenha sentenças e conceitos cuja propriedade ilocucionária fosse indeterminável, pois possuiria um sentido ambíguo e um significado incompatível.

Segundo Derrida, já estamos divididos pela língua comum, que dizer da diversidade das culturas linguísticas! Diante das dificuldades e da impossibilidade postulada de um conhecimento histórico rigoroso, Ankersmit considera que a finalidade própria do lidar com a história, como já se viu, seria a substituição do conhecimento da história pela vivência artística. A tudo isso corresponde a tendência contemporânea, tal como se pode ver nos espetáculos de TV-realidade, de confundir fato e ficção, realidade e ilusão. Não poucos historiadores atuam dessarte como instrumentos orgânicos da indústria midiática de entretenimento. Como historiador e teórico da história, todavia, cada um se vê confrontado, sobretudo diante dessas práticas e dos raciocínios por trás delas, à tentação de transformar a famosa fala do segundo ato do *Hamlet*, de Shakespeare: "Though this be madness, yet there is method in't" ("Isso pode ser loucura, mas tem seu método"), em seu polêmico inverso: "Isso pode ter método, mas não passa de loucura".²⁷

Com alguns bons motivos e com uma boa dose de caridade poder-se-ia talvez conceder que a formulação de princípios extremos contribua, sempre com algum sucesso, para clarificar, eventualmente ajustar e recodificar os critérios da experiência filosófica, artística e científica, e dos conhecimentos sobre ela baseados. Mesmo assim não se pode negar que o ceticismo linguístico radical do pensamento pós-moderno – com seu entendimento particularista radical das culturas, sem fundamento empírico, e com sua substituição do conhecimento pela vivência – promoveu nos últimos decênios, na teoria da história como em outros campos das ciências humanas, uma estranha predisposição à renúncia cognitiva.

220

Observações finais

A "igualdade do espírito", demonstrável desde "cada sujeito de uma comunidade" até a "história universal", tornava possível, para Dilthey, "a convergência dos muitos resultados nas ciências humanas" (DILTHEY 1927, p. 191). Os dois grandes totalitarismos do século XX varreram essa visão cosmopolita das coisas, por não corresponderem ao princípio do amigo-inimigo. Os pós-modernos entraram na arena da argumentação para combater o dogmatismo, promoveram a dissecação das macroideologias, mas entrementes cegaram seu próprio bisturi. A crítica das armas alheias acabou por desarmar o arsenal da crítica. E assim, hoje, no assim chamado mundo ocidental, não

²⁷ O conceito da loucura (delirante) abrange um amplo leque de significados. Assim, podia ser aplicado a meros desvios relativos às convenções (originalmente em latim, *delirare* provém de *de lira ire*, utilizado na lavoura, para dizer "sair do sulco do arado") como a perturbações psíquicas, pelas quais uma pessoa, em comparação com as funções mentais normais, sofreria de alucinações patológicas.

poucos intelectuais perderam a confiança em um conhecimento seguro nas ciências humanas e sociais, mesmo que essa perda seja racionalizada como destruição do absolutismo ético e epistemológico. É sabido que as pessoas tendem a sucumbir às convenções, inclusive quando fazem da necessidade uma virtude.

Há, pois, boas razões para se aceitar a suposição de que a predisposição ao abandono das pretensões cognitivas relativas ao mundo sócio-histórico tem a ver com um fato sociológico que o pós-modernismo meramente reproduz: vivemos em uma situação excepcional da história da humanidade, em que a experiência do mundo é mediada pelos meios de comunicação de massa. Nesse mundo das “experiências de segunda mão” (GEHLEN 2007) desacostumamo-nos cada vez mais a distinguir entre a descrição do mundo e o próprio mundo. Ademais, há intelectuais que vivem em um mundo de bem-estar e se permitem desde há muito ficar insensíveis à dureza do real e substituí-lo, em suas elucubrações, pela contemplação e pelos mundos virtuais da “construção” e da “desconstrução”. Com demasiada frequência a experiência da realidade primária foi sacrificada em benefício da experiência de segunda mão. Como o manejo do virtual estimula a fantasia, mas não primeiramente a faculdade cognitiva, o encontro imediato com a realidade real faz do virtuoso do virtual um resignado ou melancólico.

221

Entretanto não há lugar para a resignação cognitiva, ao menos não enquanto houver consciência de que a tarefa de compreender, interpretar e explicar o mundo sócio-histórico do passado como do presente é difícil, mas não impossível ou sem sentido.

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank R. **History and tropology: the rise and fall of metaphor**. University of California Press: Berkeley, 1994.

_____. **Aesthetic politics: political philosophy beyond fact and value**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

AUSTIN, John L. **Zur Theorie der Sprechakte**. 2ª ed. Stuttgart: Reclam Verlag, 1979.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Apologie pour l’histoire ou métier d’historien**. Paris: Armand Colin, 1997.

BLOCH, Ernst. Parteilichkeit in Wissenschaft und Welt. **Aufbau**, 7, p. 593-602, 1951.

BURCKHARDT, Jacob. **Weltgeschichtliche Betrachtungen**. Rudolf Marx: Stuttgart, 1978.

- CASSIRER, Ernst. **Versuch über den Menschen**: Einführung in eine Philosophie der Kultur. Frankfurt: Felix Meiner Verlag, 1990.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. **Die Schrift und die Differenz**. Frankfurt: Suhrkamp, 1972.
- _____. **Grammatologie**. Frankfurt: Suhrkamp, 1983.
- _____. **De la grammatologie**. Paris: Éditions de Minuit, 1967.
- DILTHEY, Wilhelm. **Weltanschauungslehre**: Abhandlungen zur Philosophie der Philosophie. Leipzig/ Berlim, 1931.
- _____. **Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften**. Leipzig/Berlim, 1927.
- _____. **Die geistige Welt**: Einleitung in die Philosophie des Lebens. Erste Hälfte: Abhandlungen zur Grundlegung der Geisteswissenschaften, Leipzig/ Berlim, 1924.
- EIBL-EIBESFELDT, Irenäus. **Die Biologie des menschlichen Verhaltens**. Grundriß der Humanethologie. 3ª ed. Weyarn, 1997.
- EVANS, Richard. **In Defence of history**. London: Granta Books, 1997.
- _____. **Verteidigung der Geschichte**. Frankfurt, 1998.
- _____. **Em defesa da história**. Lisboa: Memórias do Mundo, 1999.
- GEHLEN, Arnold. **Die Seele im technischen Zeitalter. Sozialpsychologische Probleme in der industriellen Gesellschaft (1957)**. Frankfurt: Karl-Siebert Rehberg, 2007.
- IGGERS, Georg G. Geschichtstheorie zwischen postmoderner Philosophie und geschichtswissenschaftlicher Praxis. **Geschichte und Gesellschaft**, 26, p. 335-346, 2000.
- JASPERS, Karl. **Allgemeine Psychopathologie**. 2ª ed. Berlim, 1920.
- _____. **Gesammelte Schriften zur Psychopathologie**. Berlim/ Heidelberg/Nova Iorque, 1990.
- _____. Eifersuchtszwahn. Ein Beitrag zur Frage: "Entwicklung einer Persönlichkeit" oder "Prozeß"? **Zeitschrift für die gesamte Neurologie und Psychiatrie**. Originalien 1, p. 567-637, 1910.
- _____. Kausale und "verständliche" Zusammenhänge zwischen Schicksal und Psychose bei der Dementia praecox Schizophrenie. **Zeitschrift für die gesamte Neurologie und Psychiatrie**. Originalien 14, p. 158-263, 1913.
- JENKINS, Keith. **Re-thinking history**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1991.
- _____. (org.). **The postmodern history reader**, Londres/Nova Iorque: Routledge, 1997.

- JOEL, Karl. **Jacob Burckhardt als Geschichtsphilosoph**. Basileia, 1918.
- KOSELLECK, Reinhart. Standortbindung und Zeitlichkeit: Ein Beitrag zur historiographischen Erschließung der geschichtlichen Welt. In: KOSELLECK, Reinhart; MOMMSEN, Wolfgang; RÜSEN, Jörn (orgs.). **Objektivität und Parteilichkeit**. Munique, 1977.
- LORENZ, Chris. **Konstruktion der Vergangenheit**: Eine Einführung in die Geschichtstheorie. Colônia/Weimar/Viena, 1997.
- MANN, Golo. Plädoyer für die historische Erzählung. In: KOCKA, Jürgen; NIPPERDEY, Thomas (orgs.). **Theorie und Erzählung in der Geschichte**. Munique, 1979.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologie und Utopie**. 5ª ed. Frankfurt, 1969.
- _____. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MERTON, Robert K. **On social structure and science**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- MOMMSEN, Theodor. **Reden und Aufsätze**. Berlin, 1905.
- SCHLICK, Moritz; MULDER, Henk L; KOX, Anne J.; HEGSELMANN, Rainer. **Die Probleme der Philosophie in ihrem Zusammenhang**: Vorlesung aus dem Wintersemester 1933/34. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.
- SCHMITT, Carl. **Staat, Bewegung, Volk**. Hamburg, 1933.
- SKINNER, Quentin. Einleitung: Über Interpretationen. In: _____. **Visionen des Politischen**. Frankfurt, 2009.
- _____. Bedeutung und Verstehen in der Ideengeschichte. In: _____. **Visionen des Politischen**. Frankfurt, 2009.
- SOLLORS, Werner (org.). **Theories of ethnicity: a classical reader**. Basingstoke, 1996.
- STERN, Alfred. **Geschichtsphilosophie und Wertproblem**. Munique; Basileia, 1967.
- TOPITSCH, Ernst. **Erkenntnis und Illusion**: Grundstrukturen unserer Weltauffassung. 2ª ed. Tübingen, 1988.
- WEBER, Max. Soziologische Grundbegriffe. In: _____. **Wirtschaft und Gesellschaft**: Grundriß der verstehenden Soziologie (1921-22). 3ª ed. Tübingen, 1968.
- WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in 19th Century Europe. Baltimore, 1973.
- _____. **Metahistory**: die historische Einbildungskraft im 19 Jahrhundert in Europa. Frankfurt, 1990.

- _____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore, 1978.
- _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. **Auch Klio dichtet oder Die Fiktion des Faktischen**: Studien zur Tropologie des historischen Diskurses. Stuttgart, 1996.
- _____. Historical emplotment and the problem of truth. In: FRIEDLANDER, Saul (org.). **Probing the limits of representation**: nazism and the "final solution". Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- _____. A response to professor Chartier's four questions. **Storia della Storiografia**, 27, 1995.

Não soomemente tinha elle homrra pello padre, mas per sy mesmo: genealogia política, serviço e escrita cronística em Portugal (1430-1460)*

Não soomemente tinha elle homrra pello padre, mas per sy mesmo: political genealogy, service and chronicle writing in Portugal (1430-1460)

Daniel Augusto Arpelau Orta

Doutorando

Universidade Federal do Paraná

danielorta84@gmail.com

Rua Francisco Torres, 620/151 - Centro

80060-130 - Curitiba - PR

Brasil

Resumo

Este artigo analisou parte da documentação cronística produzida em Portugal entre os anos de 1430 e 1460. Naquele contexto, observou-se em Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara uma organização cronológica para escrita, indo das pessoas mais antigas para as mais recentes, criando um contraste de qualidades que valorizava os últimos. Na crônica que Zurara conta os acontecimentos em Ceuta sob seu primeiro capitão português, o conde Dom Pedro de Meneses, reparou-se na inserção do filho deste na segunda parte do segundo livro. Este trabalho, assim, tentou identificar os possíveis motivos para tal entrada, uma vez que ela destoa consideravelmente do conjunto da crônica. Valeu-se da noção de genealogia política, onde a escrita do passado criava uma ligação simbólica e hierárquica com os interessados na construção do relato, recuperando a origem familiar e política. Desta forma, buscou-se entender os dispositivos de escrita sob contexto de questionamento das prerrogativas nobiliárquicas, sendo a crônica um instrumento de legitimação.

225

Palavras-chave

Idade Média; Narrativa historiográfica; Genealogia.

Abstract

This paper analyzed part of the chronicle documentation produced in Portugal between the years 1430 and 1460. In that context, it was observed in Fernão Lopes and Gomes Eanes de Zurara an organization to writing such texts, beginning from older to most recent people, creating a contrast of qualities which valued the last. In chronicle which narrates the events in Ceuta under the first Portuguese captain, Count Pedro de Meneses, figure out the inclusion of the son of captain in the second part of the second book. This study therefore attempted to identify possible reasons for such entry, since it defies considerably with the chronicle. Applied the notion of political genealogy, where the writing of the past created a symbolic and hierarchical link with those concerned in writing the texts, recovering the family and politic past. Thus, we sought to understand the writing device in the context of inquiry the prerogatives nobiliary, being the chronic an instrument of legitimacy.

Keywords

Medieval Ages; Historiography narrative; Genealogy.

Enviado em: 16/3/2011

Aprovado em: 17/5/2011

* Algumas considerações deste artigo foram desenvolvidas na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná em outubro de 2010, sob orientação da profa. Dra. Fátima Regina Fernandes. A ela, e aos membros da banca, o prof. Dr. Renan Frighetto, a profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães e profa. Dra. Renata Cristina de Sousa do Nascimento, o meu agradecimento pelas sugestões e discussão das interpretações, que enriqueceram o presente artigo. Este estudo contou com auxílio financeiro em forma de bolsa concedida pela CAPES.

Justificativa e hipóteses

Sabe-se que Portugal, através do incentivo de reis da dinastia de Avis, constituiu-se um produtor de várias crônicas régias sobre acontecimentos ibéricos e ultramarinos a partir do século XV. Segundo Segismundo Spina, a partir daquele momento uma nova mentalidade política e literária surgia, pela consolidação da independência do reino em sua transição dinástica, e pela própria língua portuguesa (SPINA 2006). Evidentemente que para os períodos precedentes, pedidos de escrita foram feitos, mas não na proporção e direção que o rei Dom Duarte (1434-1438)¹ começara a impulsionar, inclusive com escritos de sua autoria sobre moral (MONGELLI 2001). Fernão Lopes através da narrativa dos reis Dom Pedro, Dom Fernando e Dom João deu o primeiro passo na historiografia, seguido por Gomes Eanes de Zurara, que voltou sua atenção para os primeiros feitos dos portugueses no período da "Era das navegações". Este último escreveu quatro crônicas, e dentre elas duas foram destinadas a narrar alguns acontecimentos no norte da África sob o governo dos capitães Pedro e Duarte de Meneses, respectivamente pai e filho.

No documento que trata do primeiro governador de Ceuta, uma característica chamou atenção e mereceu o estudo mais detalhado: a forma como Duarte de Meneses apareceu na crônica destinada a seu pai. Ainda que Zurara tenha escrito posteriormente uma crônica específica para ele, a estrutura do documento de seu pai foi distinta dos demais: dividido em duas partes, inclusive com introduções para cada seção. Na metade do segundo livro, a trajetória de Dom Duarte de Meneses foi acentuada, valorizando-o frente aos demais nobres do contexto; rompeu-se, inclusive, com a forma de escrita, na notação cronológica, destoando do conjunto. A partir disto, o que se pretende demonstrar neste estudo de caso é o que foi sugerido como "genealogia política", isto é, a remissiva de valores e atributos que, vertidos em texto sob qualidades virtuosas, eram reconhecidos pela sociedade política da época, transmitidos em vínculos linhagísticos entre as gerações de nobres pelo sangue e formação moral.² Espera-se discutir tal concepção a partir da organização do texto, em especial aos possíveis objetivos com tal inclusão ao documento das qualidades do referido nobre, inseridas social e familiarmente. Cabe neste artigo, portanto, analisar e interpretar o potencial de caracterização da escrita da História no período em questão, com seus caracteres de redação e concepção ideológica.

Tem-se como proposição o estabelecimento de uma sequência para a escrita da História, qual seja, dos assuntos mais antigos aos mais recentes, configurando uma cronologia na redação e na publicação. Tal postura assenta-se nos textos tanto interna como externamente, ou seja, na eleição do tema a ser escrito e na organização dos capítulos através dos acontecimentos narrados. Segundo tal lógica, Fernão Lopes, ainda que voltado ao elogio da

¹ As datas referem-se ao período de reinado e não ao nascimento e morte.

² Tal conceito não possui relação com o de "genealogia do poder" proposto por Michel Foucault. O sentido de genealogia no presente trabalho indica filiações e origem, e não os "micropoderes" relacionais abordados pelo filósofo francês (FOUCAULT 2005; ABBAGNANO 2007).

dinastia de Avis, primeiro retornou aos dois últimos reis da dinastia de Borgonha, para caracterizá-los como inferiores aos atributos joaninos. Como sugere Marcella Lopes Guimarães em seu estudo a respeito do cronista português, em especial sobre a “Sétima Idade”, tal metáfora “parece querer representar um novo tempo, protagonizado por novos homens, o que predestina, de certa forma, os portugueses e, sobretudo, uma dinastia que iniciaria a expansão” (GUIMARÃES 2008, p. 204). Além de recuperar a trajetória de reis portugueses, o conjunto da obra criava o contraste importante para a exaltação da nova dinastia, em modelos de atuação e personalidade, ou como afirma Susani França, Dom Duarte contribuiu “para que a consagração da história portuguesa viesse não apenas da ênfase sobre os valores da segunda dinastia, mas também da rememoração dos feitos da primeira na perspectiva da segunda” (FRANÇA 2006, p. 218).

No caso de Zurara, suas crônicas seguem parcialmente um ordenamento cronológico, isto é, primeiro trata da conquista de Ceuta em 1415, que inclusive é considerada por alguns pesquisadores a continuação dos textos de Fernão Lopes (SARAIVA; LOPES 1995, p. 137), passa aos feitos de Guiné, para por fim tratar dos governos na cidade norte-africana sob controle português. Apenas a crônica de Guiné narra acontecimentos posteriores ao primeiro governo de Ceuta, em que elogia sobremaneira o infante Dom Henrique (BERTOLI 2009). Como escreve sobre a nobreza, divide-se nos elogios aos reis e nobres, e tem-se por hipótese que o componente político de exaltação encontra-se na aliança do rei Dom Afonso V (1449-1481), solicitador das crônicas, e o grupo que atuava na fronteira entre cristandade e islamismo. O mesmo dispositivo de estabelecer contrastes morais é observado, mas entre níveis sociais e em alguns casos entre nobres (ORTA 2009). Assim, busca-se relacionar a descrição do conde Dom Duarte de Meneses com o contexto régio português, na tentativa de observar algum indício sobre o motivo de sua inclusão na crônica de seu pai. Note-se, por fim, que neste estudo não será considerado o documento composto posteriormente ao conde.

227

O gênero historiográfico no século XV português

A produção historiográfica provavelmente desde sua origem enquanto entendimento da relação presente-passado procurou estabelecer uma conexão entre o que registrava e seu ato de registro. John van Seters, quando procurou balizar suas premissas para o trabalho extensivo sobre as origens da história bíblica, se inspirou na seguinte definição de Johan Huizinga: “História é a forma intelectual na qual uma civilização presta contas do seu passado a si própria” (SETERS 2008, p. 19). Tal forma se caracteriza por alguns pontos essenciais, entre eles a vinculação de identidade, isto é, aquilo que ela deseja ser enquanto formação da coletividade, justificando uma união simbólica baseada em fatos passados ou comportamentos.

Outro ponto importante refere-se à capacidade de organizar o texto conforme princípios e objetivos, que o torna historiográfico através de referenciais e dispositivos constituintes, como gênero ou estilo, isto é, “uma variedade de

texto historicamente estável, dotado de traços distintivos evidentes” (TRASK 2004, p. 23). Desta maneira, compreende-se o produto historiográfico dentro de um universo, caracterizado principalmente por ser além de um registro de época ou acúmulo de dados, ou seja, um texto de composição e objetivos específicos, tendo que o pesquisador relacionar o motivo de se recordar o passado e o significado atribuído.

Apesar de por muito tempo tais registros terem sido considerados os únicos referenciais para o estudo do passado, através de recursos retóricos que conferiam legitimidade dos dados (GINZBURG 2002), como “relicários do passado”, atualmente eles são entendidos como elementos ideológicos construídos historicamente (FALCON 1997; REIS 2000). Em outras palavras, o historiador atenta-se para o fato de que foram produzidos dentro de um ambiente cultural específico, em que tais premissas de aceitação eram válidas e, por fim, que objetiva-se compreender as escolhas de assuntos e significados contextualizados.

Para Galán Sanchez (1994), a crônica é um subgênero da historiografia, e possui quatro eixos constituintes: a cronologia, o estilo plano, o universalismo e a visão providencialista. Deve-se levar em conta que os elementos identificados por ele referem-se à obra de Eusébio de Cesaréia, e são de constituição, variando em intensidade em outros cronistas, mas dentro de uma tradição historiográfica que pensara na sequência temporal, com pretensão de impessoalidade de escrita, além de explicações sobrenaturais e dos tópicos tradicionais das guerras, política, biografia de reis etc. Muitos cronistas posteriores seguiram aquela caracterização proposta por Galán Sanchez, dentro de influências e habilidades particulares.

Sobre o estudo da prática historiográfica no baixo medievo ibérico, este precisa estar atento aos aspectos culturais e políticos próprios, o que não significa excluir a tradição a qual boa parte dos referenciais foram seguidos na Europa durante vários séculos. A apropriação do saber, seja a qual nível, não pode ser entendido anacronicamente, como desvinculada de um serviço ou objetivo formativo. Jacques Verger, quando analisa a educação na Idade Média, afirma que “os conhecimentos que os homens de saber possuíam, de maneira mais ou menos aprofundada [...] tinham todos eles aplicações práticas” (VERGER 1999, p. 137). Note-se que tais pessoas não tinham uma exclusividade de ofício, isto é, elas estavam inseridas em várias atividades, como a compilação, transcrição e tradução de textos, redação de atas, bulas, crônicas, leitura de textos litúrgicos, doutrinários, em prosa e verso.

Susani França, em estudo do saber escrito português no século XV, chamou atenção para um processo de desenvolvimento que iniciou com o fortalecimento do saber escrito, que segundo a autora, procurava organizar documentos de uso cotidiano, e permitiu a existência de uma história documentada do reino. Tal procedimento incluía a introdução dos interessados no campo das letras, desde os níveis mais elementares até a formação universitária. A partir deste ponto, sua pesquisa percebeu os principais livros citados e estudados no período, e a mentalidade construída a partir daquelas ideias, tendo como ponto em

comum a disposição de textos a fim de que “as experiências passadas servissem para ensinar aos futuros governantes e aos membros dessa nobreza as condutas aconselháveis a homens do seu estado” (FRANÇA 2006, p. 218). Ou seja, uma função pedagógica e moralizante próxima do que outros pesquisadores também perceberam sobre os espelhos de príncipes que, desde pelo menos o século XIII, expunham concepções políticas sobre os papéis de cada grupo na sociedade, informando preceitos e autorizando práticas a monarcas, príncipes e nobres (MIETHKE 1993; MARTÍN 1995; SOUSA; BARBOSA 1997).

Quanto à cultura historiográfica, sua produção esteve na Europa medieval por um longo período vinculado aos mosteiros. Estes espaços tiveram um papel de preservação e divulgação de muitos escritos antigos, que conjuntamente ao movimento de tradução e glosas pelos ibéricos – sobretudo judeus e muçulmanos – a partir do século XII, forneceram referenciais para a produção cultural e intelectual posterior, em novas interpretações (LE GOFF 2003b; LEWIS 2010). As obras historiográficas, apesar de muitas elaboradas por clérigos, não tinham tanto um papel destacado como hagiografias, obras de teologia e liturgia. O uso do latim, como língua sagrada e oficial, por muito tempo prevaleceu naqueles textos, e paulatinamente as línguas vernáculas, seja por questões de identidade regional seja pelo público destinado, foram utilizadas nas chancelarias e em crônicas, como no caso português. A partir do século XII, segundo Bernard Guenée, “as cortes de reis e príncipes haviam se tornado centros de cultura, onde a história tinha seu espaço. Mas uma história bem diferente da história monástica e conventual. Ouvindo-a, senhores e damas procuravam com certeza instruir-se” (LE GOFF; SCHMITT 2006, p. 524-525). É neste ambiente, assim, que se insere a produção selecionada para análise.

229

Gomes Eanes de Zurara e a estrutura da *Crônica do conde Dom Pedro de Meneses*

Sobre a vida de Zurara não se têm informações exatas e detalhadas sobre o ano de nascimento, mas provavelmente entre 1400 e 1410, em Santarém (COELHO 1960; LANCIANI; TAVANI 1993). Era filho de eclesiástico, e também não se têm dados que tenha frequentado cursos ou universidades. Segundo Mateus de Pisano, seu mestre, chegou à corte jovem por influência do pai, tendo pouca instrução. Foi indicado por Dom Afonso V para ajudar Fernão Lopes na conservação da livraria e cartório da corte. Além de ser auxiliar, o que propiciou experiência com as letras, foi educado com outros fidalgos, tendo em seus textos alguns indícios de uma erudição, principalmente pela citação de referências de autoridade. Alguns estudiosos, entretanto, mencionam que o referido conhecimento intelectual não passou de transcrição de obras (CARVALHO 1949). Ainda que um estudo sobre os mecanismos para composição de seus textos não seja muito conclusivo (ORTA 2010), suas crônicas por si indicam um domínio das técnicas de redação e ordenamento coerentes, inclusive com outros pesquisadores enfatizando uma diferença entre ele e Fernão Lopes (REIS 1998, p. 418). É provável que este o tenha ajudado nas primeiras crônicas, pois estiveram juntos na corte e partilhavam de funções e acesso aos documentos.

Muitas pesquisas foram realizadas sobre suas duas primeiras crônicas, principalmente no início do século XX. Observando tanto o conteúdo dos documentos como as interpretações sobre eles, chegou-se a conclusão que aqueles trabalhos incorporam um passado a ser monumentalizado, símbolo da conquista, a marca da sociedade europeia dominando o território africano, ou mesmo a noção de expansão cultural e política dos portugueses na primazia do século XV, onde o principal traço foi ser o “povo de navegadores e conquistadores”. Igualmente recebe atenção dos estudiosos da escravidão a crônica sobre Guiné, devido à descrição do local e da interação ali praticada. Em compilações posteriores, como a publicada por Maria Ema Tarracha Ferreira, a ênfase da “literatura dos descobrimentos e da expansão” recaiu também sobre a conquista de Ceuta e nos feitos de Guiné (FERREIRA 1993). Assim, poucos foram os estudos sobre as crônicas dos governadores, tidos como textos muito repetitivos sobre conflitos pontuais e sem expressão. A manutenção das praças africanas, ainda no século XV, foi motivo de divergência entre os portugueses (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES 1998); desacordo que parece ter se mantido sobre o olhar do passado após a conquista de 1415. Valendo-se da ideia de Jacques Le Goff, que por sua vez se aproxima da assertiva de Huizinga, o documento é uma manipulação

[...] consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias (LE GOFF 2003a, p. 537-538).

230

Logo no primeiro capítulo da *Crônica do conde D. Pedro de Meneses*, obra escrita entre 1458 e 1464, pode-se observar como o autor procura definir seu livro a partir de tópicos etimológicos, explicando ao leitor o significado da obra e a função do cronista:

Porque a principal parte do meu encargo é dar conta e razão das coisas que passam nos tempos de minha idade ou daquelas que passam tão próximas, do que eu posso haver verdadeiro conhecimento – pois, segundo os antigos escreveram este nome: crônica, principalmente houve em sua origem e fundamento de Saturno, que quer dizer ‘tempo’, isto porque em grego se chama este planeta ‘Crono’ ou ‘Cronos’, que significa ‘tempo’, assim como no latim este nome quer dizer ‘tempos’, e assim se deriva crônica, que quer dizer ‘história que se escreve dos feitos temporais’, chama-se este planeta no latim ‘Saturnus’, cuja verdadeira interpretação quer dizer quase ‘saturanis’, isto é, ‘comprido ou cheio de anos’ – porém em minha intenção, com a ajuda da Santa Trindade, escrever neste volume os feitos que se fizeram na cidade de Ceuta, depois que primeiramente foi tomada dos mouros por aquele magnânimo príncipe, o rei Dom João (ZURARA 1997, p. 173).³

³ A grafia dos trechos foi adaptada ao português contemporâneo. Entretanto, na versão consultada consta a transcrição conforme os manuscritos existentes.

Sua função, portanto, era colocar em texto o que se passou, considerando os feitos verdadeiros, isto é, os que podiam ser comprovados. A evocação à etimologia, ainda, mostra-se pertinente às explicações apresentadas por Galán Sánchez, pois para Zurara crônica significaria narração do tempo em estilo plano. Isabel Dias ainda lembra que o recurso à etimologia era comum nas crônicas ibéricas, visando com isso se aproximar de um sentido e significados tidos como mais puros, isto é, vinculando-se a uma tradição não de interpretação, mas de essência de sentido (DIAS 2003, p. 312).

Uma característica que marca os protagonistas do documento, e compreensível como destaque da identidade hierárquica da sociedade em estudo, são os vínculos familiares traçados. Note-se que Leonor de Meneses, filha de Pedro e irmã de Duarte de Meneses, solicita a escrita da crônica, o que provavelmente o monarca concorda, e ganha-se espaço para inserir laços sócio-políticos e familiares. Assim, pode-se ponderar que o mesmo grupo social que solicita a escrita seja o destinado a receber àquelas informações, em uma demarcação identitária e típica da propriedade tradicionalista. Segundo António Saraiva e Oscar Lopes, "Zurara desenvolve nos seus prólogos a teoria de que a finalidade das crônicas é perpetuar a glória dos que praticam grandes feitos, de modo que eles ou seus descendentes recebam, por esses feitos, as merecidas recompensas" (SARAIVA; LOPES 1995, p. 138). Outro estudo também percebeu o elogio para as práticas passadas no sentido de sugerir que fossem observadas e repetidas no presente, como componente prescritivo (ORTA 2008).

231

Um ponto interessante é que a presença nominal dos interessados, seja as pessoas em ação, seja os solicitadores do texto, reforça a noção de serviço. Por isso acredita-se na reafirmação da identidade nobiliárquica, e nos interesses do rei ao presente de redação. O pedido de escrita sugere um indício da importância e peso que os requerentes teriam no contexto da elaboração do documento, bem como na autoridade da crônica depois de finalizada, com seu uso político.

Ao longo dos capítulos, indicado por títulos que procuram sintetizar seus conteúdos, percebe-se uma estrutura bem definida de composição, iniciando pela apresentação ao leitor do assunto o qual irá descrever, geralmente de ataque, com os preparativos, as causas e motivações, a organização e estratégia, o conflito em si, com detalhes topográficos, consequência material, baixas, atos de destaque, e o fechar dos acontecimentos. Os capítulos acabam sendo finalizados, isto é, raros são aqueles em que o cronista continua o relato na seção seguinte. Esta prática assemelha-se ao entendimento de Cícero sobre a escrita da História (CICERO 2002), e no conjunto, figura como micro-histórias, uma vez que conexões ou menções entre os capítulos são raros.

Outra particularidade construtiva do texto é a eleição de um tema principal, que na crônica analisada parece ter sido o cerco de 1418, em que os portugueses lutaram contra uma ofensiva muçulmana fortemente equipada. Mas para não tratar apenas desde cerco, isto é, para ilustrar e descrever outras situações senão equiparáveis, ao menos dignas de memória, o autor preenche capítulos

cronologicamente até o momento de relatar o cerco. Tem-se a hipótese que esta crônica em estudo procura estabelecer uma relação temporal e textual com a *Crônica da tomada de Ceuta*, pois o autor continua a narração a partir da escolha do capitão, e o arco temporal não ultrapassa muito o referido cerco, ao menos no primeiro livro. Percebe-se, pois, este expediente de preencher a crônica com descrições cronológicas antes do tema principal no capítulo 61: "Antes que insiramos a nossa gente nos trabalhos daquele grande cerco que veio sobre a cidade de Ceuta, digamos algumas coisas do mar, porque por ventura a grandeza dos feitos da terra não nos ponha aqueles em esquecimento" (ZURARA 1997, p. 443).

A genealogia política do conde Dom Duarte de Meneses

Como já comentado, o cerco muçulmano de 1418 parece ter sido o grande assunto a se registrar e enaltecer, e após aquele confronto o primeiro livro praticamente se encerra. Notou-se que o segundo livro apresenta uma configuração que inicialmente continua a descrever o impacto do insucesso aos muçulmanos, e passa a descrever a figura do governador no concerto social e matrimonial ibérico, suas viagens para o reino de Portugal, quase em tom particular. O capítulo 24 confirma tal objetivo:

Porque este volume principalmente é direcionado aos feitos do conde Dom Pedro, não nos pareceu sobejo a descrição que fazemos de algumas coisas que especialmente pertencem a ele, tanto de casamentos como de outros feitos (ZURARA 1997, p. 644).

232

Evidentemente que outras personagens são descritas assim como atos de confronto e defesa, mas a princípio o eleito para tal volume seria Pedro de Meneses. Interessante que a quantidade de referências na primeira parte da obra também é grande, mas pela sugestão do cronista, parece que pretende deter uma atenção especial. Pode-se levantar a possibilidade deste livro como um apêndice, ou ainda, como uma encomenda direcionada aos descendentes, destacando de forma mais particular a imagem daquela pessoa, em tom biográfico.

No entanto, o que despertou a atenção foram duas questões neste segundo livro: a disposição de alguns capítulos, principalmente com relação à datação e apresentação do cronista, e a presença exaltada do filho do governador, Duarte de Meneses, que até então teve na narração poucas menções. Sobre cada ponto pode-se aferir sobre algumas questões, mas note-se que o ponto de apoio de ambos é o capítulo 22, o que indica as mudanças acima localizadas. O caso da datação parece bastante sintomático. Assim escreve o autor:

Não contamos os anos em nossa obra em eras, como nas outras histórias que escrevemos. E isto principalmente foi porque aqueles que primeiramente começaram de juntar estes feitos não foram pelas eras, nem costumavam naquele tempo pôr eras nas cartas missivas, como fizeram depois, o qual uso veio a este reino por Castela, depois que se começaram a tratar os

casamentos do rei Duarte, sendo infante, e do infante Dom Pedro, porque ambos estes casamentos eram da casa de Aragão, como também a rainha D. Leonor como a infanta D. Isabel, ambas se criaram em Castela (ZURARA 1997, p. 634-635).

A referência a “outras histórias que escrevemos” pode significar tanto as obras de Zurara sobre a conquista de Ceuta e a viagem à Guiné, como aquela sobre Pedro de Meneses. Como sendo o segundo livro, poderia se referir no plural para ambas, ou ainda, que tal obra teria sido iniciada por outra pessoa, pela evocação a “aqueles que primeiramente começaram de juntar estes feitos”, como em estudo a respeito foi demonstrado em outros trechos do documento (ORTA 2010). O critério de datação de “aqueles” era outro, e com o contato com o reino de Castela, tal forma foi transmitida na maneira de organizar e situar fatos no tempo. O que é bastante sugestivo é tal explicação constar em tal parte da obra e não no prólogo, pois o capítulo tinha por título e assunto os típicos confrontos e não uma explicação da cronologia. Como também se notou, ocorreu a partir deste capítulo a ênfase na imagem de Duarte de Meneses, o que pode indicar o interesse nele de quem seguir tal critério de datação.

A hipótese que se adotou para tal atitude foi de que Zurara revisou os escritos produzidos anteriormente sobre tal crônica, seguindo uma linha condutora, com vários comentários, inserindo informações, completando e revisando descrições. E na segunda parte do segundo livro, sua postura parece ser mais próxima de uma escrita própria, isto é, o que constava a partir daquele capítulo teria sido escrito por ele. Se retornar a informação de que Dom Afonso V e a filha de Pedro de Meneses foram os responsáveis pela solicitação do documento, os trechos de maior destaque podem ter sido elaborados por Zurara, completando registros já existentes sobre o passado em Ceuta. Ainda que o cronista mencione de maneira dúbia, ele consultou autos de guerra e relatos do período, o que foi entendido como documentos da época necessários para o controle dos portugueses na região, e aproveitados posteriormente para escrever a crônica (ORTA 2010, p. 84-89).

Sabe-se, evidentemente, que tal explicação é difícil de uma confirmação segura e direta, no entanto, como alguns trechos a seguir serão apresentados, o protagonista do texto e a maneira de situá-lo nos eventos alteram-se. A noção de autoria também deve ser pensada em um modelo diferente do atual, o que faz pensar em possibilidades de construção textual. No capítulo 27, observa-se a seguinte informação:

Não achamos no ano de nascimento de Cristo de [1431] fizessem naquela cidade coisas que de contar seja. E no ano seguinte, que era de [1432], no mês de março, houve o conde novas que os mouros da terra de Meigeçe (ZURARA 1997, p. 656).

A preocupação com a datação tornou-se muito mais evidente que no conjunto da obra, o que permite algumas sugestões. A primeira se refere à explicitação anual. Existindo uma diferença no conjunto do texto, cabe a possibilidade se pensar a existência de mais de um autor, como já sugerido.

Outra questão é sobre a localização das informações, tendo o cronista buscado estas para preencher os anos, seguindo a sequência cronológica com mais cuidado. Talvez o comentário existente sobre a maneira de seguir a datação na crônica tenha sentido, ou melhor, no primeiro livro as informações foram compostas sem uma preocupação com a datação cronológica como nesta parte da obra, por serem de primeira escrita diferentes.

Observe-se, também, que o volume de dados é desproporcional ao período de anos, ou seja, nos 82 capítulos do livro primeiro abarca o arco de 1415-1418, e nos 40 capítulos do segundo livro, entre 1418 até 1437, quando o capitão Pedro de Meneses morre. Também se deve levantar a hipótese de que as fontes para compor o relato eram provavelmente indiretas, e por isso a imprecisão cronológica. Gomes Eanes de Zurara a partir daquele capítulo se preocupa em apresentar a cronologia, como acontece até o fim do livro.

Além desta indicação formal dos anos, o que surge disto é o mecanismo de em cada período destacar alguns acontecimentos, e comparando com a maneira anterior, os critérios seriam outros, quais sejam, a eleição do cerco de 1418 e a descrição de acontecimentos até tal alvo, sem uma preocupação minuciosa em situar a época. No segundo tipo, assemelha-se mais ao modelo de sequência preocupada com os anos, como os anais da Antiguidade (ANDRÉ; HUS 1974; DOSSE 2003, p. 101-104). Talvez tal preocupação tenha origem na forma de aproximar os feitos de Duarte de Meneses ao monarca Dom Afonso V, e para este seus gestos militares sob comando do pai teriam uma boa repercussão na representação cronística, ainda mais no sentido de voltar-se ao passado, o que justificava e ligava suas qualidades e origem sociofamiliar.

O mesmo capítulo, ainda, apresenta a primeira atividade militar de Duarte de Meneses, filho ilegítimo do governador de Ceuta. Apesar da sua pouca idade, o filho do capitão demonstrou grande espírito combativo, como foi relatado ao seu pai:

E, por certo, que não com pequeno prazer ouviu o conde as novas da bondade de seu filho, pois lhe disseram como se houvera naquele feito com tanto peso e ardileza, não desfalecendo na fortaleza onde devia, como se fora de muito mais idade. E querendo este nobre jovem adiante, foi procurar feitos ao reino, assim no tempo do conde, seu pai, como reinando D. Afonso, que esta história mandou escrever, depois que tomou aos mouros a vila de Alcácer, de que este D. Duarte [de Meneses] foi capitão (ZURARA 1997, p. 637).

Se a questão da datação pode ser um indício sobre o enfoque, este trecho apresenta de outra forma o interesse que Zurara teve por Duarte de Meneses, o qual participou na conquista de Alcácer Ceguer em 1458, na companhia de Dom Afonso V. Tem-se a ideia que o monarca português procurou se situar frente ao passado de portugueses na região, e por isso a solicitação das crônicas: primeiro pelo escrito da conquista de Ceuta, e depois pelos relatos dos combates entre cristãos e muçulmanos na crônica de Pedro de Meneses.

Uma boa impressão daquele nobre pode ter despertado a vontade de que seus feitos fossem memorizados, e a partir de tal contado a recuperação em suporte historiográfico ocorreu. Note-se, portanto, que o cronista ressalta o bom trânsito com Duarte de Meneses, talvez vendo as qualidades nobiliárquicas e coragem frente aos muçulmanos. Fazendo uma análise que não toma a crônica escrita sobre ele posteriormente parece indicar a inserção de Duarte de Meneses no concerto político da localidade, ainda com pouca idade e vinculado às qualidades do pai. Isso não invalida a solicitação de Dona Leonor de Meneses, irmã de Duarte, como aparece no início do primeiro livro, pelo interesse de escrita dos feitos de seu pai. Nem tão pouco o interesse de Dom Afonso V. Não parece haver uma concorrência entre eles, pelo contrário, ambos são bem retratados e acumulam qualidades, por meios diferentes.

O elemento da ilegitimidade familiar parece ter sido uma barreira à concessão de privilégios e direitos naquela época, fato pelo qual podemos visualizar as realizações de Duarte de Meneses sob o ponto de vista do serviço e de qualidades pessoais. O próprio pai Pedro de Meneses, após ouvir sobre os primeiros gestos militares do filho, assim é descrito falando ao único filho homem:

- Filho, disse ele, Deus não quis que tu fostes legítimo e não te embargou, porém, tua virtude, em que pareces a mim, que sou teu pai, e porque eu pudesse ser certo como verdadeiramente és meu filho. Tirou-te da minha herança, que eu mais quisera que fosse a um homem que a uma mulher, porém, depois que a Ele me faz tanta mercê que eu te veja assim em meus dias, conhecendo a ti que és para ganhar honra e nome, ele seja bento e louvado, e Lhe faça acrescentar em ti de melhor, e assim como guiou os Santos Reis cujo dia de nenhum serão, encaminhe a ti como faças seu serviço e pareça aqueles de onde venho. E então levantou a mão com a espada e o fez cavaleiro (ZURARA 1997, p. 638).

235

O capitão de Ceuta procura destacar as qualidades do filho através de elementos que em parte viriam de si e que foram condicionados pelo ambiente de conflito. Diante deste contexto, Duarte de Meneses procurou praticar suas virtudes e percepção de seu papel como nobre, o que lhe trouxe como resultado a armação de cavaleiro precoce por seu pai, suportado por elogios dos demais fidalgos. A maneira como o pai fala a seu filho é ao mesmo tempo retórica e confortadora, pois lamenta o fato da ilegitimidade, mas aponta que apesar disso seus atributos virtuosos eram superiores a tal distinção social.

Pensando em tal período histórico, a condição de ilegítimo fazia com que alguns tivessem que se destacarem mais do que o fato de seu estatuto de nascimento, superando através do serviço ou dignidade a barreira imposta socialmente; na interpretação de Pedro de Meneses, o destino divino optou por tal configuração, que foi vista como recompensa por seus atos em defesa da fé cristã.

Nos capítulos seguintes, a participação de Duarte de Meneses é de grande destaque, a ponto de ele ficar como capitão de Ceuta enquanto seu pai viajara a Portugal. Segundo a explicação, isso era uma forma de provar sua força, junto com uma dezena de fidalgos que estiveram há muito tempo ao lado de

Pedro de Meneses, além de sua filha Dona Leonor como governadora da fazenda, sem que isso causasse constrangimento ou peso na consciência. Isso demonstra a importância que os filhos poderiam ter na continuação da presença familiar na condução do comando na cidade, inserindo-os nas estruturas políticas e administrativas. Quando ouvia que “e assim das cavalarias do filho como da boa descrição da filha, o conde era muito alegre quando as gentes falavam, as quais coisas não podia ouvir sem lágrimas” (ZURARA 1997, p. 658), passa-se a impressão de consentimento dos demais, que em crônica assume sua inserção provavelmente porque seus atos foram reconhecidos como condizentes com a função, isto é, no caso de Duarte de Meneses, a condução a bom termo da guerra era uma confirmação da atitude de seu pai em delegar tal cargo de alta responsabilidade.

Sabendo que o capitão sairia da localidade para visitar o rei em Portugal, os muçulmanos pensam que seria o momento para uma nova investida. A postura de Duarte de Meneses diante da aproximação inimiga em Ceuta foi de pedir conselho:

Parentes, senhores e amigos, eu estou ante vós para fazer aquilo que vós sentires que é bem que eu faça. E vós me deveis aconselhar, e ainda como o senhor conde, meu senhor e pai, que vos confiastes. E sabeis que entre tantos parentes e amigos, ele me escolheu para deixar em vossa companhia, pois, posto que ele aqui não fosse presente em breve, poderá fazer aqui, quando de vós confiastes, e ainda o rei, nosso senhor, mandar quem precisar for (ZURARA 1997, p. 662).

236

Apesar de ter sido colocado como capitão de Ceuta, não age como se tal cargo permitisse comandar isoladamente, ou melhor, mesmo tendo qualidades combatidas, estas eram distintas para a manutenção da cidade. Caso tomasse uma decisão equivocada, a responsabilidade seria tanto dele como de seu pai, o que do ponto de vista da imagem familiar dos Meneses em Portugal não teria uma boa recepção. Neste sentido, a noção de prudência precisa ser lembrada, contida em vários escritos da época, aqui entendida pelo pedido de conselhos. Os fidalgos sugerem uma disposição do efetivo português perto do porto, o que ele acata, obtendo bons resultados.

Com o insucesso muçulmano, a conclusão do capítulo surge como providencialista, como muitas explicações eram dadas naquela sociedade, de ambos os blocos culturais e religiosos, ou talvez pelo olhar dos cristãos sobre o que teriam pensado os maometanos. Note-se que a fala de um maometano imputa maior legitimidade aos atos cristãos, que são reconhecidos pelo inimigo em quantidade e qualidade. Assim teria pronunciado suas últimas palavras Allarzoco:

- Pois se assim fosse que os cristão fossem tanto como nós, ou sequer a metade, eu não colocaria o vencimento senão na nossa fraqueza, mas somos cinquenta para um, e, não havendo os corpos maiores que nós nem mais dados nas mãos que nós, nos venceram assim como é razão que nos é esperado, ajam em causa de conhecer que as virtudes do céu estão contra nós (ZURARA 1997, p. 665).

Por fim, o perfil de Duarte de Meneses se apresenta como desejoso por honra, como vários fidalgos que ali estavam. Apesar de ser filho ilegítimo de Pedro de Meneses, de ter a confiança de seu pai para inseri-lo na estrutura administrativa da cidade, seu espírito combativo sobressaiu. Observe-se a descrição após aquele primeiro desfecho:

Assim como os dias cresciam naquele nobre fidalgo, assim lhe ia crescendo a vontade de fazer grandes coisas, quanto mais vendo tais começos como o Senhor Deus estava. E se sua vontade desejava realizar grandes coisas, nem aqueles fidalgos eram como ele, não as desejavam menos, especialmente aqueles dois irmãos: Afonso da Cunha e Aires da Cunha, que eram dois fidalgos muito desejosos de cobrar honroso nome. E depois deste vencimento mandou Dom Duarte saber pelas comarcas do arredor onde poderia fazer alguma coisa em que ele cobrasse nome de quem ele era, e ainda do que desejava ser, pois, vendo-se filho de um tão excelente cavaleiro e que tantas e tão grandes vitórias tinha recebido dos inimigos, vencendo sem nunca ser vencido, razão era que desejasse de o parecer, vendo-se um só filho varão, pois, segundo se ao diante pareceu, não somente tinha ele honra pelo pai, mas por si mesmo (ZURARA 1997, p. 665-666).

237

O peso do cargo de seu pai poderia trazer algum desconforto social, e a expressão de honra “por si mesmo” é indicativo disso. O caso dele pode ser exemplar sobre o comportamento de pessoas que viam na região de conflito e periferia a oportunidade de ascensão através do serviço, mostrando-se disposto a correr riscos em troca de reconhecimento e benefícios materiais. Para Duarte de Meneses, ainda que seu pai fosse capitão de Ceuta, sua condição de ilegítimo acabava por incitar a vontade de combate contra o que considerava o inimigo. Tal expressão provavelmente seria bem recebida pelo pai e demais, que teriam a confirmação sobre os atributos do filho, passados pelo sangue, mesmo que parcialmente. Obviamente sabe-se da construção ideológica de tal raciocínio, mas o que se está analisando é a maneira como o pensamento era justificado. Ao olhar do historiador, entretanto, observa-se a conjunção de motivações entre a formação moral, os princípios religiosos, as pessoas que o cercavam, responsabilidades dele enquanto membro de uma família de ascensão em fronteira, expectativas de seu pai, enfim, fragmentos que dão sentido ao seu comportamento. Isto se confirma praticamente com uma descrição sobre a provável vontade de Duarte de Meneses:

Como aqueles que hão de ânimos grandes e altos, o pensamento de nunca pensar em outras questões senão para receberem grande merecimento, especialmente os que se acham nele como obrigados por dívidas dos pais, ou avós, ou porventura de todos, assim como faziam a este nobre jovem [Duarte de Meneses], quanto mais enchendo-lhe a fortuna as velas da bem-aventurança (ZURARA 1997, p. 668).

Em outras palavras, por mais que agisse como os demais, a motivação partia também daqueles que o viam, e disso inclusive seria uma qualidade, porque acrescentaria mais a sua pessoa através de tal estímulo.

Talvez o cronista tivesse a preocupação principal de exaltar Duarte de Meneses, a partir do contato de Dom Afonso V com este, e valeu-se de relatos sobre a presença portuguesa após 1415, ou seja, o que se tornou a *Crónica do conde Dom Pedro de Meneses*, para estabelecer a ligação no tempo e nos fatos. Posteriormente, escreveu ainda a *Crónica do conde Dom Duarte de Meneses*, o que completa seu objetivo. Entretanto, talvez o contexto que fez Dom Afonso V e Duarte de Meneses próximos tenha influenciado na ruptura e ênfase do segundo livro de seu pai.

Voltando a atenção para o contexto do reinado afonsino, estudos já perceberam com clareza o fortalecimento da nobreza, seja através da concessão de privilégios seja pelo simbolismo hierárquico. Manuela Mendonça em texto recente (2010), por exemplo, observou a extensão das casas senhoriais a partir da relação com a monarquia, dotando os infantes de patrimônios. Renata Cristina do Nascimento, por outro ângulo, analisou as queixas em Cortes, chegando a seguinte conclusão:

as tensões que se polarizaram entre o poder senhorial e real explicam as alianças preferenciais e a constante concessão de privilégios à nobreza. Os nobres queriam reforçar a hierarquia social favorável a estes e encontraram em Afonso V meios para que isso se processasse. Os abusos cometidos pela nobreza expressam a forma encontrada por esta camada para sobreviver às mudanças que ameaçava, seu status quo. As disputas devidas à ascensão de indivíduos oriundos de outros grupos sociais, a ingerência crescente do mundo urbano com novos referenciais e a concorrência com o poder da coroa fizeram que este grupo tentasse manter a todo custo seus privilégios. D. Afonso V, como vimos, representou a possibilidade de perpetuação de uma ordem social em um mundo que estava prestes a ruir (NASCIMENTO 2005, p. 215).

238

A política externa afonsina foi marcada com grande acento para a África, o que levou ao epíteto de *Africano*. Antes de caracterizar tal postura como anacrônica, como se Portugal já tivesse entrado no período moderno (MORENO 1998; SOUSA 2005; BASCHET 2006), precisa-se sugerir uma explicação contextual, relacionada principalmente com os pedidos de crônicas sobre a região e o público a qual se destina. Uma pista pode ser encontrada no contexto tardio de Cruzadas na Europa, que após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 propicia a convocação de uma pelo papa Calisto III. Tal preocupação com os avanços orientais iniciou-se algumas décadas antes, mas segundo Armindo de Sousa,

É ver D. Afonso V disputar a dianteira nos preparos e fervor. Tomou a causa como sua e dá mostras de temer que outros príncipes cristãos o ultrapassem no empenho. [...] Preparou-se. Cortes para obter dinheiro; anistias para obter guerreiros; cunhagem nova para obter moeda forte. Enviou embaixadas e cartas aos países; reforçou Ceuta para dissuadir oportunismos da moirama; obteve fáceis bulas para indulgências e dízimos. E, prontíssimo, aguardou sinal de marcha. Que não veio. Os outros reis não quiseram. Que fazer dos preparos e das bulas? África. Marrocos. A cruzada aqui ao pé, guerra nossa de cada dia, igual substância (SOUSA 1993, p. 505-506).

Com o fracasso da cruzada ao Oriente, assim, o esforço concentrado na África parece ter sido uma alternativa viável. Note-se, obviamente, que a presença portuguesa ocorria desde algumas décadas, incentivada por outros monarcas, mas o desejo pelas informações inseridas na História coincide com reinado afonsino, e o contato que teve com algumas pessoas relatadas nas crônicas, em especial Duarte de Meneses. Não se tratava apenas da escrita de crônicas, mas da continuidade da presença na região, inclusive com a tomada de Alcácer Ceguer em 1458 com colaboração de Dom Duarte de Meneses.

A divulgação dos feitos passados através da crônica surge como instrumento propagandístico de exemplo e incentivo, ou pelo menos justificativa. Para Humberto Baquero Moreno,

apesar das graves dificuldades económicas que se vivem em Portugal, devido sobretudo aos excessos da coroa, D. Afonso V aparece-nos vocacionado para uma política africana, tudo parecendo indicar que o seu principal mentor foi D. Henrique como representante dos interesses da nobreza cujo património ia crescendo, com bruscos aumentos nas vésperas das operações militares (MORENO 1996, p. 202).

Conclusões

Com este estudo, buscou-se integrar a análise de um documento historiográfico que narra feitos no norte da África com a preocupação do cronista em enaltecer qualidades de um nobre, rompendo em determinado momento estruturalmente o conjunto do texto. As solicitações de crônicas cresceram com a instalação da dinastia de Avis, e foram feitas a partir do rei Dom Duarte, filho mais velho de Dom João, para Fernão Lopes, e Dom Afonso V para Gomes Eanes de Zurara. Em ambos os casos, observa-se a preocupação de recuperar em texto reconhecido socialmente acontecimentos de destaque de familiares ou contribuintes nos ideais que consideravam dignos de memória. Neste sentido, poder-se-ia pensar que o mote de tais textos seria a divulgação de elogios aos mais próximos, mas estabelecido à lógica cronológica; por isso a composição de textos anteriores que mostravam uma trajetória também de feitos dignos, mas não tão virtuosos como aos escolhidos para o melhor qualificativo de, respectivamente, Dom João para Fernão Lopes e Dom Duarte de Meneses para Gomes Eanes de Zurara. Neste último, as qualidades de serviço e vontade militar completavam obstáculos sociais da hierarquia vigente. Completando a análise com o contexto tardio de motes cruzadísticos, ainda que em nível ideológico, observa-se a escrita cronística como justificativa de ações que eram buscadas num passado próximo, o que poderia autorizar aqueles projetos de combate militar.

O papel e participação de cada um destes personagens para os solicitadores, assim, sugerem uma conjunção de objetivos e procedimentos de composição textual, permitindo compreender indiretamente projetos políticos e evocações ao passado do reino e dos seus membros, selecionados segundo critérios bem definidos aos interesses de cada momento de escrita: a consolidação da dinastia e a exaltação nobiliárquica, respectivamente.

No caso de Zurara, na *Crónica do conde Dom Pedro de Meneses*, observou-se uma ruptura temática e de estilo de escrita, o que pode sugerir a importância do filho do primeiro capitão de Ceuta para o contexto de solicitação da crônica. Tendo Dom Afonso V participado em ações militares em solo norte-africano, em companhia de Duarte de Meneses, entendeu-se que este seria recompensado em texto pelas ações consideradas virtuosas. A menção já na crônica do pai creditara sua importância, que parece ter aumentado por conta da crônica “particular” escrita na sequência. Pode-se pensar que aquelas atividades contra os muçulmanos eram mais dignas de memória naquele momento do que, por exemplo, a escrita de uma crônica sobre o rei Dom Duarte, o que ocorreu apenas com Rui de Pina.

O interesse de Dom Afonso V pela guerra e pelos seus apoiadores indica o direcionamento ao seu cronista, que se voltou aos responsáveis pela presença e crescimento português em África. A vinculação no documento de Pedro de Meneses, e principalmente o teor que ficou configurado a segunda parte do segundo livro indicam o alto grau de consideração, rompendo em parte com a maneira de conceber o ordenamento cronológico. Sobre isto, pode-se definir o seguinte diagnóstico: provavelmente no momento de escrita, Zurara não tinha certeza sobre uma crônica específica para Duarte de Meneses, isto é, o rei poderia não solicitar tal livro, o que apenas depois veio a acontecer. Ou ainda, que seu papel era muito destacado, mas que devido a sua condição de ilegítimo, devia estar referendado pela atuação de sua pai, capitão também de reconhecimento notório. Desta forma, concebe-se o final do texto como uma redação mais preocupada com a descendência do capitão, que vincula seu filho de maneira laudatória. A passagem para um texto específico à Duarte de Meneses teria lógica, pela continuação de uma história na fronteira religiosa.

Apesar de haver uma ruptura evidente na maneira de escrita, tal característica permite sugerir sobre a caracterização da ideia de “genealogia política”, pois a trajetória de crônicas e acontecimentos adquire significados em si e relativos ao mais próximo do solicitador, isto é, ao contato entre Dom Afonso V e Dom Duarte de Meneses. Tal percurso, que não deve ser pensado como estritamente secundário às primeiras crônicas, ganha reforço de contraste pelas qualidades exaltadas a última pessoa, que se destaca pela aquisição de qualidades e menção honrosa. Tanto em Fernão Lopes como em Gomes Eanes de Zurara, Dom João e Duarte de Meneses possuíam empecilhos em suas condições, mas foram qualificados pela atuação e interesse nas causas valiosas da sociedade política portuguesa.

Assim, entende-se por genealogia política tal proposta de apropriar-se de relatos pretéritos referentes ao grupo social interessado, formando uma identidade entre passado e presente. Os atributos são dispostos entre um providencialismo como no caso de Dom João I, por exemplo, onde ele foi apresentado como um eleito, um messias na terminologia lopeana, se destacando dos anteriores, ou de outra forma, como uma continuidade entre as propriedades nobiliárquicas, que seriam transmitidas entre seus membros.

Nos dois casos, percebe-se que a maneira de lidar com o passado e sua imagem correspondem à expectativa de identidade pela aproximação de valores positivos que legitimam o *status quo*.

O ponto fundamental de tal estratégia é que ela não apenas toma os acontecimentos como dados, mas estabelece uma origem que permite conectar-se ao passado para algumas finalidades, entre elas a de justificativa de atributos sociais do grupo aristocrático, como este estudo tentou demonstrar. A representação em texto de tais valores equivaleria a um dispositivo de dedução e comprovação de qualidades, mantendo uma memória que teria como função difundir percepções ideológicas da sociedade, em especial a hierarquia e os privilégios funcionais. A condição de identidade surge pela vontade de vinculação e sentimento de pertencimento em uma coletividade ou qualidade, demarcando uma diferença que destaca sua própria existência enquanto grupo; e talvez silenciando quem pudesse questionar a condição justificada pela escrita do passado.

No caso de Duarte de Meneses, tal genealogia era em parte familiar e também sociopolítica, e a forma como o pai entendia a situação era que “alegrando-se muito com as coisas que via naquele seu filho, porquanto se via já posto na derradeira idade e confortava-se esperando que quando falecesse ficaria outro nos autos da cavalaria” (ZURARA 1997, p. 684), ou seja, de possuir virtudes que permitissem a manutenção de uma identidade familiar inserida na qualidade dos feitos do reino. O pedido de escrita, solicitado pela filha de Pedro de Meneses, e corroborada por Dom Afonso V, procuram perpetuar na memória escrita tal objetivo. Para eles, a História era restrita aos aristocráticos, e sua função manter tal concepção; aos descendentes, observar exemplos do passado que justificassem seus privilégios, bem como acrescentá-los a fim de assegurar tal linha de pensamento. Desta forma, legitimava-se as ações contra os muçulmanos, mesmo sob questionamentos de perigos e ônus ao reino.

241

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola (Org.). **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDRÉ, Jean-Marie; HUS, Alain. **L’histoire à Rome**: historiens et biographes dans la littérature latine. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.
- BASCHET, Jérôme. Os modelos de transição. **Signum**: revista da ABREM, n. 8, p. 9-32, 2006.
- BERTOLI, André Luiz. **O cronista e o cruzado**: a revivescência do ideal da cavalaria no Outono da Idade Média portuguesa (Séc. XV). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- CARVALHO, Joaquim de. **Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949. 2 v.

- CÍCERO. **Sobre el orador**. Introdução, tradução e notas de José Javier Isso. Madri: Gredos, 2002.
- COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). **Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1960.
- DIAS, Isabel de Barros. **Metamorfoses de Babel**: a historiografia ibérica (Sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- DOSSE, François. **A História**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 61-90.
- FERREIRA, Maria Ema Tarracha. **Literatura dos descobrimentos e da expansão portuguesa**. Seleção de textos. Lisboa: Ulisseia, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura de Almeida Sampaio. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo / Brasília: Annablume / CAPES, 2006.
- GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la chronica**: las crónicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. A sétima idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: DORÉ, Andrea; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (Org.). **Facetas do império na história**: conceitos e métodos. Brasília: Editora Hucitec, 2008.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. (Orgs.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003a.
- _____. **Os intelectuais na Idade Média**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003b.
- _____; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.) **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2006. 2 vols.
- LEWIS, David Levering. **O Islã e a formação da Europa de 570 a 1215**. Trad. Ana Ban. Barueri: Amarillys, 2010.

- MARTÍN, Bonifacio Palacios. El mundo de la ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los "espejos de príncipes" (1250-1350). In: PÉREZ, Juan Carrasco Peirez et al. **Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350**. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.
- MENDONÇA, Manuela. Os neo-senhorialismos tardo medievais em Portugal. In: NOGUEIRA, Carlos (Org.). **O Portugal medieval: monarquia e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2010.
- MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Trad. Francisco Bertelloni. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.
- MONGELLI, Lênia Márcia (Coord.). **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORENO, Humberto Baquero. Idade Moderna entre luzes e sombras. In: NOVAES, Adalto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV. **História**: revista da Faculdade de Letras, Porto, vol. 13, 1996.
- NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição**: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Do pretérito perfeito ao presente mais-que-perfeito: escrita e poder nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara (c. 1449-1464). **Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais**, 3, Assis. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, 2008.
- _____. Que façamos hua cousa que se comece e acabe por nos mesmos. Hierarquia, poder e exemplo na Crónica de Zurara (Séc. XV). **Atas da VIII Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ**. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais, 2009.
- _____. **Tantas cousas notaveis pera escrever**: relações de poder e perfis e ideais na crónica do conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara (1385-1460). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- REIS, Carlos (Dir.) **História crítica da literatura portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. vol. 1.
- REIS, José Carlos. **Escola dos annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 16ª ed. Lisboa: Porto Editora, 1995.

- SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.). **Nova história da expansão portuguesa**: a expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SETERS, John van. **Em busca da história**: historiografia no mundo antigo e as origens da História bíblica. Trad. Simone Maria de Lopes Mello. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**: a monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- SOUSA, José Antônio de; BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SOUSA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum**: revista da ABREM, n. 7, p. 221-248, 2005.
- SPINA, Segismundo. **Presença da literatura portuguesa**: era medieval. 11ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.
- TRASK, R. (Org.). **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2ª ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.
- ZURARA, Gomes Eanes. **Crónica do conde Dom Pedro de Meneses**. Edição e estudo de Maria Teresa Brocado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade

The debate between Hans-Georg Gadamer and Reinhart Koselleck about historical knowledge: tradition and objectivity

Luisa Rauter Pereira

Pós-doutoranda
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
lurauterp@gmail.com
Rua Trinta e Quatro, 1962A - Centro
38300-088 - Ituiutaba - MG
Brasil

Resumo

O artigo investiga as proposições teóricas para o conhecimento histórico construídas por dois importantes autores: o filósofo Hans-Georg Gadamer e o historiador Reinhart Koselleck. Partindo de uma revisão crítica do pensamento moderno e partilhando a influência da filosofia heideggeriana, os dois autores chegaram a visões divergentes sobre os fundamentos do conhecimento histórico, ambos de grande interesse para os rumos atuais da disciplina.

245

Palavras-chave

Hans-Georg Gadamer; Historiografia alemã; História dos conceitos.

Abstract

The article explores the theoretical propositions for historical knowledge built by two authors: the philosopher Hans-Georg Gadamer and historian Reinhart Koselleck. Starting from a critical review of modern thought and sharing the influence of Martin Heidegger's philosophy, the two authors came to divergent views on the foundations of historical knowledge, both with great interest to the current directions in the discipline.

Keywords

Hans-Georg Gadamer; Historiografia alemã; História dos conceitos.

Enviado em: 21/3/2011

Aprovado em: 18/6/2011

Introdução

No mundo após a Segunda Grande Guerra, parte da intelectualidade alemã percebeu as consequências nefastas de doutrinas e visões de mundo desenvolvidas na modernidade ocidental. Apontou-se na consciência científica e histórica exacerbada a causa de grandes distorções. O domínio da ciência moderna e da técnica sobre todos os campos da vida humana, aliado à moderna vivência da historicidade, estaria levando a humanidade a esquecer fundamentos importantes da vida em sociedade. Confiando o futuro a filosofias do progresso e o passado ao estudo erudito de especialistas, o homem moderno teria perdido a dimensão do presente como local do debate, da ação em comunidade e da política. As acentuadas pretensões de cientificidade e objetividade faziam da historiografia um saber inerte, cada vez mais incapaz de fornecer orientação para a vida.

Reinhart Koselleck e Hans-Georg Gadamer participam de um amplo debate acerca das consequências da consciência histórico-científica para os rumos tomados pelo mundo moderno. Neste momento de reorientação das ciências humanas na Alemanha (IGGERS 1997), o pensamento se tornou uma arma para a crítica da situação presente, identificada como um produto da modernidade. A filosofia e a história direcionaram seus esforços à realização de uma ampla revisão do projeto intelectual, político e social moderno vitorioso no Ocidente.

Uma das armas encontradas neste esforço crítico foi a filosofia de Martin Heidegger. Koselleck transformou a descoberta heideggeriana da historicidade intrínseca à experiência humana num projeto historiográfico: pesquisar empiricamente como no plano dos conceitos políticos fundamentais a modernidade se instaurou e remodelou a linguagem política. A marca historiográfica de Koselleck é a tarefa de compreensão do processo de inserção dos conceitos fundamentais do pensamento político moderno em numa consciência processual da história. Já Gadamer, seguindo a tradição da hermenêutica alemã, procurou revelar em sua grande obra *Verdade e método*, publicada em 1960, que o fundamento da historiografia e de todas as ciências do homem é a relação de pertencimento e comprometimento com o mundo e as tradições, e não a metodologia científica. A experiência hermenêutica do estabelecimento da verdade não se esgota nos parâmetros estabelecidos pela ciência, mas, diz respeito à totalidade da experiência do homem no mundo.

Koselleck e Gadamer, portanto, desenvolveram seus trabalhos no âmbito de questões comuns sobre o mundo que os cercava. Partilharam o mesmo universo de pensamento aberto com a filosofia heideggeriana, em torno da qual travaram um importante debate em que desenvolveram visões distintas sobre os fundamentos do conhecimento histórico. São estes dois caminhos de interpretação do pensamento de Heidegger e suas consequências distintas para a disciplina histórica que abordaremos nas próximas páginas.

Martin Heidegger e a história

Para entendermos as visões desenvolvidas por Gadamer e Koselleck, partiremos de uma breve apreciação da reflexão de Martin Heidegger sobre o conhecimento produzido pela ciência histórica. Em *Ser e tempo*, Heidegger procura entender a possibilidade da historiografia a partir do problema fundamental da historicidade constituinte do homem em sua existência prática. A história, para Heidegger, é a estrutura ontológica do que chama de “pre-sença”, “ser no mundo”, o *dasein*: trata-se da existência do homem na vida comum, fenômeno essencialmente temporal. A existência prática do homem é, para Heidegger, constituída de temporalidade porque é essencialmente finita: se define pela certeza e pela expectativa da morte. A existência do homem se dá nesse transcurso entre nascimento e morte, o “ser-para-a-morte”, o que, para Heidegger, define sua consciência e ação no mundo como ser temporal e finito.

A temporalidade é na filosofia heideggeriana uma dimensão essencial da vida prática dos homens no mundo. Sua realização se dá primeiramente no cotidiano da vida comum, no “solo instável da convicção relativamente difusa, pré-teórica e assistemática” (RÜSEN 2001, p. 54) no qual os homens pensam, agem, perseguem seus objetivos. Ao operarem no mundo, e se expressarem, os homens constroem visões da história e do tempo, referem-se a fatos, criam concepções de causalidade e continuidade, interpretações sobre o passado, o presente e o futuro. A existência do homem supõe determinada forma de orientação temporal, que constitui a base de sua ação no mundo.

247

A historiografia deve ser, portanto, compreendida existencialmente, como uma das formas provenientes da historicidade da “pre-sença”, antes de ser vista como disciplina científica. A ciência histórica é uma das realizações possíveis dessa historicidade original e só pode ser entendida nessa chave. Somente porque o ser do homem é constituído de temporalidade, o movimento ou processo histórico tal qual a historiografia vulgarmente o entende, pode ser pensado e teorizado. Se temporalidade histórica está no cerne da experiência, a historiografia não parte de uma posição metodológica privilegiada. Os historiadores somente a podem escrever por participarem de uma vivência comum, uma forma partilhada de experimentar o tempo. Os apontamentos de Heidegger suscitam que se traga à luz o “não dito” de base na historiografia assinalado por Michel de Certeau (2007): o tempo. No horizonte aberto por Heidegger, o tempo deve deixar de ser a base neutra e inquestionável das operações do discurso histórico para se tornar um problema fundamental da disciplina.

O homem pensa e age no mundo a partir de determinadas intenções, paixões e interesses, pré-compreensões, elementos que constituem um solo prévio e fundamental de sua inserção no mundo. Antes de qualquer olhar objetivo, o existir humano está imerso em uma totalidade de significados, em um contexto referencial, sendo o conhecimento, “uma interpretação desta preliminar familiaridade com o mundo” (VATTIMO 1987, p. 96). A experimentar o mundo tal como ele é, é próprio do homem ver além do que existe imediatamente como dado puro, e interpretá-lo a luz deste solo prévio e originário em que está

inserido. É o que Jörn Rüsen (2001) chamou de "superávit de intencionalidade do homem" e o que Heidegger define como a "angústia" ontológica que caracteriza a existência humana: ver além do que simplesmente está dado na realidade imediatamente apreensível. Na filosofia heideggeriana, a existência humana se define como um constante renovar de um projeto (o "projeto-lançado"), em que o mundo é interpretado a luz de uma inserção prévia em um mundo de significados e intenções.

Entretanto, esta inserção não é imediatamente percebida e a ideia de objetividade prevalece na vida cotidiana. Na medida em que o homem tende a perceber sua compreensão do mundo de modo vulgar como "ser simplesmente dado", isto é, como objeto, tende a entender a história da mesma forma. A compreensão comum da história supõe um "acontecer do mundo": um movimento de um objeto ou sequência de vivências de um sujeito. Procurando desconstruir essa visão comum, Heidegger procura trazer o problema da história para sua origem existencial: a historicidade da "pre-sença". O histórico não está no acontecimento passado, "mas, sim, no acontecer próprio da existência que surge do porvir da pre-sença" (HEIDEGGER 1998, p. 194). Portanto, os fatos que o historiador investiga, só existem na unidade essencial com o acontecer do *dasein*, o "enigma do movimento da essência do ser".

A história não é, portanto, um objeto para o historiador deitar seu olhar neutro e objetivo. A história constitui o próprio homem. Desse modo, a temática historiográfica, bem como a constituição do *corpus* documental, não são provenientes unicamente das operações da ciência histórica. Aquilo que se considera digno de ser estudado no passado, o "histórico", já está "aberto" antes de qualquer escolha. O *dasein* heideggeriano constitui-se de passado na forma de "vigor de ter sido" ou "presença que vigora por ter sido presente", isto é, de uma presença atuante e vigorosa do passado como *tradição*. Trata-se do passado ainda atuante no homem, parte de sua atualidade de sua ação e interpretação do mundo. Nas palavras de Heidegger, "é porque a pre-sença e somente ela é originalmente histórica, aquilo que a tematização historiográfica apresenta como objeto possível de pesquisa deve ter o modo de ser da pre-sença que vigora por ter sido presente" (HEIDEGGER 1998, p. 194).

Hans-Georg Gadamer e a filosofia heideggeriana: alguns apontamentos

A obra de Hans-Georg Gadamer é um esforço para reavaliar a autocompreensão das ciências humanas calcada nas noções de objetividade e no método das ciências naturais. Tocado por Heidegger, Gadamer pretende esclarecer o que considera o fundamento destas ciências: sua participação na forma mais geral de relação do homem com o mundo e a temporalidade, seu próprio modo de existência. Esta relação, antes de se dar na forma de um sujeito contraposto a um objeto, caracteriza-se por uma ontologia hermenêutica. A compreensão tem um "peso ontológico", é constitutiva da situação do homem no mundo, "é a forma originária de realização do *ser-aí* humano enquanto *ser-no mundo*" (GADAMER 1998, p. 40). O autor se propõe,

portanto, a desenvolver e ampliar as descobertas heideggerianas sobre a compreensão, como “modo de ser originário da vida humana mesma” (GADAMER 1998, p. 40) e, em particular, sobre a compreensão nas ciências humanas e históricas. A estrutura existencial do “pro-jeto”, desenvolvida por Heidegger, fundamento da compreensão, deve estar assim na base das ciências do homem.

Entretanto, é preciso deixar claro que Gadamer não pretende com sua hermenêutica filosófica propor um novo método para as ciências humanas e a história. Sua tarefa é a explicação filosófica do caráter das condições fundamentais de toda a compreensão, expondo assim o que estas ciências são para além de sua autoconsciência metodológica, afastando-se do âmbito de suas atividades. Gadamer aposta que, embora tais ciências tenham surgido imbuídas do espírito das ciências modernas, puderam manter sua herança humanística, residindo nesta sua verdadeira vocação. Acreditamos, assim como, por exemplo, Susan Hekman (1986), que a posição de Gadamer tem profundas implicações para as ciências humanas e a história. A filosofia hermenêutica nos leva a pôr em primeiro plano no trabalho científico e, em particular, na historiografia, “a realização de nossa própria historicidade” (IBBETT 1987, p. 549).

Segundo Gadamer, o Iluminismo recusou qualquer validade dos preconceitos e da autoridade da tradição no processo de conhecimento. Estes elementos foram vistos apenas como impedimentos que a força da razão deveria sobrepujar com vistas ao conhecimento verdadeiro. A ciência moderna surgiu dessa palavra de ordem originada da dúvida cartesiana: só se pode ter certeza daquilo que a razão independente pode atingir livrando-se das “opiniões recebidas”. A ciência humana e histórica teria se harmonizado com esse pressuposto, vendo no “método” a única possibilidade de se atingir o conhecimento.

Gadamer propõe uma reabilitação dos preconceitos e da autoridade no conhecimento histórico. O Iluminismo teria deformado o conceito de autoridade tomando-o como “obediência cega”, fruto da pura coerção. A autoridade ganhou significado em sua oposição à razão e à liberdade, sendo identificada a um mal que as luzes deveriam combater. A essência do fenômeno da autoridade seria outro para Gadamer: o “reconhecimento” aliado ao “conhecimento”, à própria razão, portanto. Segundo Gadamer, a autoridade somente pode existir pela “ação da própria razão que, tornando-se consciente de seus próprios limites, atribui ao outro uma perspectiva mais acertada” (GADAMER 1976, p. 420).

A tradição, portanto, pode ser uma forma de autoridade. O pertencimento a ela não depende do reconhecimento racional ou de uma tomada de consciência, pois ela é o próprio solo histórico em que se encontra o homem. Entretanto, Gadamer acredita que, em certo nível, esta “atuação” da tradição pode ser aceita e reconhecida ou mesmo rechaçada por uma consciência racional. Especificamente no que diz respeito à historiografia, o reconhecimento da autoridade da tradição pode ser algo produtivo. A mensagem da tradição não deve ser apenas algo a ser negado, desmistificado, explicado historicamente, mas pode também ser uma fonte importante de questionamentos e de verdade.

O historiador deve, “em outras palavras, reconhecer o momento da tradição no comportamento histórico e indagar sobre sua produtividade hermenêutica” (GADAMER 1976, p. 424).

Trata-se em suma de uma nova visão sobre o papel da tradição nas ciências humanas. A tradição é vista por Gadamer como a “atitude histórica” humana geral que deve ser explorada em seu potencial positivo na produção de saber. A pesquisa nas humanidades não deve ser concebida como uma oposição a ela, mas como parte dessa relação essencial com o passado. Não deve ser definida por um método, mas antes pela construção do significado que é operada pela relação com a tradição.

Nossa separação do passado, para Gadamer não causa, portanto, apenas estranhamento, não cria somente uma relação de alteridade. Ao contrário, a distância que nos separa de outras épocas contém também um fator de *pertencimento*. Em outras palavras, um historiador que quer compreender um documento tem algum tipo de ligação com ele, através da linguagem, uma ligação com a tradição, lugar histórico do qual vem o documento. Essa ligação se manifesta justamente através dos preconceitos, questões, ideias prévias, com que o historiador aborda seu material de pesquisa.

Gadamer se apropria da ideia heideggeriana da “estrutura de antecipação da compreensão”, segundo a qual qualquer ato compreensivo está condicionado, de modo ontológico, pelos preconceitos e opiniões daquele que o empreende. Para o filósofo “quem quer compreender um texto tem sempre um projeto. Assim que se desenha um primeiro sentido no texto, o intérprete antecipa um sentido para o todo” (GADAMER 1976, p. 107). A compreensão surge da revisão constante desses “projetos” durante a leitura do texto ou da relação estabelecida como os materiais de pesquisa.

Não se trata de um puro relativismo no sentido de postular a possibilidade de “violiar o objeto”, mas da tomada de consciência de que o conhecimento se dá numa relação entre um eu, portador de uma tradição dada, de preconceitos, opiniões e valores e um “outro”. Esse outro, na verdade, de forma contrária ao pensamento iluminista e romântico, não é pura alteridade, mas constitui a tradição da qual participa o sujeito que compreende. Para Gadamer, entretanto, essa condição inescapável do conhecer não significa uma “limitação à objetividade”, uma vez que esta não existe, pelo menos à moda iluminista. São nos “preconceitos” daquele que compreende, por sua inescapável finitude e historicidade, que está a possibilidade da colocação de questões e obtenção de respostas relevantes em uma pesquisa.

A abordagem da tradição pelos historiadores deve incluir, para Gadamer, uma postura de “abertura”. Ao estranhamento com o passado deve se somar à capacidade de ouvir o que ele tem a dizer. Deve portanto comportar aquilo que Gadamer chama de “consciência da eficiência histórica”, a saber, a consciência de que a tradição histórica não está morta inteiramente, mas está viva em nossa cultura, em nossos “preconceitos”. Os textos escritos e fenômenos históricos possuem relevância para os homens em geral e para a

historiografia em particular em decorrência do efeito que causaram na história e somente deste modo podem ganhar sentido.

Esta "história dos efeitos" atua sempre em qualquer ato compreensivo de forma inconsciente; é parte do pertencimento à tradição, dos preconceitos que determinam a compreensão. Gadamer propõe, entretanto, que o intérprete da tradição desenvolva um nível de consciência desses efeitos, embora esclareça que uma consciência total é impossível. Atentar a este entrelaçamento histórico-efeitual em que se encontra a consciência histórica é importante, não somente por possibilitar o afastamento dos preconceitos nocivos à compreensão, mas também, e principalmente, por trazer à luz aquelas "pressuposições sustentadoras" que guiam o compreender rumo às melhores e mais corretas questões. Este é, para Gadamer, o momento crucial de realização da compreensão: a consciência da "situação" hermenêutica, isto é, a obtenção do *horizonte*¹ de questionamento correto na relação com a tradição.

Nesse momento inerente a qualquer ato compreensivo, havendo dele certa consciência ou não por parte do intérprete, ocorre o que Gadamer chama de "fusão de horizontes", momento em que o horizonte passado e o horizonte do intérprete se unem num único horizonte. Não se trata, como esclarece o autor, de horizontes fechados em si, a que o historiador ou o intérprete deve chegar: para Gadamer, "o passado próprio e estranho, ao qual se volta a consciência histórica, forma parte do horizonte móvel a partir do qual vive a vida humana e que a determina como sua origem e como sua tradição" (GADAMER 1997, p. 445).

251

Essa nova visão sobre o "significado hermenêutico da distância temporal", pode restituir ao texto analisado pelo historiador a possibilidade de dizer algo verdadeiro. Na visão historiográfica tradicional, o texto é primeiramente a expressão de alguma coisa que lhe é exterior. Compreender é então fazer a mediação do texto com seu horizonte histórico, com seu contexto. Nas palavras de Gadamer, "o texto quando é compreendido em termos históricos é formalmente despossuído da pretensão de dizer coisas verdadeiras" (GADAMER 1976, p. 144).

Vemos que para Gadamer, a compreensão tem um "peso ontológico", é constitutiva da situação do homem no mundo, "é a forma originária de realização do *ser-aí* humano enquanto *ser-no mundo*" (GADAMER 1998, p. 40). E hermenêutica não deve visar a um método. Isso não é possível. A hermenêutica de Gadamer é o reconhecimento do homem como ser histórico que compreende o mundo a partir de sua historicidade. É por isso que pode pensar numa unificação das hermenêuticas. No Iluminismo, a hermenêutica das ciências humanas se separou das demais (filológica, jurídica, teológica) para se tornar um método científico. Gadamer propõe sua reunificação a um conjunto geral, a hermenêutica histórica ou filosófica. Antes de ser disciplina científica, a história é uma relação humana com a tradição (GADAMER 1976, p. 182).

¹ Gadamer esclarece que a noção de "horizonte" foi utilizada por Nietzsche e Husserl e significa "o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que é visível a partir de um determinado ponto". Ver GADAMER 2002.

O fenômeno da compreensão nas ciências humanas para Gadamer tem o caráter de um diálogo. Sua estrutura é então a da questão e da resposta. A "abertura" que a relação com os textos da tradição implica leva o intérprete a formular questões. Entretanto, neste ponto, o ideal metodológico do *aufklärung* se frustra: não existe método para se aprender a questionar, pois todo questionamento pressupõe um "saber do não saber", "uma ignorância precisa que conduz a uma questão precisa" (GADAMER 1978, p. 202). Para Gadamer, ocorre em todo fenômeno hermenêutico o "primado" da questão, isto é, o texto interpretado é interpelado pela questão que lhe é posta e seu sentido depende disso. Da mesma forma, o intérprete também é tocado pela questão apresentada pelo texto, porém, num sentido particular.

Gadamer concorda que entender um texto é entender a questão que este nos apresenta. Essa tarefa pressupõe a aquisição do "horizonte hermenêutico", o horizonte da questão da qual o texto é uma das respostas possíveis. Entretanto, não se trata de chegar ao que o autor tinha em mente. Em outras palavras, compreender a questão que está em jogo em um texto não se limita a entender a questão do autor no ato da escrita. As tendências de sentido ultrapassam em muito essa problemática historicista. O sentido de um texto é formado antes no curso da história, que normalmente ultrapassa o que um autor tinha em vista. Gadamer chama a atenção para o papel fundamental da temporalidade histórica no estabelecimento do sentido dos textos. Trata-se de "uma interrogação mais vasta graças a qual nós procuramos a resposta à questão que nos é posta pela tradição histórica" (GADAMER 1978, p. 202). Chegar ao sentido de um texto é sempre um questionamento sobre o que essa tradição significa para nós.

Este caráter dialógico que o autor reivindica para a compreensão e para a ciência histórica é fundamental para entendermos o papel ético-social que pretende conferir a todo tipo de conhecimento. Gadamer denuncia nossa época atual como um momento que a ciência é a palavra de ordem absoluta, um fim em si mesmo. Cada vez mais a ciência é vista como instância suprema de decisão das questões humanas. Em resposta a essa "consciência científica exacerbada", o filósofo propõe o retorno ao diálogo com vistas ao entendimento entre os homens, povos e nações. Juntamente com Hannah Arendt, Carl Schmitt, Reinhart Koselleck e outros, Gadamer aponta na modernidade a crise ou o abandono crescente da política. Sua aposta está num saber, não mais monológico, como na ciência, mas num saber dialógico, uma "razão prática" geral, que venha em auxílio do homem em sua busca por novas perspectivas e possibilidades de futuro (GADAMER 2002).

O projeto historiográfico de Reinhart Koselleck

As reflexões teóricas de Reinhart Koselleck sobre disciplina histórica se desenvolvem a partir de uma questão fundamental: "o que é o tempo histórico?". Perguntar sobre o tempo histórico, por sua natureza e estrutura, é, para Koselleck, a atitude teórica fundamental para se chegar a questionamentos

genuinamente históricos (KOSELLECK 1993, p. 128). A relação entre história e tempo reporta à experiência dos homens no mundo, sua atuação política, sua vida em sociedade. O tempo histórico não é abstrato, como o tempo do calendário; ao contrário é uma realidade plural, diversificada, variável como a diversidade da experiência humana. Há vários "extratos de tempo" superpostos e simultâneos, "estruturas de repetição que não se esgotam na unicidade", "vinculado a unidades políticas e sociais de ação, a homens concretos que atuam e sofrem, a suas instituições e organizações" (KOSELLECK 2001, p. 68).

Koselleck aposta que, somente através de uma escolha teórica definida previamente, se pode responder satisfatoriamente à questão do que é o tempo histórico. Tocado pela filosofia heideggeriana, Koselleck propõe então que um bom caminho para o esclarecimento da questão do tempo histórico é entender como se realiza a historicidade ou finitude que caracteriza a existência humana no mundo. Assim como Gadamer em sua hermenêutica filosófica, Koselleck fundamenta sua teoria histórica numa certa leitura de *Ser e tempo*, acompanhada de uma importante crítica. A análise existencial do *dasein* realizada por Heidegger tematiza, para Koselleck, a finitude intrínseca ao homem, sua experiência concreta e universal de viver entre o nascimento e espera da morte, o que configuraria sua estrutura ontológica (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 71).

Koselleck parece concordar com Gadamer no que tange à decorrência principal da descoberta heideggeriana: o "horizonte de sentido" de toda experiência do homem se dá neste movimento de maturação do homem rumo à morte. Tal é de fato o ponto de partida da filosofia hermenêutica. Entretanto, Koselleck, numa leitura polêmica e original, vislumbra em *Ser e tempo*, entre outras coisas, a capacidade de apresentar as condições transcendentais que possibilitam a história, como ciência, narração, e como acontecer histórico real. Análise existencial e história; filosofia e ciência social: abre-se na obra de Koselleck uma nova e surpreendente relação entre campos de saber em grande medida separados pelos desenvolvimentos da historiografia no século XX.

Koselleck vê nas categorias surgidas no decorrer da análise das determinações da finitude do *dasein* uma antropologia fundamental inacabada. Do seu ponto de vista, na análise heideggeriana, foram desenvolvidas "numerosas categorias e interpretações legíveis antropologicamente, suscetíveis de serem aperfeiçoadas e ampliadas, embora o próprio Heidegger se esforçasse em opor-se a semelhante 'antropologização'" (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 72). Koselleck propõe-se, portanto, a ampliar tal "antropologia" que Heidegger teria esboçado mesmo sem essa intenção, criando uma base teórica que possibilitasse a existência da história como realidade e como saber. Além do par elementar heideggeriano – "ser lançado" (*Geworfenheit*, que Koselleck entende como nascimento) e o "precurisar a morte" (*Vorlaufen zum Tode*, que Koselleck entende como o "ter que morrer") – outros pares antitéticos de conceitos, também ligados à determinação fundamental da finitude e da historicidade, podem definir "com mais rigor" a experiência do homem no tempo e servir de base para o trabalho historiográfico.

Cinco pares de categorias foram esboçados por Koselleck. A determinação heideggeriana do "precursar a morte", deve ser completada pela noção de "poder matar". A possibilidade de causar a morte física de outrem é vista por Koselleck como um fenômeno tão fundamental e constante quanto à morte propriamente dita. Sem esse fato humano fundamental não existiriam as histórias que todos conhecemos. Citando o teórico político Carl Schmitt (1992), Koselleck aponta o par "amigo e inimigo" como componente fundamental da finitude humana.

O historiador apresenta outros pares de "categorias existenciárias", tais como "interior e exterior", que constituem aspecto espacial da história, e, ligado a este, "secreto e público", que serviu de ponto de partida para uma das principais teses apresentadas no livro *Crítica e crise: uma contribuição à patogeneza do mundo burguês*, sua tese de doutorado de 1959. A noção heideggeriana de "estar lançado", que Koselleck vê como "nascimento", deve ser completada pela noção de "generatividade", que diz respeito à relação entre as gerações. Para Koselleck, "as mudanças e choques de gerações são constitutivos por antonomásia do horizonte temporal finito, por cujo respectivo deslocamento e solapamento generativo acontecem histórias" (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 82). Koselleck sugere também o par "amo e escravo" como parte desta antropologia fundamental. Koselleck se refere às diversas formas de vínculos de dependência que criam relações de dominação, assim como de conflitos políticos.

Outro par conceitual, um dos mais importantes na obra do historiador, é o que se refere mais explicitamente à temporalidade. Para o autor, o que constitui o tempo histórico são as concepções construídas por uma sociedade sobre sua temporalidade e, particularmente, sobre seu futuro. A temática historiográfica, não é propriamente o passado, mas o futuro; não o fato, mas a possibilidade; mais precisamente, as possibilidades e projetos, passados – o futuro passado.² Em todo conceito, realidade ou período histórico a ser analisado pelo historiador estaria em jogo uma determinada relação entre "espaço de experiências" e "horizonte de expectativas". A primeira categoria diz respeito à tradição recebida e experiências que informam o presente. A segunda se refere ao elemento de projeção futura, de transformação. Estas categorias "reportam à temporalidade do homem e assim, em alguma medida meta-historicamente à temporalidade da história" (KOSELLECK 1900, p. 311).

"Espaço de experiências" e "horizonte de expectativas": através destas duas categorias de caráter "meta-historico" ou "antropológico" – neste ponto, vemos que Koselleck segue também a proposição kantiana (CARR 1987) – o homem organiza seu mundo, dá sentido às suas experiências. Koselleck nos oferece um breve esboço do significado das categorias. A experiência:

é um passado presente, cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional,

² Sobre essa questão ver CARR 1987.

como os modos inconscientes do comportamento que não devem, ou não deveriam ainda estar presentes no saber (KOSELLECK 1993, p. 338).

A "expectativa", por sua vez,

se efetua no hoje, é futuro feito presente, aponta ao [...] não experimentado, ao que só se pode descobrir. Esperança e temor, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade formam parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK 1993, p. 338).

Todas as categorias criadas por Koselleck tematizam uma "condição humana universal" que torna possível a existência da história real: a relação do homem com a temporalidade. Participam, portanto, de um dado antropológico prévio que possibilita a história nos planos cognitivo e real. A existência da história só é possível, para o autor, tanto no plano da realidade, quanto no do conhecimento, na medida em que os homens são seres temporais, isto é, conformados, em grande medida, pelas experiências do passado, mas também capazes de planejar um futuro, atualizando-o no presente.

Koselleck salienta que as duas categorias não existem separadamente. É na tensão entre as duas dimensões que Koselleck identifica algo como o "tempo histórico" (KOSELLECK 1993, p. 337). Atingimos então o ponto central da proposta historiográfica de Koselleck: entender o movimento da ação política e social ao longo da história a partir da investigação acerca da maneira com que os homens combinaram concretamente em seu presente a dimensão de sua experiência passada com suas expectativas de futuro. A história concreta pode ocorrer na medida em que os homens que a fazem combinam experiências e determinadas expectativas. O autor propõe abordar esta questão no plano linguístico, através de uma *história dos conceitos*, uma semântica dos conceitos históricos que busque a constituição linguística de experiências do tempo na realidade passada. A ciência histórica deve se referir ao problema da experiência histórica, com suas diferentes "ontologias sociais do tempo", que indicam e informam "tensões existenciais" relativas à finitude humana (CHIGNOLA 2002). Atentando para estes elementos existenciais, a história pode chegar a entender os conflitos políticos e sociais que caracterizam os diversos períodos históricos.

255

A polêmica entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck: duas concepções sobre "mundo", "linguagem" e "verdade"

Koselleck e Gadamer debateram diretamente suas diferentes concepções. Nesta parte, apresentaremos de forma breve o debate travado pelos autores a respeito da relação entre a disciplina histórica e a hermenêutica filosófica. Nosso objetivo é ter um primeiro entendimento sobre como o historiador posiciona sua obra frente às considerações hermenêuticas.

As condições transcendentais da história, a *historik*, são a principal preocupação teórica de Koselleck. É neste ponto que surgem divergências com Gadamer. São estas condições que, para o autor, "devem fazer inteligível por que acontecem histórias [...], como e por que se as deve estudar representar

ou narrar” (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 72). Ao ilustrar as estruturas da finitude, tematizam e evocam as tensões e conflitos que caracterizam e incitam a ação humana no tempo, portanto, aquilo que se pode chamar de “tempo histórico”. O historiador reivindica status epistemológico pré-linguístico para tais condicionamentos, abrindo assim uma brecha na pretensa “universalidade da hermenêutica” reivindicada por Gadamer.

A “histórica” pretende ser um desafio à hermenêutica filosófica de Gadamer e à ontologia heideggeriana. Na leitura de Koselleck, a hermenêutica gadameriana pretende abarcar todos os ramos do saber como subcasos de um “compreender existencial”. Toda a experiência de mundo e todo o saber seriam realizados no movimento da “história dos efeitos” que se cumpre na linguagem e não se pode conhecer e criticar inteiramente. Para Koselleck, isso implica a remissão de toda experiência à interpretação e à anulação da possibilidade de conhecimento objetivo e do acesso a dados extralinguísticos da realidade.

Como conceber então uma “histórica” frente a essa centralidade da linguagem postulada por Gadamer? Koselleck defende que, embora tais categorias sejam mediadas linguisticamente, “apontam para modos de ser (*seinsweisen*) que [...] não se diluem objetivamente na mediação linguística, mas possuem também seu próprio valor autônomo” (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 87). Koselleck argumenta que embora se possa apontar a gênese linguística das “históricas”, sua inserção na tradição intelectual escrita, suas origens, por exemplo, “na história efetual da teoria política, desde Platão a Carl Schmitt” (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 88), isso não basta para vê-las como subcasos da hermenêutica. Importa antes verificar o potencial analítico da teoria no trabalho do historiador, isto é, se as categorias podem tornar o caos histórico de algum modo sensato, tornando visível e metodicamente controlável a “verdade”.

A verdade a que Koselleck se refere é aquela que o historiador atinge por intermédio da fonte escrita, mas que não se encontra diretamente nela. Diferentemente do jurista, do filólogo e do teólogo, paradigmáticos na hermenêutica gadameriana, o historiador não estaria interessado propriamente no que diz o texto, com vistas a uma aplicação do sentido à sua realidade. O historiador estaria interessado na fonte como testemunho de uma realidade existente “extratextual”, que embora possibilitada e mediada linguisticamente, vai mais além do que é exequível com a linguagem (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 93).

Koselleck procura embasar esta visão da disciplina histórica em duas teses defendidas pelo próprio Gadamer. Na primeira, Gadamer afirma que a experiência de mundo não é somente um processo linguístico, embora seja mediado linguisticamente. Importa na experiência a “verdade da coisa” de que se fala. Em segundo lugar, Koselleck lembra o reconhecimento de Gadamer de uma certa especificidade da relação do historiador com as fontes escritas, quando comparada às outras ciências ligadas a textos. O filósofo reconhece que o historiador não toma os textos com que trabalha como portadores de uma

verdade a ser “aplicada” à sua realidade, mas procura extrair deles informações sobre o passado histórico, uma realidade além dos textos.

De fato, Gadamer não perde de vista, em sua visão sobre o processo de compreensão, a noção de verdade. No entanto, estará ele se referindo à verdade histórica, no sentido que lhe poderia conceder a disciplina histórica? Acreditamos que não. A verdade de que nos fala Gadamer, no que se refere à relação com o texto escrito deve ser entendida antes como uma verdade produzida na relação de “abertura” e pertencimento com a tradição. Gadamer refere-se menos à história real e mais à questão do que a relação com passado pode nos oferecer com vistas a auxiliar nossa vida presente.

Na segunda tese citada por Koselleck, Gadamer admite que a disciplina histórica procura uma realidade exterior, um sentido além dos textos com o que trabalha, utilizando outros textos e informações. Koselleck interpreta isto como a “quase superação da hermenêutica”, uma vez que o historiador chega a dados “extra-linguísticos”. Para Gadamer, entretanto, tal superação não ocorre. A historiografia não pode fugir inteiramente de sua participação no modo fundamental de compreensão exposto por Gadamer uma vez que o historiador, como ser histórico, é pertencente às tradições. Assim como na hermenêutica legal e bíblica, haveria um trabalho de aplicação de sentido a ser realizada na pesquisa histórica. A história que o historiador procura pode ser vista também como um texto a ser lido, como o “grande texto da história”.

257

Na discussão com Gadamer, Koselleck concentrou seus esforços, em primeiro lugar, na defesa de um estatuto pré-linguístico para a teoria da história, ou teoria das “condições de possibilidade da história”. Em seguida, defende a diferença radical da historiografia com relação a outras ciências que lidam com textos escritos, o que representaria uma “quase superação de todo proceder hermenêutico” (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 89). A visão de Koselleck sobre as relações entre história e hermenêutica se mostram de certo modo ambivalentes. Inicialmente, não hesita em admitir que a história “é parte do cosmo hermenêutico projetado por Gadamer” (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 82). Num segundo momento, entretanto, como vimos, defende que a história supera a hermenêutica inteiramente numa relação inteiramente diferente com a fonte escrita. O trabalho histórico se limitaria à procura de indícios de uma realidade histórica para além do que diz a fonte. Neste caso, o trabalho de aplicação, bem como a dinâmica da história dos efeitos seria totalmente obliterada.

No texto de resposta aos apontamentos de Koselleck, Gadamer reconhece ser o aprofundamento da análise heideggeriana seu objetivo primordial, assim como para Koselleck. Entretanto sua perspectiva mostra-se inteiramente diferente. A linguagem e a historicidade não podem ser vistas apenas como categorias integrantes de uma antropologia mais ampla. Mais fiel aos propósitos filosóficos de Heidegger, Gadamer defende que tais características são “a nota distintiva do homem”, sendo, portanto, os outros “pares antitéticos” de Koselleck – amigo e inimigo, secreto e público etc. - parte integrante deste fundamento.

Gadamer não nega a importância e a validade de categorias de conhecimento, como a *histórica* de Koselleck, e do conhecimento histórico. Porém, a análise heideggeriana sobre a historicidade do *dasein* o levou a outros caminhos. A filosofia hermenêutica procura entender primeiramente o que significa que o homem possua linguagem. Para Gadamer, o homem está desengajado da estrutura de atitudes e capacidades naturais de tal modo que nesta liberdade está depositada simultaneamente a responsabilidade de si mesmo e dos seus [...]” (KOSELLEK; GADAMER 1997, p. 100).

É esta responsabilidade que Gadamer confere ao trabalho do historiador. O filósofo procura entender a linguagem em termos aristotélicos como aquilo que distingue fundamentalmente os homens dos animais. Com a linguagem, o homem descreve estados de coisas, e ao mesmo tempo produz incertezas, propõe e projeta um futuro. Em todo conhecimento histórico há também um compreender, um processo hermenêutico. Somente esse reconhecimento pode explicar o interesse no mundo objetivo e a formação de questões relevantes que podem ser levantadas no trabalho histórico, o que não pode ser explicado pelas metacategorias de Koselleck. Ao contrário, as metacategorias só podem ser operacionalizadas e produzir histórias reais no âmbito das questões e interesses desenvolvidos no campo linguístico do vínculo com as tradições. Para Gadamer, o bom pesquisador não é simplesmente aquele que domina uma metodologia, pois a sua tarefa decisiva é a *fantasia* (GADAMER 2002, p. 125).³

A hermenêutica afirma que a linguagem é fundamentalmente um fenômeno dialógico (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 11). A linguagem não visa simplesmente descrever o que existe, comunicar fatos à nossa disposição de forma monológica, mas a estabelecer o entendimento entre os homens. Daí, que para Gadamer, não há sentido em fundamentar o conhecimento histórico somente em categorias de conhecimento objetivo. O fundamento deve ser procurado na capacidade de estabelecer ou restabelecer o vínculo e a coesão entre os homens. A ciência histórica destina-se a conhecer o mundo, mas não pode pretender apenas descrevê-lo. Seus métodos e objetivos são primordialmente parte do esforço humano pela aquisição do entendimento mútuo e pela sua orientação no mundo.

Gadamer não vê nessas reflexões a constatação de que tudo o que existe se resume à linguagem. Sua hermenêutica pretende, ao contrário, fundar-se no “mundo da vida”, que se dá por meio da linguagem. O filósofo esclarece, respondendo às ponderações de Koselleck, que a hermenêutica filosófica não entende como linguagem apenas os textos, mas por tal entende igualmente todo atuar e criar humanos como Aristóteles reclamou energicamente destacando o conceito de [...] animal racional para distingui-lo dos outros seres

³ O conceito de fantasia de Gadamer é influenciado pela proposição de Dilthey para quem a fantasia é tomada no seu sentido mais estético que cognitivo, como o fundamento da criação livre. A fantasia difere da *imaginação*, conceito importante na história da filosofia, que tem um sentido mais ligado à importância criadora da combinação de imagens com vistas ao conhecimento. Ver MORA 2005.

vivos" (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 104). A questão de Gadamer sobre a história dos efeitos ultrapassa o âmbito textual ou intelectual. Não se trata apenas de leituras e seus efeitos em obras posteriores, numa cadeia de influências, como Koselleck parece entender. Trata-se do efeito que os textos legados pelo passado tiveram no mundo, o que é o ponto de partida para o seu conhecimento.

Uma questão se impõe ao final de nossa discussão: a relação entre a história dos conceitos de Koselleck e a hermenêutica de Gadamer se esgota numa oposição? Vimos acima uma certa ambiguidade nos apontamentos do historiador: Inicialmente, apenas a doutrina de categorias, a "histórica", foge ao âmbito hermenêutico por seu fundamento extralinguístico. A pesquisa histórica e a produção da narrativa histórica, Koselleck admite, fazem parte do "cosmos hermenêutico". Ao final do texto, entretanto, sua postura de oposição à hermenêutica se radicaliza ao afirmar que a disciplina histórica procura apenas uma realidade extralinguística.

Não terão as pesquisas de Koselleck este caráter de busca de sentido e entendimento de que nos fala Gadamer? Não haverá em sua obra aquela "responsabilidade" com a comunidade e com o futuro que Gadamer aponta como fundamento de qualquer ciência humana?

Conclusão

259

Procuramos pôr em debate duas importantes concepções do saber histórico contemporâneo. Embora partilhem de uma mesma tradição intelectual, apresentam sobre ela olhares distintos, enfoques particulares. Ambos os olhares apresentam grande interesse para a disciplina e seu tensionamento mostrou-se extremamente produtivo. Numa primeira abordagem, as concepções de Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck divergem em inúmeros pontos, numa quase que completa oposição. Entretanto, alguns caminhos que parecem aproximá-las se revelaram ao longo das análises.

Os dois autores nos propõem interpretações distintas da filosofia heideggeriana e de suas consequências para as ciências humanas e a história. A sugestão de Heidegger - entender a possibilidade da disciplina histórica a partir da temporalidade inerente à existência humana - leva Koselleck a desenvolver categorias formais de conhecimento que tematizam a "finitude humana". Trata-se de condições fundamentais que, ao provocarem a ação humana, tornariam possíveis as histórias, como narração e conhecimento, e como acontecimento empírico. A afirmação heideggeriana do "possível" como a temática primordial da historiografia é transformada por Koselleck num projeto historiográfico que visa ao estudo das formas através das quais os homens, ao longo da história, conceberam sua dimensão temporal, suas concepções de passado e futuro.

Gadamer, por sua vez, partindo das mesmas premissas, procura reavaliar o "autoentendimento" expresso pelas ciências humanas desde seu surgimento no movimento romântico. Distanciamento metodológico e objetividade cedem espaço para uma relação de diálogo do homem com suas tradições. A historiografia passa a ser mais um caso em que a compreensão humana, histórica

e transformável, se realiza. Entender a possibilidade da historiografia a partir da estrutura temporal da existência humana significa, sobretudo, o questionamento de fundo deste próprio saber. Conhecer a história passa a ser uma forma, entre outras, do homem se relacionar com seu passado e projetar seu futuro a partir do presente.

Enquanto Koselleck procura categorias objetivas transcendentais que deem base ao conhecimento histórico, o esforço de Gadamer é a reorientar o próprio conhecimento nas ciências do homem. De um lado, uma concepção do mundo como objeto, algo a disposição do homem e da ciência; de outro, o mundo é entendido como "horizonte", isto é como uma criação constante de novas perspectivas para o futuro. Para Gadamer, o conhecimento significa, sobretudo, criar mundos, projetar futuros e, só secundariamente, a constatação de como as coisas se dão.

O conhecimento histórico que nos sugere a hermenêutica filosófica funda-se no diálogo com os textos que nos chegam do passado, um diálogo que só é possível pela mediação da tradição, que cria um vínculo de pertencimento com este passado. Compreender historicamente um texto é, primeiramente, compreender seu significado para o mundo do intérprete. Na proposta de Koselleck, a compreensão histórica visa primeiramente a esclarecer sobre uma realidade existente além dos textos, além da linguagem. O historiador, é claro, não participa, da visão ingênua de um "passado em si": o conhecimento histórico sempre elege, seleciona e organiza aquilo que deve ser conhecido. Entretanto, trata-se ainda do conhecimento de dados de uma realidade fora do âmbito linguístico.

O vínculo com a história social é um fator que distanciaria os projetos de Koselleck e Gadamer. Para o historiador, a verdadeira vocação da história dos conceitos é auxiliar de diversas formas a história social, aprimorando seus conceitos e indicando-lhe novos temas de investigação. As transformações semânticas, além disso, só podem ser plenamente compreendidas com a referência às estruturas e acontecimentos e conflitos sociais que indicam e representam. A sociedade, Koselleck argumenta, não é um conjunto ou uma comunidade de conceitos. A hermenêutica, por sua vez atuaria no nível da linguagem, aparentemente sem referência ao mundo social.

Como vimos, Gadamer não nega a validade dos aspectos objetivos do conhecimento histórico, como as categorias de conhecimento de Koselleck, ou a noção de conteúdos extralinguísticos a serem atingidos. Entretanto, afirma que tais aspectos objetivos somente fazem sentido e tornam-se de fato fontes para um saber criativo, quando são inseridos numa forma de conhecimento orientada para o diálogo com vistas ao entendimento entre os homens e a criação de novas "orientações no mundo". A objetividade não é um fim em si mesmo; participa de um projeto mais amplo. Koselleck, em certos momentos, também percebe certa convergência entre a hermenêutica de Gadamer e a história. Declara que, à medida que trabalha com textos, o historiador não escapa do "cosmos hermenêutico projetado por Gadamer". As categorias de

sua antropologia fundamental forneceriam apenas as bases seguras para que o fenômeno hermenêutico possa se realizar.

A opção teórica de Koselleck pelas categorias transcendentais que “possibilitam” a ocorrência das histórias, nos planos do conhecimento e da realidade, à primeira vista insere seu projeto historiográfico nos marcos campo “pós-hermenêutico” ou “não hermenêutico”, conceito proposto por Gumbrecht para caracterizar as ciências humanas na “situação pós-moderna” (GUMBRECHT 1998). De fato, Koselleck pretende, com suas categorias, explicar as condições de possibilidades da emergência do sentido e não apenas uma identificação e resgate do mesmo. A leitura de seus textos, no entanto, revela que esta afirmação, embora seja verdadeira, não esgota evidentemente uma caracterização da obra deste historiador. Nesta obra, salta à vista uma postura de busca pelo sentido, por novos significados para o passado e para o presente.

A antropologia transcendental concernente à finitude humana construída por Koselleck através de sua leitura de *Ser e tempo*, com os diversos pares antitéticos de categorias, cumpre um papel de certa forma paradoxal na obra de Koselleck. A reivindicação de seu caráter extralinguístico ou pré-linguístico pretende deslocá-la para fora do âmbito hermenêutico, das determinações ordinárias da linguagem. Ao serem utilizadas nas análises historiográficas propriamente ditas, estas categorias acabam por transformarem-se, em alguma medida, em elementos de diálogo com as fontes. *Crítica e crise* realiza uma compreensão crítica do Iluminismo, questionando-o a partir de uma certa noção do que constitui o fenômeno da política. Com Carl Schmitt, partilha da visão de que a política é determinada, em última instância, pela possibilidade do conflito entre os homens e os povos e da morte física. O par transcendental “amigo” e “inimigo” está na base do entendimento da política que Koselleck opõe à autocompreensão apolítica e moral apresentada pelos autores iluministas.

A obra de Koselleck, notadamente *Crítica e crise*, sua tese de doutorado finalizada em 1954, mostra que a divergência entre as propostas da “história dos conceitos” e da “hermenêutica filosófica” esconde um amplo espectro de afinidades. Trata-se de um importante exemplo de que a investigação do passado não impede o caráter de diálogo, de pertencimento à tradição e o laço com a realidade presente. Ao contrário, uma determinada escolha teórica prévia, como a de Koselleck, é capaz de realizar tal laço, inserindo a dimensão social da ação dos contextos econômicos, sociais e políticos em marcos que o possibilitam e provocam. Tal postura defendida por Gadamer em *Verdade e método* não implica a aceitação acrítica da tradição. Pelo contrário, no exemplo de Koselleck, a crítica é o verdadeiro mote do conhecimento dos textos do Iluminismo, uma crítica orientada para entender o presente e projetar um futuro.

A crítica se dirige à razão iluminista, na qual o mundo da década de 1950 ainda está imerso. Ao negar seu fundamento político, o Iluminismo desobriga-se da responsabilidade com o presente, o que leva ao agravamento da própria questão política com a Revolução. O homem iluminista cria laços de responsabilidade apenas com a história, cujo rumo já é conhecido, e com o qual

ele deve colaborar. A realidade presente passa a ser apenas um erro a ser alterado pelo curso histórico, que progride em direção a criação da razão.

O fim esperado passa a justificar quaisquer métodos de ação. A guerra civil, marca do momento em que Koselleck escreve, se torna parte de uma revolução permanente, em que as grandes potências lutam incessantemente pela tomada do poder. Na banalização dos conflitos, se diluem as finalidades éticas envolvidas nas filosofias da história em questão: a guerra se torna cada vez mais um fim em si mesma, um recurso corriqueiro justificado por um futuro projetado pela razão. É contra esta justificativa especificamente moderna que Koselleck direciona seu arsenal crítico. A ciência histórica de Koselleck mostra aqui todo o seu vigor e potencial, como parte integrante de um saber criativo e inserido na amplitude das questões da vida humana.

Num século em que a disciplina histórica fundou seus métodos e seus objetivos no vínculo com as ciências sociais, vemos um historiador que se atém à filosofia. A antropologia de que nos fala Koselleck é uma "antropologia filosófica", pois pretende basear o saber histórico numa certa noção de homem, temporalidade e conhecimento. Vemos em Koselleck claros ecos heideggerianos e gadamerianos: as metacategorias do historiador tematizam o pano de fundo linguístico, o "horizonte" dentro do qual os homens podem desenvolver suas ideias, instituições, sua história. Assim como Heidegger na filosofia, Koselleck parece acreditar, no âmbito historiográfico, que todo o universo criado pelos homens se alicerça numa determinada "compreensão de ser". O modo como os homens relacionam experiência e expectativa ao longo da história constitui seu modo de estar no mundo em seus vários aspectos. Koselleck pretende seguir a proposta heideggeriana, ao afirmar que a historiografia deve se preocupar com o que torna a história "possível": a historicidade inerente ao próprio *dasein*.

Este vínculo com o projeto heideggeriano para o conhecimento histórico, entretanto, deve ser bem delimitado. A "histórica" de Koselleck pretende definir categorias de conhecimento que possam servir para o estudo objetivo do passado. Nossa leitura de *Ser e tempo* sugeriu, entretanto, que Heidegger está mais preocupado com a inserção da historiografia na estrutura ontológica do homem, como elemento do "projeto" que dá sentido e rumo a vida humana. Para Heidegger, entender o saber histórico a partir da historicidade do *dasein* significa, sobretudo, historicizar o próprio saber. A leitura de Koselleck, no entanto, como vimos, o leva a um projeto teórico-metodológico para a historiografia, sem aparentemente entrar na questão da sua própria finitude. De fato, como mostrou Elias Palti, Koselleck pretende criar um método histórico fundado em noções da filosofia de Heidegger.⁴

A relação entre a história dos conceitos de Koselleck e as filosofias hermenêuticas não parece, entretanto, se esgotar numa oposição simples. É o que Koselleck nos indicou ao admitir que, embora a teoria da história não seja

⁴ Elías Palti defende esta hipótese em sua introdução a *Los Extratos del tiempo: estudios sobre la historia* (KOSELLECK 2001).

um subcaso da hermenêutica, a história “é parte do cosmos hermenêutico projetado por Gadamer” (KOSELLECK 1997, p. 69). Concordamos com Villacañas e Oncina⁵ quando percebem na *historik* de Koselleck tanto a aproximação quanto o distanciamento da hermenêutica e da analítica existencial de Heidegger. Sua crítica aos “titãs hermenêuticos”, para esses autores, não esconde uma certa sedução por eles, o que pode se verificar sobretudo em seus trabalhos de pesquisa. De acordo com Oncina e Villacañas, a história dos conceitos, para além de sua função na investigação historiográfica, aponta para converter-se em um “instrumento de uma filosofia criativa que serve à ação social no presente” (KOSELLECK; GADAMER 1997, p. 30), mas que carece ainda de uma fundamentação teórica mais aprofundada. A historiografia de Koselleck intervém no mundo, produz efeitos de natureza política, realiza a mediação entre o passado e a novidade filosófica e histórica.

José Carlos Reis também aponta no saber histórico produzido por Koselleck sua capacidade peculiar de ligar-se ao presente. Para este autor, Koselleck assume o caráter relativo de todo saber histórico e extrai daí toda sua positividade e fecundidade. A história deve cumprir duas “exigências que se excluem – produzir enunciados verdadeiros e admitir a relatividade de seus enunciados” (KOSELLECK 1993). A emergência do relativismo acontece com a própria emergência do mundo histórico. É um falso problema distinguir objetividade e parcialidade. Para Koselleck, a representação do passado é sempre afetada pelo tempo, de modo que cada presente articula de modo diferente “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Na historiografia de Koselleck, portanto, “o passado é delimitado, selecionado e reconstruído criticamente em cada presente. Este sempre lança sobre o passado um olhar novo, ressignificando-o” (REIS 2003, p. 74).

Neste sentido, realiza muitos pressupostos da filosofia hermenêutica de Gadamer, ao mediar o passado, o presente e o futuro, num saber dialógico e crítico, ligado a questões políticas, sociais e filosóficas de seu tempo. As reflexões filosóficas de Gadamer e a historiografia de Koselleck incitam a uma orientação da disciplina histórica para a “reinterpretação criadora das heranças culturais” – para usar as palavras de Ricoeur – como atitude importante na criação de novas perspectivas de futuro, novas formas de pensar e agir. Neste esforço hermenêutico, a historiografia não mais apenas conhece o passado, mas esforça-se por discuti-lo e reavaliá-lo à luz das questões da vida.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes. História dos conceitos. problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. **Almanack Brasiliense**. São Paulo. Maio, 2008.
- CARR, David. Review essays. Future past: on the semantics of historical time. By Reinhart Koselleck. Translated by Keith Tribe. Cambridge/Massachusetts/London: The MIT Press, 1985. **History and Theory**. XXVI. n. 2. May, 1987.

⁵ Ver a introdução de José Luis VILLACAÑAS e Faustino ONCINA em KOSELLECK; GADAMER 1997.

- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHIGNOLA, S. History of political thought and the history of political concepts: Koselleck's proposal and italian research. **History of political thought**. Vol. XXIII. No. 3. Autumn, 2002.
- GADAMER, Hans Georg. **Vérité et méthode**: les grands liignes d'une herméneutique philosophique. Paris: Editions du Seuil, 1976.
- _____. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GUMBRECHT, H. U. **Corpo e forma**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HEKMAN, Susan. A Hermenêutica de Gadamer e a Metodologia das Ciências Sociais. In:_____. **Hermenêutica e sociologia do conhecimento**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- IBBETT, John. Gadamer, application and history of ideas. **History of political thought**. Vol. VIII. No. 3, Winter 1987.
- IGGERS, G.G. Epilogue: the last fifteen years. In:_____. **The German conception of history**: the national tradition of historical thought from Herder to the present. Hanover: Westeian University, 1983.
- _____. The 'linguistic turn': the end of history as a scholarly discipline. In:_____. **Historiography in the twenty century**: from scientific objectivity to the postmodern challenge. Hanover: Westeyan University Press, 1997.
- KOSELLECK, R.; GADAMER, H-G. **Historia y hermenêutica**. Barcelona: Paidos, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Le futur passé**. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études em Sciences Sociales, 1990.
- _____. **Futuro pasado**: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidos, 1993.
- _____. **Los extractos de tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.
- MORA, J. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2005.
- REIS, José Carlos. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÜSEN, Jörn. Pragmática: a constituição do pensamento histórico na vida prática.
In: _____. **Razão histórica. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHMITT, Carl. **La notion de politique: théorie du partizan.** Paris: Flammarion, 1992.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade:** niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Um estilo jesuítico de escrita da história: notas sobre estilo e história na historiografia jesuítica*

A Jesuit style of writing history: notes on style and history in Jesuit historiography

Paulo Rogério Melo de Oliveira

Professor adjunto
Universidade do Vale do Itajaí
paulo_rmo@hotmail.com
Rua Belizário Berto da Silveira, 226 - Saco dos Limões
88045-220 - Florianópolis - SC
Brasil

Resumo

A Companhia de Jesus manifestou desde sua fundação um vivo interesse pela história. O número de historiadores dedicados ao estudo e preservação da memória escrita e do passado da instituição é notável. Apesar das diferenças e das épocas distintas em que viveram e escreveram, são perfeitamente identificáveis semelhanças narrativas entre os historiadores da Companhia e que definem um estilo jesuítico de escrita da história. Este artigo propõe uma abordagem da historiografia jesuítica, aqui representada pelo historiador argentino José María Blanco, com o intuito de identificar alguns traços do estilo dos historiadores inicianos.

Palavras-chave

Historiografia; Estilo; Historiografia jesuítica.

Abstract

The Society of Jesus from its foundation has expressed a keen interest in history. The number of historians devoted to studying and preserving the memory of the past and writing of the institution is remarkable. Despite the differences and the different eras in which they lived and wrote, is perfectly identifiable similarities between the narratives that historians of the Company define a Jesuit style of writing history. This article proposes an approach of Jesuit historiography, represented here by Argentine historian José María Blanco, in order to identify some features of Ignatian style of historians.

Keywords

Historiography; Style; Jesuit historiography.

266

Enviado em: 20/1/2011
Aprovado em: 1/8/2011

* Embora seja possível estender as análises a outros contextos historiográficos jesuíticos, minha atenção está mais voltada para a historiografia jesuítica referente às reduções do Paraguai.

Desde a fundação de sua ordem, os jesuítas dedicaram-se à conservação dos registros escritos relacionados à sua instituição e às suas atividades missionárias pelo mundo. A produção de documentos da instituição é monumental, tanto no aspecto da colossal emissão de papéis escritos, quanto na intencionalidade do que foi produzido. Desde os tempos de Loyola, sempre houve o cuidado de cultivar um legado exemplar a ser transmitido às futuras gerações. Os próprios jesuítas, a começar pelo fundador da ordem, espelharam-se nos escritos dos santos e padres da igreja conservados através dos séculos. Os exemplos do passado e a memória escrita da igreja estimularam o desejo de deixar algo edificante, digno de ser lembrado no futuro. Inácio de Loyola, claramente preocupado com a imagem que a Companhia deixaria à posteridade, lembrava ao padre Fabro da importância a ser dada ao que era escrito e como era escrito, pois “a escrita fica e dá testemunho”.¹

O esforço de preservação do vasto conjunto documental, conservado em arquivos e publicado parcialmente em diversas coleções,² nos dá uma boa ideia do seu valor patrimonial, institucional e histórico para a Companhia, pois o que está em jogo são a memória e a identidade da ordem. Além da conservação em arquivos da própria Companhia espalhados pelo mundo, as fontes jesuíticas foram publicadas em inúmeros trabalhos arquivísticos. As publicações dos “*Monumenta Jesuítica*”, iniciado em Madri no final do século XIX, o periódico “*Archivum historicum*” publicado desde 1932, os “*Documentos para la historia Argentina*”, publicado entre 1927 e 1929, os “*Monumenta peruana*”, são alguns exemplos deste espírito de preservação da memória escrita.

Esta preocupação com o passado, ou com a memória da instituição, fica evidente com o espaço privilegiado que a história, desde então, ocupa na Companhia. O número de historiadores jesuítas empenhados em reconstituir o seu passado, a partir do seu próprio legado documental, é realmente impressionante. Se nos detivermos apenas nos padres historiadores que se dedicaram à rememoração da obra missionária jesuítica na Província do Paraguai, veremos a importância que atribuem à história enquanto possibilidade de fixação de uma visão sobre o passado.

A abundância de relatos escritos, aliada à consciência histórica da Companhia, possibilitou o desenvolvimento de uma prodigiosa historiografia jesuítica empenhada em rememorar os “feitos notáveis” e a obra “grandiosa” de conversão nos quatro cantos do mundo. O batalhão de historiadores inicianos, “soldados” letrados intermediários entre o tempo humano e o tempo de Deus, dedica-se desde o século XVII ao estudo da obra missionária da Companhia a partir de uma perspectiva institucional. Os companheiros de Jesus rendiam-se aos domínios da musa do paganismo clássico.

¹ Carta de Inácio de Loyola ao padre Pedro Fabro, de dezembro de 1542 (CARDOSO 1993, p. 29).

² A Companhia alimenta um arquivo central da ordem em Roma – o “*Archivum Romanum Societatis Iesu*” – e diversos outros em vários países. As coleções também são numerosas. Citamos como exemplo a “*Colección Pastells*”, que reúne 164 volumes de cópias manuscritas e 154 volumes de resumos de documentos.

A despeito das diferenças entre os historiadores, a escrita histórica jesuítica apresenta alguns traços em comum que conferem certa unidade à produção histórica da Companhia. Apesar de escreverem em épocas diferentes, e motivados por circunstâncias diferentes, os historiadores jesuítas constituem uma espécie de linhagem. Ligados por laços institucionais e devocionais a um passado em comum, cultivam uma reverência pela memória escrita e pelos santos e heróis da Companhia. Resulta disso uma historiografia autolegitimadora e autorreferente, que combina a pesquisa histórica com a narrativa hagiográfica. Identificamos o impulso oficial da produção historiográfica jesuítica no generalato de Cláudio Aquaviva, que recomendou, de uma maneira geral, a redação das histórias das províncias e colégios da Companhia. Aquaviva, que governou a Companhia de 1581 a 1615, não só incentivou a produção de sínteses históricas sobre as Províncias como indicou os temas e a forma de organização dos relatos históricos. Em setembro de 1598, enviou às diferentes Províncias jesuíticas uma missiva com diversas orientações para a elaboração de uma história geral da Companhia. Essas orientações/instruções teriam uma enorme influência sobre a produção historiográfica jesuítica. Seu generalato foi caracterizado por uma ampla reforma e meticulosa administração da instituição, e o projeto historiográfico que idealizou é bom exemplo disso (BOJORGE 2008; CERTEAU 2007). Foi nesse período que as cartas anuais começaram a ser publicadas. O desejo manifesto do padre Geral de ver uma "composición integra y contínua" da história da Companhia "desde sus orígenes" era motivado por uma dívida da instituição para com os seus membros. Era necessário reconhecer as virtudes dos seus maiores vultos e oferecer com os relatos de suas vidas um bom exemplo a "los venideros". Dos motivos que presidem a elaboração dos relatos históricos, Aquaviva parte para as instruções. Solicita aos provinciais que informem os acontecimentos mais relevantes de suas províncias, que servirão de "matéria" para a história geral. Recomenda que a narrativa deveria obedecer a uma ordem, começando pelos fatos mais antigos e terminando com os mais recentes. Orienta também que recorressem aos arquivos e às pessoas confiáveis, e que dessem maior atenção aos "asuntos antiquísimos y grandes". Tudo deveria ser "ratificado y confirmado", respeitando "lugares, tiempos y personas" (BOJORGE 2008, p. 5). Em seguida, Aquaviva propõe um conjunto de temas, divididos em três blocos. O primeiro diz respeito às atividades dos jesuítas, como as fundações e os progressos dos colégios e casas, os nomes dos fundadores e as respostas que as cidades davam à presença dos jesuítas. O segundo conjunto de temas seria dos sucessos "prósperos y adversos" da Companhia. O terceiro deveria abordar as virtudes e grandes gestos dos jesuítas mortos, com destaque para a vida santa que cultivaram. Estas orientações e indicações temáticas serviram de norte para a produção historiográfica dos jesuítas. Ao instruir os provinciais sobre os temas merecedores de figurar nos registros históricos, Aquaviva definia os contornos da imagem da Companhia que gostaria de deixar para a posteridade.

Voltada para si própria, a historiografia jesuítica é celebrativa. Em grande parte, as obras históricas foram concebidas e escritas em momentos comemorativos para a Companhia. Nesses momentos o espírito de certo passado retorna, pelas mãos dos historiadores educados por santo Inácio, para exorcizar e/ou glorificar o presente. Comemorar é um movimento de retorno ao passado para trazê-lo à memória. É relembrar com, é tornar presente, ou reatualizar algum evento significativo que se deseja preservar. Mas como o presente não é fixo, e suas demandas se renovam, os eventos do passado são sempre recriados a cada comemoração. Estas ocasiões são marcadas por festividades, solenidades públicas, demonstrações de fé, seminários, e pela publicação de obras literárias, historiográficas e hagiográficas. Produz-se, em tempos de comemoração, um conhecimento sobre o passado para fins de consumo coletivo. O tricentenário da morte de Roque González, o centenário de restauração da Companhia ou o tricentenário das invasões bandeirantes nas reduções do Paraguai foram eventos comemorativos marcantes para os jesuítas. Voltar-se ao passado em ocasiões como estas é apossar-se da memória do que passou e imprimir-lhe um sentido de acordo com as expectativas do presente, daqueles que comemoram. É decidir sobre o que vai ser lembrado e como vai ser lembrado. A contrapartida, intencional ou não, desta lembrança seletiva do passado é o esquecimento.

269

Este caráter celebrativo e apologético da historiografia jesuítica tem a ver, em parte, com a conturbada trajetória da ordem. A Companhia de Jesus, desde os primeiros anos de fundação, foi marcada por polêmicas ruidosas e acusações públicas que deflagraram uma guerra de trincheiras inexpugnáveis. Os talentos da Companhia para a conquista e conversão foram proporcionais à sua capacidade de envolver-se em polêmicas e de conquistar inimigos pelo mundo afora. Sintomático de uma instituição que quis abraçar o mundo e reduzi-lo à sua fé, e fazer do mundo a sua vinha.

Os jesuítas encontraram na história um eficiente meio de defender-se dos ataques dos seus adversários. Travam-se, nos domínios da história, verdadeiras batalhas sobre o passado. Batalhas em que o que está em jogo é o domínio do passado, ou melhor, o poder de imprimir uma visão do passado no presente. Os soldados de Cristo empunham a escrita da história como arma contra uma extensa legião de inimigos notórios que ao longo de cinco séculos lhes devotam decidida oposição. Voltaram-se para o passado em busca dos exemplos de virtude e santidade dos seus pares e da obra grandiosa da Companhia no mundo. Este uso da história como panegírico dos seus próprios heróis é reveladora da postura defensiva assumida pela Companhia em momentos em que a sua legitimidade institucional foi atacada. Comemorar, nestas circunstâncias, é erguer um memorial em defesa própria.

No século XX, já a certa distância das grandes polêmicas, eles não conseguiram livrar-se dos juízos poderosos emitidos no passado por John Donne, Blaise Pascal ou Félix de Azara. Os juízos destes renomados adversários foram tão contundentes que arranharam profundamente a imagem da Companhia. Daí a necessidade de explicar-se a cada obra publicada e de transformar as datas significativas em momentos de reconstrução da imagem. Por outro lado,

estas polêmicas parecem alimentar o ânimo e renovar a disposição dos historiadores para as batalhas pelo passado. O empenho em restabelecer a verdade definitiva empurrou-os incansavelmente para os arquivos, fontes inesgotáveis de munição contra o fogo inimigo. Em grande parte, a historiografia jesuítica é voltada para a restauração. A imagem riscada, a legitimidade sempre ameaçada e o passado julgado, e muitas vezes condenado, encontrou nos historiadores, ou na história, um campo de legitimidade para o desagravo das injúrias do passado e a restauração da verdade.

Em épocas de crises políticas que abalam o presente, em ocasiões celebrativas ou em momentos inaugurais, certas referências do passado são (re)ativadas. Passado e presente são então ligados pelos fios de um discurso atemporal, axiomático, que amarra os tempos numa cadeia eletiva de acontecimentos. A Companhia, abalada de tempos em tempos por “crises de legitimidade”, encontrou no seu próprio passado um verdadeiro rosário com enfiadas de heroísmos, milagres, martírios e exemplos de devoção que, habilmente desfiado, vem em socorro do presente para salvaguardar a honra e a preservação da instituição.³

Clóvis Lugon, ao fazer um breve balanço das obras referentes às missões do Paraguai, denunciou sem reservas este espírito corporativo e defensivo dos historiadores jesuítas. Pablo Hernandez, por exemplo, que teve à sua disposição e publicou centenas de documentos inéditos, e “teria tido em mãos, melhor do que ninguém, os elementos de uma apresentação objetiva, não renova o debate”. A posição de Hernandez é pessoal, “puramente defensiva e apologética”. Os guarani, protesta Lugon, são esquecidos. A obra de Hernandez é inteiramente dedicada à Companhia de Jesus. “Comparsas mudos” da obra dos jesuítas, os guarani entram em cena apenas para depor em favor da instituição atacada. Esta postura defensiva era aceitável nos séculos XVII e XVIII, quando a “República Guarani” encontrava-se em “perigo”. A “cortina de proteção” que os padres criaram em torno das missões visava à proteção dos índios contra os “inimigos mortais da liberdade”. Coisa bem diferente é manter esta “cortina de proteção” em pleno século XX. Hernandez, na avaliação de Lugon, reedita, “*ipsis verbis*, as argumentações e refutações dos jesuítas da época contra as acusações e calúnias dos coloniais escravocratas” (LUGON 1968, p. 13-14). A crítica de Lugon aos historiadores jesuítas que o precederam é um bom ponto de partida para analisarmos a escrita da história jesuítica.

Talvez resida no caráter defensivo da historiografia da Companhia a possibilidade de apreender um estilo jesuítico de escrita da história. A história foi utilizada pelos inicianos, em parte, como uma necessidade de defesa da

³ Raoul Girardet nos ajuda a pensar os usos do passado em defesa do presente. A expressão “crise de legitimidade” foi proposta por Girardet para caracterizar os momentos adversos que podem abalar um governo, uma instituição etc. Nestes momentos, “não há grupo político que não ache sempre necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apelar para o exemplo e para as lições de certo número de ‘grandes ancestrais’ sacralizados pela lenda. É em nome da fidelidade às mensagens que eles ditaram, da conformidade aos princípios que estabeleceram ou às instituições que fundaram que se pretende corresponder às interpelações e aos desafios do presente” (GIRARDET 1987, p. 78).

instituição e de suas obras. A “Historia del Paraguay” do padre Charlevoix não deixa dúvidas a este respeito. O jesuíta francês “se puso a escribir la Historia Del Paraguay con decidido empeno de esclarecer la verdad, tan obsecurecida en aquella época por interesadas calumnias y monstruosas fábulas” [...].⁴ Esta postura, em grande medida, determinou a reconstrução do passado num estilo que chamarei de heroico e triunfante. Em todos eles, com diferentes ênfases, repete-se a mesma fórmula: os trabalhos heroicos dos missionários, a vitória sobre os feiticeiros e os costumes indígenas, sobre as dificuldades e os exemplos admiráveis de virtude, tornaram possível o triunfo da fé e da civilização sobre a selvageria e a gentildade.⁵

O estilo dos historiadores nos permite uma maior aproximação do seu ofício, pois o estilo diz respeito às formas como comunicam os resultados das suas pesquisas.⁶ Os historiadores jesuítas não são meros colecionadores de fatos depurados dos documentos, que sustentam uma duvidosa objetividade. Percebe-se, de uma maneira geral, ao lado da busca pela exatidão dos fatos, um grande apreço e cuidado com a narrativa.⁷ O lugar de onde escrevem, e os laços indissociáveis da instituição com a escrita como forma de comunicação e edificação, e as circunstâncias que os levaram a escrever, exigiram dos historiadores uma maneira singular de expressar suas verdades históricas, num tom dramático, heroico, com abundância de metáforas e descrições de forte apelo poético e visual.

271

José María Blanco: a história a serviço da santificação

Para uma breve análise do estilo jesuítico, tomemos como exemplo o padre jesuíta argentino José María Blanco, e a sua “Historia Documentada”,⁸ escrita em celebração ao tricentenário do “martírio” do missionário Roque González de Santa Cruz. Padre Roque foi morto em 1928 na redução de Caaró, a mando do pajé e cacique Ñezú. No ano seguinte foi instaurado o processo em prol de sua canonização. Passados trezentos anos, o processo ainda se arrastava em Roma, por conta do extravio da documentação. Às vésperas do tricentenário de sua morte, os documentos do processo foram encontrados na biblioteca de Buenos Aires e os esforços visando à santificação foram retomados. Padre

⁴ Ver Advertência à edição espanhola de 1910 (CHARLEVOIX 1910, p. 8-9).

⁵ Poderia dizer que o estilo jesuítico é edificante, como o fez Charlotte L’Estoile em relação aos relatos dos padres dos tempos coloniais. A historiografia jesuítica tem, quase sempre, um propósito edificante, especialmente as hagiografias, mas prefiro manter esta característica da escrita para os relatos dos missionários. Para a historiografia, que toma os relatos edificantes como fontes para as suas narrativas, prefiro utilizar os adjetivos heroificador e triunfante, ou ainda apologético, para caracterizar um estilo. Todavia, esta opção não anula a outra. É apenas uma forma de distinguir os relatos dos missionários da historiografia. O estilo jesuítico de escrita da história é *também* edificante (CASTELNAU-L’ESTOILE 2006).

⁶ Este breve ensaio sobre o estilo jesuítico da escrita da história é inspirado no belíssimo estudo que Peter Gay fez do estilo de composição dos textos históricos de Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt (GAY 1990, p. 28).

⁷ Devemos aos estudos linguísticos e à crítica literária, e muito particularmente a Hayden White, o exame crítico das implicações literárias no texto do historiador. As investidas de Hayden White nos domínios da história, expondo as estruturas tropológicas e meta-históricas na escrita da história, contribuíram decisivamente para uma virada linguística entre os historiadores (WHITE 1995; LACAPRA 1985).

⁸ A obra foi publicada em Buenos Aires em 1929.

Blanco foi um dos mais entusiastas defensores da causa. Era membro da "comición de festejos" do tricentenário, presenciou a abertura da caixa que trazia de Roma o "venerável" coração de Roque González⁹ e participou destacadamente das "festas tricentenárias" em honra e homenagem ao candidato a santo, iniciadas em 1928. Os festejos tinham uma dupla finalidade:

el de tributar un homenaje al primer americano que consagro su vida a la evangelización y civilización cristiana de los aborígenes de las cuencas del Plata, y el dar a conocer los heroísmos de virtud que los mártires practicaron hasta el derramamiento de su sangre [...] (BLANCO 1929, p. 315).

A "Historia Documentada" caminhava na mesma direção. Foi concebida como uma espécie de atestado de veracidade histórica do passado evocado. Blanco, com a autoridade do historiador, convocava os contemporâneos do "martírio" que conviveram com o padre Roque e testemunharam a sua vida heroica de missionário, a morte gloriosa a serviço da salvação das almas e os episódios miraculosos do coração que sobrevivera às chamas. Todo um repertório admirável da vida, da obra e da morte de Roque González, cuidadosamente selecionado da abundante documentação, era reeditado numa narrativa tipicamente hagiográfica, que justificava reclamar sua beatificação. Rômulo D. Carbia, cumprindo a tarefa de apresentá-la ao público, dizia no Prólogo que o livro era dirigido "primordialmente a justificar la aspiración de las repúblicas del Plata, a que el Padre Roque González de Santa Cruz y sus compañeros martirizados por la Fé, asciendan a la glorificación del altar". Depois de enfatizar a "fria imparcialidad, a serenidade científica e o objetivo cierto" do autor "de la exposición de la verdad", Carbia finaliza manifestando o desejo de que o livro torne-se "la piedra angular para el Proceso Canónico"(BLANCO 1929, p. 7-9).¹⁰

Na nota introdutória, Blanco louva a abundante documentação, salienta sua veracidade e anuncia a forma como vai tratá-la:

Gracias a una abundante documentación, que nos abre los secretos de la Historia del más grande de los organizadores de las Misiones del Paraguay, hemos puesto manos a la obra, con la seguridad de poder perfilar su figura de héroe. No será para ello necesario echar mano de magnificencias de estilo, ni siquiera para trazar el fondo verdaderamente legendario sobre

⁹ De acordo com as narrativas jesuíticas, o coração do padre Roque González foi arrancado do peito, flechado e queimado. Apesar de tudo isso, o coração sobreviveu às chamas e se manteve incorruptível. O coração foi enviado a Roma e retornou ao Paraguai em 1928. Hoje a "reliquia" encontra-se na Igreja Cristo-Rei, em Assunção (RABUSKE 1978).

¹⁰ Rômulo Carbia, historiador argentino da primeira metade do século XX. A participação intensa do padre Blanco na celebração do tricentenário e o seu empenho e comprometimento na causa da beatificação de Roque González, isso sem falar na sua identidade jesuíta, tornam muito difícil de sustentar a sua objetividade e serenidade científica. Blanco foi também signatário de uma ata de 1928 de abertura do relicário onde estava depositado o coração de Roque González: "Antes de cerrar el relicario, el Padre Blanco tocó al corazón três rosários, y el doctor Vaccarezza com uma tarjeta suya las partículas desprendidas que se guardaron en un tubo de ensayo, partindo después la tarjeta con que las había recojido en cuatro partes, que repartió entre sus colegas" (Blanco 1929, p. 304). Convém observar que este tipo de postura, de assumir uma neutralidade científica diante do objeto de estudo, era recorrente entre os historiadores das primeiras décadas do século XX. Havia a crença na possibilidade de separação do sujeito do conhecimento (o jesuíta comprometido com a causa da beatificação) e o objeto de estudo (a vida e a morte do padre Roque). A declaração de isenção era quase protocolar, sobretudo para um jesuíta historiador escrevendo sobre a Companhia de Jesus e os seus "heróis".

que se proyecten en toda su magnitud los acontecimientos. Nos bastará ir ordenando los dichos de los actores y de los testigos presenciales inmediatos, para que descuelle la persona por sí misma con la sencillez homérica de quien narra los propios heroísmos, como si se tratara de cosas ordinarias. Y ese es el criterio que nos guía en estas páginas, en las cuales la originalidad ha de consistir en que el historiador hable lo menos posible, dejando la palabra a los que conocieron intuitivamente las cosas. (BLANCO 1929, p. 11).

273

A postura metodológica de José Maria Blanco de falar o menos possível e deixar que os testemunhos tomem a fala, bem entendida, fundamenta-se na sua visão de história e na percepção das fontes jesuíticas. Contemporânea aos acontecimentos, a documentação produzida pelos jesuítas contém a história em si, não sendo necessária uma intervenção mais incisiva do pesquisador. Ao historiador, que não presenciou os acontecimentos, caberá o papel de encontrar os documentos e ordená-los numa sequência cronológica para que a história deles se revele. Este caráter insuspeito atribuído aos documentos produzidos pelos padres, recorrente na historiografia jesuítica, parece ser tributário de certo “espírito positivista” do século XIX (LE GOFF 1984, p. 96). Em conformidade com este “espírito”, os documentos, ou testemunhos escritos, alcançaram o estatuto de prova histórica. Como boa parte dos historiadores do início do século XX, padre Blanco era tributário desta devoção pelo documento, e da crença na sua objetividade. A sua “Historia Documentada”, poderíamos dizer comprovada e atestada, é exemplar do modelo de historiador que entende que “os documentos se impõem por si próprios”.¹¹ Blanco utiliza os documentos jesuíticos como prova/testemunho da verdade histórica por ele revelada. Em nenhum momento questiona o documento, interroga-o sobre suas intenções ou suas condições de produção.

A volumosa obra de quase 750 páginas poderia facilmente escorregar para uma monótona apologia descritiva e rigorosamente científica da vida do padre Roque. Mas os artifícios narrativos do padre historiador preenchem a obra com um colorido e uma vivacidade literária. Embora Blanco declare não ser “necesario echar mano de magnificencias de estilo, ni siquiera para trazar el fondo verdaderamente legendario”, ele revela-se um mestre do estilo. E ele não foi o único a supostamente descurar o estilo. Antonio Astrain, como vimos, foi mais longe ao censurar os exageros estilísticos de Lozano, mais próprios da retórica do que da história (ASTRAIN 1902-1909, p. XXI-XXII). A recusa do recurso estilístico tem como contrapartida a afirmação da cientificidade e exatidão da obra. Esta postura parece sugerir que para estes historiadores os elementos estilísticos, próprios da literatura, não eram compatíveis com a história científica e serena que pretendiam apresentar. Ao introduzir elementos estilísticos externos ao conteúdo dos documentos, os historiadores comprometiam a veracidade

¹¹ Le Goff observou que, no século XIX e início do século XX, o documento, para a escola histórica positivista, “será o fundamento do facto histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador.” Verificada a autenticidade do documento, ele converte-se em prova histórica (LE GOFF 1984, p. 95-96).

dos seus relatos. Faz parte, portanto, do estilo jesuítico negar o estilo. Esta ideia de conter os impulsos estilísticos para sobressair o que realmente importava já estava presente na correspondência normativa de Inácio de Loyola. Numa carta de 1555, endereçada a Roberto Claysson, Loyola repreendeu os arroubos estilísticos e o esmero demasiado do padre com a linguagem. O estilo jesuítico deveria perseguir a simplicidade e a gravidade e não se perder em palavras "inchadas de orgulho" (PÉCORA 1999, p. 384-385).

Blanco inicia a narrativa com um parágrafo repleto de poderosas imagens, encabeçado pela figura grandiosa de Roque González. "La vida del Padre Roque González", que nasce entre "el estruendo de las armas, y crece entre las faenas de los índios, y sobe das gradas del altar con el perfume de su pureza, que entra a formar parte de las milicias de Cristo para consagrar-se por entero a la salvación de las almas", exige do historiador uma apresentação dos acontecimentos dispostos pela "divina Providencia" para preparar "el momento histórico en que venía a desarrollarse". Determinado e predestinado, Roque González "remonta los rios caudalosos, y cruza las selvas enmarañadas, y penetra en las chozas de los índios para llevarles con la luz de la fé las divinas esperanzas de sus eternos destinos". Destemido, "desprecia los peligros de la vida, y llega hasta el derramamiento de su sangre. Las caudalosas aguas del Paraguay, del Paraná y del Uruguay", prossegue Blanco, "continuamente surcadas por veloces canoas tripuladas por hombres semidesnudos, armados de arcos y flechas e 'itaizás', ocultavam nos bosques impenetráveis "que sombreaban sus ribeiras" uma multidão de gentes incultas. Vivendo em aldeias miseráveis, sustentavam-se da agricultura, da caça e da pesca "o de los despojos sangrientos de la guerra, que era el médio habitual de resolver sus querelas o sus hambres" (BLANCO 1929, p. 17).

As poderosas metáforas empregadas pelo historiador são acréscimos subjetivos e poéticos para que os leitores possam dimensionar os incríveis desafios e terríveis perigos que Roque González enfrentou para levar o evangelho aos indígenas. A fixação de um cenário adverso e repleto de desafios já denota o valor do homem que vai dominá-lo. A figura do missionário se agiganta e extrapola os frágeis contornos do seu mundo. Roque é maior que o tempo que o acolheu.

O ambiente em que nasceu era desolador. A Assunção do padre Blanco é um lugar corrompido pela falta de moral e da sã religião, "fuente de la equidad y justicia". Não havia outra lei senão a sórdida ambição dos "encomienderos" e as rancorosas rebeliões dos indígenas. A mestiçagem desmedida, fruto da corrupção dos costumes, era foco de rebeldia entre os dois elementos étnicos predominantes. A cristandade vivia tempos deploráveis no Paraguai. "Tal es el cuadro de la Asunción que nos presenta la historia", conclui Blanco (BLANCO 1929, p. 33). Tal é o quadro de Assunção que nos apresenta Blanco, eu acrescentaria.

Depois de pintar um quadro terrível e moralmente desolador do Paraguai, Blanco cria uma expectativa que torna a entrada em cena do padre Roque apoteótica e providencial:

El cuadro de la conquista que acabamos de trazar, nos da una idea del estado moral de las primeras ciudades que los españoles hicieron surgir en las selvas americanas [...] la falta de la predicación de los grandes principios evangélicos, dejó desbordarse hasta los extremos de la verdadera licencia. La pureza era flor admirada, pero lo rara, y en sinnúmero de casos poco admitida (BLANCO 1929, p. 35).

Porém, prossegue Blanco, como certas flores delicadas nascem e perfumam com seus suaves aromas os ambientes mais inóspitos, a fidalguia espanhola, que trazia entrelaçada a fé cristã com a pureza de sangue, produziu flores de pureza e de heroísmo, "aun en medio de la corrupción de la sociedad en que se há visto forzada a desenvolverse". A família González de Santa Cruz, nobres pelo sangue fidalgo, "y profundamente cristianos por la solidez de los principios de la fe que animaba prácticamente su vida [...] formaron en Asunción el nido de sus amores, heredera de la sangre y de las virtudes que caracterizaron a sus padres" (BLANCO 1929, p. 35). A família que concebeu o homem que elevaria a espiritualidade do Paraguai conservara uma pureza cristã e se mantivera incólume à dissolução dos costumes que reinava a sua volta. É nesta família, "y en esa sociedad", que veio ao mundo para remédio de muitas necessidades um varão apostólico, "honra de lar raza hispana y prez de las primeras generaciones americanas" (BLANCO 1929, p. 33).

275

A profusão de adjetivos apologéticos e o exagero poético são evidentes.¹² Mas Blanco consegue imprimir mais agilidade e dramaticidade ao texto recorrendo a algumas metáforas. Cria cenários dinâmicos e visualmente impressionantes que são percorridos pelo varão apostólico. Os contrastes entre a pureza do ambiente familiar cristão e fidalgo onde Roque nasceu e o mundo decadente e selvagem que o envolvia, e que ele teria que enfrentar e redimir, são marcados por um eficiente jogo de oposição de adjetivos: de um lado, o lar imaculado caracterizado pela pureza, nobreza e solidez; no lado oposto, multiplicam-se adjetivos negativos que definem o entorno como caudaloso, miserável, inculto, deplorável, desesperado, sórdido e corrompido. São os recursos literários empregados pelo historiador. Os conteúdos a serem exibidos e os propósitos do historiador de contribuir para a beatificação exigem formas narrativas adequadas. A eficiência de um texto desta natureza depende muito da forma em que ele vai ser escrito. A dramaticidade e o apelo legendário do texto são

¹² Nunca é demais lembrar que, apesar do título, se trata mesmo de uma hagiografia, de uma narrativa apologética da vida do herói e candidato a santo. O propósito da obra, apesar das declarações de imparcialidade do autor, é enaltecer a figura do padre e contribuir para sua beatificação. Nestes casos, o tom apologético e os arroubos poéticos são recursos bastante empregados. Os jesuítas, e o padre Blanco em particular, uniram os dois gêneros narrativos, a hagiografia e a história, para produzir, ao mesmo tempo, um efeito de realidade, de veracidade, e outro de glorificação e devoção. Suas obras são hagiografias travestidas de história, com pretensão científica. A estrutura narrativa e a intenção são hagiográficas, mas a legitimidade é dada pela história. A história fornece os recursos de retorno ao passado, de leitura da documentação e a comprovação do que se diz; a hagiografia, por sua vez, trabalha sobre a matéria fornecida pela história para erguer um monumento ao santo.

técnicas empregadas para valorizar a ação do "mártir", comover o leitor e convencer sobre a santidade de Roque González. Blanco transita nas fronteiras entre a ciência e a arte, entre a exploração rigorosa dos documentos e os domínios poéticos de Clio. Devoto de uma história rigorosamente documentada, e seguro de que a história se revela nos documentos, ele "deixa" a palavra com aqueles que presenciaram os acontecimentos. Os testemunhos abundam, as cartas dos missionários são citadas longamente, mas as costuras, a disposição dos documentos, as conexões entre os acontecimentos e os juízos que arrematam as situações, ficam por sua conta, embora não reconheça nisso uma intervenção do historiador. O valor documental da obra é inestimável, mas as qualidades e a efetividade do texto também dependem da mão do historiador, do estilo inconfundível que ele se esforça em ocultar.

Considerações finais

As narrativas épicas e heroificadoras não são exclusivas dos historiadores inacianos. Encontramos os usos desses recursos em diferentes contextos historiográficos. A particularidade da escrita da história jesuítica, contudo, reside numa combinação desse estilo com a postura defensiva e celebrativa que os historiadores da Companhia de Jesus adotaram. A necessidade de defender a ordem dos ataques de seus poderosos inimigos e o culto do passado e da memória da ordem acabou por moldar uma escrita que se impôs entre os padres historiadores. Apesar das diferenças entre os historiadores, e das épocas distintas em que viveram, é perfeitamente verificável uma linhagem historiográfica, no que se refere ao estilo e às estratégias defensivas e celebrativas.

José María Blanco não inaugurou entre os jesuítas a narrativa épica, heroificadora e defensiva. Antes dele muitos outros padres historiadores empregaram os mesmo truques narrativos para exaltar os feitos dos missionários e as glórias da Companhia. O tricentenário da morte de Roque González, em 1928, e os esforços em prol de sua beatificação propiciaram ao padre Blanco uma atmosfera simbolicamente rica à heroificação do *mártir* que tombou em defesa da fé. A homenagem e a luta pela beatificação de Roque González era também uma homenagem e uma celebração ao passado da Companhia de Jesus, que se fortalece com a glorificação dos seus "heróis".

Essa forma de narrativa histórica se confunde com a trajetória da ordem e com a autoimagem que cultivou e pretendeu deixar como legado. Os propósitos da historiografia, cujos contornos fundamentais encontramos nas diretrizes estabelecidas por Cláudio Aquaviva, e o uso das mesmas fontes talvez expliquem o predomínio dessa narrativa. Essas características já estavam presentes nas cartas e relatos dos missionários dos séculos XVII e XVIII, principais documentos para os historiadores inacianos. As narrativas dos historiadores dos séculos XIX e XX guardam inúmeras semelhanças, quando não simplesmente repetem a forma e o conteúdo desses documentos. Os gestos extraordinários, a virtude incorruptível e a fé a toda prova de missionários sobre-humanos,

cercados de perigos e inimigos diabólicos, converteram-se nos fios de uma narrativa legendária que sacralizou o passado. Guiados pela providência e por um conjunto de regras infalíveis, os missionários descreveram seus próprios atos, suas façanhas e prodígios, e legaram aos seus companheiros do futuro os motivos, os temas e o fraseado de suas próprias hagiografias.

Referências Bibliográficas

ASTRAIN, P. Antonio. **Historia de la Compañia de Jesus em la asistencia de Espana**. Madrid: Rivadeneira, 1902-09.

BLANCO, José María. **Historia documentada de la vida y gloriosa muerte de los padres Roque González de Santa Cruz, Alonso Rodríguez y Juan Del Castillo de la Compañia de Jesús Mártires del Caaró e Yjuhí**. Buenos Aires: Sebastián de Amorrortu, 1929.

BOJORGE, Dante A. Alcântara. Las disposiciones historiográficas de Claudio Aquaviva: características e influencia en las crônicas novohispanicas de principios del siglo XVII. In: **XII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas: Interacciones y Sentidos de la Conversión**. Buenos Aires: 23 al 26 de septiembre de 2008.

CERTEAU, Michel de. **El lugar del outro: historia religiosa y mística**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

CARDOSO, Armando S.J. (Org.). **Cartas de Santo Inácio de Loyola**. Volume 3. Servir a Deus no meio do mundo. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

CHARLEVOIX, Pierre François-Xavier. **Historia del Paraguay**. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1910.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620**. Bauru: Edusc, 2006.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LACAPRA, Dominick. **History and criticism**. Nova York: Ithaca, 1985.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LUGON, Clovis. **A República comunista cristã dos guarani (1610-1768)**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

PÉCORA, Alcir. Cartas à segunda escolástica. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RABUSKE, Arthur S.J. Roque González de Santa Cruz, o missionário-mártir e a autenticidade da relíquia de seu coração. **Estudos Leopoldenses**. Ano XIII, Vol. 14, n. 47, 1978.

TECHO, Nicolás Del. **Historia de la provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús**. In: Biblioteca Virtual del Paraguay.. Disponível em www.bvp.org.py/biblio_htm/techo1/indice.htm

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Progresso e decadência na história filosófica de Voltaire

Progress and decadence in the philosophical history of Voltaire

Luiz Francisco Albuquerque de Miranda

Professor adjunto

Universidade Federal de São João Del Rei

Ifamiranda@uol.com.br

Praça Dom, Helvécio, 74, sala 3.36 - Campus Dom Bosco

36301-169 - São João Del Rei - MG

Brasil

Resumo

O artigo analisa como a produção historiográfica de Voltaire opera com os conceitos de progresso e decadência. Procura-se demonstrar como o filósofo francês articula os dois conceitos em seus comentários de vários episódios da história mundial. Para Voltaire, o progresso depende da formação de elites capazes de conduzir as sociedades de maneira racional. Porém, quando essas elites se corrompem e transformam sua liderança em opressão, ou quando se alienam dos problemas de seus povos, apresenta-se a possibilidade de declínio. O texto também examina como Voltaire apresenta as principais características do progresso e da decadência. Dessa maneira, seu objetivo é contribuir para a compreensão da *história filosófica* do século XVIII, frequentemente apontada como um dos pontos de partida da historiografia contemporânea.

279

Palavras-chave

Progresso; Decadência; História das ideias.

Abstract

This article analyses how the historiographical production of Voltaire operates with the concepts of progress and decadence. Its aim is to demonstrate how the French philosopher articulates the two concepts in his comments on various episodes of world history. To Voltaire, progress depends on the formation of elites capable of conducting societies in a rational manner. However, when these elites are corrupted and their leadership becomes oppression, or when they alienate themselves from their peoples, the possibility of decline ensues. This text also examines how Voltaire presents the main characteristics of progress and decadence. Thus, its objective is to contribute to the understanding of the *philosophical history* of the XVIII century, frequently referred to as the starting point for contemporary historiography.

Keywords

Progress; Decadence; History of ideas.

Enviado em: 20/4/2011

Aprovado em: 1/8/2011

Voltaire, sem dúvida, foi um dos principais formuladores da concepção de progresso ilustrada. A tese é antiga e foi defendida por críticos importantes como E. Cassirer (1975) e P. Hazard (1974). Estudos mais recentes a respeito do tema, como o de M. Crépon (BINOCHE 2000, p. 76-84), admitem que o "progresso da razão" aparece nas obras do filósofo de maneira "difusa", pois sua "filosofia da história" não está circunscrita a um trabalho específico. De qualquer maneira, Crépon acredita que Voltaire pensa a "história da humanidade como progresso da razão", eliminando de seus textos "tudo o que não está de acordo com essa visão sistemática do devir". Todavia, Voltaire propõe realmente uma história da humanidade? Por outro lado, o progresso, para o filósofo francês, é o avanço inexorável da razão humana? Estas são as duas perguntas que moveram a composição deste artigo. Evidentemente, almejo apenas oferecer algumas indicações que ajudem a respondê-las.

Em primeiro lugar, penso que para enfrentar o problema do progresso em Voltaire é necessário retomar as passagens em que ele trata da decadência dos povos. Os estudos a respeito de Gibbon realizados por Pocock (2005) tiveram o mérito de demonstrar que o tema da decadência não era secundário para a historiografia do século XVIII. Como Gibbon, Voltaire, ao contrário do que sugere Crépon, também foi um historiador atento aos processos de declínio. Tomemos sua abordagem da queda do Império Romano. Ele não poupou críticas às "nações bárbaras" que sucederam aquela sociedade civilizada: "então, reinava nos espíritos uma mistura bizarra de política e de simplicidade, de rusticidade e de artifício que caracteriza bem a decadência geral" (VOLTAIRE 1963, I, p. 316). Note-se que a "decadência" combina elementos do mundo civilizado ("política" e "artifício") com características dos bárbaros ("simplicidade" e "rusticidade"), apresentando-se como "bizarra", ou seja, extravagante e difícil de definir. Para Voltaire, a Europa, entre os séculos V e X, experimentou uma situação confusa e nebulosa. O curioso é que ele considerou necessário estudar esse retrocesso e dedicou ao período dezesseis capítulos (do XI até o XXVI) do *Ensaio sobre os costumes*. A "mistura" de civilização e barbárie era para ele um problema histórico relevante. Sendo assim, acredito que para compreender a concepção de progresso do século XVIII, é necessário reconhecer que os ilustrados pensaram o avanço da vida civilizada e das Luzes em face da possibilidade de decadência, reconhecida então como parte da história.

A pluralidade da história

Para Voltaire, os movimentos de progresso e decadência não ocorrem sempre da mesma maneira. Na verdade, ele sugere a pluralidade das experiências históricas e, por vezes, as sociedades não podem ser definidas como progressistas ou decadentes. No *Ensaio sobre os costumes*, por exemplo, as leis e as instituições da China são descritas como uniformes e muito antigas. Elas formaram um povo de comportamento dócil e grave. A solidez dessa ordem social funda-se no respeito à autoridade paterna e às tradições: "o que eles têm de melhor conhecido, melhor cultivado, melhor aperfeiçoado, é a moral

e as leis. O respeito das crianças por seus pais é o fundamento do governo chinês” (VOLTAIRE 1963, I, p. 216). Mas o rigoroso respeito pelas tradições e pelas leis, que possibilita a harmonia social, também paralisa o progresso das ciências e das artes:

Se procurarmos porque tantas artes e ciências, cultivadas sem interrupção a tanto tempo na China, fizeram tão pouco progresso, encontraremos talvez duas razões: uma é o respeito prodigioso que as pessoas têm pelo que foi transmitido pelos seus pais e que a seus olhos torna perfeito tudo o que é antigo, outra é a natureza de sua língua, primeiro princípio de todos os conhecimentos (VOLTAIRE 1963, I, p. 215).

Não investigarei neste texto a questão da língua e da escrita. Saliento apenas que Voltaire considera o chinês escrito muito difícil de ser aprendido, o que impede a circulação rápida e em larga escala das informações. Analiso apenas a primeira razão apontada pelo autor.

A China é apresentada como uma sociedade estável e pacífica. Ocorreram conturbações civis sérias apenas quando conquistadores estrangeiros assolaram o país. Na Europa, ao contrário, as guerras civis são frequentes e as paixões ainda provocam conflitos políticos e religiosos. No entanto, o clima de disputa passional, que estimula a negação dos modos tradicionais de pensar e agir, golpeando, por vezes, a autoridade estabelecida, alimenta o desenvolvimento das artes e das ciências, ou seja, a engenhosidade humana prospera em um ambiente aberto ao conflito, à ascensão social e às novas ideias. Prospera, mas também pode decair se as disputas tornarem-se muito violentas. Desde a Antiguidade, a Europa, na longa duração, experimenta um movimento pendular entre o progresso e a decadência. Na China, ao contrário, o respeito pela hierarquia e pelos valores tradicionais garante a disciplina social. É algo positivo na medida em que assegura a estabilidade política e a paz, porém, leva à estagnação. Para Voltaire, os chineses dos últimos séculos não experimentaram nem progresso nem decadência.

Para voltar a progredir, a China necessita abrir sua hierarquia social à emulação e aos impulsos passionais? Os textos de Voltaire não enfrentam a questão.

De qualquer maneira, a comparação entre China e Europa evidencia a diversidade dos processos históricos. Diversidade não só de caminhos, mas também de resultados: o progresso dos europeus não parece conduzi-los a um estado idêntico ao dos chineses, ainda que conquistem alguns benefícios semelhantes (conforto material, polidez etc). A Europa pode aprender com a sociedade chinesa, mas precisa estar consciente das características distintas das duas civilizações. A China não é exatamente um modelo a ser seguido.

Na Europa, o progresso, na longa duração, parece problemático. A periodização da história europeia presente no primeiro capítulo do *Século de Luís XIV* (VOLTAIRE 1947, I, p. 1-6) evidencia um percurso oscilante: dois grandes períodos de desenvolvimento civilizatório – a Antiguidade Clássica e o período que se inicia com o Renascimento – estão divididos por uma época obscura e bárbara – a Idade Média. Por sua vez, os dois períodos em que a Europa se

aperfeiçoou, também estão repartidos internamente: em cada um deles, houve um primeiro momento em que a vida civilizada se restringia a um espaço limitado – a Grécia na Antiguidade e a Itália na época moderna – seguido por uma expansão continental liderada por uma grande “nação” – primeiro, Roma republicana e imperial, depois a França de Luís XIV. A expansão civilizadora nem sempre se realizou pela conquista dos povos mais fracos, como no Império Romano, já que a França do século XVII civilizou graças à influência política e cultural, enquanto a antiga Roma submeteu e governou os vizinhos. Segundo o filósofo, um povo pode civilizar o outro pelo domínio ou pelo comércio de benefícios.

O processo civilizador, no entanto, comporta flutuações e nem sempre é ininterrupto e crescente. Na periodização da história europeia do *Século de Luís XIV*, a vida civilizada aparece na Grécia antiga, se expande com o Império Romano e se apaga quase completamente na Idade Média, para depois renascer com mais força. Entre os “séculos memoráveis” (Grécia de Péricles e Platão, Roma de Augusto e Cícero, Itália dos Médices e França de Luís XIV), o último é o que “mais se aproximou da perfeição”, pois foi “enriquecido” pelos outros e fez mais “em certos gêneros que os outros três juntos” (VOLTAIRE 1947, I, p. 2-3). Esse progresso não foi contínuo, mas uma vez retomado, seus novos agentes puderam reaproveitar as obras antigas e superar o patamar anterior de aperfeiçoamento humano. Reaproveitar significa instruir-se com as experiências artísticas, econômicas, políticas e filosóficas expressas pelos “monumentos” das antigas sociedades. Portanto, Voltaire anuncia o papel decisivo da herança cultural na recuperação da caminhada civilizatória.

É possível afirmar que, examinando a história da Europa, o filósofo adota uma fórmula para interpretar os movimentos progressivos: a partir de um núcleo mais desenvolvido (no caso, Grécia, Roma, Itália e França) a vida civilizada se expande. Já se insinua no *Século de Luís XIV* a ideia de que o processo civilizador ocorre em cadeia a partir de uma vanguarda bastante ativa. Esse modelo se repete em outros textos do filósofo. Ele representa uma das chaves para a interpretação de seu trabalho historiográfico. O progresso ocorrido a partir do século XVI também é descrito no *Ensaio sobre os costumes* como um processo iniciado em alguns centros dinâmicos continentais e transmitido para o resto da Europa:

[...] esse mesmo gênio que fazia florescer as belas-artes em Roma, Nápoles, Florença, Veneza, Ferrara, e que espalhava sua luz pela Europa cristã. suavizou os costumes dos homens em quase todas as províncias da Europa cristã. A galanteria da corte de Francisco I operou em parte essa grande transformação. Houve entre Carlos V e ele uma emulação de glória, de espírito cavalheiresco, de cortesia, mesmo no seio de suas dissensões furiosas. Essa emulação, que se comunicou a todos os cortesãos, conferiu a esse século um ar de grandeza e de *politesse* desconhecido até então (VOLTAIRE 1963, II, p. 135).

Repete-se o modelo presente no *Século de Luís XIV*: Itália e depois França (da qual Francisco I foi rei no início do século XVI), agora em “emulação” com o

Império (governado por Carlos V), impulsionaram o desenvolvimento das artes e dos costumes civilizados, resgatando a Europa da decadência medieval. Além de constatar a pluralidade da história, Voltaire busca referências teóricas para compreendê-la. Nem todas as sociedades progridem continuamente e experimentam as mesmas etapas históricas, mas o filósofo esboça um modelo analítico para o exame dos processos progressivos existentes: os centros dinâmicos, estimulados por situações competitivas, irradiam como ondas para as sociedades vizinhas os efeitos de seu desenvolvimento civilizatório. Notável também é o modo como os membros do nível superior da escala social (no caso, o rei e a corte) comunicam seus sentimentos e modo de vida aos níveis inferiores (todos os cortesãos e as províncias), promovendo transformações paulatinas do centro para a periferia. Mas esta observação nos leva ao problema dos agentes do progresso.

O progresso e seus agentes

No verbete “história”, redigido por Voltaire para a famosa *Enciclopédia* organizada por D’Alembert e Diderot, os “monumentos” mais antigos da humanidade – os textos astronômicos mesopotâmicos e chineses, as inscrições dos gregos e as pirâmides do Egito – são definidos como produtos de um desenvolvimento social longo e complexo. As grandes realizações artísticas e científicas dependem de condições favoráveis, pois o talento dos indivíduos se manifesta de maneira restrita quando predomina a miséria e a ignorância. Ao comentar as observações astronômicas dos antigos babilônicos, Voltaire afirma:

Essa sequência de observações, que remonta a dois mil duzentos e trinta e quatro anos antes de nossa era vulgar, prova que os babilônicos existiam como corpo de povo muitos séculos antes, pois as artes não são mais que a obra do tempo, e a preguiça natural dos homens deixa-os milhares de anos sem outros conhecimentos e talentos que os necessários para a nutrição, a proteção contra as intempéries do clima e o extermínio do semelhante (D’ALEMBERT; DIDEROT 1778, p. 577).

Em Voltaire, a manifestação dos talentos depende das possibilidades oferecidas pelas condições naturais e históricas. No seio de um povo bárbaro não surge um artista requintado. As obras humanas correspondem ao patamar de conhecimento e organização que uma dada sociedade apresenta. Mas o homem pode melhorar paulatinamente as suas condições de existência: séculos de vida civilizada foram necessários para que os babilônicos produzissem uma astronomia precisa.

A interdependência entre as condições históricas e o talento dos agentes sociais é central na ideia de progresso formulada por Voltaire. Em grande medida, a ação dos indivíduos encontra-se determinada pelas condições em que se realiza. O homem é capaz de melhorar as possibilidades oferecidas pelo meio natural e pela ordem social, mas age a partir delas. Portanto, o progresso não se efetiva por saltos repentinos e bruscos. O talento dos agentes, aprimorando os recursos e conhecimentos disponíveis, aos poucos amplia suas oportunidades de ação.

Todavia, nem todos os indivíduos são capazes de ampliar e melhorar os recursos e conhecimentos socialmente disponíveis. Sendo assim, os mais talentosos, quando incorporados ao cume da hierarquia social, são os principais agentes do progresso.

Voltaire acredita que todos os homens têm as mesmas faculdades naturais, mas a maior parte não consegue superar o patamar rudimentar de manifestação dessas faculdades. No *Ensaio sobre os costumes*, ao comentar os poucos filósofos existentes em países esclarecidos e livres, o filósofo afirma que “o povo comum, em geral, não utiliza o seu espírito”, pois “o trabalho manual não se concilia com a atividade de raciocinar” (VOLTAIRE 1963, II, p. 263). Para haver progresso, é indispensável a constituição de uma elite superior aos trabalhadores manuais e que oriente e governe os outros homens, ou seja, é necessário que exista um grupo disposto a se esclarecer e promover o aperfeiçoamento das ciências, das artes, da administração estatal etc. Ele não considera secundária a ação do soberano, mas para ser bem sucedida, ela precisa desse grupo de súditos cultos e ativos.

Todos os processos civilizadores estiveram relacionados com a desigualdade, que o verbete “Igualdade” do *Dicionário filosófico* apresenta como inevitável: “é impossível, no nosso globo infeliz, que os homens que vivem em sociedade não estejam divididos em duas classes, uma de opressores e outra de oprimidos” (VOLTAIRE 1964, p. 172). A hierarquia social sempre implica em alguma forma de dominação, porém, se constitui de múltiplas maneiras. Cada processo tem suas singularidades. O clima e os recursos naturais de um espaço geográfico podem interferir nessa dinâmica. Um exemplo: o clima pródigo, quente e úmido da Índia favoreceu a formação de um povo dócil e passivo diante dos opressores (VOLTAIRE 1963, I, p. 227-236).

Todavia, a maneira como as sociedades manifestam seus sentimentos e interesses por meio de instituições, leis e costumes, é mais determinante em seu desenvolvimento que o clima e as condições geográficas. As estruturas hierárquicas dos povos civilizados disciplinam os impulsos passionais, submetendo o orgulho e as ambições a mecanismos de ascensão regrados racionalmente. Assim, o progresso depende da criação de uma hierarquia que, sem promover conflitos violentos, estimule o aprimoramento dos talentos individuais, instaurando disputas pacíficas por posições na escala social. O sistema hierárquico deve, ao mesmo tempo, facultar e moderar a manifestação das paixões dos homens mais capazes. Vimos acima como Voltaire interpreta as disputas entre as cortes da França e do Império no século XVI: em busca de “glória”, as cortes promoveram o florescimento das belas-artes e da *politesse*. Reis e cortesãos não abandonaram seus interesses particulares, mas para satisfazê-los, tiveram que cultivar o seu espírito e regular o seu comportamento. Motivados pela emulação, eles propiciaram o aperfeiçoamento da vida civilizada sem abandonar completamente seus interesses privados.

O progresso, portanto, não dispensa o interesse e é alimentado por ele. Para tal, o interesse precisa estar sob controle de instâncias sociais – como as

cortes – que pacifiquem e ordenem a sua manifestação. Esse controle, para Voltaire, tende a ser mais eficiente no seio de uma elite bem instruída. Quando esta irradia suas formas de comportamento para os estratos sociais inferiores, desencadeia o progresso. Todavia, a elite esclarecida só pode desempenhar com eficiência esse papel de centro dinâmico quando as condições materiais o permitirem, ou seja, ela necessita possuir os recursos elementares para realização dessa tarefa histórica. Em outras palavras: ela precisa ser suficientemente rica para se esclarecer de forma adequada. Essa base econômica, por outro lado, depende do comércio e da eficácia dos trabalhadores manuais. Portanto, o progresso não resulta apenas do “gênio” ou das “luzes” da elite, apesar de ser dirigido por ela.

Para aprofundar a análise, convém examinar como os trabalhos historiográficos de Voltaire apresentam algumas das manifestações mais significativas do progresso.

Os sinais do progresso

Para os autores do século XVIII, os sinais mais evidentes do progresso podem ser encontrados no aperfeiçoamento dos costumes, das artes, das ciências e da filosofia. Em Voltaire não é diferente, mas é necessário observar que, para ele, esses aperfeiçoamentos dependem de uma rede complexa de relações sociais: a vida produtiva, por exemplo, possibilita recursos para as belas-artes que, por sua vez, refinam o gosto da elite (as cortes, por exemplo); a partir de então, a elite passa a exigir do mundo da produção artefatos de melhor qualidade. Sendo assim, o desenvolvimento das atividades produtivas – chamadas por vezes de “artes úteis” – sempre antecede e possibilita a prática de artes destinadas à contemplação e à vida espiritual – as “belas artes”. Notando a superioridade da literatura oriental frente à literatura europeia durante a Idade Média, Voltaire comenta:

se as belas-letas eram tão cultivadas nas margens do Tigre e do Eufrates, é uma prova que as outras artes que contribuem para os prazeres da vida eram bem conhecidas. Só é possível o supérfluo após o necessário; mas o necessário ainda faltava em quase toda a Europa (VOLTAIRE 1963, I, p. 769).

O fruto mais doce do progresso – as “belas-artes” – não pode existir sem o desenvolvimento preliminar das “artes” necessárias à sobrevivência. Sem recursos materiais abundantes, não é possível a criação artística sofisticada. A conquista desses recursos, porém, é gradativa e necessita de muitos séculos de esforço coletivo. A obra de arte de rara beleza não surge em qualquer contexto. Ela depende de condições favoráveis e, em geral, aparece em sociedades que acumulam ao longo do tempo experiências em certo tipo de manifestação artística. Sendo assim, Voltaire sugere que os modernos artistas europeus, conhecendo as obras da Antiguidade Clássica, tendem a superá-las. Trata-se de uma tendência, não de uma lei da história, pois nem sempre os “modernos” são superiores aos “antigos”. A decadência medieval na Europa parece ter deixado

sequelas nas "belas-artes". Discutindo a polêmica a respeito da superioridade dos "antigos" ou dos "modernos", que remonta o século XVII, Voltaire (1967, XVII, p. 234) observa: "há gêneros (artísticos) nos quais os modernos são muito superiores aos antigos e outros, em pequeno número, nos quais nós somos inferiores". Nem sempre as obras do século XVIII superam as realizações de gregos e romanos. As "belas-artes" não apresentam uma evolução linear incontestada. Anuncia-se, sem dúvida, uma tendência progressiva, mas esta comporta lacunas. Os europeus do século XVIII ainda precisam completar o trabalho de recuperação iniciado no Renascimento. O caso das "belas-artes" indica como o filósofo francês não concebeu o progresso como um movimento totalizante e irreversível – em alguns poucos assuntos, a Antiguidade ainda servia de modelo.

O filósofo concebe uma evolução mais segura para o conhecimento científico. A ciência também decaiu na Idade Média, mas a partir do século XV apresenta avanços imensos. Vejamos como a história da física europeia é avaliada por Voltaire:

Nos pormenores, Aristóteles necessariamente só poderia ter feito uma péssima física. É o que ocorreu quase sempre com todos os filósofos até o tempo no qual os Galileu, os Torricelli, os Drebellius, os Boyle, a Academia del Cimento, começaram a fazer experiências. A física é uma mina na qual só podemos descer com máquinas que os antigos jamais conheceram (VOLTAIRE 1967, XVII, p. 370).

Não faltava capacidade individual aos "antigos", mas eles não dispunham de instrumentos adequados para investigar a natureza. A física dos filósofos greco-romanos é inferior, pois não estavam equipados com conhecimentos e recursos técnicos eficazes. A ciência moderna coleta melhores informações que a antiga, por isso é superior. No caso, o progresso dos europeus é indiscutível. A eficácia da elite esclarecida, representada aqui pelos cientistas dos séculos XVI e XVII, depende dos meios disponíveis.

Ao tratar das belas-artes, Voltaire parte da polêmica a respeito dos "antigos" e dos "modernos" iniciada no século XVII, cautelosamente assinalando o progresso da maioria dos gêneros artísticos. No caso das ciências, ele também retoma e reelabora autores anteriores. Segundo Rossi (1989, p. 64), a partir do final do século XVI, observa-se a "formação da ideia de progresso" que implicava em três "convicções": a "de que o saber científico é algo que aumenta e cresce"; a "de que esse processo nunca será completo em qualquer momento"; a "de que se tenha de alguma forma uma única tradição científica", pois "os desenvolvimentos mais revolucionários *salvam* o núcleo essencial adquirido pelas gerações anteriores". Autores como Le Roy, Borel, Bodin e Bacon foram enfáticos em anunciar a superioridade da ciência do século XVI frente à ciência greco-romana, insistindo nos conhecimentos restritos e confusos desta última. Eles não descartaram o saber antigo, mas o conceberam como a etapa inicial de um longo processo. Voltaire retoma essa concepção de progresso, inserindo-a em um contexto mais amplo, pois articula o avanço do saber científico com outras dimensões sociais, como a economia e os costumes.

O filósofo também sinaliza o aperfeiçoamento das instituições estatais europeias a partir do fim do período medieval. Esse movimento histórico produziu uma convivência social na qual os indivíduos exprimem publicamente seus sentimentos e necessidades sem inviabilizar que os outros façam o mesmo. No século XIV, por exemplo, o rei francês Filipe o Belo permitiu que o terceiro estado participasse dos Estados Gerais ao lado das outras ordens (os senhores de feudos e o clero). No *Ensaio*, Voltaire avalia essa decisão:

É preciso confessar que era triste para a humanidade que apenas duas ordens participassem do Estado: uma composta por senhores de feudos [...]; a outra pelo clero, ainda menos numerosa e que, por sua instituição sagrada, é destinada a um ministério superior, estranho aos assuntos temporais. O corpo da nação nada tinha contado até então. Era um dos fatores que enlanguescia o reino de França, pois sufocava toda a indústria. [...] Nas repúblicas, como Veneza e Gênova, o povo jamais participou do governo, mas ele nunca foi escravo. Os cidadãos da Itália eram muito diferentes dos burgueses dos países do norte: os burgueses na França e Alemanha eram burgueses de um senhor, de um bispo ou do rei, eles pertenciam a um homem, enquanto os cidadãos (italianos) pertenciam apenas à república. O horrível é que restava na França muitos servos da gleba. Filipe o Belo [...] fez, portanto, um grande bem à nação chamando o terceiro estado às assembleias gerais da França (VOLTAIRE 1963, I, p. 778).

287

Na passagem acima, uma mudança institucional de grande impacto político caracteriza o progresso: o "corpo da nação", enfim, começou a fazer parte das "assembleias" do reino. O "corpo da nação" é associado à "burguesia", pois o texto sutilmente exclui dele as "ordens" superiores – os senhores feudais e o clero. Para Voltaire, o afastamento desse "corpo" dos debates públicos foi muito nocivo para a economia francesa, pois impediu a "indústria" de progredir. Estabelece-se uma clara relação entre a participação política do "terceiro estado" e o avanço do mundo da produção, ainda que não esteja especificada a mecânica dessa interdependência. Seja como for, anuncia-se as conexões necessárias ao movimento progressivo. Os termos "burguesia" e "terceiro estado", porém, não foram definidos com muita precisão. Fica claro que se trata de um grupo distinto e até oposto aos senhores e ao clero, de alguma maneira bastante relacionado com o mundo produtivo. A exclusão política e a completa submissão à aristocracia e ao monarca parecem ferir a "humanidade" daqueles homens. A "servidão" da "burguesia" compromete seriamente o progresso. Ao contrário da França, na Itália, o lugar mais progressista da Europa do século XIV (o centro dinâmico do período), os homens eram "cidadãos" de "repúblicas", estando livres de senhores domésticos, apesar de sua participação política limitada. Eis o ponto decisivo: para Voltaire, as mudanças institucionais de Filipe o Belo aproximaram os franceses dos cidadãos italianos, ou seja, criaram uma instância institucional capaz de contrabalancear os poderes senhoriais, de criar um espaço de atividade pública e de iniciar o processo que livrou os homens produtivos das garras da aristocracia. Mas foi apenas o começo, pois os "povos" (outro termo que para anunciar a "burguesia" e o "terceiro estado"), mesmo "retomando a liberdade e seus direitos", não saíram completamente da barbárie a que "uma longa servidão os tinha reduzido: eles adquiriam a liberdade, foram considerados

homens, mas nem por isto foram mais polidos e industriosos” (VOLTAIRE 1963, I, p. 779).

Ao concluir o texto a respeito das reformas de Filipe o Belo, o filósofo francês relembra o tema da decadência: por muito tempo as relações feudais tolheram a livre ação dos indivíduos, rebaixaram os “povos” ou o “terceiro estado” (saliente-se, mais uma vez, a imprecisão) e os colocaram em condições desumanas e servis. Tal “servidão” é um aspecto da longa decadência medieval. O problema, na verdade, transcendia os limites da política, pois os poderes feudais barbarizaram o comportamento cotidiano dos europeus. A retomada do progresso passou pela criação da nova instância política: os Estados Gerais. Esta instituição restituiu parcialmente a “humanidade” dos franceses, conferindo-lhes a liberdade de falar publicamente na assembleia estatal. Por si só, isto não foi suficiente para superar a barbárie feudal e eliminar todos os efeitos da decadência, mas foi uma iniciativa que diminuiu as diferenças sociais opressivas existentes na França e começou a transformar os servos em cidadãos. Recordando o texto de Voltaire escrito em meados do século XVIII, o historiador não se surpreende com o entusiasmo com que foi recebida a convocação dos Estados Gerais na crise institucional francesa de 1788-1789.

Mas o desenvolvimento do mundo civil renascentista não se limitou a essa abertura. O Estado moderno, além de assimilar os interesses do “terceiro estado” e abrir-lhe um espaço de atuação pública, introduziu o controle das paixões no seio da nobreza – outro sinal de progresso. Nos séculos XV e XVI, “a polícia geral se aperfeiçoou, de modo que as guerras particulares dos senhores feudais não eram mais permitidas em nenhuma parte pelas leis” (VOLTAIRE 1963, II, p. 163). *Police*, termo francês utilizado pelo filósofo, é difícil de traduzir. Trata-se, em grande medida, do controle social imposto pela autoridade pública, ou seja, a capacidade desta última de regular o comportamento dos indivíduos. Ao controlar a violência aristocrática, o próprio Estado monárquico se consolidou. Por outro lado, nas novas condições, a força bruta e os privilégios feudais tiveram que ceder lugar aos direitos do “corpo da nação”. Apesar de manter muitas vantagens absurdas, a nobreza deixou de realizar “guerras particulares”. Aos poucos, as instituições públicas estavam submetendo os poderes privados e superando a anarquia.

Voltaire jamais considerou os interesses particulares nefastos, mas as passagens em tela mostram que ele reconhece o movimento progressivo quando esses interesses se manifestam dentro de uma ordem pública dirigida por leis que garantam uma relativa equidade e, principalmente, a emulação pacífica entre os homens de talento. O progresso deriva da constituição desse espaço de atuação pública assegurado pela autoridade central. Ele se desenvolverá melhor onde o mérito se manifestar sem os constrangimentos dos privilégios, das superstições e da força bruta, formando uma elite dinâmica. Em linhas gerais, tal situação se apresentou nas repúblicas da Itália renascentista e na monarquia centralizadora de Luís XIV. Os resultados desses processos não foram exatamente os mesmos, mas guardam algumas semelhanças fundamentais:

o controle dos senhores domésticos; a crescente possibilidade dos homens comuns manifestarem livremente seus talentos no mundo produtivo e até de interferirem no governo, mas sem que a tranquilidade pública fosse comprometida; o avanço das ciências e das artes. Para Voltaire, os movimentos históricos progressivos tendem para essa configuração. Mas existe ainda outro aspecto fundamental até aqui pouco mencionado: o progresso restringe as superstições e o fanatismo religioso. Para entender a ligação entre religião e história, é necessário examinar de maneira mais atenta o problema da decadência.

Os sinais da decadência

Voltaire não é o único ilustrado a pensar que o aperfeiçoamento das faculdades multiplica os interesses e as paixões. A tese aparece, por exemplo, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade* de Rousseau. Para o genebrino, as paixões se originam em “nossas necessidades” e no “estado de natureza” o homem “só experimenta paixões desta última espécie”; porém, nossos “conhecimentos” levam ao “progresso” das paixões, pois graças a eles passamos a desejar e temer coisas “segundo as ideias que delas se possa fazer” e não apenas em decorrência do “simples impulso da natureza” (ROUSSEAU 1971, p. 81-82). Quanto mais o homem domina os elementos naturais e refina sua sensibilidade, mais ele desejará e seus interesses se voltarão para objetos mais sofisticados, o que significa, para o genebrino, um processo de corrupção de nossa natureza. Voltaire não projeta, como Rousseau, um “estado de natureza” no qual as paixões se restringem às necessidades e que seria corrompido pelo aperfeiçoamento humano, mas também anuncia o caráter mutável dos sentimentos e necessidades, conferindo-lhe um sentido diverso. Para o filósofo francês, o problema do controle das paixões é decisivo na formação da elite que deve comandar a sociedade, pois se a elite governa suas próprias paixões e adota crenças e costumes racionais, seu comportamento exemplar educa os estratos inferiores e ela pode estabelecer regras e mecanismos coercitivos capazes de disciplinar os outros homens. Mas se a elite se entrega ao desgoverno das paixões que o progresso possibilita, ela deixará de cumprir o papel de centro dinâmico da sociedade.

Na maioria das análises de Voltaire a respeito da decadência, o desgoverno das paixões ocupa um papel central. No seio da elite, a atividade intelectual constante deve acompanhar a vida requintada, pois apenas a “sã filosofia” (em alguns casos Voltaire se refere à *sagesse*) esclarece as leis naturais que regulam as relações humanas. O esforço em favor desse esclarecimento contínuo evita três tipos de perigos: a ociosidade e a dissimulação advindas de um cotidiano de muito requinte e pouca disciplina; o desprezo arrogante pela vida e pelos problemas dos homens inferiores, sentimento que favorece a ambição cega ou conduz à imprevidência administrativa; o fanatismo religioso sempre intolerante com as crenças alheias. Nos três casos, a elite ou negligencia a condução da vida social, ou concebe os outros homens como objetos de satisfação de seus desejos, isto é, os tiraniza.

Para elucidar a relação entre esse desgoverno da elite e a decadência, voltarei a um caso já mencionado: a maneira como o *Ensaio sobre os costumes* trata a queda do Império Romano. Segundo Voltaire (1963, I, p. 303-307), com a expansão do cristianismo a partir de Constantino, as disputas teológicas tornaram-se o centro das preocupações da elite imperial: as superstições e a religião mobilizaram os homens mais talentosos e instruídos. A reflexão sobre os problemas reais deste mundo foi negligenciada. Delirantes discussões entre as várias seitas dominaram os espíritos. Todos tentaram impor sua opinião a respeito de temas obscuros. Afastando os indivíduos ricos e cultos de debates decisivos para o Estado romano (como a defesa das fronteiras, a produção de riquezas, a legislação etc), o cristianismo “abria o céu, mas perdia o império”. Nessa linha, Voltaire explica o sucesso da invasão dos bárbaros:

Mas porque os romanos não os exterminaram como Mário exterminou os cimbrós? É que não mais se encontravam homens como Mário. É que os costumes tinham mudado e o Império estava dividido entre arianos e atanasianos. Então, os homens se ocupavam apenas de dois assuntos: as corridas no circo e as três hipóstases. O Império Romano tinha mais monges que soldados e os primeiros corriam de cidade em cidade para defender ou destruir a consubstancialidade do Verbo (VOLTAIRE 1963, I, p. 304).

A disputa teológica entre os que defendiam e os que negavam a Trindade divina (atanasianos e arianos respectivamente), além de dividir o Império em partidos rivais, deslocou a atenção dos indivíduos mais instruídos para problemas metafísicos insolúveis. O afastamento dos problemas cotidianos e a paixão de ver sua opinião aceita universalmente foram a origem da negligência para com o exército, as leis, as estradas etc. Entre os que não se envolveram com teologia, predominou o ócio, os prazeres fúteis (corridas no circo) e se corrompeu a antiga firmeza dos romanos. Dividida, a elite de Roma permitiu o enfraquecimento do poder central. Mergulhada em debates religiosos insolúveis ou no ócio, se alienou da realidade do Império. Enfim, ela não estava suficientemente preparada e coesa para organizar uma resistência eficaz diante da violência bárbara.

Mais do que os conhecidos ataques de Voltaire à Igreja, vale observar a crítica ao obscurantismo supersticioso: os romanos perderam seu Império porque problemas imaginários tornaram-se sua prioridade. A fantasia substituiu a experiência, o entusiasmo nascido da imaginação sufocou a atitude racional. A inércia, que se espalhou entre os membros dessa elite enriquecida, permitiu esse comportamento servil diante dos teólogos, fazendo a vida pública definhar.

Quando a elite governante torna-se supersticiosa, a vida civilizada desaba. A bagagem cultural dos fanáticos letrados, mesmo quando deteriorada, confere uma aparência nobre e superior às superstições, legando-lhes alguma respeitabilidade. Os recursos e o poder desses homens oferecem os meios – militares e políticos – necessários para reprimir e silenciar os que insistem em usar a razão. Portanto, é grande a possibilidade de uma elite pouco diligente e fanática comprometer o processo civilizador, como ocorreu na Europa medieval. O progresso exige o cultivo da razão e o combate ao fanatismo, ao ócio e à soberba.

Para Voltaire, a decadência romana, iniciada com a alienação religiosa da elite, se tornou irreversível quando os imperadores foram humilhados publicamente pela Igreja:

Enfim, para bem conhecer o espírito daquele tempo infeliz, lembremo-nos que um monge, tendo sido um dia afastado por Teodósio II (imperador do século V d.C.) a quem importunava, excomungou o imperador. Este César, para se livrar da excomunhão, ainda foi obrigado a procurar o patriarca de Constantinopla (VOLTAIRE 1963, I, p. 306).

Voltaire examina as relações entre Teodósio II e o clero de modo impreciso e superficial, porém, a mensagem é clara: no fim do Império Romano, o poder público tornou-se incapaz de regular as pretensões dos membros eminentes do clero, possibilitando que outras formas de poder atuassem de maneira descontrolada. A manifestação racional dos interesses e das opiniões dos indivíduos no mundo público estava comprometida. A elite (o clero, no caso), em vez de complementar o poder central e expandir sua esfera de atividade, limitava e ameaçava sua eficiência, abrindo espaço para a anarquia. O soberano, condenado pelo capricho de um indivíduo, precisava de uma instituição paralela ao Estado para restaurar sua autoridade. Desenhava-se a hegemonia dos poderes privados e senhoriais e a desarticulação social da Idade Média, ou seja, começava a decadência.

291

Todavia, o obscurantismo religioso não é o único fator que ameaça o progresso. Segundo Voltaire, outras forças podem impedir que a autoridade central coordene e regule o desenvolvimento da sociedade. Mesmo depois da Idade Média, essas forças se fizeram sentir em várias partes da Europa. Em função dos interesses tirânicos de seus nobres, o "povo" húngaro, por exemplo, não compartilhou o progresso do século XVI:

É necessário reconhecer que os nobres da Hungria eram pequenos tiranos que não queriam ser tiranizados. Sua liberdade era uma independência funesta, pois eles reduziam o resto da nação a uma escravidão tão miserável que todos os habitantes do campo se sublevaram contra senhores muito duros. A guerra civil, que durou quatro anos, enfraqueceu ainda mais aquele infeliz reino. A nobreza, melhor armada que o povo, obteve enfim o triunfo. A guerra terminou redobrando os grilhões do povo, que ainda é realmente escravo de seus senhores.

Um país por longo tempo devastado e no qual restava apenas um povo escravo e descontente, sob senhores quase sempre divididos, não podia mais resistir às armas dos turcos.

[...]

Em vão a natureza colocou nesse país minas de ouro e verdadeiros tesouros em cereais e vinho. Em vão ela formava homens robustos, bem feitos e espirituosos. Não se via ali mais que um vasto deserto e cidades arruinadas [...]. (VOLTAIRE 1963, II, p. 155-156).

A Hungria, segundo o filósofo francês, não superou a decadência medieval e o poder da nobreza é o principal responsável pela situação. Os senhores húngaros mantiveram sua condição feudal de "pequenos tiranos", submetendo os homens produtivos (aqui definidos apenas como "povo" ou "habitantes do campo") de modo a tirar-lhes toda iniciativa. Essa "liberdade" da nobreza é

“funesta” porque reduz os outros seres humanos a instrumentos servís de seus senhores. Era um comportamento tirânico que inviabilizou a exploração dos “tesouros” naturais do país. A consequência é fatal para o progresso: a Hungria, sempre ameaçada por inimigos externos, transformou-se em um “deserto”, isto é, foi reduzida à barbárie. Mais uma vez, Voltaire liga a tirania ao fracasso econômico e à violência que esfacela a coesão social. Nota-se bem: a pior das tiranias não é a dos príncipes centralizadores (recordemos seu elogio a Luís XIV), mas a dos senhores feudais. A divisão da sociedade em vários “pequenos tiranos”, todos em conflito constante e submetendo duramente seus servos, inviabilizou o desenvolvimento material, pois sufocou os homens produtivos, além de fragmentar a unidade política. A “guerra civil” entre opressores e oprimidos é o produto inevitável desse contexto.

Na história húngara de Voltaire a decadência resulta da “independência nefasta” dos “pequenos tiranos”. A elite, para ser progressista, não pode agir com absoluta liberdade, sem nenhuma forma de controle das paixões. Ela precisa observar regras que a obriguem a respeitar os outros homens, em especial os que são fundamentais para o mundo produtivo. A sociedade (a “nação”) não deve operar apenas em função dos interesses privados da elite. Esta, para ser o centro dinâmico do progresso, necessita reconhecer os interesses dos homens inferiores e evitar disputas violentas, respeitando a autoridade pública. Tanto quanto o fanatismo, a independência tirânica da elite – que na Europa manifestou-se no “governo feudal” – é um importante sinal da decadência dos povos.

A Espanha do século XVII também é definida pelo filósofo como decadente. Seus monarcas firmaram “seu poder absoluto em seus estados” (VOLTAIRE 1963, II, p. 626), todavia, depois do sucesso inicial de Filipe II na tentativa de controlar suas possessões na América, na Ásia e na Europa, o reinado de Filipe III manifestou enorme “negligência” na administração pública. Eis a Espanha de meados do século XVII nas palavras de Voltaire:

Ali não se conhecia nenhuma polícia. O comércio interior estava arruinado pelos direitos (impostos) que se continuava a cobrar pela passagem de uma província à outra. [...] Nenhuma indústria secundava, nesses climas felizes, os presentes da natureza: nem as sedas de Valência, nem as belas lãs da Andaluzia e de Castela eram preparadas por mãos espanholas. [...] As manufaturas flamengas [...] forneciam à Madri o que então se conhecia de magnificência (VOLTAIRE 1963, II, p. 628-629).

“Negligentes”, o governo e a elite da Espanha abandonaram o mundo produtivo a sua própria sorte e, sem “polícia”, não tomaram medidas para desenvolver o comércio e as manufaturas. Saliento, mais uma vez o termo “polícia”: este não denota apenas ações repressivas, significa também iniciativas que orientem e estimulem as atividades econômicas. Sem “polícia”, os dirigentes espanhóis não promoveram a autonomia manufatureira do país, mantiveram barreiras comerciais e pouco aproveitaram seus recursos naturais, ou seja, estavam desatentos para os problemas da produção e da circulação de mercadorias. A decadência foi inevitável, pois o império necessitava de recursos

públicos impossíveis de serem obtidos em uma economia estagnada. Portanto, as instituições políticas não cumpriram seu papel econômico.

Na Espanha, por outro lado, a “sã filosofia foi sempre ignorada”, pois a Inquisição “perpetuou os erros escolásticos” e as “artes mecânicas foram sempre grosseiras” (VOLTAIRE 1963, II, p. 632). O convívio social era marcado pela ostentação dos nobres e pela reclusão das mulheres. Para o filósofo, a elite espanhola misturava fanatismo, desinteresse pelo mundo técnico-produtivo e rígidos preconceitos que orientavam as relações interpessoais. Como registra o *Século de Luís XIV*, “sob Filipe III, a grandeza espanhola não foi mais que um vasto corpo sem substância, que tinha mais reputação que força” (VOLTAIRE 1947, I, p. 11).

Essas três interpretações de movimentos históricos decadentes (Roma, Hungria e Espanha) ajudam a entender como o filósofo francês coloca o problema. Ele explica a decadência como produto da alienação. Nos processos em tela, as elites dirigentes, por diversos fatores, entre os quais o fanatismo, a ignorância (ausência da “sã filosofia”) e o abuso de poder, se alienaram dos problemas cotidianos dos homens que deveriam governar, considerando-os como simples instrumentos de suas paixões. Assim, em vez de conduzi-los de modo a beneficiar toda sociedade, os trataram como escravos ou nada fizeram para promover seu desenvolvimento, tornando-se ociosas e inúteis. Sem a eficácia de seu centro dinâmico, essas “nações” tenderam para o declínio. Convém enfatizar que Voltaire identifica movimentos decadentes mesmo em contextos favoráveis ao progresso, como a Europa pós-medieval.

293

História universal e história das nações

Considerado o que foi dito, não seria absurdo perguntar: Voltaire realmente concebeu a ideia de progresso universal da espécie humana?

Não encontro evidências de que o filósofo acreditasse firmemente no progresso comum de toda humanidade. Sua análise da China não parece anunciar algo desse gênero. O *Ensaio sobre os costumes*, seu trabalho historiográfico mais extenso e profundo, apresenta múltiplas histórias ou a história da humanidade como um todo?

O texto, sem dúvida, é concebido a partir da noção de humanidade, mas esta é pensada a partir da ideia de “natureza humana”. Trata-se de um conjunto de faculdades e instintos presentes em todos os membros da espécie. O homem pode aperfeiçoar suas faculdades, mas realiza esse aperfeiçoamento cumprindo sempre as mesmas etapas? Todas as sociedades participaram ou participam da mesma dinâmica global?

As obras aqui estudadas indicam que Voltaire, ao examinar o progresso e a decadência das sociedades, reconhece certas recorrências. Por exemplo: o progresso dos povos parece depender da formação de centros dinâmicos com as características já expostas. Seus trabalhos historiográficos esboçam fórmulas comuns para os movimentos progressivos, sem afirmar claramente que tais fórmulas cunham um processo coletivo de aperfeiçoamento da humanidade. O

Ensaio sobre os costumes sugere a questão ao expor e comparar exaustivamente as diferentes histórias das “nações”, mas não anuncia claramente a existência de uma única história para a humanidade inteira. Afinal, ao gosto de Montaigne, Voltaire preferiu nomear o texto apenas como um “ensaio”, sem se comprometer com a síntese das várias experiências históricas. Ao examinar os povos de todos os continentes, o *Ensaio* não chega a propor a sistemática organização das diversas narrativas em uma história do homem com etapas bem definidas, tal com fez Condorcet (1993). O texto aceita a multiplicidade humana.

Se Voltaire não sintetizou a história de todos os homens, ao menos reconheceu que amplos conjuntos de “nações” apresentam tendências progressivas comuns. *O Século de Luís XIV*, escrito poucos anos antes do *Ensaio* (cf. LEPAPE 1995, p. 127-142), reconhece a base social que une os países europeus:

Há muito tempo é possível olhar a Europa cristã como uma espécie de grande república dividida em muitos Estados, uns monárquicos outros mistos, alguns aristocráticos outros populares, mas todos correspondendo uns aos outros. Todos apresentando uma mesma base religiosa, apesar de divididos em muitas seitas. Todos tendo os mesmos princípios de direito público e de política, desconhecidos em outras partes do mundo (VOLTAIRE 1947, I, p. 7).

O texto do filósofo certamente repercute e ajuda a firmar tendências culturais de seu contexto histórico. Segundo Gusdorf (1971, p. 44-45), nota-se na Europa do século XVIII a formação de uma “comunidade de valores”. Depois da Reforma, não existia mais “no Ocidente unidade religiosa e unidade política”. Mas a Europa ainda alimentava o sentimento de compartilhar um “destino comum”: pensava ter “a responsabilidade de gerar o planeta Terra”, de operar seu “agrupamento”. Os intelectuais europeus, reunidos pela cultura ilustrada, partilhavam “um patrimônio de pensamentos” que circulava por meio de academias, jornais, livros, cafés e lojas maçônicas, afinal “as ideias não têm pátria”. Voltaire captou bem essa “comunidade de valores” e seus trabalhos historiográficos contribuíram para lhe conferir consistência intelectual. Por outro lado, ao anunciar a tendência unificadora, ele também frisou a singularidade que identificava a Europa. A religião cristã e os “princípios” de direito e política evidenciavam uma experiência comum. Mas Voltaire não definiu o cristianismo e os referidos “princípios” como elementos de um modelo de organização social superior a ser adotado por todas as “nações”. Para ele, o cristianismo, responsável pela queda do Império Romano, decididamente não era modelar. Quanto aos “princípios” políticos europeus, nada indicava que fossem superiores aos chineses, por exemplo. O *Ensaio* contém várias passagens elogiosas à ordem social da China. Eis duas delas:

O espírito humano certamente não pode imaginar um governo melhor que aquele no qual tudo se decide por grandes tribunais [...]. Tudo se rege na China por esses tribunais.
[...]

A cultura de terras (na China) foi desenvolvida a um ponto de perfeição do qual a Europa ainda não se aproximou [...] (VOLTAIRE 1963, II, p. 785-786).

As instituições e a economia da China não eram inferiores às europeias. Voltaire colocava as duas sociedades em um estágio civilizatório elevado. Em alguns aspectos, os europeus até pareciam inferiores. De resto, ele repudiou teses como as de Montesquieu que definiam o governo da China como “despótico”. Porém, como vimos acima, para ele o império asiático era uma sociedade estática, enquanto a Europa progredia. Qual seria o futuro desse estado de coisas? Poderia a Europa se transformar no centro dinâmico do progresso mundial? Mais uma vez, Voltaire não formulou claramente questões desse tipo e, no final do *Ensaio*, parece inclinado a ver a história humana como um conjunto de caminhos no qual vários transeuntes se movimentam, talvez buscando a mesma direção (o aperfeiçoamento das faculdades humanas), mas cada um de seu modo, escolhendo um atalho singular e definindo seu próprio ritmo. Convém verificar esta última observação.

O capítulo conclusivo do *Ensaio*, “resumo de toda essa história até o tempo em que começa o belo século de Luís XIV”, é uma reflexão a respeito do “teatro das Revoluções” desde a queda de Roma. A palavra “revoluções” significa aqui os processos alternados de decadência e de progresso que o historiador costuma observar na história das “nações”. As “revoluções” são movimentos oscilantes. Sendo assim, “no curso de tantas revoluções, seja na Europa ou na Ásia, se pode assinalar que se formaram povos quase bárbaros em lugares outrora mais policiados” (VOLTAIRE 1963, II, p. 806). A história filosófica demonstra que, em toda parte, a ameaça de decadência é constante. Mais: nesse longo período histórico, nota-se “um apanhado de crimes, loucuras e infelicidades”, mas também “algumas virtudes, alguns tempos felizes” (VOLTAIRE 1963, II, p. 804). Se existe uma história universal nos textos de Voltaire, ela exprime esse “teatro de revoluções”, ou seja, a experiência histórica ambígua e irregular dos povos – o progresso não é irreversível em parte alguma.

O leitor talvez espere uma conclusão amarga desse “resumo”, mas Voltaire, aos poucos, altera o tom do texto. Primeiro, indica como a “natureza humana”, que se manifesta universalmente, salvaguarda certa racionalidade: “Em meio a essas pilhagens e destruições que nós observamos no espaço de novecentos anos, vimos um amor à ordem que anima em segredo o gênero humano e que preveniu a ruína total” (VOLTAIRE 1963, II, p. 808). O “amor à ordem” ajudou a formar os “códigos das nações” e colocou freio no “poder arbitrário”. Ele favoreceu ações racionais, entretanto parece ter um fundamento afetivo ou sentimental. De qualquer modo, o “amor à ordem” conteve e compensou, no curso da experiência histórica, “o interesse, o orgulho e todas as paixões” colocados pela “natureza” no “coração de todos os homens” e responsáveis pelos maiores desastres (VOLTAIRE 1963, II, p. 808). No *Ensaio*, tudo se passa como se duas forças naturais lutassem no “coração” humano: o “amor à ordem” e as “paixões”. O primeiro, favorecendo o “uso da razão”, talvez tenha prevalecido,

mas sem controlar plenamente os impulsos passionais, que sempre ameaçaram a racionalização em curso. A história comporta oscilações.

De qualquer maneira, o texto tende a ficar menos sombrio. Depois de anunciar a tensão entre o “amor à ordem” e as “paixões”, Voltaire abandona essas observações mais genéricas a respeito do movimento da história dos povos e foca sua atenção na Europa:

É fácil de julgar pelo quadro que nós fizemos da Europa, desde o tempo de Carlos Magno até nossos dias, que essa parte do mundo é incomparavelmente mais povoada, mais civilizada, mais rica, mais esclarecida do que ela era antes. Ela é muito superior mesmo ao Império Romano, se excetuarmos a Itália (VOLTAIRE 1963, II, p. 810-811).

Com algumas ressalvas (o caso italiano), o *Ensaio* anuncia o progresso europeu. De maneira global, a Europa moderna superou seus modelos clássicos. O “amor à ordem” prevaleceu. O historiador-filósofo detecta a lenta e difícil evolução dos recursos materiais e da vida intelectual – a Europa tornou-se mais rica, povoada e esclarecida. O continente ainda apresenta problemas sérios no século XVIII, pois as guerras promovem destruição e o clero recruta indivíduos para atividades inúteis, mas o balanço final é positivo. As linhas finais do texto revelam um otimismo cauteloso:

As guerras civis por muito tempo desolaram a Alemanha, a Inglaterra e a França, mas essas infelicidades foram reparadas e o estado florescente desses países prova que a indústria dos homens foi muito mais longe que seu furor. Não é assim na Pérsia, por exemplo, que há quarenta anos é vítima de devastações. Mas se ela se reunir sob um príncipe sábio, ela retomará sua consistência em menos tempo do que a perdeu.

Quando uma nação conhece as artes, quando ela não é subjugada e conduzida pelos estrangeiros, ela deixa facilmente seu estado de ruína e sempre se restabelece (VOLTAIRE 1963, II, p. 812).

Ao lembrar as “guerras civis”, o filósofo refere-se, muito provavelmente, aos conflitos religiosos e às disputas entre facções aristocráticas que caracterizaram a constituição dos grandes Estados europeus. Nestes, o progresso resultou, portanto, do controle imposto pelos príncipes às igrejas e à nobreza, possibilitando que os homens produtivos – os responsáveis pela “indústria” – se libertassem das garras dos “pequenos tiranos” e do fanatismo. No *Ensaio*, várias passagens sinalizam esse movimento progressivo. Quando trata dos séculos XV e XVI, por exemplo, Voltaire (1963, II, p. 163) afirma: “a polícia geral da Europa se aperfeiçoava, pois as leis não permitiam em nenhuma parte as guerras particulares dos senhores feudais”. Sendo assim, os súditos comuns conseguiram, enfim, manifestar livremente seu talento, contribuindo para o avanço material e espiritual de seus países. A “indústria” da nova elite pôde superar o “furor” da antiga que, para dominar, recorria à força física e à superstição.

Por outro lado, a passagem também remete para o caso persa. Para evidenciar o progresso da Europa, Voltaire recorre à comparação: contrasta os avanços europeus com a decadência do Estado asiático. Como em outras partes

do *Ensaio*, progresso e decadência são examinados paralelamente. Para bem compreender os termos dessa comparação, convém retomar o capítulo do *Ensaio* dedicado à Pérsia.

Segundo Voltaire (1963, II, p. 771-777), a Pérsia, até o início do século XVIII, era um dos lugares “mais civilizados” da Ásia, pois ali as “artes” eram cultivadas, os costumes “doces” e a “polícia geral” bem observada. Mesmo a filosofia persa, nos séculos XVI e XVII, estava aproximadamente no mesmo patamar que a europeia. Sua corte tinha uma aparência “magnífica”, havia abundância em todo o país e a monarquia garantia os “direitos de humanidade”. Voltaire traça, sem dúvida, uma bela imagem da Pérsia. Porém, nas primeiras décadas do século XVIII, o quadro mudou e a instabilidade política foi a principal responsável pela mudança. Para exprimir a nova situação Voltaire recorre, mais uma vez, à comparação com a história da Europa:

Em todos os quadros de crueldades e de infelicidades dos homens, que nós examinamos desde o tempo de Calos Magno, nada houve de mais horrível que as conseqüências da revolução de Ispahan (a capital persa). [...] A Pérsia inteira foi durante trinta anos o que tinha sido a Alemanha antes da paz da Vestefália, a França no tempo de Carlos VI e a Inglaterra durante as guerras entre a *rosa vermelha* e *rosa branca*. Do mais florescente dos Estados, a Pérsia caiu no maior abismo de infelicidades (VOLTAIRE 1963, II, p.775, grifo do autor).

297

Como indica a passagem, a “revolução de Ispahan”, que promoveu a decadência, é uma guerra civil comparável com as que perturbaram a Europa no início da Era Moderna. Os conflitos no Império Persa começaram com a revolta dos súditos tártaros que eram mulçumanos sunitas, sendo que os governantes eram xiitas. Mas o embate religioso não é o ponto mais enfatizado por Voltaire. O principal problema é o declínio da dinastia reinante. Esta, corrompida pela “moleza”, entregara o governo do país aos eunucos, homens aviltados pela humilhação da castração e, com tal, propensos para o “despotismo”. Também as diferentes facções dentro da corte, agindo sem o controle do monarca, perturbavam o Estado e comprometiam sua coesão. Nesse quadro confuso, minorias como os tártaros eram tratadas de modo brutal e, por vezes, se rebelavam. Com as revoltas, a fragilidade institucional se evidenciou. Nas fronteiras, turcos e russos ocuparam territórios persas. O jogo político tornou-se caótico e, por fim, uma sucessão de golpes de generais destruiu a dinastia reinante. Assassinatos e traições fizeram a coroa mudar de mãos várias vezes. Para Voltaire, a Pérsia da primeira metade do século XVIII é exemplo de caos político: quebrou-se a coesão da elite governante; diferentes facções recorriam apenas à força para resolver seus conflitos e satisfazer suas ambições. A referência ao “príncipe sábio” presente na passagem comentada acima, não visa apenas assinalar o papel do “rei filósofo”; anuncia, sobretudo, a necessidade de um poder central forte o suficiente para regularizar a situação, impor a paz e conter a violência dos que competem pelo poder. De alguma maneira, seria preciso repetir o percurso das monarquias inglesa e francesa após as guerras civis dos séculos XV e XVI. Civilizador, o poder central fortalecido possibilitaria o

surgimento de uma elite ativa capaz de resgatar a “indústria” e a vida intelectual dos persas. Assim, o progresso seria, como foi na Europa, a recuperação de um processo histórico anterior.

Em vista do exposto, é possível dizer que Voltaire, com seus trabalhos historiográficos, pretende ajudar a formar essa elite ilustrada e civilizadora. A partir da interpretação histórica, Voltaire esclarece os interesses que lhe parecem legítimos no jogo social e úteis para o conjunto da sociedade. Talvez possamos ir além: analisando a origem e o comportamento de reis, aristocratas e burgueses, procura indicar os sujeitos históricos capazes de sustentar e dirigir o progresso.

Dessa forma, a historiografia de Voltaire não se endereça apenas para os príncipes, mas para todos que têm recursos materiais e influência capazes de interferir em algum aspecto do processo em curso e evitar o retrocesso. A noção de progresso deriva dessa perspectiva. Sua obra não se limita a propor a reforma da ordem social vigente com o objetivo de mantê-la. Também não é uma dura condenação dessa ordem ou uma aposta na ação popular. Propõe o aprofundamento das tendências históricas consideradas salutares (o direito de propriedade particular, a instituição de monarquias reguladas por leis, a expansão do comércio e da *politesse* etc) e, de modo um pouco impreciso, aponta o grupo social capaz de conduzir o processo na Europa: os burgueses e os aristocratas reunidos na *república das letras*, partidários do criticismo das Luzes - o público ilustrado.

Nem conservadora nem revolucionária, a elite pensada por Voltaire deve abrir a ordem social para o aperfeiçoamento constante, lutando contra as forças que podem provocar a decadência. Esta, como evidencia o caso persa, sempre é possível quando a elite dirigente perde a coesão, mergulha na idiotia e emprega a violência para resolver suas disputas. A história filosófica é útil – talvez fundamental – na medida em que oferece à elite a compreensão do mundo que a cerca, evitando a alienação, a tirania e as superstições. Possibilita, enfim, que ela entenda seu papel histórico e sustente o progresso, pois o risco da decadência não pode ser completamente neutralizado.

298

Referências bibliográficas:

- BINOCHÉ, Bertrand; TINLAND, Frank (orgs.). **Sens du devenir et pensée de l'histoire au temps des Lumières**. Seyssel: Champ Vallon, 2000.
- CASSIRER, Ernst. **Filosofia de la ilustración**. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- CONDORCET. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- D'ALEMBERT; DIDEROT (org.). **Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société des gens des lettres**. Vol. XVII. Genebra: Pellet, 1778.

- GUSDORF, Georges. **Les sciences humaines et la pensée occidentale** : les principes de la pensée au siècle des Lumières. Vol. IV. Paris: Payot, 1971.
- HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. 2 volumes. Lisboa: Presença, 1974.
- LEPAPE, Pierre. **Voltaire: nascimento dos intelectuais no século das Luzes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- POCOCK, John G. A. **Barbarism and religion**: barbarians, savage and empires. Vol. IV. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- ROSSI, Paolo. **Os filósofos e as máquinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes**. Paris: Éditions Sociales, 1971.
- VOLTAIRE. **Dictionnaire philosophique**. Edição de Raymond Naves. Paris: Garnier-Flammarion, 1964.
- _____. **Essai sur les moeurs et l'esprit des nations et sur les principaux faits de l'histoire depuis Charlemagne jusqu'à Louis XIII**. Edição de René Pomeau. 2 volumes. Paris: Garnier Frères, 1963.
- _____. **Oeuvres complètes**. Edição de Louis Moland. 50 volumes. Nendeln: Kraus Reprint Limited, 1967.
- _____. **Le siècle de Louis XIV**. Prefácio e notas René Groos. 2 volumes. Paris: Garnier, 1947.

Resenhas

review essays

Filme, história e narrativa

Film, history and narrative

ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes / Os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, 264 p.

Alexander Martins Vianna

Professor adjunto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
alexvianna1974@hotmail.com
Rua Barão de Mesquita, 463/305 – Tijuca
20540-001 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Cinema; Narrativa.

Keywords

Theory of history; Cinema; Narrative.

301

Enviado em: 17/2/2011

Aprovado em: 9/3/2011

Em 2010, foi lançado o livro de Robert Rosenstone *A história nos filmes / Os filmes na história* pela editora Paz e Terra. Trata-se de uma reunião das reflexões recentes deste autor sobre a relação entre cinema e história, assim como, uma autorreflexão sobre a sua própria trajetória no tema, havendo instrutivas autocríticas, que são muito significativas sobre a evolução do campo, além de serem muito bem-humoradas. Ao final, há uma relação interessante da produção bibliográfica (predominantemente norte-americana) sobre o tema, que serve como bom medidor da evolução do debate neste campo.

Há considerações pertinentes de ordem teórica e metodológica que firmam a incorporação do debate crítico da "virada linguística" em história, demonstrando como isso afetou (ou deveria afetar) a discussão sobre o filme como fonte histórica e a relação entre narrativa e fato histórico. Além disso, Rosenstone considera, oportunamente, o componente emocional específico de significação da associação som/imagem e performance que caracteriza os "filmes históricos" enquanto mídia, distinguindo a sua forma de narrativa dos "livros acadêmicos de História" enquanto mídia. Por tudo isso, penso que esta obra é, atualmente, um bom ponto de partida teórico e metodológico para quem pretenda discutir e analisar o filme como fonte de época (e como narrativa sobre uma época), com cujo aporte me identifico intelectualmente há uma década.

Ao longo do livro, a intenção recorrente de Rosenstone é demonstrar que o gênero "filme histórico" tem tanto valor (enquanto narrativa sobre o passado) quanto os livros acadêmicos, pois ambos seriam formas midiáticas distintas de propor regimes de verdade sobre o passado. Aliás, Rosenstone lembra que, atualmente, a maioria das pessoas têm visões sobre o passado muito mais marcadas pelo que conheceram através de filmes do que por livros e, portanto, a recepção e a difusão de ideias de passado através de "filmes históricos" definem um *status* tão importante para a sua narrativa sobre o passado que não pode ser negligenciada pelos "acadêmicos".

No entanto, se a "virada linguística" foi um marco intelectual importante para o historiador introduzir um componente autoanalítico em (ou adquirir uma consciência metanarrativa a respeito de) seus escritos sobre o passado, Rosenstone lembra que isso é mais recorrente nos livros acadêmicos de história do que em filmes "de história". Filmes que são conscientemente metanarrativos ou metacríticos em relação ao regime dramático de narração acabam alcançando uma audiência muito diminuta de intelectuais. Portanto, são as narrativas dramáticas que predominam nas produções cinematográficas "sobre história", ou seja, são elas que alcançam públicos mais amplos e difundem "cânones de passado". Rosenstone propõe que este tipo de produção cinematográfica seja estudado sem preconceito, devendo o historiador estar atento à sua forma, sentido e regimes narrativos enquanto mídia, em vez de pretender ser normativo sobre qual deveria ser a "forma correta" de narrativa de passado.

Há nisso um pressuposto metodológico importante que serve para qualquer trabalho com fontes históricas (imagéticas ou não): para se entender como um "filme histórico" dá a ver um "tema histórico", devemos ter um profundo

conhecimento do “campo institucional” ou “regimes de gosto e verdades” que definem a sua abordagem em sua época de produção, de modo a entender as escolhas de produtores, roteiristas e diretores. No caso específico de Rosenstone, “tema histórico” se confunde com o gênero que ele analisa: “dramas e documentários históricos”. No entanto, tal pressuposto metodológico pode ser ampliado para qualquer tipo de filme, já que são a pergunta e os interesses temáticos do historiador que transformam um filme em fonte pertinente para análises históricas, desde que este tenha capacidade para responder as suas perguntas.

Em todo caso, devemos estar atento ao modo como as perguntas são feitas e como são respondidas, ou seja, a “virada linguística” foi fundamental para o historiador incluir em sua narrativa um componente autoanalítico, de modo a superar a “ingenuidade positivista”. Afinal, conscientemente ou não, lembra Rosenstone, livros e filmes “de história” expressam ou propõem teses morais a partir de regimes específicos de narrativas e das regularidades internas dos materiais utilizados. No entanto, geralmente no filme fica mais evidente que suas narrativas (dramáticas) têm o interesse de acionar na audiência determinadas emoções, que nos dizem muito a respeito do “campo” em que se inscreve, ou em relação ao qual pretende se diferir, ao tratar de um tema ou conjunto de temas.

303

Disso decorre outro pressuposto metodológico importante: a intencionalidade do diretor/roteirista, embora importante, não deve ser necessariamente predominante para a análise de um filme, pois este deve ser estudado como “obra acabada” vinculada a um *habitus* de produção, ou seja, o filme deve ser entendido como o “resultado” de um campo de trabalho coletivo e, portanto, deve-se considerar que há uma negociação permanente na construção de significados que somente termina quando a obra é finalmente editada. Por exemplo, quem cuida da edição de som pode inserir entendimento (emocional e cognitivo) ou criar efeito de condensação temática que não fora necessariamente previsto pelo diretor, roteirista e consultor histórico (no caso de “filmes históricos”), mas com o qual puderam concordar *a posteriori*, dando novo ângulo de entendimento para cenas, tramas e caracterização de personagens. Enfim, conhecer a forma e o sentido da produção de um filme é importante, pois isso interfere – devido ao seu regime próprio de narrativa, interesses e valores – em como o filme é apresentado à audiência.

Nesses termos, quando se analisa um filme, analisa-se um “resultado” que provoca/propõe ideias e valores através de emoções e teses morais. Afinal, para funcionar a partir de suas próprias regularidades internas enquanto mídia, a narrativa fílmica (dramática ou não) necessariamente precisa de teses morais, tal como os livros de história também o fazem a partir de seu regime próprio de narrativa. Tais teses morais podem identificar a posição de um artefato cultural num campo temático de debate.

Enfim, qualquer produção do cinema somente pode ser opção como fonte para estudo histórico quando o historiador se prontificar a conhecer profundamente

o campo social e institucional de ideias, gostos, interesses e valores que interferem nas escolhas de uma produção, o que implica também em conhecer os regimes de verdades sobre os temas abarcados no filme, ou seja, o chão de debates intelectuais, políticos, culturais, sociais etc, em que se insere, ou em relação ao qual pretende se diferir.

Por outro lado, analisar um filme é também reduzi-lo, pois é reconduzi-lo do *écran* à página, sendo que esta não pode traduzir perfeitamente em palavras aquilo que associa som, imagem e performance para produzir efeitos emocionais para teses morais. Todavia, este é o paradoxo da narrativa histórica sobre qualquer objeto, e não somente para o caso da análise de filmes, pois, como lembra Rosenstone, uma narrativa não pode traduzir um "evento" sem imperfeitamente reduzi-lo – e narrar um evento é também produzi-lo.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **Ce que parler veut dire**. Paris: Arthème Fayard, 1982.
- DÉLAGE, Christian. Cinéma, histoire: la réappropriation des récits. **Vertigo**, n. 16, p.13-23, 1997.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LaCAPRA, Dominick. **Soundings in critical theory**. Ithaca/London: Cornell University Press, 1989.
- ROSENSTONE, Robert. JFK: historical fact/historical film. **American Historical Review**, vol. 97, n. 2, p.506-511, 1995.
- SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- TOEWS, John E. Intellectual history after the linguistic turn: the autonomy of meaning and the irreducibility of experience. **American Historical Review**, vol. 92, n.4, p. 879-907, 1987.
- WHITE, Hayden. **Meta-história**. São Paulo: Edusp, 2008.

O tempo e a história em torno de Fernand Braudel

Time and history in Fernand Braudel

LOPES, Marcos Antônio (org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, 184p.

Alessandra Soares Santos

Doutoranda

Universidade Federal de Minas Gerais

alessandrast@ufmg.br

Rua Nísio Batista de Oliveira, 159/303 – São Lucas

30240-510 – Belo Horizonte – MG

Brasil

Palavras-chave

Fernand Braudel; Tempo histórico; Teoria da história.

Keywords

Fernand Braudel; Historical time; Theory of history.

305

Enviado em: 8/6/2011

Aprovado em: 28/6/2011

Por que ler Braudel hoje? É antecipando esta indagação que Marcos Antônio Lopes nos apresenta a coletânea de ensaios sobre a obra de Fernand Braudel (1902-1985), organizada por ele e publicada pela primeira vez em 2003, ainda como parte das comemorações do centenário do historiador francês. A atualidade de Braudel no interior da cultura historiográfica brasileira e latino-americana – fato comprovado pela existência de inúmeros artigos sobre o pensamento histórico de Braudel e pelas edições cada vez mais comuns de seus livros em língua portuguesa – é a resposta do organizador que justifica sua reunião de artigos. Ainda que a coletânea tenha a marca da obra comemorativa, apresentando-se como uma homenagem à moda acadêmica, não abre mão do espírito crítico no exame da vida e da obra de Braudel e se credencia como mais uma contribuição de Lopes ao campo da história intelectual.

O livro pretende oferecer uma análise abrangente da obra de Braudel com o objetivo de estimular a leitura direta de sua extensa produção. As questões sobre as relações entre a sua vida e a sua obra, sobre a preocupação com a unidade teórica de seus escritos, sobre a influência da experiência brasileira em seus estudos, bem como sobre os conceitos e métodos fundamentais que norteiam a sua teoria da história, estão presentes no conjunto dos doze ensaios que compõem o livro, assinados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Entretanto, os textos não possuem uma disposição temática ou cronológica na coletânea, o que faz com que haja uma concentração de artigos em torno da longa duração e da análise de *O Mediterrâneo*. Um diálogo mais estreito entre os textos talvez pudesse ter evitado a repetição de certos temas e contemplado a abordagem de outros tantos, enriquecendo ainda mais a contribuição destes estudos ao leitor especializado.

No ensaio de abertura da coletânea, Maurice Aymard faz um grande retrospecto da vida e da obra de Braudel para encontrar sua “diretriz de unidade”. Para o autor, os três livros mais importantes do historiador francês corresponderiam a três estágios diversos de sua vida. *O Mediterrâneo* seria o resultado do trabalho de um jovem historiador imerso nos arquivos do século XVI e confrontado com a realidade da Argélia e do Brasil. Os três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo*, concebidos na maturidade, seriam frutos das pesquisas do já respeitado líder dos *Annales*, reconhecido inclusive por um grande público não acadêmico. *A identidade da França* foi uma obra inacabada que fez parte do período de sua aposentadoria, quando as dificuldades para concluí-la já eram sabidas desde o início. Para Aymard, o homem e o historiador estavam, pois, unidos em Braudel através de “uma enorme ambição pela história” e de “uma clara consciência de seus limites”. Embora a análise seja orientada por esta busca de uma unidade entre vida e obra, resultando, por vezes, em conclusões reducionistas, tem o mérito de valorizar a capacidade de Braudel para compreender o seu tempo, atribuindo sua originalidade a esta sensibilidade para entender o presente.

Após conhecer aspectos relevantes da vida e da trajetória intelectual de Braudel, o leitor da coletânea embarca na análise de questões específicas da

obra do historiador francês. Em seu artigo, Antônio Penalves Rocha busca na história da própria obra de Braudel os pressupostos teóricos que nortearam a produção de *Civilização material, economia e capitalismo*, já que eles não foram elaborados no próprio livro. Rocha busca n' *O Mediterrâneo* a tripartição do tempo que permitiu a Braudel identificar a vida material com a longa duração, a economia de mercado e o capitalismo com as mudanças lentas, e os eventos das economias-mundos com a curta duração. Para o autor, Braudel demonstrou no livro *Civilização material, economia e capitalismo* que a pluralidade dos tempos da história poderia ser encontrada em outros níveis históricos, como na economia, e não somente na relação homem/meio ambiente abordada n' *O Mediterrâneo*. A longa duração, portanto, não seria pré-determinada pela teoria, mas se manifestaria na prática da pesquisa histórica. Para Rocha, além disso, ao se apropriar de um objeto da etnologia – a *vida material* ou *civilização material* – Braudel estaria colocando em prática a criação de um “mercado comum” das ciências sociais, argumento que tinha ajudado a tornar cordial sua rivalidade com Lévi-Strauss na década de 1950.

Foi partindo desse confronto da história com as ciências sociais, traduzido nos desafios lançados por Lévi-Strauss à história e na resposta dada por Fernand Braudel com a longa duração como estrutura, que François Dosse apontou para os “efeitos” dessa nova história braudeliana. O artigo, publicado originalmente na revista *Espaces Temps* em 1987, é resultado de sua reflexão crítica sobre o momento vivenciado pela historiografia naqueles anos, quando houve um esforço notável para redistribuir as relações de força entre a história e as ciências sociais, inclusive com a reformulação das regras da troca interdisciplinar. Para Dosse, Braudel preparou o terreno para a “terceira geração” dos *Annales*, na qual o passado passou a ser estudado a partir do ponto de vista do etnólogo. Não obstante a abertura de novos campos de pesquisa, Dosse questiona se o discurso histórico não teria ficado a cargo da antropologia e se esta não teria, finalmente, desbancado a história. Segundo ele, o ponto de vista da longa duração acabou integrando de tal forma o indivíduo aos processos e às estruturas sociais que ele deixou de ser compreendido como sujeito da história. A partir da sua consideração de que nada se pode fazer contra o peso do passado, a não ser tomar consciência dele, Braudel minorou o papel do homem como força coletiva. Como consequência, consolidou-se uma concepção pessimista do destino do mundo, na medida em que o homem não exerce controle sobre sua própria historicidade. A história estava pagando o preço de sua metamorfose.

No artigo de Eliana Regina de Freitas Dutra é a especificidade da ideia de estrutura de Braudel em *O Mediterrâneo* que está em jogo. A autora destaca as ambiguidades da sua concepção em relação aos cânones do estruturalismo. Se, por um lado, Braudel entende a estrutura enquanto possuidora de um caráter de sistema, tal como as mais clássicas abordagens estruturalistas, por outro, ele não ignora os processos temporais nem os eventos exteriores que interferem nas totalidades mais estáveis. Mas na sua concepção, a convergência e a solidariedade

das diferentes durações só são possíveis porque compartilham a mesma escala, a do tempo do mundo, o tempo da história. Outra ressalta que, tendo o tempo como o elemento unificador da grande estrutura, Braudel acaba negando a diferença, a irregularidade, a ruptura de seu conceito de tempo histórico. A estrutura unificada foi estabelecida como um princípio pelo autor e acabou retirando toda a complexidade da realidade histórica. Se os críticos consideraram que o ponto fraco da obra de Braudel era justamente esta incapacidade de estabelecer a unidade postulada através da teoria das durações, para a autora, o triunfo da heterogeneidade foi uma “vingança da história” contra uma ontologia cientificista que poderia fazer com que o tempo se desintegrasse na ilusão de uma intemporalidade.

Essa transformação da percepção do tempo pelos cientistas sociais também foi tratada por Immanuel Wallerstein. Ele aborda a questão a partir da forma como os cientistas sociais e os físicos lidam com o tempo. O modelo newtoniano de ciência teria imposto a concepção da reversibilidade dos processos físicos, atestando que as relações fundamentais não mudariam nunca, visto que o tempo e a duração não exerceriam nenhum efeito sobre elas. Outras perspectivas científicas, como a do químico e físico Ilya Prigogine e a dos cientistas sociais, entretanto, falam e fazem uso do tempo e da duração. Para Wallerstein, tanto Braudel quanto Prigogine foram responsáveis pela transformação da relação dos cientistas com o tempo. Se Braudel reintroduziu o conceito de “longa duração” como instrumento epistemológico indispensável às ciências sociais, Prigogine retomou a ideia da “flecha do tempo” como instrumento epistemológico indispensável às ciências naturais. O autor buscou os pontos de inflexão que aproximam um do outro. A mecânica newtoniana está para Prigogine como a história acidental está para Braudel, mas nenhum deles, segundo Wallerstein, procurou erradicar o anterior para substituir pelo novo: ambos permaneceram no terreno do “terceiro não excluído”: o tempo e a duração simultaneamente.

Se o artigo de Wallerstein tende a valorizar como inovadoras as transformações operadas por Braudel na relação dos historiadores com o tempo, o ensaio de Marcos Antônio Lopes faz uma ponderação importante ao destacar que estas mudanças na percepção do tempo já eram propostas desde as primeiras contribuições de Marc Bloch e Lucien Febvre. Os antecessores de Braudel na revitalização da disciplina histórica, segundo Lopes, já tinham transformado a concepção linear da temporalidade. Se Bloch e Febvre não teorizaram sobre o tempo da história, como fez Braudel, é preciso reconhecer que suas obras trazem implícita uma sensível compreensão do tempo histórico. Lopes lembra que “antes mesmo de Braudel formular a sua original teoria dos tempos múltiplos (...), o tempo da história já não mais se reduzia à pura e simples cronologia ou mesmo a periodizações esquemáticas de historiadores metódicos” (LOPES 2008, p. 93). A afirmação não diminui a importância da contribuição de Braudel, pois se podemos perceber facilmente as linhas de continuidade entre Bloch, Febvre e Braudel, não devemos estabelecer uma

relação mecânica entre suas ideias. Antes de ingressar no círculo de influência *annaliste*, a "longa duração" já estava sendo gestada por Braudel. Além disso, sua percepção das profundas conexões entre o tempo e o espaço foram de fato inovadoras e o colocam, na concepção de Lopes, na posição de figura maior dos *Annales*.

É com o segundo ensaio de Maurice Aymard que a reflexão abandona momentaneamente o tema da longa duração e a referência maior de *O Mediterrâneo* para tratar de outro importante conceito braudeliano, o de civilização. Mais do que expor as considerações de Braudel sobre o tema, Aymard parece defender a operacionalização do conceito de civilização para pensar a realidade contemporânea. Sua preocupação incide sobre a recusa da uniformização cultural, política e econômica que, sob o seu olhar, aparece nas formas dos fundamentalismos religiosos ou ideológicos. São essas manifestações extremas que o impelem a defender a civilização, ao mesmo tempo em que repudia a simples homogeneização cultural. Como, então, conciliar a aceitação da diversidade, reconhecendo o outro em sua diferença e, ao mesmo tempo, defender a homogeneidade inerente à ideia de civilização? Para Aymard, é preciso considerar as variadas definições do termo sem, no entanto, escolher de antemão qualquer uma delas. O diálogo caberia aos "mediadores", aos "guias culturais qualificados" que seriam os dotados da capacidade de compreender as diferenças, mas também de ajudar a superá-las através da proposição de equivalências e da manutenção do diálogo entre as diferentes culturas.

309

Na coletânea em homenagem a Braudel, coube a José Carlos Reis convidar os críticos da teoria das temporalidades para provocar a polêmica. Em seu ensaio, o autor dialoga com J. C. Perrot, Claude Lefort, Kinser, Paul Ricoeur, F. Fourquet, P. A. Rosenthal e J. Hexter. Com eles, questões importantes para a problematização da obra de Braudel são levantadas. Ele é chamado de determinista, eurocêntrico, hierárquico e teleológico; é acusado de não precisar o seu conceito de estrutura, de não dar uma unidade de sentido às análises que apresenta e de não resolver o problema historiográfico que ele mesmo propõe, que é o da articulação dos fenômenos duráveis com os de mudança rápida. Para os críticos, a obra máxima de Braudel, *O Mediterrâneo*, não foi paradigmática, pois não teve paralelo entre os *Annales*. Para Reis, entretanto, uma concepção mais flexível do conceito de paradigma poderia nos levar a pensar a obra de Braudel como uma matriz disciplinar dos *Annales*, na medida em que os trabalhos que se seguiram se inspiraram em sua linguagem, em seus temas e fontes, em sua noção de tempo histórico, em seu padrão de qualidade. Reis reconhece que esta foi uma influência difusa e que a história global se transformou em uma utopia epistemológica, mas leva em consideração que a intenção de Braudel nunca foi "aprisionar espíritos" em sistemas fechados. Assim, a história pós-braudeliana teria tomado direções diversas, como a história serial, a história estrutural e a história acontecimental.

Ao abordar em seu ensaio o capitalismo anterior à Revolução Industrial, tema central de Braudel em *Civilização material, economia e capitalismo*, Carlos

Antônio Aguirre Rojas põe em debate os vínculos entre capitalismo e modernidade. Se o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa moderna coincidem quanto ao seu momento de emergência histórica e são ambas influenciadas pelo complexo conjunto de revoluções das estruturas de longa duração, seus desenvolvimentos não se confundem. A modernidade pode ser explicada como o resultado principal destas transformações estruturais, mas também ela é a causa que possibilita a prosperidade do capitalismo. O principal exemplo do esquema tripartite de Braudel – civilização material, economia de mercado e capitalismo – estaria na explicação da Revolução Industrial. Sob um ponto de vista peculiar, Braudel afirma que essa revolução só foi possível pela maior força e presença social que o capitalismo adquiriu entre os séculos XIII e XVIII e que essa potência só foi possível pela mercantilização generalizada da sociedade e pelo florescimento e expansão da “economia de mercado”. Rojas ainda destaca que Braudel se mantém fiel à tese da dependência geral da vida econômica com relação à vida ou civilização material, pois tal mercantilização é interpretada como resultado do desenvolvimento excepcional dessa mesma vida material através do conjunto de revoluções de longa duração que dominaram as sociedades europeias. Portanto, se a modernidade não é simples superestrutura do capitalismo e tampouco é idêntica à civilização, Rojas conclui apostando na existência de modernidades não capitalistas capazes de se realizarem após o fim do capitalismo através de diversos caminhos civilizatórios.

Com o ensaio de Fábio Duarte Joly, o Mediterrâneo volta à cena através da reflexão sobre a sua unidade produzida por Braudel. O autor lembra que Braudel não se dedicou apenas ao Mediterrâneo do século XVI, mas que deixou estudos sobre ele desde a pré-história até a Antiguidade, reunidos em *Memórias do Mediterrâneo*. Joly procura mostrar que a principal linha de força da narrativa de Braudel nestes estudos foi a busca pela unidade do Mediterrâneo, pela descoberta do momento em que é possível falar que esse mar se tornou unificado.

Nos dois últimos ensaios da coletânea, Braudel se aproxima do Brasil através de duas vias diversas. No segundo ensaio de Carlos Antônio Aguirre Rojas, a história da civilização latino-americana aparece como a comprovação do êxito da expansão da civilização europeia. O autor se propõe tratar da conexão entre a economia-mundo europeia e o subcontinente latino-americano a partir do papel específico da América na constituição inicial do capitalismo e do problema do impacto que esta conexão teve no processo de construção étnico-demográfica da civilização latino-americana. Nesse ponto, o leitor poderia se perguntar onde Braudel entra na história. É no próprio ponto de vista de Rojas, que segue a linha de interpretação braudeliana, que o historiador francês se manifesta. No contexto de formação do mercado mundial capitalista e de universalização da história, a América ajuda a inaugurar a história moderna do mundo, pois é através dos seus metais que se explicam o desenvolvimento e o auge da economia-mundo europeia na Idade Moderna. É através das estruturas

de longa duração que Rojas pretende encontrar os principais processos que configuram as identidades da América Latina atualmente, seja através do impacto das disputas demográficas, das migrações ou da escravidão.

A coletânea se encerra com um artigo de Luís Correa Lima sobre a trajetória intelectual de Braudel no Brasil e as marcas que esta passagem deixou em sua obra. Seja nas aulas e palestras realizadas na USP ou nos artigos publicados no jornal O Estado de S. Paulo, Lima mostra que o Brasil e a América Latina foram objeto de estudo de Braudel por quase vinte anos. A influência maior da experiência brasileira no trabalho do historiador francês, segundo o autor, pode ser encontrada na própria busca das permanências e da história lenta nas diversas manifestações da vida material.

Após mergulhar no mundo de Braudel através desta coletânea de textos sobre tempo e história, o leitor se familiariza com as dimensões e o alcance da obra de Fernand Braudel, considerado quase unanimemente o maior historiador e pensador social do século XX. A nova chave metodológica inaugurada por ele, sua teoria das temporalidades e, particularmente, sua perspectiva da longa duração, foi o fio condutor que explicou não só a sua contribuição teórico-metodológica à história, mas também suas atitudes pessoais e suas diversas expressões intelectuais. Mas para além dessa perspectiva geral, cada artigo presente na coletânea oferece de uma maneira particular suas razões para tornar a obra de Braudel uma leitura obrigatória ainda hoje.

Novas perspectivas sobre as reformas educacionais no Rio de Janeiro (1920-1930)

New perspectives on educational reforms in Rio de Janeiro (1920-1930)

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930*. Belo Horizonte: Argvmentvm; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008, 176 p.

Alessandra Frota Martinez de Schueler

Professora adjunta
Universidade Federal Fluminense
alefrotaschueler@gmail.com
Rua Visconde do Rio Branco, 882, Campus do Gragoatá, Bloco D - Gragoatá
24210-350 - Niterói - RJ
Brasil

Ariadne Lopes Ecar

Mestre
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ariadneecar@gmail.com
Rua São Francisco Xavier, 524, 12º andar - Maracanã
20550-013 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

312

Palavras-chave

Educação; História da educação; Historiografia.

Keywords

Education; History of education; Historiography.

Enviado em: 2/6/2011
Aprovado em: 8/8/2011

Comemorar onze anos de existência do NIEPHE - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (Universidade de São Paulo), eis o objetivo do livro *Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930*, organizado por Diana Gonçalves Vidal. Publicada pelo núcleo com recursos do CNPq, em parceria com a editora *Argumentvm*, a obra reúne um conjunto de artigos resultantes da produção acadêmica, das práticas de investigação e das reflexões teórico-metodológicas elaboradas no âmbito do grupo de pesquisa, por professores e estudantes de graduação e de pós-graduação.

É possível observar a densidade do investimento de pesquisa realizado pelo NIEPHE e a articulação das propostas de investigação desenvolvidas e concretizadas ao longo dos onze anos de existência. No campo da história da educação, os integrantes do grupo, sob a coordenação de Diana Vidal e Maurilane Biccas, agregaram-se não somente em torno de temáticas, temporalidades ou de interesses afins. Sobretudo, compartilharam e produziram problemas de pesquisa e questões teórico-metodológicas. O próprio processo de constituição do NIEPHE, como grupo de investigação em História da Educação, sua trajetória, diversidade, produção e contribuições para o campo, é ricamente narrado na introdução pela coordenadora e organizadora da coletânea, Diana Gonçalves Vidal.

Na apresentação, a autora expõe como o seu trabalho inicial com o acervo pertencente ao Arquivo Fernando de Azevedo (Instituto de Estudos Brasileiros/USP) foi importante para a emergência de perguntas e do interesse historiográfico sobre a gestão carioca do escolanovista. Na análise de documentos diversos (leis, relatórios, programas de ensino, impressos em geral, entre outros), integrantes do acervo documental da reforma azevediana, observava-se a força do tom renovador, a intenção de modernizar e transformar a realidade, a cultura das escolas do Rio de Janeiro. O tom reformista conjugava-se com o diagnóstico sobre o atraso, sinalizando o estado deplorável do ensino na cidade nos anos que o antecederam. Diante das tradicionais casas de escola, geralmente, alugadas e consideradas inespecíficas para o trabalho de ensinar, uma das tarefas do diretor geral da Instrução Pública se consubstanciava na construção de prédios escolares próprios, modernos e adaptados aos fins do ensino.

Não por acaso, esse modo de construir a memória educacional tem estado reiteradamente presente na historiografia da educação brasileira. As décadas de 1920 e 1930, contemplando o período de maior efervescência e impacto das reformas estaduais, chamadas de escolanovistas, foram consideradas por seus próprios agentes como marcos de origem. Momento de grande empreendimento público e social em prol da educação, os anos de 1920 e 1930 foram identificados com as luzes e a modernidade, em detrimento das sombras, e das tradições, dos primeiros anos de instabilidade republicana e do período imperial, prescritos como tempos de ausências no que tange à educação e aos processos de escolarização. Tal chave interpretativa, que ainda pode ser lida em manuais de história da educação consumidos por professores em formação, nos cursos de graduação (licenciaturas) e nas escolas normais, é problematizada pelo conjunto de artigos da coletânea. Neles, os autores analisam, sob variadas perspectivas

e a partir de diversas fontes documentais, as realizações da reforma educacional, atentando, porém, para o complexo processo de construção de representações culturais e sociais, bem como para a construção de uma determinada memória sobre a administração azevediana.

Os eixos de investigação que orientaram as pesquisas desenvolvidas no NIEPHE fertilizaram e mobilizaram intensamente o campo da história da educação brasileira. Participando ativamente do debate no interior da produção historiográfica em educação, o grupo contribuiu, entre outros aspectos, para a construção de abordagens centradas na cultura e nas práticas escolares, compreendendo que, na cultura escolar, há sempre um espaço de negociação “entre o imposto e o praticado, e, mesmo, de criação de saberes e fazeres que retornam à sociedade, seja como práticas culturais, seja como problemas que exigem regulação no âmbito educativo” (VIDAL; BICCAS 2008, p. 25). Nela, se pode perceber como foram constituídas as práticas escolares que “são modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentidos, partilhados social e historicamente” (VIDAL; BICCAS 2008, p. 25). Conhecer as práticas demanda o manuseio de documentos escolares, elementos que não são encontrados com facilidade como cadernos, diários e exames, por exemplo, que podem fornecer pistas dos assuntos ensinados em sala de aula, e ainda, a mobília e todo o conjunto de objetos e artefatos que fazem parte do universo escolar. Assim, o trabalho com os detalhes “permite reconhecer o passado na sua singularidade” (VIDAL; BICCAS 2008, p. 28) e a ampliação da abordagem “possibilita perceber permanências e avaliar mudanças” (VIDAL; BICCAS 2008, p. 28).

Outra categoria de análise problematizada pelo grupo, a de estratégias de escolarização, pode ser destrinchada em dois conceitos: escolarização, como empreendimento, principalmente, do Estado, mas também de movimentos sociais, indivíduos ou grupos específicos (operários, negros, imigrantes e outros); e estratégia, inspirado em Michel de Certeau (1994), que produz o “lugar de poder” pelo estrategista, que, por sua vez, busca exercer seu potencial de dirigir e regular as relações externas. Tais dispositivos analíticos têm permitido ao NIEPHE perscrutar a história da escola elementar, compreendendo essa instituição social nas suas regularidades e dessemelhanças históricas, em uma ampla perspectiva.¹

O texto inicial assinado por Vidal e Biccás é de leitura fundamental para a compreensão do conjunto dos artigos reunidos em *Reforma e educação*, pois apresenta uma diversidade temática e de diferentes abordagens teóricas vistos nos artigos, que constituem produtos de teses, dissertações e monografias resultantes de pesquisas de iniciação científica, e apresentam um ponto de partida comum, ou seja, buscam realizar uma análise minuciosa das reformas educativas ocorridas nas décadas de 1920 e 1930, na cidade do Rio de Janeiro,

¹ Para Vidal e Biccás, a escola elementar reuniu diversas denominações na história educacional brasileira: “aulas régias de primeiras letras, aulas nacionais de primeiras letras, escolas de primeiro e segundo graus, escolas primárias, escolas modernas, escolas de imigrantes, grupos escolares, escolas isoladas, dentre outras” (VIDAL; BICCAS 2008, p. 31).

então Distrito Federal. Tais reformas, geralmente identificadas como ícones de modernização e de renovação educacionais na sociedade brasileira, também foram reconhecidas pela apropriação, circulação e difusão de ideais e movimentos pedagógicos, políticos e filosóficos que, embora heterogêneos, foram denominados escolanovismos ou Escola Nova. Partindo dessa problemática central, os estudos, em sua maior parte, conferem destaque às relações entre educação e reforma, especialmente, ao período da administração de Fernando de Azevedo (1927-1930).

A seguir, o texto "A reforma de Fernando de Azevedo em artigos de imprensa e sua ação política na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930)", de André Luiz Paulilo aborda as estratégias políticas utilizadas por Fernando de Azevedo visando conferir legitimidade a sua ação frente ao cargo que acabara de assumir. O autor demonstra como as propostas do escolanovista emergiram do acompanhamento, e da apropriação estratégica, dos debates públicos sobre a educação escolar, difundidos nos periódicos cariocas. Apenas para citar um exemplo, mencionamos a ocasião em que Azevedo, recorrendo ao artigo de Barbosa Vianna, veiculado no *Jornal do Brasil*, lança mão de seus argumentos para defender a necessidade de reduzir o número de professores da Escola Normal. Dessa forma, se apropriava do discurso da imprensa "também para produzir convencimento" (PAULILO 2008, p. 50) sobre suas proposições e reformas. Os jornais eram utilizados também como veículo de emissão do ideário, das notícias e dos feitos de sua gestão, bem como funcionavam como espaço de contestação, diálogo e discussão a respeito da política educacional azevediana. O artigo permite observar as estratégias políticas da administração pública de ensino, que se utilizou da imprensa como instrumento para "responder críticas e esclarecer problemas administrativos" (PAULILO 2008, p. 54), mas também como instrumento de divulgação dos empreendimentos reformistas de Azevedo.

Acompanhando a análise anterior, a reforma Fernando de Azevedo é analisada a partir da produção de um rico acervo fotográfico por Rachel Duarte Abdala, em "A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927-1930)". A imagem impressa, como documento monumental de uma política educacional, foi representada por Azevedo como registro da verdade, a verdade da reforma. Por isso, tanto Augusto Malta, fotógrafo da prefeitura do Rio de Janeiro, quanto Nicolas Alagemovits, contratado para retratar artisticamente as obras empreendidas pela reforma azevediana, foram agentes fundamentais para captar, e fazer aparecer, as ações públicas, inclusive as construções dos novos prédios escolares. Para a autora, enquanto as fotografias de Malta se caracterizavam pela construção em ação, as de Nicolas, tinham cunho mais artístico, na medida em que realçavam o contraste entre as luzes, os enquadramentos oblíquos, as diagonais, recriando "a dimensão do real na representação fotográfica" (ABDALA 2008, p. 102). Desse modo, Fernando de Azevedo percebeu "o potencial do recurso fotográfico" (ABDALA 2008, p. 106)

para conferir visibilidade à reforma educacional carioca e para construir representações sobre suas próprias ações.

O impacto social e as representações em disputa sobre tal reforma educacional foram problematizados por José Claudio Sooma Silva, no artigo "A reforma Fernando de Azevedo e o meio social carioca: tempos de educação nos anos 1920". No trabalho, o autor se pergunta sobre os modos pelos quais a população do Rio de Janeiro lidava com o "tempo acelerado" das reformas, que aglutinava não apenas novas construções escolares na cidade, como novas formas de organização dos espaços urbanos e dos tempos sociais. O desejo de formar o cidadão, como projeto norteador da intervenção azevediana, tinha de lidar com as diversas práticas culturais presentes na cidade, incluindo as escolares. Silva interroga-se sobre as apropriações e as possíveis recepções da reforma educacional no âmbito das escolas. Aponta também para a existência de tensões entre as estratégias de renovações normativas das práticas educativas, presentes na legislação, e as práticas e saberes escolares preexistentes. Com isso, o autor recupera tentativas reformadoras anteriores, em especial aquelas realizadas na gestão de Antonio Carneiro Leão (1922-1926). Os tempos escolares, desde o início da década de 1920, passaram por variadas modificações: nos horários de entrada e saída, nas divisões dos turnos e nos programas de ensino, entre outros. Lidar com o novo tempo escolar, que tensionava e concorria com outros tempos sociais, não era tarefa fácil. Muitas famílias resistiam ao tempo escolar imposto, como é possível observar pelos debates divulgados nos periódicos cariocas.

Focando as relações sociais de gênero, Rosane Nunes Rodrigues analisa as reformas educativas cariocas com destaque para a inserção dos saberes ditos domésticos e as representações do feminino na cultura escolar, em "A escolarização dos saberes domésticos e as múltiplas representações de feminino - Rio de Janeiro - 1920 e 1930". A autora levanta questões sobre as práticas escolares que contribuíram para a construção de determinadas representações sobre a mulher. Ao ressaltar que a reforma educacional proposta por Azevedo também incluía o ensino profissional, objeto priorizado no estudo, a autora argumenta como essa política estava preocupada em "ocupar-se intensivamente da formação moral e intelectual do operário" (RODRIGUES 2008, p. 65). Com isso, no caso das mulheres, não bastaria que as moças recebessem o conhecimento técnico de sua futura profissão, mas que fossem educadas a se afastarem das "futilidades" e hábitos pouco saudáveis, como o uso de cigarros, compras em excesso e a circulação livre pela cidade. Os saberes domésticos, transformados em conhecimentos escolares, contribuíram para a formação de um modelo idealizado de mulher, que conduziria de forma disciplinada e honesta seu lar.

A temática disciplinar também pode ser vista no último artigo, "Por uma cruzada regeneradora: a cidade do Rio de Janeiro como canteiro de ações tutelares e educativas da infância minorizada na década de 1920", de Sônia Câmara. As ações disciplinadoras direcionadas à infância, na década de 1920, foram temáticas enfrentadas pela autora, que nos mostra como as iniciativas

jurídicas, formuladas a partir da Lei Orçamentária Federal de 1921, e, posteriormente, o Código de Menores de 1927, propunham-se a alcançar a infância abandonada da capital. Com as mudanças na cidade e na educação, a infância pobre, desprovida de sorte, delinquente, deveria ser alvo de “intervenções científicas e racionais” para se tornar higiênica, saudável e disciplinada, de acordo com um discurso moral que apostava na infância como investimento para o progresso. Favoráveis a tais discursos, os juristas posicionaram-se como “arautos de um novo tempo” (CAMARA 2008, p. 152). Uma figura se sobressairia naquele momento, a saber, o juiz Mello Mattos, que trabalhou por configurar e atribuir uma nova feição à política judiciária de atendimento à infância carioca. Política de forte caráter disciplinar, dirigida ao controle da infância, mais do que ao cuidado e/ou à proteção, conforme a perspectiva analítica privilegiada pela autora.

Após leitura acurada podemos dizer que a coletânea *Reforma e educação* nos presenteia com uma perspectiva ampliada sobre a complexidade dos movimentos de mudança educacional ocorrida nas décadas de 1920 e 1930. Os pesquisadores, autores vinculados a um consolidado grupo de pesquisa, lidaram com uma diversidade de temáticas, categorias, questões e problemas teórico-metodológicos, manejando com competência uma documentação ampla, dispersa e variada, com destaque para periódicos, revistas, leis, programas curriculares, acervos institucionais e fotográficos. Em seu conjunto, essa documentação é interrogada, analisada a partir de uma operação historiográfica que é orientada pelas escolhas do historiador, pela busca de olhar, sob novos aspectos, antigos objetos, velhos documentos. Trouxeram à luz disputas, tensões, estratégias, apropriações e recriações a que são submetidas às reformas na experiência educacional, no espaço das escolas, nas práticas sociais e culturais. As reformas e as lutas educacionais dos anos de 1920 e 1930 surgem em seu movimento. Mas, nem por isso, silenciam ou apagam a história, a memória e as práticas educativas, escolares ou não escolares, de outros tempos históricos, com as quais convivem, dialogam, se hibridizam.

317

Referência bibliográfica

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

Relações culturais entre Brasil e Portugal: novas perspectivas historiográficas

Cultural relations between Brazil and Portugal: new perspectives on history

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et al. (orgs.). *Afinidades atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, 140 p.

Maria Aparecida Rezende Mota

Professora adjunta
Universidade Federal do Rio de Janeiro
cidamota@centroin.com.br
Rua Ministro João Alberto, 100 - Jardim Botânico
22461-260 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Palavras-chave

Relações culturais; Brasil; Portugal.

Keywords

Cultural relations; Brazil; Portugal.

318

Enviado em: 11/7/2011
Aprovado em: 8/8/2011

Reunindo cinco estudos de especialistas brasileiros e portugueses, a coletânea *Afinidades atlânticas* traz ao leitor aspectos do contato entre Portugal e Brasil, pouco visitados pela historiografia, reconstituindo um cenário de conflitos e aproximações, no qual, ao longo do século XIX e primeiras décadas do XX, letrados de ambos os países ocuparam-se com a (re)construção de uma comunidade cultural luso-brasileira.

No primeiro capítulo, "Pirataria literária: a questão da autoria entre Brasil e Portugal no século XIX", Lúcia Maria Bastos P. Neves e Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira discutem o problema da propriedade intelectual e artística, cuja dupla perspectiva – o direito do autor sobre a obra e o direito de todos de usufruí-la – atualiza-se, em nosso presente, na discussão em torno do acesso a textos, vídeos, músicas e imagens interligados e executados no ciberespaço. Entretanto, já no século XVIII, de acordo com Neves e Bessone, é possível observar medidas relacionadas ao direito autoral, adotadas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos.

De privilégio concedido pelo soberano a direito "legítimo e sagrado", o percurso de concepções distintas acerca do direito autoral em Portugal, colocou em campos opostos aqueles que, como Almeida Garrett, consideravam que as prerrogativas de autores, editores e livreiros deveriam ser regulamentadas; e os seguidores de Alexandre Herculano que entendia a obra intelectual como um bem público, pertencente à humanidade, pois que promovia o seu avanço. À medida, entretanto, que o mercado literário e livreiro consolidava-se no Brasil e que a legislação portuguesa sobre a matéria aperfeiçoava-se, cresciam as acusações de escritores portugueses à usurpação de seus direitos por editores brasileiros. Obras de Antonio Feliciano de Castilho, Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco eram constante e sistematicamente "pirateadas", suscitando reclamações e acusações. Embora o governo português tenha tentado resolver a questão, durante décadas, apenas em 1889, quando o tema já motivara, na Europa, congressos, acordos internacionais e a criação da Associação Literária Internacional, Sua Majestade Imperial, D. Pedro II, assinaria o decreto que regulamentava a questão.

A partir do exame minucioso de fontes diversas, convenientemente listadas ao final do texto, Neves e Bessone procuram demonstrar que, ao longo do século XIX, bem mais do que os atos oficiais entre os Estados envolvidos, foi a atuação de letrados brasileiros e portugueses que contribuiu decisivamente para a superação dos impasses em torno do direito autoral. Contudo, na medida em que o foco da análise dirige-se às diligências portuguesas, é possível que o leitor sinta falta de mais informações sobre as opiniões dos brasileiros acerca do assunto. A tutela do Estado Imperial sobre as elites intelectuais, talvez explique, em parte, esta ausência, uma vez que as autoras salientam, ao final do capítulo, o caráter incipiente da opinião pública, àquela altura. Debates dessa natureza, segundo elas, ainda teriam que aguardar muitas décadas para que emergisse e se consolidasse, por aqui, uma esfera pública de discussão.

Dos conflitos e impasses, passa-se ao entendimento e à união luso-brasileira, propósito da revista *Atlântida, mensário artístico, literário e social para Portugal e Brazil*, analisada por Zília Osório de Castro, em "Do carisma do Atlântico ao sonho da Atlântida". Fundado pelo escritor português João de Barros e pelo brasileiro João Paulo Emílio Coelho Barreto – nosso conhecido João do Rio – e patrocinado pelas chancelarias dos dois países, o periódico, lançado em novembro de 1915, apresentava-se como um veículo de defesa dos interesses luso-brasileiros e de reconstrução dos laços que uniam os "povos irmãos". Seu título, *Atlântida*, evocava o continente mítico, ponte metafórica entre as duas nações, partícipes de um mesmo passado. Entretanto, além do recurso à tradição comum que marcaria essa unidade, a autora destaca, no discurso de diretores e colaboradores da revista, a figuração do Oceano Atlântico como vocação e destino para qualquer iniciativa econômica ou política que Portugal e Brasil pretendessem executar. O que estava em jogo, portanto, de acordo com Castro, era um projeto geopolítico: a criação de uma potência internacional, uma nova Atlântida. Sua realização implicava, entretanto, a implementação de uma política cultural – congressos, palestras, visitas e publicações conjuntas, como a própria revista – e de ações efetivas, tais como a assinatura de tratados de livre comércio; a elevação do consulado do Rio de Janeiro a embaixada; ou, ainda, a promoção da emigração portuguesa.

Castro sugere que o eixo do projeto construiu-se em torno de uma tríplice percepção: as possibilidades criadas pela guerra; a necessidade de impedir o avanço da "onda germânica"; e a consciência da decadência portuguesa e do atraso brasileiro, aliás, temas recorrentes entre os letrados de ambos os países, desde o Oitocentos. Fundamentando o argumento com trechos de artigos, nos quais o Atlântico aparece dividido em duas áreas de influência, uma anglo-saxônica, ao norte, e outra, latina, ao sul, a autora ressalta que, no entendimento de seus autores, a aproximação luso-brasileira concorreria para o fortalecimento da latinidade, ameaçada pelo imperialismo alemão, além de prover os recursos políticos e econômicos necessários para a criação de uma nova potência no palco internacional. Embora considere a dimensão nacionalista desse discurso – chegando a registrar certo espanto com o seu caráter extremado, seu conservadorismo e seu apelo recorrente ao ideário racialista –, nota-se alguma timidez na forma com que Castro explora as contradições nele presentes, parecendo, em alguns momentos, participar do mesmo entusiasmo algo ingênuo, vivenciado pelos ideólogos do mensário. Preferindo sublinhar seu significado identitário, Castro critica-o, entretanto, como "conceitualmente fora do tempo e ideologicamente fora dos ideais republicanos", parecendo, com isso, acreditar na existência de um conceito atemporal de *república*, por um lado e, por outro, ignorar o mal-disfarçado imperialismo desse discurso, e seu oportunismo, numa conjuntura de rearranjo das potências no quadro mundial.

Observa-se, ainda, no capítulo, a ausência de notas explicativas sobre personagens e fatos aludidos e, sobretudo, de informações, nas notas de rodapé, quanto à datação das passagens transcritas. Nelas, consta, apenas, o número

da edição, não podendo o leitor identificar mês e ano, na medida em que não se encontra, ao final do artigo, nem a referência completa das fontes, nem a bibliografia consultada. Por outro lado, a súbita suspensão da revista – apesar de anunciado um próximo número –, para a qual Castro não sugere hipóteses explicativas, talvez possa ser interpretada pelo leitor como um recurso dramático da autora que a faz desaparecer, ao final, tal qual a mítica Atlântida, oculta sob o oceano.

Se a divulgação, entre portugueses, da literatura aqui produzida e, em sentido inverso, da portuguesa, em terras brasílicas, foi um dos objetivos de *Atlântida*, pode-se constatar no capítulo seguinte, “A literatura brasileira na Universidade de Coimbra”, de Maria Aparecida Ribeiro, que ele foi atingido, pelo menos na segunda direção, a despeito de inúmeros percalços.

Os problemas começaram, de acordo com Ribeiro, pelo atraso na colocação em prática da Lei n. 586, de 12 de junho de 1916, que criava uma cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, assumida, finalmente, pelo historiador Oliveira Lima, em 1923. Na Universidade de Coimbra, no entanto, não foi instituída propriamente uma cadeira curricular, mas, oferecidos cursos e conferências, sobretudo voltados a temas literários, o que deu origem, como informa a autora, à área de literatura brasileira, cujas disciplinas, obrigatórias para alguns cursos e opcionais para outros, quase sempre foram ministradas por docentes portugueses, pela dificuldade de se contratar especialistas brasileiros, conforme previa a lei.

321

Com a reforma curricular de 1957, entretanto, a cátedra passou a ser regida, com frequência, por docentes brasileiros, para os quais são dedicadas várias páginas, desde a baiana Ivanice Sampaio Passos, contratada em 1960, até a própria autora que, em 1991, assumiu a disciplina. Em seguida, cobrindo o mesmo período, Ribeiro enfoca todos os conteúdos de curso, transcrevendo alguns na íntegra (sobretudo os que ministrou nas disciplinas literatura brasileira I e II), e comentando a carga horária, ou a inclusão, ou não, de certos autores e temas. Na parte final, além de louvar as cinco pesquisas de doutoramento em curso, Ribeiro discute as vantagens e os prejuízos, para as disciplinas da área de literatura e cultura brasileiras, advindos da implementação da Declaração de Bolonha, em 2007. Embora não traga uma nota explicativa, é possível que o leitor esteja familiarizado com esse documento, assinado em 1999, pelos ministros da Educação de 29 países europeus, na cidade italiana de Bolonha, no qual os países signatários comprometiam-se a promover reformas em seus sistemas de ensino.

Essencialmente empírico-descritivo, o artigo resume dados colhidos em fontes produzidas pela própria Universidade de Coimbra: as Atas do conselho da faculdade de Letras; o *Guia do estudante* (1980-2003), publicado anualmente; os *Livros de sumários* (1960-2007), com os conteúdos das disciplinas; e os processos de contratação e rescisão de cada docente. A natureza dos documentos compulsados, contudo, pode favorecer trabalhos mais analíticos em torno da recorrência, ou da ausência, de certas temáticas e autores, em contextos políticos diversos, no longo período em questão.

No capítulo seguinte, Lucia Maria Paschoal Guimarães traz ao leitor “os subterrâneos das relações luso-brasileiras”, em dois estudos de caso: a (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra, em 1937, e o Congresso Luso-brasileiro de história, em 1940. Trata-se de interessante incursão no universo da diplomacia cultural entre Portugal e Brasil, ao tempo das ditaduras de António de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas. Antes, entretanto, de discorrer sobre o sucesso do primeiro e o fracasso do segundo, a autora comenta as iniciativas que, nos primeiros anos do século XX, procuraram reatar os laços luso-brasileiros, um tanto enfraquecidos pelo rompimento diplomático, em 1894, e pelo nacionalismo jacobino que, desde então, grassava, sobretudo, na capital da república brasileira. De acordo com ela, no Brasil, o debate, embora intenso nos círculos literários e na imprensa – onde posições favoráveis a Portugal, como as de Olavo Bilac e Afrânio Peixoto, eram rechaçadas por publicações antilusitanas e por intelectuais do porte de Manoel Bonfim e Antônio Torres –, teve pouca repercussão no campo político-institucional. As relações institucionais do Brasil com Portugal só seriam fortalecidas após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, como consequência da afinidade ideológica entre o regime varguista e o salazarista e o programa implementado, em 1934, pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para promover o Brasil no estrangeiro. Neste quadro, inaugura-se o Instituto Luso-brasileiro de Alta Cultura, em Lisboa; programas de intercâmbio estudantil são postos em prática; artistas, cientistas e letrados seguem para Portugal, a convite de órgãos do governo português. Os exemplos arrolados pela autora, sempre perfeitamente documentados, são inúmeros, destacando-se o papel de Arthur Guimarães de Araújo Jorge, à frente da Embaixada do Brasil, em Lisboa, cuja intervenção foi decisiva para a (re)inauguração, em 7 de dezembro de 1937, da “Sala do Brasil”, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em sua pormenorizada análise das suntuosas cerimônias que marcaram o evento, sobressaem os interesses políticos de ambos os governos, preocupados, por motivos diversos, porém convergentes, com suas imagens na cena europeia.

Ao contrário do sucesso da recuperação da “Sala do Brasil”, o fracasso do Congresso Brasileiro de História evidencia a ampliação do controle da diplomacia cultural, por parte do regime varguista. O evento acadêmico realizava-se no âmbito das *Comemorações centenárias*, amplo conjunto de festividades, em torno da fundação do reino e da Restauração, promovidas por Salazar, em busca do apoio interno e da aprovação externa à atuação de Portugal no ultramar; nelas, o Brasil participaria da *Exposição do mundo português* e do *Congresso luso-brasileiro de história*. As vicissitudes da montagem da participação brasileira, descritas e analisadas pela autora, com o apoio de farto material documental do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Estrangeiros, constituem um quadro fascinante das disputas nas quais se envolveram intelectuais, políticos e funcionários governamentais. Em plena Segunda Guerra, esses conflitos, no entanto, manifestavam, de acordo com a interpretação judiciosa de Lucia Guimarães, a

magnitude do investimento simbólico que o conjunto de eventos representava para ambos os países.

A despeito, entretanto, dos regimes autoritários em ambos os lados do Atlântico, “Um rasgo vermelho sobre o Oceano: intelectuais e literatura revolucionária no Brasil e em Portugal”, último capítulo da coletânea, traz ao leitor a crítica literária alinhada ao ideário marxista, produzida e divulgada em plena vigência do regime salazarista. Tendo, inicialmente, o cuidado de apresentar as referências teórico-conceituais que informavam, àquela altura, o debate na Europa acerca do estatuto do *artista/escritor* (autonomia criativa individual *versus* comprometimento social), Luís Crespo de Andrade aponta a precocidade da literatura social e politicamente engajada, nomeadamente em Jorge Amado, Amando Fontes, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Érico Veríssimo, em relação à literatura portuguesa de então. Neste sentido, os novos romancistas brasileiros tornar-se-iam fonte de inspiração e exemplo para os jovens autores portugueses, leitores de Josef Stalin, George Plekhanov e Máximo Gorki.

Interessado em problematizar as críticas correntes ao programa literário – realismo socialista, romance proletário, neorrealismo – formulado por esses escritores de formação marxista, acusados de sobreporem seus objetivos ideológicos aos conteúdos especificamente literários e estéticos, o autor propõe-se a investigar a validade dessa crítica pelo exame de uma das mais representativas publicações da nova geração literária portuguesa: *Sol nascente: quinzenário de ciência, arte e crítica*, fundada na cidade do Porto, em 1937, e que viria a ser publicada, um ano após, em Coimbra, prosseguindo até 1940, quando foi proibida.

Para além, entretanto, da simples refutação de uma tese, Andrade envolve o leitor no surpreendente mundo dos intelectuais e artistas portugueses engajados – em tempos de censura prévia e de controle das consciências pela polícia política – na criação e sustentação de periódicos doutrinários. Neles divulgava-se o materialismo dialético, defendiam-se as teses soviéticas sobre política internacional e promovia-se um movimento literário e artístico comprometido com o combate à exploração e à opressão entre os homens. No caso de *Sol nascente*, acrescenta-se a admiração pelo Brasil e pelos novos autores brasileiros. Abundante em transcrições de passagens reveladores do entusiasmo de seus articulistas pela vida e pelas letras brasileiras, Andrade, entretanto, não descarta de seu objetivo central. Oferece ao leitor um conjunto de argumentos – nos quais se observa, claramente, sua simpatia pelo discurso crítico neorrealista – no tocante aos critérios estéticos e culturais a partir dos quais Alves Redol, Afonso Ribeiro, António Ramos de Almeida e Joaquim Namorado formularam, nas páginas de *Sol nascente*, suas apreciações sobre a qualidade do produto literário vindo do Brasil.

É possível que *Sol nascente* não tenha alcançado plenamente um de seus principais objetivos, o de promover a criação de um “lusu-brasileirismo” intelectual. Todavia, para além dos excessos retóricos, como os de Alberto Lima, advogado e publicista portuense que, no nº. 12 da revista (maio/1937),

chegou a propor a constituição de uma comunidade portuguesa, onde o Brasil teria papel proeminente por sua diversidade racial, abundância natural, energia de suas gentes e intensa vida cultural (!), o que Luís Crespo de Andrade destaca é a tendência editorial que resultou da recepção favorável aos novos romancistas brasileiros nas páginas da revista. Paralelamente à circulação, nos meios intelectuais e oposicionistas, das edições brasileiras de nossos autores, editoras portuguesas passaram a publicá-los, a princípio, timidamente, depois – nos anos 1940, 1950 e 1960 – com mais constância e com tiragens significativas. Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Érico Veríssimo passaram, desde então, conforme as palavras de Andrade, a ocupar um lugar proeminente no imaginário revolucionário português.

A contribuição de *Afinidades atlânticas* para a consolidação do campo de estudos voltado para o exame das relações culturais entre Brasil e Portugal é inegável. A edição e a qualidade gráfica do livro, contudo, deixam a desejar: erros tipográficos, reproduções pouco nítidas de documentos e fotografias, ausência de uma padronização no tocante à listagem de fontes e de referências bibliográficas. Essas imperfeições que poderiam agastar o leitor, entretanto, não devem impedi-lo de se beneficiar largamente da originalidade das temáticas abordadas e das sugestões de novos caminhos para pesquisas em torno desses diálogos transatlânticos.

A cidade e o mar: o olhar dos viajantes sobre o Rio de Janeiro e os circuitos marítimos entre os séculos XVI e XVIII

The city and the sea: traveller's views on Rio de Janeiro and maritime routes
between the 16th and 18th centuries

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos
(1531-1800)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, 356 p.

Luciana Gandelman

Professora adjunta
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
lucianagandelman@yahoo.com.br
Km 07 da BR 465
23890-000 - Seropédica - RJ
Brasil

Palavras-chave

América portuguesa; Colônia; Relatos de viajantes.

325

Keywords

Portuguese America; Colony; Travel writings.

Enviado em: 4/9/2011

Aprovado em: 13/9/2011

Um soldado alemão rumando para a região do Rio da Prata a serviço da Coroa espanhola. Um piloto francês embarcado nos sonhos da França Antártica. Um capitão holandês de uma fragata corsária retornando de confrontos com portugueses no Golfo da Guiné. Dois irmãos galegos marinheiros em viagem à Terra do Fogo, a serviço da Coroa espanhola, comandando uma tripulação portuguesa. Um poeta e suposto religioso inglês vira-mundo que chega ao Rio de Janeiro na fragata do recém-nomeado governador português. Um marinheiro inglês que chega ao Rio de Janeiro em uma embarcação de comerciante londrino com 500 pipas de vinho. Um engenheiro francês vindo à América do Sul, a mando do rei da França, para estabelecer uma colônia-presídio no estreito de Magalhães. Um tipógrafo alemão a caminho de uma missão inglesa na Índia, carregado de 250 cópias do Evangelho de São Mateus em português. Um pastor alemão em rota para a Índia a bordo de um navio inglês, repleto de adoentados e esfomeados, que ancora na Guanabara. Degredados seguindo para cumprirem suas penas na Oceania. Franceses e ingleses se aventurando na empreitada da circum-navegação. Essa é uma amostra da grande riqueza de trajetórias cujos testemunhos nos oferecem a cuidadosa pesquisa histórica e seleção de textos empreendida por Jean Marcel Carvalho França em sua antologia: *Visões do Rio de Janeiro colonial*.

A cidade que emerge desses testemunhos também é múltipla e em transformação. E isto torna-se bastante claro quando percorremos as descrições selecionadas pelo organizador da coletânea. Segundo o poeta Richard Flecknoe, escrevendo em 1649,

A cidade antiga, como testemunham as ruínas das casas e igreja grande, fora construída sobre um morro. Contudo as exigências do comércio e do transporte de mercadorias fizeram com que ela fosse gradativamente transferida para a planície. Os edifícios são pouco elevados e as ruas, três ou quatro apenas, todas orientadas para o mar (FRANÇA 2008, p. 43).

Nas palavras do comandante inglês John Byron, escritas em 1764, por sua vez, podemos entrever a cidade enriquecida do período posterior ao auge do ouro e de seu estabelecimento como cabeça de governo e um dos portos predominantes sobre o Atlântico:

O Rio de Janeiro está situado ao pé de várias montanhas [...]. É dessas montanhas que, por meio de um aqueduto, vem a água que abastece a cidade. [...] O palácio (do vice-.rei), além de ser uma suntuosa construção de pedra, é o único edifício da cidade que conta com janelas de vidro, pois as casas só dispõem de pequenas gelosias. [...] As igrejas e os conventos locais são magníficos. [...] As casas, quase todas de pedra e ornadas com grandes balcões, têm em geral três ou quatro andares (FRANÇA 2008, p. 148-149).

A cidade se modifica, portanto, não somente diante dos diferentes olhares que seus observadores lançam sobre ela, mas também em virtude das intensas transformações enfrentadas por este porto de crescente importância na América portuguesa ao longo de três séculos. Constante nas observações dos viajantes

é a menção à existência de numerosa população de escravos e agregados familiares, fossem estes de origem africana ou nativos e mestiços. Igualmente predominantes são as observações acerca das manifestações religiosas e as descrições de igrejas e mosteiro, sendo essas observações previsíveis em um grupo de viajantes estrangeiros, muitos deles protestantes. Uma bibliografia bastante extensa, produzida não só por historiadores, estabeleceu e estabelece ainda um profícuo diálogo com a literatura de viagens, ainda que focada especialmente na dos viajantes do século XIX, e já discutiu as implicações e os desafios daqueles que buscam trabalhar com o olhar dos viajantes.¹

Conforme referenciado pelo autor em seu texto de introdução à antologia, a obra apresenta 35 descrições da cidade do Rio de Janeiro elaboradas por viajantes de diversas procedências, cujas viagens respondiam igualmente aos mais variados propósitos, sendo a primeira datada de 1531 e a última de 1800. Trata-se da seleção de trechos de livros, cartas e escritos que fazem algum tipo de referência ao Rio de Janeiro e seu entorno. Alguns destes trechos já haviam sido transcritos ou referenciados por historiadores e memorialistas, sem, no entanto, contar com um trabalho tão circunstanciado de contextualização e organização. Cada relato é precedido por um breve, porém bem elaborado, artigo de introdução onde são oferecidas notas biográficas do viajante em questão e explicações acerca da viagem na qual se insere o relato. Reside nesses textos explicativos uma parte da preciosidade do trabalho feito por Carvalho França e que possibilita ao leitor um aproveitamento dos testemunhos que não se limita à descrição da cidade do Rio de Janeiro, mas que oferece também, por exemplo, pistas acerca dos circuitos mercantis do período, da organização da navegação e da paulatina reestruturação dos impérios ultramarinos no período moderno.

327

A escolha das edições foi cuidadosa e deu preferência, como afirma o autor, sempre que possível, às primeiras edições ou edições consideradas mais completas e cuidadas das obras. Característica essa confere à antologia um caráter bastante útil, não somente para o leitor em geral, mas também para o público acadêmico. Houve por parte do autor um investimento e uma preocupação com a elaboração das versões para o português, uma vez que se trata na sua quase totalidade de textos publicados em língua estrangeira, havendo, como este reconhece na introdução, a modificação dos mesmos em nome da clareza da leitura. Isto significa que, se para o leitor em geral o texto ganha em facilidade de compreensão, para o especialista pode tornar necessário o cotejamento com os originais.

Organizados em ordem cronológica, os 35 testemunhos selecionados pelo autor podem ser divididos da seguinte maneira: 1) três são anteriores à União Ibérica e estão concentrados nas décadas de 1530-1550; 2) dois devem ser situados no período do domínio filipino; 3) dois são marcados pelo contexto

¹ Gostaria de citar entre outros: BELLUZZO 1994; GALVÃO 2001; KARASCH 2000; LEITE 1997; LISBOA 1997; MARTINS 2001; SCHWARCZ 1993; SELA 2001; SELA 2008; SLENES, 1999; VIANA 1998.

dos conflitos da chamada Guerra de Restauração, entre 1640 e 1668; 4) um, pertencente a François Froger, diz respeito justamente à década das primeiras descobertas na região mineradora e aponta notícias, inclusive, sobre a região de São Paulo; 5) dois relatos são das primeiras décadas do século XVIII, sendo um deles testemunha da invasão francesa liderada pelo capitão Duguay-Trouin; 6) cinco testemunhos encerram a primeira década do século XVIII, incluindo os cruciais anos do governo de Gomes Freire de Andrade, 1º Conde de Bobadela, que se encerraria com a transformação da cidade em cabeça do governo geral do Estado do Brasil, já no governo de Antônio Álvares da Cunha; 7) vinte dos relatos dizem respeito à segunda metade do século XVIII e testemunham o definitivo adensamento da presença de reinos europeus, como a Inglaterra, na Ásia e na Oceania.

O espaço da resenha seria pequeno para tentarmos mapear devidamente os contextos aos quais pertencem todos esses depoimentos e suas respectivas implicações para esses mesmo relatos. Deve-se destacar, entretanto, a amplitude cronológica e histórica dos testemunhos reunidos.

Publicado pela primeira vez em 1999, e contando presentemente com a terceira edição de 2008,² a antologia proposta por Jean Marcel Carvalho França tem por objetivo tirar as descrições do Rio de Janeiro da obscuridade e do desconhecimento. Os testemunhos selecionados, entretanto, como argumenta o próprio organizador, não se limitam a descrições acerca da cidade e seu cotidiano, muitas vezes nos dão indicações acerca da visão que esses europeus registraram da natureza circundante e do próprio continente americano de maneira mais ampla. Além disso, o leitor passa a conhecer bastante as características do porto da cidade e suas condições de navegação. Pode-se dizer que a obra cumpre seus objetivos e justifica, desta maneira, as reedições disponíveis, bem como as que futuramente sejam realizadas com o intuito de garantir aos leitores e pesquisadores acesso a esse rico acervo de testemunhos.

Para concluir, cabem alguns breves comentários suscitados pela própria fertilidade da antologia reunida na obra resenhada. França nos apresenta mais do que a riqueza das descrições da cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, revela-nos igualmente um pouco das mudanças sofridas no papel da América dentro do Império colonial português e mesmo a transformação dos circuitos comerciais, da navegação e do papel desempenhado por outras nações europeias no desenvolvimento dos demais circuitos coloniais do período. Esse verdadeiro mosaico contradiz, de certa maneira, as próprias alegações de França quando este, na introdução, ressalta a política "ciumenta" da Coroa portuguesa e o conseqüente isolamento de sua colônia americana em relação a seus visitantes estrangeiros. Mesmo quando os testemunhos nos deixam entrever as cautelas e receios de governadores e representantes régios ou colonos em comercializar e permitir contato com navegadores e embarcação de súditos de outros

² A antologia de França foi desdobrada ainda em outra importante seleção de relatos de viajantes, ver: FRANÇA 2000.

monarcas, a própria riqueza dos depoimentos e das circunstâncias que os envolvem nos permite pensar mais em conexões do que em isolamento. Conexões, circulação, alianças, confrontos e compromissos, às vezes os mais improváveis, fizeram parte desse universo, como procuramos destacar no início deste texto. Entre o “ciúme mercantilista” e os entrecruzamentos de uma aventura ultramarina que se constrói por meio de diferentes níveis de interdependência e que se espalha concomitantemente nas mais diversas direções, encontramos, para retomarmos uma imagem de A. J. R. Russell-Wood, um mundo em movimento (RUSSELL-WOOD 2006). São justamente esses *movimentos conectados*, em alusão ao conceito de Sanjay Subrahmanyam, que aparecem belamente representados em *Visões do Rio de Janeiro colonial* (SUBRAHMANYAM 1999).

Referências bibliográficas

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. 3 vols. São Paulo: Metalivros, 1994.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1582-1808). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

GALVÃO, Cristina Carrijo. **A escravidão compartilhada**: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2001.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LISBOA, Karen M. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Luciana de Lima **O Rio de Janeiro dos viajantes**: o olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento**. Lisboa: DIFEL, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELA, Eneida Mercadante. **Desvendando figurinhas**: um olhar histórico para as aquarelas de Guillobel. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2001.

..... **Modos de ser, modos de ver**: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.

SLENES, Robert W. A **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). **Beyond binary histories**: re-imagining Eurasia to c. 1830. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999, p. 289-316.

VIANA, Larissa Moreira. **As dimensões da cor**: um estudo do olhar norte americano sobre as relações interétnicas, Rio de Janeiro, século XIX. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1998.

O poder dos começos: uma reflexão sobre a autoridade

The power of beginnings: a reflection on the authority

D'ALLONNES, Myriam Revault. *El poder de los comienzos: ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008, 256 p.

Vitor Claret Batalhone Jr.

Doutorando

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

bitaka@gmail.com

Rua Silva Só, 272/402 - Santa Cecília

90610-270 - Porto Alegre - RS

Brasil

Palavras-chave

Autoridade; Temporalidades; Modernidade.

Keywords

Authority; Temporalities; Modernity.

331

Enviado em: 19/6/2011

Aprovado em: 8/9/2011

Em *Que é autoridade*, Hannah Arendt estabeleceu as características fundamentais do conceito de autoridade. Arendt inicia seu ensaio advertindo que a questão proposta no título deveria ser outra: não o que é autoridade, mas o que foi a autoridade. Segundo Arendt, a autoridade haveria desaparecido do mundo moderno em função de uma crise constante. Entretanto, mesmo diante dessa crise, a autora formulou uma definição do conceito de autoridade que pudesse ser compreendido “a-historicamente”, ou seja, apesar de tal conceito ter sido pensado sobre uma base de experiências históricas determinadas, ele possuiria um conteúdo, uma natureza e uma função definidos, passíveis de serem compreendidos ainda hoje mesmo apesar do suposto fenômeno de desaparecimento da autoridade do mundo moderno.

Segundo a autora, a crise da autoridade seria originariamente política, tendo sido os movimentos políticos e as formas de governo totalitárias surgidas durante a primeira metade do século XX, antes sintoma de nossa perda da autoridade do que resultado das ações de governos totalitários. A ruína “mais ou menos geral e mais ou menos dramática de todas as autoridades tradicionais” foi o grande substrato possibilitador da ocorrência generalizada de governos totalitários a partir do início do século XX. Entretanto, a crise da autoridade não permaneceu restrita à esfera dos fenômenos políticos, tendo sido justamente o “sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade”, sua difusão “para áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação”, nas quais a autoridade sempre fora compreendida como necessária e natural. Era através da necessidade política básica de dar continuidade a uma civilização estabelecida, “que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros”, que o fenômeno e o conceito da autoridade adquiriam suas forças e sua capacidade de estruturação de um mundo comum (ARENDR 2007, p. 128).

Dessa forma, a filósofa Myriam d’Allonnes partiu das reflexões sugeridas por Arendt para compor seu instigante livro intitulado *O poder dos começos: ensaio sobre a autoridade*. Porém é importante ressaltar que, se Arendt preocupou-se com o conceito de autoridade segundo uma perspectiva na qual o conteúdo do conceito recebeu atenção privilegiada, tratando das experiências históricas grega e romana, d’Allonnes ampliou sua reflexão agregando também uma abordagem formal do conceito, a qual foi proposta pelo filósofo Alexandre Kojève.

Em seu ensaio filosófico intitulado “A noção da autoridade”, Kojève, inspirado na filosofia de Hegel, partiu de suas reflexões acerca do direito e da ideia da justiça para estabelecer um estudo formal do fenômeno da autoridade, determinado alguns tipos e características essenciais. Para o autor, o estudo detalhado e aprofundado da autoridade seria um primeiro passo indispensável para a compreensão dos fenômenos do Estado, principalmente para que fossem evitadas as confusões entre as noções de poder e de autoridade.

Assim como Arendt, Kojève também recorreu a uma compreensão do passado clássico greco-romano e à fenomenologia para estabelecer o que seria

a autoridade. Em relação ao que foi a autoridade no período clássico, o autor colocou que a formalização das práticas autoritárias do âmbito doméstico grego foi elaborada primeiramente na filosofia de Platão e de Aristóteles, argumentando, entretanto, que o conceito da autoridade foi formulado de maneira sistematizada apenas com o advento da fundação de Roma e com o legado do direito romano.

A grande diferença entre os estudos de Arendt e o de Kojève é que enquanto aquela procedeu a um estudo mais ligado ao conteúdo conceitual, às experiências históricas que conformaram o conceito, esse, não negligenciando tais características, esteve mais preocupado com a estrutura formal do fenômeno da autoridade. A partir da junção desses dois enfoques distintos, porém não excludentes, partiu Myriam d'Allonnes ao propor uma reflexão mais aprofundada sobre a autoridade. Como esclarece a autora, sendo a autoridade um fenômeno essencialmente social e histórico, "universal quanto a seu conceito e polimorfa em relação a suas figuras", demanda para sua ótima compreensão uma análise tanto formal quanto de conteúdo conceitual (D'ALLONNES 2008, p. 26).

Segundo a autora, é comum que se diga, desde as esferas acadêmica e política até às esferas da educação e das relações familiares, que estamos vivendo uma crise da autoridade. Porém, a crença na perda de qualquer tipo de autoridade através dos tempos considerados modernos seria antes de tudo, resultado de uma má compreensão sobre o fenômeno da autoridade, que teria como causa fundamental a alteração que temos experimentado em nossa relação com o tempo, uma vez que a autoridade tem a ver essencialmente com o tempo. A autora argumenta que ao entrarmos na modernidade nossas formas de se relacionar com a dimensão temporal se alteraram profundamente, de maneira que se alteraram também nossas formas de compreender e de experimentar a autoridade. Para d'Allonnes, as sociedades modernas, especificamente as sociedades democráticas e liberais, são construídas a partir do pressuposto básico da autonomia do indivíduo, fato que estaria estritamente vinculado à experiência do rompimento com as formas antigas de autoridade e tradição. Dessa forma, a crise da autoridade estaria vinculada essencialmente à ruptura da tradição e a uma crise mais profunda das formas modernas de experiência temporal:

O movimento de emancipação crítica que caracteriza a modernidade tem feito desaparecer toda referência ao terceiro? A provada perda dos modos tradicionais de gerar sentido produziu tão somente vazio e ausência de sentido? [...] Não reconhece a igualdade alguma dissimetria? Nestas condições, onde radica a autoridade, se a sociedade deu a si mesma o princípio constitutivo de sua ordem (D'ALLONNES 2008, p. 13-14)?

Diante de tais questões, a autora nos propôs algumas considerações bastante significativas. A primeira consideração proposta por d'Allonnes é que a autoridade seria intrinsecamente vinculada ao tempo, não tanto porque o conceito e o fenômeno poderiam alterar-se conforme condições históricas e sociais, mas antes porque a autoridade existe num mundo cuja estrutura é essencialmente temporal. Assim como "o espaço é a matriz do poder", "o tempo

é a matriz da autoridade". O caráter temporal da autoridade estaria vinculado à sua essência derivativa e seria uma dimensão inevitável de todo laço social, constituindo o que a autora denominou como a *duração pública*, ou seja, aquilo capaz de manter a duração de um mundo comum. Se o espaço público possibilita a convivência com nossos contemporâneos, a *força de ligação* da autoridade, assim como da tradição, permitiria que estabelecêssemos comunhão com nossos antecessores e sucessores, de forma que a duração de um mundo comum possibilitaria uma espécie de contemporaneidade em relação àqueles que nos antecederam ou que podem nos suceder. Segundo d'Allonnes, o que entrou em falência não foi a autoridade, mas as cadeias tradicionais de autorização: o fundamento da autoridade teria se alterado.

O que a autora propõe é que a autoridade está vinculada essencialmente às formas de temporalidade: se é o tempo que "tem força de autoridade", se a autoridade apenas existe e é exercida quando as ações humanas estão inscritas num devir histórico, a alegada crise da autoridade estaria relacionada antes de tudo a uma crise das formas tradicionais de experimentação do tempo. Na modernidade, a ruptura com a tradição, ou antes, o desejo de ruptura, conduziu-nos a uma perspectiva segundo a qual a orientação das ações humanas e os vínculos sociais começaram a emanar de projetos de futuro. Assim, a autora nos questiona se "o desmoronamento contemporâneo das perspectivas ligadas a essa autoridade do futuro não contribuiu para levar ao seu paroxismo a crise da autoridade". Para a autora, a questão da autoridade deve ser colocada segundo a perspectiva de seu poder instituinte e de sua estrutura temporal (D'ALLONNES 2008, p. 15-18; 75).

Em relação à sensação de perda de sentido experimentada no mundo moderno, d'Allonnes argumentou que tal fenômeno não significa, entretanto, a perda efetiva de sentido ou um vazio de experiências, mas a perda de uma unidade de sentido existencial comungada socialmente. Segundo a autora, já que não mais emanam orientações do passado via tradição, o homem moderno estaria fadado a criar sentido para seu próprio mundo, vivendo sob a condição de uma pluralidade de sentidos existenciais e de autoridades capazes de fundamentar as ações humanas.

Em relação à característica proposta por Arendt acerca da estrutura hierárquica essencial a toda relação autoritária, hierarquia que seria justamente o elemento comum entre quem exerce autoridade e aqueles que a sofrem, d'Allonnes argumentou que não se trataria de uma relação hierárquica estrita, mas antes, de uma dissimetria aceita e justificada por todos os elementos implicados nessa relação.

Justamente por não implicar uma relação do tipo mando/obediência em sentido estrito é que a autoridade pode ser compreendida como algo que não anula a liberdade daqueles que a sofrem, mas antes, implica uma restrição da liberdade de ação. A autoridade é reconhecida e legitimada "não porque aplicam aos vivos um colar de ferro do que foi e tem que seguir sendo imutável", mas porque ela aumenta a força das ações e confirma as experiências dos indivíduos.

"A autoridade não ordena, aconselha", é "um conselho que obriga sem coagir", ou ainda, na célebre expressão de Mommsen, a autoridade é "menos que uma ordem e mais que um conselho" (D'ALLONNES 2008, p. 28-29; 66).

Segundo d'Allonnes, esse "aumento", tão característico do fenômeno da autoridade que está presente inclusive na etimologia latina da palavra – *auctoritas*, *augere* –, é em realidade um excesso de significação inerente a todo tipo de ação humana, mas que, nos atos e eventos que fundam uma estrutura de autoridade, sobrevive ao próprio ato de fundação e possibilita uma espécie de continuidade duradoura para a produção de novos significados relacionados ao ato de fundação. Por isso é necessário ter em consideração outra distinção proposta pela autora. Segundo d'Allonnes, "assim como a autoridade não se confunde com o poder, tampouco se reduz à tradição entendida como depósito sedimentado", pois a essa espécie de "tradição sedimentada" não corresponderia necessariamente o referido excesso de significação do ato fundador, o qual, antes de sedimentar significações, possibilita a produção continuada de uma cadeia de significados. A fundação implica no reconhecimento de uma anterioridade de sentido, ou seja, em um excesso de significação oriundo do passado em relação aos eventos de um determinado presente. E tal excesso não somente possibilita a continuidade de uma cadeia de ações e experiências, como também determina em grande parte as significações criadas a partir de um ato fundador (D'ALLONNES 2008, p. 33-34; 95; 248).

335

Tal excesso de sentido das estruturas de autoridade estaria vinculado de maneira essencial ao poder instituinte dos atos ou eventos fundadores, reforçando a experiência do *continuum* temporal. "A força da ligação da autoridade está intimamente vinculada, portanto, a esse interesse na durabilidade por meio da instituição". Portanto, o poder instituinte dos atos e eventos fundadores só é possível graças ao referido excesso de sentido presente no momento fundador. O potencial instituinte da fundação criaria dessa forma uma estabilidade de sentidos capaz de manter um mundo de significações comuns, de tal maneira que se tornaria possível a experiência de mundos também comuns entre sujeitos do passado, do presente e do futuro. Mundo compartilhado o qual a autora define como um *inter-esse*, como algo referente a uma estrutura intersubjetiva. A instituição de um mundo comum possibilitaria a reprodutibilidade estrutural do mundo de sentidos compartilhado assim como do fenômeno da autoridade.

Considerando o referido poder instituinte da fundação, que possibilita o surgimento do fenômeno da autoridade, Myriam d'Allonnes sugere ainda que o reconhecimento inerente a toda relação de autoridade – pressuposto essencial, uma vez que não existe autoridade sem reconhecimento –, implica mútua e necessariamente, a noção de legitimidade. "A autorização, considerada sobre o eixo da temporalidade, e sem importar em que direção [seja em relação à dimensão do passado, seja em relação à do futuro], é uma busca de justificação". E é justamente a partir de tais reflexões que a autora afirma existirem "três elementos essenciais que excedem a relação mando / obediência" e que caracterizam

o fenômeno da autoridade, a saber: o reconhecimento, a legitimidade, a precedência (D'ALLONNES 2008, p. 69-70).

Por fim, devemos ter em mente que a autoridade está estritamente vinculada a uma temporalidade divergente daquela na qual estariam situados os sujeitos que a exercem. É dentro desta temporalidade outra que um sujeito ou grupo de sujeitos pôde estabelecer uma fundação qualquer. Justamente pelo fato de que toda autoridade implica uma dimensão temporal outra que não necessariamente aquela dos sujeitos que a exercem é que tal fenômeno implica de forma necessária uma *exterioridade*, uma *alteridade*, ou seja, uma dimensão transcendente que lhe assegura continuidade derivativa ao longo do tempo. Assim, a autoridade pode ser considerada como sendo um "sempre já aí", "uma obrigação herdada e um recurso para a ação que se inicia", pois apenas se aumenta o que já existe (D'ALLONNES 2008, p. 72-73; 190).

Entretanto, isto não elimina o fato de que possa haver autoridades cuja fonte emanadora esteja relacionada às dimensões temporais do presente ou do futuro. Tais modulações temporais apenas alterariam a forma como a autoridade adquire seu lastro. Segundo François Hartog, esse processo de instituição de autoridades ligadas ao futuro – a uma dimensão do "não ainda" em contraposição ao "já aí" do passado e da tradição –, seria essencialmente constituinte das formas como a civilização ocidental moderna lidou com o grande processo de laicização operado em um primeiro momento a partir da Europa. Tal autoridade do futuro estaria relacionada à criação dos inúmeros projetos de futuro elaborados pelas filosofias da história a partir do século XVIII e que ganharam força ao longo do século XIX: as utopias modernas do progresso. Já em relação ao tipo de autoridade lastreado no presente, Hartog escreveu que essa é a forma típica da espécie de temporalidade na qual a tensão fundadora entre um "não ainda" futuro e um "já aí" pretérito seria permanente (HARTOG 2007, p. 29-33). Nessa situação, a autoridade estaria ora baseada nos elementos do passado, ora nos nas projeções de futuro, capazes de estabelecerem ligações significativas em relação a uma determinada realidade do presente. Por isso existiria nas sociedades contemporâneas, tal qual afirmou d'Allonnes, um grande espaço entre o que as sociedades postulam e reclamam e aquilo que elas realmente são ou fazem.

Destarte, segundo Myriam d'Allonnes, toda autoridade – considerando que toda autoridade é um fenômeno histórico e social por natureza – exige um ato ou evento fundador cuja instauração está situada em uma dimensão temporal transcendente ao próprio fenômeno de seu exercício. Assim, a fundação seria essencialmente marcada por um excesso de sentido que ultrapassaria o momento específico da fundação e emanaria tal potencial de significação em relação aos sujeitos pertencentes à estrutura do fenômeno autoritário. Tal excesso de significação, reapropriado, remanejado com liberdade restrita por parte dos elementos pertencentes à cadeia da autoridade, implicaria necessariamente no reconhecimento da autoridade daqueles que a exercem, uma vez que seria através desses indivíduos que o excesso de significação da

fundação chegaria aos demais elementos. Enquanto houvesse a possibilidade de existir o reconhecimento da autoridade, a continuidade de um determinado corpo social estaria estabelecida e garantida ao longo de um *continuum* temporal, pois estariam instituídos os parâmetros de significação segundo os quais o referido corpo social se configurou e se reconfigura continuamente.

Entretanto, o surgimento de novas fundações não estaria eliminado enquanto possibilidade. Uma vez que novas fundações surgem, novos significados e novas estruturas temporais e de autoridade são conformadas, reorganizando o corpo social. Ou, como colocou a autora, “o que é a autoridade senão o poder dos começos, o poder de dar aos que virão depois de nós a capacidade de começar por sua vez? Quem a exerce – mas não a possui – autoriza assim aos seus sucessores a empreender por sua vez algo novo, isto é, imprevisto. Começar é começar a continuar. Mas continuar é, também, continuar começando” (D’ALLONNES 2008, p. 253).

Por aliar as abordagens de Arendt e Kojève e avançar a discussão, creio que Myriam d’Allonnes tornou seu *El poder de los comienzos* fundamental a todos aqueles que se dedicam a estudar o que é a autoridade, tornando-se consequentemente, uma autoridade sobre o tema.

Referências bibliográficas

337

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KOJÈVE, Alexandre. **La notion d’autorité**. Paris: Éditions Gallimard, 2004.

HARTOG, François. Ouverture : autorité et temps. In: FOUCAULT, Didier; PAYEN, Pascal (Orgs.). **Les autorités** : dynamiques et mutations d’une figure de référence à l’Antiquité. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2007, p. 23-33.

Qual o lugar da história oficial na história da historiografia?

What's the place of official history in the history of historiography?

KAGAN, Richard K. *Clio and the crown: the politics of history in Medieval and Early-Modern Spain*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009, 376 p.

Pedro Telles da Silveira

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto

doca.silveira@gmail.com

Rua Novo Hamburgo, 238 – Passo d'Areia

90520-160 – Porto Alegre – RS

Brasil

Palavras-chave

História moderna; Historiografia moderna; Impérios ibéricos.

Keywords

Modern history; Modern historiography; Iberian empires.

338

Enviado em: 26/6/2011

Aprovado em: 6/10/2011

Sublinhar que o panorama da produção historiográfica na Idade Moderna é mais variegado do que durante muito tempo se tendeu a imaginar não deixa de ser uma espécie de lugar-comum nas obras – não tão recentes assim – dedicadas ao tema. De fato, já nos ensaios e conferências de Arnaldo Momigliano¹ tal apelo era feito, e ele se repete e se complexifica nos livros de Donald R. Kelley (KELLEY 1991, p. 14-15) e Anthony Grafton (2007), para ficarmos apenas com alguns dos mais conhecidos nomes associados ao estudo desse tipo de historiografia. As obras destes e de outros autores procuram todas resgatar a vivacidade, a diversidade e a pertinência dos debates historiográficos anteriores à formação da historiografia enquanto disciplina científica, processo que ocorre, grosso modo, no decorrer do século XIX. E, mesmo assim, aspectos importantes dessa produção continuam negligenciados, como é o caso da história oficial. É tendo em vista esta situação que se insere *Clio and the crown*, de autoria do historiador norte-americano Richard L. Kagan.

Afiliado ao influente grupo da *atlantic history*, tendo editado junto com Geoffrey Parker, um volume em honra a John H. Elliott,² Richard L. Kagan fez sua carreira estudando a Espanha dos séculos XVI e XVII e a administração de seu então poderoso império. As marcas dessa atuação aparecem logo no início do primeiro capítulo, onde afirma que apesar de muito da historiografia produzida nos reinos espanhóis nos séculos que lhe interessam terem sido objeto de estudos recentes, estes têm como foco as características estilísticas e retóricas destes textos, e não suas funções e seus usos (KAGAN 2009, p. 18). Também a filiação institucional de Kagan, professor na universidade Johns Hopkins, permite compreender o amplo recorte temporal que o livro abarca. Partindo das primeiras crônicas escritas em vernáculo em Castela no século XIII, o livro se fecha na passagem do século XVIII para o XIX, quando a falência da Real Academia de la Historia em cumprir seus objetivos indica que a era da história oficial chegara ao fim. Com esse recorte em mente, Richard L. Kagan paga tributo a dois de seus colegas de departamento, Gabrielle Spiegel e Orest Ranum, que já atacaram questões semelhantes a respeito, respectivamente, da historiografia francesa medieval e da historiografia seicentista deste mesmo reino.³

Para Kagan, história oficial é a historiografia produzida visando a defesa dos interesses tanto de um governante quanto de uma autoridade religiosa, de uma corporação urbana etc. Para o autor, esse tipo de historiografia é um instrumento que visa divulgar uma imagem positiva daqueles nela interessados – do mesmo modo, ela também pode ser escrita para contradizer uma narrativa previamente formada (KAGAN 2009, p. 3). Seu caráter agonístico, portanto, tornou o número de narrativas e contra-narrativas produzidas por cronistas, historiógrafos e outras personagens protegidas por um ou outro mecenas

¹ Para ficar numa obra de fácil acesso pelo leitor brasileiro, ver MOMIGLIANO 2004.

² A contribuição de Kagan ao volume compartilha o título com o livro aqui analisado, demonstrando a permanência das preocupações do autor ao longo de sua atuação, muito embora a ênfase e a extensão temporal do capítulo – restrito ao reinado de Filipe II – sejam muito mais limitadas que no livro que publica cerca de quinze anos depois; ver KAGAN; PARKER 1995, p. 73-79.

³ Refiro-me a SPIEGEL 1993 e também a RANUM 1980.

extremamente alto; como o próprio autor indica, adaptando a expressão de um dos autores debatidos, trata-se de um “mar de histórias” (KAGAN 2009, p. 42). Essas mesmas características, argumenta o autor, frequentemente impediram uma consideração mais atenta a esta historiografia, facilmente rotulada como derivativa, pouco inspirada ou outras qualificações menos lisonjeiras (KAGAN 2009, p. 4-6). Trata-se de um dos méritos do trabalho que Richard L. Kagan consiga desfazer estes estereótipos com uma obra ao mesmo tempo sintética e informativa, que analisa a fundo seu objeto sem perder de vista os processos mais amplos nos quais ele se insere.

Esta mirada simultaneamente ampla e detalhada marca o primeiro capítulo, no qual o autor traça um quadro da historiografia hispânica entre o final da Reconquista e o reinado de Isabel e Fernando, os reis católicos. Destaca-se, no texto, a estreita relação entre os projetos imperiais acalentados pelos mais diversos governantes castelhanos e a as características da historiografia por eles patrocinada. Serve particularmente a estes propósitos o trabalho do *taller historiográfico* organizado por Afonso X, responsável pelas crônicas produzidas durante seu reinado, em especial a “General estoria”, uma crônica da história universal até o século XVIII, a qual apresenta a narrativa da criação de um *imperium* hispânico através da inserção dos feitos ocorridos na Península Ibérica numa história mundial. A visão de um império que reina sobre a Espanha mas também se alastra pelos territórios dominados pelos mouros direciona também muito das crônicas produzidas sob o reinado de Sancho IV, demonstrando a imbricação entre historiografia e projeto político.

Richard L. Kagan direciona, portanto, ainda que de maneira um tanto quanto breve, sua argumentação em direção ao debate acerca da importância da própria historiografia em período tão recuado quanto o da Reconquista. Para o autor, ao contrário do que uma de suas interlocutoras – Gabrielle Spiegel – argumenta, o nascimento de uma historiografia em vernáculo na Espanha teve menos relação com a criação de narrativas que legitimassem as pretensões da nobreza do que “com a determinação de Afonso X de aumentar sua autoridade real e [com] seus esforços de fazer o castelhano (i.e., espanhol) a língua oficial tanto da administração quanto da lei”. O *rei sábio*, dessa forma, antecipou em cerca de dois séculos a preocupação de Antonio de Nebrija de que língua e império deveriam andar lado a lado (KAGAN 2009, p. 24).

O segundo capítulo, por sua vez, trata justamente de um desses governantes influenciados pela visão de império cuja semente foi plantada no século XIII, Carlos V. A historiografia oficial elaborada sob a proteção deste monarca indica um caso bastante acentuado da dinâmica que, para o autor, é uma das características da historiografia oficial hispânica: a tensão entre uma *historia pro persona*, centrada nos feitos do rei, e uma *historia pro patria*, cujo foco está nas conquistas realizadas pelo reino como um todo. O capítulo também desenvolve uma outra tensão que atravessa a história oficial, e não apenas a de matriz hispânica, qual seja, a entre as demandas de um governante, as funções de um cargo – o de cronista, no caso espanhol – e as características

da formação dos letrados, personagens recrutadas para escrever essas mesmas histórias. No caso de Carlos V, a pretensão de glorificar o próprio nome chocava-se com a ojeriza de humanistas como Juan Ginés de Sepúlveda e Paolo Giovo ante os projetos imperiais e dinásticos do governante, atravancando e, no fim, impossibilitando a escrita de uma crônica de seu reinado enquanto o próprio governante vivia. A tensão entre os governantes e aqueles que compunham suas histórias indica também as transformações por que passa a historiografia, que se aproximava cada vez mais da política e da concepção de Quintiliano segundo a qual à história interessava mais a persuasão que a instrução (KAGAN 2009, p. 88).

O autor, dessa forma, insere-se diretamente no debate acerca da escrita da história na passagem do século XVI para o XVII, colocando em questão a conotação muitas vezes negativa dessa mesma passagem.⁴ Richard L. Kagan faz questão de frisar a impossibilidade de se separar as razões pelas quais a história é escrita das formas que ela irá assumir e, por conseguinte, também a indistinção entre forma e conteúdo da narrativa da historiográfica. Como afirma, “as negociações do imperador com Giovo tratavam tanto da substância [...] quanto do estilo, ou seja, da maneira particular na qual os fatos eram apresentados” (KAGAN 2009, p. 89).

A tensão entre a *historia pro patria* e a *pro persona* e a difícil relação os monarcas e seus escribas enquadra a discussão dos três capítulos seguintes, não por acaso dedicados à historiografia durante o reinado de Filipe II. No terceiro capítulo, o autor aborda a recusa do monarca de patrocinar uma obra de história com os contornos de uma *historia pro persona*, laudatória de sua figura; a atitude, muitas vezes interpretada como sinal de modéstia, na verdade indica que frente ao “mar de histórias”, Filipe II procurava escapar à natureza agonística da história oficial. Para isso, segundo Kagan, o rei espanhol apoiava a escrita de uma história que celebrasse os feitos antigos dos espanhóis e, ao mesmo tempo, defendesse a unidade de seu reino resultando dos acontecimentos passados. Não deixa, portanto, de se situar no âmbito dos projetos imperiais, como já abordara anteriormente.

A recusa de Filipe II, entretanto, não pôde se estender à totalidade de seu reinado, já que frente aos ataques à sua monarquia, ele passou a se inclinar em direção ao apoio de uma história de sua própria época. Essa transformação no pensamento de Filipe II, objeto do quarto capítulo, é enquadrada, no quinto capítulo, no debate relativo às possessões hispânicas na América e na Ásia. Richard L. Kagan estuda a criação do cargo de cronista das Índias tendo em vista justamente o pano de fundo dos ataques à monarquia universal de Filipe II, argumentando mais uma vez pela ligação entre as políticas relacionadas à história e a própria produção historiográfica. Significativamente, tendo em vista

⁴ Como transparece, por exemplo, no trabalho já referenciado de Anthony Grafton, para quem, no século XVII, a história era uma narrativa política escrita por estadistas ou funcionários – historiógrafos profissionais –, dos quais muitos poucos preocupavam-se com as maneiras a partir das quais escolher, justificar e examinar as evidências (GRAFTON 2007, p. 230-231).

as preocupações do monarca espanhol em sustentar uma historiografia que não fosse mera rival de suas contemporâneas, o próprio cargo de cronista das Índias demonstra a união entre preceitos políticos e os princípios elaborados pelos historiadores para certificarem e justificarem suas histórias. Segundo o autor, o ocupante do cargo não se dedicava apenas ao registro das ações que tomassem lugar no Novo Mundo, pelo contrário, pois

seguindo os trabalhos de de historiadores tão influentes como Francesco Guicciardini e os ditados do gênero da *ars historicae*, ele [o cronista] também tinha de refletir sobre as causas dos eventos e sobre os motivos por trás das ações individuais e incluir, por motivos didáticos, *exemplae* de vários tipos (KAGAN 2009, p. 151).

A conjunção de todas estas preocupações – à maneira peculiar que lhe era possível de realizar tendo em vista ocupar um cargo oficial – está presente no trabalho do primeiro cronista das Índias, Antonio de Herrera y Tordesillas, personagem central deste quinto capítulo.

É neste momento que a proposta do autor rende mais frutos, pois Kagan consegue tecer de modo mais detido a trama entre todos os fios de sua obra: o imperativo dos monarcas, as necessidades de um gênero e as capacidades – tanto intelectuais quanto políticas – daqueles dele encarregados. Se na introdução de seu livro o autor afirma que, no cenário intelectual da época, era o historiógrafo a pessoa mais autorizada para escrever sobre o passado, pois apenas ele tinha acesso aos documentos necessários para tal (KAGAN 2009, p. 6), a análise que faz da obra de Antonio de Herrera, cronista das Índias entre 1596 e sua morte, em 1626, permite justamente compreender como trabalhava esse mesmo historiógrafo. Taxado muitas vezes de plagiário (KAGAN 2009, p. 172-173), a fina análise de Kagan permite reconstruir a imagem do autor como um leitor judicioso das obras que utilizava para compor sua própria história – mais do que como um investigador em busca de informações novas; simultaneamente, permite compreender que a tarefa à qual se dedicava enquanto cronista não era tanto a escrita de uma *nova* história quanto a reelaboração das narrativas já existentes, de modo a adequá-las à defesa daquele para quem escreve. Se se tornou um tanto quanto comum fazer o paralelo da figura do historiador com aquela do juiz, Richard L. Kagan, através do exame do trabalho de Herrera, faz um sonoro argumento a favor da comparação – que já aparece na introdução de seu livro (KAGAN 2009, p. 6) – entre o historiógrafo e o advogado. Para ambos não se trata nem de garimpar informações novas nem de inventar fontes, isto é, de revolver os materiais da história imbuído de má fé; pelo contrário, o que está em questão é utilizar as possibilidades do trabalho histórico para manipular seus enunciados a favor ou contra aqueles a quem a narrativa se endereça (KAGAN 2009, p. 5). Tarefa que, mostra Kagan, depende tanto das regras de verificação do discurso histórico, então objeto de um intenso debate, quanto qualquer outra narrativa pertencente ao mesmo gênero. Ressalta, também, a compreensão da obra do historiador oficial como uma empresa coletiva mais do que resultado da iniciativa individual, algo que também a historiadora francesa Chantal Grell destaca em obra recente (GRELL 2006, p. 13).

A trama dessas tensões constitui, sem dúvida, o aspecto mais importante do livro, e é apenas de lamentar que, por vezes, tentando costurar entre os mais diversos autores e contextos, Richard L. Kagan aborde demasiado rapidamente estes temas, sem reproduzir análise como a que faz a respeito de Antonio de Herrera. Mesmo assim, ele é feliz ao tratar, no sexto capítulo, a incapacidade de Filipe IV e de seu ministro, o conde de Olivares, de controlarem a circulação de obras históricas no interior da fronteira de seu próprio reino como indício da existência, já no século XVII, de uma opinião pública capaz de contradizer a propaganda oficial (KAGAN 2009, p. 204). A intersecção entre a legitimação perante o público e a atividade do historiógrafo adiciona outra camada de significação ao trabalho do autor no livro.

Também no sétimo e último capítulo o autor aborda parcela dessa dinâmica, ao demonstrar que a proposta de uma renovação intelectual feita pelos *novatores* e pela Real Academia de la Historia acaba por sucumbir às pressões e às intrigas da vida cortesã. A assimilação das pretensões críticas desta última instituição ao funcionamento da máquina administrativa da qual a história oficial faz parte resultou na própria perda de sua importância. Ao cabo, a Real Academia de la historia foi ultrapassada – assim como a história oficial (GRELL 2006, p. 16) – pela evolução da própria historiografia.

343

A dinâmica entre a história oficial e as demais províncias da história é o aspecto que garante a relevância da obra de Richard L. Kagan. Para além da preocupação com o estudo da historiografia do período – uma área particularmente forte no meio historiográfico de língua inglesa –, *Clio and the crown* também se insere, como se tentou demonstrar aqui, num debate que começa a ganhar corpo a respeito das relações entre a história dos historiógrafos e a narrativa de constituição da própria historiografia. Para Kagan, autores como Grafton e Kelley acabam por definir de forma demasiado rígida a linha divisória entre a historiografia oficial e a daqueles autores não ligados a qualquer cargo. Em passagem carregada de ironia, na qual faz um inventário dos celebrados historiadores que foram também historiógrafos – uma lista que vai de Fernão Lopes a Voltaire –, Kagan destaca a dificuldade de situar a fronteira entre a historiografia “acadêmica” – isto é, motivada pela comunidade de historiadores e destinada a ela – e a historiografia “polêmica”, ou seja, a história oficial, direcionada a leigos e submetida a inúmeras flutuações políticas (KAGAN 2009, p. 4). Da mesma forma, ser um historiador oficial não significava necessariamente ser um mau historiador.

Conforme a historiografia avança para a era dos cronistas e historiógrafos, a obra de Richard L. Kagan lembra que para analisá-la não é o bastante reproduzir os limites disciplinares modernos como conceitos analíticos da historiografia passada. Se a necessidade de situar os discursos em seus contextos é cada vez mais premente, perguntar-se pelo que há de *oficial* ou *patrocinado* em muitas das obras historiográficas do período moderno pode ser maneira de historicizar o próprio trabalho do historiador. À medida que a historiografia brasileira avança, por sua vez, rumo ao século XVIII, é interessante perguntar como conectar

uma história do método histórico a uma história social da historiografia, preocupações por vezes tão distantes. Seja qual for a pergunta, considerar o lugar da história oficial na história da própria historiografia passa pela resposta que Richard L. Kagan acabou de dar.

Referências bibliográficas

- GRAFTON, Anthony. **What was history?** The art of history in early modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GRELL, Chantal. **Les historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution.** Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.
- KAGAN, Richard L. Clio and the Crown: Writing History in Habsburg Spain. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey. **Spain, Europe, and the atlantic world: essays in honor of John H. Elliot.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 73-99.
- KELLEY, Donald R. **Versions of history from Antiquity to the enlightenment.** New Haven: Yale University Press, 1991.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: EDUSC, 2004.
- SPIEGEL, Gabrielle. **Romancing the past: the rise of vernacular prose historiography in thirteenth-century France.** Berkeley: University of California Press, 1993.
- RANUM, Orest. **Artisans of glory: writers and historical thought in seventeenth-century France.** Chappell Hill: University of North Carolina Press, 1980.

Margens e interstícios do espaço

Borders and interstices of space

PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço*. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011, 182 p.

Adriana Mara Vaz de Oliveira

Professora adjunta
Universidade Federal de Goiás
amvoliveira@uol.com.br
Rua 5, 361/601, Condomínio Veladero - Setor Oeste
74115-115 - Goiânia - GO
Brasil

Palavras-chave

Espaço; Cartografia; História.

Keywords

Space; Cartography; History.

345

Enviado em: 29/9/2011
Aprovado em: 23/10/2011

Tratar o espaço requer cautela e definição de abordagem. O espaço se amplifica na percepção e compreensão, ao mesmo tempo em que implica dicotomia de interpretação, sugerindo posições diversas e complementares como lugar ou território. Para Certeau (1994), em *Invenção do cotidiano*, o espaço é um lugar praticado, porque envolve vetores como tempo, direção e velocidade, ao contrário da estabilidade do lugar. Para o mesmo autor, "o espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais" (CERTEAU 1994, p. 202).

Desse modo, as práticas espaciais refletem a junção de objetos e operações que se traduzem em vários tipos de estruturas narrativas, como relatos e mapas. Os produtos gerados a partir das práticas condensam informações que as expressam. "Pensar o espaço não é apenas entender sua representação, considerar sua inscrição, perscrutar sua construção; é também necessário buscar suas conexões" (PEIXOTO 2011, p. 157).

Na direção dessas reflexões, o livro *Cartografias imaginárias* de Renato Amado Peixoto descortina uma edificante abordagem do espaço com base na cartografia. Para o autor, a cartografia deve ser problematizada para além da sua escrita, enveredando mais

[...] em torno dos processos cognitivos que a originam e dos métodos em que se investe sua inscrição. Para se pensar o espaço é necessário considerar antes um *espaço imaginário* onde se produz uma linguagem através de múltiplas experiências de outras linguagens; é preciso pensar os pressupostos que possibilitaram as condições de composição da gramática e da sintaxe dessas linguagens; entender cada um dos mapas das imaginações e das geografias pessoais que extrapolaram em um dado momento seus limites para constituir uma gramática e uma sintaxe cartográfica. Pensar o espaço significa investigar uma construção humana que só existe enquanto parte de um campo de forças no qual a energia é o falante e a linguagem seu gerador [...] (PEIXOTO 2011, p. 159, grifos do autor).

346

Ao encontro de tal referencial teórico, Peixoto apresenta seus oito artigos. O que se mostra, em princípio, como fomento ao debate dentro do Programa de Pós-Graduação da qual faz parte, extrapola-o. Segundo o autor, os quatro primeiros artigos discutem a construção do espaço nacional, objeto de sua tese de doutoramento, em consonância com as proposições da linha de pesquisa Literatura, Espaço e História. Os demais artigos explicitam a sua posição teórica no debate de ideias do Programa, articulando as contribuições de Jacques Derrida e Michel Foucault, assim como as reinterpretações de Karl Marx na interlocução entre sujeito e ideologia na produção do espaço. Em todos eles, o fio condutor são o espaço e a cartografia.

A problematização da cartografia desdobra-se em estudos de caso que elucidam a urdidura de circunstâncias que extrapolam as configurações materiais e iconográficas dos mapas. A atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o seu papel na construção da história do espaço nacional no século XIX oferecem a oportunidade de averiguar o jogo de interesses e de poder

que os envolve. No seu primeiro texto, "Enformando a nação", Peixoto se esmera nos desdobramentos que direcionam os olhares para a relação espaço e identidade nacional. Essas reflexões se completam nos textos posteriores "A produção do espaço no Terceiro Conselho de Estado (1842-1848)", "Impertinentes, desinteressados ou sem escolha", "O espelho de Jacobina", "O mapa antes do território" e "Os dromedários e as borboletas".

Na construção da memória nacional, como afirma Sandes (2000), o IHGB precisava se apoiar nos referenciais espaciais. Afinal, como bem avaliou Halbwachs (1990), não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Nesse sentido, estabelece-se uma tessitura, ainda que não explícita, entre o IHGB, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (SENE) e o Conselho de Estado. É nessa trama que se localiza a cartografia, pois é

um processo coletivo, qualificado e de múltiplas etapas que incluía planejamento estratégico, execução no campo e confecção no gabinete e atelier gráfico, realizado, muitas vezes, em conjunto pelo Estado e pela iniciativa privada, dado o seu grau de complexidade (PEIXOTO 2011, p. 18).

No empenho em desenredar essa trama, o autor expõe premissas para o estudo cartográfico em face da pesquisa histórica:

347

1) Expor, investigar e questionar os processos cognitivos e as relações de forças que constituem e resultam em determinado saber cartográfico ou atividade cartográfica; 2) Entender esta atividade cartográfica não como um fim, mas *enquanto um processo* mesmo, que depende da formação de um saber sobre o espaço e que se desdobra a partir de suas estratégias e práticas; 3) Compreender que a investigação da atividade cartográfica não se resume ao trabalho sobre o mapa, mas que antes deve resgatar um *regime da exequilibrabilidade dos mapas* que nos permite discernir certas continuidades ou descontinuidades, especialmente no que tange ao agenciamento das técnicas e das condições da escrita e à distribuição e atribuição de tarefas [...]; 4) Analisar os produtos cartográficos cuidando de entender que suas particularidades, estilos, especificidades técnicas e características de mercado das quais se revestem ou são investidos emprestam novos sentidos à compreensão desses produtos [...]; 5) Buscar uma leitura hermenêutica dos produtos cartográficos por meio de uma investigação semiológica e iconológica dos elementos disponibilizados no mapa (símbolos, colorações, legendas etc.) e a sua volta (decoração, ilustrações, grafismos etc.), considerando o contexto cultural e social dos seus produtores; 6) Entender o espaço registrado nos mapas como um campo sobre o qual são rebatidos enunciados e discursos, que se revelam nos *enquadramentos* utilizados [...] e nos *silêncios* ou *silenciamentos* [...]; 7) Procurar perscrutar os usos e as funções que estes produtos assumem inclusive procurando-se entender sua *disseminação* em outros produtos cartográficos ou mesmo outros saberes, sua divulgação e circulação (PEIXOTO 2011, p. 19-20, grifos do autor).

Observa-se a construção de uma metodologia que ampara o uso da cartografia como fonte na pesquisa histórica. Jeremy Black, em seu livro *Mapas e história: construindo imagens do passado* (2005), cujo original é de 1997, já dava mostras da potencialidade dos mapas como fonte das investigações históricas. Contudo, o que se sobressai nessa metodologia é a compreensão de

que a produção do espaço depende de um jogo de significados e ressignificações do próprio espaço instituídos por quem a manipula.

Apesar de uma tênue aproximação com Lefebvre (1991), quando diz que a produção do espaço deve ser entendida dentro da estrutura social, abarcando-a em toda sua complexidade, Peixoto afirma seu suporte em Roger Chartier, no seu livro *À beira da falésia*, que defende a análise epistemológica em que os dispositivos de representação desencadeiam modos de compreensão dos discursos dos que os sustentam e de quem os atribui. Essa postura articulada por Chartier sustenta a aproximação da história em relação à filosofia e à crítica literária, posição endossada por Peixoto.

Em "O mapa antes do território", Peixoto afirma que "o mapa é construído, a priori, no conjunto das representações culturais dos narradores e está sujeito a constantes reinvenções, que são também reelaborações de sua identidade", ou seja, "mapear o território significa inscrevê-lo num determinado espaço e, ao mesmo tempo, possibilitar que a escrita desse território possa transformar o mapa" (PEIXOTO 2011, p. 111).

Dessa forma, o autor transita com maestria pela literatura e sua crítica, bem como pela filosofia, referendando Chartier. Essa interlocução é conduzida nos textos "Impertinentes, desinteressados ou sem escolha", "O espelho de Jacobina", "Por uma análise crítica das políticas do espaço" e "Espaços imaginários" que se apoiam em narrativas de H. P. Lovecraft e de Machado de Assis, bem como no pensamento de Arthur Schopenhauer, Ludwig Wittgenstein, Jacques Derrida e Michel Foucault. Destacam-se especialmente os diálogos com Foucault sobre as relações de poder e de Schopenhauer acerca da representação, aplicado nos seus objetos de estudo, especificamente, a construção do espaço e da identidade nacional no século XIX ou no século XX.

Para a compreensão dos jogos do poder e as relações com a construção dos mapas, apoiado no conceito de biopoder de Foucault, Renato Peixoto discute a geopolítica como um saber sobre o espaço, amplificando o seu conceito para as políticas de espaço dela derivadas. Nessa articulação constitui-se uma cartografia desses saberes e políticas descortinando sobreposições de mapas com linguagens autônomas e passíveis de compreensão. Aqui, nomeia essa discussão como geopoder e oferece caminhos metodológicos para os que se interessam em investigar as dinâmicas do espaço desencadeadas com base nos grupos que exercem políticas de poder ancoradas nos saberes espaciais.

Concentra-se ainda no encontro das desrazões foucaultianas ao lado das razões implícitas na elaboração dos mapas e, por conseguinte, da condução da cartografia. Os espaços e mapas imaginários imprimem-se naqueles materiais e visíveis. Para tal, contextualiza a questão do espaço em relação à própria obra de Foucault, em especial aquela que tece observações sobre Antonin Artaud.

Ao final, Peixoto empreende uma síntese em que coloca o historiador dos espaços como cartógrafo. O exercício da cartografia que defende é aquele em que se reconhecem os interstícios e as margens dos mapas, mas também a economia de suas linguagens, que está na sua produção e reelaboração. Em

certo sentido, reconhece-se a argumentação de Sueli Rolnik (1989, p. 65) que diz que “o cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar”.

Referências bibliográficas

BLACK, Jeremy. **Mapas e história**: construindo imagens do passado. Tradução de Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Shaffter. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Translated by Donald N. Smith. Blackwell Publishing, 1991.

ROLNIK, Sueli. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação**: entre a Monarquia e a República. Goiânia: Ed. UFG; Agepel, 2000.

Crítica e opinião na imprensa brasileira dos Setecentos e Oitocentos

Criticism and opinion in the eighteenth and nineteenth centuries Brazilian press

NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, 333 p.

Adriana Pereira Campos

Professora associada
Universidade Federal do Espírito Santo
acampos.vix@gmail.com
Avenida Fernando Ferrari, 514
29075-910 – Vitória – ES
Brasil

Palavras-chave

História da imprensa; Opinião pública; Brasil Império.

Keywords

Press history; Public opinion; Brazilian Empire.

350

Enviado em: 23/10/2011
Aprovado em: 8/11/2011

Com o fenômeno da expansão das pós-graduações no Brasil, as coletâneas registraram crescimento conjunto. Essa feliz combinação permite que hoje se produzam no país livros temáticos em diversos campos de pesquisa, com enriquecedora contribuição de distintos autores. Esse é o caso da obra *Livros e impressos*, organizada pela historiadora carioca Lúcia Maria Pereira das Neves, professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O objeto central de análise do livro compreende a constituição histórica da imprensa e do mercado editorial no país, abordados a partir da visão particular dos autores-colaboradores. A diversidade de abordagens reunidas no volume em questão, contudo, só fez realçar a unidade temática que uma obra do gênero deve perseguir, deixando ao largo o risco, sempre presente, de o empreendimento não ultrapassar os limites de uma simples compilação. Os leitores poderão observar, assim, a recorrente preocupação dos autores em examinar a construção de uma esfera pública de crítica, bem como a constituição da opinião pública no Brasil na passagem do Setecentos para o Oitocentos. A imprensa e o mercado editorial convertem-se em objeto das inquietações dos autores, assim como, a formação da cultura política nacional. Não se estranha, portanto, que dos dez capítulos da coletânea, seis façam referência explícita a Jürgen Habermas (1984), formulador do conceito de esfera pública, foco de análise do livro. Outra preocupação recorrente da obra consiste na constituição dos espaços de formulação das linguagens políticas. Com efeito, o leitor confronta-se com o fato de a imprensa possuir papel fundamental na formação do Estado brasileiro, enquanto lugar da crítica e da autonomia. O livro dedica-se, portanto, ao ambicioso projeto que inclui objeto e instrumental teórico da história cultural para decifrar problemas da história intelectual (do livro e dos impressos) e da história política.

A coletânea examina também algumas noções fundamentais para a compreensão do surgimento da imprensa no Brasil. Mais precisamente, como a formação da esfera pública no país se processou por meio da transição entre periódicos mais típicos do Antigo Regime, submetidos ao escrutínio do monarca, para outros de conteúdo mais crítico e de opinião. Os primeiros compreendiam as gazetas e, os segundos, os jornais. Essa delimitação fica mais claramente demarcada na Parte I da coletânea intitulada *Imprensa, livros e representações*. No capítulo de abertura desta parte, Maria Beatriz Nizza da Silva elabora um quadro dos primeiros anos de desenvolvimento da imprensa no Brasil, quando se criou a Imprensa Régia em 13 de maio de 1808. A autora explora a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade d'ouro do Brasil* (Bahia), que seguiam rigidamente o modelo das gazetas, cujo objetivo resumia-se a divulgar notícias recolhidas das grandes metrópoles europeias. De igual modo, houve a tentativa de reproduzir no Rio de Janeiro e na Bahia o sistema dos *almanaques*, periódico de divulgação de informações dos calendários solar, lunar, religioso, histórico etc. A iniciativa não logrou êxito, talvez porque os brasileiros já dispusessem de notícias da Corte no Rio do Janeiro por meio do *Almanaque de Lisboa*, que circulava amplamente no Brasil. O experimento mais crítico da época constituir-se-ia nos jornais literários, que versavam sobre história, literatura, mineralogia, entre outros

assuntos, e pretendiam despertar o interesse do leitor nas artes, na literatura e na ciência. Além disso, durante a década de 1820, começavam a circular no Brasil os primeiros periódicos de divulgação do saber político, tais como o *Seminário cívico*, *O bem da ordem*, *O amigo do rei e da nação* e o *Conciliador do Reino Unido*. Obedecendo ao formato dos jornais, essas folhas já revelam a necessidade de liberdade da imprensa e a recusa em obedecer às limitações do rígido modelo das gazetas.

No segundo capítulo da primeira parte, Neil Safier discute a contribuição de um editor em particular à formação da opinião pública emancipacionista no Brasil. O autor examina a adesão de Hipólito da Costa à causa da emancipação dos escravos e da erradicação do tráfico por meio de seus artigos publicados no *Correio braziliense*. Debate ainda, amplamente, a posição de Hipólito da Costa em relação a sua defesa da extinção gradual da escravidão, que previa como fase preliminar a abolição do comércio de escravos, após o que se perseguiria, *prudentemente*, a extinção total da escravatura. Neil Safier julga a posição de Hipólito da Costa como ambivalente e ambígua, desconsiderando, porém, ser essa a posição de diversos defensores da emancipação dos escravos prevalecente no exterior. O juízo parece mais uma cobrança anacrônica do que uma apreciação balanceada do posicionamento político do editor, que escrevia do exílio na Inglaterra. Hipólito, cumpre notar também, reproduzia a ideia predominante à época na Europa, justamente a de emancipação gradual, o que não era pouco ao se considerar tratar-se de um membro da elite brasileira. À parte essa ressalva pontual, a contribuição de Neil Safier é importante por colocar Hipólito como editor e formador de certa opinião pública no país, propugnando teses emancipacionistas em pleno alvorecer do século XIX. Empalmando a polêmica da emancipação escrava, o jornal de opinião editado por Hipólito inaugurava a sua trajetória preocupado com a divulgação de ideias novas no Brasil, reverberando as noções de liberdade numa terra marcada pelo cativo.

Lúcia Maria Bastos encerra a parte primeira do livro com a discussão da imprensa como espaço de crítica e de consagração servindo-se das resenhas de livros publicadas em folhas científicas e literárias no Oitocentos. A divulgação das obras convertia-se, segundo a autora, em ponto de interesse comum para uma elite intelectual em formação à época. As livrarias e as tipografias transformavam-se em espaços de socialização dos integrantes dessa elite, despertando em tais indivíduos o interesse por novidades políticas veiculadas nas obras debatidas. A historiadora, ademais, conclui que as reuniões conferiam prestígio aos participantes que, assim, alcançavam destaque na *boa sociedade* do Rio de Janeiro.

Na segunda parte do livro, constituída de quatro capítulos, verifica-se clara preocupação com a análise do papel dos impressos nas práticas políticas do período. No primeiro capítulo, Roger Chatier introduz a discussão conceitual a respeito da revolução da leitura operada no século XVIII. Do inventário de suas pesquisas, Roger Chatier afirma que essa transformação no século do Iluminismo foi apenas uma das revoluções da leitura, pois outras a precederam "ligadas à

invenção do *códex*, às conquistas da leitura silenciosa, à passagem do modelo monástico da escrita para o escolástico da leitura” (NEVES 2009, p. 101). Outras ainda a sucederiam no século XIX, como “a democratização do público do impresso, e, hoje, com o aparecimento do texto eletrônico” (NEVES 2009, p. 102). Ele discorda das teorias que opõem uma leitura tradicional (intensiva) a uma leitura moderna (extensiva), esta última como a característica revolucionária única no século XVIII. Na primeira, o leitor encontrar-se-ia limitado a um *corpus* tradicional de textos lidos, relidos e memorizados. Na segunda, consumiria avidamente impressos novos e efêmeros, submetendo-os à crítica. O autor alerta, porém, que os romances e a literatura de cordel eram lidos, relidos e memorizados em pleno Setecentos. Subsistia, portanto, nessas novas formas de impressos, certa leitura intensiva. Desse fato, conclui Chartier ter havido, sim, certa multiplicidade das leituras à época. Com efeito, a variedade da produção impressa e a criação de novos tipos de jornais contribuíram não apenas para a formação de uma esfera pública de opinião, mas também para o estabelecimento dos pilares de uma sociabilidade política que colocou os negócios do Estado sob o escrutínio da crítica. A revolução ocorrida no século XVIII residiu, por conseguinte, na capacidade de multiplicar a leitura dos impressos.

Ainda na segunda parte do livro, José Augusto dos Santos Alves destaca a oralidade como um dos elementos constitutivos da opinião pública na passagem do século XVIII para o XIX. O autor evidencia a associação entre a oralidade e a escrita na divulgação da notícia e da informação, bem como na constituição do sujeito político e da opinião pública. A ocorrência do espaço público liberal firma-se não apenas no encontro de leitores cultivados, esclarece o autor, como também no de leitores populares, tanto alfabetizados quanto iletrados, instaurando o debate mais amplo dos acontecimentos, anteriormente restrito aos grupos dominantes. As notícias transmitidas em voz alta, a leitura em círculos e outros encontros de divulgação oral das informações escritas configuram o transbordamento da crítica para grupos mais extensos, convertendo a palavra em “coisa pública” (NEVES 2009, p. 10).

Marco Morel, de sua parte, aborda a mudança no modelo de imprensa regular do Oitocentos, quando as chamadas gazetas, periódicos tradicionais das monarquias cederam lugar aos jornais, que se pretendiam formadores de povos e nações. A imprensa do Antigo Regime, como as gazetas, experimentou mudanças importantes e assimiladas posteriormente. Marco Morel expõe as transformações na *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficioso da Corte recém-chegada à América portuguesa. Atribui a ampliação no tamanho das folhas do periódico à afluência de notícias e à liberdade de imprensa após a adesão de D. João ao moderno constitucionalismo. Incluía-se em suas páginas, por solicitação da própria gazeta, cartas dos leitores interessados em divulgar *as luzes*. Introduziam-se, paulatinamente, comentários do editor aos textos e documentos transcritos, assim como se noticiavam proclamações políticas de diversas localidades do Brasil. O movimento de autonomia do país provocaria a ampliação das opiniões e a redução das transcrições, demarcando a transição

da *Gazeta* para um jornal, que se consolidaria em maio de 1824 com a nova denominação de *Diário fluminense*. Semelhante trajetória, como mostra Marco Morel, percorreu a *Gazeta pernambucana*, cuja conversão operou-se entre os anos de 1822 e 1824. Da trajetória descrita, portanto, observa-se que a mudança de um periódico do tipo do Antigo Regime para um mais crítico e de opinião pode ter se operado ainda no interior mesmo das gazetas, cujos redatores transformavam sua intervenção “na busca de se formular um ideário que se tornasse hegemônico, das tentativas de imposição de determinadas linhas políticas e de campos de interesse” (NEVES 2009, p. 179).

O último capítulo da segunda parte, de autoria de Marcello Basile, trata da questão federalista, cuja faceta ficou mais conhecida na historiografia como a descentralização promovida pela reforma constitucional concretizada pelo Ato Adicional. Segundo o autor, o assunto adentrou o Parlamento a partir da emergência do grupo de liberais exaltados que, por meio da imprensa e de suas associações, tiveram amplo êxito na repercussão do tema junto à sociedade. Desse capítulo, depreende-se a importância da imprensa na mobilização política durante o período, que impunha certa pauta de assuntos no legislativo do Império. Verifica-se, igualmente, aquilo que Marco Morel e outros autores da coletânea chamam de imprensa de opinião, pois se nota os jornais dos liberais exaltados propalando a federação como princípio de participação política, enquanto a imprensa moderada e, sobretudo, áulica, rejeitava a ideia. O autor explora a imprensa como fonte, pois em sua narrativa a respeito das inúmeras votações da matéria, ele se deparou com diversos intervalos temporais sem registro nos anais. A solução empregada foi o recurso a jornais como o *Aurora fluminense* e o *Jornal do commercio*, solucionando, assim, tais omissões e resgatando importantes pronunciamentos que forneceram a sucessão quase diária das votações da questão federal no parlamento brasileiro.

A terceira parte do livro, intitulada “Livros, cultura e poder”, adentra os meandros da produção e da mercantilização dos livros. O primeiro capítulo, de lavra de Luiz Carlos Villalta, discute a vigilância do Antigo Regime sobre os livreiros, os livros proibidos e as livrarias em Portugal. Essa interessante investigação desvenda os caminhos, ou melhor, os descaminhos dos livros interditos e os expedientes empregados pelos livreiros para satisfazer o mercado. O autor utiliza os documentos da Intendência Geral de Polícia e da Inquisição, responsáveis pela censura literária em fins do Setecentos e inícios do Oitocentos. De tais fontes, o autor identificou, por exemplo, as artimanhas dos importadores em encomendar os livros em folhas, deixando para encaderná-los em Portugal. Outro recurso para contornar os censores consistia na alteração dos títulos para o correspondente em latim, despistando o conteúdo interdito dos livros. Um estratagema adicional residia no envio de listas truncadas aos fiscais, omitindo-se, convenientemente, autores das obras ou mencionando-se vagamente o seu título. Eventualmente, recorria-se à autorização expressa de algumas pessoas poderem receber livros defesos como professores e membros do clero. A vigilância, no entanto, recaía sobre a troca desses livros com pessoas

não autorizadas. Certos livreiros, assim, obtinham licenciamento para realizar o comércio de obras proibidas, mas os censores se incomodavam com os desvios que esse comércio autorizado assumia depois do ingresso das obras em Portugal. Inclusive, os próprios comerciantes participavam dos esquemas para o contrabando dos títulos cujo destino deveria ser estrito às pessoas autorizadas pelo governo português. Outro ponto que o capítulo colabora para a reflexão geral da coletânea é a formação de certo ambiente de discussão e crítica, de onde germinaria uma esfera pública, conforme definição de Habermas. As livrarias convertiam-se em espaços de acesso à leitura de livros defesos e, amiúde, cediam lugar a discussões sobre o próprio conteúdo apreendido. Os indivíduos podiam dar voz à razão pública por meio do debate e da reflexão coletiva das obras lidas. O autor sugere em suas conclusões que as obras que ultrapassaram o bloqueio da censura contribuíram, de certa forma, para minar as representações e a fidelidade ao soberano, na medida em que seus leitores terminaram por instaurar um ambiente de crítica e de recepção de novas ideias.

355

O penúltimo capítulo do livro (segundo da terceira parte), de Ana Carolina Galante Delmas, recorre também a uma abordagem criativa e cuja interpretação parece muito sugestiva dos modos particulares de as pessoas lidarem com o poder. As dedicatórias às autoridades constantes nos impressos, para a autora, não revelam simplesmente um gesto de subserviência ao poder. Em sua opinião, significam importante expressão textual da interdependência na política. Mais uma vez, neste capítulo, verifica-se a preocupação com a formação da esfera pública pelo debate que se veiculava nos periódicos e livros em circulação. No início do Oitocentos, no entanto, a impressão constituía-se em privilégio concedido ao livreiro que se dispunha a ingressar na tarefa de editoração. As obras, por consequência, possuíam significado semelhante, uma vez que as bibliotecas tornavam-se a personificação de prestígio, avaliadas pela qualidade e raridade de seus volumes. A biblioteca real, portanto, deveria corresponder ao prestígio do soberano. Por outro lado, a obra que constasse nas prateleiras da realeza ganhava em prestígio e a homenagem postada no livro podia garantir o ingresso nesse templo dignitário. O autor, ao dedicar seus escritos ao monarca, por exemplo, podia garantir sua exclusão no rol dos defesos, o que representava grande vantagem. Além disso, a dedicatória poderia contribuir para o estreitamento dos laços com o rei e denotar, por outro lado, como bem observou Ana Carolina, os impulsos políticos de uma época. No Brasil, por exemplo, as homenagens postadas nos livros demarcaram, nos anos iniciais do Oitocentos, o desejo de permanência de D. João, o desejo de melhorar a sorte do Brasil com a presença da Corte nos trópicos. O levantamento das obras, elevadas à posição de reverência às autoridades, mostra que circulavam no período colonial, inclusive nos dois lados do Atlântico, volumes portadores de ideias ilustradas, em parte porque seus respectivos autores logravam alcançar a graça real por meio do galanteio registrado nas páginas iniciais.

Tania Maria Bessone encerra a coletânea com a história do rico e numeroso acervo da biblioteca de Rui Barbosa, conservado por toda a família após a morte

de seu proprietário. Mantida na íntegra, fato raro na história das bibliotecas particulares, o conjunto desses livros demonstra, consoante a autora, a ambição consciente de Rui Barbosa em causar impacto com suas aquisições. Mais uma vez o livro, ou melhor, a sua coleção, conferia marca distintiva de prestígio a um cidadão. Tânia Bessoni evidencia em seu texto que poucas bibliotecas com essa natureza sobreviveram aos seus donos e isso, talvez, constitua-se numa das características mais preciosas da Biblioteca de Rui Barbosa. Nela é possível não apenas encontrar valioso acervo, mas também contabilizar obras que podiam granjear distinção ao colecionador. A preservação do mobiliário, bem como da organização dos livros, demonstra a dedicação de homens como Rui Barbosa para com suas bibliotecas. Ademais, trata-se da prova como os impressos adquiriram prestígio no Brasil e passaram a ocupar lugar de destaque na residência dos homens cultos do país.

Como última palavra, é mister louvar a iniciativa de Lúcia Maria Pereira Neves, que com o livro em tela não apenas nos remonta à história dos *impressos e dos livros* no Brasil, como também esclarece ao leitor os meandros da formação da opinião pública no Brasil imperial. Os diferentes textos, ao cobrirem o fenômeno da construção da imprensa e do mercado editorial, bem como da formação da opinião pública no país, revelam, em suas diferentes abordagens e temas, aspectos essenciais da política na passagem dos Setecentos para o Oitocentos, além de apontar aos interessados fecundas linhas de investigação futura.

356

Referências bibliográficas

- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

Conflitos e experiências na formação do Estado imperial brasileiro

Conflicts and experiences in the Brazilian imperial State formation

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 502 p.

Fabiane Popinigis

Professora adjunta
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
fpopinigis@gmail.com
Rua Glaucio Gil, n.777, bloco 101, casa 01 - Recreio dos Bandeirantes
22795-171 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Palavras-chave

História do Brasil; Estado; Escravidão.

Keywords

Brazilian history; State; Slavery.

357

Enviado em: 16/11/2011
Aprovado em: 17/11/2011

Organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles e publicado em 2009 pela Civilização Brasileira, o livro *O Brasil Imperial - Vol. II: 1831-1870*, faz parte de uma coletânea de três volumes que abrange, em seu conjunto, todo o período Imperial: o primeiro deles vai de 1822 a 1831, o segundo de 1831 a 1870 e o terceiro de 1870 a 1889. Este volume dois tem onze capítulos, distribuídos em 502 páginas, acrescido de uma apresentação de José Murilo de Carvalho e de um pequeno prefácio dos organizadores.

Os autores tiveram bastante sucesso em pelo menos três quesitos que norteiam a organização da coleção: a exposição didática dos acontecimentos - inclusive em narrativas cronológicas; a escolha dos autores e temas, que possibilitaram aliar o estágio atual das pesquisas à crítica historiográfica; e a articulação entre os temas e problemas historiográficos abordados, que se interconectam.

Através do artigo de Ilmar Mattos, que transita entre todos os temas abordados nos capítulos seguintes como que tecendo um fio invisível entre eles, somos apresentados a uma das mais interessantes características da coletânea: o diálogo entre os temas e abordagens, que parecem ser retomados aqui e ali, formando um conjunto na maior parte das vezes harmonioso e com movimento. Sob o título "O Gigante e o Espelho", o autor mostra que a revolução de 7 de abril tornava realidade a independência do Brasil e abria um novo tempo de liberdade para os "brasileiros", condensando problemas que eram centrais para os contemporâneos e seu projeto de construção da nação.

Em primeiro lugar, o *gigante* território e o desafio de mantê-lo unido, enquanto o restante da América se fragmentara, cria a singularidade de sua primeira expansão, que Mattos chamou de "expansão para dentro". A partir da Independência, abdicava-se de um domínio ilimitado em termos espaciais e construía-se a ficção entre território e nacionalidade. *O espelho*, por sua vez, tinha dupla face: de um lado os brasileiros espelhavam-se nas nações "civilizadas" da Europa, no processo de construção da nação brasileira, e do outro, a associação do Brasil à lavoura e a opção pela manutenção da escravidão na consolidação da ordem significava conviver com outras "nações" no interior do território. O nexos de pertencimento, propriedade e características fenotípicas distinguiria os homens bons do "povo mais ou menos miúdo" e dos escravos, e, na medida em que avançavam o café e o regresso, também se acrescia à diferenciação entre livres e escravos aquelas entre escravo e cidadão. Seguir por esse caminho significava também voltar as costas a uma "proposta de nação constituída por homens e mulheres representados como livres e iguais juridicamente". O regresso, a derrota dos liberais em 1842 e a consolidação do projeto político conservador, com os liberais atrelados às propostas e ações políticas dos saquaremas, "incapazes de manter viva entre seus compatriotas a lembrança do dia 7 de abril como início de um novo tempo". A ordem imperial, portanto, consolidar-se-ia sob o signo da conciliação entre as famílias da boa sociedade sob o governo do Estado, que imprimiria, nas palavras de Mattos "não apenas um exercício de dominação, mas de direção intelectual e moral dos brasileiros, uma história e uma língua nacionais com seus propósitos 'imperiais'".

Assim, o capítulo inicial sugere os eixos organizadores dos capítulos seguintes: as disputas políticas e sociais em torno da formação administrativa do território nacional, as questões suscitadas pelo nexos organizador da sociedade escravista e suas desigualdades, e a necessidade de criação de sentimento de pertencimento, a partir da imprensa e da literatura.

No caso do primeiro eixo, cuja referência fundamental é claramente o momento de abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. O período regencial é retomado como momento de disputa em torno de diferentes projetos de nação, em perspectivas diversas – que vão das discussões na arena estritamente política, passando pelos conflitos sociais em torno do processo de integração das regiões ao projeto centralizador na Corte Imperial, até lugar de homens e mulheres de cor na construção da nação.

Privilegiando a política parlamentar e abordando com minúcia as disputas entre as diversas propostas e os grupos que iam se delineando, Marcello Basile mostra, em “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”, que o 7 de abril inaugurou um momento ímpar de experimentação política em que uma diversidade de fórmulas políticas foram apresentadas e experimentadas, e de participação popular, ainda que não na política institucional, mas nas ruas, de um amplo leque de grupos e estratos sociais. Partindo da crítica à historiografia que atribuiu ao período características sobretudo negativas – ressaltando as revoltas ocorridas como sinônimo de anarquia e empecilho ao estabelecimento da ordem –, ele é aqui abordado em suas próprias bases, e não como um momento de transição política entre a abdicação e o chamado regresso conservador. Embora não contemple neste capítulo sua própria pesquisa sobre os motins urbanos no Rio de Janeiro durante o período (BASILE 2007, p. 65) – o que teria contribuído para enriquecer o diálogo entre o que acontece nas ruas e os debates no Parlamento –, o autor observa que o que orientou o pacto responsável pelo esvaziamento do espaço público das práticas de cidadania experienciadas naquele momento inicial foi o temor das revoltas e a consciência da necessidade de coesão das elites políticas.

Alguns desses movimentos ocorridos nas províncias, sua relação com a Corte, os projetos de identidade nacional e a participação popular são analisados por Marcus Carvalho no capítulo intitulado “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)” e em “Cabanos, patriotismo e identidades”, de Magda Ricci. Nos dois casos, a data da Abdicação é novamente o divisor de águas que mobiliza esses grupos e radicaliza as oposições. Entretanto, os acontecimentos e seus desenvolvimentos são vistos neles como parte de um processo histórico de longa data, envolvendo questões políticas e sociais engendradas no enfrentamento entre os interesses dos diversos grupos em disputa. Ambos articulam o plano político institucional das tentativas do governo na Corte de tomar o controle sobre as províncias ao plano regional e cotidiano das querelas locais e aos sentidos da liberdade atribuídos pelo povo miúdo, atentando para a precariedade das liberdades individuais. A participação popular é aqui posta em relevo sem ser vista como espasmódica ou manipulada pelas elites políticas. Os

autores tecem os acontecimentos numa trama complexa para ir além dos conhecidos marcos políticos, mostrando a diversidade de grupos envolvidos e as lógicas que informavam suas lutas, fazendo-os por vezes aliados circunstanciais - como no caso dos senhores de engenho, escravos, quilombolas, indígenas e homens livres pobres em geral. Ainda que, por vezes, não houvesse uma organização com objetivos mais específicos, os grupos em questão tinham suas razões e sua lógica de ação a partir de interesses próprios. Assim, a política cotidiana das pessoas comuns e dos diversos grupos que as compõe é analisada sem esquecer seus laços com a política institucional.

No caso de Carvalho, a inovação é a não compartimentação da história desses movimentos num Pernambuco em constante estado de tensão, que é guiada, de modo mais geral, pelos acontecimentos ligados ao 7 de abril, data da Abdicação, quando aqueles que haviam apoiado a repressão de D. Pedro I às pretensões revolucionárias de 1817 ou 1824 passam a ser perseguidos pelos que agora foram elevados pela gangorra política. Ricci, por sua vez, analisa o segundo ciclo de revoltas do período regencial no norte do território. Ela mostra que a Província do Pará, ao contrário de isolada e pouco povoada como se pretendeu em várias análises, estava interligada a rotas internacionais através do comércio intercontinental e da circulação de pessoas e ideias entre a região e os países vizinhos. Durante a Revolução de 1835, como chama a autora, surgia um sentimento comum de identidade entre povos e etnias de culturas diferentes, uma identidade local não afinada com aquela em formação no Rio de Janeiro. Com a luta de classes no centro do processo de formação do Império e das incertezas que configuraram a década de 1830, os dois textos são importante contribuição para mostrar como o medo aos sentidos de liberdade atribuídos pelo povo miúdo forçou dirigentes imperiais e elites locais a se aliarem e a submeter esses homens e mulheres livres pobres à repressão. A evidente vantagem destas estratégias é a de oferecer aos leitores um panorama do período abordado a partir de uma referência de fora da Corte.

O texto de Keila Grinberg também se conecta a este primeiro eixo, analisando a Sabinada não apenas como parte do processo conflituoso de disputa entre projetos de autonomia e independência das províncias em relação à Corte, mas, sobretudo, como disputa pelo lugar dos homens de cor na construção da nação. No texto intitulado "A Sabinada e a politização da cor na década de 1830", o movimento na Bahia foi utilizado por Keila Grinberg para analisar dois projetos políticos em disputa: de um lado aquele representado por Antônio Pereira Rebouças que, colocando-se do lado da "ordem", procurava ater-se aos princípios constitucionais segundo os quais os cidadãos brasileiros, qualquer que fosse a sua cor, só poderiam ser distinguidos por seus talentos e virtudes; Francisco Sabino, por outro lado, representava aqueles que viram com desgosto serem cada vez mais negadas as possibilidades abertas a partir da independência, de uma maior inserção de livres e libertos, pardos e mulatos, tanto na participação política como na ocupação de cargos públicos e militares. A derrota do movimento e as políticas centralizadoras do Regresso, entretanto,

fechariam os ciclos de revoltas e manifestações populares, frustrando as aspirações liberais de homens livres e de cor, que viram cada vez mais distante de sua realidade as possibilidades de uma participação verdadeiramente igualitária naquela sociedade.

Uma das principais causas de insatisfação entre homens livres pobres e libertos era a questão do recrutamento, grande causador de conflitos, pois expunha as contradições e hierarquias sociais. Como mostra Victor Izechsohn, no capítulo intitulado "A Guerra do Paraguai", essas tensões foram acirradas durante a guerra: por um lado, os agregados buscavam proteção nos chefes políticos; quando não conseguiam, a opção era a oferta de substitutos, livres ou libertos ou a simples fuga. Por outro lado, por conta da "massificação operada pelo recrutamento", aos trabalhadores pobres livres desagradava ver seu *status* igualado a tais recrutas. Afinal, a certa altura, o governo imperial resolveu libertar quantidade significativa de escravos para serem integrados ao exército, e o próprio Caxias mostrou constante preocupação com sua grande heterogeneidade racial. A Guerra do Paraguai é aqui analisada como elemento central na construção dos estados e nações envolvidos, num momento em que se procurava a manutenção do controle territorial pelos novos centros políticos estabelecidos. Assim, as tensões que o recrutamento suscitava se entrelaçavam ao problema político da constituição de sentimentos de pertencimento a um território que havia sido consolidado recentemente.

361

O segundo organizativo dos capítulos da coleção - o da escravidão como nexos organizador da sociedade - é analisado de diferentes perspectivas nos trabalhos de Rafael Bivar Marquese e Dale Tomich e de Jaime Rodrigues. Para Marquese e Tomich em "O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX" foi a ação "concertada" entre os fazendeiros do Vale escravista e os políticos ligados ao regresso o que estreitou a relação entre o crescimento do tráfico atlântico e o aumento da produção cafeeira, além da otimização do tráfico conseguida por luso-brasileiros que comandavam boa parte do infame comércio na região da África centro-ocidental. O texto inscreve-se no objetivo mais geral de enfatizar a necessidade de voltar à utilização das lentes de aumento na análise histórica sobre a inserção do Brasil num contexto mais amplo de relações, neste caso para perceber o "papel do Vale do Paraíba na formação do mercado mundial do café" e na conformação do estado brasileiro. Dois elementos possibilitaram esse investimento inicial e o crescimento da produção na intenção de atender às necessidades do mercado externo entre as décadas de 1820 e 1830: em primeiro lugar, toda a estrutura dos caminhos de tropas montadas em função da mineração, no século XVIII, ligando o sul e o litoral ao interior de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro possibilitava escoar a produção do Vale do Paraíba (que dominaria a produção brasileira de café até meados de 1870) para os portos do litoral; em segundo lugar, os arranjos políticos eficientes por parte do Império do Brasil para lidar com a pressão inglesa e a ilegalidade do tráfico a partir de 1831 teriam garantido um terreno seguro para as práticas escravistas.

Jaime Rodrigues, por sua vez, procura ir além dos paradigmas mais consolidados da historiografia que põe em relevo a pressão inglesa como razão determinante para o fim do tráfico atlântico de escravos em "O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão". O autor encontra os principais argumentos de justificativa do comércio e do tráfico atlântico de escravos na função civilizatória da catequização de africanos e, posteriormente, na necessidade da manutenção da mão de obra para a lavoura, através da análise de obras e discursos letrados do início do século XIX. Rodrigues reafirma então a centralidade do comércio de escravos para a construção da nação na primeira metade do século XIX, imbricada no processo que levou ao fim do tráfico como seu aspecto fundante. O que teria mudado no período entre a primeira lei de proibição do tráfico atlântico e a lei de 1850 e sua efetiva aplicação? Entre o argumento da "corrupção de costumes" e a conivência das autoridades policiais com a propriedade escrava, Rodrigues atribui um grande peso ao medo senhorial em relação à população escrava, não apenas de motins e revoluções, mas também de ações jurídicas dos escravos contra seus senhores e em prol de sua liberdade. Segundo ele, é no "equilíbrio entre o medo das ações violentas dos escravos e a necessidade de manter a produção, que devem ser procuradas as explicações para as idas e vindas na decisão de acabar com o tráfico atlântico de escravos africanos". Finalmente, nesse processo, o importante era definir o *status* jurídico dessas pessoas na sociedade que se estava construindo, limitando a cidadania de livres e libertos e garantindo meios de controle sobre eles e sobre seu trabalho.

No terceiro eixo que permeia a organização dos capítulos, a literatura, a língua nacional e a imprensa são analisadas por Ivana Stolze Lima, Márcia de Almeida Gonçalves e Sandra Jathay Pesavento como lugares privilegiados de disputa em torno da formação de um sentimento de pertencimento e nacionalidade. Em "Uma certa Revolução Farroupilha", Pesavento atribui papel de destaque à literatura na construção posterior que se faz deste percurso de dez anos de guerra da província do Rio Grande do Sul contra o Império, centralizado no Rio de Janeiro, para elevar a Farroupilha a foros de evento mitológico e fundador de uma identidade que é ao mesmo tempo nacional e regional. Entre diferenças e semelhanças, literatura e história constroem o mito de um passado idílico em que "senhores não encontravam freios a seu mando". A partir da Independência, a interferência centralizadora da corte estabelecida no Rio de Janeiro representará "o outro", assim como os inimigos no Prata. O *ethos* de uma identidade regional situa-se no Rio Grande do Sul como paladino da liberdade, unindo-os num ideal comum para além das distinções étnicas da posse da terra ou de hierarquia social. A elevação da Farroupilha como acontecimento chave para a explicação da província reiterava a vocação libertária do gaúcho, que, nessa leitura, rebelar-se contra o autoritarismo do Império, não para dele se desvincular, mas, ao contrário para transformar o nacional.

Ressaltando a importância da literatura e seus autores, Marcia Gonçalves em "Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro",

analisa as disputas em torno da existência de uma literatura própria do Brasil na segunda metade do século XIX. As biografias mobilizavam conceitos de gênio e herói para a caracterização dos construtores do império do Brasil: selecionando-se quem não deveria ser esquecido e como deveria ser lembrado, procurava-se criar exemplaridades para o que era ser brasileiro e individualizar o Brasil como estado. Elementos do romantismo que caracterizavam singularidades da cultura de povos e sociedades locais foram utilizados na construção de uma nacionalidade brasileira e suas especificidades. Nesse sentido, portanto, Gonçalves ressalta a importância do fundo histórico da literatura, que deveria alçar o Brasil a um lugar entre as nações modernas e civilizadas.

Ivana Stolze Lima, em "A língua nacional no Império do Brasil", também atenta para a questão da especificidade da língua brasileira como "uma das expressões do Romantismo literário no Brasil" – tomando para isso um outro caminho, que procura revelar também o lugar daqueles que não faziam parte dos projetos dos letrados do século XIX, mas com quem tinham que lidar. A autora mostra como no início da colonização as línguas indígenas e africanas persistiam, e a escravidão africana ajudava a difundir o português. As diferenças linguísticas dos africanos eram superadas pelo uso de línguas gerais e pela utilização do português como base ou pela criação de línguas crioulas. No século XIX, com a evolução de um certo projeto de nação, dirigentes imperiais e homens de letras consideravam a centralidade da unidade da língua e sua utilização para a constituição do sentimento de pertencimento e nacionalidade. Para isso foi essencial a atuação da imprensa no século XIX - que atingia mais gente do que os que sabiam ler -, e a educação escolar, formando cidadãos de acordo com os valores da classe senhorial em formação. Segundo a autora, a língua também propiciava caminhos para a incorporação social de homens livres pobres e mesmo escravos que se utilizavam de seus recursos.

Trata-se assim de um livro composto por capítulos escritos por especialistas reconhecidos nos variados campos de discussão historiográfica sobre o período, mas articulados por uma estratégia que possibilita sua interconexão a partir de grandes eixos temáticos. Isso faz com que a obra preencha uma importante lacuna na compilação de debates e pesquisas recentes, oferecendo aos leitores e leitoras uma leitura acessível para a compreensão dos processos históricos centrais no Brasil Imperial. Mais ainda, a coletânea, de forma geral, constitui-se em leitura obrigatória para os que trabalham com o tema e se interessam pelo debate historiográfico sendo por isso ótima opção para ser utilizada em sala de aula. Em suma, o livro cumpre com a função de divulgação para um público amplo sem abdicar de pesquisa empírica rigorosa e do debate historiográfico atualizado. Uma boa notícia para todos interessados em conhecer o que de mais novo se produz sobre o período Imperial.

Referência bibliográfica

BASILE, M. Revolta e cidadania na Corte regencial. **Tempo**: revista do departamento de história da UFF, v. 22, p. 65, 2007.

Entrevista

Interview

Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon

About history, historiography and historians: interview with Francisco José Calazans Falcon

Marcia de Almeida Gonçalves

Professora adjunta
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
agmarcia@uol.com.br
Rua Henrique Fleiuss, 278 - Tijuca
20521-260 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Rebeca Gontijo

Professora adjunta
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
rebeca_gontijo@hotmail.com
Campus de Seropédica - BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) - Km 7
23890-000 - Seropédica - RJ
Brasil

365

Palavras-chave

Historiografia; Historiadores; História.

Keyword

Historiography; Historians; History.

Enviado em: 12/9/2011

Aprovado em 28/10/2011

A trajetória de Francisco José Calazans Falcon está relacionada à construção dos cursos de história no país. Ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia em 1952 e iniciou sua carreira no magistério superior em 1955, pouco antes de completar sua graduação. Foi então convidado a lecionar na Faculdade Fluminense de Filosofia, na cadeira de moderna e contemporânea. No ano seguinte, passou a trabalhar também na Faculdade Nacional de Filosofia, como assistente de Maria Yedda Linhares. Em 1958, tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). De lá pra cá, atuou em diversos órgãos de fomento, como a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Também contribuiu para a criação dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da PUC-Rio, da Universidade Severino Sombra, em Vassouras e da Universidade Salgado de Oliveira, em Niterói. Seu livro, *A época pombalina* – originalmente uma tese de livre-docência defendida na Universidade Federal Fluminense, em 1976 –, publicado pela primeira vez em 1982, em São Paulo, pela editora Ática, tornou-se leitura obrigatória, ao lado de vários outros livros, como *Mercantilismo e transição*, e dos muitos artigos sobre a política pombalina, teoria da história e historiografia, domínios no qual se destaca há várias décadas.¹

366

1. *Em entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional em setembro de 2007, o senhor lembrou a observação do historiador espanhol Carlos Barros (organizador dos encontros História Debate, na Espanha) de que "a história andou pra trás". Ela estaria, naquele momento, mais para Leopold von Ranke, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos do que para os Annales e para o marxismo. Ou seja, os historiadores estariam, então, mais preocupados com o empirismo, a neutralidade e o medo de tomar posição, conforme suas palavras. O senhor está de acordo com essa perspectiva, considerando, sobretudo, o caso brasileiro?*

Francisco José Calazans Falcon: Acredito que no Brasil temos que relativizar essas conclusões ou proposições. Vejo que no Brasil há uma persistência, embora nem sempre muito evidente, de correntes que, bem ou mal, se remetem a princípios marxistas. Não é o caso agora de discutir que marxismo é esse. Mas, eu acho que existe, realmente, para certos temas, principalmente movimentos sociais, história das ideias, especialmente as ideias vinculadas através da imprensa, caso sobretudo da chamada imprensa operária, há muita coisa sendo feita, sendo pesquisada que acho interessante. Por outro lado, há realmente uma retomada, um avanço do empirismo. Eu diria que nessa questão do empirismo é preciso ver com muita atenção e muito cuidado e não simplesmente

¹ Alguns desses artigos acabam de ser reunidos no livro: FALCON 2011.

rotular, colar o rótulo e desprezar. Acho que o empirismo está ligado a uma preocupação de examinar com mais cuidado, com mais atenção, aspectos, digamos assim, individualizados da história. É um certo individualismo metodológico, que se opõe a tradições anteriores mais centradas numa concepção generalizante, que se chama, um pouco pernosticamente, de holismo. O holismo até os anos 1970 predomina na historiografia brasileira, mas depois ele começa a perder terreno. A ideia de uma totalidade, a ideia de remeter tudo a uma totalidade estruturada, tudo isso começa a ser substituído por novas concepções. Acho que há autores que tiveram um papel muito grande para essa ruptura. Desde os primeiros trabalhos de Michel Foucault e de Louis Pierre Althusser. Este último, embora com perspectiva marxista, rompe com uma tradição ortodoxa, para ser depois, ele também, superado por outras concepções. Terminei agora um trabalho para a Associação Nacional de História (ANPUH), a pedido das professoras Raquel Glezer e Marieta de Moraes Ferreira. Trata-se de um trabalho sobre historiografia fluminense e as historiografias regionais produzidas durante os últimos 50 anos (FALCON 2011, p. 13-68). Recuperar a historiografia do Rio de Janeiro durante cinquenta anos é complicado. Eu tentei fazer isso da melhor maneira mostrando que há várias correntes. Ainda hoje, por exemplo, embora muita gente não se dê conta, além do marxismo há uma história econômica quantitativa que muita gente teima em considerar morta e enterrada. E, no entanto, nós temos a Sociedade Brasileira de Pesquisa em História Econômica fazendo reuniões periódicas com muita produção. Há também inúmeras outras tendências historiográficas, tanto temáticas como metodológicas, que orientam pesquisas as mais variadas. Voltando à questão do empirismo, acho que o empirismo não é o inimigo. É uma consequência dessa história que foi cada vez se especializando mais em temas, objetos cada vez mais limitados, que por sua vez vão exigir uma pesquisa mais detalhada. O empirismo tem a ver com a famosa fragmentação, que por sua vez tem a ver com a perda da visão ou do interesse pela totalidade. Uma coisa leva à outra. O empirismo está sempre presente em graus diferentes. O empirismo estava presente na época áurea da chamada história quantitativa. O que era você organizar tabelas, gráficos, pesquisar feito louco milhares de documentos para estabelecer curvas, tabelas, gráficos, senão empirismo, trabalho empírico? O que acho é o seguinte: no empirismo tal qual se desenvolve hoje o problema é que as pessoas cada vez querem saber menos do que acontece na periferia das suas pesquisas, uma vez que as chamadas *grandes teorias* estão fora de moda. É uma questão típica das tendências historiográficas atuais, as pessoas irem se isolando das preocupações mais amplas e só se interessarem pelos trabalhos realizados no âmbito de seus pequenos/grandes grupos temáticos. Elas não têm consciência do isolamento, mas vão se isolando. Cada uma se preocupa apenas com o seu objeto de estudo. E usam, cada vez mais, uma metodologia tipicamente empirista. A "história voltou pra trás" é uma maneira de dizer, mas é preciso sofisticar um pouco isso. Novas preocupações levam a ter impressão de que ela andou pra trás. Porque essa história de andar pra

frente ou andar pra trás já constitui uma perspectiva de história. A velha perspectiva de uma história que é sinônima de progresso, de evolução, de desenvolvimento.

2. O senhor mencionou que, em certa medida, há uma fragmentação desse campo da história em diversos objetos. E há um texto seu publicado na revista Estudos Históricos (dossiê Historiografia), em 1996, sobre a identidade do historiador. Ali o senhor já apontava para a fragmentação da identidade do historiador. Então, estas duas coisas estariam associadas?

FJCF: É um texto revisto e ampliado da comunicação que apresentei em Recife, em 1995, na mesa em que ao meu lado estava François Dosse com uma perspectiva não muito diferente, só que aplicada à historiografia francesa. Ele criticava a virada hermenêutica da historiografia francesa. Mostrei que entre nós a questão era a dificuldade de definir quem é historiador e quem não o é. Foi esta a questão proposta pelos organizadores do evento. Ainda na semana passada falei sobre isso com os alunos do mestrado. Porque as definições rigorosas, taxativas, propostas por Francisco Iglésias, por Amaral Lapa, entre outros, não são reais, não são aplicáveis, pois temos, no universo de produção historiográfica dos últimos cinquenta anos, inúmeras obras que os historiadores consideram como obras históricas, de valor histórico e que não foram necessariamente produzidas por historiadores no sentido profissional, no sentido proposto por Iglésias e alguns outros: "são historiadores os que têm graduação em história". Mas, quantos não têm graduação em história e escrevem obras de história? Foi isso que tentei discutir. Por outro lado, tive muitos alunos que se formaram em história e foram fazer mestrado e doutorado em sociologia, em política, em antropologia, em economia. Creio que temos que nos ater mais à obra e não ao autor. Acho que a obra é que define o caráter histórico ou não e quem produz uma obra que a comunidade, que a oficina da história reconhece como obra de história, é também um historiador. Foi o que eu quis dizer naquela ocasião. Se você não adotar um critério mais flexível vai marchar para o impasse, para situações insolúveis. As carreiras acadêmicas de muitos historiadores contemporâneos demonstram o quanto é questionável qualquer proposta tendente a privilegiar de uma forma absoluta a formação profissional sobre a produção historiográfica propriamente dita.

3. Hoje a perspectiva de que o conhecimento histórico possui historicidade e está condicionado por um lugar e por um agente produtor é um pressuposto básico para o estudo da historiografia. Nos anos 1970, na introdução da obra Faire de l'histoire (1974), organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff, os organizadores chamam atenção para o interesse cada vez maior pela epistemologia da história. Chegam a afirmar que essa reflexão sobre a história seria estimulada pela tomada de consciência dos historiadores acerca do relativismo e da historicidade da sua ciência. Como o senhor vê o estado atual da reflexão acerca desse interesse pela epistemologia ou dos estudos sobre historiografia e teoria da história entre nós?

FJCF: O trabalho que acabo de concluir todo ele baseado no pressuposto de que em cada época a produção historiográfica tem a ver não apenas com as preferências do historiador, ou com a sua formação, mas com as condições de produção existentes. O texto essencial é o de Michel de Certeau, *A escrita da história* (1975), que trata do lugar social (ou dos lugares) a partir dos quais o historiador escreve a história, produz seu próprio discurso historiográfico. Por isso, nesse trabalho que fiz, procurei dar ênfase aos diversos lugares institucionais: as universidades, sobretudo após a institucionalização dos programas de pós-graduação, mas também a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Casa de Oswaldo Cruz, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outros. Tentei mostrar como o Rio de Janeiro é complexo justamente porque, ao contrário de outros lugares do Brasil, aqui nós temos multiplicidade de lugares de produção histórica. Eu acho isso fundamental: saber de onde o autor está falando, em que época ele está falando. Por isso fiz questão de analisar os anos 1960, 1970, 1980 e 1990. Penso que os anos 1960 são interessantíssimos, são fundamentais para a gente entender os caminhos do ensino e da escrita da história. O que é outra questão fundamental: o ensino da história. Foi por onde comecei na verdade. Acho que essas questões hoje são fundamentais. Quanto à *Faire de l'histoire* (1974), acho que eles estão dando ali um balanço da *nouvelle histoire*, que está no apogeu mas prestes a se desintegrar, prestes a, como disse um autor inglês chamado Lawrence Stone, se desfazer ou explodir como uma supernova. Naquele momento, você lia aqueles livros, como eu os li, em francês, mas batalhávamos ou torcíamos para que logo saísse a tradução brasileira. Quem mais se empenhou foi Théo Santiago, que conseguiu que a 1ª edição saísse em 1976 pela Francisco Alves. Foi uma proeza editorial editar aqueles três volumes naquela época, no Brasil. Agora, se nós quisermos pensar os anos 1970, precisamos pensar também no que estava começando. Pensar, por exemplo, que 1971 foi o ano em que Paul Veyne publicou *Comment s'écrit l'histoire*. E 1973 é o ano de *Metahistory*, de Hayden White. E 1975 é o ano de *L'écriture de l'histoire*, de Michel de Certeau. Então, ao mesmo tempo em que a *nouvelle histoire* estava comemorando, se autopromovendo, no auge, nos píncaros da glória, já estavam em andamento as forças contrárias. E não esquecer que na década anterior foram publicados os primeiros trabalhos de Michel Foucault, *Les mots et les choses* e *L'archéologie du savoir*, são dos anos 1960. Então, é um momento de glória efêmera, porque logo vamos ver, de um lado, os defensores da história quantitativa lutando para sobreviver e, de outro lado, a ascensão gloriosa da história das mentalidades. Eu me lembro perfeitamente em 1971, acho que era a Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências (SBPC) no Fundão (UFRJ), uma seção presidida por Eremildo Viana,² em que Célia Freire³ fez uma apresentação tecendo loas à

² Eremildo Luiz Vianna, catedrático de história antiga e medieval da Universidade do Brasil entre as décadas de 1940 e 1980. Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais durante a ditadura militar e ficou conhecido como notório "dedo duro". Fazia relatórios denunciando professores comunistas da Universidade.

³ Célia Freire d'Aquino Fonseca, doutora em história pela USP, sob orientação de Ruggiero Romano,

história das mentalidades. E todo mundo a partir daquele momento ia escrever história das mentalidades. E essa história das mentalidades, sempre achei que ela partia de um equívoco ou que ela se tornou um equívoco. Quando Duby e outros se referem à história das mentalidades eles sempre estavam se referindo ao que se chamava de mentalidades coletivas. Era um problema que remetia, talvez, a Durkheim, à concepção de consciência coletiva, coisas problemáticas, sempre polêmicas. Mas no Brasil as pessoas começaram a entender a mentalidade como algo individual. Falar de história das mentalidades era estudar a mentalidade de um fulano, de um intelectual, de um cientista, o que não era exatamente o mesmo objeto ao qual se referiam Georges Duby e muitos outros. Duby estava se referindo à complementação de uma história que tinha tratado a economia em grandes blocos, a sociedade, a estratificação social (lembro aqui François Furet, Adéline Daumard), os grandes movimentos sociais. Tratava-se sempre de grandes conjuntos, em que não há nomes, individualidades. Grandes conjuntos de pessoas que tinham certas ideias, certos preconceitos, determinadas formas de pensamento, ou de crença. E acabou, em alguns casos, não sempre, degenerando numa história de individualidades. O que já é outra coisa pois tem tudo a ver com o que nós chamamos de retorno da biografia. A biografia reentrou por essa porta. A biografia andava um tanto quanto abandonada, esquecida embora não totalmente, porque é bom lembrar que a ideia de que a biografia havia desaparecido, ou saído de moda, tinha tudo a ver com o fato de que nós em geral pensávamos as tendências historiográficas muito influenciados pelo que acontecia na França, pelo que acontecia em Paris. Mas a verdade é que a biografia, fora do território dos *Annales*, continuou a ter uma vitalidade muito grande, na França e em vários outros países. Como na Inglaterra, por exemplo. Como papagaios, repetíamos: a biografia acabou. Eu tive que estudar esse problema por causa de uma pesquisa que fiz a respeito de Pedro Calmon como historiador, a pedido do pessoal lá da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, presidido pela professora Consuelo Pondé de Sena, e da Fundação Pedro Calmon, ligada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, a convite da Consuelo Novais Sampaio, minha aluna em priscas eras na Nacional de Filosofia. Em Portugal, em 1999, no Porto, apresentei um trabalho sobre *O rei cavaleiro* (1933), de Pedro Calmon. Então, acho que a biografia é cada vez mais importante, embora tenha alguns problemas. Porque, pela biografia ou através da biografia, entram em cena os trabalhos de autores que não são especialistas em história. Aí entra a interface da história com a literatura, com a ficção e a imaginação. Mas este já seria um assunto para outra ocasião.

370

4. *O senhor chegou a dirigir uma coleção editada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre biografias. Alguns números chegaram a ser publicados; uma marca*

com passagem pela EHSS, sob a supervisão de Fernand Braudel, livre-docente pela UFRJ, onde foi titular da cadeira de história do Brasil.

da coleção eram os usos variados do biográfico. Isso foi no início dos anos 1990. Poderia dizer algo sobre esse projeto?

FJCF: Essa foi uma iniciativa interessante. Quem teve a ideia e me convidou para dirigir foi a professora Alzira Abreu, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC/FGV), que também foi minha aluna nos idos de 1957 ou 1958. Organizamos uma lista e convidamos várias pessoas dando plena liberdade aos autores para abordar cada personagem do jeito que julgassem mais adequado. E essa coleção tinha uma variedade muito grande de perspectivas. Os volumes publicados demonstram a diversidade entre seus autores, desde alguns textos mais tradicionais até outros que se aproximam do pós-moderno, como o de autoria de Marcus Alexandre Motta. Muitos que se comprometeram a escrever acabaram não escrevendo. Além do que a Zahar acabou lançando uma coleção semelhante, só que era uma coleção “enquadrada”, mais “certinha”, que teve um sucesso muito grande, dirigida pelo Celso Castro, agora diretor do CPDOC. Essas coleções traduziam a nova fase da historiografia contemporânea, à qual já fiz referência, que se destaca no panorama atual – a valorização das abordagens biográficas.

371

5. Se nós pensarmos que, a partir dos anos 1970, é possível observar uma preocupação crescente com a seguinte pergunta proposta por Michel de Certeau: o que o historiador faz quando faz história? Um dos resultados dessa interrogação é o desenvolvimento de uma história da historiografia. Em sua opinião a história da historiografia seria uma disciplina autônoma ou poderia ambicionar esse status?

FJCF: Acho que pode perfeitamente. Acho que a história da historiografia é o reconhecimento do caráter histórico do próprio historiar, da própria escrita da história. É apenas a constatação, que hoje consideramos óbvia, de que a história é também histórica. Talvez uma história da historiografia tenha que ser delimitada em termos do objeto. Ou seja, uma história da historiografia brasileira, ou no Brasil, ou no mundo ocidental, o que seria complicado, ou por outros vetores espaciais e temporais: a historiografia medieval, a historiografia do século XIX. Mas acho perfeitamente válido pensar numa disciplina. Porque dificilmente os historiadores, pesquisadores, professores de história, que estão envolvidos com um determinado tipo de problema, com determinado objeto de pesquisa, vão se dar ao trabalho de fazer uma história ampla da historiografia. Quando muito eles vão estudar a historiografia daquele assunto, daquele objeto, daquele tema. E eu tenho ouvido dizer, por alguns orientadores, que, sobretudo os mais jovens, já se recusam a mergulhar muito no passado. Só querem saber dos últimos autores, os autores mais recentes. Quer dizer, há uma perda do sentido, da densidade histórica, ou melhor, da própria historicidade que é inerente à produção do conhecimento histórico. Estou convencido de que a história da historiografia permite, como costumava dizer o professor Castro Faria,⁴ “não abrir portas

⁴ Luis de Castro Faria (1913-2001), antropólogo, professor emérito da UFF e da UFRJ - Museu Nacional.

abertas". Hoje em dia este é um risco muito grande. Conforme alguns pesquisadores não se interessem em saber o que se escreveu a respeito de seu tema anteriormente, eles correm o risco de repetir, de eleger como problema, como elemento narrativo, coisas que já foram vistas e analisadas. Não que você não possa fazer de novo, mas é querer dar um caráter novo a uma coisa que não é propriamente nova. Você tem até todo direito de contestar o anterior, mas na medida em que você o ignora parece que você está trilhando um continente completamente virgem e que você é o primeiro a chegar naquelas paragens. E isso é o que pode estar acontecendo em alguns casos.

6. Em certa medida, os trabalhos proliferaram muito. Há muitos textos de história, muito mais facilmente disponibilizados. Nós temos, talvez, uma inflação de disponibilização de textos, o que talvez seja um elemento que dificulte e que, ao mesmo tempo, facilite o trabalho de se fazer a história da historiografia. Neste sentido seria crucial para os historiadores de profissão ou para os futuros historiadores a preocupação com isso, não?

FJCF: Veja bem, quando abordamos a década de 1960, são pouquíssimos os trabalhos de história publicados. Coisa rarefeita. Nos anos 1970 há um pouco mais e só no final dos anos 1970 e a partir dos 1980, quando então começam a aparecer os trabalhos dos programas de pós-graduação é que a produção começa a crescer. Ao mesmo tempo, você tem a produção ligada aos simpósios da ANPUH. É impressionante como o primeiro é um volumezinho, o segundo um pouco maior e vai crescendo. Cresceu tanto que a última publicação, em quatro volumes, foi a do Simpósio de 1977, em Florianópolis. Em 1979, quando se realizou o Simpósio Nacional em Niterói, na UFF, não houve publicação dos anais. E a partir daí não houve mais. Nem João Pessoa, em 1981, nem Salvador, em 1983. Alguns trabalhos foram às vezes reunidos em números especiais da *Revista brasileira de história*. A partir de então dispomos apenas dos chamados *Cadernos de comunicações* e se os compulsarmos vamos ver como são cada vez mais volumosos. Há cada vez mais trabalhos. É uma produção gigantesca. Mas quem vai trabalhar com historiografia tem que ter paciência e percorrer essas relações e ver o que ali existe que possa interessar à sua pesquisa. Não dá para passar por alto. Dá trabalho, mas hoje em dia, com a ferramenta do computador, o trabalho tende a ser bem menor. Antigamente, para reunir uma bibliografia você levava meses. Hoje, às vezes, pelo computador você encontra a bibliografia toda. O mal é você achar que não precisa ler nada daquilo e quem quiser que vá conferir o que você leu ou não leu. Mas a produção hoje é muito grande. E os documentos disponíveis são cada vez mais numerosos. Talvez por isso a gente tenha que entender esse processo de fragmentação, porque cada vez mais os pesquisadores vão centrando a atenção no seu objeto e vão ignorando os demais. O grande mal, que pode ocorrer, mas que não necessariamente ocorre, é termos doutores – quando são aprovados nos concursos para professores das universidades –, que são monotemáticos, isto

é, passam a vida toda a escrever e dar aulas sobre o mesmo assunto em seus cursos de pós-graduação. Conheci vários, não vou citar nomes, conheci vários que ficaram a vida toda dando cursos sobre suas teses, com pequenas variações.

7. Numa entrevista anterior (Revista de História da Biblioteca Nacional), o senhor menciona que a postura crítica do historiador havia sofrido um eclipse. Os historiadores oscilariam entre dizer obviedades ou fazer elogios, ninguém quer se comprometer ou poucos querem. Em sua opinião, o trabalho intelectual, entre eles o trabalho do historiador, avança pelo confronto das divergências. Nesse sentido, como essa postura crítica poderia ser estimulada, considerando o atual modelo das graduações, das pós-graduações e dos eventos da área, que estimulam uma produção em série, com pouco tempo para o debate, levando em conta que o volume da produção aumenta a cada dia, tornando cada vez mais difícil mapear essa produção?

FJCF: Penso que isso tem relação com nossa maneira de ser. Acho que é um problema cultural. As pessoas não querem se comprometer explicitamente, ou seja, através de artigos, de entrevistas, com críticas ao trabalho de quem quer que seja. Então, há muita crítica, mas não é escrita, é verbalizada. As pessoas se reúnem, vão tomar um cafezinho e “metem o pau”, ao passo que, às vezes, o que sai primeiro do grupo diz: “respeitem minha ausência”. Mas isso não está nas revistas. Quando acontece de haver uma querela, é um espanto, como foi a de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, como é agora aquela em que Durval Muniz Albuquerque Junior abriu baterias contra o Ciro, em *O historiador naif* (2009). Isso é raro, como foi raro há muitos anos atrás, quando Ciro Cardoso criticou um professor de São Paulo numa querela sobre antiguidade egípcia. Mas isso é raro. As pessoas omitem suas restrições. Falam, mas escrever..., há falta de espírito crítico. As revistas raramente incluem uma análise crítica das opiniões de outro autor. Quando muito há uma análise crítica abstrata, sem personalizar, sem indicar sobre quem você está falando. É claro que você pode criticar livremente os da França, dos Estados Unidos, da Alemanha. Mas, os da nossa comunidade, procuramos evitar. Basta, por exemplo, acompanhar os simpósios da ANPUH, nacionais ou regionais. Às vezes acontece uma discussão ou outra, como foi o caso ocorrido na UERJ, em 1991, a respeito de interpretações sobre a sociedade escravista no Brasil. Marcou época. Mas, fora isso... Gorender volta e meia volta ao ataque, achando que tem um bando de gente querendo atenuar a escravidão. Lembro um professor da Universidade de São Paulo (USP), grande amigo, que me disse certa vez que o livro da Katia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, deveria se chamar *Como era bom ser escravo no Brasil*. Então, temos essas querelas, mas isso é cinco por cento da comunidade. A maioria não está nem aí. Cada qual escreve seus trabalhos, faz referência a quem julgam que merece referência, porque contribuiu de alguma forma, e quase nunca fazem referência a quem se opõe a suas ideias, ou, muito menos ainda, a seus inimigos.

8. *O senhor acompanhou a série de resenhas que a professora Andrea Daher da UFRJ escreveu sobre o livro Produção de presença (2011), de Hans Ulrich Gumbrecht?*

FJCF: Alguma coisa acompanhei. Até que foi uma querela interessante, inteligente, mas não gostaria de comentar aqui o assunto por se tratar de pessoas as quais admiro e principalmente pelo próprio assunto, pois, a rigor, teríamos uma outra entrevista.

9. *Como o ensino de teoria da história nas graduações poderia incentivar essa postura crítica?*

FJCF: Isso é um problema, talvez, da época que estamos vivendo. De certos costumes. Na falta de explicação mais exata, são certos hábitos culturais. Talvez, Roberto da Matta, que foi aluno de história, da UFF, talvez ele pudesse dizer algo interessante sobre essa questão: ser brasileiro e historiador. Não vejo muita disposição hoje para se criar caso, como se diz, para criar polêmica. Esse polemismo teve sua época. Mas hoje as pessoas ficam cansadas, deixam pra lá. Não há uma receptividade grande a esse tipo de discussão. Quanto à teoria da história, acho que ela deve ajudar o aluno a perceber quais são as perspectivas teóricas do historiador que ele estiver lendo. Porque não há, entre nós, o hábito de um historiador colocar em destaque os seus próprios pressupostos, chamados teórico-metodológicos. Às vezes ele coloca na tese e tira na hora de publicar. As editoras não gostam de publicar teses universitárias. Elas querem que você dê a sua tese um formato que não seja o de tese. Mas isso até as agências como a FAPERJ fazem. Trabalhei três anos na FAPERJ, no setor que atendia pedidos de publicação, e a orientação que eu recebia era, se for publicação de tese, indefira com um recadinho: volte com seu trabalho modificado, sem o aspecto de tese. Quer dizer, uma coisa do arco-da-velha. Por um lado você tem uma estrutura universitária montada para a coisa mais importante, que é você orientar, conduzir, discutir essa obra que é a tese de doutorado, coroamento de toda uma formação e início de uma carreira docente. Ao mesmo tempo você tem as editoras e até as agências oficiais que não gostam disso. É um impasse. Você de repente faz sua tese com todos os requisitos acadêmicos exigidos pela comunidade e pelo orientador e, um dia, você quer publicar e descobre que lá fora não querem isso. Querem uma coisa suave. Daqui a pouco estão querendo mais o Eduardo Bueno e não o seu trabalho. Acho isso curioso. Mas, acho que a tarefa da teoria da história, da metodologia da história e da historiografia é, primeiro, habituar a pensar a história. Lembro um livro muito interessante do Pierre Vilar, *Pensar historicamente* (1997), interessantíssimo. O que é pensar historicamente? É pensar a natureza do próprio trabalho, pensar como é que você produz um texto que é conhecimento histórico. Como é que isso acontece. Mostrar ao aluno como isso acontece, como isso é possível. Por outro lado, mostrar que para fazer

isso é preciso ter determinados princípios, determinados procedimentos, respeitar determinadas regras e ao mesmo tempo habituá-lo a pensar que ele não está sozinho no mundo. Ele não é o Robinson Crusoe. Ele não é o primeiro, ele faz parte de uma cadeia infinita. Aí entra a questão mais complicada: o que é que o historiador pensa que está fazendo quando faz história. Naquele livro, *Passados recompostos: campos e canteiros da história* (1998), há um autor que pergunta: o que o historiador pensa quando faz história? Jocosamente, o mesmo autor conclui que certamente o leitor vai responder: provavelmente não pensa em nada. Quem mais de uma vez tocou nessa questão foi o François Hartog. E muitos historiadores não exercem a autorreflexão sobre a natureza do seu próprio trabalho, que é essencial ao conhecimento histórico. Aí entra a epistemologia. E muita gente pergunta "para que epistemologia"? Mas isso é discutir a questão da natureza desse conhecimento que você pretende produzir ao escrever história. E se você for discutir isso vai entrar nos pós-modernos e sua negação da própria epistemologia.

375

10. Como é que o senhor vê hoje o ensino de teoria e metodologia na graduação? Cada curso, cada departamento estabelece a quantidade de disciplinas voltadas para teoria, historiografia e metodologia. Lembro que nos anos 1970 havia uma preocupação com a disciplina de introdução à história. Chegaram a discutir o teor dessa disciplina, a necessidade dela na graduação. E hoje, que avaliação o senhor poderia fazer em relação ao ensino de teoria na graduação?

FJCF: Sinto-me pouco à vontade pra falar sobre isso, porque há algum tempo não lido com o ensino na graduação. A última vez que eu trabalhei com isso deve ter sido nos anos 1980, dando Introdução à história. Lembro dos primórdios dessa discussão, o simpósio de Marília, quando se discutiu muito isso. Depois, o simpósio de Introdução ao Estudo da História, em 1968, em Friburgo, seguido por um outro, em 1970, em Juiz de Fora. Eram dedicados a pensar a disciplina de introdução à história. E nunca se chegou a uma conclusão sobre o que se pretendia com essa disciplina. Hoje, alguns cursos não têm mais essa disciplina, que nunca teve o *status* das outras disciplinas mais antigas. Hoje em dia, com franqueza, não sei como está. Acho que seria interessante pensar. Tenho informações vagas de que cada professor interpreta o tema, o objeto dessa disciplina, de forma muito pessoal e dá o assunto que ele julga mais importante. E isso causa uma deturpação muito grande do ponto de vista da formação teórico-metodológica do futuro profissional de historia.

11. Se o senhor hoje fosse convidado a ministrar um curso de introdução para a graduação, qual seria o seu currículo mínimo, por onde o senhor caminharia?

FJCF: Caminharia, primeiro, para deixar claro aos alunos o conceito de teoria. O que é teoria e o que são teorias, singular e plural, e o que é teoria da história, para não confundir com outras coisas, principalmente com filosofia da história.

Depois, a diferença entre teoria e metodologia e, ao mesmo tempo, sua dependência recíproca. Você não pode ensinar metodologia sem teoria. E a teoria sem metodologia torna-se inócua, completamente vazia de sentido. E por último, eu diria que deve haver um estudo da historiografia, nesse sentido de história da história. Não no sentido da historiografia a partir da seleta de grandes autores. Acho que é preciso historicizar. Por exemplo, em historiografia brasileira, estabelecer um elenco, discutir se há ou não historiografia no período colonial. Depois Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu etc. E mostrar cada um deles e sua ideia de história correspondente. Há quem coloque também a parte de metodologia, argumentando que os alunos devem ter conhecimentos genéricos sobre fontes, documentos, conhecer como o historiador trabalha, como ele produz um certo tipo de discurso, de conhecimento que é o discurso histórico. Seria interessante levar os alunos a arquivos, bibliotecas, habituá-los, fazê-los conhecer o ambiente de trabalho do historiador. Teoria, metodologia e historiografia, com uma parte muito prática sobre os grandes textos historiográficos e sobre os métodos de trabalho do historiador.

12. Em entrevista para a revista Humanas (1998), da UFRJ, o senhor afirmou que o grande debate naquele momento, que muitos não haviam assimilado, seria a diferença entre uma história moderna e uma historiografia pós-moderna. Pouco mais de uma década depois dessa entrevista, como o senhor avalia o estado atual desse debate? Hayden White ainda é o intelectual a ser vencido? Haveria hoje uma maior assimilação desse debate ou teríamos caído numa espécie de estagnação epistemológica? Todo mundo se acostumou com essas provocações ou o debate continua vivo e interessante?

376

FJCF: Existe uma entrevista grande, mais recente, que dei pra Marieta de Moraes Ferreira. Acho que toquei nesse assunto. Acredito que o problema moderno / pós-moderno, naquilo em que ele interessa de fato ao historiador, é o fato de que alguma coisa das teses pós-modernas penetrou no campo da produção historiográfica. Do meu ponto de vista, a perspectiva pós-moderna, levada às suas consequências lógicas, inviabiliza a própria história. Porque ela tira da história a característica de conhecimento verdadeiro de algo que se situa fora do campo discursivo. A história, como diz Roger Chartier, ou como diz Carlo Ginzburg de outra maneira, não abdica, não renuncia, não abre mão do seu direito ou dever, segundo Chartier, de dizer o que foi, quando mais não seja, acrescenta ele, por uma questão de respeito aos que já se foram, aos mortos. Chartier é dramático, é trágico. Ginzburg diz mais ou menos a mesma coisa. Portanto, para a história, o essencial é manter o princípio de que o historiador não é um autor como outro qualquer, que escreve o que bem entende, que inventa o que lhe vem à cabeça, que imagina as situações que lhe pareçam mais verossímeis. Não é um ilusionista, um malabarista da retórica. Por outro lado, a história passou a reconhecer, primeiro, o caráter narrativo da escrita da história. Isso é fruto da influência do giro linguístico. Hoje se fala de

narrativa histórica naturalmente. Antigamente, falar de narrativa histórica era parecer positivista, era parecer *démodé*, defasado. Era justamente o que a escola dos Annales criticava. Mas hoje você sabe que o historiador narra, conta uma história. Mas essa história que ele conta, que ele narra, que ele escreve tem uma característica diferente do romance, da novela, da poesia, porque ela é uma história verdadeira. Verdadeira até o ponto em que a verdade é possível. E para ser verdadeira ela se apoia, se sustenta em documentos. Documentos são as evidências da verdade dita pelo historiador. Por outro lado, ninguém ignora que o historiador é obrigado, em determinados passos do seu trabalho, a usar da sua própria imaginação. Portanto, a inventar certos nexos, certas conexões, certas razões, porque ele não tem meios de encontrar tudo nos documentos. Porque os documentos, a documentação geralmente é fragmentária. Ela não nos é dada sob a forma de uma narração contínua, uniforme e não contraditória, pois, se assim fosse, talvez não houvesse lugar para o historiador. Senão seria uma redundância. O que o historiador faz é apropriar-se desses vestígios, desses restos e indícios e transformá-los em uma exposição inteligível. O pós-moderno nega essa possibilidade, aposta tudo na linguagem, a linguagem como uma dimensão fechada em si mesma. Nega que o historiador tenha acesso ao extradiscursivo, ao referente. Nega, portanto, o acesso à realidade. E aí começa a discussão sobre a realidade, o que é a realidade? Nós sabemos que a história trata de uma realidade que não mais existe. E o fato dela não mais existir não significa que não tenha existido. E muita gente se apega às ideias de Hayden White, de Dominick La Capra e tantos outros, para dizer que a história é uma ficção privilegiada pelo estatuto de uma suposta realidade. Mas, para dizer a verdade, nunca encontrei um trabalho de história que tenha sido produzido de acordo com os postulados pós-modernos. Nunca vi um orientador orientar um aluno de acordo com princípios pós-modernos.

13. Então, o historiador pós-moderno não existe?

FJCF: Deve ser uma "*avis rara*". Muitos historiadores foram tomados de entusiasmo pelas teses pós-modernas. Mas isso no campo retórico, no campo do discurso, da troca de ideias. Mas, na verdade, poucos tiraram as consequências dessa opção. Estou convencido de que alguns textos de Ciro Cardoso são muito bons para a pessoa cair um pouco na real. Foi dito isso e aquilo sobre o discurso histórico como um discurso de conhecimento. E agora, fazer o quê? É o fim da história escrita como produção de conhecimento? Então, acho que há alguns exageros em tudo isso. As chamadas teses pós-modernas foram e são importantes como um desafio colocado ao historiador. Até inícios dos anos 1970, quando surgiram as primeiras questões sobre as relações entre história e linguagem, isto é, quando a análise do discurso voltou-se para textos históricos, o historiador era talvez um tanto ingênuo em relação à natureza dos discursos, das fontes documentais e ao seu próprio discurso, ignorando em geral as questões colocadas pela semântica e pela prática linguística. Muitos

tendiam a tomar quase ao pé da letra os textos que utilizavam, sem questioná-los enquanto linguagem utilizada por alguém em certa época e sob certas condições discursivas. Ou seja, o que estava escrito no século XVI não podia ser lido agora como se não houvesse diferença entre produtores e receptores. Foi fundamental aqui a entrada em cena da teoria da recepção. Acho que isso deve ser mostrado ao aluno. Não adianta você dar um curso falando sobre Voltaire, Denis Diderot, Jean le Rond D'Alembert sem saber como, numa certa época, como em cada época, as pessoas que tinham condições de ler, leram e compreenderam esses autores. É o que sempre defendi em relação à chamada penetração e presença das ideias iluministas no Brasil colônia. E, certamente, essas ideias não eram lidas, percebidas e entendidas da mesma maneira como em Portugal, na Espanha ou na França. Em cada lugar você pode ter os mesmos textos recebidos, mas lidos e entendidos de outra maneira. Não basta arrolar bibliotecas, ou listas de livros contrabandeados ou apreendidos. É fundamental saber não apenas quem os leu, mas como os leu! Acho que aí seria importante o trabalho do professor de teoria da história: mostrar essa relatividade da própria documentação, ou melhor, de suas diferentes leituras.

14. O senhor é um pioneiro no estudo da história da historiografia brasileira e, considerando a obra de precursores como José Honório Rodrigues, como o senhor avalia a forma como essa história tem sido contada até hoje? Que mudanças podem ser observadas?

378

FJCF: Não me considero pioneiro, em primeiro lugar. Trata-se de um evidente exagero. Creio, sim, que José Honório Rodrigues foi um marco, alguém que despertou os intelectuais, sobretudo os historiadores para uma realidade até então relegada ao segundo plano. Acho que ele tem o valor de um pioneiro, um desbravador. Mas, depois disso, as coisas mudaram bastante. Mudaram com Amaral Lapa, com Iglésias, que muito se dedicaram à historiografia brasileira, bem como com os trabalhos de Astor Diehl, René Gertz e, principalmente, Carlos Fico e Ronald Polito, além, é claro, do saudoso Manoel Luiz Salgado Guimarães. José Honório foi quase sempre um franco-atirador, do lado de fora, mantido fora da Universidade a maior parte de sua vida. Fez uma obra fantástica na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, mas nunca lhe deram a chance de uma cátedra na então Universidade do Brasil ou em outra universidade. Apenas na pós-graduação em história da UFF, ele conseguiu alocar-se, mas isto já no final dos anos 1970. Depois disso, quem vinha estudando, à sua maneira, mais silenciosa, como bom mineiro, era Francisco Iglésias, que já tinha estudado muito a historiografia econômica. Mas, a obra dele saiu como obra póstuma. Não chegou a publicar em vida suas apreciações sobre os historiadores. Há um trabalho também do Jacobina Lacombe, que eu acho muito sumário, muito simplificador. E os dois trabalhos, que eu acho mais completos, mas que não entram muito em juízo de valor, são do Amaral Lapa. Depois surgiu aquele centro de referência da Universidade Federal de Ouro Preto, com Carlos Fico e

Polito, que chegou a produzir coisas importantes. É pena que acabou em pouco tempo. Ali havia um caminho, reunir a produção, organizá-la, sistematizar as informações, embora predominasse sempre a perspectiva nacional. Quando fui fazer esse meu trabalho para a ANPUH (sobre historiografia fluminense) só pude me valer de algumas questões metodológicas levantadas pelo Carlos Fico, pois não podia desagregar aqueles dados nacionais pra extrair os dados fluminenses. O que me lembrou muito o José Honório, que tinha mania de dizer que, no Brasil, só quem escreve história nacional são os cariocas. Os brasileiros escrevem histórias regionais. Só quem tem a visão do Brasil (ele era exagerado) são os cariocas. Os outros têm visões parciais.

15. Dois trabalhos importantes, que foram premiados agora, são sobre historiografia. A última ANPUH do Rio premiou a tese de Maria da Glória de Oliveira, Narrar vidas, escrever a história (2009), da UFRJ – orientanda do professor Manoel Salgado Guimarães –, que trata da historiografia do IHGB. E o prêmio ANPUH-Nacional 2011 (prêmio Manoel Salgado Guimarães), que foi entregue durante o último encontro, também é destinado a uma tese sobre historiografia, Um estilo de história (2008), de Fernando Nicolazzi, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação de Temístocles Cezar. Então, há um cenário favorável.⁵

379

FJCF: Sempre acreditei que Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010) era uma pessoa que reunia todas as condições para escrever uma história da historiografia inovadora e respeitável. Infelizmente morreu cedo, mas aquele trabalho dele sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já anunciava isso. Era alguém que conhecia as principais questões da historiografia contemporânea e estava sempre a confrontar e discutir os problemas das historiografias modernas, inclusive aí situando a *Nouvelle Histoire*, e as implicações historiográficas das propostas ditas pós-modernas, a começar pelo narrativismo, para a produção do discurso histórico. Tinha uma visão clara da escrita da história e soube passar aos seus orientandos suas dúvidas e preocupações teóricas. Trata-se de problemas que não ficaram restritos ao IFCS/UFRJ. No Rio Grande do Sul, em Campinas, em São Paulo, em Goiânia, também existem historiadores voltados para os estudos e reflexões provocados pela maré pós-moderna.

16. O senhor tem se dedicado ao estudo de Capistrano de Abreu. Qual seria a contribuição desse historiador para a construção de uma concepção moderna de história no Brasil?

FJCF: Continuo a acreditar que Capistrano é um historiador fundamental. Eu não sei, embora seja heresia dizer, se seria importante mandar os alunos lerem

⁵ Ambas as teses foram publicadas recentemente: OLIVEIRA 2011 e NICOLAZZI 2011.

Varnhagen. Mas acho que ler Capistrano é essencial. Porque ele tem a visão do todo, a conjugação dos fatores da época e, sobretudo, a crítica documental, que muitos não tiveram antes dele e nem todos depois dele. Eu acho que ele ainda é um historiador atual. Estudar, ler, Capistrano é tentar perceber os caminhos da historiografia brasileira entre o final da década de 1870 e 1930. Ajuda a perceber as origens de um pensamento modernista. É natural portanto que hoje alguns docentes da UFF estejam interessados em pesquisar autores e ideias anteriores a 1930. O pessoal da UFF sempre teve as suas querelas com a USP, contra aquele lugar-comum – e eu mesmo aderi a ele – de achar que a historiografia moderna no Brasil começa com Caio Prado, Sergio Buarque. Fizemos uma mudança: jogaram Gilberto Freyre pra escanteio e puseram Antonio Cândido. Trata-se de demonstrar que essa ruptura precisa ser relativizada. Se andarem pra trás vão encontrar o velho Capistrano e toda uma série de autores que, nos anos 1920, questionaram os problemas do Brasil, inclusive com muita discussão no âmbito educacional. Uma discussão pedagógica muito grande. E eu me lembrei que, anos atrás, em São Paulo, havia uma animosidade contra Anísio Teixeira e a Escola Nova. Depois vim a entender. Porque são precursores. E o pessoal de São Paulo amarrou tudo à criação da Faculdade de Filosofia (1934) e à vinda da missão francesa. Quem está estudando a missão francesa é a Marieta de Moraes Ferreira. Lembro o catálogo das teses aprovadas nessa época pela USP. Se você lê aquelas teses, não há relação com a inspiração francesa. Em algumas basta ler o título.

380

17. Para concluir, em alguns momentos das suas respostas o senhor fez menção à questão do ensino. O senhor formou gerações de professores e pesquisadores. Temos a impressão de que o tempo todo o senhor esteve lecionando. De onde veio esse gosto e em que momento o senhor quis ser professor de história?

FJCF: Já me perguntei isso muitas vezes: porque não segui outras orientações e realmente não tenho explicação. Fiz o ginásio no colégio Pedro II, no internato. Estive semi-interno dois anos e externo dois anos. Não aguentava mais ser interno. Em 1948, quando eu soube da fundação do colégio de aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), tratei de me mudar pra lá. Não quis ficar lá em São Cristóvão. O prédio não era o mesmo que tem lá agora, pois pegou fogo. Na época o colégio de aplicação era outro ambiente, outra motivação. Na época funcionava num prédio da Fundação Getúlio Vargas, em Botafogo. No último ano do científico, nós nos mudamos para a praça São Salvador. Foi uma época muito boa. A professora de química queria que eu fosse estudar química. O de física queria que eu estudasse física. Aí eu fui estudar geografia e história. Na verdade, eu ia fazer geografia e não história. A minha passagem para a história foi ao longo do curso de graduação. Eu entrei com a firme disposição de que iria ser geógrafo. Acabei professor de história e historiador. E nisso a professora Maria Yedda Linhares teve um grande papel. Eu realmente

tive vários incentivos. A professora Eugênia Damasceno Vieira Prado⁶ me levou pra UFF. Eu comecei na UFF antes de me formar, no segundo semestre de 1955. Eu ainda era aluno da 4ª. série (hoje, 4º período). Eu me formei em dezembro de 1955. Em 1956 ingressei na Nacional. Fui sempre professor da Nacional e da Fluminense. Na verdade não existia a UFF ainda. Era a Faculdade Fluminense de Filosofia. A federalização veio muito depois. Mas, naquela época a gente só se preocupava com o ensino. Não se tinha nenhuma ideia de pesquisa. Pesquisa seria só pra fazer o doutorado, que era uma coisa muito solitária, muito baseada na relação entre orientando e orientador. Não tinha curso de doutorado, nada disso. E muita gente pergunta como era o mestrado. Participei de reuniões, em 1958, na PUC com o padre Ávila, que já morreu, e ele colocou a seguinte questão: vamos chamar de mestrado, mestria ou mestrança? As pessoas não tinham segurança nem sobre o nome da coisa, quanto mais sobre a coisa. O nome era discutível! Para aqueles que vieram depois parece que o mundo sempre teve curso de mestrado e doutorado... E essas coisas só vieram muito tempo depois. Agora, hoje em dia, a crítica que se faz ao ensino é a da mesma fragmentação que se verificou no nível da pesquisa, e dos cursos de pós-graduação e graduação. Cada professor dá uma pílula de história moderna, de contemporânea, de Brasil. Não é mais como antigamente, quando se dava todo o programa de moderna, de Brasil etc. O professor Helio Vianna, por exemplo, dava do primeiro ao último ponto do programa. Havia aulas em que ele chegava e dizia: "papel e caneta... vou ditar um assunto que não está em livro nenhum". Não era todo dia não. Isso acontecia duas vezes por ano, três no máximo. Mas é aquela ideia de acúmulo de assuntos. Nós tínhamos que dar Renascimento, Humanismo, Reforma... Depois tínhamos que entrar no século XVII, Revolução Inglesa, Luis XIV, Iluminismo, Revolução Francesa etc. Então, tudo isso tinha que ser dado pelos vários professores da equipe, da cadeira. A mesma coisa em antiga e medieval. Só quem não respeitava isso, na minha época, era a área de América. Daí, talvez, que nunca tenha me sentido com bastante confiança para lecionar história da América em turmas de ginásio. O professor Silvio Julio passava o semestre falando de Cristovão Colón; no outro semestre ele escolhia um assunto qualquer e ficava só nesse assunto.

Referências bibliográficas

BOUTIER, J.; JULIA, D (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

_____. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁶ Eugenia Vieira Prado, professora catedrática de historia moderna e contemporânea da Faculdade Fluminense de Filosofia, hoje Universidade Federal Fluminense.

FALCON, Francisco. A história andou pra trás. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Entrevista de 17 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/francisco-jose-calazans-falcon>

_____. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950 / 1960: algumas direções de pesquisa. In: GLEZER, Raquel (org.). **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p. 13-68.

_____. **Estudos de teoria da história e historiografia**. Vol. 1: Teoria da história. São Paulo: Hucitec, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. **Estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio - Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Ed.UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

VEYNE, Paul. **Comment s'écrit l'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

_____. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1995.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EdUSP, 1992.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Aaron Grageda Bustamante (Universidad de Sonora)
Adriana Mattos Clen Macedo (UFRJ)
Andréia Cristina Frazão da Silva (UFRJ)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Carlos Leonardo Kelmer Mathias (UFRRJ)
Célia Cristina da Silva Tavares (UERJ)
Cesar Augusto Guazzelli (UFRGS)
Cláudia Regina Bovo (UNICAMP)
Clinio Amaral (UFRRJ)
Edmar Checon de Freitas (UFF)
Eduardo Scheidt (USS)
Eurípedes Antônio Funes (UFC)
Fabiana Fredrigo (UFG)
Fabio Henrique Lopes (UFRRJ)
Fabio Muruci dos Santos (UFES)
Fabio Wasserman (Universidad de Buenos Aires)
Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)
Fernando Luiz Vale Castro (UFRJ)
Francisco Carlos Cosentino (UFV)
Francisco Doratioto (UnB)
Gabriel Passetti (USP)
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho (UFSC)
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)
Jean Marcel Carvalho França (UNESP)
José Adilçon Campigoto (UNICENTRO)
José Carlos Barreiro (UNESP)
Julio Bentivoglio (UFES)
Larissa Moreira Viana (UFF)
Luciano Mendes Faria Filho (UFMG)
Luís Correa Lima (PUC-Rio)
Luiz Sérgio Duarte (UFG)
Marcelo de Mello Rangel (UFRJ)
Marcos Aurélio Pereira (UFRJ)
Maria da Gloria de Oliveira (UFRRJ)
Maria Elisa Noronha de Sá Mäder (PUC-Rio)
Maria Fernanda Martins (UFJF)
Maria Filomena Coelho (UnB)
Miguel Soares Palmeira (USP)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)

Rebeca Gontijo (UFRRJ)
Renata Torres Schittino (UFF)
Rodrigo Turin (UNIRIO)
Rossana Alves Baptista Pinheiro (UNIFESP)
Sérgio Alberto Feldman (UFES)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Teresinha Maria Duarte (UFG)
Thiago Lima Nicodemo (UFES)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)
Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (UFOP)

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito (entre 28.000 e 64.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas). Recomenda-se que os autores dividam o artigo em seções.

1.2. Resenha de livro (mínimo de 13.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Texto e documento historiográfico: tradução de texto inédito ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico e transcrição de textos de valor documental para a história da historiografia. Ambos deverão ser antecidos de breve apresentação (até 80.000 caracteres com espaço). Indicar se o documento é inédito ou se já foi publicado.

1.4. Entrevista, antecida por uma breve apresentação (entre 27.000 e 54.000 caracteres com espaçamento no total).

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no final, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

5) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

6) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

7) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

8) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

9) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

388

10) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

11) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

12) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

13) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

14) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

15) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

16) A partir do seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

17) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

389

18) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.ichs.ufop.br/rhh.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

391

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categorias centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.